

Documentos para Disseminação

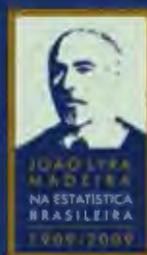
Memória Institucional

16



GEOGRAFIA E GEOPOLÍTICA

A Contribuição de Delgado de Carvalho
e Therezinha de Castro



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Documentos para Disseminação

Memória Institucional 16

Geografia e Geopolítica

**A contribuição de Delgado de Carvalho
e Therezinha de Castro**

Rio de Janeiro
2009

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro – 200021-120 – Rio de Janeiro - Brasil

ISSN 0103-6335 **Documentos para disseminação**

ISSN 0103-6459 **Memória institucional**

Divulga textos sobre o IBGE e personalidades que contribuíram para a história do Instituto.

ISBN 978-85-240-4079-5 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4084-9 (meio impresso)

© IBGE. 2008

Este volume foi organizado por Marco Aurelio Martins Santos, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais (ENCE/IBGE), analista em planejamento e gestão de informações no IBGE, assistente de pesquisa no Projeto História das Estatísticas Brasileiras do Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI do IBGE.

Capa

Marcos Balster Fiore

Ilustração - Aldo Victorio Filho

Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação
e Disseminação de Informação - CDDI

Sumário

- 5 **Apresentação**
- 9 **Mensagem de congratulações do Instituto Rio Branco**
Embaixador Fernando Guimarães Reis
- 11 **Delgado de Carvalho: um gentleman cartesiano**
Marco Santos
- 15 **Therezinha de Castro: uma extraordinária mulher**
Manuel Cambeses Júnior
- 21 **Carlos Delgado de Carvalho**
Therezinha de Castro
- 39 **Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador**
Patrícia Coelho da Costa
- 53 **A contribuição de Delgado de Carvalho aos estudos geográficos brasileiros a partir da obra "Le Brésil Méridional"**
Mônica Sampaio Machado
- 63 **Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da educação liberal**
Nilson Cortez Crocia de Barros
- 83 **Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil: pioneirismo e contribuições**
Cláudio Benito Oliveira Ferraz
- 105 **Delgado de Carvalho e o ensino de Geografia Política**
Sergio Nunes Pereira
- 117 **Geografia política e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**
Eli Alves Penha
- 135 **O Atlântico**
Delgado de Carvalho

151	Fronteiras do Brasil no regime colonial <i>Delgado de Carvalho</i>
169	Colonização e núcleos de expansão <i>Delgado de Carvalho</i>
183	A excursão geográfica <i>Delgado de Carvalho</i>
195	Atlas de Geopolítica <i>Delgado de Carvalho</i>
209	Evolução da Geografia humana <i>Delgado de Carvalho</i>
221	Uma concepção fundamental da Geografia moderna: "a região natural" <i>Delgado de Carvalho</i>
233	Antártica - o assunto do momento <i>Therezinha de Castro</i>
243	Gana independente <i>Therezinha de Castro</i>
249	Recursos minerais do Saara <i>Therezinha de Castro</i>
259	Notas sobre a cidade do Rio de Janeiro <i>Therezinha de Castro</i>
267	Oceano Índico: regionalização e globalização <i>Therezinha de Castro</i>
289	África Sub-Sahariana: estudo sobre uma caracterização geopolítica com fins didáticos <i>Therezinha de Castro</i>
341	América do Sul: vocação geopolítica <i>Therezinha de Castro</i>
367	Antártica <i>Therezinha de Castro</i>
399	Geografia Política e Geopolítica <i>Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro</i>
411	A questão da Antártica <i>Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro</i>
419	Anexo Painéis do Seminário Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro

A

Apresentação

O IBGE e a geografia brasileira relembram com orgulho e saudade a memória de dois cientistas de renome internacional que militaram durante muitos anos nesta Casa. *Carlos Delgado de Carvalho* (1884-1980) e *Therezinha de Castro* (1930-2000) deixaram obras seminais nas áreas de Geografia, Geopolítica e Relações Internacionais, que serão por muito tempo referência para o estudo e a análise do Estado como organismo geográfico.

Delgado de Carvalho, geógrafo, historiador, professor, considerado como “o mestre dos mestres”, esteve ligado ao IBGE desde seus primórdios, por intermédio do Conselho Nacional de Geografia, onde teve significativa participação. Boa parte de seus 49 livros foi editada pelo Conselho e vários deles se encontram no acervo de nossa Biblioteca Central. Vale lembrar a sua intensa colaboração com a *Revista Brasileira de Geografia*, que completa 70 anos e continua sendo editada.

Therezinha de Castro, fiel discípula do mestre *Delgado de Carvalho*, aposentou-se como funcionária do IBGE, após muitos anos de bons serviços prestados. Entre livros e artigos, publicou diversos trabalhos no IBGE, especialmente na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico*, compondo uma robusta bibliografia. Em 1992, o Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE editou seu livro *Nossa América: geopolítica comparada*, obra ainda em catálogo e bastante procurada. Em sua especialidade, a Geopolítica, era citada entre os maiores conhecedores do assunto no Brasil e no mundo, sendo frequentemente convidada para ministrar palestras e aulas sobre o tema.

Ambos começaram a profícua parceria no IBGE, gerando um sem-número de trabalhos em conjunto, com destaque para o *Atlas de relações internacionais*, lançado em 1960, e continuamente atualizado até fins da década de 1970. Eram figuras humanas admiráveis, dois ibgeanos que bem serviram à Pátria com sua inteligência e cultura exemplares.

A realização do Seminário **Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro** e a publicação deste volume da série Documentos para Disseminação. Memória Institucional, editado pelo Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, vêm ressaltar e celebrar a importância destes insígnis mestres da geografia brasileira.

David Wu Tai

Coordenador-Geral do
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro: tributo aos mestres



Mensagem de congratulações do Instituto Rio Branco

Em nome do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, desejo cumprimentar a Direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE pela tão oportuna homenagem a Delgado de Carvalho.

A Academia Diplomática brasileira não poderia deixar de emprestar seu entusiástico apoio a esse gesto, tendo em vista a sabida ligação de Delgado de Carvalho com o Instituto Rio Branco. Seu nome se junta à memorável lista do corpo docente do Instituto Rio Branco nessa época, que incluía – entre outros – nomes como Hélio Viana, Hildebrando Accioly, Haroldo Teixeira Valadão, José Honório Rodrigues, Mário Pedrosa, Francisco Mangabeira, Aurélio Buarque de Holanda, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Hilgard Stemberg e Americo Jacobina Lacombe.

Foi a partir de 1955 que Delgado de Carvalho assumiu no Instituto a cátedra de *História diplomática do Brasil*, o que representou para ele próprio o início de uma nova carreira. O próprio Delgado assim se referiu a esta mudança: “Até então eu me havia especialmente dedicado à Geografia do Brasil, mas o desejo de continuar a conviver com a excelente turma de rapazes aos quais eu havia lecionado História Diplomática Mundial, me levou a aceitar uma tarefa nova para mim. Se ‘a vida começa aos quarenta’, pensei eu, um simples trabalho novo pode começar aos setenta”.

A experiência de Delgado como docente do Instituto Rio Branco está na raiz da elaboração de sua *História diplomática do Brasil*. Depois de uma relutância inicial, o dedicado Professor aceitou publicar um compêndio com o teor de suas aulas. Para tanto, contou com a colaboração de seus alunos, pois foi preciso reunir notas e textos de seu curso. O livro teve sua primeira edição em 1959.

A obra permanece como importante referência sobre a matéria para os estudiosos de modo geral e para os diplomatas brasileiros em particular. O estilo simples e direto de Delgado não esconde a solidez da argumentação e o encadeamento lógico dos eventos discorridos. A combinação do pensamento do geógrafo, do historiador e do analista de relações internacionais, faz do autor um precursor do pensamento moderno nas relações internacionais, multidimensionais por natureza.

O Instituto Rio Branco reitera assim suas congratulações aos responsáveis pela iniciativa do IBGE, à qual augura pleno êxito.

Fernando Guimarães Reis

Embaixador
Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Delgado de Carvalho: um gentleman cartesiano

Marcelo Santos*

Na galeria de figuras célebres da Geografia do Brasil, um espaço nobre deve ser reservado para um nome fulgurante, que muito contribuiu para a construção do pensamento geográfico nacional. Um homem de ciências, que expendiu largamente o conceito de multidisciplinaridade, atuando sempre com o mesmo brilho em outros campos do saber. Além de geógrafo, ele foi erudito, educador, historiador, jornalista, sociólogo, professor, mestre de mestres.

Carlos Delgado de Carvalho foi considerado como "o pai da moderna Geografia brasileira". Construiu uma obra sólida, resistente ao tempo e às mudanças de ventos teóricos. Seus quase 50 livros versam não só sobre geografia, mas também sobre educação, história, diplomacia, meteorologia, sociologia, relações internacionais entre outros temas. Por sua sabedoria e cavalheirismo, era, no dizer do diplomata Paulo Roberto de Almeida, "um gentleman cartesiano".



Delgado veio à luz na cidade-luz, capital da França, em 10 de abril de 1884. Filho de Carlos Dias Delgado de Carvalho e Lúcia Tourinho Delgado de Carvalho, seu pai era neto do Visconde com grandeza de Itaboraí. Carlos Dias Delgado tornou-se diplomata e serviu ao País trabalhando em Portugal, Rússia, Bélgica e França. Quando o filho nasceu, ele exercia o cargo de secretário na repre-

* Análise em: Planejamento e Gestão de Informação e Geografia e Estatística no BGE, (seminar dos Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) realizado no Projeto História dos Estatísticos Brasileiros do Conselho de Documentação e Disseminação de Informações - BGE/CDDI.

* Em alguns documentos e livros é possível encontrar o nome dele grafado como "Carlos Miguel Delgado de Carvalho", embora ele tenha sido batizado como "Carlos Delgado de Carvalho". A explicação para isso é que há logo após a independência brasileira, em 1822, que há um movimento que diz e era um movimento contrário, uma grande corrente pela república, consequentemente, ele o grafar que não utilizasse o nome antes que ele Delgado, então, redivulgar o nome "Miguel" em seu nome para diferenciá-lo do pai. Posteriormente, de volta a assumir como seu nome original.

sentação consular brasileira em Paris. Monarquista convicto, Delgado pai decidiu que não retornaria ao Brasil República pós-acontecimentos de 15 de novembro de 1889. Mais tarde, Delgado filho contaria que a avó e seu pai lhe apresentaram ao próprio imperador D. Pedro II e à princesa Isabel, com quem conviveu durante o exílio da Família Real.

O menino Carlos fez seus primeiros estudos em colégio suíço e depois dos 11 anos, foi para a França, estudar num internato em Lyon, desde as primeiras letras, passando pelo correspondente ao segundo grau como *bachelier de l'Enseignement secondaire classique* (1905), chegando até a faculdade, graduando-se e doutorando-se (1908) na École Libre de Sciences Politiques. Precisou vir ao Brasil para estudar *in loco* o tema de sua tese sobre Geografia. Embora tivesse a cidadania brasileira, nunca estivera na pátria de seus pais. Chegou ao Brasil, aos 23 anos, sem conhecer ninguém, a não ser o colega de escola, o eminente geólogo Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo. Ao visitar o amigo, conheceu sua irmã, Maria Vera, por quem se apaixonou à primeira vista e de quem se considera imediatamente noivo. Casam-se no ano seguinte, e, do casamento, nascem os filhos Carlos Alberto e Lydia.

Em 1905, Delgado foi convidado a dar aulas de História no Colégio Champitet, na Suíça. Por esta época já escrevia artigos sobre política e relações internacionais para jornais suíço e francês. Quando chegou ao Brasil, prosseguiu sua carreira jornalística publicando suas análises em *O Jornal* e no célebre *Jornal do Commercio*. Como não sabia se expressar corretamente em português, escrevia em francês, sendo posteriormente traduzido. Por conta desta dificuldade, escreveu seu famoso livro – *Le Brésil meridional* – em 1910, na língua de Molière, a partir de sua tese de doutoramento.

Por insistência de um amigo, fez concurso para a cadeira de Inglês, no Colégio Pedro II e foi aprovado. Todavia, na primeira oportunidade, passou a ministrar aulas de Sociologia naquele respeitável estabelecimento de ensino, onde inclusive foi diretor, nomeado por Getúlio Vargas, em 1933. O professor Delgado fez parte de outros corpos docentes: Instituto de Educação (desde 1923, na cadeira de Sociologia), Colégio Bennett (desde 1925, na cadeira História Contemporânea), Universidade do Distrito Federal (a partir de 1936, também História Contemporânea), Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (desde 1939, como professor catedrático em História Moderna e Contemporânea) e no Instituto Rio Branco, ligado ao Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1958.

Ao tomar contato com o ensino da Geografia no Brasil fica admirado com o estado das artes desta disciplina por aqui. Conforme afirmou ao ser entrevistado para a *Revista do Gás*, de junho de 1975, “a geografia brasileira ainda era estudada por Estado. Em nenhum país se estudava geografia assim. Então achei que devia fazer alguma coisa. Escrevi, em 1913, *Geografia do Brasil*” (UM PRÊMIO..., 1975, p. 31). Posteriormente, ele publicaria outros livros sobre assuntos geográficos, com destaque para *Meteorologia do Brasil* (1916), *Geografia econômica da América do Sul* (1921), *Fisiografia do Brasil* (1922), *Metodologia do ensino da Geografia* (1925), *Corografia do Distrito Federal* (1926), *Atlas pluviométrico do Nordeste* (1931), *Geografia Humana, Política e Econômica* (1934), *Geografia ginásial* (1943), *Geografia Humana, Política e Econômica* (1960, em co-autoria com Therezinha de Castro) e *Leituras geográficas* (1960).

Em 1937, foi criado o Conselho Nacional de Geografia - CNG, órgão colegiado do qual faziam parte repartições federal, estadual e municipal. E Delgado de Carvalho foi escolhido como representante especial do Ministro da Educação para o Conselho, desde a sua instalação, em 23 de março de 1937. Em julho deste ano, o CNG concordou com a fusão com o Conselho Nacional de Estatística - CNE, gerando, assim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, assim denominado desde janeiro de 1938. Delgado de Carvalho trabalhou para o Instituto até 1978, dois anos antes de falecer.

Carlos Delgado de Carvalho recebeu diversas homenagens e honrarias, mas vale a pena destacar a Condecoração da “Legion d’Honneur”, que ele recebeu do governo francês, e a Medalha “David Livingstone”, outorgada em 1952 pela American Geographic Society, sendo o único brasileiro a possuí-la.

Em 1922, o então ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes o convidou para participar da Comissão Organizadora da Exposição Internacional Comemorativa do

Centenário da Independência do Brasil. Vale lembrar que entre os muitos pavilhões constantes na Exposição, um fora dedicado à Estatística, que, inclusive, um jornalista anônimo na revista *A Exposição de 1922* chamou, em um arroubo ufanista, de “Pavilhão da ciência da certeza” (SETE..., 1922, p. 3). Não seria ocioso imaginar que Delgado de Carvalho talvez tivesse participação na decisão de se erigir um espaço onde os resultados do Recenseamento Geral de 1922 fossem exibidos pela Diretoria Geral de Estatística.

Ao completar 35 anos de trabalho ele faria jus a merecida aposentadoria. Todavia, isso não fazia parte de seus planos, resolvendo então esconder a idade de seus pares. Só dois anos depois seu estratagema foi descoberto e compulsoriamente teve de se aposentar, fato que o deixou contristado por algum tempo. Para sua surpresa, a direção da Faculdade de Filosofia deu-lhe o título de Professor Emérito, facultando-lhe a oportunidade de continuar trabalhando no magistério até o início dos anos 1960, quando uma calosidade nas cordas vocais o impediu de prosseguir dando aulas.

Mas suas atividades não foram interrompidas por um mero calo. No IBGE, lançou, em 1960, em conjunto com sua assistente e discípula a geógrafa Therezinha de Castro, com quem começou a trabalhar desde os anos de 1950, a obra *Atlas de relações internacionais*, possivelmente a grande obra que ambos realizaram no Instituto. Ao longo dos anos, os dois ainda fariam várias atualizações no *Atlas*, lançando diversos suplementos na *Revista Brasileira de Geografia*.

Ele deixou 49 livros, mas não dizia tê-los escrito. Com seu senso de humor peculiar, quando mimoseava alguém com alguma de suas obras, dizia: “vou agredi-lo com um livro meu” (UM PRÊMIO..., 1975, p. 34).

Delgado foi professor de figuras proeminentes da História recente do Brasil. Todavia, se os reencontrava, não costumava reconhecê-los. Certa vez, um dignatário visitou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e o reconheceu. Foi até o mestre demonstrando sua admiração: “Olá, professor, como vai? Sabe, eu fui seu aluno”. Delgado lhe respondeu de pronto: “Meus pêsames, meu filho.” E virando-se para sua fiel colaboradora Therezinha de Castro perguntou: “Quem é esse aí?” E ela lhe disse aflita: “É o presidente da República Castello Branco!”.

O grande mestre parecia viver somente para seus estudos, distanciado dos assuntos palpitantes do cotidiano. Em 1940, numa de suas viagens a New York, onde ministraria um curso sobre o Brasil, foi recebido por um repórter norte-americano que, de chofre, lhe perguntou o que ele pensava de Carmen Miranda, a “pequena notável”, a *brazilian bombshell*, que tanto sucesso fazia em terras ianques. E ele prontamente respondeu: “*Who is Carmen Miranda?*” (MENEZES, 1980, p. 113). Sua declaração inusitada acabou sendo o título da entrevista publicada por aquele jornal.

Delgado apreciava as artes e consta ter escrito peças de teatro, que lia para amigos de sua intimidade. Uma delas, o “Canto da sereia”, chegou a ser publicada. As outras, permanecem inéditas.

Ele não gostava de andar de automóvel, preferindo o bonde, e, posteriormente o lotação, que ele chamava de “tílburí”. Mas sua preferência, com certeza, era por caminhar.

Seu bom humor e sua bonomia eram verdadeiramente uma marca pessoal. Seus netos contam que ao fim da tarde, mesmo rondando os 90 anos, ele apreciava passear pelo calçadão da Avenida Atlântica, no que fazia vestindo terno e gravata, ostentando chapéu e bengala. Em certa ocasião, uma conhecida o viu e se dirigiu a ele: “Como está elegante! Onde o senhor vai?” E ele, com o sorriso matreiro que lhe era característico, respondeu, divertindo-se: “vou visitar minha avó”.

Um de seus netos, Paulo Delgado de Carvalho, conta que morou com ele por mais de dez anos, tendo convivido mais com o avô do que com o próprio pai, que cedo faleceu. Nos fins de tarde, antes do passeio habitual, era frequente sentarem-se na varanda do apartamento em que moravam, diante do belo mar de Copacabana, para conversarem. O avô se dirigia a ele como “Paulo Meu Neto Delgado de Carvalho”, e contava histórias vindas de sua memória prodigiosa, repleta de muitos ensinamentos. E o grande mestre costumava dizer: “Não minto nunca, mas não é por virtude e sim por preguiça”. Ele justificava afirmando ser “muito difícil e exaustivo manter uma mentira”.

Tinha enorme senso de organização, aliando-o à sua memória prodigiosa. Nos intervalos do almoço, costumava fazer uma espécie de jogo com Therezinha de Castro. Ela lhe dizia um nome de livro e seu autor e ele imediatamente apontava a sua exata localização.

Desde 1962, passou a trabalhar em sua casa, junto com Therezinha, com a autorização da presidência do IBGE, que lhe destacara uma datilógrafa e uma máquina de escrever. Ele próprio escrevia a mão, com letra firme e sem errar. Até o dia em que depositou a caneta sobre a mesa, confessando não conseguir mais produzir.

Faleceu em 4 de outubro de 1980 e foi sepultado no Cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Finalmente, ia ao encontro de sua amada esposa Vera, que deixara o mundo dos vivos no dia 9 de setembro de 1962. Desde esta data ele só trajaria ternos de tecido preto, guardando respeitoso luto. Ele, que por conta de um infarto não pode sair do hospital e velar a esposa, se reuniria a ela na eternidade, deixando seu bom nome, sua vasta produção intelectual, e as eternas saudades nos que conviveram com o gentleman cartesiano que era.

Referências

MENEZES, Eurípedes Cardoso de. Carlos Delgado de Carvalho: idéias e ideais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Brasília; Rio de Janeiro, 1980, v. 329, p. 105-118.

UM PRÊMIO rende homenagem à fidelidade e constância. *Revista do Gás*, São Paulo: Associação Brasileira dos Distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo, v. 5, n. 29, p. 29-34, jun. 1975.

SETE de setembro. *A Exposição de 1922*. Rio de Janeiro, p. 3, set. 1922.

Therezinha de Castro: uma extraordinária mulher

Manuel Cambeses Júnior



CAMBESES JÚNIOR, Manuel. *Therezinha de Castro: uma extraordinária mulher*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/galeriahonra/therezinhacastro.html>>. Acesso em: ago. 2009.

THEREZINHA DE CASTRO: UMA EXTRAORDINÁRIA MULHER

** Manuel Cambeses Júnior*

Foi com imenso pesar que o mundo acadêmico, de uma forma abrangente e, em particular, a Escola Superior de Guerra, as Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Comando e Estado-Maior - do Exército e da Aeronáutica - bem como a Escola de Guerra Naval, receberam a triste notícia do falecimento da ilustre Professora Therezinha de Castro, ocorrido em Portugal, em fevereiro de 2000, onde participava, como conferencista convidada, de um Simpósio, no Instituto de Defesa Nacional, naquele país.

Com o desaparecimento da insigne mestra, perdeu o Brasil um de seus mais ilustres e valorosos filhos.

Foi ela uma figura humana ímpar. Cultura extraordinária, inteligência brilhante, historiadora, geógrafa, pesquisadora, escritora, professora e profunda conhecedora de Geopolítica.

Therezinha de Castro era de uma personalidade tão multifacetada e rica em sua abrangência, que com extrema facilidade encontramos adjetivos laudatórios para definir a sua intensa vida intelectual e a brilhante trajetória percorrida durante várias décadas no exercício da dignificante arte de ensinar e transmitir seus profícuos conhecimentos a várias gerações de brasileiros.

Não seria difícil distinguir-se entre as várias nuances de sua marcante personalidade a de maior significação. Destacava-se, entretanto, o seu devotado amor ao magistério, seu acendrado patriotismo e seus inquebrantáveis dotes morais.

Há pessoas que se identificam com a História pelo desempenho extraordinário de sua missão, nas exigências de cada época. Therezinha de Castro foi uma delas. Geógrafa do IBGE; Professora do Colégio Pedro II e da Faculdade FAHUPE; conferencista das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército e da Aeronáutica, da Escola de Guerra Naval, das Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e do Exército, da Escola Superior de Guerra e das Delegacias da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), espriadas por todo o País. Ademais, freqüentemente, era convidada para realizar conferências, versando sobre Geopolítica, em vários países da

América do Sul e em Portugal destacando-se, nessas oportunidades, por seu reconhecido talento, pelo brilho de suas idéias e por sua imensa bagagem cultural.

Como renomada autoridade em Geopolítica, reconhecida internacionalmente, perseguiu a tese de que o Brasil deveria reivindicar o seu espaço no Continente Antártico, através de um belíssimo trabalho intitulado: “Antártica: Teoria da Defrontação”. Anos mais tarde veria sua luta coroada de êxito e hoje a presença do Brasil na Antártica é uma feliz realidade.

De maneira análoga instigou, através de inúmeros trabalhos, o despertar do Brasil para a importância estratégica do Atlântico Sul no contexto da segurança hemisférica.

Seus inúmeros livros publicados no Brasil e no exterior conferem-lhe especial destaque no meio acadêmico, e uma notável repercussão como intelectual da mais alta envergadura, a níveis nacional e internacional.

A par de suas inúmeras virtudes intelectuais, a inolvidável professora tinha como paradigma de vida a transparência e a sinceridade. Porte altivo, coragem e determinação, integridade moral e honestidade, aliados a um coração terno e generoso, lhe outorgaram uma personalidade muito especial, tal qual o raro brilho de um cristal puro e radiante de luz.

O Brasil deve à professora Therezinha de Castro o reconhecimento pela dedicação, competência e patriotismo que demonstrou durante toda a sua extraordinária carreira, sem medir esforços para elevar e honrar a imagem de nosso País no cenário internacional.

Estamos certos de que a nossa querida mestra morreu tranqüila quanto ao julgamento de seus concidadãos. A Pátria saberá honrá-la, quando a perspectiva do tempo permitir uma avaliação mais exata de sua obra e um conhecimento perfeito de sua pureza de intenções.

À época de seu desenlace, sentimos e compartilhamos com seus entes queridos a amargura deste momento inexorável da existência humana, última parte do desenrolar de uma vida em que o gênero humano - a exemplo das brilhantes e inolvidáveis conferências proferidas pela insigne mestra - realiza uma introdução, deslancha um desenvolvimento e, finalmente, vê chegado o momento de sua conclusão.

Esteja onde estiver Professora Therezinha, receba os nossos agradecimentos pela prestimosa atenção e carinho dispensados à cultura nacional. Que seus edificantes atributos intelectuais e intensa dedicação ao Magistério, ecoem por muito tempo em todas as instituições acadêmicas e em todos os rincões deste nosso Brasil.

Descanse em paz querida mestra.

** O autor é Coronel-Aviador R/R*

Carlos Delgado de Carvalho

Thereminha de Castro¹

"Diz é o país que lava a honra; é a honra que lava o país".

Fortaleza

O livro *Peço II e a condessa de Berral*, escrito pelo neto desta última, marquês do mesmo nome, baseado em cartas trocadas no final do Século XIX por estas duas personagens, nos traz a seguinte informação. A esposa de Carlos Dias Delgado de Carvalho, nascida Lydia Tourinho, havia dado à luz ao seu primeiro filho; era um menino tão fraquinho, que por certo não iria vingiar. Prognóstico errado - o menino viveria a plenitude de seus 96 anos, e quem na realidade não sobreviveria seria a mãe, que 20 dias depois expirava, vítima da febre puerperal.



¹ Origem clássica do sobrinho para publicação nesta mesma Série, *Memórias Institucionais*, vol. 1095.

² Geórgia de JBCF e Professora do Colégio Pedro II.

O menino, nascido em Paris a 10 de abril de 1884, na Legação do Brasil, onde o pai exercia o cargo de Secretário, receberia o nome de Carlos Delgado de Carvalho. Quase o nome do pai, mas não o mesmo.

O que era a Europa, ou mais particularmente a França, no momento em que nascia Carlos Delgado de Carvalho?

A indústria, graças aos progressos técnicos e aperfeiçoamento dos equipamentos mecânicos estava em franco desenvolvimento, sobretudo nos setores têxtil e metalúrgico. Já a agricultura estava em baixa, pois os progressos nos meios de transporte e a queda nos fretes dos preços facilitavam a chegada à Europa Central e Ocidental de produtos provenientes dos Estados Unidos e mesmo da América do Sul. A adoção de processos frigoríficos facilitava as exportações de carne da Argentina, mas, apesar de consumir o nosso café, para o francês médio da época Buenos Aires era a capital do Brasil.

Impunha-se o protecionismo, e no ano de 1885 os cereais estrangeiros passavam a ser pesadamente taxados em França, que a Lei Méline (1892) enfeixaria num sistema protecionista conjunto. A guerra aduaneira afetaria o relacionamento político dos países europeus, e a revista *Estados Unidos da Europa*, criada sob a égide de Victor Hugo e Garibaldi, desapareceria em 1888.

Assim, Delgado de Carvalho nascia e viveria numa Europa que ignorava o Brasil e onde se tomara utópica a existência de interesses coletivos, a ponto de provocar ironias em Bismarck, o artífice da unidade alemã. “É falta de bom-senso pensar-se numa Europa. Mesmo em se tratando da noção geográfica é tudo ficção e, insustentável” (RENOUVIN, 1955, t.6, p. 14).

O patriotismo agressivo seria a tônica nessa Europa, no momento em que Delgado de Carvalho, batizado na Igreja de Saint Philippe de Roulle, em Paris, era entregue à avó materna; o pai viúvo não poderia criá-lo, daí seus primeiros anos de vida terem sido transcorridos em Londres, com a avó, na casa de uma tia de sua mãe, unida por casamento à família Barttlet James. Seus tios não possuíam filhos, e como única criança viveria cercado de carinho, num lar que foi todo seu até que completasse sete anos de idade.

Nesse período, aos cinco anos, sentia-se muito importante por dois fatos que me contou várias vezes - o primeiro, porque passou a lhe ser permitido levar o tio até a esquina mais próxima, quando este ia para o seu trabalho num banco; segundo, por haver atravessado o Canal da Mancha pela segunda vez (a primeira o fizera ainda recém-nascido) para, em Paris, ir conhecer Pedro II, o Imperador de sua pátria que não conhecia e que se tornara república.

Dessa época recordava o seguinte. Estava em Londres, na sala, brincando com seus inseparáveis soldadinhos de chumbo¹ quando ouviu a avó dizer em português (o idioma que falava com a filha quando não desejava que o neto percebesse o assunto): - acabo de saber que foi proclamada a república no Brasil!”

E, antes que a tia se manifestasse, retrucou o menino interessado: “República?”. Ao que a avó mudou logo de assunto concluindo: - “Parece-me que este menino já está entendendo o português”.

Com a chegada de Pedro II a Paris, foi com a avó cumprimentar o Imperador deposto em 15 de novembro de 1889. Tinha ainda cinco anos quando se viu diante daquele homem muito alto, olhos claros, barba e cabelos brancos, que passou a mão em sua cabeça perguntando-lhe o nome. Da rápida pergunta à grande desilusão com a voz fina² do Imperador.

Imperador que também foi procurado pelos diplomatas com cargos na Europa, para o formal pedido de demissão. De alguns aceitou prontamente; um deles o do próprio pai de Delgado de Carvalho. A outros negou, e entre esses estava o barão do Rio Branco, que do Conde de Nioac receberia o seguinte telegrama - “Frase textual: sei tudo quero-lhe muito, peço que fique; é seu dever, sirva seu país” (VIANA FILHO, 1958, p. 176).

¹ Brinquedo precioso que guardou até morrer numa belíssima caixa de madeira; soldadinhos que eu o vi armar várias vezes, em posição de combate, em Copacabana, no seu apartamento do 11º andar da Rua Siqueira Campos, 7.

² Uma doença na garganta, quando ainda adolescente, afetou-lhe as cordas vocais.

Continuaria Rio Branco no Consulado de Liverpool, enquanto retomava o menino Delgado de Carvalho para Londres com sua avó.

Viveria ainda por algum tempo naquela Inglaterra, que valendo-se de seu esplêndido isolamento deixava de participar, pelo menos mais diretamente daquelas atribulações que assolavam a Europa Continental. Daquela Europa, que em inúmeras guerras deixara nos receosos países profundas marcas de invasões, que a Inglaterra, pelo menos desde 1066 desconhecia. Viveria Delgado de Carvalho, ainda em sua primeira infância, numa Inglaterra, maior produtora de carvão, o combustível nobre da época que lhe conferia primazia na metalurgia e indústria têxtil. Nela se encontrava o grande entreposto para o qual fluíam matérias-primas enviadas de outros continentes e gêneros alimentícios coloniais que o comércio inglês redistribuía para a Europa Continental.

Neste cenário de prosperidade econômica, numa Londres que era o centro financeiro do Mundo, viveu com todo conforto, cercado de carinho na casa do tio Bartlett James. Mas... esse seu destino sofreria brusca transformação quando Delgado de Carvalho completou sete anos de idade.

Em 1891, casava-se seu pai pela segunda vez, e o menino, retirado do convívio dos familiares de Londres, era levado para Montreux, na Suíça. Sua avó, profundamente abalada, faleceria pouco depois.

Ia o menino, ainda em tenra idade, viver no continente já bastante conturbado. De um lado, o novo colonialismo da expansão pela África, que o Congresso de Berlim (1893-1894) havia repartido desigualmente, sem acalmar os ânimos; do outro lado, a Rússia procurando tirar proveito da fraqueza do Império Otomano - *o homem doente da Europa* caminhava para os Balcãs a fim de obter, no Mediterrâneo, acesso a “um mar livre”.

Os motivos geoestratégicos eram invocados naquela ordem mundial nos fins do Século XIX. A expansão colonial era indispensável, pois permitiria a aquisição de pontos de apoio naval dos quais dependia a segurança das comunicações. Neste contexto, as potências da época tinham favorecidas as suas respectivas expansões para a África, Ásia e Oceania, pois nem a Alemanha, nem o Japão, e muito menos os Estados Unidos participavam dessa nova partilha do Mundo, que se preparava para enfrentar um grande conflito. Era este o cenário político no qual viveria, e nessa História viva, viveria repartindo seu tempo de infância e pré-adolescência entre as cidades de Montreux e Lyon.

A primeira, pacata cidade da Suíça, no Cantão de Vaux, na margem direita do Lago de Genebra, formada por duas Comunas: Montreux-Châtelard, a mais populosa e Montreux-Planches, onde seu pai morou por algum tempo. Já a Cidade de Lyon, na confluência dos Rios Ródano e Saône, bem mais movimentada, se destacava pela próspera indústria da seda.

Na Suíça, passava as férias em casa do pai que não lhe devotava grandes simpatias, e da madrasta (cujo nome evitava mencionar quando dela falava), mais velha do que ele apenas oito anos, e que também não o admirava. Observando-se aí o grande contraste com o lar afetuoso que tivera em Londres.

Para fugir talvez ao ambiente de certo modo hostil, costumava dar grandes passeios a pé pelas margens do lago³. O costume das caminhadas, manteve-o depois. De certa feita, já beirando os 70 anos foi de Copacabana, pelo aterro do Flamengo, até a Avenida Beira-Mar, 436, onde, no 8º andar do Conselho Nacional de Geografia, tinha a sua sala de trabalho; foi aí que se iniciou a longa série de fascículos do *Atlas de relações internacionais*, que produziu para o IBGE. Em Petrópolis, costumava ir de Valparaíso, bairro onde possuía uma casa na Rua Visconde do Uruguai, até pontos bem longínquos, inclusive o Museu Imperial.

Em Lyon, dos 11 aos 18 anos passaria o período escolar no internato dos Dominicanos. Essa estadia, contou-me, transformou-o num agnóstico; e, mesmo adepto da doutrina que declarava inacessível o absoluto ao espírito humano, foi sempre admira-

³ Num desses passeios bem mais prolongado, em 1898, aos 14 anos, avistou Elizabeth Amalie Eugenie, popularizada como Sissi, e chegou a cumprimentá-la quando tomava o barco para ir até Genebra, onde seria assassinada pelo anarquista Luccheni. Ela era a esposa de Francisco José I, Imperador da Áustria.

dor dos Dominicanos, tendo, no Rio, sido grande a sua amizade com Frei Pierre Secondi, que o visitava para longas conversas em francês, nos seus últimos anos de vida.

Recordavam então o passado já distante, em bom e fluente francês, levando o frade a dar boas gargalhadas, quando passava para o dialeto marselhês, e desse me ficaram algumas palavras como *cadiera* (cadeira) e *cachimbau* (cachimbo).

Recordação até certo ponto dramática era sempre a de seu ingresso, aos 11 anos, naquele imenso e vetusto educandário dos padres dominicanos de Lyon. O momento seria contrastante, pois a liberdade de que gozara na Suíça, e o passeio de trem que fizera sozinho pela Alemanha⁴, poucos meses antes, e que classificava como *o canto do cisne*, chocavam-se frontalmente.

Praticamente recluso no colégio, sua família passaria a ser os colegas e os padres. Mas, sempre de bom-humor ainda conseguia destacar alguns prazeres, sobretudo nos sábados, quando era servido aos alunos o bife com batatas fritas, seu prato preferido até o fim da vida. Contava que costumava barganhar esse repasto com colegas desejosos de escapar do banho mensal obrigatório; assim, era comum um do grupo escalado contratar o *Carlôs*, como era chamado, para substituí-lo como *voluntário*.

Marcante foi o seu diálogo com o Diretor Dominicano, ao ser entrevistado no colégio, onde seria entregue por seu pai. Perguntado sobre os idiomas que falava, o menino de 11 anos mencionou o francês, o inglês; dominava também o alemão e o treinara na viagem há pouco realizada, já o português, língua de seus ascendentes, entendia alguma coisa, mas não sabia falar, pois não lhe haviam ensinado. Esse fato caracteriza bem o profundo desprezo que seu pai nutria pelo Brasil, por haver substituído o regime monarquista pelo republicano.

Inquirido sobre o que sabia de História, foi pronta a sua resposta: “Sei tudo desde Adão até Sady Carnot”. Bem atualizado, pois Sady Carnot, presidente da França, havia sido assassinado em 1894, ou seja, no ano anterior, naquela mesma cidade de Lyon, pelo anarquista Caserio. Observando-se que a História seria, ao lado da Geografia e línguas estrangeiras, as suas matérias preferidas.

A França do seu período escolar atravessaria uma fase dinâmica e turbulenta. Entrava em cena o General Boulanger várias vezes eleito deputado pelos realistas, donde sua disposição de fazer brecha na república para implantar a monarquia do antigo regime. Mas, como chefe do Partido Bonapartista no Colégio, Delgado de Carvalho tendia bem mais para o regime imperial. Em contrapartida se dizia socialista, pois nesse mesmo ano de 1894 uma lei permitia a formação de Sindicatos exigidos pelos comunistas, que daria, no ano seguinte, origem à Confederação Geral do Trabalho - CGT à qual caberia a imposição das leis trabalhistas.

Ainda em 1894 era acusado de espionagem e traição o Capitão Dreyfus, oficial francês de origem israelita. Condenado, provocou a divisão da opinião pública gerando crise entre Revisionistas, entre os quais se incluíam ele e seu pai, e Anti-Revisionistas. Contou-me, então, que, muitas vezes, para provocar o pai declarava-se Anti-Revisionista; a rebeldia já começava a penetrar na formação de sua personalidade. Justificava o ato com gírias que sempre usava - achei que poderia conquistar meu pai mostrando-me espírito de porco, já que nada havia conseguido mantendo-me como vaquinha de presépio; mas, infelizmente enganei-me.

Estudante em Lyon viu se desenvolver a política anti clerical lançada já há alguns anos por Jules Ferry, quando Ministro da Instrução Pública; política dirigida principalmente contra as Congregações, que, como a dos dominicanos, seus educadores detinham a maioria dos estabelecimentos secundários.

Em 1902, aos 18 anos, já iniciado o Século XX, deixa o Colégio para participar de um Mundo em ebulição; a opinião pública voltava-se para a política exterior, pois já era nítida a rivalidade franco-alemã. Impunha-se o problema da defesa nacional que levaria o país, posteriormente, a uma reorganização militar sob a autoridade do General Joffre, para finalmente fazer frente à chamada Primeira Guerra Mundial. O fato histórico

⁴ Contou-me que o pai comprou-lhe um passe com direito a visitar várias cidades alemãs... levou-o até o trem, e sozinho ele circulou por esse país, onde pôde treinar o idioma que aprendera na Suíça.

do momento, levando no bojo o seu desajuste familiar, inclinaria Delgado de Carvalho para a carreira militar.

Toda essa História por ele presenciada era contada e revivida nos mínimos detalhes, em nossas conversas para descanso do almoço em seu apartamento na Siqueira Campos, nº 7. Sentado na sua *bergère* predileta, num ângulo entre duas estantes de livros, coincidentemente, relativos ao Brasil, entre baforadas do seu cachimbo, alimentado pelo fumo *Half and Half*, ele me transportava para esse passado tão remoto para mim, mas sempre presente para ele.

E... seu destino mudaria mais uma vez.

Para não ter que ir morar na Suíça, sentaria praça no Exército Francês. E, com esse ato, sem que o soubesse, perderia a sua nacionalidade brasileira até então de direito, por haver nascido em Paris, mas na Legação do Brasil, com seu pai em serviço diplomático.

Viveria então anos de intensa paixão pela carreira militar, tendo na Cavalaria a sua Arma predileta; mais um desencontro, pois o pai o desejava na carreira diplomática.

A dura vida no Exército associada à eterna carência afetiva, ligaram-no intensa e singularmente à *Bagace*. Falava de sua *Bagace* com saudades, carinho e muita emoção. Era uma égua muito mansa que o servia, e em cujo dorso dormiu várias vezes quando em manobras.

Numa dessas manobras militares, em pleno verão, o destino daquele jovem decidido a seguir carreira militar transmudaria outra vez, por conta de um fato que poderia, mas não seria evitado.

O ano - 1904; o local - Marselha, na boca do Ródano, que a recente abertura do Canal de Suez transformara em grande centro comercial. Era então bem forte o calor e muita a sede da soldadesca após várias horas de exercício forçado. Eis que, a frente dele e de alguns colegas, surge num buraco, atraente poça d'água. Alguns a ela se atiraram com avidez, e entre eles, o jovem sargento Carlos Delgado de Carvalho, contrariando as ordens do Capitão, que procurando impedir o ato insensato, chicoteava os que teimavam em matar a sede. O resultado: contrairia o tifo, que levaria para o túmulo vários de seus companheiros.

Recordando o fato, mostrava-me, já então bem idoso, quase na casa dos 90, mas ainda redigindo O *Atlas de relações internacionais*, que na juventude as ilusões e esperanças vãs caíam sobre ele como folhas mortas, mas que em compensação as altas verdades apareceriam com muito mais brilho.

Com tifo, seria internado no Hospital Militar de Marselha, onde durante alguns meses esteve entre a vida e a morte, chegando mesmo a receber a extrema-unição. Caiu-lhe todo o cabelo, ficou magro e debilitado; estava definitivamente cancelada a carreira na Cavalaria que pretendia seguir cursando Saint-Cyr. Falou-me várias vezes do grande sonho de ingressar na Escola Especial Militar de Saint-Cyr, criada em 1803, em Fontainebleau, por aquele que no Colégio de Lyon fora o seu ídolo - Napoleão Bonaparte. Contava-me sobre suas antigas instalações na Casa Real de S. Luiz; após o armistício de 1940, foi transferida para Aix-en-Provence e, depois para Chercell (1943-1945), que visitou quando de uma de suas viagens a Paris. A Segunda Guerra Mundial havia destruído as edificações de Saint-Cyr instalada em Coetquidan depois de 1946. Foi rever a sua perdida Saint-Cyr que sempre seguiu de longe - no espaço e no tempo.

No entanto, a carreira militar ainda iria ser tentada. E quando se recordava dessa teimosia, citava André Gide - "quando se é jovem, escolhe-se um caminho entre cem... depois, passa-se o resto da vida na nostalgia da vida dos outros noventa e nove".

Iria tentar a carreira militar via *batalhão suicida* que operava na Argélia; note-se, aí ainda, por falta de estímulo familiar, o desejo de desaparecer desse Mundo que definia como uma "bola para onde viera sem ser cheirado nem consultado". Maneira bastante desdenhosa de se referir ao próprio nascimento e vida solitária da adolescência e início da juventude.

⁵ A idade avançada, o desejo de prosseguir na elaboração do *Atlas de relações internacionais* para o IBGE, levaram o Conselho Nacional de Geografia, onde eu já era geógrafo, a consentir que o nosso Setor de Geopolítica, fiado na gestão de Deoclécio de Paranhos Antunes como Secretário Geral, passasse a funcionar na residência de Delgado de Carvalho, a partir de 1962. O termo Geopolítica, suprimido pouco depois, foi oficializado como Setor de Geografia Internacional.

Cada trecho de sua vida era uma lição de História envolvida na sua estória. Já que a Legião Estrangeira que estava pleiteando era formação do Exército Francês criada na Argélia em 1831, composta por soldados voluntários para o serviço do país. Compreendia entre outros Regimentos, o da Cavalaria, cujo Quartel Central se situava em Sidi-bel-Abbés. A divisa - *Honneur et Fidélité* (honra e fidelidade), o quepe branco, as dragonas nas cores verde e vermelha passaram a fazer parte de seus sonhos tão logo tivera alta do Hospital Militar de Marselha. Estava à beira do Mediterrâneo e dali para a Argélia seria apenas um passo; passo que não deu, pois lá também não o aceitaram. A carreira militar passava a ser apenas um caminho entre cem... teria, pois, que optar por um dos outros noventa e nove.

Um ideal perdido é difícil de se aceitar, conjecturava visivelmente emocionado, pois ele não cresce como a unha cortada. Mas... havia sobrevivido ao tifo, teria ainda que continuar nessa *bola*, e um rumo deveria tomar. Mais uma vez mudava o seu destino!

Foi para Lausanne, no Cantão de Vaud, já na margem norte do Lago de Genebra, para onde mudara-se seu pai. Aí lecionou, por pouco tempo, História moderna no Colégio de Champitet, pois ainda no ano de 1905 retomava a Paris, ingressando na École Libre des Sciences Politiques. Na capital francesa, onde nascera, dizia-me, sentia-se como se em casa estivesse; conhecia palmo a palmo. Sem nada ter visto, conheci também Paris, tantos eram os detalhes que ele me trazia e os postais que mostrava, muitos dos quais legendados e comigo ainda guardados.

Na Ilha da Cité, a famosa Notre Dame, e aí entrava em cena o Victor Hugo, escritor monarquista francês, que falecera no ano seguinte ao seu nascimento. Esse o havia inspirado no modo de comer; como o escritor, dedicava *amor físico* ao prato no qual começara a comer e não permitia que não o trocassem após a salada; também, como o autor de *Os miseráveis*, gostava de misturar todos os pratos oferecidos na refeição. A sobremesa... nunca como os brasileiros, sempre como os franceses - o doce antes da fruta. Toalha na mesa... jamais; o jogo americano era não só prático, como bem mais higiênico.

Sentia naquele universitário o Sena deslizar - a vida financeira e comercial dos *boulevards* na margem direita. As valsas dolentes dentre as quais a sua preferida que cantarolava muito desafinado e que assim começava: - *Rien ne si bleu ... que le bleu de tes yeux*. O Soneto D'Anvers que declamava, ainda, guardo-o numa folha de papel por ele manuscrita.

Fazia-lhe muito bem recordar... e muito me fez aprender nos 23 anos que juntos trabalhamos para o IBGE. Sem que ele o percebesse, depois das conversas procurava tudo anotar; seu passado ficava comigo neste caderno de notas; o presente ele mesmo resumia em pequenas agendas anuais que chamava de *calepin*.

De seu passado em Paris, familiarizei-me com o Palais-Royal, com a Rue Rivoli e sobretudo com a Ópera, que frequentou como *penetra*, de fraque e cartola emprestados, pois para viver dispunha apenas da pequena herança que a mãe lhe deixara. Descrevia-me a Paris dos Champs-Élysées que lhe mudara a vida, mas não lhe roubara o ídolo Bonaparte; as largas avenidas abrindo-se em leque ao redor do Arco do Triunfo que, com orgulho frisava, nascera graças a um decreto de Napoleão em 1806, embora só inaugurado em 1832, curiosamente no ano em que falecia tuberculoso em Viena, seu único filho. E, nessa História viva ficava-se sabendo porque na França não se teve um Napoleão II - apenas o primeiro e deste o sobrinho, que foi o Napoleão III.

Na margem esquerda do Sena pululava o centro da vida política, artística e intelectual; ali as livrarias atraíam aquele jovem sequioso do saber. Universitário que vivia numa Paris de prédios muito antigos, alguns mal conservados, e casas individuais, muitas das quais insalubres. Métodos rudimentares de higiene só começam a ser implantados após a Primeira Guerra Mundial. Muito nesse setor deveu-se aos Estados Unidos, que, como europeu, desdenhava; depois arrependeu-se e confessava que muito sentiu só havê-lo visitado depois dos 40 anos.

Na velha Paris, dividia um quarto com o maior amigo e quase irmão Pierre Daniel. Mudava a sua expressão quando dele falava com um carinho poucas vezes demonstrado; das tardes quando voltavam de suas escolas (Pierre Daniel cursava medicina), trazendo uma garrafa de vinho e bisnaga de pão debaixo do braço, que sem

nenhuma higiene era vendida desembulhada. O traço comum na feliz convivência estava no fato de serem ambos muito organizados; razão pela qual não davam muito trabalho à fiel empregada que lhes arrumava o quarto. Desta nunca lhe soube o nome, pois ele a apelidara de *Curigane*; nunca lhe perguntei a origem de tal nome.

Foi metódica a vida universitária em Paris, e para melhor sobreviver teve que se improvisar em jornalista, escrevendo artigos sobre política internacional para jornais suíço e francês. Daí adviria mais um choque com o pai. Apesar de bonapartista, Delgado de Carvalho acatara a república como fato consumado, sobretudo no Brasil, pelo qual já começava a se interessar. Esse seu conformismo desagradava profundamente o monarquismo ferrenho do pai, que mesmo nos *nobres jantares* à luz de vela em sua casa de Lausanne, nas raras vezes em que via o filho, o impedia de mencionar, perguntar ou questionar sobre o Brasil. País que por certo já estava na mira de sua futura tese, pois cabia perfeitamente na máxima de Napoleão que sempre me repetia - "Só os imbecis é que não mudam".

Ali era o reduto dos monarquistas e, conseqüentemente, de descontentes. Era, pois, preciso averiguar, sobretudo experimentar, tal como sugeria Bacon, *pois todas as cores estão de pleno acordo no escuro*. Assim, Delgado de Carvalho seria tomado do intenso desejo de conhecer aquele Brasil tão vilipendiado. Afinal, neste País haviam nascido seus pais, seus avós e foram famosos os seus bisavós - o visconde do Uruguai e o visconde de Itaboraí. O primeiro, por linha materna, chamava-se Paulino José Soares de Souza; fora hábil diplomata, organizador do corpo diplomático e, entre outras atividades, negociara em Paris (1855) a questão de limites com a Guiana Francesa. O segundo, pelo lado paterno, apresentava muita semelhança física com o bisneto, até mesmo no gesto de sustentar a cabeça com um dedo apoiado no queixo e dois na face; seu nome - Joaquim José Rodrigues Torres, o criador do Banco do Brasil (1853) e que Pandiá Calógeras definiu como *um dos mais eminentes financistas que o Brasil tem possuído*. Logo no hall de entrada de seu apartamento em Copacabana havia uma mesinha console junto à parede contígua à porta (de ferro e vidro) - ali, lado a lado em porta-retrato a figura desses seus dois ancestrais brasileiros.

Para doutorar-se na Escola de Ciências Políticas de Paris, teria o então jovem universitário que escrever uma tese e essa, já havia decidido - seria sobre o Brasil. Decisão que viria mais uma vez mudar o rumo de sua vida.

O pai, de antemão, iria preveni-lo - se ousasse pôr os pés no Brasil seria deserddado e cortadas para sempre as relações familiares. Mas, ainda na Suíça, tendo a reprovação incondicional do pai, receberia apoio pleno de Alberto d'Oliveira, o encarregado de negócios de Portugal. Esse poeta portuense, estilista elegante e primoroso, o incentivou, mesmo que contrariando ao pai, a vir para o Brasil; este, além de sua pátria verdadeira, era, sem dúvida alguma, um País promissor onde ele, na plenitude de sua juventude, poderia viver e desfrutar de futuro brilhante.

O "bilhete do navio custou-me 600 mil réis", costumava dizer, e completava - "custou-me também a herança paterna". Sem outros filhos, seu pai doou imediatamente a parte que lhe caberia à segunda esposa e esta ao falecer transferiu tudo para a municipalidade de Lausanne. Eis aí a razão pela qual a cidade homenageia seu benfeitor com a *Rue Delgado de Carvalho*.

Sem reivindicar seus direitos, acatou a vontade do pai e tudo o que veio a possuir a partir de então passaria a dever ao seu próprio esforço e sobretudo ao Brasil. Assim, o que de um lado parecia ser mais um fracasso em sua vida, foi, na realidade, a oportunidade de começar, inteligentemente, tudo de novo.

Recife foi o primeiro ponto de terra brasileira a ser vista, muito superficialmente pelo jovem; lá recordava-se de haver saído do navio e em terra, nas imediações, ter tomado uma xícara de café com leite. No cais do porto do Rio de Janeiro, seria recebido, em 13 de agosto de 1906, por Mathias Roxo, que se tornara seu amigo em Paris; tinha então apenas 22 anos, via e viveria o seu Brasil, que lhe reservava pela frente um futuro todo brilhante. Fora profético o português Alberto d'Oliveira!

A cidade que o abrigaria era bem diferente da Paris em que vivia. Era calma e pachorrenta, suas ruas em geral estreitas, veículos de tração animal, o tílbur para os mais

apressados (médicos ou parteiras), automóveis eram coisas raras. Fazia apenas dois anos que a Capital Federal entrara na era de melhoramento - Francisco de Paula Rodrigues Alves era o Presidente e Francisco Pereira Passos, o Prefeito. No centro da cidade, as velhas e sujas vielas começavam a dar lugar à Avenida Central (atual Rio Branco), Gomes Freire, Mém de Sá, etc. O serviço de bondes eletrificados viria a ser uniformizado pela The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Comp. Ltda.

Em sua *História da cidade do Rio de Janeiro*, publicada em 1926, dava testemunho do que em parte chegara a ser testemunha ocular. "Um progresso considerável foi também realizado no calçamento das ruas que era péssimo ou então inexistente; foram asfaltadas as artérias principais. Muitas ruas foram retificadas no seu alinhamento, outras foram submetidas a recuos progressivos". Seria uma *época de grandes e profundas transformações*, continua Delgado de Carvalho, para as quais seria "preciso a energia do velho de setenta anos que, com sua viajada experiência, e seu entusiasmo de moço, levou ao fim seu plano, à custa de um trabalho assíduo diário de muitas horas" (CARVALHO, 1926, p. 122-124)⁶.

Transformava-se o Rio de Janeiro e também a vida daquele jovem solitário que aqui encontraria a sua verdadeira família. A rua do Ouvidor era ainda o centro elegante da cidade, mas foi para um hotel da Praça José de Alencar, no político bairro do Catete, que o antigo Mathias Roxo instalou o recém-chegado Delgado de Carvalho. No local, viam-se ainda velhas construções de aspecto joanino e casas modernas, que o carioca, zombeteiramente chamava de *estilo compoteira*, pelos adornos no beiral do telhado onde se criavam mosquitos.

Motivo para a escolha daquele hotel?!? Quase toda a família de Mathias Roxo morava pelas imediações. Era, ainda, o sítio mais próximo da Rua Senador Vergueiro, onde estava o palacete da matriarca dos Monteiro de Barros - D. Cecília Pimenta de Moraes (sobrenome de casada) que enviuvara muito jovem. Era a avó de Mathias Roxo, seu introdutor nessa nova terra da qual ignorava até o idioma. Como a maioria dos palacetes⁷ dessa época, era um casarão amplo no meio de grande jardim e quintal com muitas árvores frutíferas.

Retomou em seguida a Paris para apresentar a jovem esposa; os dois não foram recebidos na Suíça, mas em Londres tiveram as bênçãos da velha tia, irmã de sua mãe, já viúva, e que o tivera como filho até os sete anos.

No Brasil, outros costumes, nova vida, agora como chefe de família. Seu primeiro emprego seria o de redator de política internacional do *Jornal do Commercio*, para o qual produziu vários artigos, analisando a turbulência que ia pela Europa, no contexto mundial; era tudo escrito em francês e traduzido, pois ainda não dominava bem o português.

Por isso, também seu primeiro livro, publicado em 1910 - *Le Brésil meridional* saía em francês e, ainda, assina Carlos Miguel Delgado de Carvalho, pois seu pai ainda vivia. Impresso na Imprimerie E. Desfossés, Quai Voltaire, 13 (Paris), a obra com 529 páginas, um mapa e numerosos quadros estatísticos, praticamente revolucionava a Geografia no Brasil. Valendo-se da Geohistória, descreve a zona cafeeira de São Paulo, a do mate no Paraná e em Santa Catarina, e pastagens no Rio Grande do Sul. Alerta o leitor para a existência de um Brasil "tão vasto, tão malconhecido e relativamente tão pouco povoado, possuidor de terras e climas variados, produtos diversos e riquezas inexploradas bem numerosas".

Mas... sua queda maior era pela História; por que iria, inicialmente, enveredar pela Geografia? Deixemos que ele mesmo o explique, recorrendo ao prefácio que escreveu para a 1ª edição da *História da civilização brasileira* de minha autoria. Datando-o de 7 de junho de 1969, afirma textualmente: "Quando, no princípio desse século, cheguei ao Brasil, tratei logo de me enfronhar um pouco mais na sua História. Adquiri então o compêndio de um eminente professor, João Ribeiro, que futuramente iria ser meu colega no Colégio Pedro II. Li com prazer e proveito seu admirável manual didático". A

⁶ Essa obra seria re-editada em 1988 pela Prefeitura do Rio de Janeiro (Departamento Geral de Documentação e Informação), e lançada no dia 20 de junho no Paço Imperial (Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro).

⁷ Cheguei a conhecê-lo, pois visitei-o, quando já seu proprietário Afonso Bandeira de Mello, casado com Maria Teresa, uma Monteiro de Barros.

mesma opinião não teria das “geografias” que caíram em suas mãos; eram autênticos catálogos, obrigando os alunos a decorarem nomes de rios, montanhas, cidades, países; e, o pior ainda, quando se tratava do Brasil, a clássica divisão por estados, jamais como um todo ou região natural.

A Geografia e seu ensino precisavam ser modernizados e, para isso, Delgado de Carvalho aventurou-se a aprender o português. Comprou uma Gramática - eram tantas regras coroadas de tantas exceções, que me confidenciou: “resolvi escrever o português por exceção”.

Seu primeiro livro em português, publicado em 1913, *Geographia do Brasil* é dedicado ao Imperador deposto que conheceu em Paris aos cinco anos; este trabalho, por ser inovador, lhe valeria o título de “Pai da Geografia Moderna” no Brasil. Era ainda o C.M. Delgado de Carvalho que se transforma distraidamente em C.D. de C. na seguinte dedicatória: “À memória de Dom Pedro de Alcântara é dedicado este estudo sobre a Terra que tanto amou e onde deixou os maiores exemplos de honestidade, retidão e patriotismo” (CARVALHO, 1913).

É também este o primeiro e único livro com prefaciador; o escolhido foi Oliveira Lima, que o datou de setembro de 1913. Principia afirmando:

[...] o caso do Sr. Delgado de Carvalho é parecido com o meu. Educados ambos fora da terra que nos fora berço, ainda que em atmosferas morais brasileiras, assim constituídas pelos círculos de família e amigos, tanto mais sedutora nos parecia a pátria distante. A mim, encantou-me cedo a sua História, que sorvi haustos românticos nas páginas eloquentes de Southey. Ao Sr. Delgado de Carvalho atraiu-o a Geografia, a terra de preferência à gente, e que veio para o Brasil pôs-se a palmilhá-la e sobre ele escreveu dois livros de impressões, do Sul e de Minas e agora esse tratado corográfico (CARVALHO, 1913).

Observamos, que discreto, Delgado de Carvalho não explicara a Oliveira Lima o porquê da Geografia. Não o disse, mas o historiador parece haver captado, pois afirma em outro trecho:

A educação estrangeira pôs nos estudos do autor mais método do que lhe teria podido inculcar a educação nacional - no Brasil há que ser muito autodidata -, e o seu trabalho denuncia felizmente processos de ensino franceses, feitos de clareza e precisão. Já a base do tratado, ou manual se não lhe quisermos dar aquele primeiro nome, por pomposo e, porventura descabido, representa uma inovação feliz. O Sr. Delgado de Carvalho, partindo do princípio racional de que as divisões da Geografia só devem ser procuradas na própria Geografia, condena, neste sentido, a divisão administrativa por Estados, divisão toda fisicamente convencional e baseia sua descrição nas regiões naturais do Brasil (CARVALHO, 1913).

É, pois, Delgado de Carvalho o idealizador da divisão do Brasil em cinco regiões naturais, bem como de nossa primeira classificação metódica de clima, publicada em volumoso livro *Météorologie du Brésil*. A seriedade desta obra, editada em 1916, valeu-lhe o direito de se tornar Conselheiro da Royal Meteorological Society of London em 1917, e de receber em 1920 a medalha Jansen. Seu prestígio internacional já fora reconhecido no Brasil, pois, em 18 de março de 1916, o Instituto Histórico e Geógrafo Brasileiro o elegia para exercer o cargo de Professor Extraordinário da Escola de Altos Estudos. Ainda em Londres era, em 1918, nomeado Delegado do Brasil na Conferência da Internacional Scientific Organization.

O porquê dessa sua estadia em Londres durante a Primeira Guerra Mundial será explicado. Em princípio de 1914, morreu-lhe o pai; foi com toda a família, já formada pela esposa e um casal de filhos, render-lhe as últimas homenagens diante do túmulo. Logo em seguida estourava o conflito... o retorno, na época só realizado em navio seria perigoso; ficou por isso em Londres, onde se manteve como correspondente de guerra, e seu livro sobre meteorologia havia sido publicado na Europa, produto de pesquisas realizadas no Museu Britânico para onde se dirigia diariamente.

Retomando ao Brasil, finda a guerra, coincidentemente chegava à presidência da República o nordestino Epitácio Pessoa (1919-1922), almejando priorizar sua região sempre tão castigada pelas secas. A notória competência de Delgado de Carvalho levaria Arrojado Lisboa, em 2 de fevereiro de 1921, a nomeá-lo Diretor do Serviço Pluviométrico; de suas pesquisas surgiram 56 mapas, que, reunidos, seriam publicados no *Atlas pluviométrico do Nordeste* (1931).

Seu ideal, porém, era o magistério e, no Brasil, sua iniciação seria no Colégio Pedro II para o qual concorreu em 1920 à cadeira de Inglês com a tese - *Esboço histórico da origem e formação da língua inglesa*. Dos três concorrentes, só ele falava o inglês fluentemente; mas sua vitória descontentou alguns professores do Colégio que viam em Delgado de Carvalho um monarquista, por isso muito ligado a Carlos de Laet. Este último era, de fato, monarquista intransigente e, durante a campanha republicana, granjeara inúmeros inimigos. Em 1920 publicara, em plena eferescência do modernismo, versos de saudação a D. Pedro II denominados "Predição-Saudação". Quanto a Delgado de Carvalho, a prova documental exibida era a dedicatória feita ao Imperador no seu livro de 1913.

Catedrático de Português do Colégio Pedro II, soube Carlos de Laet que se articulava um movimento no Colégio para impedir a nomeação do aprovado sob pretexto de que, não sendo ele brasileiro, estava impedido de ocupar cátedra em estabelecimento de ensino do governo.

Para Delgado de Carvalho, caberia a surpresa de saber-se francês, por haver servido no Exército de lá; mas logo avisado por Carlos de Laet, naturalizou-se brasileiro desarticulando o *complot*.

Não lhe interessava, porém, o ensino do inglês, daí ter conseguido dar aulas de Sociologia no Colégio Pedro II e depois na Escola Normal (depois Instituto de Educação), para onde entrou em 1923 e só saiu aposentado pela compulsória aos 70 anos.

Para as suas normalistas, publicaria a já citada *História da cidade do Rio de Janeiro* e mais cinco trabalhos dedicados à Sociologia, matéria da qual se tornaria catedrático. Em ordem apareceram *Sociologia* (1931, em dois volumes, publicados pela Livraria Francisco Alves), *Sociologia educacional* (1933, com 426 páginas, publicado pela Companhia Editoria Nacional), *Sociologia e Educação* (1934, com 228 páginas, publicado pela Editora Guanabara), *Sociologia aplicada* (1934, com 304 páginas, publicado pela Companhia Editora Nacional) e *Sociologia educacional* (1940, com 426 páginas, publicado pela Companhia Editora Nacional).

Quando elaborou este último, já havia visitado os Estados Unidos, daí a justificativa que faz na Introdução. História então que:

A inclusão desta cadeira de Sociologia aplicada no curso do Instituto de Educação do Distrito Federal pelos Professores Anísio Teixeira e Lourenço Filho veio mostrar a importância que estes dois reformadores do nosso ensino atribuem à formação social do professor. O exemplo, aliás, foi seguido em São Paulo, onde o Professor Fernando Azevedo prestou idêntico serviço ao curso normal,

Conclui então:

Este primeiro ensaio de Sociologia Educacional é apenas uma tentativa de aclimação, em nosso meio, de um ramo de estudos sociológicos especiais, hoje já correntes nos Estados Unidos. Este fato explica, em parte, as referências tão freqüentes a fontes norte-americanas (CARVALHO, 1940, Introdução).

Deseuropeizava-se Delgado de Carvalho e, com isto, podemos dizer alçava voos bem mais altos. Ainda no âmbito do curso Normal, onde labutou até 1954, publicou em 1926 a sua *Chorographia do Districto Federal*. No prefácio redigido por ele em Petrópolis, qualifica esse seu livro de 110 páginas, além de um corpo de 23 ilustrações, no final editado pela Livraria Francisco Alves, de "primário". Justificando que assim pode ser chamado "quando correspondendo a um ano do curso primário, é destinado a orientar

o professorado encarregado de ministrar os ensinamentos do referido ano". O livro é destinado não ao aluno, mas às mestras, já que

[...] após numerosas visitas a nossas escolas municipais e depois de longas conversas com as professoras [...] cheguei à conclusão que, dado o elemento discente que freqüenta nossas escolas, dados o preparo, a dedicação e a boa vontade que caracterizam o atual corpo docente municipal, é preferível, até o quarto ano primário, escrever livros destinados a auxiliar as professoras, do que livros destinados diretamente às crianças (CARVALHO, [1926], Prefácio).

Na realidade, essa Corografia vinha bem mais em auxílio à Geografia local, tão ignorada quanto malministrada aos estudantes.

Sua atuação no período Vargas foi intensa e profícua, começando pelo Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, através do qual era nomeado membro do Conselho Nacional de Educação, como representante do Ensino Secundário Federal. Resultando daí seus livros didáticos (para as quatro séries do curso ginásial) de Geografia e História, que, com a unificação do ensino e centralizações dos programas no Colégio Pedro II, transformado em padrão, iriam servir a toda uma geração de estudantes em todo o Brasil.

A Geografia do curso ginásial de então começava no primeiro ano pela parte geral de seu conhecimento nos setores físico, político e humano. Os continentes entravam no segundo ano, e na nota preliminar que abre o compêndio, Delgado de Carvalho justifica que, vencida a primeira etapa, aos 13 anos mais ou menos, o aluno já estaria preparado para aplicar as noções precisas que aprendera no ano anterior ao mundo do qual fazia parte. Importante nessa nota preliminar (CARVALHO, 1923), é sua posição quanto à grafia dos topônimos: "Quando não existem formas vernáculas já vulgarizadas e conhecidas de todos os interessados, evitamos abrigar os nomes estrangeiros por causa do perigo de cair no extremo e de apresentar palavras que atlas nenhum utiliza." Assim podemos considerar Londres como palavra definitiva no lugar de London, mas é absurdo transformar no futuro do verbo ir - "Irão", o país que, na realidade, se chama Irã.

Quando no IBGE tentou uniformizar os topônimos internacionais, depois que o órgão havia tomado tal atitude com relação aos nacionais. Elaborou então páginas com colunas encimadas pelas palavras - alemão, inglês, francês, italiano, espanhol e português; nesta última, seria escrito o topônimo adotado pela maioria dos vários atlas consultados. Mas, estava-se no final da gestão de Jurandyr Pires Ferreira, na presidência do IBGE, que pretendia apoiar a ideia; a mudança do governo Kubitschek para o de Jânio Quadros faria abortar a ideia.

O prognóstico que fizera ainda em 1943 de que - "muito em breve serão tomadas pelas autoridades competentes certas medidas que limitarão possíveis divergências", essas continuam. Em publicações do mesmo Ministério da Educação, o *Atlas geográfico* e o *Atlas histórico* da Fundação de Auxílio ao Estudante - FAE divergem. No primeiro, a FAE aceita as grafias, por exemplo de Romênia, Camarões e Amsterdan; no segundo, aparecem a Rumânia, o Camerum e Amsterdan. Urge, pois, por parte do IBGE, um trabalho sério e metucioso sobre os topônimos internacionais.

Após o governo Jânio Quadros, a colaboração de Delgado de Carvalho ao IBGE através do *Atlas de relações internacionais* passou a ser feita de seu apartamento em Copacabana, como já nos referimos. No interregno saindo da Beira Mar, 436 - 8º andar, trabalhou Delgado de Carvalho na Franklin Roosevelt, 146, onde também estava a Presidência do IBGE. Aí foi feito o *Atlas de relações internacionais* em um volume, com desenho cartográfico de Martinho Correia e Castro e retratos a bico de pena de Ivan Wasth Rodrigues. O setor já se denominava de Geografia Internacional. No prefácio, a grande realidade - saía a geopolítica do setor estritamente militar para o civil, e caberia ao IBGE esse grande feito; daí as palavras de seu Presidente em exercício:

O Atlas que ora se apresenta tem um valor muito expressivo para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, porque não dizer, para o Brasil. É ele a primeira grande publicação de geopolítica realizada no Setor de Geografia Internacional, recentemente criado no Conselho Nacional de Geografia (ATLAS..., 1960, Prefácio).

Complementando, diríamos que o referido *Atlas* tem sobretudo valor histórico, pois publicando pela primeira vez um mapa da defrontação da Antártica, conduziria o País a todo um processo de que resultaria na assinatura do Tratado de Washington e instalação de uma base brasileira no Continente Austral.

Colaborando com a Publicação nº 6 - Série C de Manuais da Biblioteca Geográfica Brasileira, do Conselho Nacional de Geografia, publicou ainda Delgado de Carvalho *Leituras geográficas* em 1965. Enquanto por inspiração de Antônio Teixeira Guerra saía a segunda edição de um livro já esgotado de Delgado de Carvalho em 1967; foi a *Geografia humana: política e econômica*. Documentado e fartamente ilustrado pelo Conselho Nacional de Geografia, o referido livro após uma introdução geral sobre os diferentes ramos da Ciência compõe-se de quatro grandes unidades que envolvem estudos dos Grupos Humanos, passa para o *habitat*, chega até a Ocupação Produtiva do Solo e termina focalizando a Indústria, Comércio e Comunicações.

Todo esse trabalho não remunerado feito por Delgado de Carvalho ao IBGE, possível graças a sua participação no Diretório do Conselho Nacional de Geografia; é que desde sua fundação, em 23 de março de 1937, foi ele o Representante do Ministro da Educação no órgão.

Como destacado geógrafo no âmbito internacional, Delgado de Carvalho levaria o nome do IBGE ao exterior. É que como convidado da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, organizou e dirigiu o Seminário de Geografia em Montreal (1950), conseguindo trazer para o Rio de Janeiro o XVIII Congresso Internacional de Geografia. Ainda em Montreal admirou os presentes, quando, no decurso do encerramento, começou falando em alemão, daí para o inglês, em seguida o francês e terminou seu discurso em português.

Membro Honorário, Sócioefetivo ou Correspondente de várias entidades históricas e geográficas no Brasil e exterior, foi Delgado de Carvalho o primeiro brasileiro a ser agraciado em 1952 com a medalha David Livingstone, só atribuída a geógrafos de renome pela The American Geographical Society; tornou-se por isso, Membro do Council of the American Geographical Society.

Portador da medalha Légion D'Honneur, criada por Napoleão Bonaparte, foi sempre intensa a sua ligação com intelectuais do país onde nascera.

Ainda no setor didático, depois da *Geografia geral do Brasil* escrita para a terceira série ginásial, que classificou segundo termo pitoresco de James Fairgrieve, de Gramática da Geografia, encerrava o ciclo com a *Geografia regional do Brasil* para a quarta série. A primeira cabia "a estrutura" - relevo, clima, vegetação, população - como substantivos, adjetivos, verbos ou conjunções. Já a segunda era a "sintaxe da Geografia", que bem preparada permitiria a expressão do pensamento; "é a geografia regional viva e integrada, com propósitos e ideais, que revela a bela unidade da Nação. Feliz o mestre brasileiro que sabe cativar a atenção, o interesse, a simpatia de seu jovem auditório com assuntos brasileiros, exatamente porque brasileiros".

Na sua *Geografia regional*, agradece Delgado de Carvalho ao IBGE por tê-lo auxiliado com mapas e fotografias, destacando entre outros Christovam Leite de Castro e Fábio Macedo Soares Guimarães; em 30 de janeiro de 1993, completou esse livro o seu cinquentenário, após haver servido a toda uma geração de brasileiros.

A nomeação de Delgado de Carvalho, por Getúlio Vargas, para exercer as funções de membro da Comissão do Livro Didático em 14 de agosto de 1939, desencadearia não só a série de livros de Geografia, mas também de História. Defendia a cronologia e, como o Brasil só nasceria para o Mundo Conquistador durante a Era Moderna, optava, para as duas primeiras séries ginásiais, para sucessivamente - Histórias Antiga e Medieval, seguindo-se a História moderna e contemporânea. Somente depois, na terceira e quarta séries se detalharia o Brasil. Eram as mesmas gramática e sintaxe usadas para a Geografia.

Seus livros didáticos de Geografia tiveram bem melhor aceitação que os de História. Criticado pela prolixidade nos livros de História, responderia Delgado de Carvalho (1959) na Introdução do volume destinado aos períodos Antigo e Medieval.

Ponderam freqüentemente colegas e amigos que os compêndios de minha lavra nem sempre são de fácil manuseio para alunos do curso secundário. A crítica é justa: devo, entretanto, dizer porque hesito em mudar de sistema. O aluno secundário, em primeira série, por exemplo, tem em média 12 anos de idade, são poucos os mais moços, são muitos os mais velhos. Ora, os compêndios europeus que meus colegas tão bem conhecem e apreciam, os compêndios franceses principalmente, são de tal modo mais ricos e informativos nas séries correspondentes que, não julgando eu os nossos jovens patrícios inferiores aos europeus, não me posso resignar a tratá-los como alunos primários baixando o padrão de ensino nacional. Nestas condições, deixo nos meus livros o que penso poder lhes ser útil algum dia, sem insistir no estudo da totalidade do texto oferecido. Este dia virá, creio eu, com o melhoramento gradual do ensino secundário entre nós.

Compactuo na crítica, pois estudei tanto nos livros de Geografia quanto nos de História de meu mestre e amigo Delgado de Carvalho, e senti nos últimos maiores dificuldades. Acredito que os franceses, sempre como centro da História, mesmo antiga e medieval, tanto quanto na moderna e contemporânea, tinham a matéria como assunto bem mais familiar, que nós brasileiros; não só mais familiar como bem mais ao seu dispor em ruínas romanas, castelos medievais, ou então no Louvre, onde até o Egito antigo se faz presente graças a François Champolion e Napoleão. Essa superioridade não se compara, pois ao plano material-cultural brasileiro, que só marginalmente aparece na História a partir da Era Moderna. Não se trata, pois, de inferioridade e sim de oportunidade.

Assim, a mesma opinião de prolixidade se atinha aos seus famosos “tijolinhos”, como ele apelidava as *Súmulas de história colegial* que serviram aos alunos dos cursos de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia, para os famosos testes (impressos em papel branco, azul e amarelo) para contarem como notas de estágio.

Parece ter sido profunda a admiração de Getúlio Vargas por Delgado de Carvalho, nomeado a 8 de maio de 1940 para o cargo de delegado do Brasil na XI Seção (Educação) do 8º Congresso Científico, realizado entre 10 e 18 daquele mês e ano.

Foi para apaziguar ânimos exaltados no Colégio Pedro II que Vargas o nomeou Diretor-Geral do externato pelo Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1931. Por pouco tempo no cargo, criava o “Conselho de Alunos” em tentativa de que o próprio corpo discente se autocomandasse no sistema disciplinar, e introduzia o uso do “balandrau” (como ele denominava o guarda-pó) para os inspetores. Granjeou, por suas ideias inovadoras vários opositores na Congregação do Colégio, onde uma voz sempre se levantou em seu favor - a do professor José Cavalcanti Barros Accioli.

Não dispensava o “balandrau” quando dava suas aulas na Faculdade Nacional de Filosofia e no Instituto de Educação, respectivamente, como catedrático de História moderna e contemporânea e de Sociologia; das duas unidades só saiu pela compulsória, ao completar seus 70 anos de idade.

No magistério superior, havia ingressado, em 1936, como professor de História contemporânea da Universidade do Distrito Federal, tendo, por curto período, ocupado interinamente a Cátedra de Geografia do Brasil. Em 1939, tornava-se professor catedrático de História moderna e contemporânea na Universidade do Brasil, que com a transferência da capital para Brasília, em 1960, transformava-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Na compulsória, continuou, como professor contratado, a dar aulas no curso de Jornalismo (1954-1957), quando a Congregação da Faculdade houve por bem conceder-lhe o título de Professor Emérito (1956). Encarregada então de organizar-lhe o *Curriculum Vitae*, tive acesso a um gavetão em sua biblioteca, onde pude manusear vasta papelada e adentrar-me um pouco mais em sua vida já longa e profícua. Só então a família e sua própria esposa passaram a saber o que sempre procurou esconder - a data de seu aniversário, que sua certidão de batismo declinava.

A sala de aula era o seu “trono” do qual reinava e atraía os alunos, seus “súditos” e admiradores em sua maioria. Dentre esses, dedicou especial destaque e carinho por

Jorge Zarur, geógrafo do IBGE, que foi por vários anos diretor de divisão no Conselho Nacional de Geografia. Com ele e Wanda Cardoso (depois Torok pelo casamento), escreveu para o curso secundário os *Cadernos de História*.

Sempre muito sereno, contou-me sua esposa que o vira chorar uma única vez - ao saber da morte do pai. Por duas vezes vi lágrimas correrem nas faces. A primeira, quando em Petrópolis, recebeu a notícia da morte prematura do Zarur; escreveu, na ocasião, comovente artigo para o *Jornal do Brasil*, que intitulou - *Meu filho Jorge*. E, coincidentemente, também em Petrópolis, quando infartado de poucos dias numa cama, viu-se impedido de comparecer ao sepultamento da sua Vera, que o deixava quando exatamente completavam 53 anos de casados, a 9 de janeiro de 1962. A partir de então jamais deixou de vestir ternos de cor preta, e enquanto teve forças ia todos os meses, nos dias 9, ao Cemitério São João Batista, para estar por alguns instantes diante do túmulo da esposa, para onde também iria no dia 4 de outubro de 1980, após 96 anos de vida tumultuada e produtiva.

Vida produtiva para a qual não lhe agradavam os cargos de mando; por isso, seria muito rápida a sua passagem pelo Departamento de História e Documentação - DHD da antiga prefeitura do Distrito Federal, e ainda da direção geral do Colégio Pedro II. Desta, assim que pode, sugeriu ao Ministro Francisco Campos que transferisse o cargo para o "Henriquinho"; com a nomeação deste, comodamente passou-se para o segundo escalão, aceitando o cargo de vice-diretor. O "Henriquinho" era, na realidade, o professor Henrique Dodsworth, catedrático de Física no Colégio que, alguns anos depois, seria levado por Getúlio Vargas para a prefeitura da Cidade (1939-1945).

Desta época, Delgado de Carvalho costumava destacar também o filho do colega e amigo José Accioli; o rapaz frequentava então o Colégio Pedro II como "Casquinha" - como se denominava os que procuravam preencher vazios dando aulas. Esse "Casquinha" era Roberto Bandeira Accioli, que viria a se tornar catedrático de História, onde foi ainda diretor-geral, cargo que acumulou com a Presidência do IBGE até a Revolução de 1964.

Já na casa dos 70, Delgado de Carvalho iria várias vezes ao Colégio visitar Accioli; exibia então ao porteiro Rizeiro a sua carteira de vice-diretor. Gabava-se de continuar no cargo para o qual fora nomeado... jamais pedira demissão... e do qual nunca havia sido exonerado.

Figura singular e curiosa a desse brasileiro que se tornou francês sem o saber, e acidentalmente se naturalizou.

Professor antes de tudo, nos últimos anos da Faculdade Nacional de Filosofia também colaborava com o Instituto Rio Branco, no Itamaraty da Avenida Marechal Floriano, dando aulas de *História diplomática do Brasil*, título de um livro publicado em 1959, em São Paulo, pela Companhia Editora Nacional. Com 409 páginas, fartamente ilustradas, confessa Delgado de Carvalho (1959) no Preâmbulo da obra:

As páginas que se seguem foram escritas, em sua maior parte, por ocasião de um curso de História Diplomática do Brasil, do qual, em 1955 fui incumbido pelas autoridades do Instituto Rio Branco. Até então eu me havia especialmente dedicado à Geografia do Brasil, mas o desejo de continuar a conviver com a excelente turma de rapazes aos quais eu havia lecionado História Diplomática Mundial, me levou a aceitar uma tarefa nova para mim. Se a vida começa aos quarenta pensei eu, um simples trabalho novo pode começar aos setenta. Os originais das preleções, destinados então a publicação foram em 1956 perdidos pelo editor⁸ que dela se havia encarregado. Lastimei a perda, principalmente porque alguns de meus mais distintos discípulos como Antonio Amaral de Sampaio e Sergio Rouanet, haviam trazido valiosas notas e contribuições... Entre os que me sucederam, porém no Instituto Rio Branco, destacou-se um reconhecido especialista na matéria, meu particular amigo e colega Américo Jacobina Lacombe, Diretor da Casa de Ruy Barbosa. Resolveu ele fazer reviver o meu extraviado trabalho, aproveitando apostilas, revendo

⁸ Era a "Organização Simões", estabelecida com seu escritório numa sobreloja da Rua México, de frente para a parte lateral do atual Consulado dos Estados Unidos. Muito crítico, Delgado de Carvalho apelidou-a de "Desorganização Simões".

manuscritos e corrigindo com paciente atenção alguns novos capítulos, em vista de ser finalmente publicado. Não sei como agradecer tamanha dedicação, pois duvido mesmo que a obra tenha merecido.

E mereceu..., pois esta obra que consta de 21 capítulos mereceria a atenção do professor Raul d'Eça, da Universidade de Washington, que traduziu suas páginas para o inglês e veio ao Brasil pedir permissão para sua publicação. A referida tradução foi lida e plenamente aprovada por Delgado de Carvalho; mas, regressando aos Estados Unidos, Raul d'Eça veio a falecer pouco depois; o exemplar em inglês ao que parece, como os primitivos originais em português, também devem ter desaparecido.

Em 1957, uma repentina rouquidão afastaria Delgado de Carvalho definitivamente das salas de aula; tratava-se de um processo cancerígeno inicial nas cordas vocais, felizmente logo detectado e prontamente debelado.

Voltou-se então com afinco para as pesquisas que findaram em 1977 com a inacabada *Geohistória das civilizações comparadas*. Já então procurava dar ênfase à Geopolítica, que aparece inserida em capítulos de suas *Histórias gerais* escritas tanto para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, quanto para Editora Record, a qual se unira pela amizade dedicada ao ex-aluno, Décio Abreu. E foi justamente para a Record que, em 1973, produziria, dedicado ao Nível Superior, o livro intitulado - *Relações internacionais*.

Em sua Introdução, procura explicar que os estudos da História estavam evoluindo "com as condições do mundo em rápida mudança". Assim, continuava:

[...] nos graus universitários as aulas de História devem mudar de objetivos: a informação tem de ser justificada. São necessárias interpretações geográficas, sociais, econômicas e mesmo políticas... A este propósito convém lembrar que uma boa base geográfica é de decisivo auxílio para a compreensão da maior parte dos episódios relatados. É inadmissível que, numa aula de História, o estudante não tenha sob suas vistas um atlas ou mapas relativos aos assuntos em estudo. Por isso mesmo, registra-se atualmente uma tendência a chamar a História de Geohistória e, em certos casos, de Geopolítica... O termo Geopolítica foi um tanto maltratado por exageros de nações egoístas, mas refere-se não só à ação geográfica do Estado, no espaço e no tempo, no presente e no futuro, como também a interpretações do passado (CARVALHO, [1971]).

Saindo do isolacionismo, os Estados Unidos lançavam-se como superpotência no âmbito das Relações Internacionais, após a Segunda Guerra Mundial. E, surgiam naquela nação publicações como *Foreign affairs* e *World politics*, que Delgado de Carvalho assinava; procurou então trazer para o Brasil essa nova tendência não só nos fascículos dos atlas internacionais que produzia para o IBGE, como no seu livro intitulado *Relações internacionais*, admitindo que "a disciplina ainda não foi sistematizada e reina certa diversidade".

Em seu inovador livro - *Relações internacionais*, procura fazer um

primeiro esboço das principais feições que levam a uma interpretação sóbria do tempo presente. Não creio que a um professor de 87 anos seja aconselhável tentar uma integral exposição de um assunto novo. Trata-se aqui de iniciar os estudos com um esboço dos quadros geográficos dos continentes, para lembrar os cenários das atividades internacionais e sublinhar neles algumas feições de sua Geohistória. Na segunda parte do trabalho, resumi as Estruturas Sociais e as Estruturas Geopolíticas seguidas de um rápido apanhado de Direito Internacional Público que lembram episódios de relações diplomáticas do passado. A terceira parte é consignada ao Estado Moderno, ao seu advento, a suas organizações e suas transformações. Por fim, a quarta parte, que, em realidade, deveria ser mais importante, é dedicada ao estudo sucinto das Questões do Tempo Presente (CARVALHO, [1971]).

Alertando aos professores brasileiros sobre a necessidade de manter as novas gerações a par do que se passava no Mundo, renovava suas esperanças naquele Brasil

que o acolhera e que ele escolhera - “é um país grande que se está tornando um grande país e necessita de elites jovens para compreendê-lo, servi-lo e amá-lo”.

Não sobreviveu Delgado de Carvalho para ver esse Mundo de Eixo Leste/Oeste se esboroar, com a queda da URSS, desaparecimento do Pacto de Varsóvia, e aparecimento de Eixos Norte/Sul. Mas vaticinou de certo modo o que poderia vir a ser o Mundo dentro de uma Nova Ordem Internacional, quando surgissem os “transnacionalismos, uma perspectiva de substituição do terror pela importância dos interesses econômicos e científicos”. Aí então... escreve o último parágrafo do livro - “Os gastos em armamentos serão reduzidos em prol de maiores investimentos civis na vida dos povos, melhorando suas condições de conforto, de saúde, e educação e de prosperidade, numa atmosfera de paz e de ordem internacional” (CARVALHO, [1971], p. 279).

Em sua vasta e especializada biblioteca de Copacabana, onde se escreveu a totalidade dos fascículos do *Atlas de relações internacionais*, o velho professor de idéias novas, ficava das 7 às 18 horas, com intervalos de almoço e breve lanche, para as recordações que permitiriam, em grande parte, a elaboração desta Biografia.

Nesta mesma biblioteca, na manhã de 9 de janeiro de 1978, ano em que seria lançado o seu último livro *História documental (moderna e contemporânea)*, também pela Record, quando nos preparávamos para mais um dia de trabalho, chamou-me até a sua mesa e... capitulou. “Estou baixando! Não conseguirei fazer mais nada!” Procurei reanimá-lo... olhou-me, limitou-se a jogar a caneta sobre uma folha de papel ainda em branco. Afastou-se da mesa de trabalho... sentou-se em sua “*bergère*”... e nunca mais voltou a escrever. Definiu nos últimos anos que ainda teria de vida.

Singular em todos os sentidos, esse homem, familiarmente, era tratado por *Bread*. Apelido que surgiu no primeiro verão, dentre os vários que passou na casa de veraneio de meus pais na Comendador Bastos, Ilha do Governador. Na mesa, para o café da manhã, diante do seu lugar, colocava sempre a caixinha que guardava a faca usada para cortar o pão preto que comia com a *marmalade*, geléia de laranja à moda inglesa. Na tampa, estava escrito a palavra *Bread*. Passei a chamá-lo de *Bread*, gostou do apelido, que pediu fosse substituído do tradicional vovô, como chamavam-no os netos e bisnetos. O casal de filhos e nora, por sua vez, tratavam-no por *Dead*; consequência de recordações, que fizeram-no abolir o termo em português.

E aqui termino esse transcórre de passagens da vida de um inovador, que podem ser resumidas no pensamento de Goethe - “o que passou, passou... mas o que passou luzindo resplandecerá para sempre”.

Referências

CARVALHO, Delgado de. *Chorographia do Districto Federal*. São Paulo : Francisco Alves, [1926]. 110 p.

_____. *Geografia do Brasil*: de acordo com o Programma do Collegio Pedro II, de 1923 (livro indicado pelo programma). Rio de Janeiro: Empresa Graphico-Editora, 1923. 231 p.

_____. *Geographia do Brasil*. Prefácio de Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Photo Mechanica, 1913.

_____. *História da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com os programmas das escolas municipais*. Rio de Janeiro: [F. Alves], 1926. 160 p.

_____. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959. 409 p.

_____. *História geral: idade média*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Ministério da Educação e Cultura, 1959. 404 p.

_____. *Relações internacionais*. [Rio de Janeiro]: Record, [1971]. (Biblioteca do exército, 416). 279 p.

_____. *Sociologia educacional*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1940, 426 p.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. (Org.). *Atlas de relações internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

RENOUVIN, Pierre. *Le XIXe siècle*. Paris: Hachette, 1955. 2 v.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do barão do Rio Branco*. 3. ed. São Paulo: Martins, [197-]. 511 p. (His Obras, 8).

Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador*

Patrícia Coelho da Costa**

Carlos Delgado de Carvalho morreu aos 96 anos, em 1980, no Rio de Janeiro. Deixou 49 obras publicadas, a maioria dedicada à educação. Por meio de seus livros, é possível acompanhar sua trajetória intelectual, ainda que nenhum deles seja autobiográfico. Delgado de Carvalho não teve grande preocupação com a preservação de sua memória: deixou para as futuras gerações tal tarefa.

Esse processo, contudo, não é simples. Delgado de Carvalho exerceu várias funções: escritor, jornalista, geógrafo, sociólogo e, principalmente, educador. Fez parte da história de várias instituições e, por isso, sua memória encontra-se dispersa. Para escrever sobre a vida do educador, é preciso visitar esses arquivos, não com o objetivo de traçar uma linha do tempo, mas para compreender suas várias dimensões.

Chartier (1994) nos lembra que essa é uma preocupação atual dos historiadores ao trabalhar com biografias: entendê-las como um processo dinâmico que nos remete a um universo maior, a sociedade em que tais pessoas viveram. Essa nova perspectiva, ao mesmo tempo em que amplia o espaço antes reservado àqueles designados heróis, questiona a forma como estas são construídas. Nesse sentido, Levi (1996) identificou uma tradição biográfica, *modelos que fazem uso de uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas* (p.169).

Para Artieres (1998), *fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, sublinhamos, colocamos em exagero certas passagens* (p.12). Para romper com a tradição biográfica, é preciso vencer esse olhar pessoal, buscar a realidade através da análise do contexto histórico e social no qual os fatos aconteceram. Dessa forma, segundo o autor, será possível compreender a trajetória de vida além de uma construção artificial. Em um processo recíproco, essa análise nos ajudará a entender a sociedade em que o indivíduo viveu, a partir de suas concordâncias e confrontos, pois *cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica* (LEVI, 1996, p. 176).

* COSTA, Patrícia Coelho. *Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador*. Trabalho apresentado no II Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto) Biográfica, Salvador, 2006.

** Mestre em História da Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutoranda Universidade de São Paulo - USP Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Pesquisa (auto) biográfica, Salvador, 2006.

Para construção da trajetória de Delgado de Carvalho, os prefácios de seus livros serão úteis. Determinadas características desse conjunto nos permitem utilizá-los como fonte. A primeira é que os prefácios acompanharam a longa vida do educador: de 1910 até o ano de sua morte, não houve intervalo maior que três anos entre suas publicações. A segunda característica é que estas abrangem todas as áreas do conhecimento aos quais ele dedicou: inglês, sociologia, geografia, história, capazes de transparecer o dinamismo de sua trajetória intelectual¹. Por fim, com exceção de *Geographia do Brasil* (1913), todos os prefácios são assinados pelo próprio autor.

Os prefácios são relatos nos quais fica clara a intenção do autor em construir uma imagem de si. Estes, vistos como construções discursivas, remetem-nos ao mundo social no qual foram criados, o que é essencial para compreender sua trajetória. Segundo Chartier (2002), isso é possível à medida que os textos não são abstratos. O discurso é definido pela relação que o autor estabelece com a sociedade. Da mesma forma que há uma motivação para a criação, o meio social impõe normas que interferem nesse processo. Assim, o texto carrega consigo características sociais do grupo, comunidade ou classe a qual ele pertence. Partindo dessas duas dimensões que possui o texto, estaremos nos aproximando do passado para além da memória do autor.

O geógrafo

De todas as publicações de Carlos Delgado de Carvalho, a que lhe deu mais renome como autor foi *Geographia do Brasil* (1913). A obra teve várias edições e foi adotada como livro didático por várias gerações de professores. O prefácio nos remete a sua formação: *O caso do Sr. Delgado de Carvalho é parecido com o meu. Educados ambos fora da terra que nos fora berço ainda que em atmosferas brasileiras, assim constituídas pelos círculos de famílias e amigos, tanto mais sedutora parecia distante* (OLIVEIRA LIMA, 1913, s/p).

Carlos Delgado de Carvalho nasceu na França em 1884, onde seu pai, diplomata brasileiro, exercia o cargo de secretário. Órfão aos vinte dias, foi entregue à avó materna em Londres, onde viveu até os sete anos. O retorno à casa paterna na Suíça não lhe trazia boas recordações: *o pai não lhe devotava grandes simpatias, e da madrasta, cujo nome evitava mencionar quando dela falava, mais velha do que ele apenas oito anos, e que também não o admirava* (CASTRO, 1993, s/p). Foi educado dos onze aos dezoito anos no Internato dos Dominicanos em Lyon. Nesse período, pouco sabia sobre o Brasil. Apesar de já dominar o inglês e o francês, não falava português. Seu pai, adepto da monarquia, a partir da proclamação da república, passou a desprezar sua terra natal e tudo que a ela se referisse, incluindo a própria língua. Ao sair do internato, Delgado de Carvalho se alistou no exército francês: *E, com esse ato, sem que o soubesse perderia a sua nacionalidade brasileira até então de direito por haver nascido em Paris, mas na Legação do Brasil, com seu pai em serviço diplomático* (CASTRO, op.cit.). Sendo obrigado a encerrar a carreira militar em 1904, por ter contraído tifo, ingressa na École Libre des Sciences Politiques.

Na Escola de Ciências Políticas de Paris, teve uma formação em sociologia que lhe permitiu uma abordagem multidisciplinar em suas análises. Ao prefaciар *Relações internacionais* (1971), demonstrou este olhar.

Mas a História, se é una, pode, entretanto ser observada de pontos diferentes, como uma fonte luminosa apresenta cores diferentes segundo a posição ocupada pelo observador. Assim, aos poucos, os estudiosos da disciplina forma produzindo a História Econômica, História das Instituições, a História Social e outras mais que envolvem especialidades, sem jamais esquecer da Geo-História, que é a História por excelência, pois, sem base geográfica descrita ou subentendida, passa a ser puro anedotário (p. 5).

¹ Neste trabalho serão abordadas principalmente as dimensões de geógrafo e sociólogo do educador. Os conceitos desenvolvidos por estas ciências são os encontrados com mais frequência em suas análises sobre a educação de seu tempo.

A construção desse discurso foi possível graças ao seu contato com correntes de pensamento desenvolvidas na França. Como abordam Carvalho e Machado (1995), a escola francesa do início do século XX apresentava o historicismo como alternativa ao positivismo e ao evolucionismo, bases da ciência europeia do final do século XIX. A recém-formada escola de geografia explicava a realidade a partir de sua historicidade, sendo o meio social compreendido através da descrição das suas individualidades históricas. Utilizava-se também do naturalismo, no qual a sociedade é vista como um complexo orgânico, revelador da influência do meio físico sobre os homens e a organização social. Nessa perspectiva, foram orientadores da formação de Delgado de Carvalho: Vidal La Blache e Eliseu Riclus que, por sua vez, eram discípulos do positivista francês Frederic Le Play.

Decidido a escrever sua tese de doutoramento sobre o Brasil, Delgado de Carvalho chega ao Rio de Janeiro em 1906, *tomado por intenso desejo de conhecer o Brasil tão vilipendiado. Afinal, neste país haviam nascido seus pais, seus avós e foram famosos seus bisavós: o Visconde de Uruguai e o Visconde de Itaboraí* (CASTRO, op.cit.). O Brasil que ele encontrou vivia um momento conturbado: republicanos paulistas, militares, monarquistas e oligarcas disputavam o poder, desde 1889, com diferentes concepções da república a ser implantada e, diferentes projetos políticos. Na economia, vivia-se a transição do modelo agrário exportador para o modelo urbano industrial, no qual a burguesia se organizava a fim de garantir sua hegemonia sobrepondo as oligarquias regionais. Nesse contexto, a criação de uma consciência nacional, antigo projeto monarquista, ganhava força. Como destacam Carvalho e Machado (1995), o Brasil era visto como um conjunto de regiões econômicas representadas pelas oligarquias agrárias, cada qual com sua vida e seus interesses. Faltava formar a unidade pátria.

Além do desenvolvimento de sua tese, Delgado de Carvalho precisava prover seu sustento, pois, ao embarcar para o Brasil, fora deserdado por seu pai, que nunca aceitara sua opção. Sua primeira profissão no Brasil foi de jornalista, assim como outros intelectuais de seu tempo. Nesse sentido, Micelli (2001) os classifica como *anatolianos*, pois, diferente da geração anterior, em que o jornalismo era exercido por altos dirigentes políticos da oligarquia ou por diplomatas, eles eram profissionais assalariados que viviam dos rendimentos desse trabalho, o qual também lhes ampliava os campos de atuação: a assessoria jurídica, as conferências, campanhas de mobilização em favor do serviço militar, da alfabetização, do ensino primário. A melhoria dos salários permitiu essa mudança. Delgado de Carvalho foi redator de política internacional do *Jornal do Commercio* e editou junto com A. G. de Araújo Jorge, a *Revista Americana*.

A primeira de suas obras *Le Brésil Meridional: Étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* (1910) foi escrita em francês. A língua ainda era um obstáculo a ser superado. A partir do modelo de La Blache, Delgado de Carvalho fez um estudo sobre o sul do país: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pela primeira vez, o Brasil era estudado a partir de uma visão que permitia agrupar em uma região diferentes estados. A obra *levanta, reúne e faz interagir os diferentes elementos naturais e humanos da porção subtropical do Brasil, propondo uma nova divisão territorial que se sobrepunha aos limites político-administrativos dos estados e aos interesses regionalistas de suas oligarquias agrárias* (CARVALHO, MACHADO, 1995, s/p).

A *Geographia do Brasil* (1913) foi seu primeiro livro em português, no qual ampliou a análise feita no estudo anterior. A partir do estudo regional, Delgado de Carvalho analisou as características físicas e econômicas de cada região. Estudando a influência do homem sobre o meio, idealizou cinco regiões naturais para o Brasil, algo considerado complexo pelos intelectuais da época, devido às dimensões e à diversidade cultural. Dessa forma, o autor dava uma unidade ao país, partindo da sua geografia, o que correspondia aos anseios de criação de uma identidade nacional. No prefácio dessa obra, tal aspecto foi destacado:

Tudo quanto for de natureza a intibir o critério particularista do Brasil no nosso país, deve merecer *sympathia* e encômio. O Brasil é historicamente um todo, mas não deixa de ser o geographicamente também. Suas regiões naturais, em si não correspondem exactamente às criações políticas, harmonizam-se tanto que as cabeceiras do *systema fluvial*

amazônico são quase entestar no interior recôndito do systema fluvial platino, tendendo a fazer do Brasil uma enorme ilha continente (OLIVEIRA LIMA, 1913, s/p).

Esse livro representou uma corrente inovadora de pensamento no Brasil. Na década de 1910, os estudos sobre a geografia brasileira eram realizados por diplomatas, historiadores, advogados, militares e outros que por estes se interessavam. A maioria era positivista, estudava a sociedade da mesma forma que a natureza, buscando objetividade e aplicando as leis gerais do desenvolvimento. Segundo Reis (2000), a ciência vista assim, mais do que um método, visava a obter um conhecimento empírico e histórico. Apesar da grande influência de pensadores franceses como Comte, Taine e Raini, sob o pensamento de intelectuais brasileiros, o método francês de La Blache adotado por Delgado de Carvalho, com sua nova perspectiva de análise, a partir do estudo das condições físicas e econômicas para buscar a influência do meio sobre o homem, não foi aceita pela maioria desses intelectuais. Os adeptos a essa nova escola geográfica francesa passaram a ser conhecidos como *neogeographos*.

Delgado de Carvalho relata que não escreveu para os geógrafos, e sim, para os estudantes. *Famosos os seus estudos sobre a geografia brasileira, que era inda estudada por estado. Em nenhum país se estudava geografia desse jeito. Então, contava ele, achei que devia fazer alguma coisa. Escrevi em 1913 a Geographia do Brasil (Jornal do Brasil, 1980). No Quinto Congresso, realizado no Bahia, a obra foi tema de um artigo sobre as contribuições do neogeographos para o ensino da disciplina.*

Delgado de Carvalho tem indiscutivelmente a glória de não haver copiado Wappeus e estabelecido um critério novo no ensino da geographia no Brasil, sendo de lastimar que muitas edições de seu trabalho não houvessem tomado o lugar de tantas e tão inúteis chorographias recomendadas da velha e cahida escola dos professores rotineiros (SOUZA CARNEIRO, 1916, p. 210).

Na década de 1920, o geógrafo passa a dedicar mais tempo à causa educacional. Como outros adeptos ao otimismo pedagógico, estudado por Nagle (1974), Delgado de Carvalho enxergava na educação o caminho de conduzir o Brasil para o progresso. Nessa visão, a falta de cultura prática ou formação técnica levavam o país a dificuldades financeiras. Uma das soluções era a mudança nos ensinamentos Secundário e Normal, abrangendo não só a formação das elites, como também a das classes populares. O intelectual, assim como outros de seu tempo, critica a escola secundária pelo seu ensino livresco e abstrato, que pouco contribuía para o desenvolvimento industrial que a burguesia nacional almejava.

Membro da Liga Pedagógica do Ensino Secundário, escreve a *Methodologia do ensino geographico* (1925), o primeiro de uma série de livros sobre a didática da geografia, para ser apresentado no Quarto Congresso Brasileiro de Instrução Superior. Realizado no ano seguinte, no Rio de Janeiro, este tinha como objetivo coletar sugestões para reforma do ensino secundário para serem encaminhadas ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. O prefácio começa pela defesa da Antropogeografia como substituta da memorização de nomes e características de acidentes geográficos que não faziam, para ele, sentido didático algum.

Nas escolas do Brasil e de outros países de nosso continente, a geographia é o estudo de uma das modalidades da imaginação humana, isto é, da sua faculdade de atribuir nomes, de chrismar áreas geographicas. As montanhas, os rios, as regiões naturais não são estudadas em si, mas apenas como merecedores de um esforço de uma fantasia. Aqui, quem não sabe a monenclatura não sabe geographia, e deste modo a poesia e a geographia são productos directos da imaginação, apesar de fazerem parte de cadeiras diferentes (p.4).

Delgado de Carvalho faz um apelo aos professores, destacando a resistência em modificar a prática, ainda que *o que estiveram ensinando até hoje poucas relações tem com a verdadeira Geographia* (p.5). Ainda alerta para a necessidade de se instituir o caráter científico

para a pesquisa geográfica no país. Nesse sentido, sugere a criação de uma associação para organização de encontros, publicação de uma revista especializada, criação de bibliotecas e gabinetes de prática, pois só assim aconteceria o progresso da geografia em nosso país.

O caráter científico reivindicado por Delgado de Carvalho para o ensino encontrou em Fernando Raja Gabaglia e Everardo Backheuser, professores de geografia do Colégio Pedro II, parceria intelectual que ajudaria a desenvolver essa nova perspectiva na instituição. Juntos, fundaram a *Revista de Geographia Didactica* com objetivo de *manter o corpo docente das escolas brasileiras ao par da evolução das sciencias geographicas, das publicações nacionais e estrangeiras sobre os assumptos e do movimento geral da geographia mundial* (DELGADO DE CARVALHO, op.cit. p. 118).

A este propósito tenho o prazer de dizer que o jovem professor de geographia em cujas mãos se acham os destinos do actual programma do Collegio Pedro II, meu illustre amigo e collega, sr F. Raja Gabaglia, se acha francamente contrário a orientação medieval que até hoje respeitou. Espírito formado na nova escola geographica, conhecedor das melhores obras estrangeiras sobre o assumpto, ele se acha em condições de emprehender a grande reforma de que necessitamos tanto (DELGADO DE CARVALHO, op.cit. p.7).

Com os mesmos companheiros, participou, na década de 1930, da implantação do curso universitário de geografia na Universidade do Distrito Federal (UDF). Coordenado por Pierre Deffontaines e Lucien Febvre, dava novo impulso às pesquisas geográficas, institucionalizando-a como conhecimento autônomo. Discípulo de La Blache, como Delgado de Carvalho, Deffontaines, dava o tom da escola francesa a estas, implantando a ideia de que o meio era responsável pela organização da atividade humana.

Segundo Chartier (1994), as obras não têm sentido único ao longo do tempo. Estas têm diferentes interpretações de acordo com o público que as conhece. Ocorre uma espécie de negociação entre os objetivos do criador e as expectativas do público. Segundo Machado (2000), a partir da institucionalização da geografia como ciência no Brasil, na década de 1930, pesquisas anteriormente desenvolvidas por Delgado de Carvalho passaram a ser vistas com outro olhar, que superava a simples busca pela descrição. Esse foi um período de reconhecimento da importância das obras do geógrafo. Tal processo envolveu a própria cultura da comunidade, que recebeu a obra a partir de regras, convenções e hierarquias. Ao prefaciar *Geografia elementar* (1940), o autor relata essa mudança de perspectiva:

Quando os editores, que ora publicam a Geografia elementar me incumbiam de escrevê-la, não me conheciam senão pela Geografia do Brasil, o que nela apreciaram, provavelmente, foi o método; método que devo confessar, fez com que a obra fosse mais bem recebida pelos estudiosos da Geografia do que pelos próprios estudantes. De fato, o livro era tão demasiadamente diferente do programa. Hoje, entretanto, as profundas modificações deste deram ao método uma maior aceitação (p. 6).

Com a instituição do Estado Novo em 1937, o país é tomado por um amplo projeto de nacionalização cultural. Nesse projeto governamental, a pesquisa geográfica é encarada como forma de promover um melhor conhecimento do território nacional, considerando a importância dos conhecimentos geográficos na formação cultural dos povos, cabendo a divulgação no país dos conhecimentos geográficos com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde. Na prática, caberia ao Conselho Nacional de Geografia, do qual Delgado de Carvalho foi diretor, publicar mapas destinados ao ensino, atualizar a literatura geográfica, organizar concursos de monografias com o objetivo de divulgar um conhecimento geográfico uniforme. Quando, em 1938, o Conselho foi incorporado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o geógrafo, reconhecido internacionalmente, continuou até o fim da vida desenvolvendo seu trabalho no IBGE, e, representando o país em Congressos internacionais, organizou o Seminário de Geografia em Montreal, em 1950. Suas últimas publicações como geógrafo pelo Instituto foram o *Atlas Geográfico e Histórico* (1956) e o *Atlas das Relações Internacionais* (1960):

Não poucas pessoas o aconselhavam a concordar em haver chegado o tempo de descanso. Eis que morreria se parasse de trabalhar. E não parava. Tanto que ainda se impunha a tarefa de escrever o Atlas das Relações Internacionais para o IBGE, do qual era decano, e ainda por cima, de redigir a Geohistória das civilizações comparadas, com sua letra, sempre firme, delineada com o primor de uma vinheta. Tudo sem rasuras, sem emendas, sem erros, num caderno brochura (Jornal do Brasil, 1980).

O sociólogo

Carlos Delgado de Carvalho recebeu formação em sociologia na Europa. Ao vir para o Brasil, no início do século XX, trouxe as bases dessa ciência quase inédita entre nós. Recém-desenvolvida na Europa e nos Estados Unidos, tinha estudiosos no país, mas como os primeiros cursos universitários de Ciências Sociais só seriam criados na década de 1930, o contato com esse campo científico ocorria, em geral, por meio de livros importados.

No Brasil, o trabalho no *Jornal do Comercio* possibilitou a aproximação com outros pensadores sociais e, conseqüentemente, a construção de um circuito de sociabilidade. Entre esses contatos intelectuais, estavam os fundadores da Escola de Recife. Esse movimento filosófico, iniciado na cidade que lhe dera o nome, abrigava estudiosos que acreditavam na necessidade de renovação da filosofia nacional dominante, baseada no ecletismo espiritualista. Para atingir tal objetivo, apoiavam-se no positivismo, no darwinismo e no materialismo. Entre seus adeptos, estavam Tobias Barreto, Clóvis Bevilacqua, Martins Júnior, Sílvio Romero, Araripe Júnior e Jonathas Serrano. Nessa perspectiva, Sílvio Romero, no início do século XX, fez uma das primeiras análises sociais da cultura brasileira a partir de um plano de investigação empírica com o pensamento de sociólogos europeus: Touville, Rousiers, Demolins e outros seguidores de Le Play.

Nesse contexto, o convívio desses intelectuais com Delgado de Carvalho proporcionado pelo *Jornal do Comercio* foi importante para o desenvolvimento do pensamento de base sociológica no Brasil. Delgado de Carvalho e A. G. de Araújo Jorge compõem o conselho editorial da *Revista Americana*. A publicação era um espaço de divulgação dos estudos sociológicos do país. Tinha como propósito, assinalado pelos seus diretores, integrar a intelectualidade da América e se constituir um espaço neutro para divulgação de novas ideias: Um campo neutro para a plena expansão de todas as actividades mentais, de todos os sonhos, de todas as aspirações, de todos os ideais, de tudo quanto pensa concorrer para a mobilização e engrandecimento da América (*Revista Americana*, outubro de 1909). Muitos intelectuais da Escola de Recife utilizaram esse espaço.

Outro importante fórum de debates sociológicos foi a Associação Brasileira de Educação (ABE). Fundada em 1924, Delgado de Carvalho foi um dos seus primeiros presidentes, abrigava pensadores que tinham a sociologia como base dos conceitos sobre a educação. Além do próprio Delgado de Carvalho, contava também com Manuel Bonfim, Carneiro Leão e Fernando de Azevedo. A matriz desse pensamento sociológico tinha como base a organização da nação por meio da organização da cultura. Tal expressão era utilizada no sentido de organizar a sociedade através das elites pensadas como cérebro que dirige o desenvolvimento orgânico (CARVALHO, 1997, p. 124). Esse diagnóstico se baseava em análises a partir de teorias sociológicas. Entre os autores citados para amparar a defesa dessa perspectiva estavam Oliveira Viana e Alberto Torres.

Como aborda Carvalho (1997), esses dois autores eram muito citados nos discursos da ABE, na década de 1920. Apesar de pontos divergentes, ambos possuíam a ideia de que o país precisava se organizar, ou seja, era necessário integrar-se geograficamente, por meio da expansão das vias de comunicação, pelo povoamento dos espaços vazios e pela educação. Nesse sentido, Alberto Torres define o papel da elite intelectual, que acabou por ser adotado pelos intelectuais abeanos: a condução de um projeto de organização nacional em bases nacionalistas, através da construção de um conhecimento

que tornaria possível a criação da unidade nacional. Por sua vez, Oliveira Viana, adepto como Delgado de Carvalho das ideias de Frédéric Le Play, estudou as populações meridionais do Brasil, pois julgava essencial tal conhecimento para a necessária unificação nacional. Como nos lembram Cunha e Totti (2004), tais estudos representavam uma tradição em utilizar a sociologia para dar informações ao Estado, visto por esses intelectuais como o único capaz de promover uma ação pedagógica para organizar a nação.

Após a Revolução de 1930, a questão da construção do Estado Nacional foi tratada com maior ênfase. Os revolucionários consideravam a questão emergencial, pois achavam que esse processo teria sido muito prejudicado ao longo da Primeira República, levando o país à desordem e ao atraso. A criação do Ministério da Educação e Saúde, logo nos primeiros meses do novo governo, foi reflexo dessa nova perspectiva adotada em relação à educação e à cultura.

Intelectuais de várias áreas foram convocados a participar desse processo. A expectativa quanto à modernização da sociedade brasileira era grande. O momento foi visto como uma ruptura necessária à Primeira República, considerada velha e ultrapassada, por estar ligada aos interesses oligárquicos. Delgado de Carvalho vê a década de 1930 como um momento importante para a sociologia no Brasil.

O movimento de 1930 que se deu entre nós não se limita a despertar uma literatura sociológica de amadores com vistas superficiais, embora curiosas ou originais. É essencial que o pensamento sociológico mesmo quando hauridos os seus elementos na ciência estrangeira, se mantenha na esfera das realidades nacionais: só assim poderá auxiliar a reconstrução que se torna indispensável. Já é tempo da sociologia, entre nós, se tornar experimental na medida do possível. Antes de tirarmos conclusões problemáticas de uma suposta filosofia de nossa história, estudemos cuidadosamente os elementos por meio de inquéritos, pesquisas, monografias, estatísticas, observações e experimentações. Todos os métodos são bons, contanto que sejam aplicáveis (DELGADO DE CARVALHO, 1934, s/p).

Esse período é marcado por disputas pela hegemonia em várias áreas. A principal dessas disputas, no nível representado por Delgado de Carvalho, era entre o grupo de católicos e os chamados pioneiros da educação nova. A ABE fica marcada por divergências desses grupos que, embora tenham a mesma base sociológica, passam a fazer leituras diferentes do pensamento de Alberto Torres e Oliveira Viana. Os católicos enxergavam, no contexto político após a Revolução, a oportunidade de recuperar o espaço perdido durante os quarenta anos de República Velha. A conquista do ensino católico obrigatório era uma forma de conduzir a sociedade moral e intelectualmente. Alceu de Amoroso Lima se utilizava da vertente católica de Alberto Torres para defender a ideia de que a religião era a única forma de produzir uma nação moral, livrando-a do caos que por si só permaneceria. Os educadores da Escola Nova eram combatidos, pois ao defender o ensino público, laico e gratuito, representavam uma ameaça ao espaço a ser conquistado.

Nesse período, Delgado de Carvalho foi indicado para o Conselho Nacional de Educação. Criado pelo decreto 19850, de 11 de abril de 1931, este era um órgão consultivo do Ministério da Educação nos assuntos relativos ao ensino, em especial, os níveis superior e secundário. O Conselho era reflexo do clima de disputa pela hegemonia no sistema educacional. Os Conselhos não são senão arenas abertas à negociação de interesse, num momento de transição entre as formas de dominação oligárquica vigentes na República Velha e a consolidação de uma dominação burocrática do perfil autoritário (MICELLI, 2001, p.296). O Conselho era composto por três grupos; representantes dos ramos tradicionais de ensino superior – direito, medicina e engenharia -, militares de altas patentes e, por fim, os porta-vozes das novas especialidades na área educacional. Delgado de Carvalho fazia parte desse último grupo junto com Isaías Alves, autor de obras sobre a modernização do ensino e padre Leonel Franca, um dos líderes da intelectualidade católica. Os novos especialistas tinham pouco poder de decisão no Conselho, sendo o grupo mais influente os representantes do ensino superior. Esse espaço, contudo, era importante no contexto de disputas, à medida que representava uma forma de influência no âmbito federal.

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, do qual Delgado de Carvalho foi um dos signatários, tinha como objetivo tornar pública a perspectiva educacional desses liberais. O documento, redigido por Fernando de Azevedo, intelectual também dedicado à sociologia, adota um novo olhar dessa ciência social diante da educação. Como analisam Cunha e Totti (2004), para os signatários faltava objetividade à causa educacional brasileira: seus objetivos e suas finalidades careciam de definição. Sendo assim, era necessário romper a dimensão teórica das análises sociais até então realizadas por intelectuais como Sílvio Romero, e partir para aplicação dessas teorias sociológicas, amparando a questão educacional a partir da investigação científica.

O físico e o químico não terão necessidade de saber o que está se passando além da janela do seu laboratório. Mas o educador, como sociólogo, tem necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa; as alturas e a profundidade da vida humana e da vida social devem estender-se além do seu raio visual; ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber, além do aparente e do efêmero, o jogo poderoso das grandes leis que dominam a evolução social, e a posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e na pluralidade das forças sociais que cooperam nas obras da civilização (AZEVEDO, 1958, p.60-4).

Tal visão era apoiada por Delgado de Carvalho, que, na década de 1930, escreveu uma série de livros de sociologia, *Sociologia educacional* (1933), *Sociologia experimental* (1934), *Sociologia e educação* (1934) e *Sociologia aplicada* (1935), nos quais tentava mostrar caminhos no qual o caráter científico poderia e deveria ser aplicado na questão educacional. Para o sociólogo, era urgente que a ciência social deixasse o campo teórico e partisse para o estágio experimental.

Representa esta ciência um passo para a frente; não se contenta mais em acumular dados, de observar fenômenos, de compilar estatísticas, menos interessada na apuração da verdade dos fatos, trata antes, de tirar proveito das verdades neles contidas para servir a fins humanos, no presente e no futuro, principalmente no futuro (DELGADO DE CARVALHO, 1935, s/p).

Durante a elaboração do Plano Nacional de Educação a ser implantado pela Constituição de 1934, a disputa entre liberais e católicos prossegue, dando um tom cada vez mais político às questões educacionais. A Igreja organiza a Liga Eleitoral Católica, com a finalidade de assegurar aos candidatos de diferentes partidos o apoio católico em troca do compromisso em defender os princípios religiosos na Assembléia Constituinte. Delgado de Carvalho utilizou o prefácio de *Sociologia e educação* (1934) para um apelo aos políticos responsáveis pela criação do Plano Nacional de Educação. Neste, além de fazer um diagnóstico do mundo educacional de seu tempo, expõe sua posição diante da disputa pela hegemonia do setor:

Signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, estou perfeitamente solidário com meus companheiros, e igualmente de acordo com o Plano Nacional de Educação, apresentado pela Vossa Conferência Nacional de Educação. Desejo, entretanto, salientar dois matizes de meu pensamento sobre o assumpto: em primeiro lugar, sou favorável ao desenvolvimento livre e completo do ensino particular, no Brasil... Em segundo lugar, subordinado todo e qualquer ensino à fiscalização do Estado (p.3).

Com a decretação do Estado Novo, em 1937, a politização da questão educacional continua. No entanto, alguns pioneiros afastam-se da vida pública, como Anísio Teixeira. Outros acreditam na neutralidade técnica da educação e participam do Estado Novo como alternativa de sua militância, como foi o caso de Delgado de Carvalho. Nessa ocasião, é chamado para Comissão Nacional do Livro Didático. Os livros, no entanto, continuaram sendo o espaço do sociólogo para divulgar suas ideias sobre educação e reivindicar mudanças nos programas de ensino, a fim de que essa ciência social cumprisse seu papel na formação dos estudantes.

Infelizmente, não tendo sido modificado o programa de matéria essencial continua a sociologia do concurso de habilitação ser mais um ensaio político econômico do que uma sociologia moderna. Não desesperemos, entretanto algum dia talvez os responsáveis pelo programa venham ter informação do que realmente é, hoje em dia, a sociologia. Até que surja este dia, as Práticas que aí vão servirão de sobra para a orientação aos Institutos Superiores (DELGADO DE CARVALHO, 1938, p. 5).

O educador

Em 1953, ao responder às críticas feitas ao livro didático *História geral* (1953), por Simões de Paula, catedrático de História Antiga e Medieval da Universidade de São Paulo, escreve Delgado de Carvalho:

Meu jovem colega,
Digo jovem porque sou professor de História desde 1903.²

Apesar de quase sempre se definir como mestre, o trabalho que Delgado de Carvalho desenvolveu nas instituições em que compôs o corpo docente revela que foi mais do que isso: um educador. Enquanto professor, sempre se preocupou com questões além da sala de aula: a política educacional, os programas de ensino, os livros didáticos, orientação aos professores, mudanças no ensino, enfim, tudo que se referisse à educação.

No Brasil, passou a exercer o ofício em 1916, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) o escolheu para o cargo de professor extraordinário da Escola de Altos Estudos pela visão inovadora da sua *Geographia do Brasil* (1913). Na década de 1910, o IHGB, criado em 1838, com o propósito de dar conta de uma gênese da nação brasileira, abrigava a elite intelectual. Entre os seus cinquenta sócios ordinários estavam os geógrafos e historiadores considerados mais importantes do país. Nesse sentido, estar entre estes era garantia de prestígio e respeito de outros intelectuais. Para compor seu quadro, o candidato, além de ter produção científica em uma de suas áreas de atuação, deveria ser indicado por um sócio e ter seu nome aprovado pelos demais. Nesse processo, as relações sociais e pessoais também contavam.

Apesar de reconhecidas internacionalmente pela Royal Meteorological Society of London e a International Scientific Organization, as obras de Delgado de Carvalho produzidas na década de 1910, *Le Brésil Meridional* (1910), *Geographia do Brasil* (1913) e *Metereologie du Bresil* (1917), não deram a Delgado de Carvalho reconhecimento suficiente para sua indicação ao IHGB. Nesse contexto, a motivação para prestar concurso para professor de inglês do Colégio Pedro II ia além do exercício do magistério. Fundado em 1838, o colégio tinha enorme importância para os intelectuais no início do século XX, como nos lembra Gomes (1996), *tão ou talvez mais importante do que uma escola superior, o Pedro II é um lugar vital na sociabilidade intelectual dos que vivem no Rio de Janeiro da virada do século* (p. 44).

A tese *Esboço histórico da origem e formação da língua inglesa* (1920) lhe garante o primeiro lugar no concurso, ainda que sob protestos dos concorrentes, comum nos concursos da época. Alegavam que Delgado de Carvalho era estrangeiro e, por isso, não poderia ser contratado. Isso nos remete a sua juventude, quando se alistou no exército francês e, por isso, perdera a cidadania brasileira. Para ser admitido, naturalizou-se e, no fim do ano letivo, tomou posse do cargo de professor substituto de inglês. No ano seguinte, foi admitido como sócio do IHGB, por indicação de Oliveira Lima, comprovando o respaldo que o colégio Pedro II lhe dera diante do mundo intelectual.

2 Carta de Delgado de Carvalho a Gustavo Lessa, de 27/10/1953. Em 1952, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) instituiu a Campanha do Livro Didático e Manual de Ensino (Caldeme) coordenada por Gustavo Lessa. O manual de História Geral foi encomendado a Delgado de Carvalho In: MUNAKATA, Kazumi. Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, set/dez. 2004. pp. 513-529.

No prefácio de sua tese, mais tarde publicada, fala primeiro da importância da língua inglesa em sua vida.

Foi esta a impressão que me causou o estudo da língua inglesa, pela qual sempre tive especial predileção talvez por ter sido levado a estudá-la três vezes sucessivas: como criança, com collegial e como amador. Três vezes, sob pontos de vista bem diferentes; a primeira para me exprimir; a segunda, para passar em exame e a terceira, para satisfazer o desejo de conhecer a fundo a philologia (DELGADO DE CARVALHO, 1920, p. 8).

Mais tarde, demonstra uma preocupação que foi constante em seu trabalho como educador; a renovação dos métodos de ensino. *O presente trabalho tem por objecto corresponder a inovação do programma de 1920, mas propositalmente deixou de lado a grammatica comparada e, por isso, raramente chama a atenção para as analogias e equivalentes do alemão* (DELGADO DE CARVALHO, op.cit. p. 9).

Em 1924, com a morte de Carlos Américo dos Santos, assume o cargo de professor titular. Em seu discurso, como de praxe nas cerimônias de posse do colégio, falou do professor que substituiria, aproveitando para fazer uma crítica ao sistema de admissão que, em sua opinião, privava a educação de grandes intelectuais,

Como professor infelizmente, Carlos Américo só pode consagrar o accaso de sua vida à formação de novas gerações. Apesar de classificado em 1º. lugar no concurso de 1889, só em 1911 entrava de facto para o Collegio de Pedro II. Já não era mais moço, já tinha perdido em parte o seu entusiasmo pela causa do ensino que era a vocação real da sua mocidade. Durante doze annos, entretanto, dedicou-se constantemente a sua nova profissão. Poucos brasileiros estavam habilitados como Carlos Américo a reger uma cadeira de inglez nesta casa (DELGADO DE CARVALHO, 1924, p. 28).

No Colégio Pedro II, Delgado de Carvalho participou de vários projetos educacionais visando à inovação de métodos de ensino. Sua reconhecida formação em sociologia fez com que permanecesse pouco tempo como professor de inglês. Em 1927, com a inclusão da disciplina pela Reforma Rocha Vaz, passa a ministrá-la no ensino secundário. Com Everardo Backheuser e Raja Gabaglia, transformou o ensino de geografia do colégio não só por meio do método proposto na sua *Geographia do Brasil*, adotado com livro didático, mas também pela criação de laboratórios para estudos do clima e do solo, com quadros de amostras dos vários tipos de cortes geológicos desenhados pelo próprio educador.

Os homens velhos, lendo o magnífico compêndio, como hoje o ensino de geographia é quase o de uma sciencia racional, e não ficarão de boca aberta, quando assistindo os exames dos filhos no Collegio Pedro II, verificarem que as perguntas acolá feitas aos meninos não são nem de geologia, nem de anthropologia, mas de simples, de simplicissima geographia na sua feição modernista (Jornal do Brasil, 28/01/1928).

Em 1928, foi convidado por Fernando de Azevedo para implantar no curso Normal do recém-inaugurado Instituto de Educação a disciplina de Sociologia Educacional. Acompanharia ativamente a história da instituição até se aposentar compulsoriamente aos 70 anos. Na década de 1930, o instituto era um laboratório do projeto dos pioneiros da educação nova, no qual Anísio Teixeira, como inspetor de educação do Distrito Federal e Lourenço Filho, como diretor do próprio instituto, tinham o controle. As reformas no ensino Normal continuaram: a formação de professores passou a abranger estudos permanentes dos problemas da cultura brasileira. Em seu programa de ensino, fica claro seu apoio e sua intenção de alcançar tal objetivo. Assim, o futuro professor deveria compreender, com base em padrões científicos, o meio social que irá atuar e, com isso identificar o objetivo social dos programas de ensino e organização escolar. O programa ainda se inseria em um objetivo maior do Curso Normal, que era: *a libertação do espírito do futuro mestre a fim de que ele possa decidir com personalidade e intima convicção os métodos de ensino com os quais irão trabalhar no futuro* (LOURENÇO FILHO, 1937)

Com a falta de livros didáticos para a disciplina, *Sociologia Educacional* (1933) foi escrito pelo educador para uso em escolas normais e adotado durante uma década como livro didático do Instituto de Educação. Em seu prefácio, o autor fala do apoio do então diretor do Instituto ao seu trabalho: *Eis o presente ensaio que ao ser traçado inicialmente recebeu aprovação de meus colegas e amigos, professores Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, a quem muito agradeço as úteis sugestões que fizeram, estava com as mãos à obra* (p.7).

Os livros de Delgado de Carvalho revelam uma preocupação do educador com a orientação aos professores em relação à metodologia de ensino. Para esse intelectual, assim como outros escolanovistas, a carência de orientação técnica era um dos grandes problemas do nosso sistema educacional.

No Brasil, só de 1936 para cá, a matrícula geral nos cursos secundários passou de 194 mil para mais de 650 mil, pertencendo 70% dos alunos matriculados a escolas particulares. A formação de docentes deste segundo grau, entretanto, não pode acompanhar o progresso, e muitos professores auto-didatas, ou mesmo improvisados, ainda auxiliam este desenvolvimento da instrução nacional (DELGADO DE CARVALHO, 1957, p. 118).

O educador dedicava os prefácios de seus livros à explicação de métodos que deveriam ser usados na sala de aula diariamente. No artigo *Dissertações em sala de aula* (1934) publicado na revista *Arquivos do Instituto de Educação*, que tinha como propósito a publicação de pesquisas educacionais com base científicas realizadas por professores do instituto, Delgado de Carvalho descreve detalhadamente a didática que deveria ser utilizada para trabalhar os temas de sociologia. Essa mesma didática é citada pelo professor em outros livros, com o objetivo de superar um problema de nossos mestres, que era o incentivo à memorização, em vez de procurar pelo pensamento original através da pesquisa, para ele a verdadeira atividade intelectual. Dessa forma, expunha passo a passo como os professores deveriam proceder. Começando pela leitura atenta, reflexiva e com auxílio do dicionário. Feito isso, o passo seguinte seria a análise das ideias principais do autor lido, comparando-o com outros autores, fazendo um quadro sinóptico. Por fim, deveria haver a construção do próprio pensamento: *systematizar as idéias confrontá-las e depurá-las pela reflexão, pela experiência pessoal e pela utilização de dados que resumem o que os outros pensaram e experimentaram* (p. 106).

As orientações metodológicas, contudo, nem sempre foram vistas pelos professores como um auxílio. Muitas vezes, estas foram encaradas como uma intromissão à prática. Segundo Chartier (2002), o autor não tem controle da forma como público irá apropriar-se de sua obra. Cada comunidade fará uma leitura própria. Nesse processo, contarão não só características sócio-profissionais, mas também as tradições que a comunidade possui, como a forma de educar seus membros. Os professores aos quais Delgado de Carvalho se dirigia foram formados por uma escola baseada em uma cultura livresca, na qual o que contava era a memorização do conhecimento, símbolo da capacidade do mestre. Por isso, os estudos sobre o método de ensino eram considerados inadequados a nossa realidade por alguns de seus leitores.

Mais uma vez, venho tentar a apresentação de métodos didáticos para os Estudos Sociais. Solicito novamente a atenção de meus colegas que ainda não desanimei de convencer. Reconheço que muitas de minhas idéias são tidas por irrealizáveis, ou pelo menos prematuras em nosso meio. Não desisto, entretanto, pois algumas são aprovadas por autoridades pedagógicas de primeira grandeza (DELGADO DE CARVALHO, 1957, p. 5).

A UDF, projetada por Anísio Teixeira, para qual Delgado de Carvalho foi convidado a participar, foi uma tentativa de superar a carência de um espírito universitário do nosso sistema educacional. Para os escolanovistas, a pesquisa deveria estar a serviço da educação. A UDF era uma forma de instituir a integração da universidade com as escolas. Segundo Machado (2000), o ideal de Anísio Teixeira compartilhado com Delgado de Carvalho era de que o autodidatismo acabasse à medida que os intelectuais abandonassem o isolacionismo acadêmico.

Fundada em 1935, a universidade era composta pelas escolas de Ciências, de Economia e Direito e de Filosofia e Letras, pelos Institutos de Artes e Educação. Delgado de Carvalho ministrava a disciplina de Geografia humana no curso de História e Geografia, que, unidos, estavam ligados à Escola de Economia e Direito. Também faziam parte do corpo docente Fernando Raja Gabaglia, Pierre Defontaines e Everardo Backheuser. Além de formar geógrafos, o educador viu seu projeto de institucionalização da geografia como ciência se concretizar com a publicação da Revista Brasileira de Geografia e a fundação por Deffontaines da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Em 1939, a UDF foi extinta e seus cursos incorporados pela Universidade do Brasil, instituição federal criada em 1937. Delgado de Carvalho foi transferido como professor catedrático de geografia. A partir de 1945, passa a lecionar História Moderna e Contemporânea na universidade até sua aposentadoria.

Depois da aposentadoria, o educador foi convidado a continuar dando aulas no Instituto Rio Branco sobre a história diplomática brasileira. Dois anos mais tarde, o educador conta com entusiasmo no prefácio de História diplomática do Brasil (1958). Se a vida começa aos quarenta, pensei eu, um simples trabalho novo pode começar aos setenta (p. XVIII).

Em 1957, um tumor maligno nas cordas vocais afastou definitivamente Delgado de Carvalho das salas de aula, mas não da educação. Tratado com sucesso, continuou até o fim sua produção pela questão educacional brasileira.

Ao longo da vida, Delgado de Carvalho exerceu várias atividades, mas acima de tudo, foi um educador. Em sua trajetória, a questão educacional esteve sempre presente. Sua obra, seja como geógrafo, seja como sociólogo, tem como foco professores e alunos, tentando tornar-lhes acessível o conhecimento através de métodos científicos, rompendo com a ideia de que nas escolas apenas se repete o mesmo saber descompasado do progresso da ciência.

Isso, contudo, não o transforma em herói. Esta não é a perspectiva do historiador ao analisar uma trajetória de vida. Talvez seja esse o objetivo de cada um de nós, ao selecionar fatos que se justificam por um ideal. Cabe ao historiador romper tal linearidade e buscar o dinamismo de uma vida, buscando não só o relato, mas também o contexto em que viveu a pessoa.

Nesse aspecto, Delgado de Carvalho, intelectual de formação francesa, conheceu o Brasil em um momento de mudanças, quando a recém-implantada república reclamava uma identidade para seu povo. Desde sua primeira obra, o país foi tema constante. Ele fez parte de uma geração que acreditava ter a missão de estudar nossa realidade, a fim de encontrar o caminho para o progresso. Para eles, o povo amorfo nunca teria capacidade para cumprir tal tarefa. A educação popular era vista como uma necessidade, mas ao mesmo tempo precisava se transformar. Suas obras representavam o espaço para cumprir essa missão: formar o povo.

Nesse sentido, sua obra teve várias leituras; em alguns momentos foi aceita por poucos, em outras foi modelo inspirador e, por vezes, caiu no esquecimento. Segundo Chartier (1994), isso ocorre porque o momento criador envolve conceitos construídos a partir de experiências na sociedade que são únicas. Da mesma forma, o público que as recebe também tem suas regras, suas expectativas. Tudo isso impede que sua trajetória seja vista de forma cronológica como uma evolução, mas sim, com o dinamismo que possui a vida de todo ser humano.

Referências bibliográficas

1)Obras de Delgado De Carvalho

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. Le Brésil meridional: étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina et Rio-Grande-do-Sul. Rio de Janeiro: {s.n.}; Paris: E.Desfossés, 1910.

_____.Geographia do Brasil. Rio de Janeiro: Emp. Photo-Machanica do Brasil, 1913.

____.Esboço histórico da origem e formação da língua inglesa. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1920.

____.Methodologia do ensino geographico (introdução aos estudos da Geographia moderna). Petrópolis, editora Vozes, 1925.

____.Introdução à Geographia política. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.

____.Sociologia educacional. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

____.Sociologia experimental. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.

____.Sociologia e educação. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1934.

____.Sociologia aplicada. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.

____.Práticas de sociologia: a matéria essencial (circulares 1200 e 3344 do D.N.E.) para o concurso de habilitação a escolas superiores. Porto Alegre, livraria do Globo, 1938.

____.Geografia elementar. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1940.

____.Introdução metodológica aos Estudos Sociais. São Paulo, Editora AGIR, 1957.

____.História diplomática do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.

____.Relações internacionais. Rio de Janeiro, Editora Record, 1971.

2) Artigos de jornais e revistas

BACKHEUSER, Everardo. Um livro de mestre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28/01/1928.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. "A Revista Americana". *Revista Americana*, Rio de Janeiro, outubro de 1909.

____.A dissertação na sala de aula. *Arquivos do Instituto de educação*. Distrito Federal, 1 (1): 105-108, jun. 1934.

3) Fontes secundárias

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998. pp. 9-34.

AZEVEDO, Fernando. A educação entre dois mundos – problemas, perspectivas, orientações. *Obras completas de Fernando de Azevedo*, vol. XVI. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: DE LORENZO, Helena Carvalho, COSTA, Wilma Peres da (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CARVALHO, Ronaldo; MACHADO, Mônica Sampaio. Delgado de Carvalho e o contexto pré-institucional da geografia brasileira; uma leitura do Brasil Meridional. Rio de Janeiro, 1995. (Mimeo).

- CASTRO, Therezinha. Carlos Delgado de Carvalho. Rio de Janeiro, 1993. (Mimeo).
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994. pp. 5-27
- _____, A beira da falésia: a história entre certezas e as inquietudes. Trad. Patrícia Chitoni Ramos. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CUNHA, Marcus Vinícius da e TOTTI, Marcelo Augusto. Do manifesto dos pioneiros à sociologia educacional: ciência social e democracia na educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (org). Manifestos dos pioneiros da Educação Nova: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. História e Historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma história nacional. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro; CPDOC/FGV, 1988. pp.5-27.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- MACHADO, Mônica Sampaio. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. In: Scripta nova, 2000.
- MUNAKATA, Kazumi. Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção. In: Educação e pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, set/dez. 2004. pp.513-529.
- MICELLI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira república. São Paulo, EPU, Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976.
- PAIM, Antônio. A filosofia da Escola do Recife. São Paulo: Convívio, 1981.
- REIS, José Carlos. As identidades do Brasil; de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SOUZA CARNEIRO, A. J. A nova orientação das monografias descritivas regionais. In; Annaes do 5º. Congresso Brasileiro de Geographia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1918.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. In: Sociologias. Porto Alegre, 2005

A contribuição de Delgado de Carvalho aos estudos geográficos brasileiros a partir da obra “*Le Brésil Méridional*”*

Mônica Sampaio Machado**

Resumo

O trabalho ora proposto tem por objetivo central resgatar uma das obras iniciais de Carlos Delgado de Carvalho, geógrafo de significativa participação não apenas na história política e educacional brasileira mas também na construção de uma Geografia nacional. Trata-se do “*Le Brésil Méridional: étude économique sur les états du sud* - São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, editado apenas em francês no ano de 1910.

Na primeira parte deste trabalho será apresentado um perfil da escola clássica de Geografia francesa, focalizando suas principais questões epistemológicas e situando Delgado de Carvalho neste contexto. Na segunda será delineado, com o intuito apenas de situar a obra à época, um breve quadro do contexto pré-institucional da Geografia brasileira. A terceira parte será dedicada exclusivamente ao livro. Aqui, serão apresentadas a estrutura organizacional e metodológica, assim como os temas abordados mais importantes. Procuraremos também neste momento apontar as influências metodológicas provindas da Geografia clássica francesa presentes no “*Le Brésil Méridional*”.

Palavras-Chave: Delgado de Carvalho; Geografia Brasileira; Epistemologia da Geografia.

I - A geografia clássica francesa: a escola de Delgado de Carvalho

Carlos Delgado de Carvalho chega ao Brasil, em 1906, para desenvolver sua tese de doutorado exigida pela escola de Ciências Políticas de Paris. Com

* MACHADO, Mônica Sampaio. A contribuição de Delgado de Carvalho aos estudos geográficos brasileiros a partir da obra “*Le Brésil Méridional*”. *Geo UERJ. Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 6, p. 17-28, jul./dez. 1999.

** Professora Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

uma formação geográfica francesa, irá colocar em prática todo o modelo de cientificidade daquela escola, que à época representava o paradigma científico do mundo ocidental para os estudos geográficos.

A Geografia francesa, assim como a alemã, significou uma importante matriz do pensamento geográfico europeu¹. Institucionalizando-se cerca de dez anos mais tarde, a Geografia francesa vai apresentar uma reação a toda concepção positivista e evolucionista da ciência², que muito influenciou e sustentou, não apenas a escola geográfica alemã, mas também o debate científico de final do século XIX e início do século XX.

Essa reação se fundamentava no desenvolvimento da corrente historicista³ que, dando lugar a dois sistemas de ciências diferenciadas - naturais e humanas - igualmente válidas e distintas uma da outra pela especificidade de seu objeto e dos métodos ou instrumentos utilizados, não mais aceitava o reducionismo naturalista (inerentes ao positivismo e ao evolucionismo) e a simples transferência dos métodos e conceitos das ciências naturais para as ciências sociais (Horacio Capel, 1981, p.314).

A partir da corrente historicista, a realidade humana vai ter como característica explicativa essencial sua historicidade. O que pressupõe substituir a consideração generalizada e abstrata das forças humanas, estabelecidas a partir do modelo de investigação das ciências da natureza, pelas considerações singulares esclarecedoras da realidade social. Desenvolvem-se, assim, estudos mais concretos sobre casos particulares. O entendimento da realidade social começa a ser feito através de um conhecimento compreensivo que descreve as individualidades históricas e considera as intencionalidades do ser individual e social.

Todo esse movimento vai coincidir com o nascimento da escola nacional de Geografia francesa e de sua mais importante vertente de investigação - a síntese regional. A França passa a ocupar uma posição de destaque, não apenas sediando a polêmica historicista, mas também deslocando da Alemanha para seu país o eixo do debate geográfico europeu. É neste contexto e nesta escola que se fundamenta a formação de Delgado de Carvalho.

Algumas Características do Historicismo e da Geografia Francesa nas últimas décadas do século XIX

Embora o historicismo tenha sido uma reação às vertentes científicas positivistas e evolucionistas, que desde meados do século XIX dominavam as polêmicas intelectuais, ele não vai ser o único modelo de investigação, nem mesmo vai colocar-se em total oposição ao antigo padrão de cientificidade. Não obstante tenha apresentado diferenças epistemológicas significativas, o historicismo estará convivendo e interagindo com as proposições naturalistas ainda nas décadas iniciais do século XX. Tal interação pode ser sentida através da ampla utilização da abordagem organicista como modelo de explicação da realidade social.

As interferências positivistas e evolucionistas se fazem também presentes nas escolas de Geografia, principalmente, naquela recém-institucionalizada ou em vias de institucionalização, como é o caso da escola nacional de Geografia francesa⁴. De acordo com Capel (1981, p.293), a vertente naturalista vai ser incorporada à Geografia francesa através dos primeiros geógrafos do país: Elisée Reclus e Vidal de La Blache⁵. Ambos apresentaram, nas décadas de 1870/80, idéias que aproximavam a realidade humana a um complexo orgânico e que revelavam a influência do meio físico sobre os homens e sobre a organização social⁶.

A Geografia surge na França, nesse sentido, a partir da reação historicista e também da assimilação da abordagem naturalista oriunda do positivismo e do evolucionismo. Assim, Vidal de La Blache (1843/1918), um dos maiores representantes da escola de Geografia francesa, apresenta em sua formação um itinerário que se estende do positivismo e evolucionismo à filosofia espiritualista. Segundo Capel (1981, p.328), é nesta filosofia que repousa o elemento que diferencia a escola francesa da escola alemã. A filosofia espiritualista proporciona a crítica antipositivista e o enfrentamento ao reducionismo naturalista, estabelecendo a intencionalidade, a liberdade, a história, enfim, a

especificidade humana como elementos estruturadores das investigações, construindo, dessa maneira, as bases da escola historicista de Geografia⁷.

A Legitimidade Científica e Política da Geografia Francesa: a Síntese Regional

Não obstante a escola francesa ter sido a grande representante da corrente historicista, a concepção geográfica lablachiana vai buscar uma certa unidade entre a natureza e a história. O estabelecimento desta unidade era extremamente importante em virtude dos questionamentos emergentes, tanto das ciências naturais quanto das ciências sociais, ao redor da autonomia científica da Geografia. A separação entre natureza e história apresentava para a Geografia francesa, recém-institucionalizada, o perigo de não conseguir manter-se enquanto um ramo científico autônomo e não legitimar-se enquanto ciência.

Mesmo portando algumas contradições, que podem ser facilmente interpretadas face à interação naturalista anteriormente mencionada, a saída encontrada por La Blache foi construir uma definição unitária de Geografia através da síntese regional. Esta definição, além de fornecer a legitimidade de que tanto necessitava a ciência geográfica francesa, e ao mesmo tempo diferenciá-la da escola alemã, parecia não comprometer por inteiro os preceitos da corrente historicista.

A unidade entre ciência natural e ciência humana passava a ser encontrada na investigação exaustiva dos aspectos físicos e humanos de uma determinada área geográfica⁸. A Geografia tornava-se, então, uma ciência do estudo dos lugares. Era o nascimento da escola de Geografia regional que, segundo Orlando Peña e André-Louis Sangin (1984, p.8), durante um bom período se colocou como a primeira do mundo, tanto pela qualidade da investigação quanto pelos seus investigadores⁹.

Observando as prescrições lablachianas, os geógrafos franceses tratavam de esgotar a cobertura de seu país com descrições enciclopédicas, colocando em evidência elementos estatísticos que davam personalidade e especificidade à região. As regiões forneceriam uma apresentação explicativa e integrada das paisagens e dos gêneros de vida para identificação da individualidade das áreas. Para tanto, a Geografia regional clássica, partindo das regiões naturais, levantava e analisava os elementos físicos e as diferentes formas de ocupação e atividades humanas de uma determinada área geográfica. Em seguida, estabelecia uma interação entre estes elementos, dando ênfase, não mais à influência do meio sobre o homem, como a escola alemã, mas à possibilidade da ação do homem em transformar a natureza.

Os estudos regionais apresentavam soluções, não apenas epistemológicas, próprias ao campo disciplinar que garantiam a institucionalização da Geografia na França, mas também respondiam às demandas externas à ciência, isto é, às questões particulares do contexto político francês do final do século XIX.

A França vivia um momento político e econômico que apontava a necessidade de construção de uma renovada consciência nacional. A Geografia contribuía para a constituição dessa consciência, ensinando as bases territoriais da identidade entre solo e povo e caracterizando a unidade nacional em sua diversidade regional. O amor à prática passou a ser objeto de construção educativa e de fundamentação teórica dentro do território francês. Adicionava-se às questões inerentes à ciência, a necessidade social de se produzir um discurso sobre o território e sobre a identidade nacional. Portanto, a formação de um campo disciplinar que se denominou Geografia, na França, foi produto das demandas destas duas vertentes-científicas e política. A Geografia surge como campo disciplinar, mas com propósito relativamente implícito de ser um discurso que formaria um determinado tipo de idéia de país e de uma específica consciência territorial (Escolar, 1990, p.2-4)¹⁰.

Como geógrafo diplomado dentro dos paradigmas científicos dominantes da escola clássica de Geografia francesa, que, como visto, até o final do século XIX e início do XX se sustentava em toda proposta lablachiana, Delgado de Carvalho vai ser fortemente influenciado pelas orientações estabelecidas dentro dos pressupostos das investigações regionais descritos anteriormente.

Em poucas palavras, isto significa dizer que Delgado de Carvalho sofrerá grande influência, não apenas de um historicismo naturalizante, mediado por uma visão positivista e pela metáfora organicista, como também de um historicismo que buscava o entendimento da realidade social a partir da identificação da individualidade das áreas, o que pressupunha uma visão histórica interativa dos diferentes fenômenos físicos e humanos presentes em uma dada porção da superfície terrestre – aspectos que podem ser facilmente encontrados na obra “*Le Brésil Méridional*”.

II - Delgado de Carvalho e o contexto pré-institucional da geografia brasileira

Ao chegar ao Brasil, no início do século XX, Delgado de Carvalho vai encontrar um país conturbado política, econômica e territorialmente. Um país que necessitava em demasiado de estudos empíricos e de uma Geografia capaz, epistemologicamente, de fornecer contribuições que transcendessem o puro caráter etnográfico dos estudos que dominavam a Geografia brasileira, até então uma ciência não autônoma, um apêndice de outros campos do saber.

Para melhor situar Delgado de Carvalho e sua obra, o “*Le Brésil Méridional*”, no quadro nacional, traçaremos um breve contexto político e científico brasileiro do início do século XX.

Não obstante a proposta de criar uma consciência nacional e formar a unidade pátria representasse um antigo desafio, será após a República que esta idéia se destacará como o aspecto mais importante e vital da história brasileira, se sobrepondo inclusive à questão da ocupação efetiva do território. De acordo com José Honório Rodrigues (1972, p.391-394), apesar de todas as transformações que se processavam no Brasil, em finais do século XIX o país ainda não era considerado um todo orgânico, mas um conjunto de regiões ou secções econômicas que viviam da sua própria vida, como arquipélagos. Tais secções eram representadas pelas oligarquias agrárias que possuíam e defendiam interesses políticos e territoriais diferentes, provocando o centrifugismo do poder e dificultando toda a proposta de constituição de um país nação e de modernização política e econômica que o momento demandava¹¹.

No quadro científico, predominavam discussões impulsionadas pela matriz evolucionista, principalmente o pensamento spenceriano, com ampla e fácil penetração na sociedade brasileira e, em menor escala, pela matriz positivista ortodoxa de Auguste Comte. Tanto o evolucionismo de Spencer como o positivismo de Comte vão reforçar a vertente naturalista que irá permear os debates do restrito meio acadêmico até a década de 30¹².

É importante ressaltar que, até meados dos anos 30, o ensino superior no Brasil contava apenas com as Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. As ciências sociais se desenvolviam na Faculdade de Direito e a antropologia pertencia à Medicina. Todo debate acadêmico limitava-se a esses campos do conhecimento¹³. A Geografia, segundo Moraes (1991, p.114), aparecia como a atividade da escola normal, como ocupação de engenheiros (topógrafos), não contando com nenhuma discussão epistemológica. Imperavam nos estudos geográficos as teses ratzelianas e as idéias da escola alemã, que se apresentavam bem de acordo com os interesses das oligarquias agrárias. Este cenário irá prevalecer até a década de 30, quando a Geografia brasileira se institucionaliza, seguindo todo um padrão francês de ciência, respaldado na matriz historicista¹⁴.

Assim, as concepções da escola de Geografia francesa e as teses lablachianas só entram oficialmente no Brasil nos anos de 1930, com a institucionalização universitária da Geografia e com as propostas modernizadoras que começavam a ser implementadas pelo Estado Novo. A partir de 30, a produção acadêmica em Geografia passa a ser guiada pelos modelos franceses de estudos regionais, pelas monografias regionais clássicas, que representavam um veículo de legitimação ideológica das propostas de integração nacional e de modernização institucional e econômica colocadas em prática pela então elite política brasileira do Estado Novo.

Dessa forma, até a década de 1930, as questões particulares do contexto nacional não propiciavam a implantação e o desenvolvimento dos pressupostos científicos da Geografia francesa. Inúmeros obstáculos se colocavam à frente e deveriam ser enfrentados: obstáculos científicos, como o domínio do evolucionismo, do positivismo, das teses ratzelianas e a não oficialização da Geografia nacional; obstáculos políticos, como a posição da conservadora oligarquia agrária à modernização nacional; e obstáculos materiais, vinculados à quase inexistente infra-estrutura que dificultava toda a comunicação interna de um país com grande extensão territorial, como o Brasil.

Malgrado tais dificuldades, Delgado de Carvalho vai introduzir, logo na primeira década do século XX, uma metodologia nova de investigação, condizente com os padrões da escola regional clássica francesa, e apresentar uma abordagem geográfica muito rica e minuciosa que ia além de um simples estudo descritivo. O “*Le Brésil Méridional*” é uma clara expressão desta vertente de trabalho.

Esta obra, apesar de introdutória, apresentava um grau de elaboração ainda não visto nos estudos que eram desenvolvidos sobre o território brasileiro. De uma clássica abordagem baseada na divisão e descrição de Estados, o Brasil começava a ser estudado através de uma visão totalizadora que permitia agrupar em uma mesma região um conjunto de Estados. O “*Le Brésil Méridional*” levanta, reúne e interage os diferentes elementos naturais e humanos da porção subtropical do Brasil, propondo uma nova divisão territorial que, a partir das regiões naturais, se sobreponha aos limites político-administrativos dos Estados e aos interesses regionalistas de suas oligarquias agrárias.

O “*Le Brésil Méridional*” representa um marco nos estudos geográficos brasileiros do início deste século. Uma clássica monografia regional, modalidade de trabalho que apenas iria tornar-se corrente e dominante na produção da Geografia brasileira a partir de 1930, com a institucionalização desta ciência. Delgado de Carvalho foi, portanto, um dos precursores da utilização do modelo científico francês no Brasil, desenvolvendo o livro supracitado antes mesmo de a escola clássica de Geografia francesa se tornar o grande paradigma científico da Geografia nacional.

III - “*Le Brésil Méridional: étude économique sur les états du sud*” - uma leitura

Tendo como fio condutor as considerações expostas anteriormente, buscaremos agora adentrar no “*Le Brésil Méridional*” e identificar as bases da escola clássica de Geografia francesa, ressaltando algumas questões próprias ao campo científico desta vertente de trabalho. A partir de uma breve descrição, exploraremos inicialmente os aspectos organizacionais, e, em segundo lugar, nos deteremos na análise mais pormenorizada do primeiro capítulo, em função da importância vital (pelo seu caráter metodológico) que este representa no âmbito do livro.

“*Le Brésil Méridional*” é uma extensa obra (519 páginas) sobre a porção meridional do país definida por Delgado de Carvalho pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com base nas regiões naturais. Nela são fornecidos e estudados, em detalhe, os diferentes elementos naturais e humanos, e enfocados os aspectos econômicos. A partir das principais atividades, na época vinculadas aos produtos agrícolas e à pecuária, foram delimitadas regiões econômicas territoriais específicas. Estas correspondiam, aproximadamente, aos limites físicos dos Estados que também gravitavam econômica e financeiramente ao redor do setor agropecuário.

Delgado de Carvalho organiza o livro em quatro grandes capítulos, a saber: “*Le Brésil Méridional*”, uma introdução e apresentação minuciosa de toda a área, abrangendo suas regiões naturais, a navegação e os portos, e as vias férreas; “*Le Pays du Café*”, um estudo sobre a zona cafeeira paulista, englobando a imigração e colonização, as condições de agricultura, o café: sua cultura, indústria e comércio, e todo o restante do setor industrial e comercial do Estado de São Paulo; “*Le Pays du Mate*” investiga a zona do mate do Estado do Paraná e Santa Catarina, enfocando a colonização, o desenvolvimento econômico, o mate: sua indústria e comércio, e a indústria madeireira;

e “ *Le Pays de L’ Elevage* ”, focalizando a pecuária, estuda a área das pastagens do Rio Grande do Sul. Aqui são tratadas a colonização, as questões agrícolas, a pecuária e suas indústrias, todo o restante do setor industrial e o comércio exterior Rio-grandense¹⁵.

Como pode ser observado, Delgado de Carvalho estabelece divisões e subdivisões bastante semelhantes, principalmente no que tange às três regiões econômicas, isto é, aos últimos três capítulos. Se fosse aqui demonstrado todo o detalhamento de seus itens e subitens esta semelhança se colocaria mais evidente¹⁶. Adiciona-se a este modelo de exposição uma narrativa histórica factual extremamente pormenorizada perpassando toda a obra. Tais procedimentos sustentam o método de pesquisa empregado pelo autor e podem ser facilmente identificados aos empregados nos clássicos estudos regionais franceses do início deste século.

No capítulo primeiro, o autor aponta duas preocupações principais que evidenciam, claramente, as bases epistemológicas de toda sua obra. Por um lado, procura justificar, definir e delimitar a área de estudo através da caracterização e demarcação de suas diferentes regiões naturais, e, por outro, apresenta as condições gerais de estrutura viária, que permitiam estabelecer toda a integração regional, enfocando seu sistema portuário, ferroviário e hidroviário.

Primeiramente justifica seu interesse em investigar a porção sul do Brasil. Não obstante reconhecer o país como excessivamente complexo em virtude de sua grande e pouco explorada extensão territorial, das suas diversidades climáticas e econômicas, e da limitada ou nenhuma integração entre os centros econômicos. Delgado de Carvalho consegue enxergar o Brasil, não apenas como um local de significativas potencialidades, mas, sobretudo, como um conjunto harmonioso.

Esta idéia de harmonia do todo remete ao sentido de equilíbrio, uma evidente analogia organicista muito utilizada pela escola de Geografia regional francesa e que permitia defender a necessidade de uma maior integração entre as diferentes porções do território nacional. Do conjunto harmonioso brasileiro, o autor explica a escolha pela investigação da parcela localizada mais ao sul do país em função desta representar grande importância para a Europa, que enviava anualmente milhares de migrantes. Aqui está outro aspecto da obra deste geógrafo que cabe explorar.

É curioso notar que sua justificativa para a eleição da porção meridional do Brasil como área de estudo não faz nenhuma referência ao contexto político e econômico da época. Cabe lembrar que, no início do século XX, não apenas a região sul brasileira era a mais próspera economicamente, área de notável atenção internacional pela expressão de sua cafeicultura, como também, politicamente, se destacava pelo poderio da oligarquia cafeeira paulista que defendia o projeto ultrafederalista demasiadamente perigoso para o espírito nacionalista.

Após justificar o interesse pelo Brasil Meridional, Delgado de Carvalho inicia a defesa dos critérios que permitiam agrupar em uma mesma delimitação territorial os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A explicação fundamental de tal recorte repousava nos aspectos fisiográficos da região, principalmente na hidrografia e no relevo. Dessa forma, o autor estabelece através desses elementos, uma grande região natural que se sobrepunha aos limites políticos dos Estados¹⁷. Ele parte da região natural estabelecida anteriormente por Elisée Reclus que, apoiando-se na área de abrangência da bacia hidrográfica do Paraná, definia a região dos Estados paranaenses, englobando o Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Mesmo não fazendo parte dessa bacia hidrográfica, Delgado de Carvalho agrega à região o Estado do Rio Grande do Sul, tecendo como justificativa a geomorfologia local. Portanto, o Brasil Meridional passa a ser definido e delimitado pelo fragmento do planalto que se alonga de nordeste à sudeste, entre a costa atlântica e o curso do Rio Paraná.

Esta definição tinha, mais uma vez, o mérito de encobrir as disputas político-territoriais que estavam em pleno vigor no início deste século. Vale recordar que o Rio Grande do Sul, além de sediar fortes movimentos separatistas na primeira metade do século XIX, era um dos maiores representantes das propostas políticas ultrafederalistas que advogavam o centrifugismo do poder e ameaçavam todo o processo de constituição nacional. Delgado de Carvalho fazia uso, então, do conceito de região natural, pois este permitia

excluir a relação dos problemas regionais com o processo econômico-social do país e colocar em prática, sob um véu de cientificidade, objetivos estritamente políticos.

Com a delimitação, defendida cientificamente, do Brasil Meridional em uma grande região natural, Delgado de Carvalho passa a fornecer dados pertinentes à área: as coordenadas geográficas, a extensão territorial e as características climáticas e populacionais. A partir deste levantamento, estabelece um novo recorte espacial, subdividindo a região em quatro zonas naturais: litorânea, serrana, dos altos planaltos e da planície rio-grandense. Nessas, são integrados dados particulares relativos à população e à atividade econômica.

Uma outra preocupação de Delgado de Carvalho que carece ser mencionada, pois vem estabelecer a articulação da região, é o estudo da estrutura viária. Aqui, o autor, além de expressar uma inquietação com a questão da integração territorial nacional, apresenta uma abordagem econômica e político-estratégica. Inúmeros dados estatísticos e relatos históricos são fornecidos e sistematizados sobre as potencialidades econômicas, comerciais e estratégicas do sistema hidroviário, portuário e ferroviário de toda a região.

Na investigação do sistema hidroviário são fornecidos detalhes sobre: as possibilidades de navegação nos diferentes rios; as características gerais, como extensão e largura; as principais quedas d'água com a respectiva altura; a vazão e regime das águas; e as potencialidades econômicas das bacias hidrográficas¹⁸. No sistema portuário é apresentado um comentário histórico e um relato dos principais portos, desde ano de construção. É também ressaltado o movimento e a importância comercial de cada um.

No estudo do sistema ferroviário é reconhecido primeiramente o papel preponderante das estradas de ferro e de suas malhas no crescimento econômico e na integração do Brasil Meridional, e do país como um todo. Uma vez que os aspectos fisiográficos da região constituíam-se em obstáculos naturais que impediam seu pleno aproveitamento e desenvolvimento, a expansão das redes ferroviárias representava, assim, investimento imprescindível para viabilizar a vida econômica e a integração do Brasil Meridional¹⁹. Em seguida, é relatada a história das redes ferroviárias da região e apresentada a composição de capitais envolvida na implementação desta infra-estrutura. Aqui, são ressaltadas as principais empresas que exploravam as vias férreas e suas relações com o governo da União dos Estados. A partir desta caracterização, Delgado de Carvalho vai, então, estudar e detalhar, ainda mais, a malha ferroviária da região, subdividindo-a em: rede paulista, rede paranaense e catarinense; e rede sul rio-grandense.

Construído o quadro do Brasil Meridional e estabelecidas as bases epistemológicas do trabalho, Delgado de Carvalho mergulha nas três grandes regiões econômicas por ele propostas e dissecar ainda mais a realidade local seguindo um mesmo caminho: levantamento dos aspectos naturais, dos aspectos humanos e, então, a integração de ambos para identificação da singularidade regional. São realizadas, assim, em diferentes escalas, os mesmos procedimentos analíticos de pesquisa. O capítulo primeiro, além de representar o alicerce de todo o estudo, permite uma clara demonstração dessas articulações de escalas e dos procedimentos metodológicos adotados ao longo do livro.

O “*Le Brésil Méridional*” cumpre, dessa forma, os preceitos estabelecidos pela escola clássica regional francesa, portando, inclusive, suas principais contradições e introduzindo uma abordagem nova de investigação nos trabalhos geográficos desenvolvidos à época, no Brasil. Além de ter sido um importante estudo que irá fundamentar a futura divisão regional brasileira, ele representa a primeira investida de Delgado de Carvalho no entendimento da esfera político-territorial nacional, lançando as bases das considerações geopolíticas que o autor irá desenvolver em trabalhos posteriores.

IV - Considerações finais

Como uma clássica monografia regional construída sob os moldes da escola de Geografia francesa no início deste século, o “*LE BRÉSIL MÉRIDIONAL*” é, essencialmente, um repositório de informações. Contudo, representou um marco nos estudos geográficos brasileiros, engendrando uma nova metodologia de pesquisa e investigação, ainda não vista no Brasil da época.

Estruturado sob os moldes da escola clássica de Geografia francesa, o livro apresenta uma nova abordagem metodológica que o diferencia dos trabalhos etnográficos, puramente descritivos, dominantes no país. Delgado de Carvalho introduz uma visão totalizadora do território brasileiro, articulando-a ao eixo central da vertente de investigação da escola francesa - os estudos regionais. Assim, o "LE BRÉSIL MÉRIDIONAL" é um clássico estudo regional sobre a porção sul do Brasil, uma típica monografia regional desenvolvida dentro dos padrões estabelecidos pela Geografia regional francesa, que só se tornaria paradigma da Geografia brasileira a partir da década de 1930.

É importante ressaltar que a Geografia brasileira não constituía-se em um ramo científico autônomo do saber. Até meados dos anos 30, os estudos geográficos encontravam-se dispersos e, em geral, eram produzidos por autores de outras áreas do conhecimento como historiadores, diplomatas, publicistas, advogados, engenheiros, militares, políticos, entre outros. Assemelhavam-se a autênticos catálogos contendo nomes de lugares, povos, rios, hábitos culturais, tipos de solo e clima, altura dos morros, comprimento dos rios, áreas das bacias hidrográficas, entre outros. Uma mera descrição sem nenhum caráter analítico e/ou relacional. Este perfil de trabalho imperava nas três primeiras décadas deste século e constituiu parte fundamental da história pré-institucional desta disciplina no Brasil. Diferentemente de tais trabalhos, o "LE BRÉSIL MÉRIDIONAL" vai apresentar uma abordagem rica e interativa sobre os distintos elementos (físicos e humanos) presentes em uma determinada parcela do território nacional, marcando a entrada da vertente de investigação regional no Brasil. A partir desse trabalho, Delgado de Carvalho vai introduzir as bases da futura divisão regional brasileira, estabelecida em 1913, em seu primeiro livro publicado em português "A Geographia do Brasil".

Cabe ainda destacar que esta obra aponta também uma específica fase da construção de Carlos Delgado de Carvalho. Enquanto nos anos 20, Delgado de Carvalho passa a se dedicar fundamentalmente à geopolítica e a defender claros valores pátrios, na década de 1910, este geógrafo parece ter como objetivo central, não a defesa de um projeto político nacional, como ficará evidente mais tarde, mas, sim, o levantamento e a sistematização de informações detalhadas que permitissem um amplo conhecimento sobre o território brasileiro. Todavia pode-se notar uma clara intencionalidade política por trás de toda a narrativa histórica que sustenta o "LE BRÉSIL MÉRIDIONAL". É possível afirmar que este estudo representou um passo importante e fundamental para a consolidação e o desenvolvimento do pensamento geopolítico do autor.

Bibliografia

BERDOULAY, Vicent: La métaphore organiciste: contribution à l'étude du langage des géographes, *Annales de géographie*, nº. 507, 1982., p.573-586.

BERNARDES, Nilo (1982): A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, RJ, IBGE, ano 44, nº. 3, jul/set, 1982, p. 519-527.

CAPEL, Horacio: *Filosofia y Ciência em La Geografia Contemporânea*. Barcanova, Barcelona, 1981.

CASTRO, Therezinha de: *Carlos Delgado de Carvalho*, mimeo, 1993.

CORRÊA, Roberto L.: *Região e Organização espacial*, ed. ática, SP, 1986, p. 22-50.

DALLARI, Dalmo de A.: *O Estado Federal*, ed. ática, SP, 1986.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos: *Geographia do Brasil*, Tomo I, Geographia Geral, RJ, Emp. Photo-Mechanica do Brasil, 1913.

-----: *Le Brésil Méridional: étude économique sur les états du sud*, E. Desfossés, Paris, 1910.

ESCOLAR, Marcelo: *Un Discurso " Legítimo " sobre el territorio: Geografía y Ciencia e Sociales*, Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1990.

GRAHAM, Richard: *Progress and Spencer , Britain and the Onset of modernization in Brazil 1850-1914*, Cambridge Press, 1986.

IGLÉSIA, Francisco (1993): *Trajectoria Política do Brasil 1500-1964*, Cia. das Letras, 1993.

MORAES, Antônio Carlos R.: *Ideologias Geográficas*, Hucitec, SP, p. 109-143, 1991.

-----: *Geografia Pequena História Crítica*, Hucitec, SP, 1986.

PEÑA, Orlando e SANGUIN, André-Louis: *El Mundo de Los Geógrafos*, oikos-tau ediciones, Barcelona, 1984.

PENHA, Eli A.: *A Criação Política do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*, IBGE/CDDIRJ, 1993.

RODRIGUES, José H.: A unidade nacional, In: Djacir Menezes (org.), *O Brasil no pensamento Brasileiro*, Conselho Federal de Cultura, Mec, 2ª edição (1956), p. 391-394, 1972.

¹ As escolas nacionais de Geografia que se oficializaram mais tarde foram estruturadas a partir das escolas alemã e francesa – duas importantes matrizes do pensamento geográfico. A Geografia britânica, por exemplo, que se institucionalizou na década de 1880, sofreu influências, tanto de uma quanto de outra. É interessante observar que, apesar de a Grã-Bretanha ter sido uma das primeiras nações a levantar conhecimentos geográficos do mundo, através das grandes expedições, não foi neste país que a primeira escola nacional de Geografia se oficializou. Conforme Orlando Peña e André-Louis Sangin (1984, p.32), a Geografia britânica carecia fundamentalmente de aportes científicos. Tanto a geopolítica alemã de Friedrich Ratzel quanto as monografias regionais francesas, desenvolvidas com Vidal de La Blache e seus discípulos, vão constituir importantes bases científicas da Geografia britânica.

² O positivismo e o evolucionismo eram duas importantes matrizes científicas que interagem no seio da sociedade européia no final do século XIX e início do século XX. Ambas repousavam na concepção monista de mundo, que pressupunha a existência de apenas uma realidade dada pelo mundo natural, apresentando, assim, um predomínio do reducionismo naturalista, que limitava os diferentes aspectos da vida a um complexo de fenômenos físico-químicos (Horácio Capel 1981, p.272).

O positivismo se sustentava na observação e experimentação, em um empirismo antimetafísico e racionalista. O evolucionismo, a partir de Darwin, apoiava-se no conceito biológico de organização, de organismo vivo. A concepção orgânica foi extremamente importante pois serviu de referência para compreender a complexidade de todos os fenômenos, tanto naturais quanto sociais (Capel, 1981, p.273).

A ampla utilização do organismo como paradigma de entendimento da sociedade foi realizada pelo inglês Herbert Spencer, que deixou sem explicação fatos sociais de caráter nitidamente histórico. O evolucionismo, através da concepção orgânica, expandiu-se significativamente, pois abandonava a visão estática de mundo e substituiu por uma concepção dinâmica, moderna, possibilitando a implantação da idéia de progresso que, de acordo com Richard Graham (1968), era fundamental para a implantação e desenvolvimento de uma nova sociedade, condizente com os hodiernos interesses do emergente processo de industrialização.

Tanto o positivismo como o evolucionismo se respaldavam no avanço das ciências naturais, como a biologia, a física e a química, e na supremacia dos cientistas da natureza, alcançada pela capacidade destes em realizar experimentações, realizações impossíveis para os cientistas sociais.

³ A reação historicista foi bastante significativa: a ponto de Michel Foucault afirmar que a história constituiu-se em uma grande obsessão nos finais do século XIX (apud Edward W. Soja, *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Jorge Zahar Editor, 1993, p.17).

⁴ Como aponta Vicent Derdoulay (1982, p.578), a idéia de se referir ao mundo vivo, e mais particularmente ao organismo e sua fisionomia, para dar conta dos aspectos da realidade física e social, aparece como instrumento privilegiado do pensamento ocidental no final do século XVIII ao início do século XX e não é admirável que interfira no discurso geográfico desse período.

⁵ Os impactos do naturalismo e do positivismo se refletem no emprego de conceitos precedentes das ciências naturais, como o de função, e nas amplas analogias orgânicas de base biológica. Segundo Capel (1981:295), Vidal de La Blache escreve, em 1888, que "as comarcas e regiões são consideradas como indivíduos humanos que se agregam como células vivas em organismo que é a pátria". E Elisée Reclus, na sua grande obra " L'Homme et la Terre " (publicada em 1904), traça um quadro da evolução do homem sobre a terra a partir das influências que o solo e o clima exercem nos acontecimentos históricos (Capel 1981:303).

⁶ Um autor representativo do positivismo francês, Frederich Le Play (1802/1882), influenciou o nascimento da Geografia francesa em pleno desenvolvimento historicista. La Blache e seus discípulos, de acordo com Capel (1981, p.300), tiveram influências de Le Play, sobretudo no que se refere à estruturação das monografias regionais que apresentavam excessivas semelhanças com as monografias desenvolvidas por este positivista. Le Play partia de uma apresentação geral da área aludindo às condições físicas (terra, água, clima), suas atividades econômicas (indústria, finanças, comércio, transporte) e os problemas gerais da população, para estabelecer uma relação de influência do meio sobre o homem.

- ⁷ Embora La Blache tenha percorrido esse itinerário, as proposições de origem evolucionista, essencialmente organicistas, não vão ser totalmente negligenciadas em seus estudos. Conforme aponta o próprio Capel, tais proposições encontra-se-ão depuradas, ou seja, filtradas, pelas concepções historicistas.
- A esse respeito, Berdoulay (1982) faz uma importante e rica leitura. Para ele, o organicismo foi utilizado na Geografia de forma diferente da utilização feita por autores como Spencer e Schaffle, que procuraram estabelecer sistematicamente um conjunto de equivalências entre sociedade e organicismo. Para Berdoulay, os geógrafos de finais do século XIX e início do século XX não procuravam mostrar uma relação de similitude ou análise racional entre o organicismo e a sociedade, mas, sim, apelar para a metáfora organicista como necessidade de demarcação científica.
- Assim, tanto La Blache e discípulos, como Jean Brunhes e Camille Vallaux não se colocam totalmente contra o emprego da metáfora organicista, pois ela permitia situar mais facilmente o homem na totalidade do universo, respondendo à integração da ciência. Contudo, fazem ressalvas à sua utilização em grande escala. Aqui, repousa parte da crítica que eles estabeleceram à Geografia alemã de Ratzel. Para esses importantes representantes da escola francesa, Ratzel se excede quando utiliza o organismo vivo para designar o Estado.
- ⁸ A síntese regional possibilitava articular o evolucionismo ao historicismo, pois as regiões eram concebidas como entidades próprias, uma espécie de organismo vivo, e, ao mesmo tempo, forneciam condições para o levantamento de dados que evidenciariam sua personalidade e seu caráter essencial.
- ⁹ Destacavam-se na escola de Geografia francesa, além de La Blache, E. Demartone, J. Brunhes, C. Vallaux e R. Blanchard, todos tiveram nos estudos de La Blache seu ponto de partida. Cada um focalizou e desenvolveu um determinado aspecto da Geografia regional.
- ¹⁰ Capel (1981, p.339) ressalta, também, o papel político da Geografia francesa em fins do século XIX. Segundo o autor, os estudos regionais mostravam-se aparentemente perigosos, pois insistiam na diferenciação regional e podiam conduzir ao rompimento das solidariedades naturais do Estado, levando ao atomismo geográfico. Mas a via regional triunfou em função das vantagens que apresentava para as comunidades científicas e da pouca interferência que causaria na esfera política. Qualquer conturbação nesta área podia ser facilmente eliminada pela vantagem que o estudo regional trazia com relação à estabilidade derivada do enraizamento do homem ao solo. Esta idéia de localização de influência mútua é algo próximo à idéia de pátria. Assim, a Geografia servia também para afirmação de um sentimento de nacionalidade.
- ¹¹ Para aprofundar a questão da formação Estado-Território no Brasil, ver Eli Alves Penha (1993) que, objetivando discutir a criação e o desenvolvimento do IBGE, traça um rico quadro geopolítico do processo de centralização e integração nacional.
- ¹² Segundo Richard Graham (1968), Spencer era o autor mais cotado e lido no Brasil em finais do século XIX. Seu pensamento teve grande impacto e auxiliou todo processo de modernização do Brasil, dando base às teorias de Estado e à formação do Estado liberal.
- ¹³ Tais formações acadêmicas portavam um forte conteúdo positivista que vinha ao encontro dos interesses da oligarquia agrária, segmento social que exercia grande influência nas referidas faculdades. Nesse sentido, as discussões inovadoras e as idéias sobre a modernização do país partiam, mais freqüentemente, da imprensa e da esfera política (Moraes 1991, p.114-5).
- ¹⁴ De acordo com Moraes (1991, p.124-125) as primeiras universidades brasileiras foram fundadas no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e em São Paulo, em 1934. Ambas se estruturaram sob o modelo científico francês, com os institutos especializados gravitando em torno de um grande centro de ciências, filosofias e humanidades.
- ¹⁵ A palavra "pays" significa pequena região homogênea. Foi um termo muito utilizado pela Geografia francesa para designar uma região geográfica, isto é, para indicar o caráter individual (produto do entrelaçamento dos componentes humanos e a natureza) de uma determinada extensão territorial (ver Roberto L. Corrêa 1986:28).
- ¹⁶ Apenas a título ilustrativo, tomemos como exemplo o item que apresenta e desenvolve a principal atividade econômica da região, ou seja, o tópico que fornece sua singularidade. Aqui, Delgado de Carvalho inicialmente expõe todo um relato histórico do produto, apontando sua origem e qualidade e, em seguida, levanta todos os dados possíveis, a ele relacionados, como por exemplo, tipo de solo mais adequado, o período de colheita, o preço, a mão-de-obra necessária, o total da produção, as principais zonas produtoras, etc. Feito este levantamento, o autor justifica, então a delimitação espacial da região e parte para seu primeiro subitem, o setor industrial, onde realiza o mesmo procedimento. Isto é feito igualmente, tanto para a região do café, quanto para a região do mate ou da pecuária.
- ¹⁷ Cumpre observar que, apesar de iniciar o livro oferecendo um mapa da região contendo seus aspectos físicos e políticos, Delgado de Carvalho não representa nesse mapa os limites territoriais dos Estados.
- ¹⁸ No tocante ao sistema hidroviário, a importância econômica e comercial pode ser sentida, por exemplo, quando discorre sobre o Rio Iguaçu, afluente do Paraná, realçando sua condição de caminho mais natural direto dos centros povoados do Paraguai ao oceano Atlântico; ou ainda quando, frente às difíceis condições de navegabilidade do rio Tietê, afirma que tal problema pode ser solucionado através de um sistema de comunicação misto e que as quedas d'água podem ser aproveitadas na geração de energia elétrica, podendo transformar a região em um dos mais importantes centros industriais do mundo (p.10).
- ¹⁹ Segundo Delgado de Carvalho, a construção de um amplo sistema ferroviário era fundamental para: interligar diferentes núcleos de povoamento aos centros econômicos; penetrar no interior, estabelecendo comunicações entre áreas pouco povoadas ou desabitadas; criar novos centros, e, permitir a exploração de novas riquezas (p.71).

The Delgado de Carvalho's contribution to the Brazilian geographic studies taking into consideration his book "Le Brésil Méridional"

Abstract

The work proposed has as central objective to redeem one of the first compositions of Carlos Delgado de Carvalho, a geographer of significant participation, not only in the Brazilian political and education history, but also in the construction of a national geography. Its is "LE BRÉSIL MERIDIONAL: ÉTUDE ÉCONOMIQUE SUR LES ÉTATS DU SUD - São Paulo, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul", published only in French in 1910.

On the first part of this work we present a profile of the French classic school of geography, focusing its main epistemological matters and placing Delgado de Carvalho in this context. The second part will be exclusively dedicated to the book. Here we will present the organizational and methodological structure, as well as the most important themes approached. We will also try, at this moment, to point out the methodological influences, deriving from the French classic geography, provided in "Le Brésil Méridional".

KEY-WORD: Delgado de Carvalho; Brazilian Geography; Epistemology of Geography.

Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da educação liberal

Nilson Cortez Crocia de Barros

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal*. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, n. 62, p. 317-332, jan./abr. 2008. Disponível em: <liberal: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a21v2262.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal

NILSON CORTEZ CROCIA DE BARROS

Introdução

NARRAR a história da geografia tornou-se uma arte controversa nos tempos atuais, tempos denominados por P. Claval (2002) de pós-funcionalistas para a disciplina. A historiografia foi adquirindo conformação sistemática, tornando-se domínio dos especialistas no assunto a partir do final dos anos 1970, e os estudos interculturais fertilizaram a reflexão sobre o caráter da disciplina. Esse emergente estilo historiográfico foi identificado no Brasil por Machado (2003, p.314) em 1994. Histórias da disciplina foram perdendo aquele aspecto natural exibido nos manuais, e também o impulso doutrinário contido nas peças eruditas que marcaram épocas na disciplina, como a de F. Schaefer, de Hartshorne etc. (cf. Barros, 2006a). Com o passar do tempo, as resistências contra o estilo contextual, intercultural e, por que não dizer, pós-disciplinar de contar a história da disciplina se manifestaram, formando-se a controvérsia historiográfica. Apareceu o aguerrido argumento de que, não sendo propositiva – não tendo o compromisso de melhorar nenhum ramo da geografia –, tal historiografia era um esforço inútil, sem valor – pelo menos para os que de fato dedicavam-se à disciplina (cf. Barnett, 1995).

É ciente dessa problemática situação historiográfica que o presente artigo apresenta algumas considerações sobre contribuições de Delgado de Carvalho para a construção da face moderna da geografia no Brasil. Não obstante ricas sugestões possam ser extraídas, das contribuições de Carvalho, para o entendimento dos estilos de fazer geografia no Brasil (perspectiva da *episteme*), o exercício historiográfico contextual coopera também no entendimento de variados aspectos da experiência nacional, tais como o político, o administrativo, o diplomático, o pedagógico etc. Vista desse modo, a história da geografia não é assunto a interessar exclusivamente aos geógrafos, mas também a outras pessoas dedicadas a temas culturais os mais diversos. Será com base numa combinação de abordagem epistemológica e contextual que examinaremos algumas ações e obras escritas por Delgado de Carvalho (1929, 1940, 1959, 1967), assim como parte da historiografia existente sobre este pioneiro na implantação da geografia no Brasil.

A historiografia contextual, sítios culturais, redes e escalas de imaginação

Uma das orientações inovadoras na historiografia empenhou-se em dedicar atenção à influência exercida pelos sítios culturais (Duncan & Ley, 1993; Livingstone, 1992, 2003) e suas redes na construção da geografia, desse modo excursionando por uma interpretação da construção da geografia mais atenta às relações e às interatividades. Tal análise se apoiou não apenas no que contornos regionais convencionais (continentes, nações) poderiam oferecer de elucidativo ao entendimento das experiências da construção da disciplina, mas também exploravam a natureza das circularidades ou das difusões de práticas e idéias dentro dos circuitos das redes, que não negavam mas que transcendiam aqueles contornos. O coração das mudanças nos estilos da ciência repousaria, não obstante a importância dos contextos políticos gerais nacionais, nos ambientes específicos (Barros, 2005).

Nesses nódulos e ligações – um sistema dinâmico e provido de financiamento – se realizaria um processo que Pickering (1995, p.5, apud Barnes & Farish, 2006, p.809) chamou de *mangling*, que quer dizer: transformações sofridas pelos agentes presentes nesses locais que, depois, não retornam mais à forma original. Diante disso, é possível sugerir a hipótese de que regiões homogêneas quanto aos estilos de pensamento geográfico, tais como geografia francesa, ou geografia norte-americana, ou geografia brasileira, seriam mais aspirações historiográficas – ou projetos doutrinários – que reconstruções realistas e complexas da ontologia da disciplina. Lembremos que, à íntima e peculiar associação da cultura – e o pensamento geográfico é uma expressão cultural – com a Terra formando classes de área discretas (o *modus operandi* do pensamento regional), Kimble (1951) havia proposto a ênfase interpretativa dos padrões regionais com base nas interatividades entre os lugares.

A idéia dos sítios cultural-científicos resgatou essa metodologia e permitiu identificar paralelos entre estilos de geografia praticados por profissionais de diferentes países. Isso revelou que, do ponto de vista epistemológico e em razão das redes de interação, havia mais similaridades que diferenças entre as chamadas escolas nacionais ou regionais, não obstante as diferenças existirem também. O conceito sistemático de redes de interações usado pela Geografia Urbana desde os anos 1950 revelou, em aplicado à reconstrução da história da disciplina, os muitos limites do conceito de região (nação), ou discurso regional, aplicado ao mesmo tema.

A questão em torno das diferenças de estilos de geografia que se desenvolvem entre os sítios culturais é das mais férteis. Lia Machado (2003) identificou, na história do pensamento geográfico no Brasil, a presença de estilos diferentes associados aos contextos diversos de cultura institucional (sítios) presentes na difusão da disciplina dentro do próprio contorno regional do país. Desenvolveram-se na disciplina estilos de trabalho geográfico mais instrumentalizados para a análise do empírico, mas também se propagaram estilos mais especulativos.

Talvez uma oposição entre a geografia como arte liberal – baseada nas personalidades – e a geografia como ciência social aplicada ou de equipe (Barnes & Farish, 2006, p.807) ou industrial.

Lia Machado (2003) observa ainda que, do ponto de vista da escala dos interesses e do alcance espacial das cogitações, a geografia que se difundiu no Brasil esteve voltada para dentro do próprio território brasileiro ou da escala nacional. Do ponto de vista da escala política – regional política – de operação, esse caráter das práticas e discursos geográficos no país diferia da geografia européia que lhe havia oferecido os moldes conceituais. Essa, ao lado da preocupação espacial interna aos seus países, mantinha um permanente foco de agenda nas periferias do além-mar.

A visão para dentro como caráter do pensamento geográfico no Brasil, combinada com as desafiantes dimensões territoriais continentais a conhecer, não deixou de produzir aquele fenômeno que veio a ser denominado legitimação do geógrafo pelo contato de campo. Isso foi particularmente importante no período compreendido entre a estruturação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os anos 1960, a era heróica das explorações e das primeiras peças discursivas geográficas nacionais. Dias (1989) denomina mesmo o final dos anos 1950 e começos de 1960 como a idade de ouro da geografia no país. Entretanto, a partir desta última década, os trabalhos geográficos puderam se beneficiar de sistemas remotos de informações muito mais eficientes e de longo alcance em escala, e a experiência do realismo de campo, compreensivelmente, deixa de ser a única forma de ungir o geógrafo com reconhecimento profissional. Mas, até então, os geógrafos, assim o quisessem, podiam colher vantagens de certa visão ingênua presente nos consumidores culturais quanto ao que realmente era um trabalho de campo. Para muitos daqueles consumidores, a própria aventura da viagem ao campo, quando relatada, produzia a autoridade científica e o prestígio (Livingstone, 2003, p.42).

Há no contexto periférico da difusão da geografia outra categoria de experiência espacial a merecer atenção. A então rara ida de um geógrafo brasileiro – e isso parece ter sido um fenômeno extensivo a toda a América – aos velhos centros formuladores da geografia moderna conferia uma aura de reconhecimento e prestígio. A condição periférica da difusão da geografia no Brasil produziu, para os geógrafos do país, uma específica categoria de experiência espacial, além daquela já mencionada relativa ao contato de campo e observada por Outram (1999, p.285). Essa categoria de experiência espacial seria a representada pelas viagens para respirar o estado da arte, excursões de espírito e assimilação das novidades.

Delgado de Carvalho aportou justamente no *core* que procedia à construção da geografia no Brasil na perspectiva do poder central, o que teve efeitos definidores sobre as suas contribuições. Ao lado da sua personalidade, a geografia da sua localização influenciou – “fez a diferença”, para usar a expressão de

Livingstone (2003) – na vida profissional que conduziu e nas contribuições que pôde oferecer. Entretanto, essa geografia da sua localização nacional-profissional não explica seu estilo histórico-geográfico, que na verdade era um estilo comum aos sítios culturais cosmopolitas já dispostos em redes.

A Europa, o Brasil e a formação de Delgado de Carvalho

Miguel Delgado de Carvalho nasceu na França no ano de 1884. O Brasil era ainda uma Monarquia, para uns; para outros, entretanto, mais que isso: uma democracia coroada. Filho de pai brasileiro que estava a serviço da Coroa na Europa – e que lá teria ficado com a proclamação da República –, Carvalho aportou no Brasil na primeira década do século XX. Um dos objetivos que tinha, ao empreender sua saída da Europa, era escrever a sua tese para apresentá-la à Escola de Ciências Políticas de Paris, completando assim sua formação acadêmica. Essas exigências de começo de carreira, modernamente, situam-se dentro do padrão do *scholar* estabelecido no século XIX na Alemanha e que se propagou como modelo por todo o mundo (Barros, 2006b).

Carvalho chegava com uma autoconfiante doutrina geográfica, e buscava um mundo empírico na América do Sul agrícola, continente de grande interesse à Europa, posto que estava a acolher os excedentes da população do velho continente. Segundo depoimento de Maria Linhares, Delgado de Carvalho era não somente francês por nascimento, mas por formação educacional.¹ Esse ponto é aqui mencionado vez que o tópico da influência do além-mar e da identidade nacional na disciplina tem recebido importância na agenda historiográfica da geografia no Brasil. Comentando sobre a formação da geografia no Brasil, Santos (2002) afirmou que Delgado não escrevia em português, mas em francês, de fato outra das línguas que chegaram à América pela difusão cultural européia e que sufocaram as línguas nativas de cujo culto criaram-se tantos problemas para Policarpo Quaresma, o personagem de Lima Barreto.

Zusman & Pereira (2000, p.55), examinando a controvérsia de se havia um projeto geográfico ou agenda clara de construção da geografia no Brasil antes da institucionalização – que para Moraes (1999) e Monteiro (1980) (ambos citados por Zusman & Pereira, 2000, p.55) não havia –, entendem que Delgado de Carvalho atuou como um divulgador do que denominam escola geográfica francesa. Segundo parâmetros dos sítios europeus, o que parece mais justo. Entretanto, como o observa propriamente Abreu (2006, p.131), o papel difusor de Carvalho é parte do evento mais amplo do estímulo da educação média no país – com paralelos nas décadas anteriores nas experiências nacionais da França e da Alemanha –, no qual a vinda dos assessores será episódio da mesma cadeia seqüencial de espalhamento cultural educacional no contexto da construção nacional. De fato, os assessores vieram para auxiliar no estabelecimento de faculdades de formação de professores para o ensino médio e primário.

A experiência de pessoas nascidas e educadas no Brasil representarem geograficamente o seu próprio país era escassa, e viria a ser necessário tempo – e

esforços financeiros, institucionais, educacionais e pessoais consideráveis – para o país incorporar experiências e perspectivas cognitivas próprias aos discursos geográficos, incluindo no que tange ao conceito de região, que teve que ser elástico em escala. Delgado, no sítio do poder central, foi exposto e partícipe dos primeiros momentos desses esforços heróicos de representação geográfica do Brasil. Compreensível e desafiadoramente, a difusão do pensamento geográfico no Brasil significou uma ontologia complexa e problemática para a disciplina, e nela especialmente para o conceito de região, conceito central nas contribuições de Delgado de Carvalho.

Os assessores europeus vindos para ajudar na montagem das faculdades de formação de professores vieram para o país tal como Carvalho, isto é, com uma doutrina científica e em busca do empírico – de um campo de experiências (Salgueiro, 2006, p.195) –, estivessem ou não eles sob compromisso de fazer suas teses de doutoramento. Delgado de Carvalho, com as circunstâncias da sua formação educacional, colocava-se naturalmente muito distante de personagens que poderiam beneficiar-se da aura das viagens à Europa como legitimação de atualização científica, isso porque ele compartilhara da mesma formação dos assessores da institucionalização.

Historicismo, cosmopolitismo e doutrina regional

Delgado de Carvalho estudou direito na Universidade de Lausanne e ciências políticas em Paris. Depois, realiza estudos em diplomacia e tem uma passagem pela London School of Economics onde, certamente, esteve exposto às influências temáticas e doutrinárias de Halford Mackinder (1861-1947). Mackinder havia sido indicado para a cátedra de Geografia em Oxford, e em seguida (1890) foi apontado diretor da London School of Economics. Ele foi uma espécie de *founding father*, grande estimulador da geografia na Grã-Bretanha na fase da pré-institucionalização, tal como Delgado viria a ser no Brasil. Ambos difundiram o discurso regional e estimularam a criação dos sítios de produção geográfica.

Malgrado as semelhanças, Mackinder vivia as exigências de dirigir o seu olhar para fora, enquanto Carvalho e outros pioneiros, no sítio central da cidade do Rio de Janeiro, tinham como desafio os sertões, o largo interior do território brasileiro. Em relação a superfície e temas a estudar, esses pioneiros no Brasil tinham problemas geográficos suficientes e até maiores que muitos impérios europeus com suas colônias na América e na África. Delgado, entretanto, nunca se afastaria totalmente da escala global. Mas o fato é que o caráter do pensamento geográfico, pelo menos na sua face discursiva e pública, parece ser dependente das escalas, isto é, das escalas de hábito do pensamento do indivíduo. Essas escalas de hábito são elementos ativos no *mangling*, processo anteriormente definido. Não obstante isso, as discussões de MacKINDER (1887) em “On the scope and methods of geography” em muito se assemelham às discussões sobre o método regional apresentadas por Delgado de Carvalho no centro nacional ou por estudiosos regionais em sítios culturais, como o do Recife. Cabe sugerir

que o treinamento de escala que Delgado recebeu nos sítios imperiais europeus acabaria, por fim, por influenciar suas direções profissionais e temáticas.

A geografia estava impregnada pela imaginação histórica. Na época da formação educacional de Delgado de Carvalho, a mistura entre as ciências era a norma. La Blache (1845-1918), por exemplo, vivia lado a lado com os historiadores, tendo escrito o primeiro volume – o “Tableau de la géographie de la France” – da *Histoire de France de l'époque gallo-romaine à la Revolution*. O grande domínio sobre as estruturas acadêmicas e de ensino na França estava, na verdade, nas mãos dos historiadores; isso significava mais postos de emprego para quem se dedicava ou se aproximava da história, e não da geografia. Fala-se mesmo que o século XIX foi dos historiadores (Caire-Jabinet, 2003, p.107-9), e essa influência entrou pelo século XX. As chances de carreira abriam-se por meio das redes de amizade que, segundo Caire-Jabinet (2003, p.123), desempenharam importante papel ao se transformarem depois em estruturas institucionais diversas. Assim se criavam novos postos de emprego, espaços institucionais (sítios), mesmo nos ambientes do ultramar (Salgueiro, 2006, p.194), menos disputados naturalmente, para jovens com pouca experiência profissional (Gomes, 2006, p.224).²

O que se chamou imperialismo acadêmico dos historiadores, com seu holismo, influenciou a geografia de língua francesa. No sentido contrário, a geografia também influenciou a história, pois o pensamento enquadrado nas monografias regionais sintéticas – grande contribuição da geografia – estimulou também, em retorno, os estudos históricos, com várias teses focando as histórias regionais (Caire-Jabinet, 2003, p.114). Lucien Febvre, por exemplo, exerceu o ofício de historiador voltado para a geografia histórica. Essa intimidade entre a geografia e a história transplanta-se às periferias, é importada inclusive nos serviços educacionais dos assessores, quando a geografia se difunde nas terras tropicais dentro do quadro das exportações européias dos serviços. A forte intrusão do discurso histórico no pensamento geográfico no Brasil – mesmo na obra de Delgado de Carvalho – não pode, portanto, ser discutida estritamente no campo de uma suposta superioridade de eficiência cognitiva desse discurso, ou maior aproximação dele com a realidade na perspectiva de alguns objetivos político-pedagógicos ou formativos (eficiência em si da camada discursiva).

Delgado de Carvalho e seu abrangente senso de ciência social

Delgado de Carvalho pôde desfrutar de uma vida produtiva afortunadamente longa. Quando estava com setenta anos, publicou o *Manual de organização social e política brasileira (OSPB)*, livro didático oficial do MEC/Inep para instilar princípios cívicos na juventude. Dir-se-ia que manuais assim representavam uma configuração mais ideológica e educacional – pré-neopositivista – das ciências sociais. Nesse livro de enobrecimento coletivo, e após décadas de trato com a história, com a geografia e com as ciências sociais, Delgado de Carvalho (1967) apresentou o que para ele era uma ciência dedicada ao estudo dos fatos sociais: ela seria “uma ciência uma”.

Tal concepção revela o traço historicista e humanista da contribuição de Delgado de Carvalho, traço que ele herdou da matriz europeia que produziu Ratzel, Ritter, Monbeig, entre outros, e que Andrade (2006, p.130) e Zusman & Pereira (2000, p.55) viram, com a perspectiva historiográfica regional, como da escola francesa. De fato, Delgado ostentava o estilo cognitivo característico da visão regional clássica construída no horizonte europeu na passagem do século XIX para o XX – da “integração e síntese” (Lencioni, 2003, p.100), estilo que viria a ter negociações epistemológicas problemáticas com a onda da difusão dos especialismos positivistas que estavam por se propagar pelo Brasil.

Compreende-se que Delgado de Carvalho havia aspirado à concepção unificadora e holística das ciências humanas muito influente na Europa da sua formação. No caso da geografia, talvez o projeto tenha sido mais ambicioso, vez que incluía também os fatores ambientais (ecologia humana). Mas o holismo de Delgado de Carvalho era mais histórico que ecológico, e certamente ele não compartilhava da crença básica do naturalismo, aquela que preconiza a unidade essencial de método entre as ciências sociais e naturais. Parece também procurar mais o entendimento que a explicação dos fatos, um traço do historicismo esclarecido.

O cultivo da consciência histórica – uma âncora-traço da nobreza reforçada talvez diante das revoluções das identidades no âmbito das transformações urbano-industriais do século XIX na Europa e do século XX no Brasil – conduz Carvalho a citar e elogiar, no *Manual* antes referido, os chamados intérpretes globais do Brasil – ou *founding fathers* para usar expressão de Yeda Linhares (cf. entrevista citada nas referências bibliográficas). São personagens como Leôncio Basbaum, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado, Néelson Werneck Sodré, entre outros, que se dedicaram às representações sintéticas do todo do país, lembrando o método regional. As gerações que foram expostas aos ambientes das pós-graduações pós-1970 tiveram de se encontrar com os discursos desses intérpretes, entender-lhes as aspirações, e também os limites das suas meganarrativas e megaconceitos. As teses e dissertações escritas – nos anos 1970 em diante – nos novos sítios de produção em ciências humanas no Brasil seriam mais analíticas e reveriam muitas destas interpretações, conforme observa Linhares (cf. entrevista citada).

O *Manual* antes mencionado é voltado para a formação da identidade cívica, a formação de uma liga de pensamento entre os indivíduos e o conjunto cultural e natural nacional, ou uma liga entre a terra e a gente no recorte regional (nacional) do Brasil. O trabalho cultural de Carvalho tem paralelo no de Carl Ritter, esse no seu esforço educacional para inculcar nos espíritos dos que se escolarizavam uma visão geográfica coletiva, ou senso coletivo, da ligação entre a população e a terra. Esse trabalho cultural de ligar terra e gente também foi feito por vários autores no Nordeste do Brasil, em âmbito regional, ao modo de resistência regional-federalista; isso porque, como o observou Andrade (2006, p.141), o Estado Novo revelava ímpetos centralistas que condenavam o federalismo da Primeira República.

A escolarização em massa tocada pelos projetos nacionais continha uma variante de historicismo. Não era aquele tipo cultivado pelas seções eruditas da elite, mas sim produzido para ser aspirado ou digerido pelas massas por via da indústria cultural-urbana. A multidão se civilizaria pela história-pátria associada ao território. A geografia, como ciência unificada e irmã da história, apresenta variados e amplos registros da sua utilidade instrumental para construir mentalidades nacionais ou regionais populares ou públicas, e essa funcionalidade não é, certamente, uma página virada no espectro das potencialidades da disciplina. Deste modo, a geografia é claramente ciência ideológica na acepção de J. Habermas (1971), saber que cria verdades que podem ser relativizadas aos interesses humanos. No referido *Manual*, as populações indígenas na Amazônia são representadas em seu passado como objetos histórico-simbólicos de um todo nacionalmente imaginado.

A imaginação do equilíbrio e harmonia entre as partes, característica do projeto representacional do método regional clássico, é instrumentalizada na empresa e empalidece os conflitos acontecidos no encontro entre os nativos, por um lado, e os seringalistas, seringueiros, casas exportadoras e *cores* industriais, por outro; ou os choques que estavam acontecendo decorrentes do avanço das frentes madeireiras ou agropecuárias. Pierre Gourou (1961), renomado geógrafo francês, havia interpretado a densidade e o povoamento na área amazônica mediante a perspectiva da expansão imperial que mirava a *hinterlândia* – tal qual Delgado –, isto é, a Amazônia como um vazio demográfico. O formato cognitivo se repetia, ainda que funcional a um império para dentro.

Delgado de Carvalho publicou extensivamente,³ aproveitando os muitos estímulos propiciados pela emergente indústria cultural e gráfica situada na capital federal, indústria ansiosa certamente pelas novidades culturais que Carvalho trazia consigo. Suas publicações demonstram que, apesar da sua formação nas humanidades, sustentou grande desembaraço no estudo dos aspectos físicos da geografia com objetivos de ensino secundário. A fisiografia – isto é, o relevo do solo, os jazimentos minerais, a drenagem, a fisionomia vegetal, o sítio geográfico etc. – propiciava o cenário funcional para uma representação animada dos fenômenos históricos, econômicos, demográficos e sociais. O cenário físico-biológico supria a vida das populações das influências geográficas, e isso tudo precisava ser visualizado por uma pedagogia geográfica do empírico. Assim, uma excursão (o campo), para Delgado de Carvalho (1941), equivalia a muitas aulas teóricas: “O contacto com a realidade determina, por si só, o início de todo o processo de aprendizagem”.⁴

Os diferentes sítios e as ramificações de influências

Não obstante um nome de projeção nacional no campo educacional, a extensão da influência dos trabalhos geográficos de Delgado de Carvalho não pôde ser entendida como espacialmente total e generalizada com a mesma intensidade pelo Brasil, por todos os sítios culturais. À época, o país era mais

propriamente um arquipélago cultural com os seus sítios exportando produtos primários para o exterior e importando produtos industriais e serviços, incluindo educacionais.

Agamenon Magalhães (1970), na sua tese de cátedra apresentada ao Colégio Estadual de Pernambuco, no Recife, sobre o Nordeste do Brasil (*Nordeste*) publicada originalmente em 1922 – estilo monografia regional –, não refere bibliograficamente Carvalho. Cita diretamente fontes europeias, como Ratzel, Reclus, Martonne, e, no Brasil, Euclides da Cunha. *Os sertões* é uma obra que exerceu forte atração sobre estudiosos de mentalidade mais holística e germânica, pelas construções que oferece das relações orgânicas entre o homem e a terra no Nordeste. Agamenon dispunha de formação jurídica e depois se afastou da referida cátedra para desempenhar altas funções dirigentes de Estado.

No capítulo historiográfico do estudo das ramificações das influências culturais entre centros dentro do Brasil, entretanto, há que reconhecer que o caminho está praticamente incógnito. O arquipélago cultural era realmente uma evidência no mínimo educacional nas primeiras décadas do século XX. Não que os sítios culturais ostentassem, digamos, ciências singulares; mas o fato é que os sítios alimentavam-se de redes mais liberais, aristocráticas, descentralizadas e personalizadas. Gilberto Freyre, por exemplo, entrou em contato direto com o geógrafo Carl Sauer e com o antropólogo Franz Boas (1887) – esse o autor do célebre “The Study of Geography” – a partir da sua educação antropológica nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX. A vasta influência intelectual que Freyre construiu – no Brasil e no exterior – veio a contribuir para problematizar iniciativas de uniformização cultural e acadêmica do país, ou regiões homogêneas de estilo científico. Havia uma interação europeia, especialmente, e anglo-americana também, no plano cultural, sendo aliás a língua francesa lida usualmente nos bancos escolares do velho sítio cultural do Recife.

Interessante é que, como observa Andrade (1970) na “Introdução” à reimpressão de *Nordeste* de A. Magalhães, o Nordeste aí proposto será exatamente o que viria a ser acatado oficialmente pelo IBGE no ano de 1958, e se tornaria a região administrativa da instituição de planejamento denominada Sudene (1959): reunindo os Estados desde o Maranhão até a Bahia. A divisão do IBGE vinda de 1941, por Fabio Macedo Soares Guimarães, fixava como Nordeste apenas os Estados desde o Maranhão até Alagoas. Tal Nordeste oficial de 1941, do Maranhão a Alagoas, Delgado o havia proposto em 1913 chamando-o de Brasil Norte-Oriental. Nisso Carvalho aceita o recorte proposto por Elisée Reclus que, na obra *Estados Unidos do Brasil*, de 1893, chama o mesmo conjunto de Região da Costa Equatorial. Para a denominação, todavia, Delgado de Carvalho preferiu a expressão de Said Ali (*Compêndio de geografia elementar*, de 1905): Brasil Norte-Oriental.

Delgado de Carvalho excursionou por muitas áreas temáticas, como já indicadas. Na história, como era de esperar, deixou a *História geral*, em quatro vo-

lumes, obra recomendada na página da *web* intitulada *O que todo monarquista deve ler*.⁵ Na sua *História diplomática do Brasil* (Carvalho, 1959), fruto das atividades desempenhadas junto ao Instituto Rio Branco nos meados da década de 1950, Carvalho homenageia, discretamente como ele mesmo o afirma no preâmbulo, as excelências do patriotismo esclarecido da política externa da democracia coroada do Segundo Império. Afirma ainda que a mencionada *História diplomática* de sua autoria não viria a preencher nenhuma lacuna, pois essas já estavam todas preenchidas por outras obras realmente importantes. Entretanto, o diplomata Dr. Paulo Roberto Almeida – na reimpressão de 1998, pela UnB – considera a *História diplomática do Brasil* de Carvalho, com as necessárias complementações fruto do decorrer dos anos, uma das dez obras fundamentais a um diplomata. Provavelmente com os estudos históricos à escala global e a obrigação diplomática de olhar permanentemente para fora das fronteiras nacionais, ele tenha podido finalmente cultivar a visão espacial que assimilara no mundo imperial europeu. A Universidade e o IBGE estavam voltados para dentro do país.

O fluxo dos contextos e as dinâmicas nos sítios culturais geográficos

São numerosas as evidências, presumo, no sentido de que Delgado de Carvalho sentia-se mais confortável intelectualmente no ambiente das humanidades – mais educacional e reflexivo – e menos estimulado pelos ambientes aplicados à produção de artefatos de reconhecimento sistemático do espaço geográfico. O IBGE se torna o grande sítio da produção geográfica aplicada e especializada no Brasil. Essa notável máquina burocrática, compreensível diante de um país imenso a mapear e conhecer em seus aspectos ambientais e humanos, naturalmente aspirou a estilos de pesquisa – trabalho de equipe e ciência aplicada – que se propagaram no pós-Segunda Guerra Mundial e guerra fria.

O trabalho passava a ser de escala industrial e operacional visando ao conhecimento dos recursos naturais para o desenvolvimento. Como era de esperar, produzia-se uma nova contextualização desafiadora ao padrão tradicional da geografia, reconhecidamente de perfil mais pessoal, educacional. A instituição (IBGE) impressionava a muitos, dentre esses o professor Juillard, um francês que em visita ao Brasil teria afirmado que não havia lugar no mundo – exceto talvez na União Soviética – onde houvesse mais geógrafos juntos trabalhando. Um novo *mangling* – ciência social em escala industrial aplicada ao progresso – estava entrando em funcionamento, e fenômeno semelhante – certa usinificação no padrão do trabalho geográfico – se replicaria também com a criação da Sudene, no final dos anos 1950, no Nordeste. O IBGE, nas palavras deste último geógrafo, era uma “usina de Geografia” (Santos, 2002).

A grande exposição de Delgado aos ambientes envolvidos com a geografia deu-se anteriormente à institucionalização propriamente dita, isto é, nos sítios pioneiros de antes da domesticação aplicada da disciplina nas faculdades e no executivo federal. A partir da consolidação da Geografia aplicada, parece que a

disciplina deixa de ocupar a atenção central que tivera para ele. Delgado não foi partícipe da fase realmente significativa da legitimação do geógrafo pelo trabalho de campo, após a metade dos anos 1930 e adiante. Celebrara a importância da ida ao campo de forma mais doutrinária e educacional, como um difusor precoce de proposições de novas atitudes metodológicas. Professores pioneiros na edificação do ensino e pesquisa em geografia na Universidade de São Paulo – cuja licenciatura em Geografia e História conjuntamente foi estabelecida em 1934 –, como Pasquale Petrone (1994), reconhecem o papel importante de Carvalho na construção do discurso geográfico no Brasil antecedente à institucionalização.

Carvalho atuou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (1920), instituições inspiradas nas suas congêneres européias (Zusman & Pereira, 2000, p.53) que se espalharam pelas principais cidades da América. Reuniam esses sítios alguns eruditos e personalidades públicas eminentes e muitos apreciadores do cultivo da memória histórica e das explorações geográficas. Foram essas instituições pontos privilegiados da difusão científica e cultural e, pouco a pouco, foram se tornando sítios veneráveis e documentais ante a fecundidade governamental republicana no estabelecimento das novas instituições públicas (nichos educacionais, de pesquisa e planejamento) voltadas para edificar o progresso. Delgado de Carvalho é ele mesmo o principal articulador da Escola de Altos Estudos, proposta pelo historiador Oliveira Vianna para formar administradores para os ministérios no Brasil. Teria sido uma espécie de embrião similar à London School of Economics no Brasil. O grupo tenta fazer a Escola evoluir para uma faculdade de humanidades, mas o Congresso Nacional veio a rejeitar a proposta (Zusman & Pereira, 2000, p.54).

Os primeiros trabalhos de Delgado – *O Brasil Meridional*, de 1910, *Geografia do Brasil*, de 1913, e *Meteorologia do Brasil*, de 1916 – refletem as variadas demandas e circunstâncias profissionais a que esteve submetido nessa fase (Zusman & Pereira, 2000, p.53) inicial da modernização da geografia no país. Nesse particular, as atividades desempenhadas por Carvalho – e nunca é excessivo apontar esse paralelo – assemelham-se em muito às desempenhadas por Carl Ritter (1779-1859) no contexto germânico (cf. Tatham, 1967; Nicolas-Obadia, 1974; Capel, 1981; Livingstone, 1992; Abreu, 2006).

Delgado de Carvalho participou nas atividades de magistério das Escolas de Intendência e Estado Maior do Exército, em 1921. Ministrou aulas no Colégio Pedro II – as disciplinas Geografia, Sociologia e Inglês (Machado, 2004) – e na Escola Normal, vindo depois a organizar o Curso Livre Superior de Geografia (1926) destinado à atualização dos professores do Ensino Fundamental (primário) (Zusman & Pereira, 2000, p.54; Machado, 2004). As suas atividades ligadas às instituições do Ensino Médio, Superior e Militar, e seu empenho em divulgar uma geografia modernizada para esses fins lembram as situações em que operou Carl Ritter, como antes indicado, no mundo germânico de antes da institucionalização universitária procedida no último quartel do século XIX

e conduzida por F. Ratzel (1844-1904) e F. von Richtoffen (1833-1905) (cf. Barros, 2006b).

O tema das fronteiras políticas entre as nações exerceu sobre Carvalho grande interesse, e é o tópico que abre a sua *Geografia do Brasil*, espécie de trabalho corográfico para o Ensino Médio. Esse era um grande tema que envolvia Raja Gabaglia, Everardo Beckenhauser e Delgado de Carvalho nos anos 1920. Esses protagonistas construíram ou deram vida e energia aos ambientes institucionais onde circulavam os estudos geográficos, políticos, militares, educacionais, no coração do Estado brasileiro (Conselho Nacional de Geografia, IBGE, Universidade do Brasil, Colégio Pedro II, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade Geográfica do RJ, ministérios etc.). Era a geografia com preocupações de ordem estatal, territorial, educacional. Na realidade, uma preocupação amplamente elástica e correspondente às imensas demandas que esses personagens tiveram diante de si (cf. Machado, 2004), demandas advindas das instituições nas suas fases emergentes.

Um material bibliográfico que permite apreciar a metodologia regional integrada – histórico-cultural e fisiográfica – manejada por Miguel Delgado de Carvalho é aquele composto pelas conferências sobre o Brasil que ofereceu nos Estados Unidos da América. Estava ele em plena maturidade (Carvalho, 1940) naqueles anos que viriam a ser de crescente aproximação do Brasil com o grande país do Norte. Nas conferências, revela que, aqui e ali, na edificação do assentamento que representava o Brasil, ora a hidrografia induzira ora um relevo dificultara ora um padrão climático havia atraído ou repellido processos de ocupação e sedimentação populacional, tudo isso ordenado por uma *framework* histórica e regional de representação da experiência nacional.

Com sua atuação educacional junto aos serviços diplomáticos, Miguel Delgado de Carvalho manteve vivo o seu interesse pelo saber histórico-geográfico – seu psicocentro discursivo, pode-se sugerir –, um saber exercido como arte da educação liberal de grande valor para o mundo da diplomacia, das finanças, da política e da educação em geral.

Conclusões

Tendo uma longa trajetória profissional, Delgado foi exposto a vários regimes de discursos geográficos e manteve sempre aquela perspectiva holística, integrada, a chamada perspectiva clássica ou histórico-regional que assimilara nos momentos da sua formação. Seu percurso em direção aos estudos históricos e diplomáticos sugere uma navegação institucional mantenedora daquele senso clássico dos estudos sociais e históricos unificados, com traço pessoal e forte subjetividade. Estando no centro que construía a geografia no país, Carvalho pôde atuar e contribuir com várias instituições, mantendo assim um balanço de interesses e envolvimento entre as escalas nacional e internacional.

Natureza, na sua geografia, não era o conjunto dos geofatores a serem sistematicamente dissecados a tal ponto que perderiam eles o contato com os fe-

nômenos do povoamento. A natureza para ele era a base fisiográfica que ajudaria no entendimento dos padrões de povoamento. Sua visão integrada era particularmente histórica e social, mas não negadora das circunstâncias físico-biológicas, de maneira que o seu holismo era o do Espaço Geográfico. Um holismo certamente já moderado pelo possibilismo, mais profissionalmente disciplinar, diferente das visões anteriores totalizantes tão caras a Ritter e que estão nas páginas de *Os sertões*. A visão integrada de Delgado de Carvalho é arquetípica da geografia como ecologia humana.

Carvalho foi como um precursor, que antecedeu assessores jovens que apenas iniciavam carreira no Brasil. Todos traziam uma doutrina geográfica para difundir-la e eram atraídos por um território como laboratório geográfico. Esta última é uma categoria de experiência espacial-profissional diversa, inversa – embora interconectada – àquela que envolverá os geógrafos brasileiros. Estes últimos partiam para ou miravam o *core* em busca de doutrina e cosmopolitismo. Tal situação em conjunto veio a produzir um complexo contexto de implicações identitárias, de redes de reprodução e de efeitos institucionais e orçamentários, um largo campo de pesquisa para a sociologia das instituições. A ontologia da disciplina no Brasil tem sido um processo longe de ser não-problemático, como em qualquer outro lugar. A historiografia contextual sugere, então, que a análise apenas epistemológica ou paradigmática, quando se intenta interpretar a história da disciplina, é insuficiente para oferecer uma imagem mais realista da sua construção.

Carvalho praticou o padrão de geografia que pode ser entendido como auxiliar na educação liberal: espécie de saber histórico e social apoiado em informações fisiográficas (físico-biológicas); um saber unificado. Um saber aspirado do contexto do imperialismo dos historiadores, antes das segmentações. Uma espécie de ciência de traço pessoal, com forte teor subjetivo ou de apreciação, exigente em erudição, diferente dos estilos emergentes a partir dos meados do século XX. Com uma doutrina geográfica, a regional, ele sugeria as ligações entre os geofatores daqueles lugares que lhe interessavam profissionalmente, interpretando significados ou sentidos espaciais.

A geografia de Miguel Delgado de Carvalho contribuiu para o que se pode denominar enobrecimento ou civilidade da mentalidade territorial no Brasil. Seus trabalhos didáticos ofereceram aos que se escolarizavam num país em franca expansão e urbanização, e cheio de imigrantes, um elemento de identidade territorial cívica nacional; uma identidade para além da roça, do engenho de açúcar, da fazenda de café e gado, da aldeia, da província. Por meio da idéia de um Todo Histórico-Geográfico, participou das discussões que forneceram identidades macrorregionais, tudo isso como típicos artefatos mentais de confecção pela cultura urbana central que procedia às representações do país quando esse procurava afirmar-se como nação. Ao mesmo tempo, sua atenção à cena internacional, herdada das suas circunstâncias pessoais e da sua formação educacional

cosmopolita, permitiu-lhe levar a contribuição da geografia a cooperar com a diplomacia brasileira.

Notas

- 1 Maria Yeda Linhares veio a exercer importante papel na implantação dos estudos rurais e históricos de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (História Colonial e Escravidão). Ver entrevista citada nas referências bibliográficas.
- 2 Teria sido mesmo o historiador Henri Hauser quem sugeriu – com reforço de outros dois historiadores, Lucien Febvre e Marc Bloch – o tema de tese de P. Monbeig sobre as frentes cafeeiras no Brasil (Salgueiro, 2006, p.201).
- 3 *Un centre économique au Brésil: L'État de Minas Gerais* (1908); *O Brasil Meridional* (1910); *Geographia do Brasil* (1913), esse considerado por Fábio Macedo S. Guimarães (1941) o primeiro livro didático realmente digno do nome no Brasil; *Physiografia do Brasil* (1926); *Meteorologia do Brasil* (1917); *Corografia do Brasil*; *Atlas pluviométrico do Nordeste* etc.
- 4 Transcrito por Roseli Silva (2006) de Delgado de Carvalho (1941).
- 5 Cf. <<http://www.brasilimperial.org.br/biblioteca>>.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. Pierre Monbeig e os primórdios da geografia urbana no Brasil. In: SALGUEIRO, H. (Org.) *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira*. Bauru: Edusc, 2006. p.129-60.
- ANDRADE, M. C. de. Agamenon Magalhães, o Colégio Estadual de Pernambuco e o desenvolvimento da geografia brasileira. Introdução. In: MAGALHÃES, A. *O Nordeste brasileiro*. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1970. (2ª impressão; editado originalmente em 1922).
- _____. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- BARNES, T.; FARISH, M. Between regions: science, militarism, and American Geography from World War to Cold War. *Annals of The Association of American Geographers*, v.96, n.4, p.807-26, 2006.
- BARNETT, C. Awakening the dead: who needs the history of geography? *Transactions of The Association of British Geographers*, v.20, n.4, p.417-19, 1995.
- BARROS, N. C. de. Ibn Kaldun, a dinâmica dos assentamentos humanos e as funções urbanas no Islã histórico. *Mercator*, Fortaleza, v.4, n.8, p.7-14, 2005.
- _____. A historiografia da geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate. *Revista Geográfica de Instituto Panamericano de Geografia e História*, México, n.139, p.83-102, 2006a.
- _____. Império, burocracia e interdisciplinaridade como contextos da antropogeografia de Frederico Ratzel. *Geografia*, Rio Claro, v.31, n.1, p.185-98, 2006b.

- BOAS, F. The Study of Geography. *Science*, v.9, p.137-41, 1887.
- CAIRE-JABINET, M.-P. *Introdução à historiografia*. Bauru: Edusc, 2003.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia em la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARVALHO, M. D. de. *Geographia do Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.
- _____. Brazil as a Latin American Political Unity. *Rice Institute Pamphlet*, v.27, n.4, 1940. Disponível em: <<http://dspace.rice.edu/handle/1911/9069>>.
- _____. A excursão geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, p.96-105, out./dez., 1941.
- _____. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.
- _____. *Manual de organização social e política brasileira*. (OSPB). Brasília: Ministério da Educação; Inep, 1967.
- CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2002. p.11-43.
- DIAS, L. La pensée géographique au Brésil: hier et aujourd'hui. *L'Espace Géographique*, v.XVII, n.3, p.193-203, 1989.
- DUNCAN, J.; LEY, D. (Ed.) *Place, Culture and Representation*. London: Routledge, 1993.
- GOMES, P. C. O deslocamento geográfico dos conhecimentos e de seus intérpretes. In: SALGUEIRO, H. *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira*. Bauru: Edusc, 2006. p.223-32.
- GOURU, P. *The tropical world: its social and economic conditions and its future status*. New York: J. Wiley & Sons, 1961.
- GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v.III, n.2, 1941.
- HABBERMAS, J. *Knowledge and human interests*. Boston: Beacon Press, 1971.
- KIMBLE, G. The inadequacy of the regional concept. In: STAMP, L.; WOLDRIDGE, S. (Ed.) *London Essays in Geography*. London: Longman, Green, 1951. p.151-74.
- LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.
- LINHARES, M. Y. *Entrevista*, a V. Saul e T. Murilo. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~humanas/0022.htm>>. Acesso em: nov. 2006.
- LIVINGSTONE, D. *The Geographical Tradition*. London: Blackwell, 1992.
- _____. *Putting Science in its place: Geographies of Scientific Knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p.309-52.
- MACHADO, M. S. Um retrato do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal: principais intelectuais e propostas. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE

- GEOGRAFIA, 2004. Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo3/E3_129.htm>.
- MACKINDER, H. J. On the scope and methods of geography. *Proceedings of The Royal Geographical Society*, v.9, p.141-60, 1887.
- MAGALHÃES, A. *O Nordeste brasileiro*. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1970. (2ª impressão; editado originalmente em 1922).
- MONTEIRO, C. A. *A geografia no Brasil: 1934-1977: avaliação e tendências*. São Paulo: I. de Geografia da Universidade de S. Paulo, 1980.
- MORAES, A. C. Notas sobre a identidade nacional e a institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos CPDOC/FGV*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1999.
- NICOLAS-OBADIA, G. Introdução. In: RITTER, C. Introduction à la Geographie Generale compare. *Cahier de Geographie de Besançon*, n.22, p.5-32, 1974.
- OUTRAM, D. On Being Perseus: new knowledge, dislocation, and enlightenment exploration. In: LIVINGSATONE, D.; WHITERS, C. (Ed.) *Geography and Enlightenment*. Chicago: University of Chicago Press, 1999. p.281-94.
- PETRONE, P. Pasquale Petrone e a geografia na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n.22, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.
- PICKERING, A. Cyborg history and the World War II regime. *Perspectives in Science*, v.3, n.1, p.1-49, 1995.
- ROCHA, G. Delgado de Carvalho e a orientação moderna do ensino da geografia escolar brasileira. *Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.83-109, 2000.
- SALGUEIRO, H. (Org.) *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira*. Bauru: Edusc, 2006.
- SANTOS, M. *Entrevista*, concedida ao Dr. J. Borzachiolo da Silva. *Mercator*, Fortaleza, v.1, n.1, 2002.
- SILVA, R. *Trabalho de campo: prática andante de fazer Geografia*. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geo03a.htm>>. Acesso em: 2006.
- TATHAM, G. Geography in the Nineteenth Century. In: TAYLOR, G. (Ed.) *Geography in the Twentieth Century: a study of growth, fields, techniques, aims and trends*. London: Methuen, 1967. p.28-69.
- ZUSMAN, P.; PEREIRA, S. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. *Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.52-82, 2000.

RESUMO – O trabalho expõe aspectos da contribuição de Miguel Delgado de Carvalho (1884-1990) à construção da geografia moderna no Brasil. Emprega com esse objetivo combinadamente as perspectivas contextual (ferramentas historiográficas circularidade e sítio cultural) e também epistemológica.

PALAVRAS-CHAVE: História da geografia, Pensamento geográfico no Brasil, Delgado de Carvalho.

ABSTRACT – The work presents contributions due to M. Delgado de Carvalho (1884-1990) to construct modern geographic thought in Brazil. It employs the contextual approach in historiography, particularly the ideas of circularity and cultural site, and the epistemological one as well.

KEYWORDS: History of Geographic thought, Geographic thought in Brazil, Delgado de Carvalho.

Nilson Cortez Crocia de Barros é professor associado I no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, e livre-docente em Geografia pela Universidade de São Paulo (2004). Realizou estudos de pós-doutoramento na Universidade de Durham, Inglaterra, 1993-1994, e é consultor da Capes e do CNPq.
@ – nccrocia@ufpe.br

Recebido em 21.9.2007 e aceito em 5.12.2007.

Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil: pioneirismo e contribuições

Cláudio Benito Oliveira Ferraz*

Introdução

Conta a lenda que Graça Aranha, grande intelectual brasileiro e escritor do clássico *Canaã*, quando Ministro do Brasil na Holanda, foi visitar seu amigo Delgado de Carvalho na França. Durante uma caminhada descomprometida dos dois pelas ruas de Paris, Aranha acabou encontrando um antigo conhecido, distanciou-se um pouco de Delgado para trocar algumas palavras com a pessoa. Voltando para Delgado, este fez um comentário malicioso dando parabéns a Aranha por ter aprendido tão rapidamente a língua holandesa. Contudo, Graça Aranha não percebendo a ironia, explicou meio perplexo que na verdade havia falado em francês....

Esse pequeno relato apresenta detalhes da personalidade de Delgado de Carvalho que o demarcam como uma pessoa única e intelectualmente privilegiada, daí sua rica e diversificada contribuição para várias áreas do conhecimento científico brasileiro.

Seu rigor e precisão com os elementos do saber não perdoava nem os amigos mais chegados, muito mais quando se tratava da língua francesa, que foi sua primeira língua e que dominava como poucos, daí a crítica até exagerada em relação ao francês do amigo Aranha. Complementar a essa inteligência ímpar, acompanhava seu humor malicioso e com muita classe e estilo, o que cativava os presentes devido à originalidade dos questionamentos que apresentava. Não havia como deixar de reconhecer que ele tinha certa razão quanto aos argumentos ou críticas apresentados.

Todos os relatos e depoimentos que ficaram registrados sobre Delgado de Carvalho são unânimes em apontar tanto a importância dele para o pioneirismo dos estudos científicos no Brasil nas várias áreas em que sua mente curio-

* Doutor em Geografia, professor do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, de Presidente Prudente (SP), coordenador do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas. Endereço eletrônico: cbenito2@yahoo.com.br.

sa e ampla abordou: Geografia, História, Pedagogia, Sociologia, Relações Internacionais, Direito, Cartografia, Gramática, etc., assim como o caracterizam como um grande pensador e humanista, superior à maioria dos intelectuais do seu meio social e acadêmico.

É partindo, portanto, da importância desse pensador singular, brilhante e atualmente pouco lembrado que esse texto visa a abordar, principalmente quanto à contribuição de suas idéias e propostas para a edificação da Geografia brasileira, tanto nos aspectos relacionados com a pesquisa quanto os voltados para o ensino dessa disciplina.

Logicamente que os limites de um artigo como este inviabiliza dar conta da maioria dos elementos que se relacionam com a produção intelectual de pensador tão profundo e diverso como Delgado de Carvalho, mesmo que façamos um corte e foquemos só a Geografia por ele trabalhada. Nossa intenção é mais humilde, reduz-se a apresentar, de forma bem introdutória, alguns aspectos que possam contribuir para um entendimento da importância e das características centrais de sua visão de ciência geográfica, assim como sua relação com o Estado e o papel de intelectual como um agente ativo na sociedade, de maneira a pontuar o caráter humano e atual de algumas de suas idéias e posturas.

Para a confecção desse texto, baseamo-nos em algumas obras de Delgado de Carvalho que consideramos fundamentais para melhor compreender sua visão de Ciência e de Geografia. Também utilizamos de nossa dissertação de mestrado, defendida faz tempo na Universidade de São Paulo - USP, intitulada *O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira - 1913 a 1942*, juntamente com pesquisas mais informais desenvolvidas posteriormente, mas nunca sistematizadas, voltadas para uma atualização dos dados sobre Delgado que a referida dissertação delimitou. Também fizemos uso de outras pesquisas e textos que surgiram posteriormente ao nosso estudo e que abordam o pensamento do mesmo autor. A bibliografia no final desse artigo apresenta esse conjunto de documentos estudados.

Contudo, antes de adentrarmos ao pensamento de Delgado de Carvalho, uma pergunta se faz insistente e merece ser abordada, mesmo que de forma parcial. Por que Delgado de Carvalho, apesar de sua diversidade de saberes, do pioneirismo de suas ações e idéias, e riqueza argumentativa, acabou sendo eclipsado como grande pensador, ficando quase desconhecido em meio a história da ciência geográfica brasileira?

A resposta caminha por várias trilhas. Desde supostos atalhos que na verdade desembocam num vazio, como apontar para o fato de o Brasil ser um "povo sem memória", que não valoriza o passado, etc., até o afirmar que o mundo de Carvalho era um e o nosso é outro, suas idéias ficaram desatualizadas, daí não serem necessárias e o esquecimento foi algo como que natural nesse processo evolutivo.

Essas justificativas são muito vagas e genéricas. Para tentar estabelecer respostas mais substanciais, devemos nos ater a dois corpos de elementos, um externo ao pensador e outro interno a ele. O primeiro se relaciona com o corpo coletivo em que o pensamento de Delgado se deu e se desenvolveu. Nesse corpo, dois ambientes são fundamentais. De um lado temos o corpo do Estado brasileiro, com sua estrutura, funções e necessidades. De outro lado, o ambiente caracterizador dos processos de produção do conhecimento geográfico: as instituições, os intelectuais vinculados e os referenciais e posturas teóricas.

O segundo conjunto de elementos se relaciona propriamente com a corporidade delgadiana, ou seja, seus referenciais teóricos, políticos e conjunto de ações e textos produzidos enquanto intelectual e pensador. Vamos tentar explicar melhor a esses corpos.

O Estado brasileiro, quando Delgado de Carvalho começou sua carreira de intelectual, passando pelo período Vargas, chegando até o início da ditadura militar, se caracterizou por investir recursos financeiro, político, estratégico e intelectual na direção de consolidação de sua identidade territorial expressa na ideia uniforme de nacionalismo pátrio. O conhecimento científico era tomado como o elemento fundamental para fazer as pesquisas com precisão e rigor visando a elaborar referenciais de leitura de quem somos nós e como devemos ser brasileiros em meio a toda nossa diversidade.

Daí a necessidade de estudos geográficos sobre as características paisagísticas das diversas regiões, entendendo suas características físicas e relacionando estas com os aspectos fundamentais da população, tanto em referenciais estatísticos quanto cultural

desta. A partir disso, poderiam se delimitar com acerto cartográfico as fronteiras, levantando-se os potenciais econômicos de investimento e exploração, visando à efetivação dos elementos de intervenção no território.

Perante esses aspectos, a proposta de Geografia de Delgado de Carvalho foi fundamental, tanto enquanto referenciais metodológicos de pesquisa quanto de instrumental pedagógico de ensino. Como durante toda primeira metade do Século XX no Brasil, os recursos tecnológicos de comunicação e informação ficavam restritos a mídias impressas, telefonia precária e sistema de radiodifusão centralizados na capital da República, assim como o uso ainda insipiente de rodovias, etc., o sentido de Nação brasileira tinha que se dar num ritmo mais lento e dependente em grande parte do conteúdo a ser trabalhado em sala de aula por meio de livros didáticos que destacassem nossas características principais rumo a elaboração do sentido de identidade com a abstração territorial chamada Nação brasileira.

Quando, após notadamente os anos de 1950, ocorrem as condições técnica e política que propiciariam a efetiva integração territorial brasileira ao redor da estrutura administrativa do Estado, os referenciais econômicos internacionais começam a cobrar mudanças no aparelho de gerenciamento estatal. O sentido de identidade nacional, até então fundamentado na frágil estrutura arcaica de um País rural e disperso, começa a sofrer pressão, principalmente em seu aspecto econômico, para se modernizar, visando à industrialização e à urbanização do território, produzindo assim uma grande camada de trabalhadores em condições espaciais concentradas e com domínio técnico-econômico de trabalhar/consumir, criando um mercado consumidor e poupador viável para que o Estado brasileiro se integre à nova ordem econômica mundial.

Como as condições da economia brasileira eram insuficientes para viabilizar todo esse rearranjo territorial, o Estado mais uma vez passou a ser o elemento capacitador desse processo. Para que as mudanças fossem razoavelmente articuladas e sem grandes empecilhos de ordem social e política, tornava-se necessário que o Estado fosse administrado de forma centralizada e autoritária, única maneira que parcelas da elite, na época, acreditavam ser possível implementar rapidamente esses processos de modernização, passando por cima de resistências ou contestações. Diante disso, o Estado acabou ocupado por juntas de militares que de forma ditatorial, a partir dos anos de 1960, passam a acelerar essa estrutura de modernização dos referenciais econômicos do território brasileiro, aproximando as condições nacionais dos parâmetros competitivos internacionais de então.

Introduziram novas tecnologias de comunicação e informação, notadamente por meio de satélites e de sistemas eletromagnéticos de comunicação a distância. Elaborou-se toda uma moderna infraestrutura rodoviária, capaz de tornar mais ágil e flexível o contato entre as várias partes do território, assim como fortaleceu a indústria automobilística e diversificou o parque industrial brasileiro. Essas e outras medidas, como a ampliação de quadros de estudantes no ensino superior, por meio da privatização do ensino e formas para acelerar/encurtar a formação de professores, em áreas como licenciaturas e cursos técnicos.

As consequências disso para a Geografia foram danosas. Tanto por diminuir o número de aulas dessa disciplina no meio escolar, como até substituição de professores específicos por generalistas, como os de Estudos Sociais. Com a televisão, grande parte do que competia à escola e ao ensino de Geografia quanto à formação do sentido de identidade nacional, por meio de reconhecimento das diversas características paisagísticas do território, acabou se deslocando para os programas televisivos de entretenimento e curiosidades.

Diante dessas novas funções e condições, muito da Geografia pregada por Delgado Carvalho, no começo do Século XX, ficou desatualizada enquanto função dela em atender às necessidades estatais. O próprio Delgado, a partir do final dos anos de 1960, passa a diminuir os trabalhos sobre metodologia e estudos de Geografia, substituindo pelas novas diretrizes colocadas de Estudos Sociais, Relações Internacionais, Organização Social e Política brasileira etc., distanciando suas análises da especificidade geográfica. Esse, portanto, pode ser um dos elementos que explicam o futuro esquecimento que se abateu sobre a obra pioneira de Delgado.

Outro elemento que pode ser levantado para formar o corpo externo de explicações que permitem compreender o porquê do gradual esquecimento sofrido pelo pensamento e obra de Delgado de Carvalho, refere-se ao fator bem marcante para a prática específica da produção do conhecimento geográfico. A necessidade de entender o sentido e função desse conhecimento a partir de sua contribuição às práticas de construção e identidade territorial, assim como para a divulgação e fortalecimento desse processo identitário por meio da educação escolar, fez com que os estudos geográficos priorizassem os elementos mais práticos e empíricos do estudo e aprendizagem, eclipsando os aspectos mais epistemológicos da organização desse conhecimento.

Com as mudanças ocorridas nos meios técnico e tecnológico de comunicação e informação, assim com os mecanismos adotados para modernização do aparelho administrativo do Estado, muito da função tradicional da Geografia cobrada até a primeira metade do Século XX, da qual Delgado foi um importante colaborador, tendeu a ser suplantada por outros meios e mecanismos mais eficientes, como a televisão, a introdução de novas disciplinas escolares, o uso de novos recursos e equipamentos técnicos mais sofisticados, melhor dominados por certas engenharias, etc.

Diante da crise instaurada, os articuladores do pensamento geográfico, em sua grande maioria, optaram em modernizar e atualizar suas bases metodológicas, tentando incorporar o estudo e manuseio desses novos recursos e ferramentas tecnológicas (imagem por satélite, por radar, informacional, etc.), voltando a aplicabilidade do conhecimento geográfico mais para a área de planejamento, tanto econômico como administrativo, objetivando assim perpetuar em sua utilidade para com o Estado. Esse esforço modernizante significou restringir o olhar para o momento e buscar soluções práticas imediatas, portanto olhar para o passado e analisar o processo histórico de construção de seu saber foi entendido como perda de tempo, pois comprometia a urgência temporal de soluções úteis e atuais em si.

Esse abandono do passado, pelo fato de muitos entenderem a Geografia como uma ciência do empírico em si, contribuiu para que as bases teórica e epistemológica fossem descartadas como desnecessárias para se compreender o que se devia atualizar. Nisto, muito do pensamento delgadiano foi esquecido por ser entendido como não importante para a pertinente modernização da Geografia institucionalizada.

Pegando agora o outro corpo de elementos que auxilia a pensar sobre os motivos que levaram ao esquecimento a contribuição de Delgado, temos de olhar o específico deste pensamento e obra. Por um lado, Delgado produziu seus primeiros textos sobre Geografia duas décadas antes da efetiva institucionalização desse saber, que se deu prioritariamente após a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB e dos cursos superiores de Geografia em São Paulo e no Rio de Janeiro, na segunda metade dos anos de 1930.

Como parte de sua produção sobre a Geografia vai se dar anterior ou à margem das instâncias institucionalizadas da Geografia oficial, muitos dos geógrafos acabam ingenuamente não tendo a Delgado como um nome da mesma envergadura de um Pierre Deffontaines, de um Aroldo de Azevedo e de outros que, mesmo inferiores em capacidade e importância, construíram suas carreiras extremamente vinculadas com a institucionalização desse conhecimento.

A título de exemplo dessa certa marginalização de seu pensamento em relação à institucionalização da Geografia, podemos destacar que, fruto de toda sua luta nas duas primeiras décadas do Século XX por uma Geografia científica e moderna, foi nomeado, em 1935, como catedrático de Geografia humana na recém-criada Universidade do Distrito Federal, posteriormente Universidade do Brasil e atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contudo, logo após, em 1936, transfere-se para a cátedra de História moderna e contemporânea, assumindo no seu lugar justamente o professor Pierre Deffontaines. Esse fato, entre outros, contribui para que a posteridade vinculasse mais a Deffontaines como um dos fundadores da Geografia brasileira e Delgado, que de muito antes já batalhava por esta, acabou menos valorizado.

Complementar a isso, ou como causa, tem-se a característica singular da obra de Delgado que reflete sua diversidade de áreas e reflexões. A maioria dos geógrafos

fundadores ou reconhecidos até hoje como importantes para o pensamento dessa disciplina no Brasil, se caracteriza por trabalhar com a especificidade do conhecimento geográfico. Delgado não era o caso. Sua cultura era muito vasta, assim como sua forma de abordar os problemas que envolviam o Brasil cobrava dele a relação de saberes que possuía, numa interação entre História, Geografia, Sociologia, Pedagogia, etc.

Ao não se especializar, acabou contribuindo para várias disciplinas, a contrapartida disso foi o esquecimento da importância notadamente para a Geografia. A título de exemplo de como essa diversidade se manifesta, quando de minha pesquisa para a dissertação, em conversa informal com sua grande companheira intelectual dos últimos anos, Therezinha de Castro, esta me afirmou que Delgado não era geógrafo, mas historiador. Tal postura muito provavelmente havemos de encontrar em outros pesquisadores que avaliam o pensamento de Delgado de Carvalho para suas áreas específicas.

No que nos interessa mais singularmente, ou seja, o pensamento geográfico, o contexto das mudanças que passou a sociedade brasileira e os mecanismos e necessidades que o Estado cobrava dos intelectuais, acabou por influenciar a Delgado de Carvalho, pois, com seus amplos conhecimentos, acabou caminhando numa direção que os estudos específicos de Geografia não atendiam, principalmente após os anos de 1960, o que possivelmente contribuiu para o seu relativo esquecimento por parte dos geógrafos.

Creemos que assim, pudemos dar elementos mais plausíveis para as possíveis causas que explicam esse eclipsar do pensamento delgadiano, principalmente após o processo de renovação iniciado nos anos de 1970. Contudo, como pretendemos fazer na conclusão desse texto, a necessidade de melhor estudar e dialogar com a riqueza da obra de Delgado de Carvalho tornou-se algo importante na atualidade, tendo em vista as profundas mudanças que estão a se desenvolver no contexto mundial e reverberam nas condições em que o arranjo territorial hegemonicamente produzido no Brasil almeja como processo de inserção na ordem econômica dominante no mundo de hoje.

Tentar ver as atualidades, os erros e contribuições desse rico pensador da Geografia brasileira, portanto, é algo importante e necessário atualmente. Aqui está a nossa pequena contribuição.

Biografia básica

Carlos Miguel Delgado de Carvalho nasceu em 04.11.1884, em Paris (França), e faleceu na cidade de Rio de Janeiro, em 04.10.1980. Sua origem familiar se vincula à nobreza nacional, descendente dos viscondes de Tourinho e de Itaboraí. Seu pai era vinculado à delegação diplomática da monarquia brasileira, daí viver mais na Europa do que no Brasil, o que explica o fato de Delgado ter nascido no estrangeiro, vivendo por lá e só após o final da primeira grande guerra é que estabeleceu residência definitiva no Brasil, inclusive aprendendo a corretamente pronunciar o português.

Por ter nascido no interior de família tão abastada, teve acesso a melhor formação cultural possível, como era comum aos filhos da elite brasileira. Optando por dar sequência satisfatória aos estudos do jovem Delgado, seu pai, em constantes viagens diplomáticas, o que levava a inúmeras mudanças de cidades e países, preferiu que seu filho morasse com a avó, viscondessa de Tourinho, em Londres (Inglaterra).

Mais tarde, por volta de 1901, foi estudar no famoso Colégio de São Tomás de Aquino, em Lion (França), onde se bacharelou em Letras, em 28.09.1905, passando a cursar imediatamente Direito na Universidade de Lausane; paralelamente ensinava História da civilização no Colégio de França.

Por volta de 1907, ingressou na Escola de Ciências Diplomáticas de Paris, na qual se graduou na seção diplomática, e a seguir cursou a Escola de Economia e Política de Londres.

Esta ampla formação expressava o caráter de uma mente brilhante e enciclopédica, o que gabaritou o jovem intelectual a implementar uma diversidade de frentes

pioneiras de estudos científicos quando se estabeleceu no Brasil. Durante esse período de formação diversa, propiciou contatos com ideias liberal e democrática, coadunando com os valores de progresso econômico/cultural e de liberdade ético/política do homem presentes na época. Este talhe de ideal político era reforçado pela esperança depositada no poder da ciência de libertar o homem dos atrasos e desigualdades social, econômica e cultural, graças às inovações tecnológicas e ao rigor objetivo da verdade científica no desvendar os segredos do mundo. Esses foram princípios norteadores de toda sua atividade intelectual.

Tendo estas concepções por base e objetivos, Delgado chegou ao Brasil pela primeira vez aos 23 anos, rapidamente relacionando-se com a jovem intelectualidade progressista, passando a colaborar com artigos e comentários junto à imprensa mais liberal da época no Rio de Janeiro (*A Notícia* e o *Jornal do Commercio*), ao mesmo tempo que aproveitava para aprofundar seus conhecimentos de Geografia, através do aprimoramento do método de observação e análise.

Nesta época, fazia constantes viagens entre Brasil e Europa, e foi lá que publicou seu primeiro livro tratando do Brasil: *Un centre économique au Brésil. L'État de Minas em 1908*. Publicado em Paris, pela Editora Aillaud, no ano de 1908. Neste mesmo ano, casou-se com Maria Vera de Oliveira Roxo, irmã do geólogo Matias de Oliveira Roxo, e teve dois filhos com essa companheira da vida inteira: Carlos Alberto e Lidia Maria.

Em 1910, veio a público seu segundo livro sobre a Geografia brasileira, também escrito em francês e editado na França, é o clássico *Le Brésil méridional; étude économique sur les états du sud, S. Paulo, Paraná, Santa-Catharina et Rio-Grande-do-Sul*. Mas foi em 1913 que publicou seu texto mais famoso no que se refere a fundamentação científica para se pesquisar e ensinar Geografia: *Geographia do Brasil*, um marco na história da Geografia brasileira.

Em fins de 1913, voltou à Europa e permaneceu por lá durante seis anos; a guerra dificultava viagens esporádicas ao Brasil. Apesar disso, não perdeu o contato com amigos e intelectuais daqui, mantendo constante correspondência e estando sempre a par dos acontecimentos brasileiros. Entrou para o Serviço Meteorológico britânico e, em 1919, passou a ser membro do importantíssimo Conselho da Real Sociedade de Meteorologia, sendo, no mesmo período, nomeado correspondente da Sociedade Real de Literatura.

Durante a Primeira Guerra Mundial, inaugurou a cadeira “Camões” de estudos brasileiro e português no King’s College, ao mesmo tempo que realizava uma série de palestras e cursos de Geografia do Brasil em diversas instituições do Reino Unido. Este período em que permaneceu na Inglaterra permitiu um contato com professores de Geografia britânico e norteamericano, que poucos intelectuais brasileiros tiveram, o que ampliou seus horizontes teóricos, pois não restringia este embasamento à linha francesa ou alemã, como era o caso da maioria dos geógrafos, ou simpatizantes de Geografia, no Brasil da época.

No começo de 1920 retornou ao Brasil, estabelecendo uma permanência que iria durar para o restante da vida, fazendo constantes viagens para o exterior, onde mantinha estreitos contatos com entidades, colégios, universidades e amigos.

Já no seu retorno, ficou encarregado do *Boletim de Política Exterior* de *O Jornal*. Em dezembro, conseguiu o primeiro lugar para professor de inglês do Colégio Pedro II, onde também passou a ministrar aulas de Geografia e, em 1927, passou a ocupar a cadeira de Sociologia, que acabara de ser criada.

Em 1921, foi nomeado chefe dos serviços de pluviometria da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Em 25 de maio do mesmo ano, iniciou o curso de Geografia econômica e de Geografia do Brasil, nas Escolas de Intendência e do Estado Maior do Exército. Permaneceu durante dez anos responsável por estas disciplinas e quando delas se desligou, continuou ministrando cursos no Estado Maior, além de publicar artigos nos boletins internos das Forças Armadas, com as quais sempre manteve estreitas relações.

Em 06.08.1921, foi eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, mantendo correspondência com as várias seções do Instituto no Brasil. Foi incumbido, em 1922, “pela Liga Pedagógica do Ensino Secundário” de elaborar um

trabalho que analisasse criticamente o ensino de Geografia no Brasil, estabelecendo propostas e caminhos futuros. Delgado elaborou detalhada pesquisa e documento, o qual foi encaminhado ao Congresso de Ensino e, em 1925, foi transformado em um outro texto clássico da história do pensamento e do ensino de Geografia no Brasil, a obra *Metodologia do ensino da Geografia (introdução aos estudos da Geografia moderna)*.

Em 1924, colabora com Heitor Lira, Sussekind de Mendonça, Everardo Backeuser e Venâncio Filho na fundação da Associação Brasileira de Educação, da qual foi o primeiro presidente e combativo participante. Foi eleito sócio honorário da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em junho de 1926. Em dezembro do mesmo ano, recebeu o título de membro honorário da Sociedade de Geografia de Frankfurt.

A partir de 1927, passou a se dedicar cada vez mais à docência, principalmente na Escola Normal e Colégio Pedro II, além de tentar estabelecer maior aproximação entre intelectuais e alunos norte-americano e brasileiro. Visando a este objetivo, fundou juntamente com Carneiro Leão e Afrânio Peixoto a *Summer School*, em início de 1928, como forma de trazer estudantes americanos para estudarem no Brasil durante as férias de verão no país do norte; em contrapartida, levou vários educadores brasileiros para os Estados Unidos da América, a convite do Carnegie Endowment, a partir de 1929.

Em 1930, assumiu a direção do Externato Pedro II, quando tentou implementar várias mudanças administrativas, de relações de trabalho e docência, interferindo diretamente no cotidiano da escola e até nos conteúdos programáticos. Tal empreitada despertou a ira de professores e funcionários acostumados com uma prática mais tradicional e menos liberal de educação, fazendo com que em fins de 1931 Delgado fosse transferido para a vice-diretoria e, logo após, afastado da direção.

Em julho de 1931, tornou-se membro do Conselho Nacional de Educação; concomitantemente, foi convidado pelo amigo Anísio Teixeira para organizar e ocupar a cadeira de Sociologia Educacional no Instituto de Educação, passando a publicar inúmeras obras voltadas à Sociologia educacional. A partir dessa data, passa a atuar mais aproximadamente com intelectuais progressistas que defendiam reformas educacionais e ficaram conhecidos como participantes do movimento escolanovista.

No começo de 1932, passou a ser o primeiro diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais, permanecendo neste cargo até 1935. Em maio de 1935, tornou-se membro honorário da American Society, e, em julho, foi nomeado catedrático de Geografia humana na Universidade do Distrito Federal, e passou a lecionar História contemporânea nesta a partir de 1936. Nesse período, apoia a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que teve forte empenho de seu conhecido Pierre Deffontaines, em 1934, assim como iniciará as atividades junto à criação dos sistemas estatístico e geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938.

Tornou-se representante do Ministério da Educação, no Diretório Central do Conselho Brasileiro de Geografia, a partir de 1937, ano em que recebeu do governo da França a Legião de Honra.

A partir de 1939, fez parte da Comissão do Livro Didático, quando teve oportunidade de implementar uma série de propostas no que se relacionava a uma política mais eficiente e nacional do livro didático no Brasil.

Entre 1940 e 1941, realizou uma série de palestras e cursos em diversas Universidades dos Estados Unidos, atendendo ao convite do Carnegie Endowment e, a partir de 1942, foi professor catedrático interino de História contemporânea na Faculdade Nacional de Filosofia. Este é também o período em que atinge sua maturidade intelectual, publicando inúmeros livros, textos e artigos nas mais diversas revistas, boletins e jornais, assim como ministrando aulas várias e orientando novos pesquisadores.

Nessa época é transferido para a Universidade do Brasil como professor catedrático interino de Geografia do Brasil, mas, no ano de 1943, devido a todos os problemas decorrentes do governo Vargas, é exonerado do cargo, ao qual retorna como professor catedrático, em 1945, lecionando nas cadeiras de História moderna e História contemporânea.

Após a segunda grande guerra, com as rápidas mudanças que ocorrem nos cenários político e econômico brasileiro, e também com o avançar da idade, pois em 1954 Delgado de Carvalho era um senhor com 70 anos, foi restringindo suas constantes via-

gens e priorizando os trabalhos de docência na universidade e de pesquisa junto aos órgãos governamentais. Começa a caminhar por trilhas até então apenas esboçadas.

Em 1954, assume a cadeira de História diplomática do Instituto Rio Branco e, desse ano até 1960, é professor do Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia. Fortalece seus trabalhos com o IBGE, notadamente com a professora Terezinha de Castro. Em 1957, ainda, publica outro livro famoso para a metodologia de ensino, no caso, o *Introdução metodológica aos Estudos Sociais*, que visava a integrar os conteúdos de áreas afins do conhecimento científico, como Geografia, História, Sociologia e civismo político.

Em 1959, vem a público outro texto famoso, referência até hoje para os estudos das relações internacionais e da diplomacia brasileira, o seu *História diplomática do Brasil*. Ao adentrar os anos de 1960, com o advento da ditadura militar, Delgado vai diminuindo sua produção. Vai se distanciando dos estudos geográficos, priorizando o enfoque que o governo militar dava aos estudos de Organização Social e Política Brasileira - OSPB e Estudos Sociais, contudo, pelo contato com a professora Terezinha de Castro, acaba desenvolvendo e publicando textos mais relacionados com a perspectiva histórica, como atestam seus dois últimos livros de maior envergadura, o *Relações internacionais*, de 1971 e o *História das Américas*, de 1975.

Delgado de Carvalho nessa altura tinha adentrado a barreira dos 90 anos. Ainda lúcido, mas não havia mais como continuar trabalhando fisicamente com a mesma diversidade e intensidade que seu intelecto dinâmico almejava. O Brasil já era outro. Muitos dos seus ideais, quanto à instauração do conhecimento científico, da Pedagogia à Geografia, passando pela História, Sociologia e Relações Internacionais, estavam consolidados de longa data, inclusive introduzindo novas concepções que provavelmente não agradavam muito ao pensador, nem ao conjunto dos militares no poder.

No entanto, isso significava que as idéias indiciais de tentar instaurar um processo de modernização econômica, assim como de capacitação científica para o melhor funcionamento administrativo do território brasileiro, tinham sido razoavelmente conseguidas.

Delgado de Carvalho – o intelectual como ator político e teórico das mudanças

Delgado, partindo da prioridade do entendimento científico dos fatos, aliado à sua formação em Direito e Ciências Políticas, não reduziu suas análises de Geografia à questão do estudo do solo e do homem neste solo, pois não concebia a realidade humana independente das estruturas social e institucional. Delgado percebia a importância de instâncias com o Estado, tão valorizado pelos geógrafos alemães, como componentes jurídico e geopolítico intrínsecos às abordagens geográficas do território, tanto que não descartou em suas obras as discussões “deterministas” e o necessário vínculo do conhecimento geográfico para com o Estado.

É claro que não é só o fato de saber ler em alemão, ter uma formação diversificada e mais voltada para as questões político-jurídicas, que explicam esta capacidade de Delgado, de discutir as concepções geográficas não apenas por uma perspectiva mecânica, onde a Geografia francesa seria a eficiente e científica em anteposição à alemã, comprometida com o Estado e, portanto, “menos científica”.

As próprias características social, política, econômica e territorial do Brasil é que, na concepção de Delgado, não permitiriam a aplicação de uma única concepção de Geografia, principalmente se esta concepção não incorporasse a necessária intervenção do Estado nos processos de transformação e de intervenção direta nos rumos da sociedade. Delgado tinha consciência disso, e entendendo o caso da sociedade brasileira como muito próximo ao do alemão, visava a usar determinados componentes da concepção geográfica desenvolvida majoritariamente por este país, adaptando-os ao Brasil.

O exemplo havia sido dado pela Prússia. Na sua evolução o Estado Moderno sentia a necessidade de intervir na vida social cada vez mais complexa da nação. Era reconhecido por todos o direito do Estado de cuidar das gerações e educar, exigindo de seus futuros cidadãos um mínimo de conhecimento (CARVALHO, 1970, p. 199-200).

Os aspectos semelhantes entre o atraso econômico, a desorganização político-administrativa, o isolamento das várias porções do território, a ausência de um “espírito nacional” capaz de motivar os indivíduos à luta e defesa de um ideal de desenvolvimento e crescimento do País/Estado: estes eram fatores que Delgado identificava como comuns entre a Alemanha do início do Século XIX e o Brasil do início do Século XX.

O Estado alemão buscou estabelecer as condições propícias ao desenvolvimento capitalista em seu território, através da consolidação da identidade nacional. O papel de instituições como o Exército, a Universidade, a Escola, a Ciência, entre outras, foi o de servir diretamente as diretrizes colocadas pelo Estado. Esta via prussiana era considerada por Delgado como o caminho mais lógico para solucionar os problemas vivenciados pelo Brasil.

Na intersecção de sua formação, das ideias então debatidas na Europa à época de sua formação acadêmica e profissional, da sua postura e análise teórico-política do caso brasileiro, aliado aos próprios condicionantes econômico e social que embasavam os referenciais político-administrativos dos governantes brasileiros, é que se torna mais claro entender o projeto de Geografia que Delgado articulou para o Brasil.

Interessante é que Delgado tinha consciência das “forças conservadoras” que estavam estabelecidas, baseadas em concepções atrasadas e preconceituosas de “indolência do brasileiro” e “raça inferior”; de oligarquias profundamente familiares e regionalistas, que não permitiam uma administração moderna e eficiente de todo o território brasileiro; além do atraso tecnológico dos processos de comunicação e circulação de riquezas. Estes fatores levaram Delgado a desenvolver projetos visando a divulgar e consolidar as novas ideias que, ele acreditava, poderiam resolver vários problemas brasileiros.

No caso da Geografia, sua proposta de divulgar novas ideias seguia a experiência francesa do final do Século XIX. A princípio identificava as dificuldades a enfrentar.

1o-A falta de vulgarização dos modelos e tipos do novo curso geográfico [...]. 2o-A dificuldade de alcançar e reunir os professores de geografia. 3o-Caso seja possível alcançá-los, a dificuldade de convencê-los de que o que estiveram ensinando até hoje poucas relações tem com a verdadeira geografia [...]

A partir desta constatação, estabelece as formas para “*implementação da nova geografia entre nós*”:

O esforço só será profícuo se for sistematizado [...]. Formar grêmios e associações geográficas as quais possam se filiar os desejosos de se esclarecer sobre o assunto [...], comunicar-lhes por uma publicação periódica, a metodização nova, mantê-los ao corrente dos progressos da ciência geográfica [...]. O movimento deveria ser iniciado pela reunião de um Congresso de professores de geografia, sob os auspícios da Liga e da Sociedade de Geografia (CARVALHO, 1925, p. 9-10).

Não se restringindo a projetos e ideias, Delgado partiu para ação em vários locais e situações (escolas em que trabalhou, cargos que ocupou, trabalhos que publicou, entre conversas formal e informal); reforçava e defendia suas propostas, estabelecendo contatos e angariando adeptos no intuito de consolidar seu projeto de renovação da Geografia brasileira; logicamente, encontrou sérias resistências, que o próprio tempo tratou de eliminar, como comprovam estas palavras retiradas do texto do *Boletim Geográfico* em homenagem a Delgado.

O combate que, ao início teve que sustentar contra a rotineira prática então vigente - que consistia no ensino da geografia puramente descritivo ou de mera nomenclatura [...].

Delgado de Carvalho apoiado em fatos, indicando exemplos, fazendo emulação, colocando-se frente a frente com seus opositores, conseguiu convencer a todos da justeza de seus pontos de vista e da razão de ser da campanha metodológica que empreendera (CARVALHO, 1944, p. 57).

A partir da segunda metade da década de 1920, foi se estabelecendo um clima cada vez mais propício para as ideias que visavam a construir uma nova sociedade brasileira via aplicação de conhecimentos científicos modernos e eficientes. No interior disto, as concepções trazidas e desenvolvidas por Delgado, em especial sobre Geografia em relação ao Estado brasileiro, foi ultrapassando, e muito, o seu autor; no entanto, o pioneirismo e espírito empreendedor desse intelectual demarcaram os rumos tomados pela história deste ramo do conhecimento no Brasil.

Partindo do exposto, qual seja, a formação diversificada do autor, o ambiente cultural em que se formou, a estrutura político-administrativa do Estado brasileiro e as próprias condições sociais e econômicas vivenciadas pela diversidade social, tais aspectos contribuíram para Delgado adaptar suas concepções teóricas à realidade local, estabelecendo uma dada produção geográfica. Tentaremos, portanto, a seguir, analisar em suas características mais determinantes esta concepção de Geografia do autor.

Aspectos gerais das bases teórica e metodológica da Geografia delgadiana

A visão de mundo que Delgado estruturou já em sua juventude, principalmente pelos cursos que realizou, o que significou entrar em contato com pensadores e pensamentos notadamente da França, Alemanha e Inglaterra, permitiu estabelecer uma base teórica em que a singularidade e atraso econômico-social, além da fragilidade política do Estado brasileiro na articulação do território da Nação, levasse Delgado tomar posturas que se reverberavam nas suas intervenções em associações científicas, nos grupos organizadores de propostas educacionais, assim como de comunidades de estudos científicos. Em todas essas ações localizadas, refletiam sua concepção de conhecimento científico que não se reduzia a áreas estanque e isolada, ou seja, ele objetivava sempre tentar retirar da diversidade de estudos, de teorias e escolas científicas, os elementos que auxiliassem mais concretamente a melhor maneira de estudar a realidade brasileira, tentando integrar esses estudos a partir das condições colocadas pelo objeto a ser abordado.

No caso em especial da Geografia, Delgado não restringia seus estudos a uma escola de pensamento geográfico mais alemão, ou mais francês, ou mais inglês, etc. Ele buscava na diversidade de estudos e teorizações os elementos coerentes que ajudassem a contribuir com a solução dos principais problemas do Brasil, que de início passava pela premência de um reconhecimento mais científico de seu território.

Partindo, portanto, desta interação entre “diferentes” escolas de Geografia, as propostas de se trabalhar e, principalmente, de se ensinar a “moderna Geografia científica” no Brasil, ia definindo alguns pontos básicos pioneiramente colocados por Delgado de Carvalho.

A princípio ele parte da constatação do atraso e inviabilidade dos estudos praticados nas escolas e manuais quanto ao ensino de Geografia. Inicia um esforço em prol de uma proposta de Geografia “moderna” a partir da diferenciação em relação à Geografia então praticada. Sua crítica se centrava na vacuidade das idéias e falta de rigor conceitual. A partir desta constatação, encontramos nas propostas de renovação a preocupação com a problemática do método. O próprio Delgado constatou que o fator que mais chamou a atenção dos intelectuais quando do lançamento do seu livro *Geographia do Brasil*, em 1913, foi a introdução de aspectos inovadores no que se relacionava ao método científico¹.

¹ O próprio Delgado (1924, p. 3) escreve que: “[...] o método que, devo confessar, fez com que a obra fosse mais bem recebida pelos estudiosos da geografia do que pelos próprios estudantes”.

Este método consistia em descrever a realidade estudada de forma objetiva, empiricamente comprovada, racionalmente exata, de maneira a inviabilizar dúvidas e contradições. Para tal, a indução, análise e síntese eram elementos cruciais, pois, ao se estudar a realidade como um todo, dividir-se-ia este todo em partes, descrevendo suas características principais e, após criteriosa observação, estabelecer-se-iam as relações que cada parte tinha com a outra, ao final, devia somar estas várias partes para se ter a noção do todo sistematizado. Eis, em rápidas palavras, o método científico, de fundamentação positivista-funcionalista, que os geógrafos brasileiros entenderam como o mais pertinente para se resolver os problemas dos estudos geográficos enquanto organização discursiva em bases científicas.

Tendo este fundamento comum, a proposta de renovação do conhecimento geográfico na época identificou outro fator de integração das preocupações e estudos, que também tem sua melhor delimitação a partir das obras pioneiras de Delgado de Carvalho, qual seja, o foco das análises geográficas nos chamados estudos regionais, mais especificamente com a necessidade de se adotar um critério mais “científico” de regionalização do País, visando a substituir assim as tradicionais divisões fundamentadas em aspectos aleatórios e meramente político-administrativos.

A “cientificidade” da nova regionalização devia se pautar em determinantes genuinamente geográficos, quais sejam, os elementos naturais da paisagem, que eram passíveis de maior objetivação perceptiva e estudo analítico. Neste aspecto, Delgado de Carvalho também foi um pioneiro, pois foi ele quem introduziu esta questão da regionalização por determinantes naturais na Geografia escolar brasileira.

O senhor Delgado de Carvalho, partindo do princípio racional de que as divisões da geografia só devem ser procuradas na própria geografia, condena nesse sentido a divisão administrativa por estados [...] e baseia a sua descrição nas regiões naturais do Brasil (LIMA, 1913, p. 6).

Outro aspecto comum à Geografia que então se propunha era a compreensão da realidade via duas grandes áreas de estudo, que segundo os intelectuais, se complementavam, quais sejam, o mundo natural, ou físico (estudado pela Geografia física) e o mundo antropológico (estudado pela Geografia humana).

Os componentes da Geografia física seriam os determinantes do meio, condicionando o homem conforme as características daquele. Portanto, deveriam ser observados seus elementos principais, analisados e descritos criteriosamente de forma a montar um quadro de possibilidades de intervenção do homem.

A Geografia humana, que no período passava por um debate sobre qual seria a melhor denominação desta², descreveria os componentes principais do gênero humano em cada região, estado ou país, introduzindo aí os elementos da economia local, estatísticas populacionais e organização política do território.

A tentativa de sistematização entre os diversos componentes de cada esfera de estudo (humana e física), e entre ambas, se daria por três princípios centrais:

- a) princípio de extensão;
- b) princípio da coordenação; e
- c) princípio de causalidade.

O princípio de extensão tentava determinar a localização e a extensão dos fenômenos de ordem geográfica. O princípio da coordenação visava a observar o comportamento e as características de determinados fenômenos já localizados, estabelecendo analogias com fenômenos semelhantes que ocorrem em outros locais, estabelecendo coordenações entre eles, como no caso de erosões, etc. O princípio de causalidade in-

² Delgado demonstra a viabilidade de simplificar a denominação para Geografia humana, já que a outra era já conhecida como Geografia física, tomando assim uma postura que acabou se convencionando entre as várias denominações propostas: Antropogeografia, Geografia social, Geografia cultural, Geosociologia (CARVALHO, 1925, p. 94-96).

dicava que a Geografia moderna não devia se contentar com examinar os fenômenos e ainda descrevê-los, mas ir mais longe, remontar às causas que determinavam a extensão e tratar de investigar suas consequências.

Desta feita, identificamos as características mais comuns nas propostas de renovação científica da Geografia, o que as tornavam um movimento passível de ser catalisado pelo Estado. Nesse aspecto que Delgado de Carvalho foi um pensador luminar e fundamental para os ramos que esse conhecimento tomou. Segundo suas próprias palavras:

A Geografia tem por objeto o estudo da terra como 'habitat' do homem [...] uma das tendências características da geografia moderna é o seu método comparativo [...] a geografia pátria precisa servir de base e de ponto de partida ao estudo [...] pois o objeto de toda geografia deve atualmente ser traçar relações de causalidade (CARVALHO, 1925, p. 3-18).

A partir deste quadro, cabia à Geografia, portanto, por meio de rigorosa observação, a descrição minuciosa via catalogação, classificação e enumeração de cada componente do meio observado, estabelecendo, a partir daí, as relações de causalidade que os diversos componentes produzem entre si - suas múltiplas interferências. A postura da Geografia, portanto, passa a ser de tentar aproveitar as diversas contribuições advindas de outras ciências, elaborando uma síntese científica, única forma da Geografia entender o complexo paisagístico com meios e metodologias "genuinamente científicas e modernas" por partir de princípios rigorosos e visando a estabelecer Leis.

Delgado arrola que a localização dos fenômenos e fatos foi o principal objeto da Geografia antiga, depois se somou à localização a questão da distribuição e, num terceiro estágio, os geógrafos passaram a priorizar as "correlações existentes entre os fenômenos", quando se estabeleciam as causas e finalidades destes. Tendo estas questões como norteadoras, Delgado define a Geografia tradicional como a que estudava "o universo e seus habitantes", já a moderna estudaria "o universo em relação aos seus habitantes" (CARVALHO, 1925, p. 65).

Delgado buscava recursos teóricos para tentar fazer estudos científicos de Geografia, no qual a relação Homem/Natureza refletisse os pressupostos de objetividade e controle dos dados, por conseguinte, buscava um entendimento da relação espaço/tempo em que a lógica científica não sofresse rasuras e angústias com a inconstância do elemento humano ao longo do tempo.

Partindo de Gallois, juntamente com La Blache, resgatou os valores que caracterizavam o elemento físico visando a estabelecer uma igualdade de estudos entre os fatores humano e natural. O grande avanço metodológico alcançado por Gallois, no que tange aos estudos do meio natural, deve-se ao fato que este estudou, analisou e classificou os fenômenos da natureza a partir dos seus próprios determinantes naturais, o que permitiu a definição das chamadas "regiões naturais".

É a partir das "regiões naturais" que Delgado estabelece a potencialidade dos estudos científicos de Geografia, pois identifica fatores permanente e objetivo capazes de determinar porções específicas do espaço e, a partir desta delimitação, analisar a interferência do fator tempo através da ação do homem, como "equação social" na criação de paisagens específicas.

A concepção de região natural é diferente para o botânico, para o meteorologista, para o geólogo. Forçosamente, para o geógrafo, que deverá utilizar-se de todos estes especialistas, a concepção deixará de ser simples, e se apresentará bem complexa (CARVALHO, 1924, p. 3-4).

Mais tarde, citando Gallois, Delgado coloca as bases de sua opção pela região natural como elemento científico por excelência dos estudos geográficos, estabelecendo "princípios racionais" precisos de divisão e análise geográfica.

A noção de região natural é simplesmente a expressão de um fato, pouco a pouco posto em evidência pelas observações que vão sendo feitas. As causas que agem sobre a superfície do globo não distribuem ao acaso e se manifestam, a maior parte das vezes, sobre

uma certa extensão [...] Assim se acha, cada vez mais justificada a noção de região natural e compreende-se que é o único a corresponder a continuidade das mesmas causas produtoras dos mesmos efeitos (CARVALHO, 1925, p. 79-80).

Tendo isto como pressuposto, Delgado define região natural como:

[...] uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a observação e a investigação permitem criar numa área geográfica estudada no intuito de salientar a importância respectiva das diferentes influências fisiográficas, respeitando o mais possível o jogo natural das forças em presença e colocando a síntese assim esboçada sob ponto de vista especial do fator humano nela representado (CARVALHO, 1925, p. 82).

Reforça-se assim o núcleo do pensamento geográfico de Delgado, para o qual a maior cientificidade dos elementos naturais, graças à contribuição da física, da química e da biologia, permitia estabelecer os limites regionais de forma mais exata e precisa, e o elemento humano surgia como um fator de referência - a "equação social" - ampliando o sentido dado até então ao meio natural, tornando-o altamente complexo. Cabia à Geografia, dentro desta perspectiva, observar, classificar e sistematizar os vários fatores de dada região, através do estabelecimento de sentido de causa e efeito entre estes.

Sendo a chamada região natural o *locus* que, segundo Delgado, por excelência possibilitaria à Geografia um futuro científico claro e imprescindível à sociedade brasileira.

Se a noção de 'região natural' se limitasse ao interesse científico que oferece, a sua adoção não teria a imediata importância que hoje apresenta. A questão é que prende-se a ela todo o futuro da metodologia geográfica; dela dependem todos os progressos do ramo científico que nos interessa; a ela se ligou até a própria interpretação satisfatória dos fenômenos geográficos (CARVALHO, 1925, p. 92).

Com o conceito de "região natural", Delgado encontra o equilíbrio necessário aos estudos científicos da Geografia, no qual o elemento humano pode ser melhor explicitado, estudado e entendido, estabelecendo sua importância de forma "objetiva e precisa" perante o meio.

Esta concepção científica de estudos geográficos, que Delgado tentou consolidar na Geografia produzida no Brasil, acabou por se tornar o modelo oficial dos processos de análises e de ensino de Geografia, como constatamos na observação seguinte.

A campanha vigorosamente defendida pelo professor Delgado de Carvalho foi vitoriosa e os novos programas de ensino [...] consagraram a nova orientação [...] na fase atual, parece-nos que as 'regiões naturais' que seviram de fundamento à divisão do professor Delgado de Carvalho constituem a melhor base para os estudos geográficos em nosso país (GUMARAES, 1944, p. 59).

Tendo estabelecido os parâmetros necessários para se produzir um conhecimento geográfico eficiente, racional e objetivo, aproximando este conhecimento dos modelos científicos então dominantes, Delgado colocava a base necessária de como este ramo do saber poderia produzir noções e representações de caráter científico que subsidiariam o necessário entendimento do território brasileiro, permitindo a consolidação de um projeto nacional. A isto ele denominava de desenvolvimento de "inteligência e de patriotismo esclarecido".

[...] a aparente dificuldade que oferece aos que, até agora, se limitaram a nomenclaturas a simples descrições, sem jamais cogitar em explicar, em estabelecer relações de causalidade entre fenômenos. Devido a esta grande lacuna, a geografia do passado foi seca e sem interesse, foi disciplina de pura memória. Que seja dado a nova geração

de mestres brasileiros torná-la mais atraente, mais prática e mais verdadeira também, fazendo dela uma disciplina de bom senso, de inteligência e de patriotismo esclarecido (CARVALHO, 1925, p. 93).

Delgado viu, a partir dos exemplos vivenciado e estudado sobre a participação da Geografia na Alemanha e na França, que para a realidade brasileira este saber teria que ser mais científico, tanto no nível de pesquisa quanto no caráter de ensino. Para dar esse sentido pleno de função do conhecimento geográfico para atender às reais necessidades da sociedade e do Estado de então, Delgado parte da seguinte crítica às condições do ensino de Geografia nas escolas.

Delgado de Carvalho descrevia a Geografia hegemonicamente praticada no Brasil até a segunda década do Século XX como:

Nas escolas do Brasil [...] a geografia é o estudo de uma das modalidades da imaginação humana, isto é, da sua faculdade de atribuir nomes [...] Aqui, quem não sabe nomenclatura, não sabe geografia [...] uma geografia é tida por mais ou menos completa, segundo o número de páginas que conta e a extensão das listas que a imaginação confia à memória das vítimas; o ideal seria provavelmente um tratado volumoso, incluindo a lista telefônica (CARVALHO, 1925, p. 3-4).

Uma Geografia assim praticada não contribui efetivamente para o melhor conhecimento das condições territoriais da Nação, pois é cansativa e improdutivo. Para tornar mais claro que os estudos modernos de Geografia possuíam, portanto, uma expressão política clara, principalmente em sua instância escolar, que é a fundamentação e exercício das práticas identitárias do indivíduo com seu país, o trabalho dos conteúdos no interior dessa disciplina deveriam ser mais científicos, tanto pela perspectiva de abordagem quanto pelos mecanismos didáticos de se trabalhar os mesmos.

Ao assim se proceder, a consolidação dos processos de identidade e pertencimento para com o lugar estariam embasados no conhecimento científico - o que torna verídico e racional esta identificação - reforçando assim o sentimento nacional - o patriotismo, só que esclarecido pela razão científica.

É nesse aspecto que a Geografia moderna proposta por Delgado toma seu contorno definitivo, quando incorpora, no nível do ensino, a expressão de consolidação e divulgação da nacionalidade como objetivo básico desta disciplina, cabendo ao professor se assumir como uma espécie de "apóstolo", que não devia apenas ensinar, mas catequizar as novas gerações para que incorporassem o projeto de sociedade passado junto com o ideal nacionalizante, ou nas suas próprias palavras, a "história e a geografia são disciplinas de nacionalização por excelência e exigem do mestre, ao lado das qualidades de pedagogo, as de apóstolo" (CARVALHO, 1925, p. 41-42).

Temos, assim, o extremo das concepções delgadianas pregadas ao ensino de Geografia que, por mais científica que tente, acaba sendo mediatizada pela necessidade "apostólica" de edificar o sentimento de nacionalismo no interior da sociedade brasileira. É claro que isto não invalida as contribuições teórica e metodológica que este autor trouxe à Geografia e que a crítica do movimento renovador tendeu a obscurecer devido ao peso, porque não falso, de expressões como a citada acima.

Problematizando o vínculo ideológico. A Geografia de Delgado e o Estado

Delgado de Carvalho, ao chegar no Brasil no início do Século XX e ver as condições técnicas com que a imensidão territorial era administrada por um Estado frágil, cujo sentido de nação apenas engatinhava, estabeleceu como pressuposto de sua atuação intelectual o usar de seus conhecimentos em prol do fortalecimento do papel do Estado na consolidação do sentido de nação a partir de bases moderna e científica. Essa

relação com o Estado, portanto, estava no cerne da concepção de Geografia e de Escola que Delgado de Carvalho tentou implementar.

Como o aparelhamento do Estado era precário, a República recém-instaurada não tinha recursos econômicos suficientes para administrar todos os conflitos e extensões desconhecidas da realidade social, assim como as grandes diferenças culturais nas mais diversas regiões do País precisavam ser identificadas e estudadas, complementar ao mais preciso conhecimento das características físicas e das riquezas naturais. Tudo isso cobrava esforços de um Estado que queria conhecer seu território e se constituir enquanto nação, no contexto das nações modernas de então.

Não havia, portanto, instituições e condições política e econômica de se produzir conhecimento científico no Brasil da primeira metade do Século XX se não fosse com o apoio do aparelho estatal. Isso fazia que os intelectuais, de uma forma geral, se vinculassem ao Estado para viabilizar suas pesquisas e propostas. Tal fato ainda hoje perdura, mas com meios e mecanismos mais sutis, notadamente pelo fato da urbanização e acesso a escolaridade a um número maior de pessoas, o que na época de Delgado não ocorria, permitindo que membros não originários de uma elite econômica e intelectualizada tenham condições de serem pesquisadores e professores.

Quando a crítica do movimento renovador do pensamento geográfico brasileiro se instaurou, notadamente na segunda metade da década de 1970, além da ferrenha luta contra a ditadura militar, os parâmetros político-ideológicos dos estudos epistemológicos se acirraram numa espécie de tábula rasa em relação ao contexto e condições de muitos pensadores de outrora se vincularem ao projeto estatal, como foi o caso de Delgado de Carvalho.

A necessidade de se criticar todo o conhecimento praticado até então como meramente um saber instrumentalizado visando a atender os interesses de uma minoria social privilegiada, a partir do controle do aparelho estatal, adentrou com força nos estudos críticos do discurso geográfico. A necessidade de demarcar uma posição política e comprometida com a mudança da ordem social levou muitos a abrir mão de aspectos necessários para se entender e praticar um estudo científico enquanto linguagem geográfica por uma leitura meramente de enfretamento, superficializando as análises e negando as contribuições passadas.

Ao reduzir o que se produziu a uma abordagem simplista de um antagonismo mecânico em que o passado era o mau conhecimento que imperava e o presente passa a ser bom conhecimento que se instaura, acabou por se perder os aspectos mais importantes num processo de enriquecimento do discurso científico, os elementos básicos que estruturaram sua linguagem.

Nesse sentido, no que tange ao núcleo teórico da Geografia delgadiana e sua prática político-ideológica em relação ao Estado, cobra-se uma necessária reflexão. Partamos, a título de exemplo, de uma análise crítica a esta Geografia feita por uma das grandes estudiosas do tema.

A importância que D. Carvalho conferiu ao ensino de Geografia liga-se à ideologia do nacionalismo patriótico e, significativamente, a ciência (Geografia) deveria fornecer-lhe os instrumentos lógicos, com o fim de atingir um 'patriotismo verdadeiro, esclarecido e inteligente', daí seu propósito de edificação da Geografia moderna, isto é, lógica, científica, no Brasil (VLACH, 1989, p. 151-152).

A partir desta análise, podemos nos interrogar: ao se constatar que "Delgado ajudou a consolidar uma produção geográfica de forte caráter ideológico que atendia sobremaneira às novas elites e ao Estado Capitalista", não se acaba por simplificar demais a questão?

Parece que depois de chegar à constatação desse vínculo ideológico pode-se dormir satisfeito. E aí se encontra o perigo. Não que essa observação seja falsa, mas ela incorre no risco de reduzir toda uma série de elaborações e questões que passaram determinada época, na mecânica relação: "ideologia dominante/alienação dos dominados".

Neste ponto das reflexões, percebemos mais claramente o quanto simplificamos a observação feita por Lacoste (1977) de que “o problema ideológico parece estar no cerne do problema epistemológico da Geografia”. O que seria este ideológico no discurso de Delgado de Carvalho?

Delgado via o Brasil como um País de graves problemas social e econômico, e a sua opção por tentar resolver estes seria pela divulgação de suas ideias de forma a sensibilizar as elites e, através destas, a intervenção do Estado na aplicação de políticas e programas que efetivamente levariam às mudanças necessárias. Logicamente que esta opção política não foi exclusividade sua, mas o caminho trilhado pela maioria dos intelectuais do período.

Numa sociedade como a nossa, situada “num contexto rigidamente hierarquizado, onde a margem de atuação [...] fora da área de dominação e especialmente do poder estatal, era bastante escassa” (GANDINI, 1986, p. 83), não se poderia esperar outra postura de nossos intelectuais. O que se deduz disso é que num País de analfabetos, os únicos capazes de consumir ideias impressas eram as elites, logo o intelectual que almejasse a consolidação de suas propostas teria que se vincular àquelas facções das elites com a qual se identificava e, através destas, atingir o poder do Estado. Diante disso, Gandini (1986, p. 83) complementa:

Num país cuja a transição para o capitalismo se dá pela ‘via prussiana’ [...] transformações pelo alto, cujos resultados são a participação restrita das classes populares na transformação, assumindo o Estado a condição do locus da conciliação de classes. O Papel do intelectual nesse contexto e mesmo o seu pensamento político estarão estreitamente relacionados com as condições acima delineadas.

Problematiza-se, desta forma, a ideia do “vínculo ideológico do intelectual com a classe dominante” brasileira. As opções políticas e as representações produzidas e divulgadas por determinado intelectual, bem como seus vínculos ideológicos e valores morais, não cabem numa simples caracterização de seu discurso como fruto direto dos interesses de um Estado maquiavélico em si.

No caso de Delgado de Carvalho, só podemos compreender suas opções se tivermos condições de entendermos melhor as condições em que produziu suas ideias. As opções assumidas por Delgado ocorreram dentro dos limites históricos do desenvolvimento técnico-científico das forças produtivas da sociedade capitalista, além, é claro, de sua ascendência cultural e social. Ele optou pelas respostas e meios que percebia como possíveis, tentar condená-lo por isto é não entender os condicionantes em que estas opções ocorreram.

Não que se queira aqui tomar uma postura complacente para com Delgado, mas devemos tomar cuidado em não reduzirmos todos os males ao “vínculo ideológico”, pois assim não perceberemos aspectos mais profundos e as contradições fundamentais, formas de leituras e representações que entraram na elaboração conceitual de Delgado.

Ao valorizarmos o ideológico em si, não apreendemos de forma mais clara como este discurso foi construído e como foi absorvido e reinterpretado por aqueles que tiveram contato mais direto com o mesmo.

Ao classificarmos o discurso de Delgado como voltado à “ideologia do Estado-nação”, não podemos deixar de perceber que os referenciais criados/recriados por Delgado serviam para se entender o mundo na época e, mais que isso, não podemos esquecer que aqueles que tiveram contato com este discurso eram seres pensantes e carregavam em si as possibilidades de questionamento e interpretação deste discurso, não eram meros ouvintes passivos, como a crítica do ideológico deixa transparecer.

Delgado, através de sua obra, produziu representações necessárias à identificação do real, que eram reflexos das necessidades em jogo por uma determinada perspectiva político-ideológica, no entanto, por serem reflexos dessas necessidades e estarem voltadas para o real, estas representações, como coloca Roger Chartier (1990), eram e são realidades de “múltiplos sentidos”, logo não existiu uma incorporação mecânica do sentido dado pelo autor ao conteúdo de seu discurso, assim como não produziu a este discurso isolado do mundo.

As representações elaboradas por Delgado de Carvalho são frutos de diversos interesses e conflitos, pois estas, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17), o que não descarta as formas de apropriação que delas fizeram as mais diversas pessoas ou grupos, conforme os interesses em jogo.

Desta forma, Delgado optou, mas optou dentro das condições a ele colocadas, a partir do seu processo de formações intelectual e social. Esta opção, no caso brasileiro da época, se pautava basicamente entre assumir uma postura mais voltada a interesses da estrutura política dominante (oligarquias políticas, economia agrária e isolamentos territoriais), ou então de tentar consolidar as potencialidades urbana e industrial apontadas pela modernidade europeia. Tanto um como outro caminho passavam necessariamente pela sensibilização das diversas facções das elites política e econômica, de forma a conquistar a estrutura governamental do Estado e, por esta via, implementar os projetos e propostas.

Cabe lembrar que o caminho trilhado por Delgado não foi opção exclusivamente sua, mas refletiam anseios e necessidades de intelectuais, artistas, pensadores e políticos das mais diversas origens sociais e posturas políticas, que incorporavam e adentraram na luta pela consolidação de um projeto nacional na busca pela modernização da sociedade e do Estado. Delgado foi um exímio representante das ideias e valores liberal e modernizante, defendia a estas e tentava implementá-las. No Brasil, ele identificou que o Estado seria o caminho para modernizar o País, pois era a opção mais clara a ser tomada, no entanto, devido às especificidades do caso brasileiro, os caminhos trilhados na busca desta modernização eram diversos, fazendo com que o liberalismo político pagasse um preço alto para a consolidação do liberalismo econômico.

O ensino, principalmente o de Geografia, teria um papel fundamental para a consolidação desta modernização, notadamente por propiciar a formação de uma mentalidade científica e de conhecimento geral do mundo e do Brasil, propiciando a efetiva concretização da Nação brasileira.

Estas opções, ideias e propostas foram assumidas e arduamente defendidas por Delgado, contudo, como humano, ele não detinha o poder sobre elas, pois estas foram sendo moldadas no próprio calor dos conflitos e complexos processos sociais, produzindo o Brasil que atualmente conhecemos e, como Delgado, ansiamos por melhorá-lo.

Conclusões: Alguns aspectos atuais da Geografia em Delgado

Muitas das análises e críticas feitas à Geografia brasileira que se institucionalizou, que se oficializou e foi incorporada pelos interesses e necessidades do Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1940, não perceberam os limites históricos em que esta institucionalização ocorreu, o avanço metodológico que significou na época e o salto político efetivado.

Hoje podemos, e devemos, fazer uma análise crítica da história oficial da Geografia, mas devemos evitar as generalizações costumeiras e fáceis, como a crítica - ainda atual - feita em relação à classificada “Geografia tradicional”, que relacionou todo o avanço teórico resgatado pela Geografia produzida no Brasil durante a primeira metade do Século XX como comprometido aos interesses ideológicos do Estado brasileiro, o que não permite perceber as reais condições em que se deu este vínculo e, pior ainda, não resgata os aspectos inovadores e importantes que a Geografia de então introduziu.

Ao generalizar os processos e instrumentais elaborados como falhos devido ao peso do “vínculo ideológico aos interesses dominantes”, acaba-se por desvalorizar e não apreender adequadamente as reais contribuições e limites dos conteúdos e metodologias então trabalhadas. Torna-se necessário, portanto, rever a história deste processo de institucionalização, ampliando os referenciais e tentando evitar conclusões apressadas.

Quando focamos no pensamento de Delgado de Carvalho, pretendemos demonstrar as contribuições que a Geografia então proposta trouxe e que muitas das críticas feitas, principalmente a partir do processo de renovação (fins dos anos de 1970), acaba-

ram por negligenciar ou ignorar, não resgatando as inovações e contribuições, em nível de metodologia e elaboração conceitual, que se produziram.

No aspecto mais específico do ensino de Geografia, suas idéias e propostas como o uso de recursos audiovisuais, na sala de aula, não para entreter os alunos, mas como forma de diversificar as linguagens na direção de que os alunos participem diretamente na elaboração dos conceitos, atitudes e valores necessários para a formação dos mesmos, já era algo explicitado por Delgado de Carvalho desde seu livro *Metodologia do ensino de Geografia: introdução aos estudos da Geografia moderna*, de 1925.

É claro que na época não havia computadores, *disc laser*, imagens de satélites, etc., mas a matriz metodológica era basicamente a mesma quando se propunha utilizar de fotos, músicas, desenhos, bem como os processos e etapas de manuseio e elaboração destes recursos visando a uma aprendizagem participativa do aluno.

A própria preocupação com alguns princípios necessários para a produção de conhecimentos geográficos para melhor desenvolver as habilidades de observação, descrição, síntese, comparação e avaliação das paisagens e regiões analisadas, entre outras atividades e estudos, são exemplos de contribuições e proposta que foram esquecidas e menosprezadas pela crítica ao vínculo ideológico, presentes no processo de renovação.

Ao se olhar dada paisagem e saber utilizar uma ferramenta fotográfica, tal situação cobra o domínio dessa linguagem para definir o como e o que fotografar, assim como exercitar outras formas de representação do real por meio de desenhos, pinturas e escritas, interpretar as representações cartográficas, elaborar e aplicar questionários e entrevistas, perceber e destacar as interações e dinâmicas presentes no meio observado, etc., foram habilidades que os geógrafos foram perdendo ou se atrofiaram perante as facilidades tecnológicas ou por puro preconceito teórico. Atualmente, frente as novas diretrizes educacionais e aos Parâmetros Curriculares, ocorre a necessidade de resgatar essas capacidades procedimental e intelectual por parte de um ensino de Geografia mais voltado para as reais necessidades dos alunos e cidadãos.

Se lermos com mais cuidado essas obras basilares de Delgado que propunham metodologias de ensino de Geografia, assim como de aprofundamento de estudos a partir do domínio dessas habilidades específicas da linguagem geográfica, poderemos avançar muito no melhor entendimento das análises necessárias atualmente para melhor compreensão dos aspectos referentes à lógica dos processos espaciais. Não que se deva simplesmente pegar das ideias e palavras de Delgado e aplicar, não é isso, mas se deve partir delas e atualizá-las em conformidade com as atuais condições colocadas, assim, no mínimo, não ficaremos tentando reinventar a roda, mas partiremos de quem a propôs para aprimorá-la.

Outro aspecto de grande atualidade do pensamento de Delgado, notadamente ao estudo e práticas científicas da Geografia, se além ao fato de dele não ficar preso a um referencial teórico e tentar reproduzi-lo nas práticas de pesquisa apenas para comprovar a pertinência do parâmetro empregado. Na sua época, ao se empregar um referencial de estudo da Geografia alemã significava uma certa forma de se ler o objeto visando a determinados objetivos, o que inviabilizava o emprego de elementos presentes numa abordagem oriunda da Geografia francesa, por exemplo. Delgado não está necessariamente preocupado com isso, pois para ele é a realidade percebida que deve cobrar quais metodologias ou referenciais teóricos empregar.

Ao focar a questão das necessidades empiricamente observáveis da realidade brasileira, ele emprega os elementos presentes numa e noutra abordagem geográfica, usando os elementos mais adequados e pertinentes de cada uma que efetivamente contribuam para a melhor compreensão do real estudado.

Atualmente, os estudos geográficos devem e, em muitos casos, tomam esta postura, qual seja, não é o referencial teórico-metodológico em si que define como o real deve ser, mas as condições complexas e diversas do real que apontam para como empregar e quais referenciais são mais pertinentes para serem usados. A questão não é aplicar as mesmas metodologias e procedimentos de Delgado, mas assumir sua postura de como relacionar os referenciais científicos de acordo com as reais necessidades presentes no mundo. Não é o ser humano que deve servir ao conhecimento científico, mas é o conhecimento que deve auxiliar o ser humano melhor compreender a si no mundo.

Uma última questão que destaco quanto à atualidade do pensamento de Delgado de Carvalho se refere à relação do intelectual/sociedade com o Estado. Na época de Delgado, o Estado era a única instância em condições política e técnica de articular o arranjo territorial no interior das fronteiras administrativas na direção de consolidar um projeto de identidade nacional. Os próprios estudos geográficos foram fundamentais na época, para saber com maior precisão quais eram realmente esses limites fronteiriços.

Delgado, sabedor disso, passa a atuar em várias instâncias organizativas da sociedade para fortalecer seus referenciais teóricos na direção de implementar práticas de intervenção social através da ocupação política do Estado. Atua na criação de associações científicas e de categorias de pesquisadores/educadores, auxilia na organização de sociedades de estudos geográficos, históricos, pedagógicos, sociológicos, etc., participa ativamente de movimentos em prol da educação moderna, enfim, sempre se entendeu como um intelectual que deve atuar no meio social, auxiliando a organizar a esta sociedade para que consiga assim intervir no aparelho estatal, ocupando cargos e funções, criando secretarias e departamentos, definindo políticas que retornem para a sociedade por meio de projetos, leis e investimentos capazes de solucionar problemas e atender às necessidades.

Atualmente, o projeto de criação de uma nação não é o mote que move mais uma política estatal de intervenção no território, contudo os graves problemas sociais e a diversidade de elementos que caracterizam a frágil ordem nacional, cobram dos intelectuais posturas políticas auxiliares na organização da sociedade civil. Logicamente, não no mesmo sentido e condições da época de Delgado, cuja organização era mais restrita a uma pequena parcela letrada, hoje envolve uma massa maior de trabalhadores e injustiçados socialmente, mas as posturas pedagógica e política de Delgado devem ser aprimoradas na direção de que a sociedade consiga força para ocupar as instâncias do Estado na direção de participação direta dos envolvidos na resolução dos problemas sociais a partir da articulação política da estrutura estatal.

Concluimos, assim, nossas considerações sobre esse grande intelectual e pensador brasileiro que, humano, demasiadamente humano, errava, mas o conjunto de sua obra, pensamentos e atitudes, reforça a pertinência de melhor estudá-lo na direção de se construir uma Geografia mais rica e comprometida com a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira.

Referências

CARVALHO, Delgado de. *Le Brésil méridional: étude économique sur les états du sud*, S. Paulo, Paraná, Santa-Catharina et Rio-Grande-do-Sul. Rio de Janeiro: [s.n.], 1910. 529 p.

_____. *Um centre économique au Brésil*. L'État de Minas em 1908. Paris: Livraria Aillaud, 1908. 188 p.

_____. Evolução da Geografia humana. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 33, dez. 1945. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

_____. Evolução da Geografia humana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, 1941. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

_____. Geografia-ciência da natureza (Conferência realizada no Curso Livre de Geografia). *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Sociedade de Geografia, v. 31, 1927.

_____. *Geografia do Brasil: de acordo com o Programma do Collegio Pedro II, de 1923* (livro indicado pelo programma). Rio de Janeiro: Empresa Graphico-Editora, 1923. 231 p.

_____. *Geografia elementar*. São Paulo: Melhoramentos, 1940. 321 p.

_____. *Geografia regional do Brasil para a 4ª série ginasial*. São Paulo: Nacional, [1943]. 249 p. Curso Delgado de Carvalho. Séries ginasial e colegial de ciências sociais).

_____. *Geographia do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929. 481 p.

_____. *Geographia elementar*. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

_____. *História geral*. Rio de Janeiro: Record, 1970. v.1. Antiguidade; v.2. Idade Média; v.3. Idade Moderna; v.4. Civilização contemporânea.

_____. *Introdução metodológica aos Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: AGIR, 1957. 310 p. (Biblioteca de cultura pedagógica, 2).

_____. *Metodologia do ensino de Geografia: introdução aos estudos da Geografia moderna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

_____. A orientação moderna. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 12, mar. 1944. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

_____. As regiões naturais máximas. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 13, p. 5-8, abr. 1944. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

_____. *Relações internacionais*. [Rio de Janeiro: Record, 1971]. 279 p. (Coleção General Benício, 91. Biblioteca do Exército, 416).

_____. Uma concepção fundamental da Geografia moderna: a região natural. *Boletim Geográfico*, IBGE, v. 2, n. 13, p. 9-17, abr. 1944. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

CARVALHO, Carlos Delgado de; CASTRO, Therezinha. *Leituras geográficas*. [Rio de Janeiro]: Conselho Nacional de Geografia, 1967. 228 p. (Biblioteca geográfica brasileira. Série C, Manuais, 6).

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990. 224 p. (Memória e sociedade).

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. *Discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho nos contextos da geografia brasileira – 1913 a 1942*. 1995. 171 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GANDINI, Raquel. Anísio Teixeira – limites da pedagogia liberal. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 77-100.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Apontamentos bio-bibliográficos: professor Carlos Delgado de Carvalho, *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 13, p. 57-64. abr. 1944.

LACOSTE, Yves. *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Tradução de Nuno Messias. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977. 149 p.

LIMA, Oliveira. Prefácio. In: CARVALHO, Delgado. *Geographia do Brasil*. Prefácio de Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Photo Mechanica, 1913. p. 6.

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 124 p. (Documentos para disseminação. Memória institucional, n. 4).

SCABELLO, Andréa Lourdes Monteiro. *Carlos Miguel Delgado de Carvalho: imagem como recurso didático – um estudo do caso geografia do Brasil (1913) e geografia física e humana (1943)*. 2004. 142 f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SEGISMUNDO, Fernando. *Memória de estudante (Colégio Pedro II)*. Rio de Janeiro: EBAL, 1987. 92 p.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Carlos Miguel de Carvalho e a “orientação moderna” em Geografia. In: VESENTINI, José William. *Geografia e ensino: textos críticos*. Campinas: Papirus, 1989. p. 149-160.

Delgado de Carvalho e o ensino de Geografia Política

Sergio Nunes Pereira*

O desenvolvimento da geografia no Brasil deve muito à atuação de renovadores do ensino da disciplina, cuja importância vale lembrar. Ensina-se geografia no País desde 1837, quando foi criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de definir um padrão para o ensino escolar em todo o Território Nacional. Na prática, porém, o modelo de “transmissão” não funcionava, seja pela multiplicação de escolas privadas a partir de 1860, seja pela própria orientação conservadora da instituição imperial, afastada do movimento de atualização científica que atingia diversas áreas do conhecimento – inclusive a Geografia. Disso se deram conta alguns homens públicos do final do século, como Ruy Barbosa e José Veríssimo. Tanto o primeiro, em um famoso parecer sobre a reforma do ensino proposta em 1882, como o segundo, em *A educação nacional* (1890), criticaram o arcaísmo do ensino de Geografia no País e defenderam uma *orientação moderna e racional* para o mesmo, sem conseguir, no entanto, ver suas idéias aplicadas nos currículos e programas didáticos. Essa tarefa caberia a uma geração posterior de educadores, entre os quais se destaca, sem sombra de dúvida, Delgado de Carvalho.

Carlos Miguel Delgado de Carvalho nasceu em Paris em 1884 e passou toda sua infância e parte da juventude na Europa, tendo residido na França, na Inglaterra e na Suíça. Sua chegada ao Rio de Janeiro em 1906, conforme costumava dizer, custou-lhe os 600 mil réis da passagem marítima e a herança paterna. É que o pai, um alto diplomata do Império do Brasil na capital francesa, rompeu os laços com o país natal após a queda da monarquia e impusera a mesma conduta ao filho. A viagem significou uma ruptura inconciliável, gerando em Delgado de Carvalho um ressentimento que duraria toda sua vida (CASTRO, 2009)¹. Por outro lado, a longa estada na Europa, graças à boa situação financeira da família, garantiu-lhe uma formação esmerada, iniciada no internato dos Dominicanos em Lyon e completada, em Paris, na *École Libre de Sciences Politiques*.

* Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

¹ A versão final deste trabalho – originalmente elaborado para esta mesma Série, Memória Institucional, em 1995 – integra o presente livro.

Essa formação, somada ao domínio dos idiomas francês, inglês e alemão, constituía um cabedal considerável para um jovem de 22 anos recém-chegado no Brasil, que Delgado não se furtou a utilizar. Seu primeiro emprego seria o de redator de política internacional no *Jornal do Comércio*, para o qual escreveu diversas matérias. Mas sentia-se atraído pelo campo científico e educacional, a ponto de – em dez anos – escrever quatro livros sobre geografia do Brasil (CARVALHO, 1908, 1910, 1913, 1916), além de organizar projetos acadêmicos como a Escola de Altos Estudos, que funcionaria no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1913 a 1916. No início da década seguinte, Delgado é nomeado conferencista nas Escolas de Intendência e do Estado-Maior do Exército e inicia sua atuação no Colégio Pedro II na Escola Normal, onde leciona Sociologia. Faz parte dessa época, também, seu envolvimento no Curso Livre Superior em Geografia (1926-1927), organizado no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e destinado a atualizar professoras do ensino primário.

A atividade docente de Delgado de Carvalho, como se pode perceber, acompanha o sentido das reformas educacionais em curso no Brasil dos anos de 1920. Voltada inicialmente para oficiais militares e quadros dirigentes do País – como os alunos da Escola de Altos Estudos –, ela se amplia para professores e alunos do ensino público. O próprio Delgado participa dos movimentos de renovação pedagógica, assinando o Manifesto dos pioneiros da educação (1932). Seu prestígio intelectual, a esta altura consolidado, credencia-o a cargos oficiais no Conselho Nacional de Educação (1931) e no Conselho Nacional de Geografia (1937), como representante do Ministério da Educação.

Delgado destaca-se ainda por uma vasta produção escrita. Em quase 70 anos de trabalho, publicou numerosos artigos e manuais didáticos, alguns dos quais extremamente inovadores. Seu livro sobre o Brasil Meridional, por exemplo, escrito em francês em 1910, revolucionou o modo de organização dos conteúdos em Geografia, ao substituir o formato de apresentação por estados – inspirado nas antigas corografias – pelas “regiões” [pays] do café, do mate e do gado; sua *Geographia do Brasil* (1913), revela-se pioneira por antecipar a regionalização adotada pelo IBGE em 1942, base da classificação vigente até hoje; por fim, *Methodologia do ensino geográfico* (1925), destinada a professores, pode ser apontada como a mais importante contribuição ao ensino de Geografia na primeira metade do Século XX, ao introduzir no universo escolar conceitos como região natural e discutir programas e processos didáticos.

Em comum, essas obras investem contra aquilo que Delgado denominava “concepções geográficas tradicionais”, baseadas na descrição sem explicação, na memorização e no culto à nomenclatura. Tais características, segundo o autor, afastavam-se em tudo do objeto real da geografia, o estudo da Terra como habitat do homem. Tratava-se, portanto, de um objeto que não deveria ser apresentado ao aluno de forma austera e ingrata, mas sim como algo vivo e cativante. Através de recursos didáticos apropriados (mapas, diagramas, perfis e fotografias), o professor de Geografia deveria organizar o conteúdo programático sem recorrer a descrições áridas e nomenclatura exagerada, buscando sempre a abordagem que sistematiza, compara e generaliza; que faz uso de princípios causais na explicação. Escrevendo diretamente para os mestres, como em *Methodologia do ensino geográfico*, Delgado dava-lhes os instrumentos para se atingir tal fim.

A posição alcançada por Delgado de Carvalho lhe permitiu influenciar na definição de conteúdos e programas de estudos, que moldariam o rosto da geografia brasileira antes de sua institucionalização. Tal influência foi reiterada nas últimas décadas em trabalhos de história do pensamento geográfico e ensino de Geografia, que enfatizaram a importância do autor na construção de uma ‘orientação moderna’ para a disciplina e na escolha de um critério racional para a divisão regional do País, baseado no conceito de região natural (VLACH, 1989; FERRAZ, 1995). No presente texto, na trilha de contribuições mais recentes (ZUSMAN; NUNES PEREIRA, 2000; VLACH, 2004), estendemos esse legado à Geografia política, cultivada pelo autor, mas nem sempre reconhecida, devido ao ostracismo a que foi condenada na formação da geografia acadêmica no Brasil, de acentuada matriz francesa.

Um programa didático de geografia política

Mesmo tendo em conta a racionalidade científica pretendida por Delgado de Carvalho para sua *Geografia moderna*, esta não nos é apresentada como uma disciplina desprovida de conteúdo político. Mas, via de regra, o político aparece muito mais como um objetivo final do ensino de Geografia – representação patriótica e afirmação da unidade nacional, por exemplo –, do que como um tema de estudo propriamente dito. Pelo menos é o que se pode deduzir a partir do exame da produção de Delgado até *Methodologia do ensino geográfico* (1925) e de um pequeno, embora importante, texto publicado poucos anos depois, *Geografia – ciência da natureza* (CARVALHO, 1927).

Na virada para a década de 1930, no entanto, tal panorama modifica-se sensivelmente. Podemos identificar, nesse período, o surgimento de trabalhos centrados especificamente na Geografia política, inaugurando um campo temático que ocuparia uma importância cada vez maior na obra de Delgado. O espaço político, entendido como espaço da soberania nacional, fora até então objeto apenas marginal de sua atenção, aparecendo de forma diluída em outras seções do estudo geográfico.² Agora adquire lugar privilegiado. Para além de noções revestidas de uma certa assepsia, como região natural, ganham corpo configurações espaciais carregadas de significado político, tais como: *território, Estado e fronteiras*, que remetem a Ratzel e a alguns de seus interlocutores franceses (CARVALHO, 1929, 1933, 1939).

Uma vez inaugurado, esse campo iria ampliar-se significativamente a partir da década de 1950, com o envolvimento crescente de Delgado de Carvalho no estudo de temas políticos internacionais. Em termos institucionais, isso se verifica no âmbito do Conselho Nacional de Geografia - CNG, no qual é organizado o Setor de Geografia Internacional,³ e no Instituto Rio Branco, onde Delgado passa a ministrar cursos de História Diplomática Mundial e do Brasil. Dessa atuação profissional resultariam publicações expressivas, representativas de uma nova fase da produção intelectual do autor (CARVALHO, 1959, 1963; CARVALHO; CASTRO, 1960). Não obstante o inegável interesse dos trabalhos dessa época – marcada pela descolonização, a expansão do socialismo e a Guerra Fria –, deteremos nosso olhar na produção relativa ao período anterior, vinculada ao projeto de fundação das bases de uma Geografia nacional científica.

Tal encaminhamento requer o exame de duas contribuições de Delgado de Carvalho, que, tomadas conjuntamente, traduzem de forma clara seu esforço em sistematizar enunciados da Geografia política, visando a compatibilizá-los com uma proposta didática. A primeira delas, *Introdução à geografia política* (1929), é um opúsculo pouco conhecido destinado a servir de apresentação daquele campo da Geografia a futuras professoras do Distrito Federal. A partir de aulas ministradas no primeiro ano do Curso Normal, Delgado elabora uma síntese dos conceitos fundamentais que, em sua opinião, deveriam ser aplicados ao estudo das principais potências mundiais “[em] seu quadro geográfico e nas diretrizes de sua ação internacional” (CARVALHO, 1929, p. 10), assunto do segundo ano. A necessidade de uma introdução explicativa para as potências estudadas, defendida pelo autor, afinava-se com o projeto de construção de uma Geografia moderna, pois significava a garantia de um estudo baseado em conceitos – no caso, os da Geografia política – e não nos critérios tradicionalmente estabelecidos no ensino da disciplina, aos quais Delgado fazia severa crítica.

Boa parte do conteúdo de *Introdução à geografia política* – capítulos inteiros – seria incorporada quatro anos mais tarde num manual didático de notável divulgação, *Geo-*

² Em *Geografia do Brasil* (1913, t. 1), por exemplo, encontramos um breve relato sobre a questão das fronteiras na parte intitulada *Geografia física* (item “Situação, limites”, p. 5-6); na parte *Geografia social*, considerações um tanto genéricas sobre a ocupação da terra e o povoamento são apresentadas nos itens “Formação política” e “Formação territorial” (p. 159-202).

³ O Setor de Geografia Internacional foi criado oficialmente por ocasião da elaboração do *Atlas de relações internacionais*, concluído em 1960. Mais do que um simples local de atuação no CNG, o referido setor praticamente se confunde com a pessoa de Delgado de Carvalho, a ponto de ter se transferido para sua residência em 1962, em virtude de sua avançada idade (CASTRO, 2009).

grafia humana – política e econômica,⁴ o que certamente contribuiu para o obscurecimento do primeiro trabalho, nunca mais editado. A recuperação de alguns de seus elementos, contudo, está longe de ser uma tarefa supérflua. Além de dois capítulos iniciais muito elucidativos, ausentes em Geografia humana, encontramos também em Introdução diversos trechos posteriormente omitidos, os quais, abrindo ou permeando os capítulos seguintes, orientam expressamente o professor sobre o que selecionar – e, em contrapartida, o que excluir – com relação a determinados assuntos enfocados na prática docente.

Em geral, as orientações de Delgado de Carvalho no sentido apontado manifestam a preocupação de adequar o conteúdo ensinado à capacidade cognitiva do aluno, ajudando, ao mesmo tempo, a conformar um discurso unitário e coerente para uma disciplina escolar que, tendo abandonado seu caráter descritivo e enciclopédico, corria o risco de perder-se em digressões indesejáveis em outros domínios (CARVALHO, 1929, p. 32). Como exemplo disso, vejamos o que diz Delgado após fazer restrição a determinadas formulações de Ratzel sobre a mobilidade dos povos:

Na ordem das coisas que devem ser omitidas de preferência, mencionemos o movimento considerado como sendo manifestação de vida e a imobilidade como apenas uma aparência. [...] Também deve ser deixada de lado a teoria da ‘imutabilidade primitiva’, que aliás é inexata, como as célebres ‘migrações arianas’ [...]

Em resumo, grande número de assuntos que deverão, de preferência, ser omitidos em curso normal, podem ser encontrados nos quatro capítulos da 2ª Parte da Antropogeografia de Ratzel. Deles entretanto, alguma coisa de fácil interpretação deve ser retirado e posto ao alcance dos normalistas, porque representa o fundamento indispensável da bem conhecida e concreta mobilidade moderna.

Há, por conseguinte, uma escolha a fazer. É sabido que é tendência geral em alguns professores, que tardiamente tomaram conhecimento de certas teorias ou de certos fatos, de procurar colocar a sua ciência recente, independentemente da receptividade do auditório [...]. Apesar de sedutoras, o professor deve saber resistir às especulações filosóficas e às hipóteses engenhosas, freqüentes em geografia humana, mas perturbadoras no ensino secundário” (CARVALHO, 1929, p. 23-24).

Não raramente, no entanto, tais recomendações denotam intenções que transcendem em muito o mérito propriamente didático da questão, buscando na verdade contornar impasses cuja origem estaria no caráter eminentemente polêmico de alguns temas de estudo, tais como: os desníveis culturais entre os povos, a expansão territorial dos estados e a questão racial. Nesses casos, a preocupação maior de Delgado parece ser a de adaptar para o universo do ensino temas atravessados por questões de fundo político e ideológico; temas esses que, no limiar da década de 1930, começavam a ser postos em evidência pelo rumo dos acontecimentos internacionais. É assim, portanto, que iremos encontrar em *Introdução à geografia política*, ponderações como a seguinte: “É inútil [...] mencionar, na sala de aula, em que consiste o ‘problema ariano’,⁵ só traria confusão” (CARVALHO, 1929, p. 29).

⁴ *Geografia humana – política e econômica* (1933) teve sua segunda edição em 1935 e a terceira em 1938, dentro de uma série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo. Na década de 1960, já com a co-autoria de Therezinha de Castro, surgiram novas edições com o mesmo título, mas que não apresentam alguns capítulos fundamentais da obra original.

⁵ Por “problema ariano” pode ser entendida a polêmica em torno da origem do povoamento da Europa. Delgado oferece informações detalhadas sobre o tema num manual de sociologia (CARVALHO, 1931, p. 114-15). Neste, se lê que desde a primeira metade de Século XIX estudiosos alemães explicavam essa origem com base na migração dos *arias* (ou arianos), tidos como uma ‘raça pura’, da Ásia Central para a Europa, na última glaciação. Questionamentos a tal explicação começaram a aparecer desde então, baseados em descobertas arqueológicas que evidenciavam a presença humana no continente desde o alto quaternário, bem antes das supostas migrações. Em 1864, em reunião na Sociedade de Antropologia de Paris, o cientista belga d’Halloy formalizou um protesto contra a teoria. Em 1883, porém, o austríaco Penka conferiu a ela novo impulso, reivindicando a pureza da raça escandinava, os *proto-arias*, bem como sua superioridade em relação às demais. Assim, o debate teve ainda certa ressonância no meio intelectual europeu até o final do Século XIX. Convém lembrar que a hipótese da pureza ariana, desqualificada cientificamente na época em que escreve Delgado, ressurgiu com força no contexto de ascensão do nacional-socialismo na Alemanha.

Impasses dessa natureza não deveriam comprometer o projeto pretendido por Delgado de Carvalho, requerendo estratégias que ultrapassassem o plano imediato da ação didática. Assim, nosso autor procura circunscrever claramente o objeto da Geografia política e esboçar sua definição. A partir de um universo relativamente amplo de concepções, marcado ainda por controvérsias entre “escolas nacionais”, ele se alinha e à versão elaborada por Camille Vallaux num livro publicado com Jean Brunhes em 1921, *La Géographie de l'histoire: géographie de la paix et la guerre sur terre et sur mer*, no qual a Geografia política aparece subordinada à Geografia humana⁶ – ao lado da Geografia econômica, da Geografia do povoamento, da Geografia das civilizações (ou social) e da Geografia regional (CARVALHO, 1929, p. 17). Com base nessa matriz, Delgado organiza seu programa, assim formalizado: Geografia política (noções gerais e objeto); a mobilidade dos povos; o *Estado* (formação, tipos e evolução); a posição e o espaço (segundo as teorias de Supan e Ratzel); as fronteiras; e as cidades políticas⁷ (CARVALHO, 1929).

Ao examinar a argumentação presente em *Introdução à geografia política* e em *Geografia humana – política e econômica*, percebemos uma acentuada influência de autores franceses, sobretudo de Camille Vallaux, em quem Delgado se ancora quase totalmente na sua exposição sobre tipos de Estado, fronteiras e na crítica à teoria do espaço de Ratzel. Trata-se, na verdade, de uma influência recorrente, já presente na adoção do conceito de região natural e atualizada nesse momento, bem como no interesse posterior pela obra de Jacques Ancel (1936 e 1938). Podemos então admitir uma “primazia francesa” na Geografia política de Delgado de Carvalho? Esse é um ponto relativamente complexo, cuja discussão pressupõe considerar duas questões: (1) os geógrafos franceses mais utilizados por Delgado *não* são os que seguem mais fielmente os protocolos metodológicos da Escola Geográfica Francesa, mas, ao contrário, aqueles que apresentam certa tensão com relação a ela; (2) o terreno sobre o qual se desenvolve a Geografia política, em qualquer de suas versões, foi delimitado teoricamente por Ratzel (RAFFESTIN, 1993, p. 13-14), o que induz à aceitação do universo conceitual e meios de pensamento desenvolvidos por esse autor e, mais amplamente, pela Geografia alemã.

No que diz respeito à primeira questão, cabe destacar a resistência do meio acadêmico francês em absorver a Geografia política como campo de estudo legítimo da ciência geográfica, desqualificando-a epistemologicamente e tolerando-a apenas como uma crítica de sua congênere alemã. É justamente isso que fundamenta as reprovações de Vallaux por Demangeon (ESCOLAR, 1991, p. 10) e de Ancel por Gottmann (RAFFESTIN, 1993, p. 20). O caso de Vallaux é particularmente representativo de uma atitude contrastante, em relação a Vidal de La Blache e seus discípulos, quanto ao questionamento das proposições ratzelianas. Concordando com uma análise perspicaz, enquanto o primeiro procura “apropriar-se *teoricamente* do objeto da Geografia política, não tendo mais remédio que discutir (e ser influenciado) com Ratzel no plano empírico”, a segunda adota a “estratégia epistemológica [...] do silêncio e da negação [...] do problema geopolítico” (ESCOLAR, 1991, p. 24). Esses diferentes posicionamentos são reveladores, por sua vez, da existência de diferentes discursos – um “marginal” e outro “oficial” – convivendo na Geografia francesa. A escolha de Delgado, no entanto, recai sobre Vallaux. Se compararmos, nas obras examinadas, a presença desse autor com a de outros geógrafos franceses, a diferença é constrangedora. As referências a Vidal, Demangeon e mesmo Brunhes (considerado fora de sua colaboração com Vallaux) são muito periféricas, só adquirindo maior vulto em um capítulo dedicado ao estudo do *habitat* humano (CARVALHO, 1933, p. 93-118).

Quanto à perenidade da obra de Ratzel, podemos pensá-la inicialmente como um desdobramento da questão anterior. Ao acolher os geógrafos franceses que, em certa medida, conferem uma positividade à Geografia política alemã, Delgado também a está reconhe-

⁶ Impossível não lembrar de Lucien Febvre em *A Terra e a evolução humana*, onde se define a proposta de uma Geografia política “estritamente solidária da geografia humana” (FEBVRE, 1922, p. 479-480).

⁷ É sintomático que também em *Geografia humana, política e econômica*, o único capítulo referente ao urbano (“Formação de Cidades”) apareça na parte de **Geografia política** e não na de **Geografia econômica**, numa obra que separa explicitamente os dois conteúdos (CARVALHO, 1933).

cendo nos mesmos termos. Algumas vezes isso se verifica de modo explícito, como no momento em que, valendo-se de Vallaux, ele sugere a utilização dos princípios de atividade e de conexão – cunhados por Jean Brunhes – no estudo da evolução das fronteiras, tema explorado antes por Ratzel e seus compatriotas.⁸ Na referida passagem, Delgado sintetiza seu raciocínio numa fórmula lapidar, que não deixa de possuir também um tom conciliatório: “É a interpretação francesa, *haurida* em fontes alemãs” (CARVALHO, 1929, p. 60, grifo nosso). Já em outra ocasião, numa resenha elogiosa de um trabalho de Ancel, de forma um pouco mais oblíqua ele destaca um aspecto bem-definido de sua originalidade: “Mais do que qualquer outro discípulo de Vidal de La Blache, Jacques Ancel parece interessado em contrapor, em seus escritos geográficos, as teorias da escola francesa às ratzelianas [sic] da escola alemã” (CARVALHO, 1939, p. 95).

É plausível supor que, valorizando tal característica do geógrafo francês, Delgado está na verdade justificando o seu próprio ponto de vista, amparando-se no prestígio de um autor reconhecido.

A influência de Ratzel, contudo, não pode ser aferida apenas através de intermediários. Em Delgado de Carvalho, a imagem do geógrafo alemão em momento algum corresponde a do pensador estigmatizado pela Escola Francesa, estando mais próxima uma avaliação flexível e transigente que combina reconhecimento, crítica, prudência e contemporização. Evitando tomar partido na querela determinismo *versus* possibilismo (CARVALHO, 1933, p. 11-13), fato em si já significativo, ele não se furta também a apontar a falta de consistência por vezes presente na argumentação dos possibilistas, bem como de defender as idéias supostamente deterministas de algumas interpretações simplificadoras (CARVALHO, 1933, p. 13-15).

Mas é na apreciação direta do conteúdo proposto por Ratzel que encontramos os exemplos mais significativos de seu posicionamento. Em que pesem os frequentes reparos, geralmente mediatizados pelos geógrafos franceses, Delgado busca resgatar diversos aspectos do pensamento ratzeliano, movido não tanto pelo apego à discussão teórica, mas sobretudo para utilizá-los pragmaticamente na composição de seu programa didático. É justamente isso que explica a inclusão da *mobilidade dos povos* em tal programa, mesmo com as objeções já referidas. Independentemente da motivação, a atitude não deixa dúvida sobre o quanto Delgado de Carvalho se sente à vontade frente ao patrimônio intelectual de Ratzel, dando mostras inquestionáveis de sua valorização positiva. Um expressivo comentário ratifica plenamente esta suposição:

Há questões no mundo moderno que solicitam diariamente a nossa atenção: não são do domínio próprio da história nem da geografia, não são de economia política nem de sociologia, não pertencem às ciências puras ou aplicadas. [...] São fatos prementes, de atualidade e importância, exigem atenção, envolvem interesses superiores de países cultos, muitas vezes nacionais. Precisam, pois, ser compendiados para a sua sumária e precisa apresentação a alunos de média cultura. À geografia, patamar de ciências, cabe coligir os dados e interpretá-los sob o prisma humano que lhes dá valor e significação.

Assim, citemos ao acaso, o ponto 10, por exemplo, relativo à ‘Itália e o Adriático’. É assunto de três ou quatro lições. Eis o programa:

10 – A Itália e o Adriático – A Itália continental, peninsular e insular – Recursos naturais e população – A formação territorial e a Unificação – Cidades e Portos – O Adriático e a Iugoslávia – A Expansão italiana na África; Emigração para as Américas.

Aí são discutidos todos os pontos da geografia ratzeliana: o cenário geográfico que pelo espaço e a posição explica o papel da Itália; o Estado italiano, sua formação, suas modalidades;

⁸ Delgado nos dá a conhecer a longa tradição de estudo sobre fronteiras na Geografia política alemã. Além de Ratzel, cuja “concepção orgânica” é comentada, teríamos também as contribuições de Supan, Walsler, Förster, Arlot e Junhans. Cada um desses autores teria desenvolvido, a seu modo, as noções de fronteira física e fronteira política, ou a oposição entre fronteira natural e fronteira artificial (CARVALHO, 1929, p. 57-68; CARVALHO, 1933, p. 167-174).

as fronteiras, objeto de contestações com vizinhos, a questão político-militar-econômica do Adriático; a mobilidade dos povos, exemplificada por migrações que bem conhecemos, etc.

São todas questões atuais, políticas, sociais, econômicas, internacionais num quadro geográfico significativo, determinante, decisivo: por isto é incontestável domínio da Geografia, mas da Geografia moderna, ativa, prática, vibrante (CARVALHO, 1929, p. 10-11).

Difícilmente poderíamos encontrar melhor exemplo de legitimação do controvertido pensador alemão.

Delgado de Carvalho e a Geopolítica

Paralelamente ao deslocamento de Delgado de Carvalho para a Geografia política, no período apontado, são publicados os primeiros estudos de Geopolítica no Brasil,⁹ escritos pelo ensaísta Elysio de Carvalho (1921), o engenheiro Everardo Backheuser (1926 e 1933) e os militares Mario Travassos (1935) e Francisco de Paula Cidade (1940). É tentador enxergar nessa coexistência temporal uma trama de influências recíprocas, da qual se pode inferir, como Miyamoto (1981), a vinculação de Delgado ao pensamento geopolítico. Outra maneira de se abordar a questão, que aqui propomos, é a de examinar a ressonância das idéias do autor nas obras referidas, procurando entender como seu modelo de Geografia serviu de orientação para interpretações do Brasil pautadas na interface entre condições geográficas e ação política do Estado – essência do pensamento Geopolítico.

Nesse sentido, encontramos indicações consistentes da influência de Delgado em Mario Travassos e Francisco de Paula Cidade. Trata-se, porém, não tanto de Geografia política proposta pelo primeiro, mas de outros conteúdos da ciência geográfica por ele desenvolvida no período, o que pode ser explicado, em certa medida, por problemas inerentes à própria análise geopolítica. Uma das contradições desse tipo de análise é apresentar pretensões de objetividade simultaneamente a propósitos ambiciosos e formas de raciocínio teleológicas. Como conciliar tais ingredientes numa mesma estrutura lógica, sem comprometer a coerência interna do discurso? Além dos discutíveis encaminhamentos no nível da argumentação e explicação, bem detectados em algumas investigações críticas (CAUBET, 1984; VESENTINI, 1986, p. 32-33),¹⁰ tal dilema remete a uma outra questão, situada no plano empírico. É necessário garantir que os parâmetros geográficos sobre os quais se organiza o discurso geopolítico sejam os mais precisos, fidedignos e atualizados possíveis, posto que constituem o principal fundamento da objetividade pretendida. Para tanto, não parecia haver lugar mais seguro, na época, que a criteriosa Geografia ‘científica’ de Delgado de Carvalho.

Este aspecto, que nos interessa particularmente, deve ser examinado com relação aos dois pensadores geopolíticos apontados. No caso de Travassos, o que está em pauta é a noção de *região natural*, que baliza sua reflexão sobre a estrutura espacial brasileira (base, segundo ele, da “unidade geográfica nacional”). Vejamos como a questão é colocada pelo autor:

Quando se tem que encarar o problema das regiões naturais sob o ângulo das modalidades geográficas brasileiras, cujos aspectos o alongamento de nosso território no sentido dos meridianos complica de maneira impressionante, sente-se que, de fato, se está em presença de grave problema [...]

⁹ Consideramos, nessa classificação, as obras comercializadas no circuito editorial privado, demonstrativas tanto do caráter “publicista” dos autores como da existência de leitores interessados no tema em questão. Obviamente, desde muito antes, relatórios oficiais mais ou menos reservados podiam apresentar “conteúdos geopolíticos”, mas não constituíam um campo de formalização do saber reconhecido, após Rudolf Kjellén, como Geopolítica.

¹⁰ Os trabalhos apontados chamam a atenção para uma deficiência epistemológica crônica da análise geopolítica, manifesta de diversas formas: simplificação excessiva, pretensão universalista (descontextualização), fatalismo, naturalização do Estado, antropomorfização dos elementos naturais, etc. Podemos identificar em tais aspectos um modo de estruturação do discurso que atua no sentido de neutralizar a contradição assinalada.

Sobre o assunto nada conhecemos de melhor que o admitido pelo professor Delgado de Carvalho, isto é, o Brasil permitindo quatro regiões naturais, a saber: o Brasil Amazônico, o Nordeste Subequatorial, a Vertente Oriental dos Planaltos e o Brasil Platino.¹¹

À vista das dificuldades do problema, o professor Delgado não só deixa imprecisos, tal como convém, os limites dessas regiões naturais como também considera, em cada um deles subregiões naturais [...]

E é assim que, dentro da mais equilibrada medida, o professor Delgado de Carvalho nos conduz a um Brasil menos intrincado, mais compreensível em sua imensa expressão geográfica.

Nestas excelentes bases, e fazendo preponderar os fatores políticos, é que nos animamos a formular a síntese geográfica brasileira (TRAVASSOS, 1935, p. 109-113).

Posteriormente, a reflexão de Travassos ganharia desdobramentos mais específicos, culminando com a proposta de *regiões naturais militares* (TRAVASSOS, 1940 e 1941), baseadas igualmente na divisão sugerida por Delgado de Carvalho.

Notas de geografia militar Sul-Americana (1940), de Francisco de Paula Cidade, apresenta certa singularidade frente a outros estudos geopolíticos publicados no período. Conforme o próprio autor nos esclarece no prefácio, sua pretensão é a de oferecer, a partir de um diagnóstico geográfico e geopolítico, subsídios para operações militares em eventuais situações de conflito armado em nível continental, inclusive contra potências navais de além-mar. Embora não possa ser considerada uma obra inovadora do ponto de vista da reflexão Geopolítica, esta antecipa um gênero de estudo que só iria se difundir no Brasil após a II Guerra Mundial, no âmbito da Escola Superior de Guerra (MIYAMOTO, 1981, p. 72).¹²

Uma descrição sumária do conteúdo dessa obra, indispensável antes de qualquer tentativa de aproximá-la da Geografia de Delgado de Carvalho, é reveladora da singularidade sugerida. A primeira parte – intitulada *Generalidades* – consiste basicamente numa correlação entre as características topográficas do terreno e a arte da guerra, considerando diferentes situações e combinações nas quais se apresentam elementos do meio geográfico como relevo, águas continentais, clima, vegetação e formas de ocupação humana. Retoma-se aqui, na verdade, uma antiga tradição de estudo das escolas militares europeias, inovando-a apenas no que tange à sua adaptação para o contexto das condições naturais sul-americanas.

Na parte seguinte – *América do Sul* –, a mais extensa, tenta-se avaliar o potencial de “projeção geopolítica” de cada país sul-americano, estimando-o a partir de um inventário minucioso de dados geográficos, históricos, demográficos, econômicos, políticos e militares.

Na terceira e última parte – *Brasil* –, o Território Nacional é pensado à luz da história de sua ocupação, seus recursos econômicos e três questões recorrentes na análise geopolítica: *transportes, fronteiras e posição*. Atravessando essas partes relativamente autônomas, transparece a preocupação do autor de, ao final de cada assunto, extrair “conclusões militares” sobre a situação do Brasil ante a cada um dos vizinhos, ou mesmo diante de uma eventual coligação de países “inimigos”.

A execução de tal projeto nas bases científicas pretendidas por Paula Cidade requeria o acompanhamento da evolução dos conhecimentos na área por ele denominada

¹¹ Na realidade, no texto clássico de Delgado de Carvalho (1913), são consideradas cinco regiões naturais: *Brasil Amazônico, Brasil Norte-Oriental* (o “Nordeste Subequatorial” de Travassos), *Brasil Oriental* (a “Vertente Oriental dos Planaltos”), *Brasil Meridional* e *Brasil Central* (o qual Travassos reparte entre os brasis amazônico e platino). Não sabemos se a diferença se deve a uma adaptação livre por parte de Travassos, que não fornece nenhuma indicação.

¹² O próprio autor não se furtou em destacar tal pioneirismo: “É esta a primeira obra deste gênero que se publica no Brasil e provavelmente, em língua portuguesa. Pelas suas linhas gerais e pela sua extensão, representa ainda o primeiro estudo desta especialidade [...] na América do Sul” (CIDADE, 1940, p. 4).

“Geografia geral”.¹³ A bibliografia, as notas e as citações ao longo da obra fornecem indicações mais ou menos precisas desse domínio: Geologia, Geomorfologia, Petrografia, Fisiografia, Geobotânica e estudos de Geografia regional da América do Sul. A única referência explícita à Geopolítica é um ensaio clássico de Arthur Dix;¹⁴ mesmo Everardo Backheuser, autor brasileiro, só aparece com um trabalho de fisiografia: *A faixa litorânea do Brasil meridional*, publicado em 1918.

Sem ser exclusiva, a contribuição de Delgado de Carvalho deve ser entendida neste contexto, manifestando-se, no entanto, de forma mais intensa do que transparece nas notas e bibliografia. Professor-conferencista nas Escolas de Estado-Maior e de Intendência de Guerra desde o início dos anos de 1920, Delgado terá o resultado de suas aulas publicado em fascículos ao longo de toda a década, material que posteriormente daria origem à *Physiographia do Brasil* (192-) e *Geografia econômica da América do Sul* (19--). A primeira é uma obra extremamente bem cuidada, na qual Delgado descreve por ordem temática os aspectos físicos do Território Nacional e a “Bacia brasileira do Atlântico Sul”, ampliando e aperfeiçoando o arsenal iconográfico (mapas, croquis, perfis, etc.) já apresentado no Tomo I de *Geographia do Brasil* (1913). A segunda obra não causa a mesma impressão, mas, por sistematizar estudos geográfico e econômico numa área considerada carente de atualização, obteve imediata aceitação.

Somente uma cuidadosa leitura comparada responderia em que medida esses trabalhos de Delgado de Carvalho serviram de base à Paula Cidade. Independente de qualquer relação direta, “ponto a ponto”, chama atenção a semelhança de estrutura entre *Geografia econômica da América do Sul* e a segunda parte da obra de Paula Cidade, que parece acrescentar ao livro de Delgado apenas o ponto de vista militar. Além deste fato, que sugere uma influência nada negligenciável, podemos notar uma convergência de preocupações entre os dois autores, patente no trecho abaixo, em que Delgado avalia a utilidade do conceito de *posição* para o seu programa didático:

Nestas condições, resta-nos saber o que há de realmente aproveitável em tudo isso, sob o ponto de vista do ensino geográfico. Muito pouco, podemos dizer, nas medições matemáticas aplicadas à posição política; porém, bastante no que diz respeito às posições matemática e geográfica no globo e muitíssimo no que se refere à proximidade e relativa importância dos vizinhos. A vizinhança é um fato que interessa o geógrafo moderno quase tanto quanto o próprio historiador.

Seria bom, por conseguinte, que ao empreender o estudo de um país, fossem feitas detalhadas considerações sobre os seus vizinhos e a ordem de relações que mantém com eles. É assim, que, no próprio programa normal, esta necessidade está claramente indicada; por exemplo: ‘A Itália e o Adriático, a Jugoslávia’, ‘A França, relações históricas com os vizinhos – A Alsácia...’, ‘A Polônia e o Corredor de Danzig’, etc. (CARVALHO, 1929, p. 52-53, grifo nosso).

Quando lemos Paula Cidade, ficamos com a impressão de que ele não fez outra coisa em seu ensaio de Geografia militar, voltando, no caso, sua atenção para o Brasil. É todo um conteúdo e um modelo de estudo que, sugerido por Delgado, encontra total ressonância no militar.

O exemplo torna evidente o quanto uma obra de Geografia política escrita com fins didáticos pode aproximar-se de um conteúdo Geopolítico *stricto sensu*. Mas seria

¹³ A questão é bem esclarecida no prefácio da primeira edição: “Durante a fase de estudos que se seguiu às guerras de Napoleão, começou a geografia militar a emancipar-se da história; vagando, porém, no domínio das incertezas, por falta de critério científico. Achando-se a essa época a geografia geral reduzida a uma simples enumeração de nomes e de cifras [...] a geografia militar ficava reduzida a uma coleta de dados topográficos, climatológicos, econômicos, etc. Com a evolução da geografia geral, entrecortada como foi por acidentes de caráter científico, desenvolveu-se nas mesmas condições a geografia militar [...] Depois de 1870, como consequência das diretrizes adotadas pela geografia geral, inicia-se um novo ciclo para a geografia militar, com o aparecimento de trabalhos notáveis em quase todos os exércitos europeus” (CIDADE, 1934, p. 3).

¹⁴ Ver: Dix, Arthur. *Geografia política*. Barcelona: Labor, 1929. Por ter sido traduzido para o espanhol pouco após sua publicação original em alemão, esse ensaio teve notável divulgação entre os pensadores geopolíticos brasileiros e dos demais países latino-americanos.

mesmo possível separar essas formações discursivas (FOUCAULT, 1971), cuja definição parece resultar da tensão resultante de uma estreita convivência, e também com outros campos de enunciação do discurso geográfico e/ou político? Para não remeter a questão a Ratzel ou algum de seus interlocutores, retenhamos, no final desse texto, uma sugestão de Vidal de La Blache. É sabido que o mestre francês, no prefácio de seu *Atlas général* (1894), estabeleceu que o mapa político de um país deve vir acompanhado imediatamente de um mapa físico, pois ambos “se esclarecem mutuamente” (VIDAL DE LA BLACHE, 1894 apud FIGUEIRA et al, 1977, p. 135). Essa recomendação aparentemente banal parece nos sinalizar que Geografia, Geografia política e Geopolítica possuem limites tênues que, a todo momento, conscientemente ou não, corremos o risco de ultrapassar.

Buscando afastar-se de um enquadramento nas escolas francesa ou alemã, Delgado de Carvalho não se furtou a realizar o trânsito referido, necessário, no seu entender, no projeto de conformação do campo disciplinar da geografia brasileira.

Referências

ANCEL, Jacques. *Géopolitique*. Paris: Delagrave, 1936. 120 p.

_____. *Géographie des frontières*. Préface de André Siegfried. Paris: Gallimard, [1938]. 209 p.

BACKHEUSER, Everardo. *A estrutura política do Brasil: notas prévias*. Rio de Janeiro: Mendonça e Machado, 1926.

_____. *Problemas do Brasil: (estrutura geopolítica): o “espaço”*. Rio de Janeiro: Grupo Editor Omnia, 1933. 173 p.

BRUNHES, Jean; VALLAUX, Camille. *La géographie de l'histoire: géographie de la paix et la guerre sur terre et sur mer*. Paris: F. Alcan, 1921. 714 p.

CARVALHO, Delgado de. *Un centre économique au Brésil: l'état de Minas en 1908*. Paris: Aillaud, [1908?]. 188 p.

_____. *Le Brésil méridional: étude économique sur les états du sud, São Paulo, Paraná, Santa-Catharina et Rio-Grande-do-Sul*. [Rio de Janeiro: s.n.], 1910. 529 p.

_____. *Geographia do Brasil*. Préface de Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Photo Mechanica, 1913.

_____. 1916 *Météorologie du Brésil*. Préface de Sir W. Napier Shaw. Londres: J. Bale, sons & Danielsson Ltd., 1917. 527 p.

_____. *Methodologia do ensino geográfico*. Petrópolis: Vozes, 1925. 222 p.

_____. Geografia: ciência da natureza. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Sociedade de Geografia, v. 31, 1927.

_____. *Introdução à geografia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

_____. *Sociologia*: (sumários do curso do sexto ano). 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933. v. 1. Os grupos e sua cultura.

_____. *Geographia humana, política e econômica*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1938. 358 p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira-Livros Didáticos, 40).

_____. Geografia das fronteiras. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 95-110, jul. 1939. Obra de Jacques Ancel, comentada por Delgado de Carvalho. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: set. 2009.

_____. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959. 409 p.

_____. *África: geografia social, econômica e política*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, Divisão Cultural, 1963. 223 p. Biografias sumárias de Therezinha de Castro.

_____. *Phisiographia do Brasil*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, [192-].

_____. *Geografia econômica da America do Sul*. [S.l.: s.n., 19--]. 3 v.

CARVALHO, Delgado de (Org.); CASTRO, Therezinha de (Org.). *Atlas de relações internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 160 p.

CARVALHO, Elysio de. *O fator geográfico na política brasileira*. Rio de Janeiro: S.A. Monitor Mercantil, 1921.

CASTRO, Therezinha de. *Carlos Delgado de Carvalho*. In: GEOGRAFIA e geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

(Documentos para disseminação. Memória institucional, n. 16).

CAUBET, Christian G. Por uma (nova?) epistemologia da geopolítica. *Política e Estratégia: revista trimestral de política internacional e assuntos militares*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura, Centro de Estudos Estratégicos, v. 2, n. 4, p. 628-647, out./dez. 1984.

CIDADE, Francisco de Paula. *Notas de geografia militar sul-americana*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: [Bedeschi], 1940. 348 p. (Biblioteca militar, v. 33-34).

ESCOLAR, Marcelo (1991). *Geografia Francesa y Política Alemana: Camille Vallaux (1908-1912). Los trazos de una estrategia epistemológica olvidada*. [s.l.: s.n.] Mimeografado. [Publicado na Revista Cuadernos de geografía. Bogotá: Departamento de Geografía. Universidad Nacional de Colombia, n. 4, 1998.]

FEBVRE, Lucien. A terra e a evolução humana. In: Godinho, Vitorino Magalhães (Org.). *Panorama da geografia*. Lisboa: Cosmos, 1954. v. 2, p. 411-733. (Biblioteca Cosmos).

FERRAZ, Cláudio Benito O. A institucionalização do ensino de geografia no Brasil na primeira metade do Século XX. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 17, p. 75-93, 1995.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao círculo epistemológico. In: FOUCAULT, Michel et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971. 239 p.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)*. 1981. 287 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Departamento de Ciências Sociais, Área de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Temas, v. 29. Geografia e política).

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. Prefácio de Pandiá Calogeras. 2. ed. ampl. São Paulo: Nacional, 1935. 206 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5, Brasileira, v. 50).

_____. As condições geográficas e o problema militar brasileiro. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: A Defesa Nacional, v. 27, n. 316 e 317, 1940.

_____. Estrutura geo-militar do Brasil. *Cultura e Política: revista mensal de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 17-25, nov. 1941. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/doctreader/cp_digital_consulta.htm>. Acesso em: set. 2009.

VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986. 240 p.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Atlas général. In: Figueira, Ricardo et al. *Geografia, ciencia humana*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1977. p. 135-138. (Universidad abierta, 7).

VLACH, Vânia R. F. Carlos Miguel Delgado de Carvalho e a orientação moderna em geografia. In: VESENTINI, José William (Org.). *Geografia e ensino: textos críticos*. Campinas: Papirus, [1989]. p. 149-160.

_____. Ensino de geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2004. p. 187-218. (Coleção Papirus Educação).

ZUSMAN, Perla; NUNES PEREIRA, Sergio. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. *Terra Brasilis-Revista de História do Pensamento Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 52-82, 2000.

Geografia política e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro

Eli Alves Penha*

Apresentação

Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980) e Therezinha de Castro (1930-2000) foram dois grandes estudiosos da Geografia brasileira, cuja matriz de pensamento tem origem em diferentes áreas do conhecimento: Ciência política, Sociologia, História, Educação, Geografia política, Geopolítica e Relações Internacionais. Nesse texto, pretendo destacar a importância dos eméritos professores para os estudos da geopolítica no âmbito institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Escola Superior de Guerra - ESG e Instituto Rio Branco - IRBr, em que tiveram destacadas atuações.

Com base nas suas produções teóricas, vou inicialmente descrever a participação de Delgado de Carvalho nas atividades do IBGE a partir de 1938, onde desempenhou um papel fundamental tanto nos estudos e na definição da organização regional do território brasileiro quanto no ensino e na organização da disciplina geográfica. Em seguida, vou descrever a sistematização dos seus conhecimentos sobre a Geopolítica e a História diplomática do Brasil, esta última durante a sua passagem pelo Instituto Rio Branco; e de seus trabalhos em co-autoria com a professora Therezinha de Castro, ambos na segunda metade da década de 1950, no âmbito do IBGE e do Clube Militar. Na terceira parte do texto, vou analisar a importância de algumas de suas principais obras relacionadas aos temas geopolíticos e diplomáticos brasileiros, tais como: a questão Antártica, a África e o Atlântico Sul.

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, professor da Escola Nacional de Estatística - ENCE e da UERJ.

A racionalização do quadro político-territorial

O IBGE, no contexto de sua criação, dedicou-se à tarefa de organização do quadro territorial brasileiro, cuja configuração apresentava-se, até aquele período, irregular e desconhecida no tocante aos âmbitos geográficos de suas jurisdições político-administrativas. Esta tarefa exigiu a montagem de uma rede de serviços geográfico e estatístico em todo o País, no nível das esferas federal, estadual e municipal.

Constituídos em base sistêmica, os serviços geográfico-estatísticos estavam subordinados aos dois Conselhos (Conselho Nacional de Estatística - CNE e Conselho Nacional de Geografia - CNG), cuja atribuição era a de coordenar, através de procedimentos técnico e científico, a execução dos trabalhos.

A partir da coleta das informações, estas eram sistematizadas com vistas à fixação precisa dos âmbitos territoriais, tais como: a nomenclatura correta dos municípios e distritos, a resolução dos limites das jurisdições estaduais e o estabelecimento de uma nova divisão territorial. Nestas atividades, Delgado de Carvalho teve uma participação especial, na condição de consultor do CNG, em que manifestou de forma explícita suas concepções geográficas, invariavelmente associadas ao plano geral de organização nacional¹.

Essa característica se revelou particularmente no tocante ao problema dos limites interestaduais e por ocasião da criação das grandes regiões naturais, conjunto maior de um estudo iniciado com a *Geografia do Brasil meridional*, publicada em 1913 e completada em *Metodologia do ensino geográfico*, publicada em 1925. Nestes trabalhos, abordou o problema da divisão territorial no Brasil, segundo o paradigma científico predominante no período, que procurava explicar os fenômenos políticos e sociais a partir de uma perspectiva teórica de base naturalista.

Justificada para fins didáticos, a divisão geográfica proposta por Delgado de Carvalho se opunha francamente à divisão político-administrativa, resultado, segundo ele, de determinações históricas e “fruto do acaso” e do “livre arbítrio” e que, portanto, não correspondiam aos métodos “modernos” de análises formais de mensuração dos fenômenos naturais.

Para ultrapassar essas limitações, postulou uma nova norma para agrupamentos dos “fatos geográficos” no estudo da divisão regional do Brasil, subdividida em função de critérios físico e humano, convergindo ambos para a formação das grandes regiões naturais. Segundo ele:

A nossa região natural não coincide forçosamente nem com uma bacia hidrográfica, nem com um sistema montanhoso, nem com o *habitat* de uma planta útil, nem com uma divisão política; aproveita, todavia, cada um desses elementos, na medida do possível (CARVALHO, 1925, p. 14-15).

A convergência destes fatores gerou, contudo, problemas quanto à divisão lógica a adotar. Isso porque esbarravam na extensão das competências das administrações, já que uma nova divisão espacial recolocava a questão da hierarquia das escalas administrativas e de sua coerência. A solução do problema, segundo Delgado de Carvalho, deveria ser buscada na própria Geografia, sobrepondo-se, portanto, à divisão administrativa, até então a principal escala de organização regional.

Entre nós a divisão por Estados para o ensino da geografia, tem sido o maior obstáculo ao progresso da ciência geográfica no domínio didático. Os Estados, por seus limites baseados sobre as tradições, sobre a história, e o direito, vem destruir a harmonia dos fenômenos causados pela natureza (CARVALHO, 1925, p. 13).

Por outro lado, considerava difícil definir as regiões naturais naquele momento (década de 1920) em face do desconhecimento do quadro territorial em detalhes. Isso

¹ O ideário de “organização nacional” foi postulado inicialmente pelo sociólogo Alberto Torres em sua obra intitulada *O problema nacional brasileiro*, publicado em São Paulo, pela Editora Nacional em 1914.

exigiria, na sua concepção, uma readaptação dos “fatos geográficos” que caracterizariam as Grandes Regiões. Aproveitando esta imprecisão técnica, seria possível, por exemplo, agrupar os estados da Federação em regiões geográficas, sem ter que desmembrá-los como ocorreu em outros países.

Com o advento do Estado Novo, a contradição entre o espaço das administrações estaduais e o espaço *optimum* da organização regional, foi relativamente resolvido em face dos imperativos da livre circulação e da percepção de espaços econômicos mais vastos que os definidos pelos limites interestaduais (PENHA, 1993).

A racionalidade oriunda das ações estatais no trato das questões territoriais implicaria apenas na criação de uma nova hierarquia administrativa por cima das jurisdições estaduais, preservando a malha de limites já constituída. Respeitar-se-iam, portanto, as tradições históricas, culturais e suas populações.

Esta proposição revelou-se, em particular, por ocasião do litígio de limites entre Minas Gerais e Espírito Santo cuja resolução, a ser executada pelo Exército, exigiria a adoção de medidas drásticas como a transferência de cerca de 65 mil mineiros para o território capixaba. Para a solução do problema, intercedeu o Conselho Nacional de Geografia, através de Delgado de Carvalho, cuja proposta baseou-se em critérios histórico e natural para a definição dos limites precisos (FLEMMING, 1947, p. 61).

A ênfase no fator histórico, previsto na resolução do litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo, pode ser interpretada como uma clara demonstração do esforço teórico de Delgado de Carvalho em compatibilizar os diferentes fatores geográficos na definição das divisões regionais. Por outro lado, tinha também o sentido de atenuar as oposições dos estados ao estabelecimento de uma nova hierarquia superposta às suas jurisdições. Ele mesmo esclarece o problema ao afirmar, “Não se pode esperar converter os inimigos das regiões naturais entre nós, sem fazer-lhes ao menos a concessão de respeitar a integridade dos Estados” (CARVALHO, 1944, p. 16).

A sua postura de defesa intransigente da integridade territorial dos estados, Delgado de Carvalho manteve na proposta de redivisão territorial das Unidades Federadas, tais como formuladas por Everardo Backheuser, Segadas Viana e Teixeira de Freitas. Mostrando-se contrário a elas, considerava mais exequível dividir o Brasil em grandes regiões naturais, justificadas para o ensino da “geografia pátria”, mas que, à semelhança dos estudiosos da geopolítica brasileira, denotava uma postura antifederalista.

Quando deixarmos de acreditar que a adoção das regiões naturais é um atentado à autonomia do Estados, e que é inconstitucional procurar na natureza, que desconhece as nossas tradições históricas, um critério para o estudo da geografia, nós teremos feito um grande passo em termos de instrução pública (CARVALHO, 1944, p. 15).

A divisão por regiões naturais, tal como proposta por Delgado de Carvalho, seria retomada, em 1941, por Fábio Macedo Soares Guimarães e a equipe do CNG que, com algumas modificações, resultou na institucionalização das grandes regiões naturais do Brasil divididas da seguinte forma: Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul); regiões fisiográficas (em número de 31); sub-regiões (em número de 66) e zonas (aproximadamente 160), obtidas em segunda aproximação pela consideração das características fisionômicas (naturais e humanas) dos municípios brasileiros.

Esta divisão regional, tal como foi estabelecida pelo CNG, se generalizou no País, obedecendo às determinações do presidente Getúlio Vargas a fim de atender à administração pública e ao ensino da geografia brasileira.

Materializou, assim, as exigências previstas por Delgado de Carvalho contrário à “desnaturalização da fisionomia da geografia pátria” até então centrada nas esferas estaduais. Ao mesmo tempo, afirmava-se o princípio de unidade nacional, através da ação estatal, sobre as diferenças regionais:

Afastando-se assim a idéia dos Estados, teoricamente iguais e equivalentes, tal como estão na constituição, passaremos a salientar os fatores de diferenciação, de diversificação, que fazem se completar entre si as zonas nacionais. Mais eloqüente e mais necessária

aparecerá à idéia sacrossanta da união que fez a honra de nossa história e que faz nosso prestígio e nossa força (CARVALHO, 1944, p. 15).

Educação geográfica e cultura nacional

Em conferência proferida em uma das sessões do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis no ano de 1940, o professor Delgado de Carvalho, avaliando a evolução da geografia humana, destacou o papel desta disciplina:

[...] é para o ensino da geografia pátria, nos seus aspectos humanos, principalmente, que devemos aqui, peregrinos de um credo nacional, concentrar as nossas atenções. É para o ensino da geografia do Brasil, no grau elementar, no grau secundário e no grau universitário que devem convergir os nossos esforços, nossas discussões, nossas noções e resoluções (CARVALHO, 1941, p. 431).

A sua preocupação em vincular a educação geográfica com a “imagem da pátria” estava em sintonia com o escopo metodológico de seus trabalhos desde a publicação da *Geographia do Brasil*, em 1913. Desde essa obra, percebe-se que um dos seus objetivos era o de difundir o conhecimento geográfico do País em novas bases teórico-conceituais, utilizado como elemento de construção da identidade nacional e representação patriótica. Ou seja, postular a difusão do conhecimento geográfico tomando o Território Nacional como única referência para reflexões geográficas.

Contrário à segmentação do ensino da Geografia brasileira no nível das Unidades Federadas e dos métodos tradicionais até então prevalecentes, que consistia em exaustivas descrições de topônimos e de acidentes geográficos, propôs um ensino de Geografia do Brasil assentado em novas bases metodológicas. Ou seja, previa atribuir ao ensino um caráter científico, não só de descrição, mas, sobretudo de explicação ou interpretação dos fenômenos físico, biológico e humano em sua distribuição espacial. A partir daí criava-se condições prévias para o ensino da geografia moderna, voltada para a observação e interpretação da paisagem, mediante trabalhos de campo e a utilização de material cartográfico (CARVALHO, 1941, p. 431).

Com as suas propostas pioneiras da reforma didática, o professor Delgado de Carvalho angariou simpatias de Getúlio Vargas que o nomeou membro do Conselho Nacional de Educação, em 1931. Posteriormente, passou a exercer ainda as seguintes funções: diretor do Colégio Pedro II (1933), local onde se processou a unificação dos programas de ensino de geografia em todo o País; diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação Nacional (1933) e membro da Comissão do Livro Didático (1939).

Com a criação do CNG, em 1937, Delgado de Carvalho ingressa como representante do Ministério da Educação, onde passa a aplicar seus métodos didáticos, engajando-se no projeto cultural do Estado Novo que consistia em cultivar o sentimento de “brasilidade”. Em suas palavras:

O estudo do Brasil-território e do Brasil-povo é a base científica de todos os demais estudos sobre a nacionalidade: leva a compreender as condições e os mecanismos da vida nacional [...]; leva a perceber a solidariedade econômica e social, das diferentes zonas do país, sua independência providencial, sua necessária integração em uma pátria uma e indivisível [...] (CARVALHO, 1941, p. 431).

Dentro desta sua concepção de educação geográfica voltada para a difusão dos valores culturais da Nação, Delgado de Carvalho empreendeu atividades direcionadas para os professores de geografia, abarcando cursos de especialização e atualização, orientação pedagógica, trabalhos de campo, além da publicação de ensaios e resenhas sobre o tema. Nestas atividades, foi notório o seu esforço em atrelar a educação à cultura

com vistas à afirmação da identidade nacional. Como exemplo disto, cita-se a resenha do trabalho *A cultura brasileira* de autoria do professor Fernando de Azevedo². Em seus comentários a respeito da obra, Delgado de Carvalho procura mostrar a importância do aparelho educacional na transmissão dos valores culturais da nação, deslocando o cerne do debate intelectual para a esfera do Estado.

É também em torno da esfera estatal que emerge o tema político nas suas reflexões geográficas, o que não representava uma politização do temário da disciplina já que o tema político adquire, nas suas concepções, um caráter funcional destinado a enaltecer a grandeza territorial do Brasil e seu destino de grande potência junto às novas gerações.

Mestres e professores brasileiros! Ensinem às novas gerações que se levantam a geografia de nosso Brasil. Digam-lhes bem quanto nossa terra é grande e generosa, quanto necessita de inteligências para compreendê-la, de atividades para engrandecê-la e de corações para amá-la! (CARVALHO, 1941, p. 431).

Assim, assentado inicialmente em bases científica e pedagógica, o tema político nos trabalhos de Delgado de Carvalho vai ganhando maior peso à medida que se sente compelido a interpretar as conjunturas políticas nacional e internacional, direcionando suas reflexões geográficas para o campo da Geopolítica.

É nesta fase de seu trabalho que se incluem as resenhas de artigos versando sobre o problema das fronteiras europeias, a expansão do “espaço vital” alemão e os relatórios da missão técnica americana ao Brasil em 1942. No plano interno, menciona-se o problema de colonização, da cultura nacional e de consolidação das fronteiras do Brasil³.

Geografia política, Geopolítica e Relações Internacionais

Como foi visto anteriormente, as concepções lógica e racional do pensamento geográfico de Delgado de Carvalho serviram sobremaneira à política do Estado Novo. Esta vinculação entre a Geografia e o Estado tinha o sentido de difundir a cultura nacional através do ensino da geografia e de consolidar as estruturas territoriais do País através de estudos sobre a divisão regional, o processo de povoamento do interior do País e a definição precisa dos limites interestaduais.

Esses assuntos oficiais eram, na sua concepção teórica, campo privativo da Geografia política que procurava explicar a política de Estado como resultado das condições geográficas em que se encontrava. Na sua avaliação, na medida em que a Geografia é chamada para explicar o comportamento do Estado ante as situações mais complexas relativas “aos imperativos metodológicos que se impõem sob forma de condições cósmicas de posição, de espaço e de forma e que determinam tendências na vida do Estado”, entraríamos, assim, segundo ele, no estudo específico da Geopolítica (CARVALHO, 1942, p. 296).

A Geopolítica na concepção de Delgado de Carvalho constituía-se, portanto, num dos ramos da Geografia humana, cujos propósitos destinavam-se genericamente a compreender as relações externas de um Estado a partir de seus fatores geográficos de forma, espaço e posição. Distinguir-se-ia da Geografia política que, segundo ele, prende-se aos aspectos de organização intraestatal (colonização, administração e defesa do território).

² Ver: CARVALHO, Delgado. *A cultura brasileira*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 2, p. 258-264, abr./jun. 1944. Comentários de: AZEVEDO, Fernando de. *Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. In: RECENSEAMENTO geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: IBGE, 1939-1950. v. 1, t. 1. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

³ Ver complementarmente: CARVALHO, Delgado de. Geografia das fronteiras. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 95-110, jul. 1939. Comentários de: ANCEL, Jacques. *Géographie des frontières*. Préface d' André Siegfried. Paris: Gallimard, [1938]; _____. Atlas de Geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 1, p. 113-123, jan./mar. 1943. Comentários de: Braun, Franz.; Ziegfeld, Arnold Hillen. *Geopolitischer geschichtsatlas*. Dresden: L. Ehlermann, 1927; _____. Brazil on the march. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 1, p. 149-152, jan./mar. 1945. Comentários de: COOKE, Morris Liewellyn. *Brazil on the march....* New York: McGraw-Hill, 1944. Esses artigos encontram-se disponíveis no endereço: http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php.

Fugindo de um esquema rígido de classificação que procurava separar a Geografia política da Geopolítica como campos de estudos antagônicos entre si, Delgado de Carvalho sentia-se à vontade em compartilhar este estudo com os especialistas que se dedicaram ao tema no Brasil. Isso, mesmo durante o período da segunda guerra mundial, quando a Geopolítica tornou-se sinônimo de expansionismo territorial:

Se a recém-chegada Geopolítica se tornou suspeita a certos geógrafos pelas referências ao *Lebenssinn, Rausinn e ao Lebensraum* como uma filosofia geográfica amoldada a interesses expansionistas, não resta dúvida que tudo depende do sentido, da interpretação dada, do uso que é feito[...] (CARVALHO, 1942. p. 296).

Contudo, isso não significava que Delgado de Carvalho fosse partidário das teorias geopolíticas alemãs; considerava apenas que não havia porque forçar uma vinculação, a seu ver, não necessariamente estreita entre os propósitos expansionistas alemães e a Geopolítica, como campo de estudo da Geografia.

Esta postura ele demonstrou, ao analisar o quadro internacional no período da segunda guerra mundial, através de comentários elaborados acerca do livro *Geografia das fronteiras* de Jacques Angel e do *Atlas de Geopolítica*, originalmente publicado em Dresden no ano de 1934, cujos autores já flertavam com o Partido Nazista ascendente.

Em artigo publicado no *Boletim Geográfico* em 1956, intitulado *Geografia política e Geopolítica*, percebe-se claramente uma mudança na sua postura metodológica em relação à vinculação entre os dois campos de estudo. Essa mudança foi o resultado de sua aproximação com a jovem professora Therezinha de Castro, uma entusiasta dos estudos de Geografia política e Geopolítica militar. Neste artigo, perceberam que a evolução do conceito de Geografia política havia se diversificado na mesma proporção em que se intensificaram os estudos sobre relações entre os grupos sociais e o espaço que ocupam. Nesta evolução, a Geopolítica ultrapassou o âmbito da Geografia propriamente dita, confundindo-se, no seu desenvolvimento, com a Ciência política:

[...] esta ciência política, a princípio teórica, passou a visar à prática e necessitou para isso de aplicação. por isso reivindicou uma base no espaço, isto é, território, áreas regionais, numa palavra, geografia. assim, a geografia, avançando sobre o terreno da política e a política avançando sobre o da geografia tivemos a geopolítica (CARVALHO; CASTRO, 1956).

Com base nesse raciocínio, os autores procuraram mostrar que a anterior vinculação da Geografia política com a Ciência política, centrada na teoria do Estado, não avançou metodologicamente, pois houve um descompasso entre a evolução da segunda em detrimento da primeira. O mesmo não ocorreu com a Geopolítica que, segundo eles, avançou na mesma proporção da Ciência política, desvinculando-se ambas do tópicus geral da Geografia⁴.

A partir destas considerações, definem a Geopolítica como uma ciência do Estado para o estado e pelo Estado abrangendo, por conseguinte, um estudo profundo de tudo que se “enquadre numa área cercada de fronteiras por todos os lados”.

A valorização dos estudos da Geopolítica do Brasil, por Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, ocorria num contexto de crescente interdependência conjuntural e estrutural do sistema internacional, cuja dinâmica tinha ampla repercussão nas decisões dos rumos internos:

Olhando-se um planisfério avulta-se logo a importância da Geopolítica para o Brasil [...]. A importância estratégica do Brasil com relação ao Atlântico Sul é inegável e a história da

⁴ O processo de despolíticação da disciplina geográfica segundo Sanguin (1977) e Costa (1992), ocorreu na verdade, como resultado dos efeitos da *Geopolitik* alemã sobre as reflexões geográficas, em particular nas escolas europeias de Geografia. Afetada diretamente pela guerra, a geografia política nestes países sofreu um recuo considerável, já que o tema político em geografia foi confundido com os ideais expansionistas alemães. Preocupados com a reconstrução das economias nacionais, os geógrafos europeus direcionaram seus estudos para análises sobre economia espacial através de técnicas de planejamento regional. A Geopolítica, por sua vez, passa gradativamente para as esferas militares e para as relações exteriores dos Estados Nacionais, em face da bipolaridade que se criou no imediato pós-guerra.

Segunda Guerra Mundial nos afirma isso, com a instalação da base aérea americana em Natal, que tornou o nosso Nordeste geopoliticamente pertencente aos Estados Unidos. Ao lado disso, a extensão de nosso território vai nos proporcionar quilômetros de fronteiras. Argumentos primordiais como estes, atestam a importância da Geopolítica para nós brasileiros (CARVALHO; CASTRO, 1956, p. 391).

O interesse dos autores pela Geopolítica e Relações Internacionais vai se prolongando na medida em que, dada a experiência de Delgado de Carvalho em assuntos diplomáticos e suas vinculações cada vez mais estreitas com o pensamento geopolítico brasileiro, preocupa-se em explicar a posição do Brasil no quadro geoestratégico mundial.

Professor de História companhia diplomática do Brasil no Instituto Rio Branco entre 1955 e 1957, publicaria dois anos depois pela Companhia Editora Nacional, um livro com o mesmo título do curso. Neste trabalho, procurou analisar a política externa brasileira a partir dos seus fatores geográficos de “espaço” e “posição”, salientando a continuidade política que caracteriza a diplomacia brasileira. Em suas palavras:

Estamos em vésperas de nos tornar uma Grande Potência e, nestas condições, de ocupar no mundo uma posição que acarreta pesadas responsabilidades. Se uma nova fase se abre assim à nossa ação internacional, os nossos diplomatas em formação precisam ter consciência de um passado que foi digno [...] da influência que sempre exercemos no continente, para que, no cenário mais amplo do mundo, conseguirmos a mesma serenidade, os mesmos princípios e conquistaremos o mesmo prestígio (CARVALHO, 1959, p. xix, Preâmbulo).⁵

A articulação da Geopolítica com as relações internacionais, na concepção de Delgado de Carvalho, passava pelos fatores espaço, posição, capacidade de desenvolvimento das potencialidades nacionais e projeção externa do poder nacional. Estas ideias encontraram ressonância no IBGE onde se criou, no ano de 1960, o setor de Geografia internacional sob a gestão de Jurandyr Pires Ferreira. A justificativa para a criação deste setor devia-se ao fato de que não havia no IBGE um setor de estudos internacionais.

Anteriormente, já se instalara informalmente no Instituto um setor de estudos geopolíticos sob a inspiração do então tenente-coronel Deoclésio de Paranhos Antunes (1955-1954) e do então tenente-general Waldyr Godolphim (1954-1958) que estimularam a publicação de artigos relativos a este campo de estudos em periódicos do IBGE mais particularmente, no *Boletim Geográfico*, onde se formalizou a seção *Contribuição à Geopolítica*. Estes artigos, em geral, eram transcritos de publicações militares, tais como: a revista *Defesa Nacional*, assinados por autores como Everardo Backheuser e general Carlos de Meira Mattos.

Contudo, a grande obra que vai justificar a relevância do setor é o *Atlas de relações internacionais*, publicado no ano de 1960, redigido por Delgado de Carvalho em co-autoria com Therezinha de Castro. No prefácio, assinado pelo Presidente do IBGE Jurandyr Pires Ferreira, procurava-se, dentro do regime democrático então instalado, trazer para o âmbito civil as análises sobre a geopolítica do Brasil:

O Atlas que ora se apresenta tem um valor muito expressivo para o IBGE e, por que não dizer, para o Brasil. É ele a primeira grande publicação de Geopolítica realizada no Setor de Geografia Internacional, recentemente criado no Conselho Nacional de Geografia. Depois das obras de relevo, no setor nacional, como a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a Carta ao Milionésimo, o Atlas e a Geografia do Brasil, destacou-se a necessidade em face do progresso impressionante do país, de enveredarmos pelos estudos que extravasem os limites de nossas fronteiras [...] (CARVALHO; CASTRO, 1960, p. xi, Prefácio).

⁵ Neste ano que lecionou no Instituto Rio Branco, Delgado de Carvalho ajudou a formar a nova geração de diplomatas brasileiros, cuja orientação postulava maior independência e autonomia do Brasil em questões internacionais. Dentre seus discípulos podem ser citados diplomatas Sérgio Rouanet e Antônio Amaral de Sampaio.

O Brasil no mapa da guerra fria: a questão Antártica e a projeção brasileira na África

A publicação do *Atlas de relações internacionais* ocorreu num contexto histórico caracterizado por uma crise do sistema internacional com amplos reflexos no Brasil ante a interdependência que se criou com a bipolaridade política e ideológica, opondo os Estados Unidos e a antiga União Soviética e com ela o clima reinante da “guerra fria”.

Dentro deste contexto, os estudiosos de política externa destacam o paradigma norte-americano como referência para se entender o comportamento do governo brasileiro em face do quadro geoestratégico bipolar. Nesta linha de reflexões, Cervo (1992, p. 25) observa que no segundo Governo Vargas, por exemplo, o contexto externo, envolvendo as relações Brasil-Estados Unidos em torno de questões como o acordo militar e a PETROBRAS, foi um importante componente na condução da política interna que poderia acelerar ou atrasar o desenvolvimento, consoante cada posicionamento ideológico.

O acirramento dos debates opondo “entreguistas” aos “nacionalistas” gerou um relativo “congelamento” dos rumos da política interna, dadas as dificuldades de Vargas em conciliar os interesses antagônicos, o que certamente contribuiria para a crise política do governo que culminou com o seu suicídio em 24.08.1954.

Estas posições divergentes seriam posteriormente atenuadas e canalizadas em torno do projeto nacional-desenvolvimentista, conduzido por Juscelino Kubitschek com vistas a superar o atraso econômico do País. Vencer o subdesenvolvimento, através de recursos externos, passou a ser aceito tanto pela direita quanto pela esquerda, preocupados com os rumos do País. O contexto internacional também favorecia, já que havia interesse dos Estados Unidos em aplicar capitais nos países da América do Sul, como forma de ampliar a sua hegemonia no continente um tanto desgastada em decorrência da exacerbação do nacionalismo, do antiamericanismo e das denúncias do imperialismo *ianque* (CERVO, 1992, p. 255-257).

Além destes aspectos, menciona-se o pano de fundo das relações bipolares em que o notável progresso dos países socialistas e seu modelo de planejamento centralizado contrapunham-se à perda de prestígio dos Estados Unidos, que viram sua liderança mundial ser posta em risco ante o desgaste deste país na guerra da Coreia (1953-1956).

É neste quadro instável das relações internacionais que Juscelino Kubitschek lança a Operação Pan Americana - OPA, cujo objetivo era favorecer o desenvolvimento das economias dos países latino-americanos, com capital norte-americano, como forma de evitar a penetração de ideologias “exóticas” e antidemocráticas do bloco soviético.

Esta iniciativa partia também da consciência do papel da posição do Brasil no continente americano que, segundo os analistas, contribuiu para a assimilação da OPA por parte dos Estados Unidos, já que relacionava o problema do subdesenvolvimento à segurança hemisférica. Dentre os seus resultados menciona-se a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC e da “Aliança para o progresso”, do Presidente Kennedy, vista como desdobramento visível à crise de Cuba.

A postura de Juscelino Kubitschek, ao atrelar o projeto nacional-desenvolvimentista ao âmbito continental, era apoiada pelos segmentos militares reunidos em torno da Escola Superior de Guerra, que adotaram a política de defesa hemisférica no continente liderado pelos Estados Unidos, consubstanciada no binômio Segurança e Desenvolvimento.

Por outro lado, sofreu forte oposição de segmentos da elite civil, principalmente de Oswaldo Aranha, ex-Chanceler de Vargas e autoridade em assuntos internacionais. Aranha se mostrava contrário à política pan-americana de defesa hemisférica, já que o custo muito alto colocava em causa a soberania do Brasil. Não vislumbrava o risco de contaminação ideológica e o Brasil, sendo uma Nação importante no sistema internacional deveria, segundo ele, participar das decisões mundiais e não se restringir ao âmbito continental que, em sua opinião, significava subordinar-se aos interesses norte-americanos (CERVO, 1992, p. 262-3).

Estas posições divergentes quanto à política de alinhamentos, foram consideradas por Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro como resultados de contextos transitórios da política mundial. Procuraram, nesse sentido, mapear as manifestações dos conflitos internacionais decorrentes da “guerra fria”, bem como as reais possibilidades de inserção do Brasil no sistema bipolar que, segundo ele, se justificava pelo lado do bloco ocidental:

Na orientação da política mundial é ainda muito limitado o papel que pode desempenhar o Brasil, mas tudo se encaminha para que breve tenhamos de assumir maiores responsabilidades mesmo fora do hemisfério ocidental. A fase de Guerra Fria que atravessamos é caracterizada pela instabilidade e pelo descontentamento geral que revelam, ao mesmo tempo, a necessidade de escolher uma orientação definitiva e a urgência desta solução. O despertar da OPA por iniciativa do Brasil foi um dos passos mais acertados no sentido de uma nova orientação. O problema que o Presidente Kubitschek colocou perante o mundo americano, é exatamente o que se impõe às democracias ocidentais apegadas às instituições liberais (CARVALHO; CASTRO, 1960, p. xxiv, Introdução).

Com base em relatórios da Foreign Policy Association de Nova York, Delgado de Carvalho analisa as condições internacionais do período sob o prisma da segurança do mundo ocidental liderado pelos Estados Unidos. Observa os “surto nacionalistas” ocorridos nos países do Terceiro Mundo; o neutralismo difundido na conferência de Bandung; as relações com o mundo socialista e a interdependência das economias ocidentais propiciadas pelo avanço dos meios de comunicação. Estes, segundo o relatório, colocavam em causa as soberanias nacionais, tidas como anacrônicas num mundo em que, aos poucos, se apresentam novos sistemas de organização, tais como: a Comunidade Econômica Européia, a Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo - BENELUX, a Organização Pan-Americana - OPA, entre outras.

Na parte conclusiva da apresentação do *Atlas de relações internacionais*, Delgado de Carvalho afirma que se absteve de emitir opiniões sobre as situações descritas no relatório da organização do Senado Americano, pois o seu objetivo foi o de apresentar tão-somente o cenário geográfico em que ocorreram os fatos. Entretanto, deixa clara a sua preocupação com a situação do Brasil ao considerar a “guerra fria” apenas uma transitória “guerra de classes”, à espera de que, com “osmose mais perfeita entre classes econômicas, venha a desaparecer do mundo o SUBDESENVOLVIMENTO” (CARVALHO; CASTRO, 1960, p. xxxi, Introdução).

O reconhecimento da fragilidade do Brasil no sistema internacional e a perspectiva de vencer o subdesenvolvimento também foram compartilhados por especialistas como Hélio Jaguaribe e Araújo Castro, embora sob outros parâmetros de análise. Estes se baseavam na premissa de que, no jogo do poder internacional, havia um alto grau de compatibilidade de interesses entre os dois blocos antagônicos liderados pelos Estados Unidos e a antiga União Soviética, que evoluía no sentido de um “congelamento do poder mundial”, segundo a prévia definição de suas áreas de influências (LIMA, 1992, p. 60).

Esta estabilidade na ordem mundial, segundo os autores, criava dificuldades para que os países subdesenvolvidos buscassem formas de autonomia econômica e estratégica, já que o sistema internacional, assim estruturado, se tornava impermeável a seus interesses específicos. Por conta disso, o embaixador Araújo Castro argumentava que, mais que na bipolaridade leste-oeste, a estrutura das relações internacionais pautava-se no eixo norte-sul, opondo países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Crítico da aliança incondicional com os Estados Unidos e, portanto, da política JK de pan-americanismo, Jaguaribe, por sua vez, postulava uma política externa independente a ser seguida pelo Brasil cujo êxito dependia, de um lado, da união da América Latina passando pela prévia integração Brasil-Argentina; e de outro, de uma colisão mais ampla de Estados do Hemisfério Sul, unidos no esforço de superação do subdesenvolvimento e do exercício das pressões das grandes potências (LIMA, 1992, p. 60).

Defensor dos interesses nacionais, Araújo Castro propõe o desenvolvimento pleno da capacidade industrial como condição indispensável para a atuação mais autôno-

ma do Brasil no sistema internacional. Consciente da fragilidade do Brasil neste setor considera que os meios à sua disposição devem ser eminentemente diplomáticos, valorizando, portanto, a articulação negociada das pequenas e médias potências no âmbito multilateral no qual o Brasil se sobressaia pelo seu peso e tamanho.

Apesar de distintos no posicionamento ideológico, os argumentos de Delgado de Carvalho sobre a inserção do Brasil no sistema internacional são parecidos aos de Araújo de Castro e os de Jaguaribe no objetivo final: vencer o subdesenvolvimento e projetar o Brasil como Nação influente nos centros decisórios mundiais baseados na percepção da importância de seus fatores geográficos. Este último objetivo ficou transparente no resultado final do *Atlas de relações internacionais* que apresentou em destaque uma das principais teorias de projeção geopolítica do Brasil: a teoria da defrontação sobre o território antártico, utilizando como parâmetro geográfico os meridianos longitudinais.

Therezinha de Castro e a teoria da defrontação na Antártida

A teoria da defrontação foi divulgada em abril/junho de 1956 na *Revista do Clube Militar* e transcrita pelo *Boletim Geográfico* em sua seção *Contribuição à Geopolítica* em novembro/dezembro do mesmo ano. Neste artigo, Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro chamavam a atenção para a importância político-estratégica do “continente gelado” em que, segundo eles, o Brasil estava em condições de reivindicar direitos sobre a área que lhes caberia, segundo os critérios da defrontação.

Dentro de um cronograma de negociações, caberia ao Brasil a iniciativa diplomática no Hemisfério Sul, onde seu território ocupa a maior extensão de terras. A partir daí se discutiria então, com esses países, o chamado “direito de defrontação”. Resolvida essa primeira etapa, estaria o Brasil em condições de negociar, na Conferência Geofísica realizada em 1957, com as potências setentrionais, a “partilha da antártica”. Segundo os autores, três razões de ordem estratégica, deveriam impelir as negociações brasileiras:

- 1) O estreito de Drake ocupa posição estratégica importante, pois, uma vez fechado o estreito de Magalhães, somente por lá poderiam passar os navios porta-aviões que o canal do Panamá não comporta;
- 2) Na idade dos transportes supersônicos e dos bombardeiros dirigidos, é de capital interesse possuir bases de controle dos ares em terra firme e uma língua de terra da Antártica faz parte também da possível localização de tais bases;
- 3) Se no futuro houver meios científicos de controlar os climas, é evidente que no Polo Sul, onde se formam as massas de ar que se deslocam destas áreas de baixa pressão (ciclônicas) regulando o trajeto das depressões do Hemisfério Sul, a Antártida seria útil ao Brasil.

A conclusão, sob esta ótica, é que o Brasil deveria levar em consideração estes fatores de ordem estratégica e, à semelhança de outros países, realizar missões científicas e estabelecer o quanto antes bases de pesquisas e navais no Continente austral para fazer valer sua presença, por ocasião do Congresso Geofísico (CARVALHO; CASTRO, 1956, p. 505-506).

Em artigos posteriores, escritos em diferentes periódicos, a professora Therezinha de Castro reiterou a importância para o Brasil de reivindicar território na Antártida levando em conta sua teoria da defrontação. Postulava ela uma valorização estratégica das passagens interoceânicas (Drake e Cabo) dentro dos marcos da doutrina de defesa hemisférica, representada pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR. Segundo ela, estas passagens corriam o risco de serem dominadas pelos soviéticos, o qual contavam com bases de apoio em Angola e Moçambique que, juntamente com a base de Novozacuskaia em Território Antártico, constituiriam a aplicação da “teoria dos flechamentos de rotas” de Gorshkov, no intuito de estrangular a livre circulação do comércio ocidental. Para ela, outra razão que contribuía para aumentar o valor estratégico do Continente antártico, seria o seu uso numa possível “guerra meteorológica” (CASTRO, 1997).

A tese da defrontação sofreu inúmeras críticas por parte dos geopolíticos argentinos que não reconhecem os direitos brasileiros sobre a Antártida, pois eles se sobrepõem ao trecho reivindicado pela Argentina. Na perspectiva dos argentinos, esta teoria foi entendida como a expressão de uma política com claros desígnios antiargentinos. Segundo

Segundo os geopolíticos argentinos, o Brasil não aderiu ao Tratado na década de 1960, pois tinha interesse em fazer valer sua soberania sobre parte da Antártida. Sendo assim, as instruções assinadas pelos países signatários não teriam efeitos sobre as pretensões brasileiras, que teriam, portanto, plena liberdade de ação (RODRIGUEZ, 1978, p. 205). Na perspectiva argentina, o Brasil estaria apto a declarar sua soberania sobre uma parte da Antártida e só então, aderir ao Tratado, o que seria confirmado nas palavras do deputado Eurípides de Menezes: "Instalaremos um posto meteorológico e outro científico que servirão de base para as reivindicações posteriores". Contudo, como o próprio Rodriguez (1978, p. 210) reconhece a posição do deputado sobre este tema é estritamente pessoal, pois o seu partido, a extinta Aliança Renovadora Nacional - ARENA, e o próprio governo brasileiro evitam apoiá-lo oficialmente para evitar endurecer as relações do Brasil com a Argentina.

Os interesses brasileiros na Antártida manifestaram-se oficialmente somente a partir de 1973, quando a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, aprovaram um projeto de lei que autorizava o Executivo à concessão de apoio logístico à projetada expedição brasileira a Antártida. Em 1975, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártida e a 28 de outubro de 1976 foi aprovada, pelo governo brasileiro, as diretrizes gerais para a Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR, como forma de preparar o País para atuar junto aos fóruns especializados em questões antárticas. Em 1983, o Brasil foi aceito como membro consultivo do Tratado, ao enviar sua primeira expedição científica à Antártida em janeiro deste ano a bordo do navio "Barão de Teffé". A inclusão do Brasil no corpo consultivo do Tratado credenciou o País a participar dos trabalhos de revisão do Tratado, em 1991.

Com o propósito de coordenar as atividades antárticas, o governo brasileiro estabeleceu o Programa Antártico - PROANTAR sob coordenação do Ministério da Marinha cujas atribuições consistiu em: organizar as séries de expedições científicas denominadas "Operação Antártica", envolvendo a Marinha, órgãos governamentais, universidades e institutos de pesquisas; construção e manutenção da Estação "Comandante Ferraz", localizada na Baía do Almirantado, Ilha Rei Jorge e inaugurada em 1984; atividades científicas relacionadas a pesquisas meteorológicas, biológicas, geológicas, geofísicas e oceanográficas (MARINHA..., 1997, p. 34).

As operações antárticas realizadas pelo Brasil ocorreram a partir de uma estratégia de desenvolvimento científico, sem criar confrontos com os países membros do Tratado. Exceto pelas dificuldades iniciais criadas pela Argentina, a presença brasileira na Antártida fez valer uma tendência pró-internacionalização do continente, sem manifestar pelo menos explicitamente interesses de soberania. Por outro lado, o Brasil procurou deixar claro que estas decisões brasileiras lhe deverão assegurar flexibilidade necessária para mudar suas posições diplomáticas caso seja necessário. Isso porque, por possuir a mais vasta costa no Atlântico, a Antártida aparece como área estratégica fundamental para os interesses brasileiros ao longo deste oceano.

Terceiro País Sul-Americano, depois da Argentina e do Chile a se envolver nos assuntos antárticos, o Brasil, com o critério da defrontação, atraiu o Peru, o Uruguai, o Equador e ainda a Colômbia. Os signatários passaram todos a ter o monopólio do controle sobre o futuro do continente, facilitando a adesão de novos membros, desde que se comprove interesses especificamente científicos. É importante mencionar, todavia, que ao longo dos 30 anos em que esteve em vigor, o estatuto da Antártida sofreu inúmeras críticas, principalmente da parte dos países do chamado "terceiro mundo", pois algumas potências industriais se interessaram em realizar prospecções das riquezas minerais existentes no continente. Inúmeras companhias norte-americanas, por exemplo, apoiadas pelo seu governo, tentaram obter garantias para uma exploração futura destes recursos. Sob este ponto de vista, o Tratado de Washington abria uma brecha para este tipo de ação, pois na ocasião em que foi formulado não contemplava este aspecto, já que na época uma exploração parecia tecnicamente e economicamente impossível. Atualmente, graças aos avanços tecnológicos, tais dificuldades são parcialmente superáveis, o que abre um leque de possibilidades para os países mais ricos esputarem as riquezas existentes na Antártida.

Finalmente, em abril de 1991, na cidade de Madrid, teve lugar a 11ª reunião consultiva com a participação de 39 países, quando foi deliberado que as riquezas minerais do Continente antártico permaneceriam intactas por mais 50 anos. A tese da internacionalização que vigorava até então se opôs ao princípio da defrontação uma vez que, no primeiro caso, liberou-se o acesso das potências do Hemisfério Norte à Antártida, enquanto, no segundo caso, seriam os países do Hemisfério Sul que se beneficiariam.

Delgado de Carvalho e o “despertar da África”

A ênfase nas clivagens Norte-Sul e a prescrição de aliança com o mundo subdesenvolvido foram também a tônica da Política Externa Independente, formulada nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Inaugurada pelo Ministro Afonso Arinos em 31.06.1961, a Política Externa Independente – PEI, como ficou conhecida, postulava diretrizes universais e não excludentes que vislumbravam maior possibilidade para o Brasil afirmar-se como ator influente no cenário internacional.

Em consonância com estas diretrizes, ocupou-se a PEI de estreitar seus vínculos com as nações africanas e asiáticas recém-independentes; de restabelecer relações comerciais com o bloco socialista; de defesa do direito de soberania e autodeterminação de Cuba; de repúdio ao apoio que o País dera até então ao colonialismo junto à Organização das Nações Unidas - ONU; de cooperação com a América Latina, com a Argentina em especial, etc.

O pano de fundo que servia como referência para as ações governamentais neste período foi a continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista e, no plano externo, ruptura com a política de alinhamento automático com os Estados Unidos defendida em especial pelo embaixador Araújo de Castro, ministro das Relações Exteriores da primeira fase da gestão de João Goulart.

É no decorrer da vigência da PEI que Delgado de Carvalho publica no IBGE, no ano de 1960, o livro *África: geografia social, econômica e política*, cujo objetivo foi o de mostrar o panorama geopolítico da África e, a partir de métodos comparativos, associar as identidades física e histórica entre o continente africano e o Brasil. Nas palavras de Delgado de Carvalho (1963):

Trata-se de conhecer as sociedades africanas e suas instituições, de avaliar os recursos econômicos no continente e seu peso na balança do comércio mundial, de compreender os problemas políticos da África e sua influência nas relações internacionais, de meditar, por fim, no papel que cabe ao Brasil na solidariedade mundial.

O “despertar da África”, no dizer de Delgado de Carvalho, tinha por referência os esforços empreendidos pelos líderes africanos, no sentido de reverter a situação de dependência estrutural resultante do colonialismo e de afirmarem sua soberania e autonomia nos fóruns internacionais, onde passaram a ser numericamente importante.

Embora cauteloso quanto à política africana inaugurada por Jânio Quadro/Afonso Arinos, Delgado de Carvalho vislumbrava possibilidades de cooperação com os países do continente. Em particular, com relação às perspectivas de mudança na ordem internacional na qual a entrada de países africanos nos organismos da ONU poderia contribuir para alterar o equilíbrio do poder mundial, até então concentrado nas duas superpotências. Dentro deste processo, caberia ao Brasil um papel preponderante como potência intermediária que segundo ele:

[...] resulta apenas do fato (hoje patente para a opinião pública da comunidade das nações do mundo) de nosso país estar saindo de sua reservada e discreta situação de potência secundária, para entrar deliberadamente no Conselho das Nações [...]. A África é exatamente o campo vasto, vastíssimo, que se abre subitamente [...] a decisão de política internacional nas quais não podemos, nem queremos ficar ligados a quem quer que seja, por maiores amigos que tenhamos nos setores de boa vontade. Por isso não podemos condicionar as nossas atividades a ideologias políticas e normas alheias (CARVALHO, 1963, p. 214).

Com isso, Delgado do Carvalho insistia nas diretrizes independentes da política externa brasileira que, segundo ele, não deveria ser condicionada por orientações ideológicas e nem sentimentais, numa clara alusão ao bloco dos não alinhados e aos apegos históricos com Portugal, no tocante à independência de suas colônias na África (Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau).

O Brasil, na sua opinião, deveria adotar uma política externa baseada na cooperação internacional, devendo inclusive opinar a respeito da revisão de certos artigos da Carta das Nações Unidas com vistas à representação no conselho de segurança. Neste, o Brasil era um forte candidato a membro permanente em função de sua população, território, e economia e seu prestígio diplomático, alargado com sua política africana.

A aproximação com a África também tinha o sentido de promover esforços conjuntos no sentido de exercer pressão junto aos fóruns internacionais como forma de reverter o processo de subdesenvolvimento econômico, considerando que, tanto o conjunto regional da América Latina como o da África, estavam relativamente marginalizados do comércio internacional controlado pelas grandes potências.

Para o governo brasileiro, esta marginalização tinha grandes implicações na expansão econômica interna, já que havia necessidade de diversificação das exportações e de busca de novos mercados, principalmente para os produtos industrializados brasileiros. Com este intento, o Brasil passou a defender interesses comuns dos países subdesenvolvidos, atuando ativamente na realização da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD em 1964, contando com a presença de representantes de 122 países, enfatizou-se as clivagens Norte-Sul no sistema internacional.

Esta percepção da necessidade de cooperação entre os países subdesenvolvidos com vistas a superar problemas comuns, sem, contudo comprometer as relações Norte-Sul, seria a tônica da política externa dos governos militares que ampliaram consideravelmente as relações com o continente africano. Particularmente isso se deu a partir de 1974, quando houve um incremento considerável das relações do Brasil com a África Negra, através da política externa do “pragmatismo responsável”.

Neste meio tempo, Delgado de Carvalho, em decorrência de sua idade avançada, obteve autorização do Conselho Nacional de Geografia - CNG para trabalhar em sua residência, onde continuou a escrever textos sobre as relações internacionais, reproduzidos em encartes publicados na *Revista Brasileira de Geografia*. Na década de 1970, publicaria ainda *Relações internacionais do Brasil* pela editora Record, onde analisa a situação internacional utilizando-se da Geopolítica como instrumento explicativo, mantendo assim uma forte coerência teórica ao longo de toda a sua produção intelectual. A professora Therezinha de Castro, por sua vez, passou a atuar em instituições militares como conferencista, das quais as mais importantes foram a Escola de Guerra Naval e a Escola Superior de Guerra. Nessas instituições, desenvolveu um fértil pensamento geopolítico, nas quais destacam os seus estudos sobre a importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil.

Therezinha de Castro e a Geopolítica do Atlântico Sul

Em fins dos anos 1940 e ao longo da década de 1950, as formulações geopolíticas brasileiras incorporam definitivamente a dimensão atlântica decorrente de duas ordens de acontecimentos. O primeiro deles refere-se à assinatura, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR que atribuía um *status* estratégico ao Atlântico Sul, nos marcos da Doutrina de Segurança Hemisférica. O segundo foi a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, e que seria responsável pela formulação, no plano interno, da Doutrina de Segurança Nacional.

Como resultado, as reflexões geopolíticas brasileiras aparecerão como um problema estratégico definido a partir da Doutrina da Segurança Hemisférica e da Doutrina de Segurança Nacional. Por conta disso, a Escola Superior de Guerra - ESG vai desempenhar um papel fundamental nas reflexões geopolíticas, inclusive do Atlântico Sul.

Criada em 1949, no contexto do alinhamento à política de segurança hemisférica liderada pelos Estados Unidos, a ESG desde a sua gênese irá incorporar os princípios difundidos pelos Estados Unidos no continente, consubstanciado no binômio “segurança & desenvolvimento”, baseado na máxima “o caminho para se conquistar a Segurança consiste na promoção do Desenvolvimento” (FRAGOSO, 1971, p. 1). A partir de 1954, a ESG se responsabilizaria explicitamente pela formulação da Doutrina de Segurança Nacional, cuja atribuição consistia em definir os objetivos nacionais e formular a teoria do “Poder Nacional”. Esta Doutrina, explicitada na obra de Golbery do Couto e Silva, em 1955 e 1957, baseava-se na perspectiva nacional de um País subdesenvolvido com vistas a acelerar o seu desenvolvimento e alcançar um novo *status* internacional e, ao mesmo tempo, mantendo uma visão de autonomia relativa no Hemisfério Ocidental, em face da hegemonia dos Estados Unidos (BECKER; EGLER, 1993, p. 128-129).

O pensamento geopolítico de Therezinha de Castro sobre o Atlântico Sul coadunava-se, portanto, com os de outros pensadores geopolíticos ligados à ESG como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. O primeiro considera que o papel do Brasil no Atlântico Sul vincula-se “tese dos hemisférios”, interior e exterior, de articulação dos Estados no esforço de defesa hemisférica. No hemisfério interior, estão as terras dentro de um raio de cerca de 10 000 km que incluem toda a região atlântica das Américas, África e Antártida, onde não haveria ameaças diretas à América do Sul e ao Brasil. No hemisfério exterior, encontram-se a Europa, a porção oriental da África, a Índia, a Austrália e Ásia, foco de ameaça potencial para a América do Sul por englobar o eixo Moscou-Pequim (SILVA, 1967, p. 82). As massas de terra da América do Sul, da África e da Antártida comporiam três áreas articuladas pelo Atlântico Sul e deveriam ser objeto de cuidados redobrados no exercício da “contenção” — especialmente na África, “de onde um inimigo ativo nos poderá diretamente ofender, dominando-nos as comunicações vitais do Atlântico centro-meridional” (SILVA, 1967, p. 87).

O “Continente Negro”, na concepção de Golbery, seria a continuação da própria fronteira brasileira (a “fronteira oriental”) e, como ponto mais vulnerável da “área interior”, decisivo na segurança do “hemisfério interior”, deveria merecer maior atenção política por parte do governo brasileiro, em termos de segurança mútua. Caberia ao Brasil “cooperar na imunização também dos jovens países africanos à ‘infecção fatal’ do comunismo, estar vigilante e atento a qualquer propensão soviética na direção dessa África Atlântica, onde se situa a fronteira avançada e decisiva da própria segurança nacional” (SILVA, 1967, p. 137).

De cunho mais estratégico, os estudos do General Meira Mattos foram direcionados para a necessidade dos países sul-atlânticos, aliados dos Estados Unidos, de constituírem uma unidade que operacionalizasse a defesa do Atlântico Sul contra o inimigo soviético. Entretanto, as marinhas dos mais importantes países da região - Argentina, Brasil e África do Sul - não teriam poder suficiente para agir sozinha, mas poderiam contribuir, com participação significativa no conjunto das forças ocidentais, visando à estruturação de uma aliança defensiva, que pudesse produzir um efeito “dissuasório” eficaz. Meira Mattos (1980, p. 89) pensava num tratado militar, Organização do Tratado do Atlântico Sul - OTAS que envolvesse as mencionadas potências regionais e as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, de forma conjunta. A criação da OTAS, na perspectiva do autor, pode ser compreendida nos marcos do “Brasil potência”, pelo fato de representar um “reconhecimento”, mesmo que estendido aos outros participantes, a partir do qual o papel brasileiro poderia ser privilegiado.

Quanto à professora Therezinha de Castro, sua reflexão sobre temas relacionados ao Atlântico Sul foi bastante ampla, especialmente no tocante ao papel que o Brasil deveria desempenhar nesta bacia. Nesse sentido, caracteriza a posição geográfica do Brasil como área *pivot* para a defesa ocidental, cuja importância é expressa através do seu conceito de “múltiplos vetores”. De acordo com este conceito, o Brasil representa um “ponto-chave” entre as passagens marítimas caribenhas e austrais, devido à extensão de sua costa e ao seu saliente nordestino em defrontação com o litoral ocidental africano (CASTRO, 1997, p. 22). O que atribui importância a esta dimensão marítima do Brasil é o fato de as matérias-primas estratégicas, in-

cluindo o petróleo do Oriente Médio, passarem através desta área até a América do Norte e Europa, e também de uma crescente presença naval soviética na região que ameaçaria a segurança desta rota.

Ao contrário dos outros pensadores geopolíticos, as relações brasileiras com os Estados Unidos não são visualizadas como fundamentais, pois o comportamento do governo norte-americano a partir da década de 1970, debilitou os laços diplomáticos entre os dois países. Neste aspecto, Castro (1997, p. 26) se refere à desconfiança do Presidente Carter com relação ao programa nuclear brasileiro e ao respaldo que a administração Reagan outorgou à Grã-Bretanha em detrimento da Argentina, na guerra das malvinas. Segundo ela, estas e outras disputas com os Estados Unidos levaram o governo brasileiro a adotar uma política externa de “pragmatismo construtivo” que o afastou de uma inclinação estratégica pró-norte-americana e aproximou-o de seus vizinhos sul-americanos.

A professora Therezinha de Castro destacou-se como a principal expoente dos estudiosos da geopolítica brasileira no Atlântico Sul, oceano que articulava as três massas terrestres nas quais o Brasil tinha interesse: Antártida, África e América do Sul. A partir dos estudos do Atlântico Sul, as suas reflexões alcançaram o Índico, considerado por ela o oceano central da geoestratégia global. Devido à sua forma em W, recortado pela península indiana, se assemelhava mais a um lago o que possibilitava maior intercâmbio interno. Diferente do Atlântico que, em sua forma de S, favorecia a constituição de rotas oceânicas Norte-Sul.

Também a partir do Atlântico Sul, Therezinha de Castro define um novo conceito geopolítico denominado por ela de “Oceanopolítica” que seria a política aplicada aos espaços marítimos na perspectiva do “poder mundial”. Inserida dentro da teoria realista das relações internacionais, a consciência da existência de uma “Oceanopolítica” permitiria aventar a possibilidade de se desencadear a formação de bacias oceânicas em todos os oceanos do mundo, tendo como “*áreas-pivot*”: Brasil (no Atlântico Sul), Índia (Índico), Estados Unidos (Atlântico Norte e Pacífico Norte), China (Pacífico Norte), Rússia (Ártico). Curiosamente, ao expor essa nova regionalização do espaço mundial podemos perceber que (Brasil, Rússia, Índia, China - BRICS) + os Estados Unidos se formaram mais a partir do mar do que pelos continentes (PENHA, 2009, p. 198). Nesse caso, mais uma vez a professora Therezinha de Castro, graças às suas reflexões geopolíticas, antecipou-se aos fatos e deixou uma grande contribuição sobre os estudos da oceanopolítica, embora ainda não muito bem explorada, através de sua obra bibliográfica.

Considerações finais

As concepções geográficas de Delgado de Carvalho contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento de inúmeras atividades do IBGE. Sintonizado com o movimento de renovação geográfica verificada na Europa e Estados Unidos, nas primeiras décadas do Século XX, procurou difundir no País os novos métodos, conceitos e teorias de análises geográficas com o propósito de melhor acompanhar as transformações socioespaciais do Brasil a partir do processo de industrialização no período pós-1930.

Em sua trajetória profissional, Delgado de Carvalho empenhou-se em desenvolver estudos, propostas e reflexões sobre o espaço geográfico brasileiro com vistas à ação estatal. A sua formação em Ciências Sociais, complementada pelos estudos geográficos, resultou em férteis reflexões sobre Geopolítica e Relações Internacionais, tornando-se um dos principais estudiosos destes temas no Brasil, juntamente com a Professora Therezinha de Castro que foi a principal herdeira de sua vasta tradição intelectual.

Referências

ATLAS histórico escolar. 5. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Nacional de Material Escolar, 1970.

BECKER, Bertha Koiffmann; EGLER, Cláudio Antonio Gonçalves. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. 267 p.

CARVALHO, Delgado de. *África: geografia social, econômica e política*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, Divisão Cultural, 1963. 223 p. Biografias sumárias de Therezinha de Castro.

_____. Evolução da geografia humana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 422-431, abr./jun. 1941. Conferência pronunciada no IX Congresso Brasileiro de Geografia, Florianópolis, 1940. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

_____. Geografia e estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 10, p. 291-302, abr./jun. 1942. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

_____. *Geographia do Brasil*. Prefácio de Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Photo-mechanica, 1913.

_____. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959. 409 p.

_____. *Relações internacionais*. São Paulo: Record, 1971.

_____. Uma concepção fundamental da geografia moderna: a “região natural”. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 13, p. 9-17, abr. 1944. Transcrição de: _____. *Methodologia do ensino geográfico*. Petropolis: Vozes, 1925. 222 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. (Org.). *Atlas de relações internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 160 p.

_____; _____. Geografia política e Geopolítica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 133, p. 382-391, jul./ago. 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

_____; _____. A questão da Antártica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 135, p. 502-506, nov./dez. 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

CASTRO, Therezinha de. *Antártica*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997. (Leitura selecionada, 806/98).

CASTRO, Therezinha de. *Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997. 60 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. 432 p. (Série fundamentos, 81).

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia e geopolítica: discursos sobre território e o poder*. São Paulo: Hucitec: Universidade de São Paulo, 1992. 374 p. (Geografia: teoria e realidade, 17).

FLEMING, Theirs. Pelo Brasil unido: limites, territórios federais e símbolos nacionais em face da constituição de 1946. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 51, p. 259-262, jun. 1947.

FONSECA JUNIOR, Gelson. *Mundos diversos, argumentos afins*: notas sobre aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável. [S.l.: s.n., 19--]. Mimeografado.

FRAGOSO, Augusto. A Escola Superior de Guerra: evolução, atualidades e perspectiva. *Segurança e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, v. 20, n. 144, p. 5-27, 1971.

LIMA, Maria Regina Soares de. Enfoques analíticos da política exterior: o caso brasileiro. In: RUSSEL, Roberto (Ed.). *Enfoques teóricos y metodológicos para el estudio de la política exterior*. Buenos Aires: RIAL: Grupo Editor Latinoamericano, 1992. p. 53-83.

MARINHA DO BRASIL. *Política de defesa nacional*. 2. ed. Brasília: Marinha do Brasil, 1997.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992. 91 p. (Repensando a geografia).

MATTOS, Carlos Meira. Atlântico sul: sua importância estratégica. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 688, 1980.

PENHA, Eli Alves. A criação do IBGE no contexto da centralização política do estado Novo. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 124 p. (Documentos para disseminação. Memória institucional).

_____. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009. No prelo.

PORTO DA LUZ, Sérgio. *Política e estratégia brasileira: os espaços de interesses e o poder nacional*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1990. Titulação especial.

RODRIGUEZ, Bernardo N. Soberania argentina en la Antártida. In: MILLIA, Fernando A. et al. (Org.). *La atlantártida: un espacio geopolítico*. Buenos Aires: Pleamar, c1978. 255 p. (Estrategía y política).

SANGUIN, André-Louis. A evolução e a renovação da geografia política. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, n. 252, p. 5-23, jan./mar. 1977. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. 266 p. (Documentos brasileiros, 126).

O Atlântico

Delgado de Carvalho

CARVALHO, Delgado de. O Atlântico. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 98-111, abr. 1939. Comentários de: LEDANOIS, Edouard. *L'Atlantique: histoire et vie d'un océan*. Paris: Albin Michel, 1938. 291 p. (Sciences d'aujourd'hui). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

COMENTÁRIOS

O ATLÂNTICO

VIDA E HISTÓRIA DE UM OCEANO

Nos Conselhos Internacionais para a Exploração dos Mares, é representada a França pelo *Office Scientifique et Technique des Pêches Maritimes*, fundado em 1918 e dotado de autonomia financeira. O seu atual presidente, Dr. Ed. Le Danois, realizou de 1920 a 1928, uma série de explorações nos navios "Perche" e "Tanche", no Oceano Atlântico. Ed. Le Danois sucedeu, em 1924, depois da morte do Príncipe de Mônaco, ao oceanógrafo J. Richard na secretaria do Conselho Internacional do Mediterrâneo, cuja sede é no Instituto Oceanográfico de Paris. É autor de uma "Hidrologia do Atlântico Norte".

Aproveitando-se das excepcionais condições em que se acha para observar e estudar os mares, Ed. Le Danois publica (agosto 1938) a sua primeira monografia sobre o Atlântico que, desde o livro de G. Schott, em 1912, só tinha merecido pequenas contribuições em jornais e revistas (deixando de lado, bem entendido, todas as referências que Otto Krummel lhe faz no seu "Handbuch", em 2.^a edição — 1923).

I — A DESCOBERTA DO ATLANTICO

O autor, lembrando que a história da descoberta do Atlântico é paralela à história da civilização, distingue quatro períodos desiguais nesta descoberta:

a) *A Época das Lendas e das Tradições*. Estende-se desde os tempos pré-históricos em que os caçadores de renas embarcaram nos primeiros caiques feitos com pele de foca e os africanos se aventuravam em pirógas, até o período das grandes descobertas. Ele se refere à frota dos Atlantas, povos da desaparecida Atlântida, que invadiram a bacia do Mediterrâneo, segundo refere Platão no diálogo em que faz um sacerdote de Sais narrar a Solon a história do continente submerso. Os navegantes ameaçaram a segurança do império egípcio.

Os fenícios penetraram no Atlântico; cinco séculos antes de Cristo, Hanon seguiu a costa africana até às Bissagos; em 325 AC. Pitéas reconheceu a Grã-Bretanha e Tulé, penetrou até o Báltico e comerciou com os Godos.

Mas os dois grandes feitos da Antiguidade, foram as expedições de César na Grã-Bretanha e a descoberta da Islândia, da Groenlândia e da América do Norte pelos Normandos de Erico Vermelho e de Leif Ericson. Eles teriam penetrado até o vale do Mississipi, segundo indicam os caracteres runicos de Kentucky.

"Mais tarde, atraídos por outras conquistas, esqueceram estas terras longínquas, excetuada a Islândia. Os bascos, porém, aventuraram-se no Mar Tenebroso, perseguindo baléias até os bancos da ilha de Terra-Nova que denominaram "Ilha dos Bacalhaus". A este propósito explica Le Danois o seguinte: "Sómente a tradição transmitida, de capitão a capitão, permitia achar a direção destas afastadas paragens: os pescadores de bacalhau e caçadores de baléias, gente iletrada, não podia deixar vestígios de suas sucessivas descobertas. Foi preciso esperar o movimento intelectual do Renascimento e o uso da bússola para fazer renascer a ciência geográfica, bem esquecida desde Ptolomeu e de Estrabão" (pag. 15).

b) *A Época dos Navegadores e das descobertas geográficas* — Abre-se com o Infante Dom Henrique, no IV século, e combinados os incentivos das terras novas, do ouro, das aventuras militares, multiplicaram-se as viagens de portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses. Rende homenagem a Toscanelli e cita os nomes mais conhecidos de geógrafos, na era colombiana. Já naquela época,

Nicolau de Cusa preocupava-se com a natureza das águas navegadas. Inventára um batímetro. No XVII século foram aperfeiçoados os aparelhos de sondagem. No fim do século XVIII, nas viagens de Cook, utilizavam-se de termômetros e, mais tarde, recolhiam-se amostras de terras do fundo do mar.

c) *A Época dos Oceanógrafos e dos Cruzeiros Científicos* — Principiou, pode-se dizer, em 1830-40 com os estudos sobre a vida animal nas profundidades marinhas. Nos Estados-Unidos, iniciou o comandante Maury a determinação das profundidades do Atlântico Norte: a primeira carta batimétrica saiu em 1859. Começaram a partir em 1867 as expedições especializadas em sondagens e drenagens.

Os diferentes aspectos do relevo submarino foram então recebendo nomes de exploradores científicos e de navios célebres. De 1872 a 1876 navegou a famosa expedição do "*Challenger*", com sábios ingleses. De 1872 a 1876 em diante, voltaram os americanos e os noruegueses. A França trabalhou também a partir de 1880.

A data de 1885 é digna de registo neste setor, pois nela aparece a grande figura do Príncipe Alberto de Mônaco que se rodeou de um estado-maior de sábios de todos os países, reunindo os tesouros que representam as coleções do Museu Oceanográfico de Mônaco.

No fim do século XIX surgem os alemães estudando o Atlântico Sul e os austríacos o Atlântico Norte.

A este ciclo de exploradores se prendem as explorações polares desde Parry e Ross até Nordenskjold, Amundsen e Nansen, Scott, Shackleton e Charcot.

d) *A Época dos Técnicos e das Pesquisas metódicas* — Na realidade, iniciou-se, em 1899-1900, quando diante dos interesses da pesca marítima transformada em seus transportes e aparelhos, exigiram certas medidas de regulamentação e proteção, o Rei Oscar II da Suécia convocou as conferências de Estocolmo (1899) e de Cristiânia (1901). Foi criado em Copenhague o Conselho Internacional permanente para a Exploração do Mar (1902), no qual se fizeram representar pelos seus maiores sábios as potências européias e os Estados-Unidos.

Subdividiu-se em comissões especiais o Conselho; foram publicadas monografias sobre oceanografia e ficou estabelecida uma perfeita unidade nas pesquisas das diferentes nações. A partir de 1934, principiaram a ser enunciadas pela maior autoridade em oceanografia, uma série de propostas que foram aceitas e assinadas na Convenção de Londres, em 1937.

De seu lado, Mônaco centralizou a formação de um Conselho análogo para as explorações do Mediterrâneo. Este exemplo foi seguido na América do Norte, onde os Estados-Unidos, o Canadá e Terra Nova formaram uma comissão científica (1923).

Hoje todos os países possuem representação nos Conselhos, navios de exploração bem aparelhados, postos, com museus e laboratórios.

"A influência dos grandes Conselhos internacionais, diz Le Danois, e a colaboração íntima que se estabeleceu entre os governos para estudar o mar, modificaram profundamente a forma dos cruzeiros de pesquisas. Cada navio oceanográfico estuda agora um setor restrito, efetuando saídas frequentes, de pequena duração, em regra periódicas. Esta regularidade metódica nas observações é, de certo, menos brilhante para os técnicos do que a possibilidade de descobertas que podiam esperar os grandes cruzeiros de aventuras, mas a ciência marinha ganhou em precisão pela multiplicidade destas investigações modestas". (pag. 36).

Não cessaram, entretanto, os cruzeiros científicos dedicados a certos problemas de pesca, de oceanografia ou de história e geografia. Os dinamarqueses destacaram-se de 1903 a 1910. O valente comandante Charcot, no seu "*Pourquoi-Pas?*" explorou o polo sul de 1912 a 1914 e de 1920 a 1936.

São conhecidas, na América do Sul, as visitas do navio alemão "*Meteor*", de 1925 a 1927, que fez quatorze travessias do Atlântico Sul para estabelecer o perfil do Oceano.

O ATLÂNTICO

101

G. Wust e os alemães do "Meteor" propuseram para o mesogêo, situado na vizinhança do Antártico, entre a Terra do Fogo, a Terra de Graham, as ilhas Malvinas, a Geórgia do Sul e as ilhas Sandwich do Sul.

Descrevendo a estrutura geral do Atlântico Sul, diz o autor: "O Massiço Equatorial é de observações relativamente mais restritas (do que a Cordilheira Norte-Atlântica); sua orientação geral é sensivelmente de oeste para leste. Suporta numerosos altos-fundos e, perto do Equador, a ilhota de São Paulo. A 18° W, na linha, termina bruscamente em barranco, na fôssa da Romanche (7.370 metros)".

"Imediatamente a leste desta fôssa principia a cordilheira Sul-Atlântica. Sua orientação é norte-sul. Bastante estreita entre o Equador e o 30° lat. S, ela apresenta sucessivos altos-fundos; no seu eixo se acha a ilha da Ascensão, um pouco deslocada para leste, Santa-Helena. A partir do 30° S. alarga-se fortemente ao redor das ilhas Tristão da Cunha e Gough. Por fim, depois do 45° S. encurva-se para leste até o 55° S, onde emerge a ilha Bouvet. Termina a cadeia à mesma latitude, para 25° E."

A propósito da conhecida *Bacia Brasileira*, do Atlântico Sul, diz ainda o citado autor: "A Bacia Brasileira é igualmente muito vasta, com alguns vales abissais restritos, ultrapassando 6.000 metros. As ilhotas da Trindade e da Martim-Vaz determinam uma espécie de soleira que corta a bacia em dois compartimentos desiguais".

"A bacia-circular Norte-brasileira do lado da soleira do Pará é dominada pela ilhota coralígena de Las Rocas (*sic*) e a ilha vulcânica de Fernando de Noronha; ela está em comunicação, pelo estreito da fôssa da Romanche, com a bacia de Guiné, da depressão oriental. A bacia brasileira é limitada ao Sul pela cadeia do Rio Grande, que une o muito largo planalto continental do Rio de Janeiro à cordilheira Sul-Atlântica. Sobre esta cordilheira acha-se uma lombada submarina cujas meias laranjas se elevam a 600 e 700 metros de profundidade".

"A bacia argentina é limitada pela lombada do Rio Grande, ao Norte, pelo planalto continental das Malvinas a oeste. Ao sul, é orlado pela crista das Antilhas do Sul e a soleira das Sandwich do Sul. A bacia argentina apresenta a sua maior profundidade no sulco abissal de Ross, que ultrapassa 6.200 metros. A fôssa oceânica das Sandwich do Sul, a mais profunda do Atlântico, pois alcança 8.700 metros, põe a bacia argentina em comunicação com a grande depressão polar".

Citamos aqui as palavras de Le Danois, porque, apesar de conhecidas as linhas gerais do Atlântico brasileiro, esta sua descrição acha-se em conformidade com os últimos resultados recolhidos pelo "Meteor". (Cf. D. de C. - *Fisiografia do Brasil* — Fasc. n.º 3: Atlântico Sul, pags. 82-85).

B — Paleo-oceanografia do Atlântico

O termo "paleo-oceanografia" foi proposto em 1935 por Le Danois para estabelecer um estudo de ligação entre geologia, hidrologia e biologia

na reconstituição das condições do meio marinho.

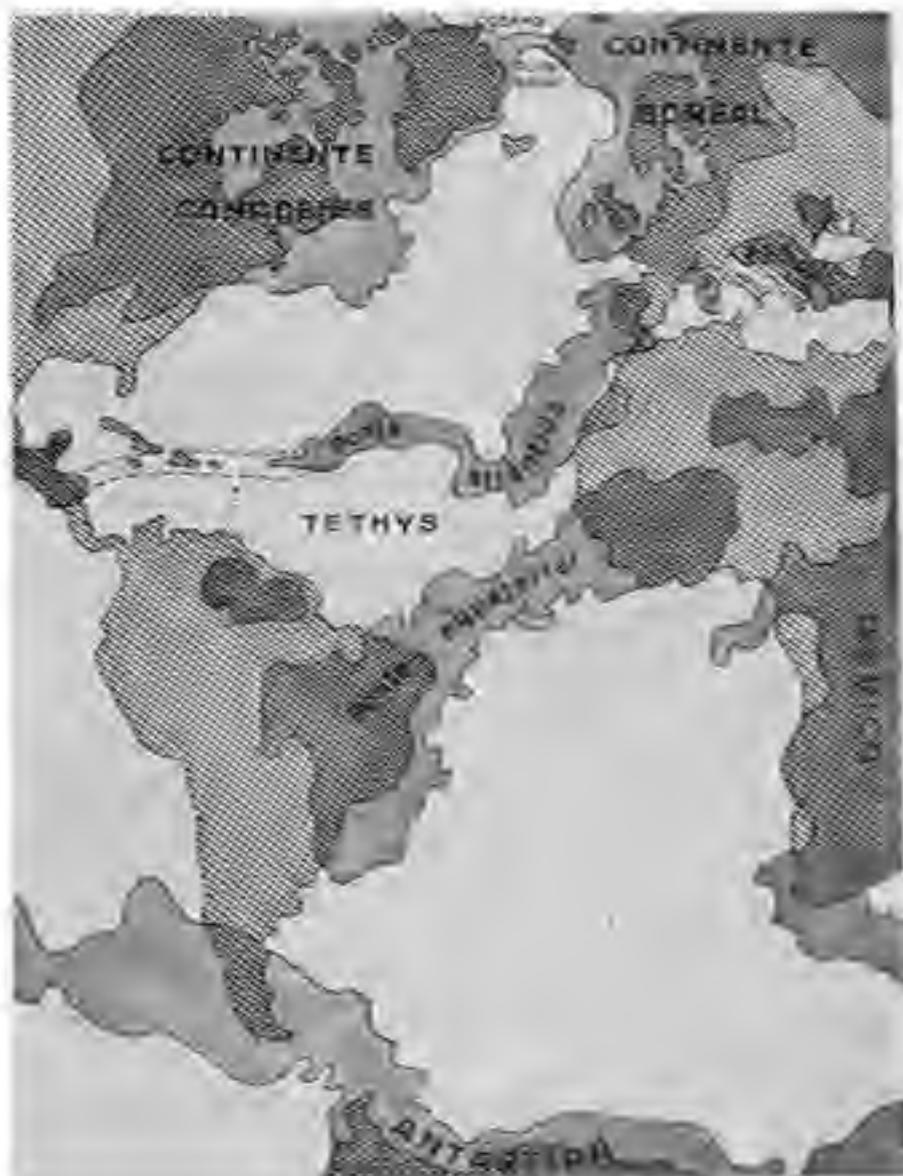
Nesta parte de seu livro, o autor procura conciliar duas teorias: a de Wegener, emitida em 1912 e que resume em duas páginas, com uns mapas característicos (Deslocação dos continentes; Sial; Sima, etc.) e a teoria das Pontes Continentais. Ele se refere também às teorias primitivas sobre dobramentos e o mar central de Tethys.

Cita o autor cinco pontes continentais sucessivas, de Norte a Sul:

a) — *A Ponte Boreal* do continente norte atlântico primitivo, de dobramento huroniano (Canadense, groenlandês, escandinavo).

b) — *A Ponte Norte-Atlântica*, que substitue a primeira, mas se rompe também na época neógena, deixando o vestígio da soleira Wyville-Thomson.

c) — *A Ponte da Atlântida* da qual conta a dramática história, segundo os diálogos de Platão, que a ciência de hoje vem, afinal, confirmar (pags. 69-71 e pags. 101 a 106).



Pontes continentais, no fim do primário

d) — *A Ponte equatorial afro-brasileira* que uniu o nordeste e leste de nosso país à Senegâmbia, que se rompeu antes do terciário e deixou o vestígio da linha de São Paulo, com a soleira sulamericana do Pará ligada à soleira da Serra Leoa. O isolamento do atual Massiço equatorial se teria processado por duas falhas vulcânicas N. NW - S. SE (Fernando de Noronha, Trindade, Ascensão, ilhas do Cabo Verde). "Esta ponte continental, pensa Le Danoff, tinha desde o primário separado o Atlântico Norte do Atlântico Sul e dado a estas duas partes do Oceano uma individualidade que ainda hoje constatamos" (pág. 72)

e) — *A Ponte Austral do Archelons* reconstituída na obra de Hermann von Ihering, que pelo estudo da fauna estabeleceu no cretáceo superior a ligação entre nosso continente e a África do Sul. Os estudos batimétricos parecem atualmente confirmar a hipótese alemã. A ponte teria desaparecido no fim do

O ATLÂNTICO

199

méxico. A lombada submarina, de fato, alargou-se perto de Tristão da Cunha, e, as soleiras do Rio Grande, de um lado, e de Walrich-Bay, do outro, apresentam profundidades menores, verdadeiros vestígios de continentes desaparecidos.

Terminamos aqui ponto o autor relatando o fato de que no geosinclinal atlântico está se formando, no momento atual, uma cordilheira submarina ática, mas que obedece a movimentos epirógenicos. É a lombada mediana N-S que divide o novo Oceano em bacia oriental (africana) e bacia ocidental (americana).

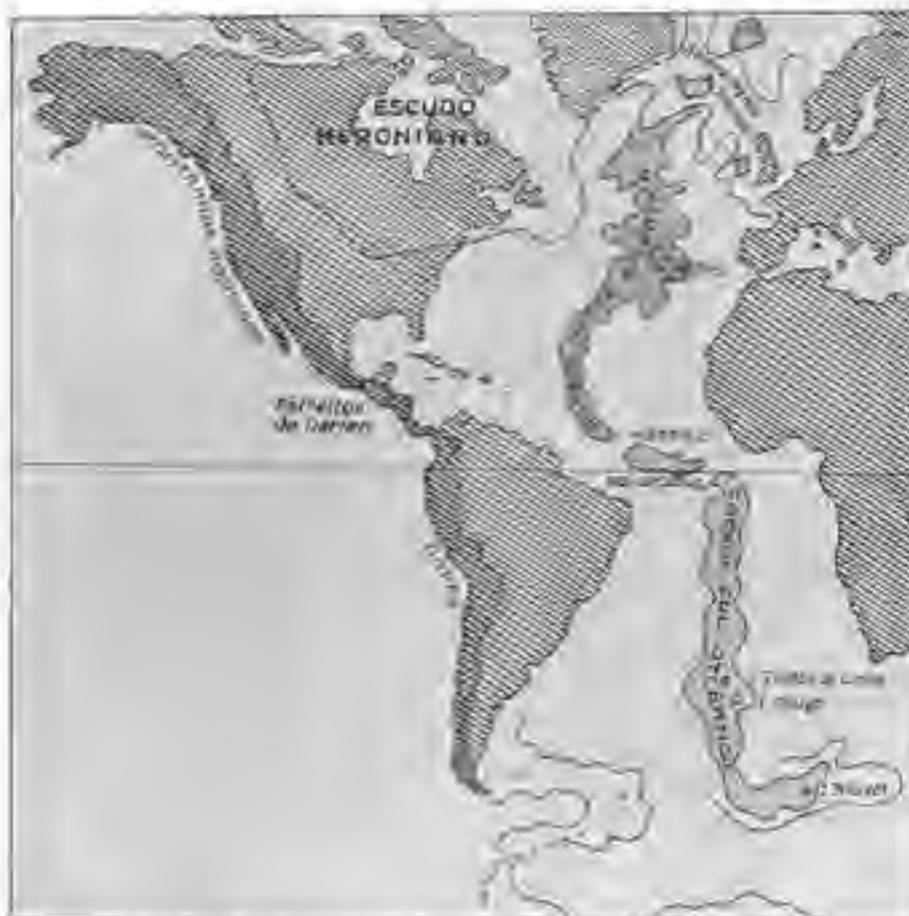
De fato, "os dobramentos antigos, jurássico, calédoniano, hercínico e mesmo alpinos, formaram-se em direção paralela ao Equador, isto é, de leste para oeste.

Em compensação, desde a época neogena, as novas cordilheiras e as grandes linhas de falhas propagam-se ao longo dos meridianos, de Norte a Sul, com



Partes dobradas, no Rio do Uruguai.

um desvio no Equador. Esta disposição aparece nas linhas montanhosas recentes (já emergidas e cujo crescimento atual traduz-se por um vulcanismo interno" (pag. 77).



Distribuição das culturas médio-asiáticas e americanas.

C — Paleo-oceanografia de algumas regiões do Atlântico

Nem todas as regiões beneficiaram-se ainda das pesquisas científicas e estudos detalhados, que permitem hoje o aparelhamento dos navios exploradores. Por isso reuniu o autor apenas oito estudos regionais de paleo-oceanografia recentemente concluídos. São eles:

a) *O Escudo Escandinavo — Mar Báltico* — Aqui encontramos uma interessante interpretação dos dois vales glaciares, hoje golfos de Finlândia e Botnia, que se uniam na atual depressão lacustre sueca, hoje lagos Melar, Vener, Veter, Gota Elf e o Skagerrak.

b) *O Planalto franco-britânico — Mar do Norte — Mar da Islândia — Mancha*. Nunca emergiu em conjunto, mas as transgressões e regressões o modificaram frequentemente. No período triássico, um afundamento abriu um golfo Ártico; o Mar do Norte. No eoceno houve regressão. As sondagens recentes da *President Théodore Tissier* permitem reconstituir um Reno pliocênio que recebia o Tamisa, o Humber, o Tweed e mesmo o Tay e, a leste, o Elba. O talvege submarino é tão bem marcado que o sulco Silver Pit indica o confluente!

c) *O golfo de Gasconha*, explorado com minuciosidade em 1935 pelo *President Théodore Tissier* na região conhecida do "Gouf du Cap Breton" — (um dos

O ATLÂNTICO

199

bancos de 500 metros que recebeu o nome de Le Danois). A conclusão foi considerar a região como geologicamente de transição entre os dobramentos hercínicos e dobramentos alpinos. O famoso "gorl" não é o talvegue do Rio Aouër, mas uma falha vulcânica que seguiu o dobramento alpino. A costa landesa está em plena progressão, fechando a bacia de Arcachon, aos poucos, como desviou para o sul o curso do Adour.

d) *A Região Ibero-africana, entre Lisboa e as Canárias.* O autor confirma com dados e sondagens o drama, que, nestas paragens dos Atlânticos, cerca de 6.000 anos antes de Cristo, se deu em uma noite com a Atlântida e refere-se aos pitons vulcânicos das Canárias, como pontos em que se refugiaram os Atlânticos que escaparam. A lenda pertence pois, atualmente, a história, uma história um tanto imprecisa, mas paleo-ocênica.

e) *O Mar Mediterrâneo* é dividido e estudado em estas quatro bacias (ocidental, tirrênia, oriental e pônica), e em suas peculiaridades físicas, falta de marés e feições deltáicas. O relevo submarino permite uma interpretação nova das diretrizes conhecidas do dobramento alpino do eoceno ao mioceno, condicionadas pelos núcleos mais antigos que as desviaram (massiços corso-sarda, central, voogiano, croata, etc).

Le Danois faz coincidir com a época da ruptura da Atlântida um outro sismo que, no Mediterrâneo oriental submergiu a Egípcia, parte do continente de Anhára. É o cataclisma que conservou a lenda do dilúvio dos Pélagos (Deucalião e Pirra) e do dilúvio bíblico.

Depois de traçar as diretrizes dos manuscritos vulcânicos que estão afetando as bacias centrais, o autor conta a curiosa história da ilha Júlia.

f) *A zona do Escudo Canadense:* bancos de Terra-Nova, Maire e Nova Escócia. Em 1934 o navio "Président Théodore Tissier" explorou a região.

g) *O Mar das Antilhas,* "uma fragmentação oceânica e não um mar tributário de "facies" nerítico ou epicontinental", comparável assim ao Mediterrâneo,



Mar das Antilhas do Sul

Le Danois atribue uma profundidade superior a 8.500 metros à fossa de Pôrto-Rico (Cf. Krummel - Handbuch 1907 — atribuía 8.341 m., pag. 116).

h) *O Mar das Antilhas do Sul*, a nova denominação do Mar Antártico, explorado pelo "Meteor" e pelo "Discovery I". A este propósito enuncia as quatro características batipelágicas dos "mediterrâneos": 1) cláusulas continentais a loeste; 2) barreiras insulares vulcânicas, curvas, a léste; 3) fossas abissais de mais de 800 m, do lado oriental; 4) bacias circulares profundas separadas por soleiras. Estes mares interiores, apoiados a loeste sôbre um continente, são "formações continentais em via de emersão... serão planícies aluviais..." O autor estuda os mares Mediterrâneo, das Antilhas, da Insulândia e das Filipinas como quatro exemplos em fases diferentes de sua evolução. Termina prevendo a junção da Terra do Fogo à Terra de Graham, no extremo sul de nosso continente.

III — A CIRCULAÇÃO OCEANICA

A—As águas atlânticas sunto com um apanhado geral das técnicas que se referem a Como nas demais partes de sua obra, Le Danois inicia o assunto. No caso vertente, êle descreve a situação presente da técnica hidrológica. Estabelece a composição normal da água do mar, define as condições de salinidade e os processos atuais para colher amostras (tubos, colhedores, termómetros, etc.). Enuncia as regras gerais da distribuição das temperaturas, das salinidades e do oxigênio dissolvido nas águas; relata a disposição geral das camadas isotérmicas e formula um principio da grande importância, conhecido desde as expedições de Wyville Thomson e de Carpenter, em 1868, mas não ainda suficientemente aplicado; é a seguinte a fórmula deste principio dito "da imixibilidade das águas": *Águas de temperaturas e salinidade diferentes não se misturam entre si quando se apresentam em grandes massas.*

Daí parte o autor para expor a sua teoria da origem das águas atlânticas.

A gênese do Atlântico em que ficou revelada a substituição de duas orlas N. S. às lombadas continentais, ou pontes, léste-loeste, seguida do fechamento dos canais da América Central e do Mediterrâneo, transformou o antigo Mar de Tethis no atual oceano Atlântico, como foi visto acima. Assim, de polo a polo, ficaram livres as águas oceânicas.

"As águas de origem equatorial, quentes e salgadas, diz Le Danois, acharam-se assim circunscritas por uma bacia de águas de origem polar, frias e de fraca salinidade; as duas frentes polares, ártica e antártica reuniram-se nas zonas profundas e as águas provenientes das duas extremidades da terra enfrentaram-se, conservando os seus caratêres: o polo sul é um polo continental onde se condensam sob forma de geleiras as águas doces desta parte do mundo; o polo boreal é um polo marítimo e a própria banquisa forma-se sôbre um oceano profundo; também são por isso mais salgadas as águas de origem ártica do que as de origem antártica, mesmo na sua extensão abissal comum."

"Desde a época geológica de seu encontro, as águas da Tethis, as águas boreais e as águas austrais guardaram sua individualidade e as posições respectivas que ocuparam desde seu primeiro encontro. Obedecendo à influência de ordem cósmica, podem romper momentaneamente este equilíbrio, mas não tardam em restabelecê-lo."

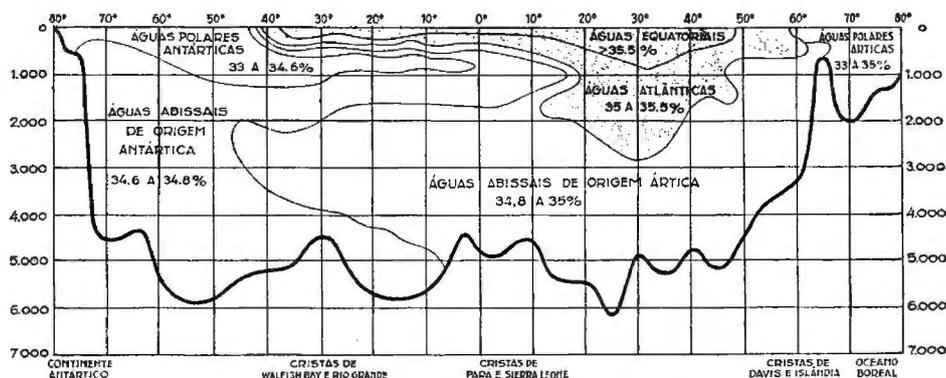
Eis a tese: águas polares, águas equatoriais, apesar de sua aparente ou superficial mobilidade representam um meio marinho estável.

Recorre então o autor à hipótese dos oceanógrafos do "Meteor" e distingue uma Troposfera oceânica, superior, quente, salgada e muito movel, e uma Estratosfera oceânica, inferior, fria, pouco salgada e calma. Duas frentes polares apresentam-se, ao Norte, do Cabo Hatteras ao Spitzbergen; ao Sul, do Rio da Prata aos 40° lat. S.

O ATLANTICO

107

A Troposfera atlântica assenta pois, no meio do Atlântico, em bacia central com duas regiões mais profundas, ao norte e ao sul, servindo de separação entre estas tijelas sobrepostas à linha das mínimas de oxigênio dissolvido.



Repartição das águas atlânticas, segundo Wüst

As diferentes características das águas oceânicas leva assim a uma classificação, aliás, várias vezes tentada desde 1919. A classificação do "Meteor" é adotada por Le Danois:

- 1) *Águas tropicais* (equatoriais e atlânticas),
- 2) *Águas intermediárias sub-polares* (subantárticas e subárticas),
- 3) *Águas Norte-Atlânticas profundas*,
- 4) *Águas abissais* (Norte atlânticas, antárticas, árticas).

São diferenciados (como no corte de Wust), estas categorias diversas pela salinidade, pela temperatura e pelas profundidades médias. Não compreende esta classificação as águas continentais, quasi todas de origem polar, mas muito variáveis.

B — A circulação oceanica: Transgressões e correntes

1 — Le Danois dá o nome de transgressão oceanica a um movimento periodo, de amplitude variável, das águas atlânticas tropicais invadindo momentaneamente as águas polares e continentais. As águas transgressivas têm uma salinidade sempre superior a 35%. Para o autor, é uma luta entre as águas mais quentes e leves, mais salgadas e móveis dos trópicos contra a passividade e a inércia das águas polares mais paradas e frias.

Desde 1921 que vai sendo elaborada a explicação, à qual deram os nomes mais variados: "diástole e sistole do mar", "marés internas ou profundas", "expansão", "circulação vertical"... o fato é que vem sendo registadas as transgressões ou expansões, as regressões ou retrações, com períodos de equilíbrio: estabilização hiberna. No hemisfério austral, a transgressão é em Fevereiro, a regressão, em Agosto.

Foi estudado com certo cuidado o mecanismo das transgressões, a alternância das máximas de transgressão nos dois hemisférios. São como pulsações oriundas de uma parte central mais desprovida de oxigênio, menos profunda, com uma zona de salinidade relativamente fraca (para águas tropicais) entre a África e as Antilhas, chamada a "parede de Schott" (cloison de Schott) onde se produz a corrente da Guiné.

A transgressão opera-se por salinidade, na profundidade primeiro, e depois por temperatura, na superfície, em seguida. Existe, além disso, uma relação entre as diretrizes das transgressões e a topografia do relêvo submarino; apresentam eixos e velocidades. As regressões processam-se de forma análoga.

O problema foi estabelecer as *causas* e a *periodicidade* das transgressões. Coube ao Prof. Otto Pettersson marcar as relações existentes entre estas "marés" internas e os fenômenos astronômicos. Calculou o sábio suéco o período da revolução da linha dos nodos da órbita lunar (18,6 anos) o período da revolução do perigêo da órbita lunar, o período de 99 períodos sinódicos, o período de Saros (18 a, 11d.), o período do nodo apside e o período do perihélio, nodo apside 1.860 anos). A isso juntou o período de 111 do deslocamento das manchas solares.

De seu lado, desde 1921, Le Danois compulsava os dados dos boletins hidrográficos do *Conselho Internacional para a Exploração do Mar* e notava que as máximas registadas em 1903, 1907, 1912 e 1916 serviam de dados empíricos para descobrir o ritmo periódico.

Com os dados de Otto Pettersson, êle modificou ligeiramente os seus dados, que ainda corrigiu em 1931, chegando aos seguintes períodos:

1 4,6 9,3 18,6 111

O dado principal é o do período de revolução dos nodos da órbita lunar de 18,6 anos. Daí tirou a metade, 9,3 e o quarto 4,6.

Classificou então as transgressões em periódicas, sendo:

- a) transgressões seculares: 111 anos
- b) " octodecimais: 18,6 anos
- c) " novenais: 9,3 anos
- d) " semi-novenais: 4,6 anos
- e) " anuais: 1 ano.

Em seguida à aplicação aos fatos registados e a uma decalagem matemática de 3 anos que foi levado a justificar, estabeleceu a seguinte regra: "a amplitude de uma transgressão é tanto mais forte quanto mais corresponde à máxima de um período longo."

As máximas transgressivas foram, de fato, segundo as estatísticas:

Fevereiro	1903	max.	octo-decimal
Agosto	1907	"	semi-novenal
Maio	1912	"	novenal
Novembro	1916	"	semi-novenal
Agosto	1921	"	octo-decimal
Fevereiro	1926	"	semi-novenal
Novembro	1930	"	novenal
Maio	1934	"	semi-novenal

será, pois, em 1939, a máxima octo-decimal que se manifestará. (Os algarismos são referentes ao Golfo de Gasconha — no mar do Norte, há um retardamento de cerca de três meses).

Mas estas variações ritmicas observadas cientificamente em tão curto prazo (em seguida à grande transgressão de 1876 a 1894, que culminou na máxima secular de 1885), se complicam de ritmos muito mais dilatados, mas ainda desconhecidos ou hipotéticos. A onda de cento e onze anos é um dêles. A máxima de onda de revolução dos nodos da órbita lunar é de 93 anos e só coincide com a onda de 111 anos todos os 10.323 anos, os 555 períodos de 18,6 anos. E' na metade do período em que o azimute do perihélio faz rotação completa. Este período de 207 séculos serviu para estabelecer a cronologia das quatro últimas glaciações da Terra.

"Pode se conceber que houve, desde as origens da Terra, diz Le Danois, variações térmicas devidas a fenômenos dos quais nossas atuais transgressões são apenas um pálido reflexo e que tiveram grande amplitude e enorme duração. Este ritmo gigantesco explica, sem termos de reçoerir à deslocação dos

continentes, a presença de uma fauna e de uma flora quentes no Spitzbergen, que ainda hoje alcançam mais fracamente as águas transgressivas" (pag. 173).

O período de 1.860 anos referido por Pettersson, também explica muitos fenômenos: 1.420 marcou cataclismos causados por marés, a invasão da Holanda pelo mar que aí formou o *Zuyderzee*. A depressão que formou o Mar Vermelho, o dilúvio bíblico, o afundamento da Atlântida correspondente a anos anteriores à era cristã: 2300, 4100, 6000, 7900, etc.

As *Correntes Marinhas* são explicadas por Le Danois, ora como frentes polares, ora como correntes transgressivas. Em certas fases de contacto, o desligamento dos lençóis marinhos é tão ativo que são de fácil observação e por isso recebem o nome de *correntes*. As Correntes do Labrador, no norte e a das ilhas Falkland, ao sul, são as principais de frentes polares. As Correntes de Guiné, de Benguela, das Canárias e do Brasil, são de águas transgressivas. As correntes equatoriais concentram-se no Mar das Antilhas porque destinadas ao Pacífico, há relativamente pouco tempo (!) encontram o obstáculo do fechamento dos estreitos.

Na zona das calmarias, acham-se ao norte e ao sul, representados pelo Mar dos Sargaços e pela alta salinidade, ao largo do nosso Nordeste.

A propósito do *Gulf-Stream* é interessante a página que lhe dedica Le Danois, tido como o cientista francês que "matou o Gulf-Stream".

O autor justifica-se de ter procurado apenas reduzi-lo às suas justas proporções e mostrando que a sua pretensa influência climática sobre as costas da Europa é fenômeno devido a outras causas (*).

Há, de fato, a acumulação de águas quentes no Golfo do México e no Mar das Antilhas com a saída da enorme massa d'água, em corrente forte e rápida, mas a partir da latitude do cabo Hatteras "o Gulf-Stream se acha integrado na massa das águas transgressivas das quais ele constitui o limite norte".

A este propósito, Le Danois, faz a história da famosa Corrente descoberta em 1513, descrita por Franklin, estudada por Maury. Lembra que os flutuadores nunca revelaram senão trajetos complexos que não concordavam com o itinerário clássico.

A própria lógica, segundo Le Danois, se insurge contra a possibilidade de uma massa d'água superficial, depois de sua 4.000 milhas, poder ser reconhecida por sua temperatura e velocidade; aliás só seu limite norte é indicado, o limite sul sempre fica vago. As variações meteorológicas, que determinaria, são resultadas do fenômeno de maior amplitude, interessando toda a massa oceânica. Mas a crença no Gulf-Stream ainda tem vida!

C — Estudo de transgressões no Atlântico

Se ainda existem a respeito da teoria das transgressões algumas hipóteses a verificar, quanto às causas principalmente, parece ao autor que o sistema se acha já suficientemente baseado sobre fatos e observações científicas.

A origem do conceito foi empírica talvez, mas as verificações foram longas e minuciosas: o autor, há vinte anos, vem pesquisando pessoalmente, auxiliado pelo *Office des Pêches* que dirige.

Os estudos publicados no livro que analisamos referem-se ao papel que desempenham no fenômeno, respectivamente, as *águas polares* e as *águas atlânticas* (segundo a denominação que Le Danois adotou). Ele agrupou os estudos do seguinte modo (que não analisamos em detalhe para não alongar o comentário):

1.º — *Transgressão de Águas Equatoriais:*

a) *Atlântico ocidental* — dos Açores à Terra Nova; pesquisas de 1934 ("*Président Théodore Tissier*"). O interesse deste estudo está na luta entre a cor-

(*) (Há dez anos, em sua Conferência Inaugural de um Censo de Oceanografia, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, já salientou a atitude do Sr. Le Danois, o nosso estudioso geógrafo, Prof. Roberto Seidl).

rente do Labrador e o Gulf-Stream, marcada pelo "formidável contraste das águas polares e das águas equatoriais". O Cold Wall pode, nesta região, ser considerado como limite à troposfera e à estratosfera oceânicas.

b) *Atlântico oriental* — da região ibero-africana ao Mediterrâneo (1925-36), que é definido "um perfeito meio de sobrevivência, que explica o paradoxo de suas condições físico-químicas", pois escapa à lei da diminuição das temperaturas com a profundidade.

2.º — *Transgressão das Águas Atlânticas:*

c) Golfo de Gasconha (1921, 28 e 33) caracterizado pela permanência de uma camada de águas salgadas superficiais de 35,6%, mesmo no inverno.

d) O planalto franco-britânico, onde se revela o fato das transgressões contornarem as ilhas britânicas, sem afetar as águas continentais do Mar da Irlanda, da Mancha.

3.º — *Frente Polar Ártica:*

e) Frente polar européia — Mar da Noruega e Mar de Barentz — A frente polar é limitada pela soleira de Wyville Thomson; é a extremidade norte das transgressões quando fracas, quando fortes alcançam o Spitzbergen e talvez a Nova-Zembla.

f) Frente polar americana — Bancos de Terra Nova e de Nova Escócia, onde é feito interessante estudo da corrente fria do Labrador e de suas bifurcações.

IV — AS CONSEQUENCIAS BIOLÓGICAS

I - A técnica biológica

a) A parte prática de mais imediata aplicação das novas teorias de circulação oceânica é evidentemente a alteração que trazem em matéria de pescarias marinhas. Permite ao cientista abandonar um pouco a sua tendência à filosofia biológica para um estudo mais documentado dos meios em que vivem os peixes, que interessam ao comércio.

Le Danois lembra três categorias artificiais dos seres marinhos, a do *benton* ou animais fixos nas profundidades ou na vasa; a do *plancton* ou animais em suspensão e flutuantes; a do *necton* ou conjunto de animais, mais independentes e nadadores. Ele critica esta divisão clássica por ser imprecisa, pois animais podem pertencer sucessivamente a várias destas categorias e por existir, além disso, ligações íntimas entre os três grupos teóricos. O *necton*, por exemplo, depende para a sua alimentação dos dois outros.

Mais importantes, na formação dos grupos animais, do que a profundidade e a natureza do fundo dos mares, são as condições hidrológicas e principalmente a temperatura e a salinidade. E' pois o facies hidrológico que deve ser estudado. Os seres vivos só em pequena escala são enditermos, isto é, indiferentes às variações de temperatura; em regra obedecem à *stenotermia* (procura de temperatura fixa) e à *stenosalinidade* (procura de salinidade constante).

Daí a classificação possível em faunas *polar*, *temperada* e *tropical*.

A limula, êste trilobita de nossos dias, vive hoje nos mares quentes da Insulândia como vivia nos mares da época primária.

O *habitat* de peixes é pois antes o conjunto das condições hidrológicas e não se deve falar em fundos de bacalhau, mas sim em águas de bacalhau, pensa o autor, pois há grupos dos mares boreais dos litorais do Norte que, na zona equatorial, só se acham abaixo de mil metros (hycodidae).

b) *Migrações de peixes* — A *stenotermia*, base da determinação do *habitat*, varia porém nas diferentes fases da vida do peixe. Os nossos ao sair do *plancton*, muitas vezes, precisam procurar águas de mais fraca densidade e escapam para as águas costeiras mais quentes e menos salgadas; são os seus "viveiros", enquanto não se fortaleceram. No período de reprodução, a mesma necessidade causa a repetição do fenómeno. Por isso, distingue Le Danois, as *migrações de*

reprodução, que são *concentrações* de indivíduos em meios menos densos, e as *migrações de nutrição*, que são dispersões retornando os indivíduos para o *habitat* de águas mais densas e de alimento mais abundante.

Contrariamente ao que se pensa, as migrações sazonárias são de pequena amplitude. O atum e a enguia constituem exceções, como peixes migratórios.

c) *Ictiometria* — Le Danois descreve sumariamente os novos processos, adotados pelos cientistas dos Conselhos Internacionais, para estudar as populações marinhas, nos seus menores detalhes, afim de reconhecer e localizar os grupos, afim de conhecer sua origem geográfica e seu destino, assim como também a sua proliferação e as perspectivas que oferecem ao comércio.

A ictiometria compreende uma série de processos de medição. São medidas, em grandes quantidades, feições somáticas do peixe pescado (diâmetro do olho, distâncias das nadadeiras, escamas, raios branquiais). O número de vértebras parece, até hoje, ter sido uma das mensurações mais satisfatórias.

A ictiometria já permite calcular a idade dos indivíduos pela "leitura das escamas". Atualmente, o biólogo norueguês Hjort já reduziu todas as informações a estatísticas e gráficos que revelam as "classes anuais" de peixes e trazem preciosas informações sobre a própria vida sexual dos peixes.

d) *A Marcação* é mais um progresso; consiste em devolver ao mar uns peixes em bom estado físico, depois de tê-los marcado com letra ou algarismo em lugar apropriado. As vezes 25 a 35 % dos peixes marcados são novamente pescados e revela-se assim o trajeto que percorreram.

Evidentemente para chegar a semelhantes resultados é necessário um aparelhamento biológico que o autor descreve sumariamente, mas que vai se especializando e se aperfeiçoando rapidamente.

II - Influências das transgressões sobre a biologia e a pesca

Le Danois encontra nas transgressões oceânicas as causas das variações do *habitat* hidrológico e, por conseguinte, das migrações dos peixes. Estes são "verdadeiros detetores

biológicos", diz o autor, que conclue sorrindo "são os próprios peixes que se encarregam de demonstrar o valor desta minha teoria (das transgressões) e de suas fecundas aplicações" (pag. 246).

Os seres marinhos agrupam-se, segundo suas espécies, em duas categorias: a das águas transgressivas e a das águas continentais e polares. E' no momento da dispersão e nutrição, que se revelam suas tendências opostas, achando-se cada grupo, por necessidade biológica, de cada lado dos limites das águas atlânticas; profundidade ou superficialidade das águas, já não importa mais: impera a transgressão.

Neste ponto de seu trabalho, Le Danois estuda um certo número de espécies do Atlântico Norte que divide em:

a) *Peixes emigratórios ou sazonários* (atum branco e atum vermelho, cavala ou sarda, arêque, sardinha).

b) *Peixes de fundo* (bacalhau, merlúcia).

c) *Peixes anádromos e catádromos* (salmão, enguia).

Não havendo, nesta última parte do interessantíssimo livro de Le Danois, referência ao nosso Atlântico Sul, terminamos aqui a análise desta obra preciosa. Se as idéias de Le Danois já são conhecidas, há muito, entre nós, devemos entretanto lhe ser gratos, da oportunidade que fornece a seus leitores de conhecer os serviços prestados à oceanografia pelo "Office Scientifique et Technique des Pêches", de 1933, data em que adquiriu o navio "*Président Théodore Tissier*", para cá. Oxalá tivéssemos, para o estudo do Atlântico-Sul, da bacia brasileira, de nossas soleiras e ilhas, a mesma riqueza de dados que permitiu ao eminente oceanógrafo francês escrever tão substancial monografia sobre regiões do Atlântico-Norte.

D. de C.

Fronteiras do Brasil no regime colonial

Delgado de Carvalho

CARVALHO, Delgado de. Fronteiras do Brasil no regime colonial. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 4, p. 91-109, out. 1939. Comentários de: SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Ilustrações e mapas de J. Wash Rodrigues. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939. 239 p. (Documentos brasileiros, 19). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

COMENTÁRIOS

GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS

Jacques Ancel é um dos historiadores-geógrafos de após-guerra, cuja produção já rica, traduz as duas tendências características de nossa época, em matéria de ciência política: uma preocupação constante de estudar os problemas da hora presente, a história contemporânea em evolução sob as nossas vistas, e um não menos constante empenho de ligar intimamente os fatos humanos ao quadro geográfico em que se produzem.

Além de várias monografias sobre geografia política e história dos Balcans, publicou, há tempos, o seu 1.º livro de um "Manual Geográfico de Política Européia" que revela a intimidade que liga a História à Geografia, no pensamento do autor.

Depois de sua "Geopolítica", em 1936, nos oferece agora uma *Geografia das Fronteiras*.

Esta última obra que entrou na notável coleção de "Geografias humanas" do professor Deffontaines, vem focalizar e completar o pensamento do autor esboçado há dois anos, na sua *Geopolítica*. Mais do que qualquer outro discípulo de Vival de La Blache, Jacques Ancel parece interessado em contrapor, em seus escritos geográficos, as teorias da escola francesa às ratzalianas da escola alemã.

A sua nova divisão geral do estudo das fronteiras é tripartida: considera os *Estados Amorfos*, as *Fronteiras Plásticas* e as *Fronteiras Movidças*.

Tentaremos aqui uma análise do novo livro de Ancel (1938), sem todavia deixar de nos referir às idéias do autor, expressas em obras anteriores, sobre o mesmo assunto.

Os atuais acontecimentos da Europa Central são demasiadamente importantes e significativos para nos furtarmos a uma interpretação geográfica de suas tendências: ora o que está em foco é a fronteira!

A — Estados amorfos As sociedades primitivas constituem grupos isolados, sem quadros nem formas, de mecanismo rudimentar. Mas quando se encontram, nasce uma fronteira, limite de competências. Hoje ainda existem destes grupos sociais que a floresta isola, sem quadro permanente, nômadas ou sedentários. São amorfos e não têm fronteiras nem limites estáveis os Estados que constituem.

Há mais ainda, existem impérios extensos que gozam de características idênticas as dos *Estados amorfos*.

I — SOCIEDADES MOLECULARES

São grupos sociais cativos em ambientes repressivos que têm por limites o que puderam conquistar sobre a Natureza pelo seu esforço. Na *floresta equatorial*, por exemplo, vivem Estados-embrhões, presos na mata hostil, rica, impenetrável e úmida: nas clareiras congoleas, nascem aldeias que os elementos, a fauna, a flora e as águas limitam e restringem. Preso, limitado, abafado, o negrilho do *Congo Médio* pouco pode progredir, vive com sua família uma vida elementar de lutas e privações. Às vezes, a cooperação permite esforços mais eficientes, derrubadas ou queimadas; as tribus se guerreiam; canoieiros hábeis penetram nas matas rio acima e estabelecem contacto de comércio elementar com o exterior.

Mas há também na mata temperada da Europa "grupos residuais", sobrevivências, células montanhesas. Na floresta carpática da *Slováquia*, o homem proveniente das estepes vizinhas, embrenhou-se na montanha e formou pequenas colônias de lenhadores, na Idade Média. Outras sociedades, oriundas da planície alemã se dedicaram aí, cedo também, à procura das jazidas metálicas, de ferro, de cobre, de prata.

O sal e o combustível também formaram colônias profissionais nos Carpatos e assim se explica, hoje, até certo ponto, a desintegração de um Estado feito de elementos tão heterogêneos. "As pequenas tribus ciganas, diz Ancel, expulsas de sua toca florestal, nomadisa ainda sobre as estradas da Europa: sociedades minúsculas, fiéis a seu chefe, a seus costumes, a sua religião ainda pagã, a sua linguagem, se passam de fronteiras: sobrevivências de grupos isolados, Estados autônomos de outrora".

Nos *Balcans*, a montanha é ao mesmo tempo barreira, limite, segurança e reduto sagrado. Melhor exemplo disso representa o *Cerna-Gora*, o Montenegro, baluarte secular contra as invasões, que foi Estado-Miniatura até 1918.

II — ESTADOS NÔMADAS

Se dispensam fronteiras os Estados embrionários muito mais assim os grupos itinerantes, pastoris, nômadas, como há exemplos históricos na zona do Mediterrâneo.

Ao lado de uma "África dócil", se levanta uma "África rebelde". Nas regiões argelianas e tunisianas, desde os tempos de Cartago e da dominação romana, os grupos humanos emigram anualmente: passam o inverno nas planícies ou nas costas temperadas do Mediterrâneo e se deslocam com seus rebanhos para a montanha, rica em pastos; vão do *tell* ao *djebel*, frequentam os altiplanos intermediários.

Mas nem sempre deixam de constituir Estados sedentários. No século X, por exemplo, mussulmanos herejes, os Carejitas, repelidos de Tiaret e de Uargla, embrenharam-se no *Mzal*, e aí, com canais, barragens e poços fundaram o oásis-fortaleza de *Gardáia*.

Marrocos também registra as mesmas alternativas. O país submisso, *Blad es Maczen*, cultiva as planícies costeiras do Hús, da Chuáia, do Garb: o Estado é o duár, bérbero, árabe islamizado, que comercia. O país insubmisso, é o *Blad es Siba*, do Atlas Médio, do vale da Muluia, do desfiladeiro de *Taza* e do Rif espanhol. São criadores que descem nas planícies no inverno, mas nem por isso são pacíficos, fiéis ao sultão de Marrocos.

Ao lado de uma "Ásia fecunda" nas planícies deltaicas, férteis e úmidas, apresenta-se em contraste também uma "Ásia feroz" das estepes, dos desertos, das altitudes desprovidas, de onde cronicamente partem populações famintas, à conquista das orlas cultivadas. É o mesmo espetáculo que se repete na *Anatólia*, alta e seca, na aba siberiana do *Turquestão* e da *China*, no *Iran*.

"O turco nômada, diz Ancel, ignora a pátria territorial, não gaba o seu país. Mas é orgulhoso de seu bando, de sua "nação". Quando o chefe não paga mais seus subditos, procuram então outra *bandeira*. Estes povos são regimentos. As suas nações trazem nomes de seus coroneis, Eusbeg, Osmanli". A *Ásia Menor* tem quatro aberturas para a água, a chuva, o Mediterrâneo: a *Porta de Mossul* que leva a Bagdad; as *Portas cilicianas*, no Taurus, entre a Ásia grega e Ásia semítica; as *Portas egeanas* que levam a Smirna e aos vales e planícies da costa do Egeu; as *Portas balcânicas* que abrem o caminho da Europa, pela Trácia e a Bulgária.

Por isso foi o *Estado Otomano*, um Estado essencialmente roteiro: suas estradas na Ásia e na Europa, seus rios, seus caminhos de caravanas eram sulca-

dos de fortalezas, cidadelas, mercados, peregrinações; em 1683 de Salônica, Uskub, Belgrado alcançaram os muros de Viena, pelo Danúbio. Lá pararam para recuar e conservar hoje apenas o distrito de *Constantinopla*, em terra da Europa. Contra o turco, homem da estrada, defenderam-se os grupos europeus entrincheirando-se na montanha, gregos, sérvios, búlgaros.

III — IMPÉRIOS MARÍTIMOS

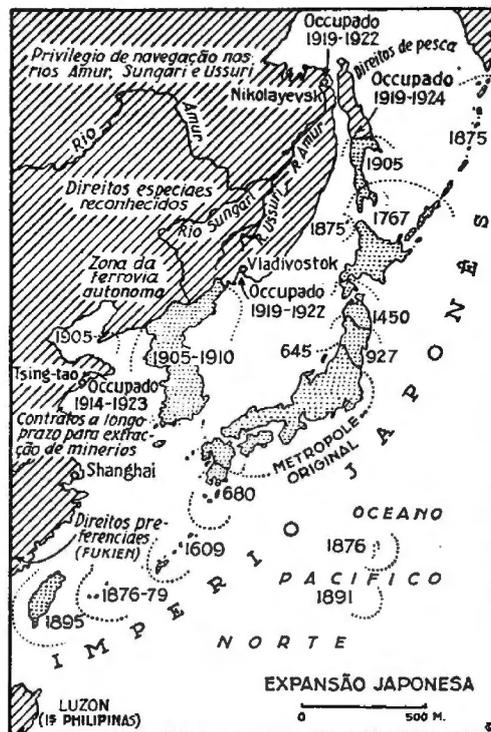
Ao tratar dos grandes impérios insulares, com domínio colonial extenso, Ancel os compara, como Estados amorfos, às modestas sociedades que vivem de pesca, nos bancos de *Terra-Nova*. Ai vivem muito menos sobre um litoral pouco hospitaleiro, embora recortado e abrigado, sobre uma terra ingrata e pobre do que sobre os seus barcos, em que concentram provisões, recursos e conforto, porque para estes nômadas do Oceano, vindos de todas as terras atlânticas em que se pesca, o barco é a pátria flutuante que, esta, não precisa de limites nem de fronteiras.

O mar criou o *Japão*; mas só no XIX século teve êle consciência de seu destino, que lhe foi revelado pelo "perigo europeu", quando percebeu que estava muito acanhado em suas ilhas e que precisava de expansão. A orla marítima foi, em consequência, apenas uma etapa provisória. Do fim do século XIV data a primeira expansão; no século XV entram os japoneses em Yezo, no século XVIII nas ilhas Kurilas, no XIX em Formosa, no XX tomam pé no continente. Torna-se assim continental também este império extensível. Ontem a Coréa e Mandchúria, hoje a própria China. A conquista foi comercial a princípio, política em seguida, por fim, militar.

Mas o Pacífico também se oferece aos japoneses como "Pátria Imperial". Depois de suas próprias ilhas, ocupam os seus colonos Hawai, as costas da Califórnia, do México e do Perú; na Nova-Zelandia procuram suprir a falta de braços. Onde estão as "fronteiras"? Todos êles se julgam, diz Ancel, em Terra Japonesa de hoje... ou de amanhã!

Outro tópico que merece estudo no amorfismo dos limites é a *ubiquidade britânica*.

Um império que abrange 27 % das terras e a quarta parte de sua população apresenta, sob o ponto de vista de suas fronteiras, a maior diversidade: não tem "forma", fez-se aos poucos, destronando sucessivamente todos os dominadores do globo, espanhóis, holandeses, franceses. O velho espírito colonial cedeu ao espírito imperial, como êste parece estar cedendo ao espírito nacional da colonização sistemática das terras aproveitáveis nas zonas temperadas. A primeira etapa da conquista foi a apropriação das comunicações marítimas, a segunda a era das plantações, em seguida a era dos povoamentos. Resultou



Mapa da expansão japonesa segundo o "geopolítico" alemão Karl Haushofer (*Grenzen-1927*)

dai toda uma economia: o navio é o veículo que faz viver o Império, como afirmou A. Demangeon.

O mar é o elemento que liga as numerosas partes do Império e dá-lhe sua consciência. O *Estatuto ou Westminster* de 1931 estabeleceu entre elas a igualdade teórica que as torna comunidades autônomas, verdadeiras nações, unidas apenas pela Corôa.

A doutrina imperial, de seu lado, evoluiu: diante do mundo contemporâneo com suas barreiras alfandegárias, o livre-cambismo cedeu ao protecionismo e ao regime preferencial pedido pelas colônias e domínios — o livre-cambismo tende a se implantar dentro dos limites do Império.

A comunidade britânica se torna um colossal *agregado econômico*.

O mar não é mais um obstáculo, uma fronteira, é antes o laço de união, como o próprio comércio que permite e facilita.

B — As fronteiras plásticas

No conceito de Ratzel a fronteira é função de um duplo movimento entre dois povos: é um meio termo, organismo periférico que avança ou recua, dando a medida da força ou da fraqueza da sociedade que limita. É um conceito essencialmente cartográfico, pensa Ancel, que mal representa as numerosas realidades que, no passado, ilustravam esta noção, segundo os conhecimentos geográficos da época. O conceito de "fronteira natural" sempre foi, aliás, mais ideal do que real. Os próprios elementos físicos não têm a imutabilidade que se pensa.

I — AS FRONTEIRAS MEDIEVAIS

Na Idade Média reina a maior incerteza, em matéria de fronteiras. Ao se formarem as nacionalidades, os povos são essencialmente instáveis e itinerantes. Os Estados em formação são *Estados-clareiras* e *Estados-roteiros*, uns na floresta, outros nas estepes e nas pastagens: não conhecem barreiras à sua expansão. Toda a história primitiva da Europa ocidental é uma história colonial: a luta contra as florestas hercíniana, a peste e boreal, de um lado; a ocupação do oeste danubiano e renano e das planícies, do outro.

As tribus gaulesas e francas não conheceram delimitações territoriais: o desbravamento da terra ocupada era extensível indefinidamente quasi; por fim, entre suas tribus, uma orla de matas não atacadas podia subsistir: era uma primeira feição de fronteira. Acabavam encontrando-se, combatendo-se. No oriente da Europa Setentrional, o caso foi idêntico, porém resistiu mais a floresta: eram maiores os espaços entre a Finlândia e seus vizinhos, carelianos e russos.

No sudeste europeu também, a montanha matosa servia de refúgio às populações contra os invasores, bárbaros e tártaros. Do outro lado do Mediterrâneo, as tribus bárbaras eram repelidas por Roma e se refugiavam atrás de obstáculos de uma natureza pobre, terras secas, desnudadas, vegetação rasteira. Na Polônia, os obstáculos eram bacias lacustres e pântanos, florestas inundadas: os pontos de passagem apenas eram defendidos. Só nos períodos de conquista e de colonização da Ucrânia, ultrapassavam os poloneses as fronteiras florestais.

Os *Estados-roteiros* constituem unidades plásticas às quais dá Ancel o nome de *dromocracias*.

São representadas na Europa Sul-oriental pelas numerosas comunidades slavas que ocupam longas extensões de *vales fluviais*, *estradas de penetração*, entre massiços montanhosos. Do VII ao IX século, a Europa viu-se estabelecer ao longo dos caminhos que levavam a Bizâncio estas "dromocracias" de criadores e mercadores que deixaram na história alguns episódios como os do czar

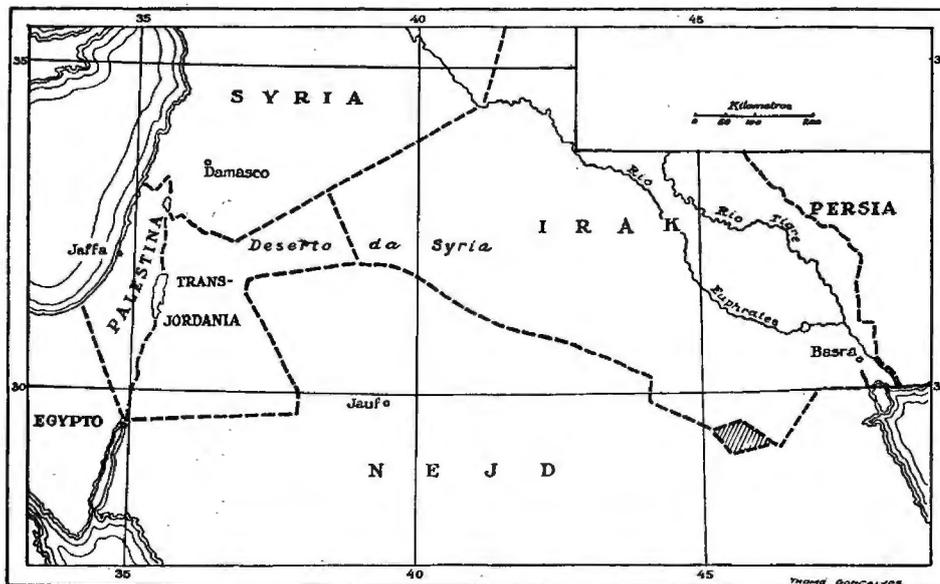
Simeão na Bulgária, de Estevam Duchan, na Sérvia; episódios explorados por historiadores nacionalistas, mas que nem por isso foram jamais traduzidos em fronteiras fixas e efetivas. Os bizantinos resistiram a estas tentativas imperialistas; os turcos, mais tarde, as venceram e, depois de Kossovo (1339), circundaram o decadente império, tornando-se por sua vez, até o XX século, uma destas dromocracias.

O *Estado-Cidade* é outro tipo medieval de fronteiras plásticas. Este tipo é de origem grega. Nunca houve fronteiras entre os Estados da Grécia Antiga: nos mercados e nos portos, apenas, são as mercadorias taxadas; os marcos indicam propriedades. E' território do Estado somente o que pode ser fiscalizado e guardado. A Beócia, a Arcádia nunca foram "unidades territoriais".

Na África do Norte, as cidades do Magreb foram, durante a Idade Média, cidades fechadas por altas muralhas protetoras, durante a guerra e, em paz, durante a noite. Os potentados mais fortes delas só saíam para cobrar impostos ou pilhagens.

O mesmo conceito reinou na Alemanha medieval. São os colonos teutônicos que, do IX século em diante, levantam da margem do Elba à do Vistula as cidades-sentinela, constituindo as primeiras "marcas" guerreiras (Altmark, Ostmark, Mittelmark, etc.) de Magdeburgo (805) por Breslau (1242) até Dantzig (1309).

Por isso, quando nos mapas históricos, cartografando a Antiguidade ou a Idade Média, encontramos limites precisos, devemos considerá-los apenas como tentativas de interpretação. As fronteiras oscilaram até os tempos modernos.



Fronteiras plásticas — A Transjordânia e seu tentáculo para o Irak — Limites de estradas de penetração

II — AS FRONTEIRAS MODERNAS

Não havendo representação cartográfica real não pode haver senão ficção de fronteiras: foi o que se tinha dado na Idade Média.

Com as ciências do Renascimento, o mapa ficou sendo a projeção material da idéia e os traçados precisaram-se. Surgiram sucessivamente os conceitos de *fronteira linear*, de *fronteira natural*, de *fronteira espiritual*.

Aos progressos da astronomia, das matemáticas e da geografia de observação, deve-se a preocupação que tiveram os cartógrafos do XVI século de figu-

rar traçados de limites, para fixar regiões políticas e linguísticas, como nos mapas de Sebastião Munster, em 1550, ou para fixar defesas e justificações, como reclamava Vauban.

O conceito de *fronteiras naturais* foi durante muito tempo uma ilusão, mas contrariamente ao que foi muito repetido, não serviu a políticos responsáveis de tese para os seus planos internacionais. O testamento político de Richelieu é apócrifo. O Reno foi mais frequentemente invocado como fronteira natural por alemães do XVIII século do que por franceses. A cartografia da França, em vésperas da Revolução Francesa, revela a grande indecisão da fronteira em vários pontos, jurisdições duvidosas, territórios encravados. Eram "fronteiras moles", disse E. Lavissee.

Nos Balcans, é característica a ausência deste conceito de fronteira nas ideologias nacionais que guiam os movimentos de independência. Os imigrados,



Fronteiras modernas, anteriores à época dos "limites constitucionais" — A França de 1789 e a sua imprecisão geográfica

GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS

141

a procura de terras se misturam aos ocupantes, na planície, no vale, na montanha. Há uma fusão étnico-religiosa, há tradições, folclore, lembranças históricas, mas não há preocupações de limites. Os russos são os primeiros a reconhecer fronteiras naturais depois dos sucessos obtidos, mas não conhecem o que reclamam... porque tinham mapas precisos da região. O próprio Cauning chegou, em 1832, os limites da Grécia restaurada entre os golfos de Volo e de Arta, "porque entram muito nas terras".

Na constituição de seus quadros geográficos, os povos não foram consultados; falavam somente os teóricos, os diplomatas. Das muitas complicações subsequentes.

Admitindo que o espírito nacional resulte do consentimento livre, pode-se dizer que a *espada de fronteira* resulta do pensamento filosófico do XVIII século e tem a feição com a Revolução Francesa. Se um ideal nacional pode estabelecer uma fronteira espiritual, Ansel opõe, a propósito da Alemanha, o conceito francês ao conceito alemão e conclui que a Lorena e a Alsácia são terras de ligação e não de barreira.

O desmembramento da Polónia foi, no fim do XVIII século, um eloquente exemplo do valor das fronteiras físicas, possíveis de defender. A Revolução e seus teóricos oscilavam entre os princípios a escolher: direito e vontade dos povos, limites naturais, defesa estratégica da integridade territorial. Acabou o Diretório emitindo a teoria dos *limites constitucionais* isto é, da incorporação dos territórios cujas populações por plebiscito pronunciavam sua anexação.

Já no tratado de Campo-Formio em 1797, com a Austria, é iniciada a política napoleônica de trocas de territórios, de conveniências políticas que nada mais têm com fronteiras de princípios.

Mas as doutrinas semeadas na Europa pela Revolução francesa germinaram contra a própria França. Com os movimentos nacionais, encabeçados pela Alemanha que se liberta, nasce a idéia das *fronteiras eletivas*, resultado da livre disposição dos povos. A última a renascer, em virtude deste espiritualismo das fronteiras nacionais foi a Polónia, depois das tentativas de 1811, de 1846 e de 1893.

A este propósito escreve Ansel: "Os velhos impérios-monstros, que só se tinham entrenchado de fronteiras artificiais, são abalados pela amplitude do movimento nacional que gora em 1848 mas que acerta depois da Revolução, como diz Beues, falando da guerra mundial, em 1918. A velha Europa de 1615 range de todos os lados... Compreende-se então a mobilidade da fronteira. Aparecem novas unidades orgânicas: às portas de uma mesma Nação se aproximam e se soldam... os Rumanos... os Eslavos do Sul... os Tchecos... Entretanto, na complexidade linguística desta Europa dividida, colonizada tantas vezes por tantos povos, uma parte da Nação ficou às portas do Estado Nacional: que fazer das "minorias" ditas étnicas, mas na realidade linguísticas?" (pgs 78-79). Com esta ressalva o autor deixa uma explicação a muitos acontecimentos que agora estamos presenciando. "O Ato Final de Viena, à 9 de junho de 1815, só registou recortes artificiais, onde foi medida a delimitação apenas para o equilíbrio demográfico" diz ele. Terão sido menos "artificiais" os recortes de Versalhes em 1919?

III — AS FRONTEIRAS FÍSICAS

Em matéria de fronteiras reais, isto é, eficientes, a inspeção de mapa é fadiga, revela apenas rios e montanhas figuradas que são obstáculos; nada nos informam sobre a permeabilidade da fronteira. Os desertos humanos, os vácuos da humanidade não figurados, constituirão, entretanto, as verdadeiras barreiras. Montanhas de areia, planaltos pedregosos, pantanos, matas densas, planície gelada, eis as verdadeiras fronteiras físicas que separam os homens.

Os oceanos e mares, os rios, as montanhas serão barreiras em si? Ansel lhes atribue o termo de "endosse fronteiriça".

Os mares são tão pouco fronteiras que lhes foi marcada uma zona de águas territoriais atribuída aos ribeirinhos. O Egéu com o seu arquipélago e as suas costas abruptas recortadas ou em "escalas" foi um cadinho dos povos, facilitando-lhes os contactos, desde a Antiguidade.

O Adriático ligou as suas orlas itálica e dalmata muito mais do que as separou: a história de Veneza o prova. A franja marítima da Dalmácia dependia tanto ou mais do meio adriático do que da montanha interior.

O Báltico, mar raso, apresenta costas em perpétua remodelação: no fundo de lagunas, portos medievais vivem em comunicação pelo intermediário marinho. Foi um lago Hanseático, depois um lago sueco, hoje é lago escandinavo, aberto e neutro.

Os rios muito raramente constituem barreiras, a menos que quedas os venham interromper. O Reno atravessa zonas muito diversas e diversos são também os aspectos que êle apresenta. Nunca foi barreira: desde os tempos dos romanos. Seus ocupantes procuraram estabelecer-se em ambas as margens. A Geo-política alemã pretende que é a bacia unificada do Reno que pertence à Alemanha e não a linha fluvial. Do lado da Polónia, ela é levada a modificar êste conceito de bacia fluvial unificada que lhe seria desfavorável, aplicado ao Vistula.

Aliás há rios que enganam os diplomatas ocupados em traçar fronteiras. O Pilcomayo, por exemplo, se divide em numerosos galhos, burlando o tratado de 1876 entre Argentina e Paraguai. Os tratados de Rapallo (1920) e de Roma (1924) delimitaram a fronteira ítalo-iugo-slava pelo "separador de águas" que só pesquisas espeleológicas de águas cársicas subterrâneas revelariam.

A montanha aparenta também um tipo de fronteira natural: os seus passos porém, são dos mais frequentados desde épocas pré-históricas, como é o caso dos Alpes. O mesmo dá-se com os Pirineus, que nunca foram fronteira morta, pois são até bem povoados os seus vales. Nos Carpatos são os pastores que aí e'egem sua "pátria de verão". Foram refúgios dos rumaicos que daí desceram para colonizar as planícies.

A Slováquia conservou o tipo disperso de habitação, feição característica dos povos pastores da montanha.

São outras, pois, as dificuldades que encontram os grupos humanos como barreiras à sua expansão natural.

a) A mata, em primeiro lugar. A montanha só é repulsiva quando matosa. Na Boêmia, por exemplo, o *Wald* é mais inhospitaleiro do que o *Berg* mineiro: é fronteira de línguas e sua orla determina os pontos de colonização.

A floresta medieval separava os povos e continha a marcha dos nômades imigrantes. A mata russa, na orla da qual levantaram-se Moscovo e Tula, foi sistematicamente atacada por Pedro, o Grande, até a mata finlandesa.

A mata balcânica também foi devastada estrategicamente pelos turcos; nela se refugiaram as populações cristãs.

b) Outra barreira eficiente, é o pântano: na Polónia, os pântanos do Pinski são desertos negros com centenas de lagoas e milhares de quilómetros de rios, incultos, sem árvores, atravessados por pistas sobre esteios de madeira, com ilhas.

A oeste da Germânia, até o século XVI os Países Baixos conseguiram guardar língua própria e civilização, graças aos pântanos do Boertange, hoje cortados de canais.

c) O deserto, o vácuo de homens por excelência, é a fronteira ideal. Foram os "limes" romanos da Síria, da Arábia, da Líbia. No Saara, os animais

GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS

103

mesmo são apenas transeuntes. Os oasis são prodígios da vontade humana, como o Mzab com suas 260.000 palmeiras. O Egito é oasis murado entre dois desertos: daí sua civilização fechada, individualizada.

Mas o Grande Deserto saariano é formado por manchas: cidadelas do Tibesti, do Kufra, que conquistaram os árabes nômadas.

O Tibet é o vácuo interposto entre as províncias chinesas e indús. A mais absoluta das solidões a 4.000 metros de altitude; só nos vales vivem povoações. As soberanias aí são teóricas.

IV — AS FRONTEIRAS HUMANAS

Há fronteiras em que falta a barreira visível, são as fronteiras humanas em que um certo número de circunstâncias *temporárias* ou *permanentes* discriminam uma oposição. No primeiro caso, Ancel as qualifica de *fronteiras de pressão*, e no segundo, de *fronteiras de civilização*.

a) Nas *fronteiras de pressão* os limites se traçam segundo as necessidades de circunstâncias estratégicas, políticas ou econômicas. Um Estado nasce, como o Irak, encostado nos montes do Kurdistão, alcança as estepes de Djeziré e o deserto árabe, mas não tem limites precisos senão quando esbarrar em novos Estados em expansão também: a Líbia, a Palestina, o reino wabita do Riad. Nestes "isobares políticos" os limites se estabelecem como linhas de "igual pressão". Isso já se deu nos Pirineus; cessou porém com a decadência da Espanha, passando a ser "fronteira morta".

A fronteira franco-germânica ao longo do Reno é menos uma linha do que uma zona; por isso oscilou através dos séculos. Os alemães reivindicaram a "bacia do Reno", os franceses a segurança estratégica, e assim, impuseram, durante algum tempo, um recuo de 50 quilômetros da fronteira militar sobre a fronteira política (1918-1936).

Na América do Sul, são os rios frequentemente escolhidos, mas a sua imperfeita caracterização nos tratados leva a "contestados territoriais" como foi o do Amapá, como foram as cabeceiras dos rios chilenos e as cristas andinas.

Na Europa, as fronteiras de valor estratégico revestem importância: os Estados que sucederam aos grandes impérios ainda oscilam na procura de uma situação de equilíbrio e segurança: o caso da Iugo-Slavia é típico.

Por fim, há Estados que, como o Sião, o Afeganistão são "para-choques" entre unidades mais poderosas.

Saindo um pouco da noção linear da fronteira, verificamos que as fronteiras humanas temporárias ou de pressão se estendem à procura de uma estrada, de um mercado ou de uma cidade. Na Arabia desértica, são característicos os tentáculos que certos Estados oferecem no mapa, ao procurar o acesso das estradas de automóveis ou de canalização de petróleo.

O acesso ao mercado é bem marcado pelo território de Dantzig, onde a cidade-pôrto rodeada de comunidades germânicas, cresceu com o comércio polonês que outrora não a procurava. A este propósito não deixa de criar novos e insolúveis problemas de fronteiras cidades de uma língua e raça, rodeadas de regiões rurais de outra língua ou raça que a fazem prosperar: Wilna, a Ukrania, a Bessarabia com cidades russas e campanha moldava; Monastir, Uskub, nos Balcans, ainda muito turcas num ambiente slavo.

Às vezes, a vida de uma cidade como Genebra necessita de um ambiente econômico que a política não lhe deu: criam-se então, por acordos, as zonas francas, como a Saboia, restaurada em 1932 no seu regime de 1815-1816.

b) As *fronteiras de civilizações* — as "Kulturgrenzen" dos alemães, são mais permanentes, porém mais incertas também e sujeitas a interpretações.

A derrocada dos grandes impérios europeus de 1918 levou um certo número de nacionalidades a reivindicar regiões e cidades de raça ou língua sua. Ancel cita todavia geógrafos alemães e húngaros que, antes da grande guerra, traçavam em seus mapas fronteiras linguísticas muito menos ambiciosas do que o seu irredentismo atual.

O nacionalismo linguístico é responsável pela precária estabilidade das fronteiras traçadas na Irlanda entre a parte inglesa protestante e a parte católica, gaélica e livre. Tudo aí dependerá das forças que se fazem equilíbrio.

Mas a sabedoria linguística encontrou sua expressão na Suíça onde a Suíça romanda, a Suíça alemânica e a Suíça itálica vivem em perfeita harmonia, ditada pela firme vontade da liberdade e da defesa contra o Exterior.

Um *pangermanismo* que Ancel qualifica de pseudo-científico aflige os geógrafos alemães da *Geopolitik*. Com expressão imprecisa de *Kulturboden*, de *Volksboden*, de *Raum* e hoje de "espaço vital", eles procuram explicar que são cem milhões, dos quais muitos vivem fora dos limites do império. Daí a necessidade que sentem de expansão e a interpretação hitleriana da Mittel-Europa que não deixa de inquietar os vizinhos do Reich.

Um exemplo interessante foi o da "prussianização" da Renânia, operada entre 1814 e 1914 numa terra alemã de aspirações livres que a Escola, o Exército e a Indústria transformaram em terra prussiana.

A isso opõe Ancel a civilização francesa que não deseja deslocar as suas fronteiras, nem absorver territórios vizinhos, embora da língua francesa.

C — As fronteiras movidças

Nas fronteiras de quadros pouco consistentes, a fixação depende de um equilíbrio. Há um dinamismo da fronteira que varia com a noção da segurança. Há também um fator interno que atua e se traduz pela "fronteira espiritual" reivindicada pela língua, pela raça, pelo passado ou pela cultura. Os quadros, pois, não são rígidos mas antes flexíveis, amoldáveis.

I — FRONTEIRAS EM FORMAÇÃO

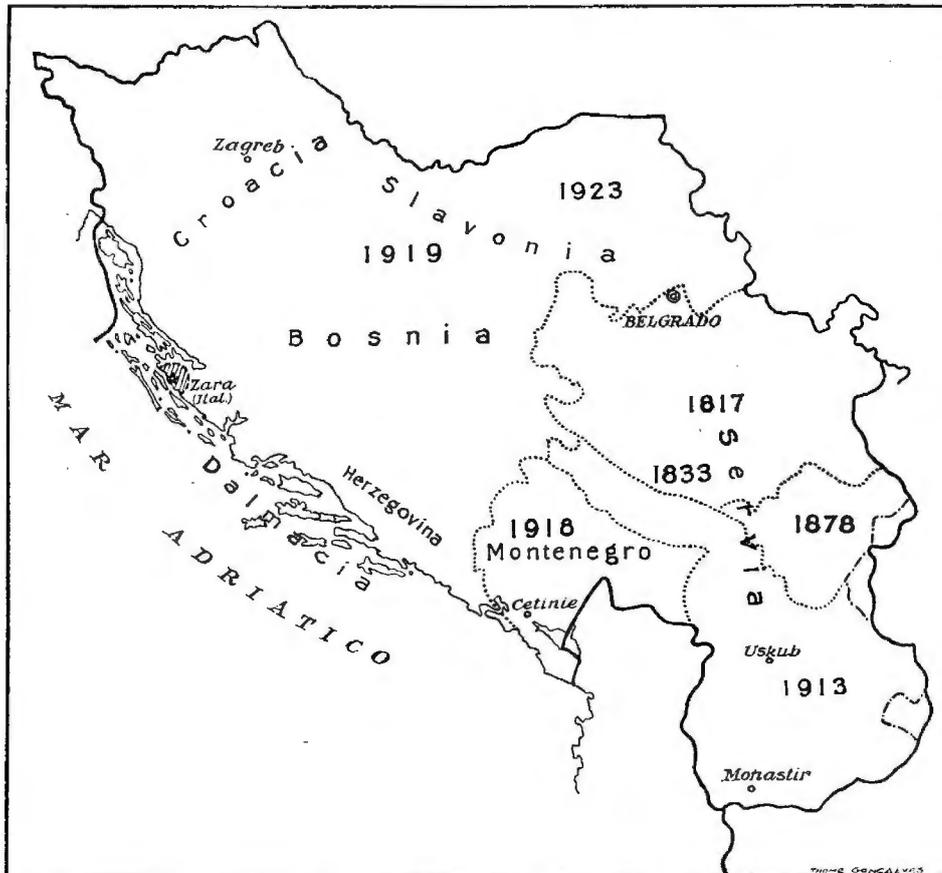
A gênese dos Estados atuais resultou num equilíbrio entre as forças internas das nações e a pressão periférica. Quando há falta de lógica neste balanço de forças é de origem diplomática: são compromissos artificiais.

O primeiro exemplo desta interferência artificial é a "balcanização". A criação da monarquia sérvia, no princípio do século XIX sob o alto patrocínio da Rússia foi acompanhada, ao nascer, de uma geografia fantasista em que rios e serras eram inventados, ignorados ou deslocados arbitrariamente. A ignorância da topografia ainda prevalecia em 1878, no tratado de Berlim. Em 1913 ainda, as teses políticas, a necessidade de alargar a Albânia, de afastar a Sérvia do Adriático prevaleciam sobre as realidades geográficas.

Nos Balcans, a nacionalidade sérvia nasceu nas cidades, embora as células originais tivessem se formado na montanha matosa. O Danúbio, o Save, o Drina e o Timok eram horizontes restritos como limites ao país: daí as rebeldias, as insurreições, os *comitadjis* que procuravam reunir as terras sérvias da península em poder da Austria-Hungria, da Macedônia Turca, do Montenegro. A "reconquista" sérvia estava marcada no mapa: tinha de se dar pelos vales do Morava e do Vardar. A posse de Uskub era necessária. Por etapas sucessivas com alternativas, fez-se a Iugo-Slâvia até a Albânia, a Bulgária e a Grécia renascida.

A Albânia, para Ancel, é um tipo de Estado de consciência nacional ainda fraca e à procura das suas verdadeiras fronteiras. O país é em si um balcanismo exagerado pela extrema multiplicidade de suas pequenas unidades geográficas,

correntes, gargantas, planícies nas quais se formou o albanês, tipo étnico que difere segundo o meio: ao norte, montanhês áspero, rústico, guerreiro, frugal; ao sul, pastor nômade que vive em comunidades ortodoxas, burguesas; no centro, cultivadores pacíficos, acostumados ao domínio feudal dos senhores estrangeiros, principalmente oriundos da Itália.



A "reconquista sérvia", tipo de fronteiras moveáveis, em formação. Etapas sucessivas riscadas pelas datas

Foi sob a influência estrangeira que foram unidos estes três elementos para formar uma nação: pelos romanos, na Antiguidade; pelo turco que procurou impor sua religião; pela Itália que entronizou Zogú.

Outra nacionalidade incerta nas suas fronteiras é a dos árabes, que, com a dissolução do Império Turco se espalham em todo o Oriente próximo, asiático-africano. O obstáculo à unidade é duplo: os interesses dos europeus entre o Mediterrâneo e o golfo Pérsico e o "caminho das Índias", eixo da política britânica neste setor. Daí a necessidade de diminuir a força árabe. Saíram das negociações diplomáticas de após-guerra alguns Estados árabes ao longo de certos eixos, de certas estradas econômico-estratégicas: Irak, Yemen, Palestina e Transjordânia, Síria, ficando deles um resíduo, o Nedj.

Não reina nesta distribuição nem princípio de nacionalidade nem diferenciação linguística ou religiosa. Somente o Nedj é tipicamente árabe tradicional e daí a sua força de roer os Estados periféricos.

A unidade no Irak, na Síria e no Yemen é prejudicada pelos focos minoritários difíceis de assimilar; mas o espírito nacional está despertando.

II — FRONTEIRAS ESTAVEIS

Certos Estados dotados cedo de um espírito nacional, fixaram suas fronteiras em quadros que não foram mais sensivelmente modificados, tal o equilíbrio interno ao qual tinham chegado.

As agremiações helvéticas ou "Atlas Alemanhas" constituem um exemplo de células montanhosas florestais, detentoras na Idade Média, do curso superior de certos rios da Europa Central que dominam passos de importância. Ai se formaram os quatro cantões primitivos (Uri, Schwytz, Unterwald e Lucerna) aos quais vieram cedo se aliar as comunidades urbanas da orla da montanha. No século seguinte, estenderam-se até os fossos laterais cavados pelos rios, do Inn, do Reno, do Aar. Mais um século, e a Suíça alcançou as suas "portas vitais" da Borgonha e da Austria: só do lado italiano não deu o passo para a frente e respeitou as cristas alpinas.

A cada uma dessas etapas da formação das fronteiras helvéticas, corresponde um esforço guerreiro (Morgarten, 1315; Morat, 1476; Marignan, 1515). Nos tratados da Westfalia (1648), a Suíça é dotada dos limites aproximados que ainda hoje possui. E' nestes limites que o espírito nacional, resultante da fusão de montanhosos, de camponeses e burgueses das cidades ou antes, da combinação destes "gêneros de vida", consegue formar o Estado.

Este Estado Suíço, é verdade, é eclipsado durante o domínio napoleônico, sob o Ato de Mediação. Mas a unidade interna está feita, as revoluções locais e a guerra civil do Sonderbund (1847) resultam na vitória da centralização, da democracia, do referendun, das liberdades.

O equilíbrio helvético, cimentado ainda pela industrialização, veio dar nova força ao elemento camponês. O seu nacionalismo pára nas fronteiras: pelas suas três línguas federais recebe todas as idéias da Europa, digere-as e forma um pensamento seu, largamente aberto ao internacionalismo acolhedor de Uniões diversas (Cruz Vermelha, U. Postal, etc.) até a Sociedade das Nações.

Difere um tanto a história belga: em vez de se coagular ao redor de um núcleo montanhês e de fixar suas barreiras, onde cessava a solidariedade de suas células, como a Suíça, representa a Bélgica a juxtaposição de dois pedaços rasgados de grandes Estados. A Bélgica é uma concentração depois de secessões medievais; foi uma vontade que criou a nação, contra o despotismo da política, da diplomacia, das diferenças sociais e linguísticas.

No Norte, é a planície germânica, no sul, a mata céltica romanizada: flamengos de hoje e walões. Uma parte luta contra as águas marinhas e fluviais, a outra contra a mata. A Bélgica central foi ponto de contacto entre a França, a Inglaterra e o Império. As influências rivalizam, vencem alternativamente.

A independência é garantida cedo pelo interesse inglês. E' o Estado borquinhão a primeira incarnação do Estado belga; dá-lhes unidade política e econômica, dá-lhes mesmo unidade espiritual apesar do bilinguismo. O Renascimento o civiliza, mas a Reforma nele provoca uma guerra nacional mais do que religiosa. A Espanha é afastada, mas o catolicismo fica e com êle a tradição monárquica.

No XVIII século, o Estado belga desaparece no Estado austríaco. A libertação vem da França, mas o Bloqueio Continental a torna odiosa e o espírito nacional resurge.

Depois de 1830, triunfa definitivamente a Nação das cláusulas fictícias do tratado de Viena e a Bélgica definitiva se constitui embora com a privação da Flandria zelanda, do Limburgo de Maastricht e do Grã-ducado luxemburguês, seus "ângulos vitais".

III — FRONTEIRAS EM EXTENSÃO

A história descreve as pulsações da fronteira primitiva, suas extensões e suas retrações: a nebulosa tem contornos indecisos, mas acaba pondo fim a estas vibrações: é o momento em que o espírito e a vontade criaram a Nação. As orlas alisam as asperesas com as fricções e as fronteiras se solidificam.

Em França, a monarquia, contrariamente ao que lhe atribuem certos historiadores lisonjeiros, não teve o espírito de fronteira. O Estado hesitou muito nos seus limites: os reis se serviram de suas terras para apanágios, doações e ducados. A medida que foi se fortalecendo e se solidificando o Estado, criou-se uma comunidade espiritual, baseada sobre a língua e as necessidades de segurança. Os grandes políticos nunca conceberam "planos" de fronteiras: as conquistas, as heranças e o acaso imperaram, a princípio. No XVIII século delineou-se o Estado-Nação; nasceu o espírito de fronteira, com a união espontânea de províncias. O episódio napoleônico foi efêmero.

Três nações de formação recente viram, depois da Grande Guerra, as suas fronteiras consideravelmente estendidas, cada uma, porém, com as suas características.

Os vinte anos da experiência de autonomia que teve a Tcheco-Slováquia não foram felizes. Nações internadas no passado, aproveitaram a ocasião para escapar ao jugo e foram atraídas por polos ou focos vizinhos, depois da derrocada do Império Austro-Húngaro. Foi na Europa danubiana que se deram as maiores alterações de novas fronteiras.

A união da Boêmia, da Morávia e da Slováquia ao redor do núcleo que o proselitismo dos poetas, dos músicos e dos professores mantinha de espírito nacional vivo, nas zonas rurais pelo menos, pois as cidades eram germanizadas, a união de três povos era uma tentativa audaciosa. A Boêmia como uma fortaleza central era tcheca, mas as suas orlas montanhosas tinham sido invadidas pelos sudetos. A Morávia era a pátria dos seus emancipadores: Comenius, Palacky, Masaryk. Mas aí também a orla metalúrgica era alemã. A Slováquia, terra de lenhadores pobres, de pastores, era ocupada em seus vales do Tatra por populações que tinham sofrido invasões húngaras e pressão alemã.

Assim mesmo foi tentada a experiência da união da Montanha, da Campanha e da Cidade para uma vida nacional.

Um exemplo análogo, com forças vitais mais poderosas, é dado pela extensão das fronteiras rumenas; são estas de vários tipos: a fronteira moldava, a fronteira valaca e a fronteira transilvana.

A Moldávia reflete os três aspectos característicos da România: a montanha, as colinas e as planícies, ligadas pelas migrações anuais dos pastores. A última orla plana, ao longo do Dniester, enfrenta as planícies russas da Ukrania. A Valáquia repete a divisão tripartida, enfrenta o Danúbio ao sul e na margem húngara, embora salpintado o território de invasões passadas que aí deixaram resíduos dos imigrantes. A Transilvânia, em parte magiarizada, procura nas planícies a sua fronteira norte, retalhando propriedades grandes e colonizando com elementos rumenos. As cidades são, em parte, húngaras, mas a Campanha é rumena.

Outro exemplo é a Iugo-Slavia, formada de elementos reunidos, sérvios, croatas e slovenos, ao redor do núcleo primitivo, a Sérvia. Dois eixos percorrem a nova pátria: a linha Moravia-Vardar de norte a sul, a Sava de oeste a leste.

A fronteira adriática, muito tempo contestada pela Itália é a costa concordante, abrigada e extensa do mar Adriático. A fronteira panônica é a planície, inundada e pantanosa, onde persistem núcleos magiares. Na cunha sul, macedônica, uma fronteira fictícia está humanamente estabelecida por migrações sistemáticas em massa e colonização helênica nacional, em larga escala também.

IV — FRONTEIRAS EM REGRESSÃO

O espírito nacional cristalizanda, ao redor de si, células cujos "gêneros de vida" se tornaram solidários, parece ser uma segurança contra a dissociação do Estado. Os impérios heterogêneos só subsistem enquanto uma animação unitária artificial substitua neles o espírito de patriotismo nacional. Foi o caso do Império romano, foi também o do Santo Império Romano Germânico. Contra as formas imperiais deste último levantaram-se as forças do espírito nacional, tcheco (João Huss) e alemão (Luthero) baseadas sobre reivindicações religiosas.

a) *A deslocação austríaca* é um exemplo da regressão das fronteiras. Os Habsburgos, oriundos de um sítio estratégico alpino, dominando a estrada imperial do Brenner, pelo Wassertor (confluente do Aar, do Reno e do Limnia) conseguiram se impor à Alemanha para tirá-la da anarquia (1273). As fronteiras do império eram imprecisas: abrangiam as Marcas, os postos avançados da colonização alemã, estendiam-se pelas planícies da Lombardia. O império visava ser universal.

A partir do XVI século, principiaram os movimentos nacionais contra as forças federais: a Espanha se tinha recolhida, os Países-Baixos sacudiram-lhe o jugo; a Boêmia fez uma tentativa que deu início à Guerra dos Trinta Anos; a Suíça tinha sido mais feliz. A Prússia amputa a Silésia. No século XIX a direção da Alemanha passa à Prússia e os Habsburgos passam apenas a ser austríacos.

A decadência continua: 1848, 1866: a Austria é a "cobainha da Europa", o último golpe foi dado em 1918 e saiu de Verdão e Saint-Germain uma Austria residual, alemã, com fronteiras contestadas (Burgenland) e fortes amputações a favor da Itália e da Iugo-Slavia.

Até o "Anschluss" persistiram neste resíduo três Austrias juxtapostas: a Austria alpina, acanhada entre elevadas montanhas, apenas com o sulco do Inn,



O desenvolvimento do Império Austro-Húngaro. — Exemplo de fronteiras em regressão com a "deslocação austríaca" e o "limite" dos países da Hungria.

a Austria cisalpina da orla montanhosa (Klagenfurt, Linz, Graz, etc.) e a zona vienense, capital megacéfala de interesses ligados à Alemanha. Nestes contrastes devia encontrar a política alemã a realização de suas ambições, apesar das oposições e das diversidades psicológicas e culturais da nação austriaca.

b) *O divórcio dos povos da Hungria*, segundo a expressão de Ancel, é a reação das forças centrífugas, disjuntivas, contra a tentativa unitária, feudal, oligarca, de fundar um Estado onde não havia nação. A unidade física da bacia danubiana média não implica unidade política. As planícies da Húngria milenar são percursos de invasores devastadores: os Habsburgos não conseguiram salvá-las, apenas permitiram a uma minoria germano-magiar reduzir maiorias não-magiars das planícies ao sistema feudal. As orlas piemontesa, subalpina, subcarpática e transilvana são sérvias, slavas e rumenas. A cidade magiarizada, numa campanha agrícola sérvia ou rumena, é o problema que procuraram resolver durante séculos os dominadores. Com o embate da guerra, as nacionalidades procuraram se unir aos respectivos núcleos nacionais que se formaram.

Na opinião de Ancel, o tratado de Trianon veio apenas sancionar os “renascimentos nacionais” que se deram e traçar escrupulosamente os limites linguísticos que retiraram, ao norte 20 %, à leste 28 % e ao sul 8 % de sua população de antes da guerra.

“Não representam (as novas fronteiras da Húngria) senão um equilíbrio de pressão entre as forças nacionais, magiar, de um lado, rumena, slovacca, serbocroata do outro, dinâmicas durante um século — 1815-1918, e em seguida, estagnadas, paradas” (pag. 177).

Ajustamento das fronteiras

Em conclusão, não há possibilidade de estabelecer uma norma para o que deve ser considerado como fronteira natural, artificial justa, boa ou má. Tudo depende do Estado levado em consideração (amorfo, plástico, movediço ou regressivo). É um fenômeno aliás precário que periodicamente pode ser alterado.

Dois questões podem, em resumo, compreender o problema: as fronteiras são ou não permeáveis? As fronteiras são ou não perenes?

A primeira questão se prende a “ilusão linear” e a “superstição cartográfica”.

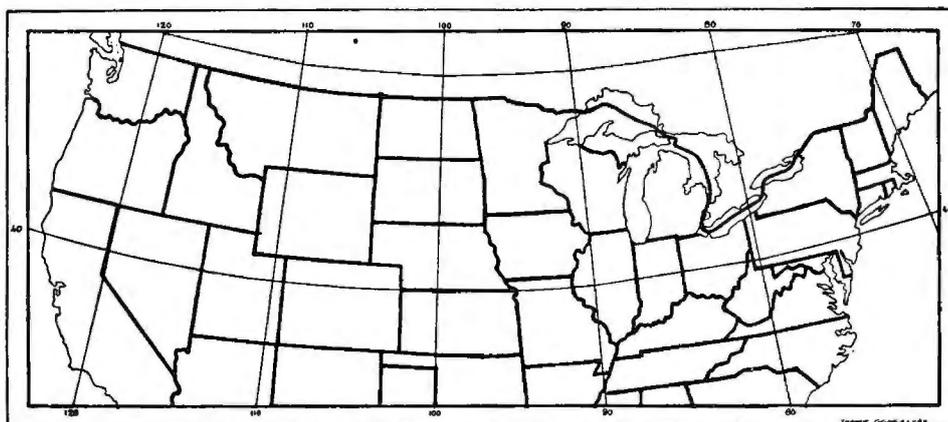
Modernamente foi o príncipe que sentiu a necessidade de materializar os limites de sua contestada autoridade. Foi o Renascimento que lhe forneceu os meios de chegar a isso: o mapa, a exploração topográfica, o interesse estratégico. As primeiras fronteiras traçadas no mapa são as da autoridade do soberano, da monarquia administrativa. O que ainda está impreciso e indeterminado na realidade, aparece exato na carta geográfica. O tratado de Campofórmio em 1797 é o primeiro que descreve minuciosamente a linha, aldeia por aldeia, pico por pico.

Mas os mapas conservam muito tempo ainda as suas fantasias criadas pelo critério humano: cadeias traçadas em separadores d'água, fronteiras-naturais, fronteiras-obstáculos. Holdich distingue “fronteira-orla” e “fronteira-demarcação” (*frontter e boundary*). Hansbofer reconhece que é menos *linha* do que *zona*.

Com Ratzel, aparecem novidades: à noção de extensão se substitue a noção humana de espaço — o *Raum*. A confusão dos termos permite tirar maior número de argumentos. O “espaço vital” é justificação para muitas reivindicações.

O que constitui na realidade a fronteira, reside no *espírito*, no *saber-viver comum*, na *distinção afetiva* dos vizinhos. Ela dura o que dura este *espírito de comunidade*.

Os Estados nascem, crescem, decáem, e desaparecem; o seu tamanho pouco importa. Podem ser ou ter sido *Estados anões* como o Montenegro ou Liechtenstein; *Estados-cogumelos* como os da Berberia, no norte da África, onde há possibilidades de civilizações, mas nunca de nações; são dispersos, sem centros,



Fronteras lineares, artificiais, segundo coordenadas geográficas, dos Estados Unidos

temporários, extensíveis: a associação se forma de uma necessidade; passado o interesse, dissolve-se o agrupamento.

Como exemplo contrário, de vitalidade nacional, Ancel cita a intangibilidade das fronteiras humanas da Polônia, a aldeia polonesa, "oasis das planícies", que resiste à russificação, à germanização, arraigada à campanha que a mantém.

Em suma, conclue-se disso tudo:

1.º *A geografia não conhece fronteiras naturais, como domínios físicos fechados, circundando Estados perenes. Toda Nação-Estado pertence a várias zonas, tem rios para várias vertentes e pode reivindicar muitos territórios.*

2.º *Em geografia, a noção linear da fronteira é uma ilusão: "Korridor", "Anschluss" são linguagem de politiqueros e não reflexos da realidade da natureza.*

3.º *A geografia denuncia como vã a noção histórica de fronteira. As orlas dos Estados oscilam e variam perpetuamente; as "áreas raciais" ou "áreas de civilização" são pretextos para justificar tendências, ambições e forças de hegemonia.*

4.º *A fronteira geográfica é uma linha isobárica da política que fixa temporariamente equilíbrio entre duas pressões ou massas de forças. O problema das fronteiras é um problema de nações.*

Já em 1926, escrevia Ancel: "O termo *fronteira* foi no decorrer dos tempos, uma palavra cobrindo uma grande quantidade de realidades: foi, antes de tudo, uma visão do espírito que se refletia, às vezes, num mapa, mas que nunca se modelava sobre a Natureza. Os limites de um Estado foram muito tempo imprecisos por falta de instrumentos de trabalho e de medida. Quando o conhecimento geográfico dos países aprofundou-se, ao mesmo tempo que se afirmava a necessidade permanente da defesa, registavam-se fórmulas que procuravam pôr de acôrdo ciência e segurança: assim a *fronteira natural*. Foi um conceito mais ideal do que real, uma fronteira que nunca se alcançou, excetuados os obstáculos enormes, o oceano ou a montanha elevada. Aliás, segurança é noção relativa que varia no tempo. Além disso, se a geografia física impõe uma fronteira, a geografia humana nela introduz elementos menos estáveis". (Ancel — *Geopolitique*, pg. 55).

Na pequena brochura de pouco mais de cem páginas que publicou Ancel em 1926 sob o nome germânico da "Geopolítica", se achavam sistematizadas as principais teses que repete agora o autor sob o título de "Geografia das Fronteiras". Os acontecimentos recentes têm posto à prova algumas das idéias expostas, que nem sempre são caracterizadas pela mais larga imparcialidade.

D: de C:

Colonização e núcleos de expansão

Delgado de Carvalho

CARVALHO, Delgado de. Colonização e núcleos de expansão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 1, p. 125-135, jan. 1941. A propósito de um artigo do Professor Preston James e de outras publicações. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

COMENTÁRIOS

COLONIZAÇÃO E NÚCLEOS EM EXPANSÃO

(A propósito de um artigo do Prof. Preston James)

O professor Preston James, da Universidade de Michigan, tem a seu cargo o ensino da Geografia das Américas no famoso Instituto. Atualmente, acha-se empenhado o referido mestre, na publicação de um importante compêndio sobre o seu setor de estudos. Neste livro, que será brevemente publicado, a parte relativa ao Brasil recebeu um especial desenvolvimento, como eu tive o prazer de constatar, quando dele me foram submetidos à leitura alguns capítulos. É inútil repetir aqui que o Prof. Preston James é um amigo do Brasil, onde reitera as suas visitas quando surge oportunidade.

Ainda no número de Outubro de 1940, apareceu na "Geographical Review" um artigo de sua lavra intitulado EXPANSÃO DOS ESTABELECIMENTOS NO SUL DO BRASIL.

Ao resumir, em nosso último número, os trabalhos do Oitavo Congresso Científico Americano de Washington, tive uma referência a um estudo de Preston James sobre os centros de expansão na América Central, na Colômbia e no Brasil. O artigo, ora em apêço, é possivelmente uma das partes relativas ao nosso país, é o estudo de uma das modalidades da "marcha para oeste", porém, limitada à expansão dos três Estados do Sul.

É curioso que os estudos demográficos da América Latina tenham levado o geógrafo americano a destacar o distrito de Antioquia, o planalto de Costa Rica e o sul do Brasil como os três pontos do continente em que se produz o fenômeno da expansão dos estabelecimentos (expanding settlements). Reiteradamente na Universidade de Michigan, e mais tarde em Washington, o meu ilustre amigo perguntou-nos, a mim e a outros colegas, a razão de semelhante fato, como que circunscrito a certas zonas privilegiadas. Eu estava em situação de inferioridade para tentar uma explicação do fenômeno de Antioquia e do de Costa Rica; quanto ao caso brasileiro, julguei que, sem prodigalidades cerebrais, eu podia atribuir ao planalto sul, extra-tropical e temperado, dotado de bom clima, boas terras, recursos e relativas facilidades de penetração, eu podia sem susto atribuir a este planalto a propriedade de atrair colonos, tanto estrangeiros como nacionais. A resposta, entretanto, não parece ser tão simples.

O Brasil, é bom lembrar, é um país de intensa auto-colonização: no passado, o Nordeste colonizou a Amazônia, *sem se despovoar*; atualmente, S. Paulo recebe 500 nortistas, dia sim, dia não, porque não deseja receber mais de 500, e o Norte não está se despovoando. O caso dos "vácuos" no povoamento que Preston James estudou em S. Paulo, com documentação paulista, representam apenas uma transferência das zonas de grande propriedade, onde se declarou a crise do café, para as zonas de pequena propriedade e também um movimento de urbanização, determinado por uma acelerada industrialização. Em realidade, o Estado de S. Paulo deveria ser incluído nos "expanding settlements".

Vácuo genuíno é a região do S. Francisco que vai se despovoando como descreveu Geraldo Rocha (*O Rio S. Francisco* — págs. 15-17).

Passemos ao exame do último trabalho de Preston James sobre o Brasil. O autor principia pela seguinte frase significativa, referindo-se às populações de descendência européia: "Como as emoções criadas pela guerra vão se levantando inevitavelmente, talvez sobre ainda pouco tempo para fazermos uma análise desapassionada, tentando compreender o problema dos colonos europeus, vistos na sua verdadeira luz e no próprio quadro regional em que se destacam".

Os núcleos que estão atualmente em franca expansão, segundo o autor, são os núcleos alemães, italianos e poloneses. Eles vão multiplicando seus estabelecimentos pelo sertão a dentro, sem ser acompanhado o movimento por um despovoamento dos núcleos originais. Isso, pensa Preston James, marca um contraste com os *vácuos* (hollow frontiers). Povoar uma região despovoando outra não é expansão; é "despir um santo para vestir outro" na expressão popular. Foi o modo de ver que traduziu concretamente o presidente Getúlio Vargas, em sua viagem ao Araguaia, quando interpelou um nortista que lá se achava, pro-

curando saber como se tinha deslocado e porque. Todos nós somos, a exemplo do presidente, entusiastas da "marcha para oeste", mas da marcha-expansão e não da marcha-deslocação.

Ora, quais são, em última análise, os elementos de uma marcha-expansão?

Em primeiro lugar, os *excedentes apresentados pelo crescimento vegetativo* do próprio núcleo em expansão. Os filhos e netos dos colonos, os jovens casais, todos os que, não encontrando mais no núcleo terras suficientes ou boas para novos estabelecimentos e não visando sub-dividir os lotes e pulverizar a propriedade, se afastam do centro, e vão ambiciosamente e confiantemente desbravar as suas abas. E' movimento intrínseco.

Em segundo lugar, entram na expansão os elementos adventícios, *procedentes de outras zonas já saturadas*. São excedentes demográficos que se acham nas mesmas condições, atraídos, porém, pela fama do núcleo procurado. Não despovoam a sua zona, limitam-se a não contribuir a seu crescimento, porque, quando, se retiram dela são substituídos, vendendo a outros suas propriedades. E' muitas vezes o espírito de aventura que os guia quando solteiros ou jovens casados.

Em terceiro lugar, há que levar em conta os trabalhadores individuais, jornalheiros, biscateiros que, em qualquer zona do país, não têm estabilidade e constituem um *elemento móvel*, nômade, à procura de trabalho. Não vem ao caso apurar as causas desta situação; o fato é que ela existe. Ora, este elemento, atraído para o núcleo em expansão, pode aí encontrar oportunidade de se fixar.

Por fim, temos o *elemento imigrado estrangeiro*, localizado pelos poderes públicos ou por empresas de colonização, que vem trazer a sua contribuição étnica.

Se a isso acrescentarmos os *elementos urbanos*, atraídos de cidades do país, onde se formaram como médicos, engenheiros, professores, comerciantes, técnicos, em suma em tôdas as profissões liberais necessárias a um núcleo em expansão, e que para lá se mudam afim de iniciar a sua carreira, temos, com os capitalistas e industriais interessados na especulação econômica, os elementos cidadãos, que sem despovoar as cidades, vão apenas descongestioná-las e auxiliar poderosamente a marcha-expansão.

Uma condição demográfica aparece entretanto como essencial para que esta expansão seja genuína e não ensilhamento passageiro. E' necessário que o quadro da população aí em formação seja constituído pelo primeiro elemento: o excedente apresentado pelo elemento vegetativo. Só assim manterá a fronteira demográfica a necessária conexão com o núcleo original. Só assim se processará a *expansão orgânica*.

Quando Preston James se refere aos *vácuos* ele parece entender que terras abandonadas ficaram despovoadas. Ora, isso não é exatamente o que se dá. Tomemos um exemplo: A província, hoje Estado do Rio. Em 1872, era uma unidade próspera do Império brasileiro, possuía uma população de 820.000 almas, grandes fazendas de café, engenhos, alguma criação, indústrias incipientes, etc. Rivalizava então com São Paulo (837.000), com Pernambuco (841.000) e Ceará (720.000), excedidas estas províncias apenas por Minas e Baía, então já "milionárias". E' conhecida a história econômica da *decadência* do Estado do Rio. Seus fazendeiros, como os de Minas, foram contribuir à expansão de S. Paulo; entretanto, em 1900, a população do Estado do Rio beirava o milhão. A migração do café, a extinção repentina da escravidão, as derribadas de matas, a decadência do "esplendor" das vivendas e muitos outros fatos não impediram, depois de 1900, a implantação da policultura, o desenvolvimento da criação de gado, a prosperidade da cana de açúcar, etc. Hoje em dia, o Estado do Rio de Janeiro é a parte mais densamente povoada de toda a República. As instalações que se preparam no vale do *Paraíba*, nas imediações de Volta Redonda, com a grande indústria siderúrgica, visam apenas acentuar o fato. Com seus dois milhões de almas, o Estado do Rio possui uma densidade demográfica de 50 habitantes por quilômetro quadrado. Excede, por conseguinte, as mais altas densidades da América Latina: Argentina (Tucuman 22h. p. Km²) Chile (Concepción 47) Paraguai (Paraguai 42) Uruguai (Canelones 40) a não ser, bem entendido, os distritos das respectivas capitais ou pequeníssimos departamentos de certas repúblicas da América Central, que como Nueva Esparta, na Venezuela (60), apenas excedem em extensão o nosso Distrito Federal. Na própria República Norte-americana, somente 9 Estados da União ultrapassam a densidade do Estado do Rio de Janeiro (Mass. RI. Md. Ill. NJ. NY. Ohio, Conn. Pa.). Será realmente este Estado um *vácuo*?

O problema dos *vácuos*, se de fato existe, se reduz a umas poucas manifestações locais, quando certas células param de crescer e ficam, por algum tempo estacionárias, devido a certas circunstâncias econômicas que não afetam a vitalidade geral. Não há dúvida, entretanto, que estas circunstâncias devem ser estu-

dadas em tôdas as suas consequências. Por isso mesmo, são do mais alto interesse os estudos que, como os de Preston James, de Pierre Monbeig, de Sérgio Milliet, de Deffontaines, analisam o fenômeno geográfico.

Depois desta digressão preliminar um tanto longa, voltemos ao trabalho de Preston James, cuja definição se acha na citação que dele fizemos.

Outra frase interessante, logo na primeira página de seu artigo: "À luz dos acontecimentos da Europa, diz êle, é frequentemente agitada a questão de saber se a concentração de população de origem germânica no sul do Brasil constitue um perigo para a paz e a segurança da Nação brasileira. Não resta a menor dúvida a respeito das qualidades destas populações como pioneiras nas áreas florestais; no Brasil como no Chile, os colonos alemães de meados do século XIX foram os primeiros a mostrar o caminho para a conquista das matas". Eu não sei o que desta última asserção pensariam Taunay, Roberto Simonsen, Basílio de Magalhães ou Bernardino de Sousa, mas se não me engano, já foi feita por Pierre Denis e Tonnelat. "Em *circunstâncias normais* (o grifo é meu) continua Preston James, os descendentes dos colonos primitivos provaram sua lealdade a seus países de adoção, apesar de manter suas tradições e seus sentimentos de solidariedade. Os colonos alemães do Brasil, em maioria, estão provavelmente satisfeitos de se acharem separados dos distúrbios europeus pelo Oceano. Entretanto, o alemão médio é felicíssimo quando marca o passo, ombro a ombro com outros alemães, literalmente e figuradamente; já não é assim com o luso-brasileiro, mais individualista, que é positivamente infeliz quando arregimentado. Qualquer que seja o sentimento ou a atitude política adotada por uma comunidade alemã, é provável que a adoção é total. Ora, esta disposição de espírito, à luz da situação presente, constitue um perigo potencial. Muitos observadores do quadro contemporâneo, todavia, acreditam que há outros elementos muito mais ameaçadores da segurança das instituições brasileiras do que estes colonos alemães do Sul".

Preston James, nestas linhas emite idéias baseadas sobre observações pessoais, reiteradas a anos de intervalo. Outros observadores estrangeiros, norte-americanos, em conversa, me confirmaram estas afirmações e tive ocasião de ouvir de patrícios autorizados, nos Estados do Sul, a minuciosidade dos inquéritos feitos por estes observadores: queriam saber de tudo e, efetivamente, acabavam sabendo de tudo.

Nada disso, entretanto, nos pode levar a duvidar um só instante do valor social, étnico e econômico da colonização germânica do Sul. Seria injusto querer diminuir a cooperação teuto-brasileira no desenvolvimento e no progresso do país. Se existe um "perigo alemão", é outra questão, que examinaremos mais tarde.

Preston James apresenta o quadro fisiográfico do Sul fazendo considerações interessantes. Não insiste sobre o contraste geológico, mas lembra como se vão estendendo para o Sul os lençóis de formação eruptiva, ocupando cada vez mais largas áreas no interior sulista. A orla do planalto preferiu dar o nome de *Grande Escarpa* (*Great Escarpment*) resolvendo de um golpe a questão *Serra do Mar x Serra Geral*. Na "zona da escarpa" coloca uma série de blocos montanhosos. Já no planalto, desaparecem estas denominações para serem substituídas pelas *cuestas* que mergulham lentamente para oeste.

O contraste maior que frisa o autor entre o Sul paulista e os três Estados meridionais é um contraste térmico-vegetativo. O primeiro elemento cuja extensão êle estuda é a geada; "o limite, diz êle, é de notável precisão". As temperaturas que comportam fortes geadas são restritas nos planaltos; no próprio vale do *Jacuí*, no Rio Grande do Sul, as geadas são raras. A geada é mais frequente no planalto, nas encostas sul do relêvo e nas conchas dos vales superiores.

O segundo fenômeno característico é o progressivo desaparecimento das chuvas de verão com inverno seco e a implantação do regime das chuvas igualmente distribuídas. O contraste térmico é muitíssimo menos acentuado no

verão, igualmente em Santos e em Santa Maria, do que no inverno. Podemos confirmar esta asserção do professor americano de modo ainda mais peremptório do que êle fez:

MÊS MAIS :					
Estação	Quente	Frio	Amplitude	Extremos	
Santos	25,5	18,9	6,6	41,8	5,0
Blumenau	26,1	16,2	9,9	41,1	0,2
Pôrto Alegre	24,6	13,6	11,0	39,6	1,5
Santa Maria	25,4	13,8	11,6	41,2	2,4
Uruguaiana	26,7	13,4	13,3	42	0

O terceiro elemento que caracteriza o contraste é o desaparecimento gradativo da mata pluvial e a descida para cotas mais baixas da mata planáltina de espécies semi-caducas. Em estreita conexão com êste fenômeno está a substituição progressiva dos cerrados pelo campo limpo, terminando com o predomínio das campinas.

A distribuição da população escasseando nos planaltos do extermo-sul depois de ter predominado nos planaltos mais ao norte, traz a confirmação antropogeográfica dos contrastes fisiográficos. Uma nota, porém, tem de ser acrescentada neste particular: os trabalhos do campo coincidem com as condições de temperatura e umidade que mal se distinguem das condições gerais do clima do Brasil tropical. Se o café já não vinga no vale do *Jacuí*, a cana entretanto lá pode ser cultivada.

Passa em seguida o autor a lembrar episódios históricos da colonização do Sul. Um dos fatos curiosos de nossa história é a indiferença que, durante séculos, manifestou a metrópole pelas possibilidades do Sul da colônia, pelas suas riquezas potenciais, seu clima, sua acessibilidade. Todos nós conhecemos esta página da nossa história que levou Portugal a uma ocupação efetiva, não para localizar colonos, não por motivos econômicos, mas apenas pela pressão da necessidade de um "território contínuo" e por motivos estratégicos. Os paulistas tinham fundado Curitiba em 1654, mas foi o XVIII^o século que nos ligou ao Sul e foi o XIX^o século que o colonizou.

Preston James narra para o leitor norte-americano os episódios principais da colonização alemã durante o período imperial. A fundação de São Leopoldo, as colônias do vale do *Jacuí*, as condições de vida no sertão, na mata principalmente, as culturas iniciadas, o isolamento social, os insucessos que levaram a Prússia a proibir por decreto, a propaganda da emigração para o Brasil, apesar da experiência favorável de Blumenau.

Destaca depois o autor a chegada dos colonos italianos, em Alfredo Chaves e Caxias, descrevendo as culturas a que se dedicaram. A propósito da localização dos colonos no Rio Grande do Sul, acrescenta: "Pouco a pouco foi sendo resolvido o problema dos transportes, em parte por estabelecimento de conexões dos portos fluviais do *Taquari* com os tributários do *Jacuí* que dão acesso a Pôrto Alegre e em parte pela construção de estrada de ferro a oeste desta cidade. O valor das terras foi, e ainda é, determinado antes pela vizinhança de uma linha de transporte do que pela própria qualidade do solo agrícola. Felizmente Pôrto Alegre se acha no foco do que, com a exceção do *Amazonas*, é o mais perfeito centro de rede fluvial no Brasil".

De acôrdo com a opinião autorizada de Reinhard Maack, o autor calcula que o total de imigrantes alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul desde a Independência é de 85.000 e sua descendência atual sobe a 520.000 pessoas, numa população de mais de três milhões.

Passa então Preston James ao estudo do que êle considera como não sendo um *vácuo*. O espírito pioneiro se manifestou em alguns destes colonos alemães e êles, sempre os mesmos, se deslocaram com inquebrantável otimismo, para as abas das regiões ocupadas, vendendo por 40 ou 50% mais, as suas propriedades para se embrenhar cada vez mais no sertão. Conquistaram assim as encostas da serra, os "terraços do *Jacuí*", passaram Santa Maria, ocuparam as matas das margens do *Uruguai*, com outros colonos. O papel dos luso-brasileiros teria sido apenas de

permitir a subdivisão de seus latifúndios visto que neles não conseguiam a prosperidade dos fazendeiros paulistas. Em 1909, já não havia mais grandes propriedades na zona serrana do Estado. "Assim, conclui o autor, os colonos do Sul, contrariamente ao que se dava com os colonos em outras partes do Brasil, não foram obrigados a se adaptar a uma sociedade já estabelecida, mas ficaram livres de criar a sua própria sociedade que foi essencialmente uma democracia rural".

O fato registado me parece muito exato, não vejo, porém, porque não se aplicaria também a outros "colonos em outras partes do Brasil", pois exatamente um dos pontos fracos de nossa passada política de colonização foi de favorecer inconscientemente este "insulamento social", promovendo "quistos" e atrasando a integração.

Quanto às taxas de crescimento de população que cita o autor, de 6,9 por mil na zona criadora da campanha e de 23,9 por mil na zona serrana colonial, parecem permitir afirmações um tanto duvidosas.

Um dos tópicos interessantes do estudo de Preston James é o que intitula: "As quatro zonas focalizadas em Porto Alegre". Consiste em analisar os elementos que constituem o quadro econômico atual de uma região tipicamente resultante de movimentos de colonização: um Brasil modificado pela presença do pequeno trabalhador rural. As quatro zonas que se encontram e funcionam na região portoalegrense são as seguintes:

1 — A mais antiga é a zona pastoril que se estende ao Sul do *Jacuí* até às fronteiras do *Uruguai*. Em alguns pontos isolados, ainda há pequenas manchas de matas, em outros, estabelecimentos agrícolas, mas a região é essencialmente de criação. O gado não é, em regra, de novos estoques europeus, é antes descendente do velho estoque colonial. O autor estranha que na América do Sul, tanto na Argentina como no Brasil seja raro o estabelecimento misto do criador-agricultor; acredita porém no desenvolvimento possível das plantações de trigo nestas regiões.

2. — A segunda zona, também essencialmente brasileira, é a mais recente: estende-se pelo *Jacuí* e pelo *Taquari* e constitui a região do arroz. Predomina a grande propriedade com colonos e jornaleiros. A crítica do autor se refere à falta de obras públicas para a construção de reservatórios ou açudes, de canais e valas, ficando todas estas benfeitorias a cargo dos proprietários, numa zona em que as inundações não se produzem, entretanto, na época em que seriam mais necessárias, contrastando assim com o vale do *Paraíba*.

3. — A terceira zona, nas encostas serranas do norte é de colonização alemã principalmente: o aspecto do terreno, a paisagem, a arquitetura das casas, tudo é diferente e, na opinião do autor, dá uma impressão de maior estabilidade. Aí são cultivados cereais, milho principalmente, centeio, cevada e batatas, são criados suínos. Em Santa Cruz há distritos que cultivam fumo e permitem ao Rio Grande rivalizar com a Baía.

4. — A quarta zona é ao norte do *Jacuí*, onde prosperam, na Serra, as colônias italianas. É região vinícola que produz 90% dos vinhos do país. Em conexão com a expansão dos núcleos italianos do Sul, tive ocasião de verificar pessoalmente a sua vitalidade, encontrando no interior de Santa Catarina, ao longo da *S. Paulo-Rio Grande*, um certo número de estabelecimentos italianos, de origem riograndense e entregues à cultura da videira (*Perdizes*, etc.).

Passa, em seguida, Preston James a examinar outro núcleo meridional de expansão: Santa Catarina, principalmente na região de Blumenau. A este propósito relata, para o leitor norte-americano, a bem conhecida história da chegada ao Brasil, em 1848, do Dr. Blumenau, do êxodo de camponeses pomerânicos da Alemanha agitada daquela época e a marcha da colonização de 1850 em diante à margens do *Itajaí*.

Para narrar o histórico deste interessante período de nossa colonização no tempo do Império, o autor se refere aos trabalhos de Reinhard Maack, de Oberacker e de Siegfried Endress.

A zona do *Itajaí* não permaneceu puramente alemã; vieram suíços e austríacos nela se estabelecer assim como italianos também. De acordo com as suas

informações, o autor relata que, em 1882 a percentagem das línguas faladas era de 70% do alemão, 18% do italiano e 10% do português.

Passado o perigo representado pelo índio, que tinha comprometido o sucesso de tentativas alemãs no princípio do reinado de D. Pedro I, os alemães do *Itajaí* começaram a sua expansão para o litoral, fundando-se Joinville como porto e para o interior, galgando as serras e ocupando os vales, sendo São Bento fundada em 1873, e penetrando em terras do Paraná.

Estudando o detalhado mapa que Siegfried Endress fez do antigo município de Blumenau, hoje em dia desmembrado (Timbó, Hamônia, Indaial, Gaspar, Jaraguá, etc.) James chega à conclusão que, na região, 40% fala português, 40% fala alemão e 20% italiano. Na cidade de Blumenau 63% tem o alemão como língua materna, na zona rural esta percentagem sobe a 75%.

Citando Maack, a melhor autoridade no assunto, o autor atribue ao Estado de Santa Catarina uma população alemã de 275.000 almas. Juridicamente, entretanto, são apenas 8.000 e 1.700 austriacos! (Vide *Lourival Câmara — Estrangeiros em Santa Catarina* — "Rev. de Imig. e Colon.", n.º 4 — pág. 693). O recenseamento de 1920 contava 10.758 alemães e 2.620 austriacos, de 1920 a 1938 entraram 5.084 alemães e 273 austriacos.

O exame das condições econômicas da região em que predominam estes elementos étnicos leva Preston James a considerações elogiosas: as técnicas de produção, a estabilidade, a atividade e a pequena industrialização de certos centros como Joinville, a variedade de produtos (fumo, papel, cerveja, manteiga, tecidos, etc.) tudo traduz uma incontestável prosperidade.

Pessoalmente eu não tinha visitado a zona do *Itajaí* desde 1909 e tive, com a oportunidade do Congresso de Florianópolis, em Setembro do ano passado, ocasião de rever duas vezes, com alguns colegas congressistas, Blumenau, Itajaí, Brusque, Gaspar, Jaraguá e Joinville. Ver estas regiões a trinta anos de intervalo, foi para mim uma agradável visita, uma surpresa e uma lição.

Verifiquei que o meu entusiasmo de 1909, quando escrevi "Le BRÉSIL MÉRIDIONAL" não foi infundado: a obra dos colonos alemães em Santa Catarina cresceu e prosperou; Blumenau, posso repetir hoje, é bem "a pérola das colônias". Infelizmente dos meus informantes e amigos de trinta anos atrás, Federsen está muito velho e não recebe, os irmãos Hering morreram, Alvin Schraeger está na Alemanha (que terá êle ido fazer lá?). Tive que me contentar em observar.

Blumenau cresceu, tornou-se verdadeiramente cidade, menos risonha e pitoresca do que em 1909, mas sempre caracteristicamente alemã na sua arquitetura e no seu aspecto social, suas lojas, seus hábitos. A zona rural, que sempre teve boas estradas, melhorou consideravelmente suas instalações, a atividade é maior porque a densidade cresceu.

Na sua industrialização, Blumenau se conformou às práticas do capitalismo; não se encontra mais a familiaridade entre patrões e operários que reinava no vale pitoresco em que os irmãos Hering, velhos saxões trabalhadores e alegres, tomavam as suas refeições com o pessoal da fábrica.

Antigamente poucos eram os que falavam português; lembro-me ter encontrado um negro que dava informações em alemão. Hoje, todos conformados às leis, falam português quando se dirigem a um luso-brasileiro ou quando numa repartição pública; mas os teuto-brasileiros, entre si, falam alemão, embora digam as vezes: "ein par tamanken für die Rosse" (Vide Norberto Bachman, citado por L. Câmara).

Voltemos, porém, às considerações de Preston James. Referindo-se aos contactos entre alemães e brasileiros, nota como é fraca a mistura dos dois elementos por laços matrimoniais. "Estes pioneiros alemães, diz êle, afastados dos melhores aspectos da civilização brasileira, conservam-se orgulhosos de sua herança germânica, sua literatura, sua música, sua alta técnica agrícola, seus interiores impecáveis. Como os demais alemães, êles ganham confiança em si próprios ao apegar-se mais solidamente à tradição alemã. A primeira vista, não se acreditaria que estas populações constituam uma ameaça às instituições brasileiras, pois são antes um elemento adicional de estabilidade. Não há dúvida que, deixados a si próprios, a maioria deles preferiria ficar alheia às conexões européias; êste grupo, entretanto, como os grupos alemães em toda parte, é particularmente sensível à influência de agentes e organizadores de movimentos baseados sobre o tema da solidariedade alemã. As consequências disso não podem ser ignoradas, no mundo moderno, nem tão pouco indevidamente exageradas"

Por último, examina o geógrafo americano a colonização do Paraná. Lembra a importância inicial que lá tiveram os elementos italiano e eslavo (russo, ruteno, ucraniano e polonês) e a fisionomia que cedo aí deram à paisagem social, simbolizada pelo carro coberto de lona.

A este propósito tece francos elogios à política colonial seguida, desde o Império, pelas autoridades da Província e do Estado. A providente localização ao redor de Curitiba, com estradas de rodagem e mercados escoadores. Analisa as condições de produção no planalto, o loteamento e a situação em 1885, quando completada a obra, explicando assim porque a onda colonizadora vinda do Sul teve de se localizar e tornar-se comerciante na região de Curitiba.

Julga o autor que o critério de sucesso ou de insucesso das tentativas de colonização no Paraná foi quasi exclusivamente a acessibilidade de mercados de consumo. A terra é boa, mas a distância e o isolamento são fatais, a menos que, a exemplo dos trabalhadores caboclos, os colonos se transformem em jornaleiros migrantes, derrubadores de matas. Em matéria de colonização, Ponta Grossa com seus poloneses, alemães e suíços foi um sucesso, no fim do XIX^o século; também foi feliz o estabelecimento de alemães em Castro.

James faz poucas referências à atual expansão colonial no norte do Estado, na região de Londrina e Rolândia, que considera geograficamente como paulista. Ele aproveita para gabar as estradas de acesso na região e para Guarapuava. "A lição foi bem aprendida no Paraná, conclue, que a obra de pioneiro supõe ao mesmo tempo colonos nas terras e mercados urbanos em conexão com elas".

Do milhão de almas que constitui atualmente a população do Paraná, não longe de 350.000 são alemães, italianos e poloneses, sendo estes últimos cerca de 180.000.

Ao terminar este exame das condições oferecidas à colonização no Sul, Preston James insiste sobre a necessidade de levantamentos prévios das zonas a ocupar, de estradas e ensino dos melhores métodos de cultura. A este propósito lembra o insucesso que teve a colonização norte-americana no planalto sul dos Aeganis e faz votos para que seja-nos proveitosa a experiência.

Chegamos agora ao ponto em que, à vista do que foi observado por ele nos Estados do Sul, Preston James julga poder responder pelo menos em parte, a famosa questão que fez, em Washington, isto é, "porque encontramos no Sul do Brasil núcleos em expansão?"

Já não se discute mais a excelência do clima, cujas influências benéficas aliás nunca foram cientificamente estudadas sobre os que dele gozam. Não se trata mais de terras; não se fala mais das qualidades físicas e outras, da gente portuguesa localizada no Sul para fins estratégicos. O autor menciona, com algum interesse, o regime alimentar mais variado, mais sadio e mais adequado que permitem as culturas do Sul.

Mas a diferença capital que parece ser a tese apresentada por P. James neste interessante artigo é, em poucas palavras, a seguinte: o Sul prospera porque se desenvolveu dentro de um regime econômico em que ficou ausente toda e qualquer fonte de riqueza especulativa. Em outros termos, ele pretende, sem ser irreverente para conosco, que só vingou a colonização germânica nas regiões preservadas da especulação açucareira e da especulação cafeeira. Os alemães do Espírito Santo não vingaram na colonização porque ficaram fascinados pelos lucros do café. A geada preservou o Sul de pensar em café; o mate não deixava margem para especulação como a borracha, e ficou pois inócuo.

"Em consequência de tudo isso, diz Preston James, o sistema da grande propriedade rural com a sua sociedade aristocrático-feudal e seus trabalhadores assalariados nunca pôde vingar no Sul, a não ser nas pastagens e nos campos. As matas, apesar de pertencerem a uns poucos proprietários, nunca foram efetivamente ocupadas pelos luso-brasileiros". Esta afirmação, um tanto categórica, parece omitir o fato de ter sido, em última análise, o caboclo, o desbravador dos sertões; o próprio autor o admite, quando lembra que os alemães só avançaram quando recuou o gentio. E quem fez recuar o gentio? Não foram os ventos alíseos. Mas continuemos. "Os pioneiros que se estabeleceram no Sul tiveram a possibilidade de criar a sua própria sociedade de pequenos agricultores, independentemente de qualquer organização social... os colonizadores de Blumenau não teriam possivelmente mantido a sua eterna tranquilidade se proveitosos especulativos de cultura cafeeira estivessem estado a seu alcance".

Aí termina o artigo em aprêço; por omissão, talvez, não reedita o autor o seu conceito sobre "democracia rural". Aplicado a elementos germânicos, italianos e russos, como sabemos, tão apaixonados pelo ideal democrático, este conceito já perdeu um pouco de seu vigor.

Devo concluir, de meu lado, que o magistral estudo de Preston James é uma bela análise da situação e uma excelente resposta parcial à pergunta que nos fez ele mesmo.

Como brasileiro e estudioso das questões econômico-sociais de minha terra, eu me consideraria ingrato poupando encômios à colonização alemã do Sul. A obra realizada pelo elemento que admitimos em boa hora nas nossas terras do Sul é considerável e devemos reconhecer o que isso significa para o engrandecimento do Brasil. Não há dúvida que, se a nossa política da *localização*, no passado, foi falha, não quer dizer que tenha sido totalmente errada. As autoridades brasileiras, centrais e provinciais ampararam tôdas as iniciativas particulares e se aquele excelente doutor Blumenau tivesse sido abandonado a seus próprios recursos, é difícil dizer o que seria hoje o vale do *Itajaí*.

E' um fato incontestável que a pequena propriedade rural, com ou sem "democracia", prende mais o colono ao solo e determina a sua maior estabilidade econômica e social. Mas isso não é um privilégio das terras ao Sul do *Paranápanema*. Um exemplo de prosperidade: o professor norte-americano Mark Jefferson, da Escola Normal de Ypsilanti, queixou-se num artigo, em 1926, do insucesso que tinha sido a colônia norte-americana fundada em S. Paulo, perto de Limeira, por veteranos da Guerra de Secessão, a chamada Vila Americana. Ao visitar a colônia, meu amigo verificou que, se tinham produzido muito as melancias lá cultivadas, a colônia pouco se tinha expandido. Em Abril do ano passado, estive em Ypsilanti onde fiz uma palestra. Respondendo então ao velho amigo, eu lembrava que o insucesso aparente de Vila Americana era consequência da perfeita integração dos imigrados norte-americanos no meio brasileiro. Se hoje queremos saber onde estão os filhos, netos e bisnetos dos veteranos, tomemos a lista telefônica de São Paulo, mas em vez de procurar "Vila Americana" procuremos "Rua Direita, rua de S. Bento, Avenida S. João, pois são todos, hoje em dia, médicos, advogados, engenheiros, comerciantes, excelentes brasileiros, gesticuladores e ingênuos como qualquer de nós, mas de nome inglês.

Muitos dados aproveitados pelo Professor da Universidade de Michigan são hauridos, como vimos, nos escritos do cientista alemão de real valor, geógrafo e fazendeiro, que vive no Brasil há muitos anos, o Sr. Reinhard Maack. Este eminente escritor publicou, há tempos, no *Quarterly Journal of Inter-American Relations* um interessantíssimo artigo sob o título "Os Alemães no Sul do Brasil — Um ponto de vista alemão".

O Dr. Maack é um conhecedor de nosso país; os seus trabalhos de geologia e seus mapas sobre os Estados do Sul e o planalto oeste de Minas são conhecidos e citados. Há pouco apresentou medições de altitudes na *Serra do Mar* paranaense que renovam todos os conhecimentos a este respeito. Tudo, pois, o recomenda à nossa simpatia.

O Dr. Maack inicia o seu artigo com uma distinção acertada entre teuto-brasileiros, nascidos no Brasil, e *Reichsdeutsche* — nascidos na Alemanha. Mas, a este propósito, ele dá a seguinte definição: "Estes últimos fazem parte da nação brasileira, mas são nascidos na Alemanha de pais alemães e continuam a ser cidadãos alemães". Ai já não podemos acompanhar o autor. Na Escola de Ciências Políticas, de Paris, o meu professor de direito, Louis Renault, chamava de "monstro jurídico" o indivíduo possuidor de duas nacionalidades. Bem sei que uma lei alemã de naturalização, de 22 de julho de 1913, permitia que os alemães não perdessem a nacionalidade alemã embora adquirindo nacionalidade estrangeira. Era um modo de tornar a nacionalidade alemã uma espécie de profissão; era também um estímulo oficial à "monstruosidade" jurídica. Aliás, o autor, admite que esta situação é legalmente difícil, em vista das leis brasileiras; mas estas "compreensíveis regulamentações do governo brasileiro" — diz ele — "não podem destruir a unidade nacional de todos os alemães, unidos por laços de sangue comum e de cultura comum. Um alemão permanece no estrangeiro sempre alemão, no sentido nacional, qualquer que seja o país a que o seu destino o tenha levado ou o continente em que tenha nascido".

Em seguida, oferece o Dr. Maack, algumas estatísticas referentes aos alemães que, desde 1824, tem vindo ao Brasil; calcula em cerca de 920.000 os alemães do Brasil, sendo 100.000 os "cidadãos alemães". São sugestivos os casos de pro-

liferação por êle citados: um chamado Schmidt, de S. Pedro, chegado em 1829, tem hoje 829 descendentes; um Godert, em cem anos, tem 461 descendentes.

Os elogios que o autor faz à colonização alemã são justos. Ele distingue fases diferentes de imigração com elementos diversos em cada período: na primeira, de 1824 a 1851, são os imigrantes atraídos pelas guerras do Prata, (Legião Germânica, principalmente) os melhores elementos constituíram uma elite intelectual de *leaders*: professores, jornalistas, oficiais. — No segundo período, até 1914, foram famílias de camponeses, industriais e trabalhadores. — No terceiro período, depois da Guerra, a corrente imigratória, além de agricultores, compreende operários qualificados e comerciantes. Por fim, no quarto período, depois de 1932, voltam os intelectuais, advogados, médicos, empregados de bancos, etc.

Uma outra estatística de interesse social é fornecida pelo Dr. Maack, relativamente aos casamentos em que figuram cônjuges alemães. Em Ijuí, de 1899 a 1932, 48% dos alemães se casaram com suas patricias e só 15% foram casados com nacionais, sendo o resto com poloneses ou com italianos. A explicação do autor presta-se, entretanto, a meditações: “Tendo os filhos de alemães cedo descoberto” — diz êle — “a repulsa das mulheres brasileiras pelo trabalho físico, foram obrigados a procurar companheiras, como êles, dispostas a trabalhar”.

Nota, acertadamente, que o valor biológico e a resistência nacional dos alemães é muito menor nas cidades do que nas zonas rurais. E’ isto fato conhecido e geral entre imigrantes, e não deve ser esquecido. Em consequência, o autor declara que a “intelectualidade alemã, cuja missão é dar liderança intelectual aos humildes camponeses teuto-brasileiros, está em positiva decadência nacional, inclinando-se para os casamentos mistos e para a adoção da cultura luso-brasileira”. Cita o caso do *leader* Karl von Koseritz, que deplora; aí, infelizmente não podemos, tão pouco partilhar dos sentimentos do escritor alemão. Aceitamos, entretanto, com agrado, a afirmação lisonjeira que faz o autor ao dizer que os brasileiros natos, quaisquer que sejam as suas origens estrangeiras, possuem um sentimento profundo de família e de pátria, não cabendo aos de origem lusa a menor superioridade nisso.

Na sua imparcial análise da ação alemã no Brasil, R. Maack explica o processo triplice sob o qual esta ação se manifesta:

1.º *Criação de escolas alemãs*, em épocas em que as autoridades nacionais descuidavam ainda muito da educação; (Blumenau, em 1904, tinha 4 escolas brasileiras e 108 escolas alemãs). Só, a partir de 1917, parecemos ter desuertado para os inconvenientes desta situação — mas, em 1927, ainda eram 1155 as escolas alemãs nos Estados do Sul. Acrescentemos, a título de informação, que, de 1938 para cá, o Interventor Nereu Ramos e seu Secretário de Educação, o Sr. Ivo d’Aquino, dotaram o Estado de Santa Catarina de nada menos de 300 escolas.

2.º *A ação das Igrejas*, reformada e católica — (os alemães são católicos na proporção de 30%). Os jesuítas alemães fizeram obra educativa considerável, como é sabido.

3.º *Os clubes sociais* — já eram 320 em 1937 — são centros culturais, de tradições, de desportos, de nacionalidade alemã.

4.º *Os jornais alemães e a atividade literária* — os diários são 10, e os periódicos 40.

O autor assinala, a partir de 1933, uma diferenciação entre alemães do Reich e filhos de alemães. Esta diferenciação por vêzes levou a desinteligências e a oposição. “A pátria alemã, entretanto” — diz êle — “tinha apenas querido exercer uma orientação cultural entre descendentes dos seus súditos emigrados, mas tinha-se abtido da mais leve paternalização política” — Ainda bem! “O espirito completamente *apolítico* dos germano-brasileiros nos Estados do Sul” — pensa o Dr. Maack — “tem um efeito prejudicial sobre seus interesses nacionais; e, desde 1937, êles enfrentam uma crise grave, porque é uma questão de vida ou de morte para a sua nacionalidade que está sendo decidida hoje”.

Ai temos forçosamente que estar em desacôrdo com o eminente cientista alemão. Referindo-se a teuto-brasileiros, como pode êle aludir a outra nacionalidade que não seja a brasileira? Isto é, positivamente, inadmissível, tanto mais quanto o seu artigo não aparece numa revista alemã, mas numa revista inter-americana; e a interpretação de nosso continente sobre esta questão é una, de norte a sul.

Vejamos o caso: se o teuto-brasileiro é cidadão brasileiro, êle não pode, de modo algum, ter direitos de nacionalidade outra que não a que confere direitos de brasileiro.

Isto é claro, e a *Ata Final* do último Congresso Panamericano de Lima, em fins de 1938, estipula positivamente, no seu artigo XXVII, que “a proteção das

minorias estrangeiras não tem aplicação na América. Os estrangeiros não podem invocar a condição de minorias coletivas. Só podem gozar de direitos correspondentes, ou individuais". E, no seu artigo XXVIII, declara que os estrangeiros são submetidos à jurisdição local. E'-lhes vedado o exercício coletivo de direitos conferidos pelos respectivos países estrangeiros.

Esta é, pois, a resposta coletiva da América à pretensão de dupla nacionalidade, resposta esta que tem valor em qualquer das nossas repúblicas americanas, onde garantimos extraterritorialidade aos diplomatas, mas não aos colonos.

Depois de ter, deste modo, revelado o seu pensamento, o autor parece sentir ter ido um pouco longe, e acrescenta: "E' ridiculo falar em *perigo alemão* no sul do Brasil". Gaba a disciplina dos germano-brasileiros e alude à sua chamada "idéia de um Brasil Maior". (A esmola ai é um pouco demasiada, mas levemos em conta a boa intenção). Isto torna absurda, pensa êle, a acusação de "separatismo". Acrescenta ainda, para atenuar o efeito das suas idéias sôbre nacionalidade: "Nem os teuto-brasileiros, nem os cidadãos alemães, podem compreender como é que um luso-brasileiro educado, com falta de senso critico, pode aceitar como fatos as eternas advertências da imprensa sôbre planos alemães de conquista do Brasil". E' propaganda interessada, julga êle, da qual somos vítimas.

Incontestavelmente, as afirmações do nosso amigo alemão, são do mais alto valor, são sinceras, fidedignas e plenamente confortadoras. Mas o nosso autor que tenha paciência: sou obrigado a confessar que, pessoalmente na minha ingenuidade, acredito piamente nessa acusação "absurda", e a minha falta de senso critico parece partilhada por grande número de meus patrícios, mesmo dos mais "educados".

Todos os brasileiros patriotas sabem o que êste país deve ao imigrante alemão, econômica e culturalmente talvez o melhor elemento que nos tem procurado; racialmente, é, para nós, apenas inferior ao português.

Na publicação "*Die Grosse Politik der Europäischen Kabinete 1870-1914*", encontram-se, no volume XVII, trechos que ultrapassam singularmente o alcance de artigos de jornais. A partir da página 291, são reproduzidos os relatórios de Speck von Sternburg relativos às suas negociações em Washington, onde tivera por missão sondar, em Fevereiro de 1903, as disposições de Roosevelt a respeito de uma possível intervenção alemã no Brasil. Os termos dos relatórios são comentados pelo próprio Kaiser. A propósito de um passeio a cavalo, que o Encarregado de Negócios alemão fez com o presidente, Guilherme II notara, à margem: "Como é bom um representante alemão passeiar a cavalo com o Presidente! — W — Aprovado!" Diante das desconfianças de Roosevelt em relação ao sentimento alemão sôbre a doutrina de Monroe, o representante do Kaiser falou na possibilidade de estabelecer no sul do Brasil um Estado alemão independente (*Unabhängigen*) que, sem conexões com a Alemanha, contornaria a dificuldade e daria garantias de segurança aos Estados Unidos. Em margem, o Kaiser escreveu, alternativamente "bom" e "certo". (Vide F. Ripoy-Latin-America in *World Politics. Howard Hill — Roosevelt and the Carribean*).

Mas não era só nas altas esferas da política que o Brasil era lembrado em Berlim. *Alfred Funke*, na "*Angewendte Geographic*" (série 1, caderno 10, página 46 e seg.) cita até "direitos históricos" na ocupação do Rio Grande. *R. Tannenberg*, no seu livro "*Gross Deutschland*" (pág. 255) esboçava, em 1911, o mapa da "Alemanha Austral, tal qual será em 1950".

Nos seus *Kartenskizzen* de 1937, Lange volta ao caso opinando que "em contraste com a maior parte dos Estados vizinhos que possuem mais cidadãos do que camaradas de raça, nós temos mais camaradas de raça do que cidadãos. Mesmo se estes Estados tem interesse em chamar a totalidade de seus cidadãos de *nação*, precisamos formular o nosso modo de ver e formular a nossa definição de tal forma que se conformem com o direito de sobrevivência de nossa inteira *nação*". Cita como exemplo que Botzen não é uma cidade italiana, mas uma cidade alemã na Itália; Eger é cidade alemã na Tchecoslováquia e não cidade tcheca.

Com sua incontestável autoridade, Hess disse em 1937 também (*Völkischer Beobachten*): "Os alemães no estrangeiro e seus descendentes se tornaram conscientemente ou inconscientemente pilares da germanidade e lutam com o mundo inteiro para o seu reconhecimento e conseqüentemente, o da Alemanha. O rearmamento da Alemanha serve também à segurança de todos os alemães que vivem no estrangeiro".

E' por isso que os educadores alemães no estrangeiro devem, de vez em quando, deixar a sua *Gau* estrangeira e levar alguns dias de vida de acampamento em Tailfingen para se manter ao par dos ensinamentos que devem ministrar à juventude alemã entregué a seus cuidados em terra estrangeira.

É bela a frase de Franz Fahnemann em seu "*Erlebte Deutsche Welt-Arbeitsstoffe*": — "Nacionalidade (Volkthum) é maior do que cidadania, num país. Mesmo que abrimos mão ou temos de abrir mão de nossa cidadania, nunca temos de abdicar a nossa nacionalidade. As fronteiras existem nos mapas, mas não nos corações!" A frase é bela, mas é perigosa também, principalmente para os países que têm o privilégio de hospedar alemães.

Mais tarde, escreveu Friedrich Lange: "O trabalho alemão enriqueceu e embelezou o mundo. Até hoje, emigraram para tôdas as partes da Terra, sem plano e sem uma Pátria unificada que os amparasse. Eram perdidos para nós; por conseguinte, os que ficaram fazendo parte da germanidade são tanto mais preciosos, e sua consciência precisa ser despertada".

Um dos *leaders* da "*Liga dos alemães no estrangeiro*", Hans Steinacher, dizia: — "A comunidade nacional alemã ultrapassa muito as nossas fronteiras. Não devemos pensar em limites de Estado quando falamos em nação alemã".

Em 1934, escrevia Wilhem Bohle: — "Lealdade, disciplina e obediência cega são os pilares fundamentais de todos os ramos do movimento nazista. É uma necessidade absoluta para a vitória na luta pelos alemães no estrangeiro".

Dois anos depois, o mesmo autor acrescentava: — "Hoje sabemos e estamos convencidos de que o alemão é alemão em tôda parte. Nem países, nem continentes, nem climas, nem meios, mas sangue e raça determinam a mentalidade alemã".

Em 1937 êle dizia ainda: — "Nós nacionais-socialistas rejeitamos o conceito de alemão cosmopolita cuja principal ambição é a assimilação com o povo do país em que êle vive, porque, não somente êste alemão cosmopolita se torna ridículo aos olhos do estrangeiro, mas porque conscientemente ou inconscientemente, renega a sua germanidade. Só conhecemos o conceito do Alemão completo, cidadão de seu país, sempre e em tôda a parte um alemão e nada mais do que alemão".

Von Liebert, Friedrich Lange, Walter Kant e muitos outros já se externavam, em revistas e publicações científicas, sobre os planos mais ou menos precisos que a Alemanha teve no Brasil. Digo bem *teve*, porque é evidente que hoje não os *tem* mais, pois, uma recente declaração do Governo Alemão afirma que não há vistas alemães sobre a América do Sul; e seria injusta qualquer suspeita da palavra oficial do Reich.

Para voltar ao assunto tratado pelo Dr. Maack, acrescentemos apenas que êle se queixa, aliás sem azedume, das tentativas de "dissolução de sua nacionalidade e de destruição de sua cultura alemã" que, desde 1937, veem sofrendo os seus patrióticos no Brasil. Aí, novamente, estamos em desacôrdo, porque a nosso ver, a palavra "nacionalidade" está indevidamente empregada.

Terminando, êle lembra que "o destino dos Alemães no Brasil justifica claramente a reivindicação alemã de maior espaço (*Lebensraum*) para o seu excesso de população". Ninguém, poderá negar que parece curioso o fato de, logo na frase seguinte, êle afirmar: "O que é certo é que a Alemanha não procurará êsse *Lebensraum* no sul do Brasil, nem mesmo na América do Sul". Se êsse *espaço vital* supõe o gôzo de direitos coletivos, é bom que assim seja e que deixemos de ser procurados como *Lebensraum* escolhido; mas se, como é o caso em imigração e colonização normal, só é visado o gôzo de direitos individuais, não haverá brasileiro patriota que não admita com satisfação a idéia de uma corrente imigratória de alemães para êste país que sempre os acolheu bem, onde as suas qualidades são devidamente apreciadas, mas que tem o direito de preservar a sua nacionalidade, segundo as regras do direito internacional.

Estas ponderações, sugeridas pela leitura do instrutivo artigo do geógrafo alemão, que tão bem conhece o Brasil, não constituem uma "resposta" ao que êle afirma, pois as suas informações são exatas e êle as apresenta com moderação. Trata-se apenas de uma divergência de interpretação, aliás fundamental. A questão da nacionalidade não pode ser invocada em países que não reconhecem a existência de minorias estrangeiras, detentoras de direitos coletivos, porque esta noção é tipicamente européia.

O que distingue essencialmente as minorias raciais da Europa das minorias em países novos, é a origem histórica e o processo de formação daqueles e destas: no continente europeu, são oriundas, segundo as vicissitudes das ocupações e das conquistas, das vitórias ou das derrotas, independentemente da vontade dos atuais representantes dessas minorias. Nos países da América, ao contrário, resultam de uma ocupação pacífica, livre e garantida pela potência detentora dos territórios colonizados, sob a condição da aceitação da soberania e autoridade dessa potência. O imigrante que entra é *livre*, sabe quais as responsabilidades

que assume e, *ipso facto*, se compromete tacitamente a não reivindicar direitos extraterritoriais, que lei alguma lhe pode conceder.

E', pois, fundamental a diferença entre o nosso conceito americano e a noção européia corrente. Transplantada para o nosso continente, esta noção seria a ruína da nossa existência política como democracia independente e autônoma.

DELGADO DE CARVALHO.

A excursão geográfica

Delgado de Carvalho

CARVALHO, Delgado de. A excursão geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 4, p. 864-873, out./dez. 1941. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

A EXCURSÃO GEOGRÁFICA

O sentido geográfico Encontrei, em matéria de conclusão de um alentado volume de cerca de 500 páginas, escrito o ano atrasado por um geógrafo americano, RICHARD HARTSHORNE, sob o título sugestivo *A Natureza da Geografia*, encontrei, digo, a seguinte frase que acho indispensável comunicar a meus colegas: "Não existe conjunto algum de regras capazes de determinar quais os fenômenos, em geral, que são de significação geográfica". E para não nos alarmar com semelhante conclusão de tão exaustivo inquérito entre autores americanos, alemães, franceses, escandinavos e japoneses, o autor acrescenta: "Isto é uma questão que só pode ser determinada, em casos particulares, levando em conta a *importância direta* dos fenômenos em relação à *diferenciação topográfica* ou a sua *importância indireta* por meio da *relação de causalidade* com outros fenômenos".

Esta explicação, concisa talvez, exige que, para um fenômeno merecer o qualificativo de geográfico, é necessário que o fator *posição* ou *situação* o venha diferenciar.

O critério me parece eminentemente aceitável; é de utilidade prática para o professor de geografia: não se trata aí de metafísica, mas de aplicação, de realização concreta das três características da geografia moderna: a *nomenclatura*, a *descrição* e a *explicação*. Podemos designar, descrever e explicar muitos fenômenos, nem por isso serão geográficos; só virão a sê-lo se o *fator posição* os venha diferenciar.

Mas este ponto de vista geográfico tem mais uma vantagem, a meu ver, capital: estabelece as estreitas relações que, com as demais ciências sociais, tem a geografia e a interdependência dos fenômenos a estudar.

Ora, nomenclatura, descrição e explicação não veem a ser exatamente também os objetivos característicos da História, porém, em vez de ser em relação à posição no espaço é em relação ao período no tempo?

Como nos achamos, por conseguinte, intimamente relacionados no campo das ciências sociais, com os nossos colegas da História!

Já em 1883, nas suas *Aufgaben und Methoden der Heutigen Geographie*, o mestre RICHTHOFFEN já constatava que muitos teem a ilusão de colher no campo geográfico o que lá não semearam, nem plantaram. O mesmo se dá com a História: todo mundo julga que é disciplina fácil. Em geografia como em história, todos se acham em casa, à vontade. A matéria é tão simples! É simples para os que nem suspeitam a sua complexidade.

De fato, a estes espíritos simplistas devemos uma tumultuária acumulação de fatos mal dirigidos e servidos sob o nome de geografia moderna. O perigo maior que oferece este tipo de estudo geográfico foi descrito em 1934 por ISAIAH BOWMAN do seguinte modo: "São os horríveis exemplos do pensamento confuso em geografia que afetam principalmente o lado humano do assunto, por meio das tentativas precipitadas de formular e aplicar novas filosofias sociais e que levaram muitos professores de ciências sociais a citar uns tantos fatos geográficos fazendo generalizações apressadas e fáceis, com escandalosa inexactidão e superficialidade".

Durante muito tempo, ainda hoje mesmo, estamos entre dois grupos irredutíveis: os tradicionalistas da mnemotécnica que só acreditam na geografia "fatural", nos nomes próprios decorados e tratam tudo mais de conversa fiada... e são numerosos entre nós! e, de outro lado, a ala chamada adiantada, que reduz tudo a princípios, a leis geográficas inventadas, desdenhando por demais a nomenclatura, e que em todo fenômeno social só enxergam uma resposta ao meio, num determinismo absoluto. São os dois extremos.

Em realidade, o que precisamos, em geografia, é constatar os extremos. Devemos fazer o seguinte raciocínio, em substância: A Geografia é um ramo de conhecimentos, digamos mesmo uma ciência, que tem um valor educativo na formação do indivíduo. Ela nos interessa sobretudo sob o ponto de vista humano. É pois *uma ciência social* e, por isso, não é totalmente independente das demais ciências sociais; mais ainda, deve colaborar com as ciências sociais, deve contribuir para elas. Ora, qual é esta contribuição?

Há cerca de três meses, um geógrafo norte americano PRESTON JAMES, grande amigo do Brasil e dele profundo conhecedor, publicou um interessante artigo que, a meu ver, coloca sobriamente as cousas ao ponto. Ele descreve o que deve ser, na sua opinião, a contribuição da Geografia nos Estudos Sociais. Passo, pois,

a fazer uma rápida análise do que disse num número da revista *Social Education* (vol. V n.º 5).

Temos, até aqui, demasiadamente desprezado o valor da *posição* como fator nas cousas humanas. Em compensação, os alemães teem prestado a este mesmo fator posição geográfica, uma atenção muito especial, fazendo-a base de sua estratégia.

A geografia na educação tem por fim, dar o sentido de posição, a "consciência de posição" diz o autor, para fatores isolados, mas em relação às cousas físicas e sociais que diferenciam as regiões da Terra. O mesmo faz a história, como já vimos, em relação ao tempo.

Mas este *sentido geográfico de posição* é dado de dois modos principalmente: O primeiro, mais largo, mais geral, consiste em colocar o estudante em condições de localizar o fato ou o fenômeno no quadro natural completo. É ao mesmo tempo situação, topografia do ambiente, feições climáticas, posição em relação à ocupação humana, divisão política, linhas de circulação e comunicações. Em suma, é um complexo, e o fato só tem valor geográfico quando nele integrado.

O segundo modo, consiste em preparar o estudante a compreender a sua posição individual, relativa a um ambiente mais próximo, dando-lhe o sentido da direção, do quadro geográfico imediato visível e próximo invisível, além do horizonte. É o dom de se orientar e de pensar geograficamente. Tornar a viagem e a excursão cheias de significação e de ensinamentos, é uma das mais preciosas funções da educação.

Com semelhantes propósitos, tão precisos e claros, como estamos longe da geografia-ilustração do espírito, da geografia ornamento de cultura e de outros propósitos metafísicos na educação do individuo!

Outra função do ensino geográfico, segundo PRESTON JAMES, é de familiarizar o estudante com o manuseio dos mapas.

É extraordinário o número de adultos que julgam estar lendo um mapa, carta topográfica ou atlas e que, entretanto, não estão percebendo o significado real de grande parte de seu conteúdo. É o que o autor chama de "analfabetismo do mapa", inadmissível numa democracia culta. O mapa, sendo uma forma de simbolismo, precisa ser interpretado e ao mestre de geografia cabe a função de educar o estudante, capacitando-o a tirar do mapa tudo quanto nele se acha contido.

Cita JAMES o exemplo de um adulto que dissera que os norte-americanos deveriam aprender espanhol, pois, geograficamente o México estava em relação aos Estados-Unidos na mesma posição que o Canadá. Evidentemente, o mapa estava mal interpretado, mal integrado em seus aspectos diversos, o adulto adulterava a realidade.

Uma outra feição característica do ensino geográfico é o estudo da relação do Homem e da Natureza. É um perigo transferirmos os ensinamentos das ciências naturais para o campo das ciências sociais: leva a multiplicar as falsas analogias. Em ciências sociais, não existem princípios gerais de causa a efeito, (conhecidos pela menos). A realidade é de tal complexidade e variabilidade que os casos são em reduzidíssimo número e não permitem leis ou generalizações de princípios com exemplos específicos. A regra é a exceção: quando generalizando, desacreditamos o método e a própria ciência. "Reações ao meio físico" foi outrora uma fórmula interessante, mas revelou um determinismo inadmissível.

A contribuição da geografia, neste setor, pensa JAMES, será apenas de permitir uma apreciação do fator posição em relação a fatos ou fenômenos sociais. A geografia se presta a estabelecer contactos, correlações; coordena e colabora mas não obedece a princípios oriundos de outras ciências sociais.

"Uma região, diz o autor, não pode ser descrita como favorável ou desfavorável ao estabelecimento humano enquanto não se tiver tornado tal pela ocupação de um grupo específico". É resultado do momento histórico e do estágio cultural. A falta de meios de aquecimento apropriados teria sido a razão da não ocupação da Europa Central pelos gregos e romanos. Tal seja o aparelhamento cultural de um grupo, amanhã talvez seja ocupado e povoado o Spitzbergen ou o centro do Saara! Quantas cousas não foram tornadas possíveis, em geografia humana, pela revolução industrial! A cada estágio novo de civilização podemos esperar uma modificação profunda na especificação do fator situação, isto é. no fator posição geográfica.

Em páginas de admirável sentido geográfico, já traçou EVERARDO BACKHEUSER as diretrizes geo-políticas da evolução do nosso continente.

Prova isso tudo, quanto o estudo da posição relativa deve constituir um incentivo para aprofundar os estudos dos meios físicos que condicionam a distribuição dos seres sobre a superfície da Terra.

O norte-americano conclue mostrando quanto devem estar alertas o espírito do geógrafo-estudante e sua capacidade de observar, de apreciar paisagens, de notar os significados das cousas no horizonte. Em suma, precisa tornar-se um *viajante-inteligente*.

As excursões geográficas O jovem professor de geografia, treinado nas nossas universidades, se acha compenetrado das idéias modernas aplicadas ao ensino de sua matéria. Ele sabe, por exemplo, que o professor nunca deve "dominar a situação", mas esperar o "despertar do interesse" no aluno, ele foi ensinado a levar os seus educandos habilmente ao desejo de conhecer, a sentir a necessidade de pesquisar. Ele está conciente de poder realizar este objetivo da pedagogia moderna, considerado hoje como capital.

Entretanto, a este mestre cheio de entusiasmo sadio, é entregue um programa, do qual a primeira linha apresenta a expressão: "Sistema solar". A meninos e meninas de onze anos, em primeira série, ele vai ter de ensinar, sem "dominar a situação", bem entendido, o sistema solar. Duas noites sem sono vai ele, pelo menos passar, meditando o modo de despertar o interesse dos alunos sobre o *plano da eclíptica* e fazê-los sentir a necessidade de conhecer as *órbitas dos planetas inferiores*.

Talvez, na sua insônia, seja levado a se aproximar da janela e a contemplar a noite. Se for estrelada, ele pensará consigo mesmo: "Ah... se minha aula fôsse à noite, eu poderia facilmente alcançar meu objetivo... Teria apenas de *esperar* as perguntas dos alunos que, com certeza, não falhariam; eu então entraria no assunto".

O jovem professor teria razão: a sua intuição confirmara os ensinamentos que lhe foram ministrados. O *contacto com a realidade* determinaria, por si só, o início de todo um processo de aprendizagem.

"A Natureza, não é um mecanismo morto", já dizia CARL RITTER. Ora, nós somos seres vivos e nada do que é vivo e evolue nos pode ser estranho. Não há, para os vivos, maior fonte de interesse do que a vida, e os nossos alunos não escapam ao impulso de conhecer os fenômenos que a condicionam.

Assim sendo, o segredo do interesse geográfico está apenas no estabelecimento de contactos com a Natureza, escolhidos com acerto os fenômenos que se processam sobre a superfície do globo ou sobre ele atuam.

Quantas vezes não somos nós, professores de geografia, solicitados pelos nossos alunos a realizar com eles pequenas excursões! Não há pretensão mais justificada de sua parte. Uma boa excursão, bem executada, equivale, a meu ver, a muitas aulas.

Se cada unidade de trabalho, em geografia, pudesse ser precedida de uma excursão, adequada à matéria em vista, e ser concluída com outra excursão de fixação e revisão, tenho certeza de que o curso de geografia seria um sucesso. A questão se reduz, em muitos casos, a um arranjo de horário, a uma distribuição de tempo e de recursos, em suma, a um caso de organização escolar em que o professor de geografia não é o único a ser consultado e ouvido.

Meu colega e amigo o Prof. LUIZ ALVES DE MATOS, em seu *Curso de didática*, na Universidade do Brasil, estabeleceu alguns pontos, a respeito das excursões, que julgou fundamentais e que eu tomarei a liberdade de comentar, pois coincidem, mais ou menos, com o que tenho procurado fazer, neste setor educacional.

1. — O primeiro ponto que deve ser frisado nesta discussão é o chamado *preparo preliminar*. Não creio que seja possível, a não ser por acaso, improvisar uma excursão geográfica, com inteiro proveito, bem entendido. Entre as possibilidades, isto é, entre condições exequíveis em vista dos recursos, o professor precisa fazer uma escolha que venha satisfazer os propósitos que tem em vista.

A maior parte das vezes, um plano de excursão corresponde a um certo propósito, mas as oportunidades que ela oferece correspondem a vários outros propósitos. Nestas condições, há interesse em aproveitar o mais possível as oportunidades que podem surgir: daí a necessidade do professor preparar a excursão de antemão.

Depois de determinados os *objetivos essenciais* da excursão e de escolhido os pontos a visitar e a ocasião, o professor deve, a meu ver, tratar de ir pessoalmente percorrer os pontos em que pretende passar com os seus discípulos.

O passeio preliminar do mestre tem três vantagens consideráveis. Em primeiro lugar, o que vai ser objeto de estudos não será para êle, à última hora, uma fonte de surpresas e de encontros inesperados. O prestígio do professor, principalmente quando é moço ou inexperiente, se acha consolidado pela segurança de suas reações, pela sua atitude prevenida, pelo seu conhecimento prévio. Em segundo lugar, as oportunidades de informações sobre o assunto visado, assim como sobre observações laterais se acham enriquecidas pela visão que o mestre teve dos fenômenos vários do meio visitado. Em terceiro lugar, os contactos sociais que, porventura, tenham de ser estabelecidos, são decididamente mais valiosos quando prevenidos e esperados. Eu mesmo devo dizer que, na Faculdade de Filosofia, quando preparo uma visita a um departamento público, onde meus estudantes vão ter contacto com as realidades do que estudamos teoricamente, acho preferível prevenir os meus amigos da repartição visitada, que sempre se tem mostrado acolhedores e úteis, tornando a visita agradável e proveitosa à turma de geografia.

2. — O segundo ponto é o que o Prof. Maros chama o *preparo psicológico*. Uma excursão é um passeio, mas não é unicamente um passeio. O excursionista é um turista com responsabilidades. O turismo hoje em dia cobre as ocupações as mais diversas, mas o excursionismo é diferente nos seus propósitos. Na excursão, o observador sai do curso normal, da trajetória diária de sua vida *ex-cursus* para ter uma vista complementar de fenômenos que o interessam.

Assim sendo, não é essencialmente uma *atividade recreativa*, pois não tem finalidade em si mesma: o seu objetivo está além da atividade despendida. Ora, êste objetivo precisa ser fixado de ante-mão.

Supõe isso, em consequência, uma preparação por parte dos interessados.

Nas aulas que precedem a excursão, é essencial que sejam debatidos os tópicos destinados a serem observados no contacto das realidades.

Se o mestre já está familiarizado com a paisagem física e social dos pontos a visitar, êle estará em condições de insistir, em aula, sobre os assuntos que a oportunidade apresentará em exemplos vivos.

Suponhamos que um riacho da vizinhança ofereça grande número de meandros e deva ser ponto de passagem. No decorrer de suas lições em aula, o professor poderá insistir, com o auxílio gráfico no quadro negro, sobre tôdas as circunstâncias das formações de meandros. A observação do riacho passará a ser um dos pontos acessórios da excursão, mas não deixará de constituir um ensinamento proveitoso.

Já tive ocasião, em excursões, de encontrar oportunidades que surgiram de vistas laterais, secundárias ou accessórias, em relação ao objetivo principal, e que enriqueceram muito mais os conhecimentos do que o próprio objetivo prefixado ou finalidade do passeio.

Lembro-me de uma excursão histórica feita, no meu tempo de colégio, a um campo de batalha da guerra dos Cem Anos, (que por sinal nada tinha de muito característico topograficamente) e que ficou totalmente eclipsado, no seu propósito educativo, pelo encontro, num café de aldeia, de um velho, quase centenário, que tinha sido soldado de NAPOLEÃO I. O entusiasmo dos colegiais, as nossas perguntas inesperadas e o ar desconfiado do velho nunca me saíram da lembrança.

3. — O terceiro ponto é relativo à *organização da excursão*. Em regra, envolve um certo número de questões materiais, mesmo depois dos assentimentos obtidos das autoridades.

É frequente existir, no *corpo discente*, grêmios, sociedades, centros ou grupos sociais formados de alunos que tomam a si a organização de passeios, excursões e outras atividades.

Quando faltam semelhantes órgãos permanentes de *atividades ditas extra-classe*, é sempre possível ser constituído, na própria turma, um pequeno grupo da boa vontade que se presta a tomar a *lista dos nomes* dos excursionistas, estudar os *horários*, informar sobre *transportes* e *despesas prováveis*, sobre *itinerário* e outras particularidades da viagem.

Quando a excursão toma o aspecto de convescote, os problemas teem uma feição de especial interesse. É bom, todavia, sem abater o entusiasmo dos viajantes, não deixar esta particularidade acidental tomar demasiada importância.

Os professores que teem alguma prática sabem ser um dos pontos nevrálgicos da excursão, isto é, da saída do curso normal da vida, como disse, o problema da disciplina. O assunto nos levaria um tanto longe, de mais a mais que varia muito

com as condições das turmas excursionistas e também com o gênio, a idade e os hábitos do professor que toma a responsabilidade do passeio. Por isso, é bom os alunos serem cedo treinados nos bons princípios da auto-disciplina, da ordem e da conformidade às decisões tomadas, da obediência aos sinais e chamados.

4. — O quarto ponto pode ser intitulado: a *Observação dirigida*. É esta a parte capital do trabalho. Já discuti longamente o *sentido geográfico de posição e situação*, a necessidade de constituir, no educando, uma *consciência do espaço*, de dotá-lo de uma *faculdade de ver e observar*, de se ambientar topograficamente, isto é, de interpretar paisagens geográficas.

Ora, o aluno médio, se não encontra no seu caminho alguma coisa que solicite a sua atenção ou sua imaginação, não observa nada de especial. O que o impressiona é o anormal. Cabe ao professor ensinar-lhe a observar o *normal*.

As faculdades de observação do educando precisam ser treinadas, neste sentido que, faz parte do ensino prepará-lo a fazer a si mesmo *perguntas* inteligentes e procurar *respostas* adequadas. Para o mundo físico, para o mundo biológico, para o mundo social, há questões fundamentais que devem ser respondidas se queremos ter uma noção das realidades geográficas do ambiente.

É verdade que o espetáculo que se oferece à nossa visão é um conjunto, é um complexo, uma integração de realidades de ordens diferentes. Por isso mesmo, deve o educando estar treinado a analisar os fatos, de acôrdo com os elementos que lhe foram fornecidos pela disciplina estudada.

Mas este assunto ultrapassa em significação um simples item da excursão geográfica — é todo um método em si e, como tal, deverá ser encarado à parte. A observação dirigida não é outra coisa, no que nos diz respeito, do que um processo de utilização visual do meio geográfico para a educação.

5. — Em quinto ponto, todos os educadores que tratam de excursão, geográfica ou outra, são unânimes em afirmar que os *relatórios de alunos*, depois da excursão, constituem uma condição de aproveitamento de grande valor e significação.

Para que a atenção dos excursionistas seja mantida durante o passeio, para que fiquem estimulados no seu trabalho de ver, observar, notar e contar, é essencial que fique claramente estabelecida a obrigatoriedade de apresentar uma relação do que foi feito e registrado, sob as vistas do professor ou suas sugestões.

A execução do relatório pode variar de um aluno para outro, de um grupo para outro; pode ser uma descrição cronológica, uma narração, uma série de respostas a um plano preliminar. Muito depende aí do professor, da parte que tomou pessoalmente nos pontos observados. Em regra, me parece preferível o relatório individual, lido em classe e discutido, versando apenas sobre certos tópicos de importância geográfica, deixando de lado a parte descritiva, quando não é essencial à compreensão ou à interpretação do assunto.

Na minha opinião, a excursão geográfica, que deve ser integral, isto é, abranger o meio físico, o meio biológico, social, histórico e econômico, a excursão geográfica é uma grande síntese de vida, é um ensinamento de incalculável alcance quando os educandos são postos esclarecidamente em contacto com as realidades.

No nosso ensino do século XX, em que as necessidades do estudo teem isolado as realidades em campos especializados, em que, aos pedaços, por assim dizer, é ministrada a cultura, como se a Ciência não fôsse una, como se todos os seus ramos não fôssem interdependentes, acho que a excursão geográfica vem aproximar a Escola da vida real, restabelecer as conexões necessárias e, apesar da complexidade dos fenômenos, torná-los mais vivos, mais significativos, mais cheios de ensinamentos ao mesmo tempo que mais acessíveis aos jovens, inculcando-lhes amor à nossa disciplina.

“Mas, dirá o professor que passou duas noites em claro, e... o plano da Eclíptica e a inclinação do eixo da Terra?” Vá tranquilamente dar sua aula, meu bom amigo, não tenha receio. Leve a turma para o pátio ou para o jardim; faça-lhe observar as posições do Sol; se algum deles perguntar porque é tão quente o verão, diga-lhe que, na pedra da sala de aula poderá explicar melhor, volte à sombra, e discuta o plano da eclíptica que é isso mesmo que ele ficou com vontade de saber.

O estudo da paisagem Enquanto a geografia aparecer ao aluno secundário como uma disciplina que nada tem com a sua vida de todos os dias, enquanto for, para êle, um assunto divorciado da experiência prática, não podemos esperar que desperte o seu interesse, que venha a representar uma realidade de todos os momentos.

De tudo quanto é submetido à nossa inteligência, procura a ciência fornecer aplicações palpáveis, exemplos típicos que justifiquem o conhecimento. Para a geografia, o exemplo por excelência, a situação concreta é a excursão geográfica.

Procurei esboçar a preparação e a organização da excursão, na qual toma parte uma turma de geografia. Vem ao caso lembrar as feições principais do que se poderia chamar, em excursão geográfica, o *estudo da paisagem*.

O indivíduo que percorre uma região; à procura de alguma coisa que chame a sua atenção, o indivíduo que espreita o pôr do sol para observar efeitos de luz, o indivíduo que só cuida de vistas pitorescas ou de panoramas grandiosos talvez seja um artista, talvez seja um filósofo, mas não é um geógrafo. O verdadeiro geógrafo vê e aprecia vistas e panoramas, presta atenção às cousas extraordinárias, mas, antes de tudo, êle vê e observa o *normal*, o que se repete, o que ninguém nota, a paisagem, mas a paisagem integral de uma região.

Quando, no linguajar familiar, se diz de uma pessoa que olhou para alguma coisa como "um boi para o palácio", a idéia é que, espiritualmente, a coisa não determinou nela reações superiores às que provocaria num boi. Bem sei que o gado vacum tem frequentemente uma atitude meditativa, feita de calma e de resignação: nada de mais sugestivo do que uma vaca que vê passar um trem e, em seguida, recomeça a pastar. Esta equanimidade não é recomendável, pelo menos em excursões geográficas.

Entretanto, é forçoso confessar, que não é muito fácil, uma pessoa interessar-se de um modo inteligente e proveitoso por tudo quanto lhe cai sob os olhos. Ver, ouvir e contar são três processos que nem todos estão em condições de empregar. É necessário *saber* observar.

Não escapou aos maiores geógrafos, navegantes e exploradores, a necessidade de ensinar *a arte de ver* e compreender os fenômenos geográficos. Em 1874, o Dr. NEUMAYER, diretor da "Seewarte" alemã, escreveu dois volumes sobre as observações científicas em viagem (*Wissenschaftlichen Beobachtungen auf Reisen*). Doze anos depois, o grande explorador RICHTHOFEN dava um alentado volume de 700 págs.: o guia do viajante-explorador (*Führer für Forschungsreisende*). A Sociedade Real de Geografia de Londres publicou também dois volumes — *Conselhos aos viajantes (Hints to Travellers)*. Muitas outras publicações poderia eu aqui citar, destinadas a formar, entre os geógrafos de um país, os observadores destinados a tomar contacto direto com as realidades e, por meio de novas informações, contribuir ao progresso da Geografia.

Se tal coisa é necessária para determinar, entre adultos, vocações geográficas, não é de admirar que os professores, desejosos de formar pequenos geógrafos, também procurem sistematizar os conhecimentos indispensáveis à observação geográfica.

Dêste segundo e mais modesto tipo de trabalho temos já alguns exemplos. Citarei dois apenas: o *Regional Survey* da MABEL BARKER, professora inglesa, e o *Pequeno guia do viajante ativo* do Professor DEFFONTAINES.

Falei dos cinco pontos fixados em aulas de didática pelo Professor LUIZ ALVES DE MATOS — isto é, 1.º o *preparo preliminar*; 2.º o *preparo psicológico*; 3.º a *organização da excursão*; 4.º a *observação dirigida*; 5.º os *relatórios*.

A sistematização à qual estou aludindo agora é pois relativa ao 4.º ponto — a observação dirigida, destinada a dar o sentido geográfico da posição e do espaço ao jovem observador.

Para vencer um obstáculo, todos nós sabemos que o velho princípio consiste em subdividir as dificuldades. Equivale isso a dizer que, para adquirir conhecimentos, é indispensável organizar um questionário do que se quer saber.

A primeira subdivisão, que, a meu ver, se impõe é distinguir uma parte de *geografia física* e uma parte de *geografia humana*; em outros termos, uma *parte condicionante* e uma *parte condicionada*. Bem sei que a realidade sendo complexa, há ação e reação dos dois elementos; esta reciprocidade de influências será em tempo observada e examinada.

I. — A primeira noção a adquirir deve ser de *conjunto*. É a *topografia da região* que precisa ser analisada e definida. Limitada pelo horizonte visual, qual a vista que temos, qual o qualificativo geográfico que lhe cabe? É planície

ou é relêvo? Se fôssemos exploradores, teríamos que fazer considerações geológicas; sendo somente observadores, vejamos apenas se o *solo* é rochoso, se é granito, gneiss, ou simplesmente argila; também pode ser arenoso ou calcáreo. Algumas rochas típicas, apanhadas a distâncias várias, talvez venham esclarecer sobre a *natureza do solo*.

Se houver cortes no caminho ou na estrada, uma pausa no local permitirá aquilatar a *profundidade média da camada superficial*, ou solo arável. Indica até que ponto processou-se a decomposição ao ar livre, onde começa a rocha. A *côr* também dá indicações; por fim, convém averiguar se é permeável ou não. Se *nomes locais* são dados a certos tipos de terrenos, é bom notar para ulterior inquérito.

II. — Estas notas preliminares servirão à segunda série de observações: qual a *posição das camadas rochosas*? Os cortes da estrada, muitas vezes, esclarecem também este ponto: as camadas podem ser *horizontais* ou estar *inclinadas*. Ao professor cabe chamar atenção para alguma falha ou camadas *discordantes*. O fenômeno é mais comum do que parece: a questão é procurar. O relêvo que se apresenta deve ser explicado em suas prováveis origens: é *dobramento*, *fratura* ou simples *erosão*? É na vizinhança das águas correntes que o fato pode ser apurado.

Qual o aspecto do relêvo da região, as *partes baixas*, as *altas* — meias laranjas ou taboleiros, picos acantilados, paredões ou simples ondulações?

Se o *mapa* dos excursionistas for de grande escala, $\frac{1}{100.000}$ ou $\frac{1}{200.000}$, será fácil situar a região numa família topográfica que abrange certa área.

Aí convém que os jovens geógrafos utilizem livremente o lapis para *cortes*, *perfis* e sumários, mas que gravem e fixem a topografia. Não se vise unicamente a perfeição do desenho.

Se a região é *montanhosa*, o emaranhado do relêvo precisa ser observado para marcar diretrizes principais das *lombadas*. Para isso, convém procurar alcançar posições acessíveis mais elevadas, afim de traçar os *vales*, os *espigões*, as *depressões*.

III. — Chegando assim à terceira ordem de fatores, resultantes dos primeiros, observam-se as *águas correntes*.

No exame dos rios que o grupo excursionista encontra, a origem das águas e sua *direção definitiva* devem ser procurados no mapa municipal ou no mapa de grande escala. Só um trecho do rio, pode evidentemente vir a ser observado. Nota-se a corrente, lenta ou veloz; a largura, os meandros, etc..

Tomadas estas notas de modo aproximativo, examinam-se as *margens*, baixas ou elevadas. Sempre, nas curvas, convém verificar a aplicação das regras fundamentais de fisiografia: onde estão *acumuladas as areias*? quais os desgastados das margens côncavas? Os ribeirões e riachos devem chamar a atenção, e uma pausa na *confluência* é sempre um espetáculo instrutivo. Uma *cachoeira*, um *rápido* são também pontos obrigatórios de pausa, onde perguntas e respostas devem ser provocadas.

Nas notas tomadas pelo grupo, uma cousa importante deve ser feita: refiro-me às perguntas que sobre o regime e *distribuição das chuvas* e dos *períodos secos*, deverão ser feitas a pessoas do lugar. Também deverão ser feitas indagações sobre as *enchentes*, sua frequência, sua altura *normal* e *anormal*. Se há vestígios de *aluviões recentes*, examinar a sua natureza: seixos, areias, terra, vegetação decaída.

IV. — A quarta ordem de fatores refere-se à *vida vegetativa e animal* da zona. A vista de conjunto revelou se se tratava de *mata*, de *campo nativo*, de *bosques*, de *cerrado* ou de *caatinga*. Os botânicos do grupo serão chamados a dar os nomes das espécies mais numerosas. A localização das matas deverá ser cuidadosamente observada, indicando se cobrem os *morros*, os *declives*, as *baixadas* ou se seguem os rios, como *matas ciliares* ou "pestanas de rios".

Se, na região, há propriedades demarcadas, a vegetação é, por vezes, empregada para *cêrcas*.

As *áreas marginais* das matas indicam limites de vegetação; ao segui-las, o grupo talvez venha apurar porque apresenta a vegetação contrastes nesta zona.

Os amadores de *passarinhos* e outros *animais* deverão ser encarregados de explorações sobre a fauna silvestre da região.

Ao pessoal do lugar, serão reservadas questões sobre todos estes assuntos que não tiverem sido respondidos pela simples observação dos fatos.

Muita vezes, perguntas feitas a pessoas que moram na localidade, não são sempre bem interpretadas.

Em matéria de chuva, por exemplo, é bom não se fiar demasiadamente nas declarações que façam, em regra, pelo exagero, ora contra, ora a favor, segundo o estado de saúde e o humor do informante. No preparo preliminar da excursão, convém pois que o professor esteja munido dos dados climatológicos, chuvas e temperaturas, da zona, ou dos postos meteorológicos mais próximos.

Ficará pois, assim, mais ou menos completa a visão fisiográfica superficial de região estudada e poderá a turma empreender então a interpretação antropogeográfica.

O estudo das comunidades

Estudado o conjunto, seu *aspecto topográfico*; a *natureza e estrutura das formas do terreno*, o *trabalho das águas correntes* e, por fim, a *vida vegetal e animal* nas áreas consideradas, acha-se o observador de posse de uma relação sobre *fisiografia* que muito auxiliará a segunda parte de sua tarefa: o estudo das comunidades, isto é, a *geografia humana* da região escolhida.

Não conheço assunto algum em que seja de maior importância do que neste, a preparação de um *questionário* preciso, circunstanciado e completo. Trata-se, em realidade, de sociologia aplicada à geografia. O *método do inquérito* é, pois, o que aqui se impõe, insistindo porém, sobre o valor e significação dos fatores geográficos locais.

A meu ver, a primeira ordem de perguntas a formular, para prender imediatamente o nosso interesse à localidade estudada é relativa à *história de seu povoamento*.

Qual o município que visitamos? Quando foi criado? Quais foram os seus primeiros ocupantes? onde estabeleceram-se? Que faziam? De onde vinham e porque vieram? Frequentemente muitas perguntas deste gênero só podem ser provisoriamente respondidas, necessitando de ulteriores esclarecimentos e confirmação.

O segundo grupo de perguntas que devem figurar no questionário refere-se à *ocupação do solo* e aos espaços livres.

Observemos as paisagens que revelam interferência humana por meio de alterações e vestígios: estradas, culturas, postes, cercas, habitações e notemos os espaços em que não há evidência de imediato aproveitamento. Isso nos leva à observações preliminares de capital importância: Onde se acham, na paisagem geográfica, os pontos habitados? Como estão agrupados? Porque estão agrupados do seguinte modo: na orla do mato, na várzea ou no espigão? à beira da estrada, no alto ou no baixo, perto do córrego? A que distância da vegetação mais densa?

O que neste grupo de perguntas procuramos saber preliminarmente, não é propriamente qual o tipo de povoamento urbano ou rural, mas apenas a *resposta humana aos imperativos do meio físico*.

Satisfeitas estas preliminares entramos no inquérito sistemático que podemos, para sua metodização dividir em quatro pontos principais:

1. Os problemas da casa.
2. Os tipos de povoamento.
3. O horizonte de trabalho.
4. A questão da circulação.

1) Entre os *problemas da casa* destaca-se logo em primeiro lugar o do *suprimento de água*. Onde fica situada a habitação rural típica da zona em relação aos mananciais d'água? De onde proveem as águas? São pluviais, de nascentes, de poços, de córregos ou rios? Qual o aparelhamento geralmente em uso para a sua obtenção? Em conexão com as águas, convém observar quanto antes se é utilizada para irrigação ou se é canalizada para força motriz de trabalho industrial. Neste último caso, não convém esquecer as perguntas relativas à situação criada, na comunidade, pelo período de seca.

Enquanto a turma está se informando sobre a questão do suprimento de água, seria interessante que os mais hábeis desenhistas estivessem esboçando croquis de casas típicas, distinguindo as casas de morada das oficinas, das tulhas, das cocheiras, pocilgas, granjas ou outras construções.

Entraríamos assim no primeiro questionário relativo à estrutura da casa: o problema do *muro*. Qual o material para arcabouço e para paredes: pau a pique, barrote, taipa, adobe ou madeira, tijolos, pedra, etc.? Uma estreita ligação deve ser aí observada com o material, fornecido pelo ambiente imediato, ou com o material importado de outra zona. Se puder ser notada alguma diferença entre uma casa velha e uma casa nova nos seus respectivos materiais e tipos de construção, a observação será preciosa. Qual a côr do rebôco?

O segundo ponto de estrutura é o *problema da cobertura* da casa. Qual é o clima que o telhado, nesta zona, precisa enfrentar? Qual o material? Sapé, fôlha de palmeiras, zinco, ardósias, telhas ou madeira lascada? Qual a sua inclinação? Quantas águas e que forma apresenta? É forrado ou de telha vã? Comporta um depósito ou cômodos?

A forma do teto é talvez, sob o ponto de vista artístico, a feição mais característica na paisagem humana de uma região. Não devem ser omitidas, nos esboços, nem a casa típica, nem as casas de importância social, como a igreja ou as sedes oficiais.

O terceiro problema da casa propriamente dito é o *problema das portas e janelas*. Como é a disposição dos pontos de acesso e de iluminação, seu tamanho e forma, sua proteção e sistemas de veneziana. Cada localidade possui experiência própria e constrói de acôrdo. Varandas, terraços, alpendres: tudo deve ser notado quando se repete com certa frequência, pois revela aspectos da vida social.

O quarto problema é o *problema dos anexos*. Existe evidente relação entre as construções rurais e o horizonte de trabalho; mas é essencial observar quais os anexos sistematicamente repetidos na zona, abrigos de animais, colmeias, galinheiros, tanques para patos, etc.. Os depósitos para colheitas, as áreas destinadas a conservar adubos ou estêrco, são indícios de processos culturais.

Em relação à casa e a seus anexos, é quase inútil lembrar a importância considerável do esboço de *plantas das construções*. Os dispositivos de peças habitadas, de peças comuns, passagens, distâncias e áreas ocupadas constituem a revelação de um tipo de vida social.

O elemento feminino da turma deverá apresentar suas valiosas observações sôbre o *problema da cozinha* — fogão de lenha ou outro, suprimento de combustível, e natureza da *dieta*: só êste ponto é por si só todo um inquérito social.

2) Chegamos assim ao que qualifiquei de segundo ponto do estudo da geografia humana: os *tipos de povoamento*.

Aí novamente devem ser levados em consideração os imperativos do meio físico. Ao exame sumário feito preliminarmente, deve suceder agora um inquérito mais minucioso sôbre:

a) o *agrupamento de casas*: a forma da aglomeração rural — nas estradas, com a distância média em que se acham as casas — umas das outras nas ruas da aldeia com a ordem, orientação e posição respectiva das casas.

b) os *logradouros públicos* — os edifícios publicos — localizando também o comércio, as vendas, botequins e cafés — Um esboço topográfico da zona principal será de grande auxílio para o relatório final.

c) os pontos de passagem, pontes, vaus, estradas principais — revelam as *funções da coletividade social*, a razão de ser da aglomeração ou aldeia. A esta última série de perguntas, é que satisfaz a descrição dos tipos sociais predominantes: pescador, pequeno fazendeiro, horticultor, lenhador, minerador, garimpeiro, morador, colono, agricultor ou criador, industrial, etc.. "Em geral diz DEFFONTAINES, no seu pequeno guia do viajante ativo, uma região não é caracterizada por um único personagem típico, mas por uma associação de alguns personagens que dão uma feição especial à população." Isso nos leva, pois ao terceiro ponto do estudo.

3) Trata-se do *horizonte do trabalho*, que pode ser considerado como a resultante econômica das possibilidades oferecidas pelo meio físico. Aí também podemos distinguir várias categorias de ocupação:

a) O *trabalho agrícola*, em primeiro lugar. Convém, para isso, observar a cultura principal da localidade e as culturas que se acham com ela associadas. Como são distribuídos os campos de cultura? Quais as suas formas características? Quais as suas cercas? Em todos os distritos, mais ou menos auto-suficientes, existe um certo grau de policultura. É de interesse relacionar as principais culturas com as condições econômicas do meio. Só os moradores poderão responder adequadamente sôbre as épocas de semear, plantar e colhêr, com particularidades locais. A criação do gado precisa ser registada do mesmo modo,

acrescentando noções a respeito da origem dos reprodutores e os seus tipos predominantes. Quais os animais usados no trabalho agrícola? É o momento de formular perguntas sobre os processos de trabalho: a lavoura é de enxada, de arados ou já dispõe de aparelhos mecânicos?

b) Os *ofícios diversos* devem ser estudados por uma das secções da turma de excursionistas. Se há pedreiras ou matas, com mineiros, carvoeiros, lenhadores ou outros trabalhadores, alguns detalhes técnicos de significação geográfica devem ser registados.

A este respeito não posso esquecer um trabalho notável feito neste setor pelo artista que é MAGALHÃES CORREIA. No seu *Sertão Carioca*, este mestre da monografia social, traçou com ilustrações suas de paisagens geográficas, a vida dos pescadores, dos machadeiros e carvoeiros, dos sesteiros e das esteiras, dos oleiros, bananeiros, caçadores e ambulantes do Distrito Federal. São modelos de observação para a geografia humana, que precisam servir ao Brasil inteiro, para um melhor conhecimento de sua vida social.

c) A *vida industrial*, terceira categoria a estudar, deve ser observada se a região escolhida inclui fábricas, manufaturas e oficinas de construção, estaleiros ou qualquer indústria de importância. Este estudo envolve muitos elementos novos, entre outros, a questão da casa operária, a questão da mão de obra e sua proveniência, as questões das técnicas, das matérias primas empregadas, dos abastecimento, da produção.

d) A *vida recreativa* também pode ser examinada em conexão com o horizonte de trabalho, porque, os jardins, parques, passeios e mesmo o excursionismo local podem revelar usos e costumes domingueiros, um certo turismo local de importância geográfico-social. Os pontos pitorescos em que a vista descortina um largo horizonte não podem ser desprezados numa paisagem geográfica.

4) Chegamos, por fim, ao último ponto — o quarto — relativo à *circulação*. Os meios usuais de comunicação devem agora ser passados em revista, desde o carro de boi até o avião, para poder aquilatar dos recursos em transportes que oferece a zona. Circulação dos homens e dos animais, existência de mercados periódicos ou fixos, hábitos de migrações sazonárias, tudo serve a revelar o fenómeno geo-económico.

Se existe estrada de ferro, convém conhecer algo a respeito de sua abertura na região: dos resultados que produziu, das modificações decorrentes nas rodovias ou nas artérias fluviais. Os serviços de ônibus devem ser notados com sua frequência, suas vantagens e suas distâncias.

O próprio veículo local mais usado deve ser estudado e, se for o caso, reproduzido em desenho sugestivo.

Um dos elementos da circulação que deve servir de critério é a exportação e a importação de produtos com seus respectivos destinos e suas origens. Isso leva a um pequeno inquérito complementar sobre o abastecimento da região. Nas lojas, botequins e vendas do povoado, os objetos de uso corrente dirão muita coisa, pela sua simples presença. Até que ponto será auto-suficiente a coletividade social estudada? Não será este o problema máximo da geografia económica do Brasil?

DELGADO DE CARVALHO.

Atlas de Geopolítica

Delgado de Carvalho

CARVALHO, Delgado de. Atlas de Geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 1, p. 113-123, jan./mar. 1943. Comentários de: Braun, Franz.; Ziegfeld, Arnold Hillen. *Geopolitischer geschichtsatlas*. Dresden: L. Ehlermann, 1927. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

ATLAS DE GEOPOLÍTICA

de Fr. Braun e de A. H. Ziegfeld,
por Delgado de Carvalho

Em número anterior desta *Revista* foram apresentadas algumas interpretações da nova política geográfica, a *Geopolítica*. Foram estudadas as suas origens e sua evolução, principalmente em mãos dos geógrafos alemães que dela parecem ter feito uma arma de combate.

Em 1934, apareceu este *Atlas de Geopolítica*, em Dresden. Pareceu interessante apresentar mais este complemento à elucidação da questão.

De fato, o prefácio da 2.^a edição marca a evolução de um atlas, primitivamente destinado ao ensino imparcial da História Geral, para uma geopolítica, como meio pedagógico de difundir um certo número de dados de imparcialidade menos acentuada. Em relação ao momento histórico, a terceira parte do atlas foram acrescentadas mapas, segundo nos informam de "mais forte intuição gráfica".



Mapa da Europa na época da pedra polida, mostrando a localização dos vários cultivos



É interessante notar, como informam também os autores que, durante a impressão, foram acrescentados três mapas sugestivos referentes não ao presente, isto que seria normal, mas ao

"desenvolvimento pré-histórico de nosso povo e aos feitos notáveis da raça nórdico-germânica, permitindo remontar aos tempos pré-históricos para assentar sobre bases mais firmes uma interpretação biológica mais de acordo com os desejos do momento".



..... da Alemanha e da Europa Oriental no mapa



Lembra isso o velho costume chinês que unham os imperadores de embrocar por cartas patentes os antepassados de um modesto e humilde berço. Assim aconteceu também, a história dos germanos terá maior força comprovante nas suas modernas revindicações.

Sendo realmente sugestiva as ideias emitidas no Prefácio, tomei a liberdade de traduzi-las. Encontrarão nestas as leitores um certo número de comentários de mais alto valor, significação e oportunidade. Ao lado de afirmações aceitáveis, encontram-se porém alguns trechos que parecem tendenciosos; levando-se em conta a data de 1934, percebe-se o incipiente Jif com a nuance ascendente. Dizem os autores: —



Popul e rasya kaita grupus de paitansa

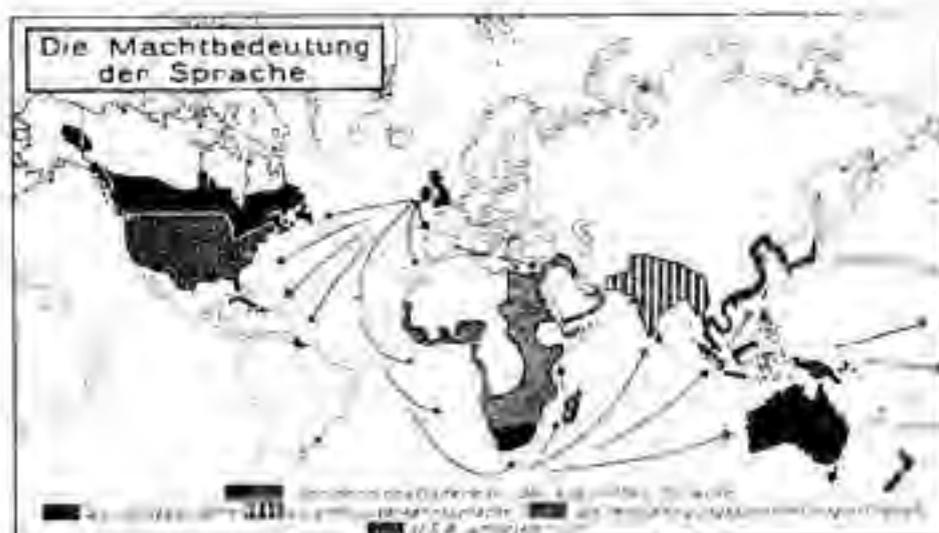
Fig. 115 — Zinowjew-Meyer de 1934



Representação das principais potências segundo as unidades econômicas.

Na interpretação fundamental e no plano deste Atlas não foram feitas modificações; há nele apenas um maior número de mapas cuja elaboração visa uma intuição gráfica mais forte. São aí apresentadas devidamente as bases fundamentais do gigantesco desenvolvimento e da evolução nacional, sob os pontos de vista da Nação, do Estado e da Cultura. Anadirecíamos então uma forte esperança de uma cooperação e de uma ordenação das Nações de seu querer-viver na vida cultural e política, de acordo com as tendências de sua alma nacional e de sua integridade nacional. Por isso, reclamávamos também em favor de uma comunidade de Nações, o despertar de um sentido social, de uma educação político-nacional, dentro do conceito de Estado, principalmente de Estado Alemão.

Que seja estabelecido como premissa que "Nação" em relação a "Estado" não é coisa diferente, nem menor. Não é a Nação que serve



A língua como expressão de poder.

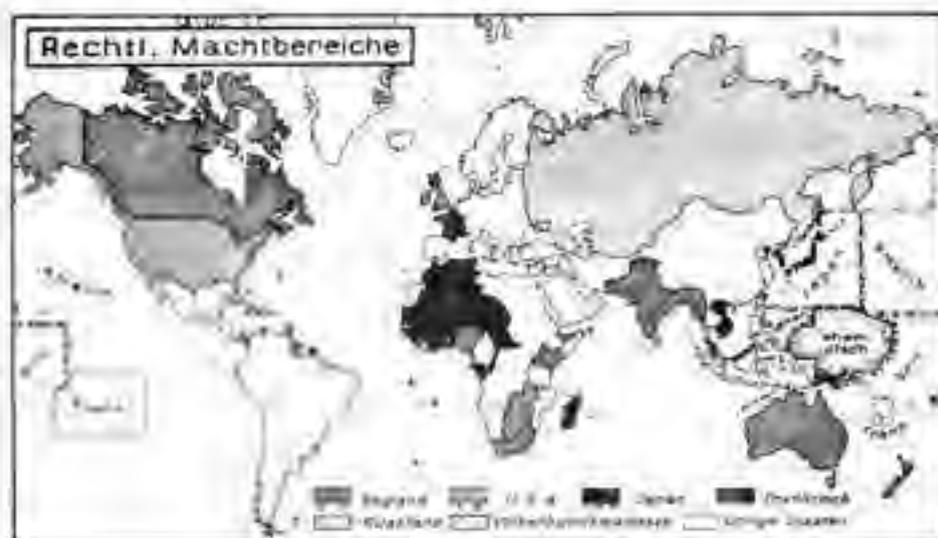


O "cinturão do Diabo" na Europa Oriental

o Estado; antes o contrário: o Estado serve a preservação e ao progresso da Nação. A Nação faz parte da ordenação divina do mundo.

"Esta interpretação do Estado encontra atualmente aprovação geral; as ideias do liberalismo egoísta e do capitalismo burguês sobre o Estado estão hoje mortas e acabaram por serem despidas do conteúdo e do espírito. A cultura que se desenvolve no presente tem a marca da política; De fato, o "político" isto é "a segurança interna e externa da comunidade" é, nestes tempos de desamparo nacional, o mais alto princípio vital.

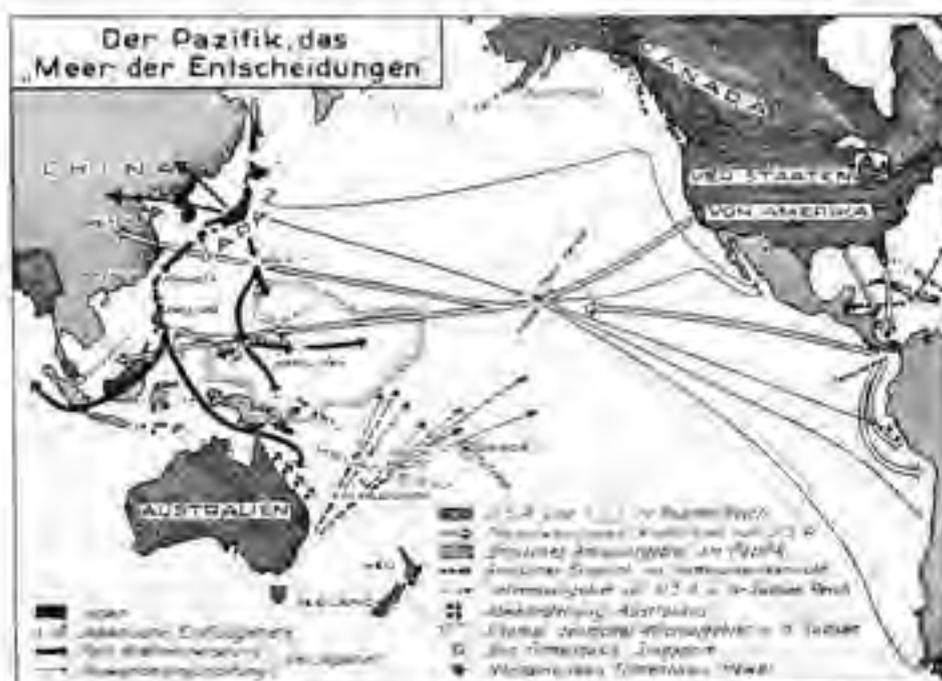
"O povo alemão só encontrará a força política construtiva de sua vida nacional quando estiver viva nos seus membros a ideia de unidade nacional, a ideia de sua comunidade. E' assim que se torna mais importante a Política do que a Economia. A Política tem maior campo, a Política decide os destinos da Nação e cria o seu espaço vital.



Dominios legais das grandes potências

cimento nacional do desenvolvimento histórico servira de orientação às formas políticas da presente e do futuro de nosso povo.

"Até que ponto depende a Política das condições geograficas do espaço vital da Nação e da situação política do mundo ao redor dela, cabe à *Geopolítica* demonstrar.



1:10000000

O Pacífico, "Oceano das decisões": A carta mostra as áreas de influência japonesa e norte-americana no Pacífico



O Mar Mediterrâneo

"Nosso Atlas histórico de Geopolítica se dedicou a esta tarefa de educação político-nacional. O seu objetivo é de mostrar, por meio da ação do conjunto de mapa e texto, o aspecto vivido dos acontecimentos históricos; visa acostumar a pensar em termos de espaço político — *raumgepolitisches Denken zu gewöhnen* — por meio de conhecimentos básicos, assim como também de educar, para conhecimento da Nação e de si próprio, num sentido mais acertado de propósito nacional-socialista.

"O Atlas representa, na situação atual, uma advertência tanto maior da hora presente. O Homem político é um insatável; vive a Ação, vive o Futuro. E com toda razão: não há repouso na vida das Nações. Precisamos conhecer as limitações e as exigências, as aspirações e as correntes de forças para poder julgá-las, pois é com elas que tem de contar o crescimento do povo e a vida do Estado, e deste modo encontra logo a vontade de lutar o seu verdadeiro caminho. Esta é a instrução que nos dá a *Geopolítica*.

"Damos muita importância aos mapas porque, de acordo com a velha e comprovada experiência psico-pedagógica, eles apelam para o poder de percepção e exercem uma influência mais forte de vivida sugestão.

"Cada página trás uma exposição que leva a um determinado desenvolvimento de pensamento".

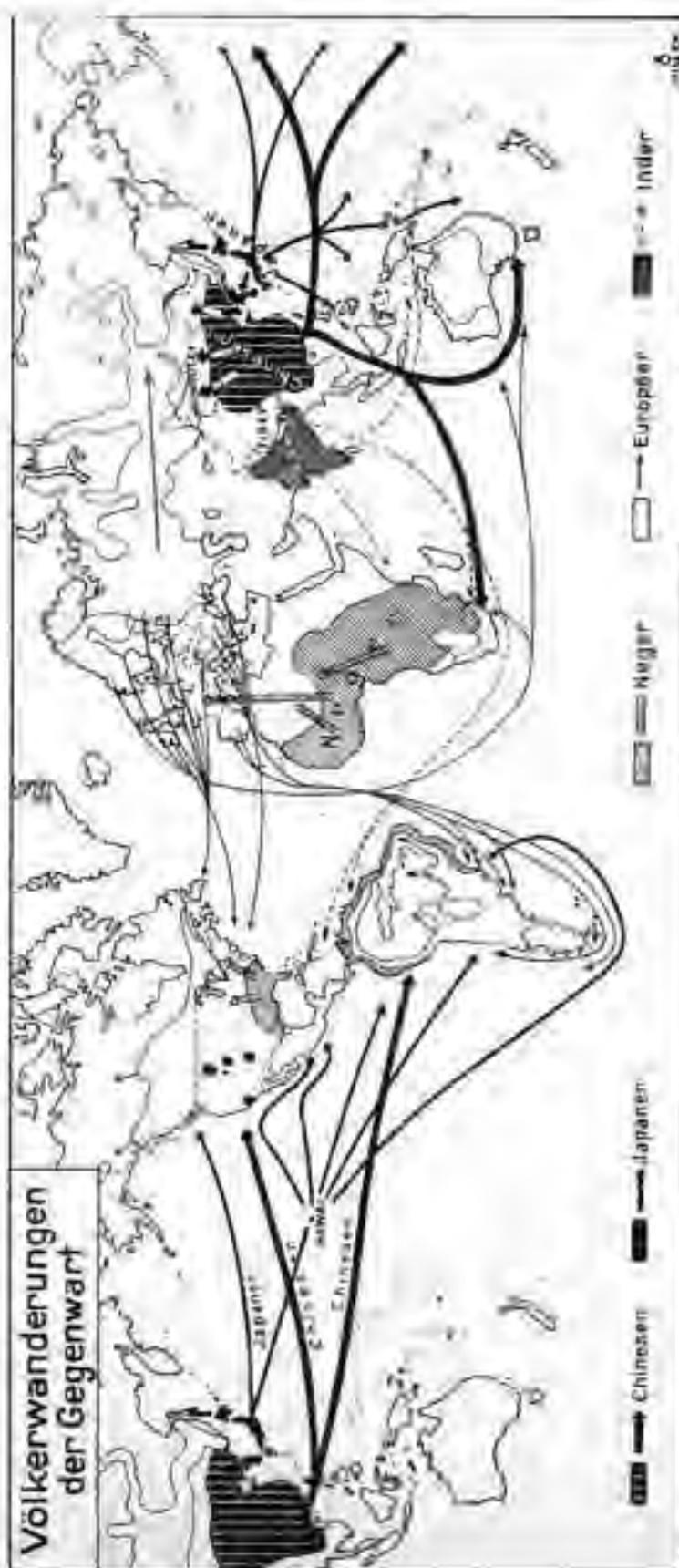
São suficientes estas linhas para ter uma ideia do novo conceito que reina entre os alemães a respeito do papel que desempenham na educação a História e a Geografia.

Os últimos trinta mapas do Atlas se referem ao tempo presente. Apresentam com setas características os movimentos "geopolíticos" formadores das grandes impérias contemporâneas. Em seguida, é graficamente descrita a posição da Alemanha e de suas reivindicações. Seu desmembramento, sua "esquizofrenia", seu desarmamento e seu "cercos" são objectos de mapas de "forte intuição geográfica" como dizem os autores. Quatro cartas localizam as zonas perigosas e principalmente a "cinturão do Diabo" da qual é "vítima" a Alemanha, como provam as flechas que a atacam de todos os lados. (O papel nunca fecha e que não se escreve ou desenha).



Reproduzimos alguns destes mapas, além de mostrar que a Geopolítica utiliza argumentos de todas as origens, dados políticos, demográficos, físicos, económicos com ou sem estatísticas, comprovados ou hipotéticos, legítimos ou duvidosos, com abundância de riscos, linhas setas, cubos e bonecos, expressando ideias, aspirações, tendências ou opiniões. Para um desprevenido crédulo, estas representações gráficas parecem outras tantas afirmações que podem ser negadas com outras setas, outros cubos e outros bonecos.

Se, algum dia, na mente de seus fundadores, a Geopolítica foi um ramo de conhecimentos científico, parece hoje entre as mãos de seus praticantes ter sido a disciplina inicial profundamente desvirtuada.



Migrations der Jahre 1900 bis 1940

Fig. 171 - Janeiro-Maio de 1940

Evolução da Geografia humana

Delgado de Carvalho

CARVALHO, Delgado de. Evolução da geografia humana. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 33, p.1163-1172, dez. 1945. Conferência pronunciada no IX Congresso Brasileiro de Geografia, Florianópolis, 1940. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

Transcrições

Evolução da Geografia Humana*

DELGADO DE CARVALHO

MEMBRO DO IX Congresso Brasileiro
de Geografia — Vol. 1 — 1961PROFESSOR DA Faculdade Nacional de Filosofia
e Membro do Diretório Central do C.N.C.

As idéias são centros de gravitação muito poderosos (Kaysersling).

1 — *A delimitação de campos distintos nos estudos geográficos é resultado do próprio enriquecimento da Geografia.*

Um professor de Geografia da Universidade de Wisconsin, Ray, menciona, ainda em publicação recente, as quatro esferas clássicas, cuja combinação constitui o meio geográfico: a *atmosfera*, a *litosfera*, a *hidrosfera* e a *biosfera*. O ajustamento do organismo humano a este meio natural seria a última fase deste importante processo. Eu iria mais longe, entretanto, e a estas quatro esferas acrescentaria uma quinta, a *psicosfera*, cuja materialização sobre a Terra é o próprio homem.

A *psicosfera* compreenderia, assim, não apenas uma fase da adaptação mesológica, isto é, dos processos humanos de nutrir-se, de perpetuar-se, de defender-se, de congregar-se ou de emigrar, mas também os processos superiores de produzir, de comunicar-se, de organizar-se e de cultivar-se por meio de instituições como línguas, religiões, artes.

Sem retirar do homem do nível orgânico no qual entra como fator na biosfera, acompanhamos, entretanto, a sua ação geográfica incessante, mesmo no nível espiritual e superior em que é talvez mais decisiva.

No caso das quatro esferas que se apresentam como quatro camadas ou cascas diferentes, a metáfora talvez seja falha e antiquada, porque a tendência não é de separar, de distinguir o que na realidade não é separado nem distinto, mas integrado. Vejamos até que ponto pode subsistir, diante da evolução da Geografia, como disciplina, uma concepção tão simplista do mundo.

No caso vertente, todavia, me parece que já podemos distinguir no campo da Geografia Humana, o que é *determinado pelo meio físico* e o que é *condicionado por ele*.

Rá, sem dúvida, um determinismo do meio, um imperativo imposto pelas barreiras naturais, mas é um determinismo negativo e, diante dos progressos científicos do homem, estes meios restritivos ou repressivos de seu ajustamento vão, pouco a pouco, cedendo — é o recuo progressivo das esferas que nunca desaparecerão diante da psicosfera que, entretanto, sempre crescerá.

O positivismo da escola francesa de geógrafos é, incontestavelmente, a característica mais perfeita da psicosfera se admitirmos que adaptação mesológica caracteriza mais especialmente a biosfera.

Homens, assim, levados a distinguir em Geografia Humana duas ordens de estudos, segundo a esfera considerada. Há interpenetração de uma e outra. São ambas as bases da nova Geografia Humana que tende a reivindicar um papel sempre maior para o espírito do homem nos seus contactos mais íntimos com a natureza.

Falei em nova Geografia Humana; mas, na realidade, já terá tido tempo de envelhecer a Geografia Humana pura e simples? Isso nos condiz a perguntar: que é a Geografia Humana?

* R. B. — Conferência pronunciada pelo Prof. Delgado de Carvalho, no Clube da Apatia, por ocasião do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no cidade de Florianópolis, Estado de Santa-Catarina, no período de 7 a 16 de setembro de 1961.

Não tenham receio, eu não procurarei responder a esta pergunta perante um auditório tão profundamente trabuado da significação de semelhante estudo científico; só poderia satisfazer vistas novas sobre o assunto, fórmulas originais muito bem apresentadas e defendidas. Muito tempo, aliás, se tem perdido em requintes de definições, em ciências sociais, em vez de atacar logo o estudo a fazer.

Delimitar o objeto de estudos especiais é deveras louvável, mas assim como as classificações, as definições que delimitam são artificiais. A ciência é uma, suas subdivisões são apenas abstrações de nosso espírito para melhor clareza, conveniência ou acessibilidade; a fórmula proposta, por isso, não passa de um ponto de vista, mais ou menos acertado e preciso.

Em vez de definições, penso estatísticas, seria preferível examinar alguns conceitos emitidos sobre Geografia Humana por geógrafos europeus e americanos no século XX.

Desde a Geografia apenas um pouco de vista sobre o qual são examinados os elementos fornecidos por outras ciências é natural que os seus progressos sejam, em grande parte, dependentes dos progressos dessas outras ciências. O conhecimento geográfico da atmosfera está, evidentemente, subordinado aos progressos da Meteorologia, assim como a explicação das formas características do relevo se acham em estreita relação com o adiantamento da Geologia.

Mas os próprios progressos que realiza a Geografia, graças às suas conexões em campos alheios, onde vai fazer colheitas frutuosas para transformá-las em conceitos geográficos, pelas próprias progressos vêm enriquecê-la e diferenciá-la.

Houve um tempo, que alguns de nós alcançaram, em que se dividia arbitrariamente a Geografia em Geografia Matemática, Geografia Física, Geografia Política e Geografia Econômica, como se nenhuma conexão tivessem entre si.

Hoje, distingue-se apenas Geografia Física e Geografia Humana; em compensação, estas duas disciplinas se tornaram infinitamente mais complexas: a primeira, por causa dos progressos da Meteorologia, da Oceanografia e da Demologia e, pode-se acrescentar, da Biologia; a segunda, por causa do natural desenvolvimento que tomaram as ciências sociais, Etnografia, Economia, História, Ciência Política, Sociologia, Linguística, etc.

A Geografia Humana (que tem mais de duas séculos, pois a *Anthropogeographie* de Ratzel apareceu em 1882-1891), apesar de estar longe de dispor de todo o material de que necessita, a Geografia Humana já apresenta as suas especialidades: Geografia Urbana, Geografia Médica, Geografia Militar, Geografia Econômica, Geografia Linguística, Geopolítica e muitas outras subdivisões que separam apenas uma sistematização de seus elementos esparsos.

Apenas fundada, a Geografia Humana está procurando, hoje em dia, quem a venha fazer por ela o que De Martonne fez para a Geografia Física, o que Günther fez para a Geofísica, porque, em realidade Ratzel, Jean Brunhes, Vidal de la Blache, apenas recolheram elementos, amostras monumentais, sem dúvida, mas tão somente amostras.

A Geografia Humana parece estar ainda procurando o seu caminho sua orientação. Ainda se discute se tal ou qual fato entra ou não nos seus domínios, discussão que já não surge mais em relação aos domínios da Geografia Física.

Como as demais especialidades, a Geografia Humana cresce pelas suas margens. São, de fato, os assuntos marginais, linderos, mais contestados também, que oferecem novos horizontes ao geógrafo. Mas a Geografia se entriquece de subdivisões, mais se multiplicam, em suas abas, os campos de estudos científicos, as especialidades.

Um dos exemplos mais recentes talvez seja o vigor com que surgiu e se desenvolveu na Alemanha de após guerra a escola geográfica da Geopolítica, com Meiß, Haushofer, Heunig, Langhaus-Ratzburg, Kjellen, etc., disciplinadamente agrupados no redor da *Zeitschrift für Geopolitik* e dos atlas e mapas de Putzger e de Friedrich Lang. E não ficaram apenas nas abstracções teóricas: os fatos coligidos, sistematizados e apresentados por esse grupo constituem hoje um corpo de doutrina que tem a força de um credo, e deram a uma nação inteira, pode-se dizer, o *Raumwitz*, o sentido do espaço e o impulso vital que embalsamou. Que não nos passe despercebido este exemplo do que podem operar noções geográficas orientadas, dirigidas [...]

II — O verdadeiro conteúdo da Geografia Humana é a exploração racional de uma relação integral, sendo, pelo menos, um dos termos o homem.

Durante muito tempo a Geografia foi considerada como uma disciplina quase exclusivamente elementar, visto que só consistia em ministrar um certo número de informações, em regra destinadas a ser memorizadas, e muito pouco de científico oferecia.

Era, então, uma enumeração de fatos mais ou menos interessantes, julgados estes a conhecer e tidos por exatos. Eram afirmações tais como: tal montanha tem tantos metros de altitude; tal rio é tributário de outro; tal cidade tem tantas mil almas; a capital de tal província é tal cidade ... e assim por diante. Às vezes, a frase era mais circunstanciada: "Na América Ocidental a República de Cuba, capital Havana, grande produtora de fumo e de açúcar".

Pouco a pouco, entretanto, as afirmações da Geografia foram trasladado outros campos, e chegaram a estabelecer, nos livros para uso secundário, afirmações como "Protomórrios são as formas animais de maior simplicidade, constituídos em uma única célula"; a "Pyrena se constituiu em reino em 1791"; "os pólos magnéticos não coincidem com os pólos de rotação da Terra" (exemplo de W. M. Davis).

Era evidente que, diante desta invasão da Biologia, da História e da Física, reclamações iam surgir, acusando a Geografia de não ter terreno próprio. Ela estava apenas procurando, timidamente, enriquecer-se. Foi bem sucedida, apesar da oposição por que acumulou material, talvez dirigido a princípio, mas posteriormente aproveitado, logo que soube sair das afirmações puras e simples, e estabelecer relações que, estas, são incontestavelmente geográficas.

De fato, a Geografia moderna está em condições de haurir, em todas as fontes, sismos e fatos que pertencem a outras ciências, e emitir sobre elas proposições geográficas, porque hoje já sabe estabelecer as relações que os tornam geográficos.

As proposições não geográficas se tornam geográficas quando envolvidas em relações reciprocas, que podem ser de causa e efeito, ou de simples interdependência.

Sendo a Geografia uma ciência de distribuição ou de localização sobre o Globo, a proposição ganha um caráter geográfico quando a tal localização é realizada sobre a sua superfície. Por exemplo: "Um movimento de convecção em massas de ar saturadas determina precipitação" é uma proposição meteorológica, mas: "A convecção das massas de ar do Atlântico, ao aproximarem-se do planalto brasileiro, determina chuvas ao longo de uma linha meridional" é uma proposição geográfica.

Para que uma proposição geográfica seja de Geografia Humana, basta que um dos fatores das relações estabelecidas seja o homem.

Num livro sobre "Construções Navais e Indígenas" escrevia, há mais de meio século, Antônio Alves da Câmara esta frase de típica Geografia Humana: "Os índios Paumaris, quase ictiófagos, vivem nas lagoas das estroças do rio Purus, durante as cheias do rio, dentro de grandes balsas, que na baixa geral são denominadas *tipobas*, e que durante as vazantes abandonam, para em ubás, e também em pequenas jangadas, percorrerem as margens dos rios".

Em livro recente, escreveram Veríssimo e Várzea: "Lhamás, alpacas, vicunhas e huancos formavam nos vales andinos o gado da civilização dos Incas; Huancos e alpacas foram domesticadas, como camelos e carneiros em volta do Mediterrâneo, servindo respectivamente, como animal de carga e fornecedor de lã; ambos são carne de alimentação, motivo por que entre os quichuas e aimaras não se conhece a *extirpatione*, habitual nos índios do Brasil e da América".

Só com o princípio fundamental de relação integral aplicada, verdadeiro método da Geografia, pôde ela progredir e beneficiar-se das mensagens trazidas pela Geologia, pela Meteorologia e pela Biologia. Hoje, já temos incontestada a existência da Paleogeografia, distinta e muito distinta da cosmologia, temos as suas subdivisões integradas, a Zoogeografia, a Fitogeografia, assim como a Paleogeografia.

Neste setor biogeográfico é que entrava a antropogeografia, que chamamos mais freqüentemente, no Brasil, Geografia Humana.

Se ninguém mais nos agride, atualmente, é porque abandonamos a Geografia antiga do detalhe isolado, para fazer repousar a nossa pesquisa sobre

BULETIN GEOGRAFICU

princípios que vieram demonstrar, aliás, que a nossa disciplina não tem a estes elementos que a princípio lhe tinha sido atribuído.

Hoje em dia, é bom repetir, o futuro da Geografia está nas universidades, no aproveitamento de seus laboratórios de Geografia, na formação de seus professores de Geografia, no enriquecimento de nossa literatura geográfica, por meio de livros e revistas especializadas e no conhecimento direto dos meios geográficos pela excursão e pela exploração.

Tudo isto, entretanto, de pouco servia, enquanto não estava firmemente estabelecido o princípio da relação integral, como conteúdo real da Geografia. Por isso, infelizmente, em relações de viagens antigas por esforçados exploradores, é doloroso constatar como é pequena e reduzida a contribuição aproveitável, devido à falta de critério, à facilidade de exagerar, ao desejo de surpreender o leitor.

A partir do momento em que a Geografia Humana conseguiu estabelecer-se na Geografia Geral como parte distinta, com objetivo próprio, ela passou por várias fases em sua evolução.

Há um século atrás, conceitua apenas num conjunto de fatos não coordenados e relativos à Terra e seus habitantes. Os fatos eram descritos simplesmente, dia W. M. Davis, e sua regra imperfeitamente. A localização era levada em conta, mas as relações eram ignoradas, pois, de fato, nem tinha sido ainda notada a sua não existência.

A este período primitivo sucedeu o outro, o segundo estágio da Geografia Humana, em que Karl Ritter, em sua *Geografia Comparada*, procura espelir as relações entre a Terra e seus habitantes. Ele não leva muito avanço a idéia de relação sistemática, mas sente o princípio das relações recíprocas da História e da Geografia, guiado, entretanto, pela visão teleológica de uma experiência terrena a serviço dos desígnios divinos (1838).

Um terceiro período é marcado pelo aparecimento da grande figura de Friedrich Ratzel, que estabeleceu as normas da nova disciplina, baseando os estudos sobre o princípio da evolução da adaptação do homem ao meio, não de uma adaptação em parte, dependente de sua vontade, e, em parte, independente desta vontade. Karl Bauer disse de Ratzel: "Seu espírito altamente imaginativo nunca se fatiou de observações para serem traduzidas em esquemas cotidianos e especulativos. Era ativo jornalista, e foi pelo jornal que penetrou no domínio da Geografia. A sua qualidade marcada foi traçar grandes linhas e longas saídas, que eram a sua profissão; pode-se dizer que ele foi antes um estimulador do que um produtor de estudos fundamentais. Por mais importante que tenha sido a sua influência, não parece ter tido o seu país a influência que exerceu no estrangeiro e talvez não tenha sido tão considerável a sua influência sobre a Geografia quanto julgam os estudiosos da Sociedade". Estas palavras de Karl Bauer são de 1907. Nisso foi um tanto incompleto, pois, além de jornalista, Ratzel era naturalista, zoólogo e geólogo.

Hoje, o conceito ratzeliano de "Estado político aninhado no solo e dependente do solo" é um dos leit-motiv da escola alemã de Geopolítica. São, talvez, as grandes linhas e as longas saídas que sejam apenas apresentadas. Foram, de fato, geniais, mas também especulativas e que muito existe de "opinião dividida" nos conceitos da escola de após-guerra.

O quarto período ou fase atual da evolução da Geografia Humana coincide com o grande desenvolvimento desta ramo geográfico em França e nos Estados Unidos, principalmente.

III — Como já o fez a *Flaegogeografia*, a *Geografia Humana* está, por sua vez, procurando o seu quadro, para não ficar as suas diretrizes.

Cada foi verificado que um dogmatismo geográfico constituiria uma péssima base para progredir em Geografia Humana. O determinismo absoluto e um tanto ingênuo das primeiras escolas sempre sendo ponto de partida, mesmo que pouco seguro. Nas próprias relações a estabelecer entre fatos, entre elementos, não sempre podiam ser reconhecidas ligações de causa e efeito. Mais freqüentes eram as simples coincidências, as resistências, as conexões, quando muito as interdependências.

TRANSCRIÇÕES

1999

No princípio deste século, por conseguinte, a Geografia Humana já tinha francamente saído de sua fase descritiva, analítica, continuava a coligir fatos e dados, a notar relações e fazer empréstimos, mas já aspirava a explicar, a classificar, a operar por fim a síntese de uma realidade geográfica, reconstituída pela interpretação de seus elementos formadores.

Nesta obra, ainda não acabada, aliás, salientaram-se nomes de geógrafos franceses: Vidal de la Blache, Jean Brunhes, Camille Vallaux, Gaillet Demangeon, Raoul Blanchard, Paul Boyau, Maximilien Sorre, Jacques Ancel e um nome espetacularmente caro a nós brasileiros, Pierre Delfontaines, sem esquecer tampouco Pierre Monbet, a quem já muito devemos.

"Enquanto a maior parte das ciências do homem não tiver percorrido as etapas essenciais por que tem de passar — disse um deles, Pierre Bertoguy — não haverá interpretação geral possível dos fatos humanos. Ainda estamos ao amanhecer de um dia que poderá ser longo. Que império que dele não vejamos o fim? O essencial é partirmos sem delongas, medindo bem nossas forças à duração do esforço necessário". Palavras corajosas, que deveriam ser meditadas por todos quanto labutam no vasto fértil da Geografia Humana!

Uma das características da escola geográfica francesa, ao empreender os estudos de Geografia Humana, foi o espírito de humildade científica, com o qual iniciou e continuou as suas pesquisas. Talvez seja esta a razão do inexplicável mutismo que guardam os discípulos de Vidal de la Blache e respeito da produção, já considerável no princípio do século XX, da Escola de Ciência Social, firmada pelos discípulos de Frédéric Le Play, entre os quais se destacavam Demolin, de Prévillo, d'Azembuja, Paul Deschamps, Paul Roux, Henri de Tourville e muitos outros. Esta escola, sustentada por um método sistematizado na "Nomenclatura", aliás, belíssimo instrumento de pesquisa, tinha, porém, uma doutrina um tanto rígida e que abusava da classificação antes dos elementos a classificar terem sido coligidos em número suficiente. Não resta dúvida que valiosos trabalhos de genuína Geografia Humana foram produzidos por esta escola, embora sob título diferente, principalmente sob forma de monografias. O objetivo da Escola de Ciência Social, todavia, sempre foi mais sociológico do que geográfico; daí, talvez, a parte fraca de sua Geografia, não deixar de ser um tanto injusta, a meu ver a atitude dos geógrafos franceses, de ignorar sistematicamente, a contribuição desta escola em suas bibliografias e citações, reservando-se, talvez, Paul Boyau.

Lembremos, de passagem, que esta Escola de Ciência Social teve certa influência no Brasil, no princípio do século sendo Silvio Romero um de seus vulgarizadores entre nós. Um presidente de Minas-Gerais, João Pinheiro, também, foi grande entusiasta desta corrente francesa.

São outras, porém, as direções que procura a Geografia Humana atual.

Seria longo e, talvez, um tanto fora do quadro deste estudo, lembrar o que foram Vidal de la Blache e Jean Brunhes como orientadores do movimento geográfico moderno, aplicado à Geografia do homem. Talvez não tenham sido os primeiros, mas a eles se deve, pelo menos, o impulso; embora não fosse completa a sua obra, eles criaram um tipo. "O que sobrará de meu esforço, disse Jean Brunhes, à guisa de testamento científico, é a filosofia que o esteou — a filosofia das relações do homem com a natureza".

O seu notável trabalho, de 1910, indicou as direções a seguir; foi riquíssimo em sugestões, esboçou um grande quadro, mas foram amostras, estudos-típicos, largas horizontes; não foi interessante, uma obra sistemática. Quanto a Lucien Febvre e Jacques Ancel, estão muito preocupados em demulir a produção alemã racionalista e geopolítica. O grande construtor, no momento presente, é o amigo do Brasil, Pierre Delfontaines! É o incansável animador dos De La Rue, Hardy, Héruel, Jourdan, Julien Blache, nomes já conhecidos, entre nós, por se terem incorporado ao falange dos colaboradores da amável coleção de Geografias Humanas que dirige o nome Delfontaines.

Esta coleção geográfica é de grande alcance, porque, sob uma forma acessível, sem tantos volumes, com edição indigesta, abarca a Geografia Humana sob vários aspectos.

1.ª — Estudo, o homem nas suas relações com os elementos, a floresta, a montanha, a costa, as ilhas, o deserto, o mar, o clima. É o corte metodológico analisado, em seus componentes mais simples.

2.^o — Estuda a marca geográfica do homem sobre o solo — o que Jean Brunhes chamou a "superfície humanizada de nosso planeta" — as fronteiras, a colonização, as cidades, as culturas, as indústrias, todas as formas de instalação humana que alteram a paisagem.

3.^o — Estuda os grupos em monografias, que podem ser multiplicadas ao infinito, como a vida dos esquimós, dos canadenses, das populações do Mediterrâneo. É a reconstrução dos quadros regionais. É a orientação acertada que Pierre Monbeig está dando a seus estudos sobre o Brasil. É nesse setor da atividade geográfica que existe, na minha opinião, o futuro mais promissor da Geografia em nosso país.

4.^o — Estuda as civilizações, isto é, o *meccânismo da vida dos homens*, quando gravitam ao redor de um produto. "Esta mecânica, diz Deffontaine, acarreta uma hierarquia social e mesmo uma psicologia..." pois não temos nós uma civilização da borracha, uma civilização do café? pois não nos está Orlino de Caril dotando de uma civilização do açúcar, e Monbeig esboçando uma civilização do cacau?

E não faz Deffontaine mistério nenhum das meios adequados para todos nós nos habituarmos a ser outros tantos Deffontaine brasileiros. Ele publicou na *Geografia de São Paulo*, em 1930, um guia do viajante ativo, um questionário de Geografia prática, que pode servir de estímulos a todo estudante de Geografia Humana. Bem ordenados os fatos, bem observados os dados e bem reunidas as notas relativas a uma área geográfica caracterizada, só resta um trabalho — o da redação.

Mas, dizem os críticos, isso tudo não delimita a Geografia Humana. São trabalhos de sistematização, não há dúvida, mas não circunscrevem, não dizem "o que é o domínio da Geografia Humana". Esta lacuna importante já está sendo uma das preocupações da escola francesa, e por isso tentou Pierre Bertoguy, em 1931, esboçar um quadro sistemático. Podemos considerá-lo como o perfil-vos da escola, pois foi apadrinhado por Deffontaine.

O quadro de Bertoguy divide a Geografia Humana em cinco partes:

- 1.^a — A Geografia da defesa ou das acomodações.
- 2.^a — A Geografia econômica.
- 3.^a — A Geografia social ou política.
- 4.^a — A Geografia demográfica.
- 5.^a — A Geografia do pensamento.

Não vem ao caso criticar aqui esta divisão e suas subdivisões, pois recapitulam bem todos os tópicos que pode abranger a Geografia Humana, e nenhuma de suas legítimas pesquisas fica fora do quadro.

Discordando, porém, em alguns detalhes, preferindo uma distribuição diferente das matérias em certos casos, e alternando, em outros, a ordem dos fatores, tomei a liberdade de apresentar, um esboço de plano sistemático para a Geografia Humana, no qual inclui a Geografia Histórica, assim como alguns conceitos ratificantes, que julgo indispensáveis, mesmo quando deles não se quer fazer arsenal político de expansão e domínio. É apenas uma tentativa de sistematização dos domínios da Geografia Humana. É cedo para esperar uma cristalização definitiva: o progresso realizado pela Histografia, entretanto, não é para desanimar os que desejam igual segurança e preclusão para o reino humano da Geografia.

Se o quadro está apenas esboçado, não há dúvida, entretanto, que as diretrizes estão tomadas e já pode muito ser construído, devido aos métodos empregados. Esses métodos são os das ciências sociais e constam principalmente da observação e da comparação dos fatos. Os fenômenos precisam ser bem analisados e psicologicamente localizados. Se ficássemos nisso, chegaríamos, porém, a descrições como as da Geografia antiga. A necessidade da explicação se impõe hoje à Geografia Humana. A esta proposta posso ainda a uma relação da *Revista Brasileira de Geografia*, que causou certa surpresa em nossos meios intelectuais: os seus artigos são mais do que simples descrição e localização, e viciam, depois da análise, a reconstrução explicada da realidade; isto é, a síntese explicativa é a essência da Geografia moderna.

CONCLUSÕES

Mas os demais métodos das ciências sociais também servem à Geografia Humana: o método estatístico, com suas tabulações bem interpretadas; o método histórico, com a sua evocação eloquente do passado; o método monográfico, que permite as mais belos quadros monológicos e os estudos regionais mais característicos.

A classificação, tão importante em ciências naturais, é também aplicável à Geografia Humana, e tem sido usada e abusada. É análoga a perspectiva que oferece em muitos casos semelhante operação. Ela parece fechar, com chave de ouro, uma série de estudos; por isso mesmo, é perigosa. Todas as classificações são falhas quando prematuras, e... em Geografia Humana, todas parecem, mais ou menos, neste caso.

IV — Entre os anglo-saxões a Geografia Humana tem um desenvolvimento parecido ao da Europa Central, mas a falta de escola geográfica nos Estados Unidos não propiciou uma única e fecunda produção geográfica.

Não foi só da Alemanha e da França que vieram até cá os ecos da renovação da Geografia do homem. A fulgurante revelação que apresenta Euclides da Cunha nos *Sertões* foi produzida pelo choque de dois pensadores estrangeiros — o alemão Kitchoff e americano William Morris Davis.

Mas não nos iludamos, apesar da velocidade do pensamento, das facilidades de comunicações em tempos normais, da vulgarização do livro e da revista estamos ainda longe da fase de interpenetração dos espíritos, da mesma mente a que deverá atingir a humanidade. Um caterinense de espírito, meu amigo, Edmundo de Los Pinho, diz que a maioria dos desentendimentos políticos e internacionais tem suas origens no dicionário; somos vítimas da incompreensão das palavras. No caso vertente, é uma questão de língua estrangeira. O anglo-saxão tende a se isolar pelo pensamento. Dos grandes nomes da Europa continental só alcançaram os mares suas reputações; suas obras ficam religiosamente tabus.

A experiência e a frequência de muitos geógrafos de todas as nacionalidades nos convencem de que Ritter, Ratzel, Wiegner e outros só são conhecidos no estrangeiro pelos artigos de revistas que vulgarizaram seus pensamentos, ou que traduziram umas poucas páginas suas.

Muitos dos maiores nomes da França, da Itália ou da Inglaterra hesitariam em dar sua palavra de honra, se fosse solicitada, de que leram Richthofen, Hettner, Supan ou Passarge no texto original. Nos Estados Unidos, todavia, a situação parece um tanto diferente.

Na Grã-Bretanha a Geografia venceu, em 1887, em Oxford, devido aos esforços de Mackinder, sustentado pela Sociedade Real de Geografia, na sua luta contra o conservantismo universitário. No ano seguinte, Cambridge imitou Oxford e, aos poucos, as demais universidades se foram convertendo. Herbertson, Lyde, Fleury e Brown seguiram o exemplo de Mackinder.

O grande impulso recebido pela Geomorfologia na Alemanha com os trabalhos de Peacock e de Penck tinha levado a um dualismo geográfico, isto é, a uma separação completa da Geografia Física, dita sistemática, da Geografia Regional e Humana, considerada perigosa sua invasão de campos alheios. Estas vistas extremas não foram partilhadas pelos geógrafos da língua inglesa, graças, talvez, aos trabalhos de Ellen Semple, que vulgarizaram as teorias retzelianas na Inglaterra e nos Estados Unidos. O geógrafo Barrows propôs considerar a Geografia como o campo da "ecologia humana".

No princípio deste século o inglês Herbertson apresentava o seu primeiro ensaio de Geografia Sistemática: as grandes regiões naturais da Terra, nas quais insula o homem. Foi de certa influência no desenvolvimento posterior da Geografia britânica este conceito de síntese geográfica, depois de ter sido, aliás, muito combatido.

Nos Estados Unidos, a paráfrase retzeliana de Ellen Semple, sobre o conceito de influências geográficas, foi mitigada pelas tendências ainda dualistas de W. M. Davis, e assim nasceu um mesologismo, que dominou algum tempo.

Nestes últimos dez anos, entretanto, o mesologismo foi muito criticado por Hartshorn, Preston James, Bauer, Robert Hall e Barrows. Não levaram as discussões à eliminação dos estudos de Fisio-geografia, que, por esta linha tomou um considerável desenvolvimento, mas acabaram com os restos de um dualismo

atenuado, e conduziram a um estudo conjunto das relações físicas e humanas das áreas geográficas e de suas interações.

Aproximavam-se, então, os americanos do conceito japonês de Inuyé, que pretende que a Geografia Física se acha em outras ciências naturais, e que a Geografia que sobra é exclusivamente Geografia Humana.

Levando o assunto a tal extremo, os geógrafos americanos obedeceriam apenas a uma reação contra a Antropogeografia germânica de Ellen Semple, em sua notável produção de Geopolítica.

A propósito da Geografia Histórica, seria incompleta a visão da Geografia Humana nos Estados Unidos, sem uma referência ao florescimento de uma notável produção de Geopolítica. Assim como os ingleses tiveram, neste ramo, os seus especialistas de fronteira, Curzon, Hilditch, Fawcett, os americanos possuem Isaiah Bowman, Whiteley, Hartshorne, o professor australiano de Chicago, Griffith Taylor e Douglas Johnson, entregues à Geografia Militar, quando os seus estudos sobre morfologia humana lhe dão alguma folga.

Um espírito brilhante, mas um tanto audacioso e precipitado em suas conclusões, é Ellsworth Huntington, vulgarizador da Geografia Humana, especialmente Econômica. Em muitos de seus trabalhos ele parece visar o efeito, a surpresa.

Seria fastidioso enumerar aqui os geógrafos americanos que se têm ocupado da Geografia Humana. Muitos, aliás, são autores de simples compêndios. Lembremos apenas dois nomes, porque ambos nos visitaram e escreveram páginas interessantes sobre a América-do-Sul e ambos representam as novas tendências da Geografia norte-americana.

Clarence Jones, da Universidade de Clark, apresentou numa integração geográfica, as regiões naturais de América-do-Sul. O seu sistema é começar por vistas de conjunto sobre as grandes unidades políticas e, em seguida, dividir o país em regiões naturais nelas estudando, sucessivamente, o quadro natural e as ocupações. O seu intuito é, principalmente, a interpretação econômica da Geografia Humana.

Preston James, grande amigo do Brasil, que visitou e percorreu demoradamente três vezes, escreveu sobre São Paulo, principalmente, páginas que merecem ser meditadas. É um dos pioneiros da Geografia nova em seu país. É professor da Universidade de Michigan e capôs as suas teorias sobre Geografia em 1925, em seu já famoso *Outline of Geography*.

Bem americano, Preston James procede, ao mesmo tempo, dos mestres franceses e dos alemães Häfner e Siegfried Passarge. Ele refula, com veemência, uma Geografia baseada, unicamente, em influências do meio sobre o homem ou estudo do ajustamento do homem ao seu meio, comparando tais limitações a uma situação medieval. A Geografia, conclui ele, como estudo das relações mútuas no espaço de fenômenos produzidos sobre e face da Terra, é ciência.

Preston James não nega a importância de uma base preliminar de estudos sistemáticos de Climatologia, Meteorologia, Antropologia e História que, coisa curiosa, ele resume em alguns apêndices do seu livro, mas insiste sobre a necessidade de uma integração. Essa integração, ele a procura na paisagem geográfica.

Na sua definição, a paisagem não é o que apenas alcança o olhar, é aquela porção de território que apresenta, essencialmente, os mesmos aspectos, depois de ter sido examinada, sob todos os pontos de vista tidos por necessários.

É uma interpretação que revela a influência de Passarge, apesar de ser muito discutida nos Estados Unidos a palavra "Landscape", como tradução exata de "Landschaft".

Em suma, nos Estados Unidos, a ausência de espírito de escola, que encontramos tão frequentemente no continente europeu, para a Geografia como para a Sociologia ou outras ciências sociais, não impede que grandes progressos se estejam registrando no pensamento geográfico e na sua expressão prática no ensino.

Um diagrama engenhoso esboçado por Richard Hartshorne procurou revelar graficamente como se pode cupoher a integração de todos os ramos da Geografia Sistemática que, focalizados em um determinado ponto do Globo, constituiriam bem a Geografia Regional ou mesmo a paisagem geográfica.

De fato, a Geografia de Preston James é, mais do que simples paisagem geográfica, região natural; diz-se ainda; é Geografia comparada, muito mais do

TRANSDIÇÕES

317

que a de Ritter? Quando se estuda um meio característico (digamos — as regiões de florestas tropicais), examina o que denomina o fundamento, de um lado, vegetação e clima; de outro, feições superficiais, solos e drenagens. Em seguida, estuda a ocupação, pelo homem, no passado, nas feições indígenas ou primitivas — nas feições ditas ocidentais, de cultura. Mas este estudo regional abrange ao mesmo tempo, e comparadamente, a Amazônia, a região congoleza e as Índias Orientais.

Mas esta tendência à integração não se limita ao campo da Geografia.

V — a integração das ciências promete o novo *evolução intelectual em novo humanismo, tão elevado e espiritual quanto o humanismo clássico, porém mais natural e menos metafísico.*

Há uma tendência geral das ciências sociais para a integração. Elas vão-se interpenetrando à medida que queremos sair do domínio dos simples fatos observados. A História adquire valor novo, quando interpretada à luz da Economia; a Sociologia é de pouca significação, sem o auxílio da Etnografia, da História e da Psicologia coletiva. A Política encontra suas raízes na Geografia e na Economia; suas tradições estão na História; seus projetos na Sociologia, e assim se vai, cada vez mais, tornando complexo o estudo da complexa realidade.

Não tudo, porém, o homem confina e set, como disse Plágoras, a medicina comum de todas as coisas.

Aliás, a ciência é uma, repito; nós é que subdividimos a dificuldade, para vencê-la mais facilmente. Os nossos conhecimentos subordinados apenas ao critério humano não outras tantas hipóteses provisórias que rejeitamos, quando de nada mais nos servem; somos pragmatistas natos.

Que conhecemos nós no fundo? Apenas relações entre as coisas, isto é, entre os elementos da descrição humana das coisas e o homem.

O humanismo é, e sempre foi, um esforço espiritual da interpretação das coisas em função do homem.

Assistimos, pois, a um novo humanismo, tão elevado e espiritual quanto o humanismo clássico, porém mais natural e prático, criado pela integração das ciências sociais, entre as quais a Geografia ocupa uma posição estratégica, porque os fatos só têm realidade quando localizados no espaço.

Com a evolução da Geografia Humana, as coisas vão-se como que localizando melhor. O mesmo espírito delas de andar errante entre a multidão dos fatos que impedem perceber o fenómeno.

Não sejamos como os prisioneiros da Caverna de Platão que, com as costas voltadas à luz, só vêem projetar-se sobre a muralha as sombras das pessoas e das coisas. Acreditando que estas são realidades, elas estabelecem as relações que têm entre si, e ficam orgulhosos de sua ciência. Se um deles é trazido à luz, o Sol o ofensa, ele se revolta e quer voltar para a sua ciência da sombra. Esta alegoria da República, do filósofo grego, se poderia repetir para os que, em Geografia, preferem as sombras as realidades, preferem as enumerações, as nomenclaturas e os fatos isolados, que surgem em ciência; preferem estas sombras à luz do dia, que representam as grandes sínteses de conjunto, as integrações dos fenómenos de toda ordem, as correspondências e correlações de fatos que procuram a explicação das realidades.

Este esforço espiritual em essência do homem é o novo humanismo que está, finalmente, surgindo entre nós. De uns 30 anos para cá, os nossos geógrafos têm trabalhado, e o grande exemplo que, na aurora do século, tinha dado Euclides da Cunha, descrevendo nos *Sertões* a terra e o homem, este brilhante exemplo traçado em 1903 foi pouco a pouco sendo compreendido pela atual geração. Haveria em enumerar aqui os nomes dos jovens patriotas que honraram a literatura da Geografia Humana em qualquer país, desde Raimundo de Moraes, um dos pioneiros, até a brochura de Mário Lacerda de Melo, aparecida há dias, em que é examinado o Nordeste pernambucano em três quadros: a paisagem paiséira, a paisagem da mata e as cidades.

Poderia eu esquecer Alfredo Ellis Júnior, Aráido de Azevedo, Raimundo de Moraes, Aarão Lima, Mério Travassos, Ovídio Cunha, meu amigo e companheiro de trabalho Sívio Fróis Abreu, que também se está tornando humano em seus trabalhos geográficos?

Proporcionalmente, deiro de lado os etnólogos, os sociólogos, os historiadores, embora cultores da Geografia.

É deveras promissor, entre nós, o futuro da Antropogeografia e mesmo o da Geografia: o exemplo de Euclides da Cunha e a lição da Europa estão produzindo frutos.

Muito ainda nos resta a fazer e, por isso, é auspicioso o fato da reunião do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Representa, para nós, uma congregação de esforços, um exame de consciência nacional, uma meditação sobre as nossas realidades e as nossas possibilidades, uma oportunidade única para nos escaudarmos e traçarmos um plano para o futuro.

O mundo atual é o mundo da economia dirigida, dos planos de cinco ou mais anos, das atividades sociais planejadas. E por que não teria também o dos estudos orientados segundo diretrizes recomendadas pelos interesses nacionais?

Mencionai, há pouco, as quatro esferas — atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera — as quais juntas a paisosfera. Vimos que semelhante distinção é uma sistematização artificial, útil até certo ponto, mas que a ciência geográfica de hoje desdenha, porque a realidade é outra: a realidade é a íntima interação de todas elas e, por conseguinte, uma integração. Mas a paisosfera, que trouxe a liberdade de sugerir, a paisosfera cada vez mais se torna, se não independente, pelo menos consistente e orientadora. Nela própria é que se processa, em última análise, a integração das demais, ela é a criadora deste humanismo novo, ela é que deve fixar as diretrizes.

Em consequência, é para o ensino da Geografia pátria, nos seus aspectos humanos, principalmente, que devemos aqui, peregrinos e fiéis, de um credo nacional, concentrar as nossas atenções. É para o ensino da Geografia do Brasil no seu grau elementar, no grau secundário e no grau universitário que devem convergir os nossos esforços, nossas discussões, nossas moções e resoluções.

Permitam que eu faça este apêlo aos jovens, aos professores cheios de mocidade e de entusiasmo. O que eu podia fazer já fiz; o Céu e a Terra já deram um passo, desde que iniciei a jornada. Se procurei, aqui definir a orientação nova de Geografia Humana, não foi para ensinar, para lecionar, foi para fazer um apêlo aos que têm a ventura de estar iniciando ainda os estudos do meu querido Brasil. Como os invejo por isso!

O estudo do Brasil-território e do Brasil-povo é a base científica de todos os demais estudos sobre a nacionalidade; leva a compreender as condições e o mecanismo da vida nacional, analisando todo o complexo fenômeno que representa esta vida em uma sociedade civilizada e progressista; leva a perceber a solidariedade econômica e social das diferentes zonas do país, sua interdependência provincial, sua necessária integração em uma pátria una e indivisível, apreensão, assim, mais necessária e imperativa a idéia da sacrosanta união que tem a honra da nossa História e faz hoje a nossa força, como eu disse há mais de trinta anos; leva a estabelecer bases científicas de uma educação cívica esclarecida e robusta, e não apenas ingênua, superficial, "ataulista" e vaga; leva a conhecer o estado atual de cada um dos nossos problemas nacionais e, por esse meio, aquilatar o nosso papel internacional. É, de fato, essencial despertar, quanto antes, nos nossos patriotas a consciência internacional de uma missão no mundo. Os acontecimentos vão-se precipitando, e não podemos esperar que nos venham surpreender desprevenidos. Duas ocorrências, felizmente, se deram, nos últimos dias, neste setor: o recenseamento da República e a reunião do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Estamos conscientes!

No grau superior, onde acertadamente entrou há poucos anos o ensino da Geografia, cabe à Universidade uma missão especial no ramo que nos interessa — a formação do professor-cidadão. Esta alta função deve ser desempenhada com amor, clarividência e aptidão. São e serão os nossos discípulos os mestres de amanhã; sobre eles recai a responsabilidade da formação mental e cívica de nossos futuros professores. A estes, o meu último apêlo:

Mestres e professores brasileiros! Ensinem as novas gerações que se levantam à Geografia de nosso Brasil. Digam-lhes bem quanto nossa terra é grande e generosa, quanto necessita de inteligência para compreendê-la, de atividade para engrandecê-la e de coração para amá-la!

Uma concepção fundamental da Geografia moderna: “a região natural”

Delgado de Carvalho

CARVALHO, Delgado de. Uma concepção fundamental da geografia moderna: "a região natural". Boletim Geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 13, p. 9-17, abr. 1944. Transcrições de: _____. *Methodologia do ensino geographico*. Petropolis: Vozes, 1925. 222 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

Transcrições

Uma Concepção Fundamental da Geografia Moderna: a "Região Natural"

Extrato do livro
"Metodologia do Ensino Geográfico"
— Livraria Francisco Alves — Rio
de Janeiro — 1925

DELGADO DE CARVALHO
Professor da Faculdade Nacional de Filosofia
e membro do Diretório Central do C.N.G.

I

HISTÓRICO DA IDÉIA

Revelações do mapa geológico — A geografia, complemento da história — A teoria de Buache — Reação de Malte-Brun e de Elie de Beaumont — Estudos de Gallois.

Limitemo-nos a procurar no período moderno as origens da concepção de "região natural". Na Antigüidade, evidentemente, encontraríamos em Hipócrates, Estrabão, Lucrécio e outros, a noção de meios diferentes: são eles antes os precursores das idéias relativas às influências do meio. Mas a região natural, propriamente dita, isto é, como base de estudos das relações e iterações dos elementos, só apareceu quando cessou a geografia de ser exclusivamente descritiva, para passar a ser também explicativa.

A idéia nasceu, pode-se dizer, sem grande inverdade, quando foi feita a primeira carta geológica. Em França, por exemplo, o mapa geológico do abade Guettard, publicado em 1746, salientava bem as zonas concêntricas da bacia geológica franco-inglesa, atravessada apenas pelo canal da Mancha. Os geólogos foram os primeiros a perceber que há divisões naturais nos terrenos, como as há na distribuição botânica e zoológica. Pouco a pouco, foram também chamando a atenção dos geógrafos os nomes locais de "país", "land", "pays", "terra", ou "zona", como dizemos aqui. Passaram a ser estas regiões, não apenas denominações com significação restrita, mas também expressões caracterizando um conjunto de condições geográfico-econômicas e elemento de diversificação.

A primeira pergunta que se impõe é a seguinte: por que será que levaram tanto tempo os geógrafos a encontrar bases naturais para o estudo da geografia? — Foi porque a geografia ficou, durante muito tempo, demasiadamente ligada à história. Os fenômenos de ordem física, então considerados de pouco interesse em si, no estudo da geografia, eram tratados por províncias ou por Estados, isto é, nos seus quadros tradicionais. Com o desenvolvimento das ciências físicas e naturais, com a multiplicação das observações de ordem física, verificou-se que eram necessários quadros naturais, pois eram insuficientes os quadros tradicionais. As divisões políticas continuam a desempenhar papel importante nos estudos geográficos, mas numa ordem especial de fenômenos. Para a classificação e a interpretação de fenômenos da natureza, só mesmo a natureza é que pode oferecer quadros adequados, e estes são exatamente as regiões naturais.

L. Gallois conta de que modo as reformas da Revolução Francesa vieram auxiliar, indiretamente, a geografia moderna. Havia desacôrdo entre as divisões naturais do solo francês; o mesmo desacôrdo traduzia-se nas divisões eco-

decer ao critério lógico, áreas de certos Estados pertencem a zonas geográficas que não são as da parte principal, não há inconveniente de mencionar o fato e repetir alguns tópicos já dados em região anteriormente estudada. Que mal haverá, a propósito do Brasil Central, de lembrar em duas linhas que o norte de Mato Grosso e de Goiás faz parte da Amazônia ou que o Triângulo Mineiro participa, como o sul de Minas, do Brasil Oriental?

Não se pode esperar converter os inimigos das regiões naturais entre nós, sem fazer-lhes pelo menos a concessão de respeitar a integridade dos Estados. Não fiquem, pois, bruscamente desamparados os que não têm confiança numa geografia que não aprenderam quando eram crianças. Coisa curiosa, admitem os progressos na iluminação, nos transportes, nas ciências em geral, mas ficam incrédulos quando ouvem que, na especialidade deles, houve também progressos nos últimos vinte e cinco anos!

Além de tudo, há ainda um consólo: em certos países, o método das regiões naturais vai invadindo todos os recantos da geografia regional, caindo assim no excesso pela multiplicação das pequenas monografias (Cf. os manuais de Vidal de La Blache e Camena d'Almeida) a geografia sistemática de cada país vai sendo pouco a pouco eliminada e faltam as descrições gerais de conjunto. Entre nós, entretanto, o mesmo não se dá, pois vai se impondo cada vez mais no estudo a chamada parte geral, que mostra as grandes linhas do relevo, do litoral, do clima, da rede hidrográfica, da economia nacional, etc. Acabadas as monografias estaduais, os remanescentes como que se refugiam nesta descrição geral que, por mais detalhada que seja, não deixa de ser geográfica genuinamente.

Quando deixarmos aqui de acreditar que a adoção das regiões naturais é um atentado à autonomia dos Estados, e que é inconstitucional procurar na natureza, que desconhece as nossas tradições históricas, um critério para o estudo da geografia, nós teremos feito um grande passo em favor da instrução pública. Afrontando a impopularidade e mesmo a ridículo, este ridículo que procurou desmoralizar Galileu, o mestre de geografia, entre nós procurará algum dia o critério geográfico para a escolha de regiões naturais. Definida a noção, falta-nos, pois, estabelecer as suas bases.

*

Em geografia moderna, quando se fala de região natural, é da categoria das "regiões complexas" de Ricchieri que se trata. Mas a região simples ou elementar não deixa de existir e serve de base.

Uma bacia fluvial é uma região elementar; uma formação geológica, um relevo, são também regiões elementares; também é região simples um tipo de clima. Em geral, são elementos geográficos que podem ser delimitados isoladamente num mapa com uma certa precisão, pois nisso auxiliam as linhas de nível para as alturas, as linhas isoietas e isotérmicas para os climas, as linhas limites de tal ou tal planta para a vegetação. Constituímos, assim, um certo número de mapas simples, relativos às mesmas áreas. Cada um destes mapas representa apenas a distribuição de um fenômeno, isolado, elementar. A cada um deles, por isso, dá Ricchieri o nome da região natural elementar.

Se agora, em vez de um só mapa, relativo a áreas geográficas contíguas, considerarmos vários mapas, todos elementares, relativamente às mesmas áreas; se, em vez de compará-los lado a lado, conseguirmos superpô-los, observaremos as divergências e coincidências das linhas de limites dos diferentes mapas superpostos. Verificaremos cedo que uma boa área é comum a todos eles e que só nas margens é que reina certa imprecisão. Temos, assim, esboçada a região complexa, isto é, a região natural e as orlas imprecisas são as regiões de transição.

Chegamos, assim, à conclusão de que a região natural é uma área geográfica, mais ou menos precisa, que a observação permite criar com a superposição de mapas figurando influências fisiográficas diferentes: relevo, hidrografia, clima, vegetação; forma-se, assim, uma imagem composta, uma síntese esboçada que vai servir de cenário à ação do homem. Pois não é esta a própria definição que demos da noção de região natural?

TRANSCRIÇÕES

15

tas vezes compreender melhor um povo ou uma população regional. Cada um destes pequenos quadros ganha um cunho pitoresco, que contribui a lhe dar vida, exatamente o que deve procurar o geógrafo.

A teoria, relativamente nova, das regiões naturais, deve chamar a atenção do mundo pedagógico brasileiro e despertar entre nós a idéia de aplicá-la ao Brasil. A divisão que vamos submeter no nosso segundo volume: a síntese geográfica, virá propor um certo número de regiões naturais para o estudo de nosso Brasil. Desde já, todavia, lembramos que nada tem de absoluto essa divisão e necessitará talvez de pequenas modificações, de aperfeiçoamentos que a experiência, as informações e as notas de competentes nos poderão dar.

Essa divisão por regiões naturais virá, pois, apenas como um plano de trabalho, uma tímida protesta contra os métodos de geografia administrativa erigidos em princípios absolutos, desnaturando a fisionomia da geografia pátria, falseando o espírito geográfico das gerações escolares e afastando dos estudos geográficos os que nêles só encontraram descrições áridas, nomenclaturas sobrecarregadas, ausência total de vida e de interesse.

O ensino da geografia pátria é, entretanto, um dever de inteligência e de patriotismo. Aos nossos jovens patricios não devemos apresentar a geografia do Brasil como uma disciplina austera e ingrata ao estudo. Por meio de bons mapas, de gráficos, de perfis, de diagramas, de fotografias, se fôr possível, torná-la fácil e cativante. É pelo conhecimento do país, pela consciência de suas forças vivas que podemos chegar a apreciá-lo no seu justo valor. O histórico dos acontecimentos econômicos e sociais nos permite compreender sua formação e explicá-la. Em semelhantes estudos será colhido um patriotismo verdadeiro, esclarecido e inteligente, sem frases retumbantes, não um patriotismo incondicional e cego, mas sim justificado e nobre. Afastando assim a idéia dos Estados, teoricamente iguais e equivalentes, tais como estão na Constituição, passaremos a salientar os fatores de diferenciação, de diversificação, que fazem se completar entre si as zonas nacionais. Mais eloqüente e mais necessária aparecerá a idéia sacrossanta da união que fez a honra de nossa história e que faz nosso prestígio e nossa força.

Assim dizíamos nós em 1913; persistimos nesta orientação na *Geografia Elementar*, em 1924.

Pouco a pouco, a idéia de amoldar a descrição física do Brasil a divisões naturais, independentes das normas administrativas penetrou nos espíritos mais adiantados e daí nos programas. Hoje figura a divisão por regiões naturais nos programas primários do Distrito Federal, no programa secundário do Colégio Pedro II e da Escola Normal. A crítica é discreta, mas a oposição é surda por parte dos que, sem se darem ao trabalho de compreender a nova divisão, pensam que se trata de um bicho de sete cabeças e não vêem a possibilidade de agrupar sob divisões menos numerosas e mais simples os ensinamentos que ministravam sob cabeçalhos de Estados. Para dar cabal aplicação a esta concepção fundamental da geografia moderna aplicada ao Brasil, ainda é necessário um grande esforço por parte do magistério brasileiro. A rotina, tão profundamente arraigada, não pode ser vencida senão com a colaboração individual de cada mestre.

No caso do Brasil, porém, há um certo número de ressalvas a fazer. Em primeiro lugar, uma objeção que nunca foi feita, mas que, ao nosso ver, seria a única de algum fundamento, é a seguinte: é cedo ainda para distinguir no Brasil, ainda mal conhecido em grande parte, regiões naturais definidas. A isso responderíamos que não só as regiões naturais vão sendo estabelecidas na medida dos conhecimentos, isto é, só abrangendo zonas extensas já suficientemente caracterizadas, como também em parte nenhuma são absolutamente definidas as regiões naturais. Aproveitando, por isso mesmo, a faculdade de escolha que deixa esta imprecisão, podemos aqui agrupar em grandes regiões geográficas Estados inteiros, evitando assim desmembrá-los, como é o caso em outros países. Respeitamos, assim, ao mesmo tempo, as divisões tradicionais, as unidades econômicas, e satisfazemos uma exigência básica da geografia moderna, pois é sabido que, em regra, as divisões naturais e as divisões administrativas, sendo antagônicas, não podemos fazê-las coincidir. No caso do Brasil há, pois, uma solução possível deste problema importante. Quando, para obe-

grande artéria central, cuja unidade, cuja economia constitui um mundo por si só, sem a sua climatologia própria, sem sua produção e suas riquezas que, num povo imigrado e homogêneo também distribuem as mesmas ocupações, as mesmas cogitações, os mesmos perigos, as mesmas esperanças, a nossa Amazônia fica desmembrada, dissecada, morta; umas listas de rios, umas nomenclaturas de cidades não a tornarão menos muda: faltar-lhe-á a alma, a vida que só uma geografia lógica, científica poderá trazer-lhe, no mais elementar compêndio. O que é verdade para a Amazônia é verdade para o Nordeste brasileiro, para o planalto são-franciscano, para o Brasil meridional, para todas as nossas grandes regiões brasileiras.

Eis, por conseguinte, a pergunta: quais são as grandes regiões de nosso país? Na sua *Geografia Universal*, Elisée Reclus, baseado sobre excelentes documentos, ofereceu-nos uma divisão lógica muito aceitável. Hoje, porém, geógrafos brasileiros têm uma tendência a adotar divisões didaticamente mais cômodas. Por isso preferimos adotar francamente a divisão do Sr. M. Said-Ali (Brasil Setentrional, Brasil do Nordeste, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central). Não somente aceitamos esta divisão sob o ponto de vista racional, como digna de ser citada, mas passamos a adotá-la totalmente, para amoldar sobre ela o estudo geográfico, até hoje exclusivamente baseado sobre a divisão administrativa do país. Acreditamos que essas grandes divisões topográficas, apesar de nada terem de absoluto e de preciso, são mais adequadas do que quaisquer outras para salientar as profundas diferenças físicas, climatéricas e sociais que caracterizam a vida e as condições especiais das diferentes regiões de nossa terra.

Cada uma destas zonas tem seu aspecto próprio, seus sistemas orográficos e hidrográficos resultantes de sua geologia, sua estrutura física completa e harmoniosa; tem também seus climas e as respectivas conseqüências que geram suas condições econômicas especiais. Por seu lado, o homem ligado ao solo em que vive, amoldado pela natureza, constitui em cada um destes quadros uma sociedade característica, com seus usos, seus costumes, seu gênio; deste conjunto e desta conexão geográfica nascem interesses regionais próprios, preocupações locais, que fazem da região um organismo inteiro, um todo que vive, que evoca, e cuja situação no tempo e no espaço, é interessantíssima a estudar.

"A síntese geográfica, diz o geógrafo francês G. Lespagnol, pelos seus estudos das relações e das conexões, expressão profunda da realidade das coisas, descobre horizontes novos e dá aos fatos toda a sua significação e todo o seu alcance: ela aparece como a imagem fiel de uma evolução que continua... O acôrdo magnífico da Terra e de tudo quanto germina e se desenvolve à sua superfície, o harmonioso determinismo da vida natural, dão à geografia toda sua beleza, fixam seu ideal".

Em cada uma destas grandes zonas brasileiras fomos, todavia, obrigados a distinguir, para a facilidade e a clareza do estudo, para sua exatidão também, sub-zonas, ou mais exatamente regiões naturais. Não é mais na divisão clássica, na tradição escolar, ou mesmo nas sub-divisões até hoje lembradas, que fomos procurar estas regiões naturais, que ora são zonas de transição, ora zonas constituindo pequenas unidades topográficas; é na realidade das coisas, fora dos livros e das classificações precisas, que tomam por base ou as bacias, ou a orografia ou outra característica. A nossa região natural não coincide forçosamente nem com uma bacia hidrográfica, nem com um sistema montanhoso, nem com o *habitat* de uma planta útil, nem com uma divisão política; aproveita, todavia, cada um destes elementos, na medida do possível. As nossas regiões naturais de cada grande zona brasileira são em pequeno número, procurando apenas ser claras e perfeitamente caracterizadas no mapa e servir facilmente ao estudo da zona inteira, permitindo dissecá-la melhor nos seus elementos característicos. Depois do estudo físico de cada uma das três ou quatro regiões naturais de uma zona, passamos à segunda parte do estudo desta zona: as condições econômicas: sua economia especial, seu aparelhamento econômico e as principais questões econômico-sociais que nela se agitam.

É uma tendência geral da geografia moderna não desprezar as pequenas indicações, as novas informações que caracterizam uma terra. Permitem mul-

TRANSCRIÇÕES

13

só fenômeno, as segundas compreendem as áreas sôbre as quais se superpõem várias regiões elementares e as últimas são formadas de um conjunto de regiões complexas.

Assim chegamos à definição do termo que propusemos em 1924:

A "região natural" é uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a observação e a investigação permitem criar numa área geográfica estudada, no intuito de salientar a importância respectiva das diferentes influências fisiográficas, respeitando o mais possível o jôgo natural das forças em presença e colocando a síntese assim esboçada sob o ponto de vista especial do fator humano nela representado.

É pois uma tentativa, um esboço e, como tal, provavelmente provisório, mas cientificamente indispensável, para um estudo descritivo e interpretativo de qualquer unidade geográfica.

III

AS BASES DA DIVISÃO GEOGRÁFICA

O que foi dito em 1913 — A aplicação ao Brasil — A oposição — Processos de conciliação — Região elementar e região complexa — Exemplos.

Tudo quanto acabamos de ver concorre, direta ou indiretamente, ao estabelecimento de um critério para a escolha das regiões naturais de um país. A medida que vão aparecendo, nos diferentes países, novos compêndios escolares, vai-se notando que, pouco a pouco, o acôrdo se está estabelecendo sôbre a escolha definitiva de "regiões naturais". É bom notar, entretanto, que, nos países de maior extensão territorial, procura-se não multiplicar, além de certa medida, as distinções de regiões para não cair num excesso de subdivisões territoriais. É assim, por exemplo, que nos Estados Unidos as divisões físicas adotadas não são mais numerosas do que as escolhidas para a França, apesar da grande diferença territorial. O valor prático da "região natural" não deve ser aniquilada pela divisão infinitesimal. É pois natural que em países territorialmente mais pequenos da Europa encontremos um critério mais apurado.

Há, pois, em cada caso, um ponto de vista de utilidade didática a considerar. Cada país constitui, para os geógrafos nêle interessados, uma região integral, segundo a expressão de Ricchieri, que deve ser subdividida de acôrdo com as possibilidades e necessidades locais, e também de acôrdo com os conhecimentos do momento.

Há mais de dez anos, escrevíamos na introdução de nossa *Geografia do Brasil*:

Tornando-se necessária uma nova norma para o agrupamento dos fatos geográficos no estudo do Brasil, encontramos o difícil problema da divisão lógica a adotar. Uma divisão geográfica só pode ser procurada na própria geografia. É dizer, desde já, que nos afastamos francamente da divisão administrativa, que até hoje serviu de base ao estudo detalhado dos fatos físicos, econômicos e sociais de nossa terra. Entre nós a divisão por Estados, para o ensino da geografia, tem sido o maior obstáculo ao progresso da ciência geográfica no domínio didático. Os Estados, por seus limites baseados sôbre as tradições, sôbre a história e o direito, vêm destruir a harmonia dos fenômenos causados pela natureza.

"A natureza, disse o geógrafo alemão Carl Ritter, não é um mecanismo morto", a natureza, pelo contrário, é a vida, é o movimento; é pois necessário não mutilá-la, não separar os seus elementos essenciais quando êsses servem, exatamente, a construir um conjunto que vive, que sente, que vibra! Para explicar uma região, é preciso reunir todos os traços fisionômicos que servem a caracterizá-la. A nossa Amazônia, brutalmente cortada em duas partes, sob pretexto que dois Estados, que duas divisões administrativas a partilham, a nossa Amazônia sem sua bela harmonia geológica, sem a majestade de sua

conhecimento do Globo. Não seria o caso, hoje, com um zêlo precipitado, faltando a necessária iniciação, expor-se a passar a medida e atribuir às regiões naturais uma importância que não podem ter...

“A noção de região natural é simplesmente a expressão de um fato, pouco a pouco pôsto em evidência pelas observações que vão sendo feitas de um século para cá; as causas que agem sobre a superfície do Globo não se distribuem ao acaso e se manifestam, a maior parte das vezes, sobre uma certa extensão: observações meteorológicas mostrando que as médias de temperaturas e de chuvas variam pouco numa região determinada; observações botânicas permitindo reconhecer, sob climas idênticos, as repetições de tipos vegetais; observações geológicas provando que, se é grande a variedade na constituição do solo, tudo isso, entretanto, não é desordem, e que o modo por que se depositaram os sedimentos e se produziram os movimentos da crosta terrestre revela uma certa regularidade de processos. Assim se acha, cada vez mais, justificada a noção de região natural e compreende-se que é o único princípio de divisão verdadeiramente racional, pois é o único a corresponder à continuidade das mesmas causas produtoras dos mesmos efeitos: continuidade do clima para as maiores regiões e para as menores, continuidade de certas formações geológicas, nitidamente percebidas pelos nossos primeiros geólogos, e que traduzem, em suma, os nomes regionais (noms de pays).”

Assim ficou, neste magistral estudo, que propositadamente citamos aqui com alguma extensão, assim ficou definido o que se podia logicamente esperar da noção de região natural. Gallois deu os limites da expressão, mas confessou que ainda faltam as denominações, ainda há falhas e hesitações. A verdade é que, na imprecisão reinante da noção, não há ainda terminologia adequada.

De então para cá, novos estudos geográficos vieram elucidar também, indiretamente, o problema das regiões naturais. Citemos apenas três datas.

No seu curso de 1908-1909, na Universidade de Berlim, W. M. Davis veio resumir e completar os seus belos trabalhos anteriores e fez, segundo o seu método “descritivo e explicativo”, uma nova exposição de sua teoria dos ciclos (ciclo de erosão, ciclo árido, ciclo marinho, ciclo glaciário, etc.). É o que se poderia chamar a gênese das atuais regiões naturais, e, como tal, contribui grandemente à aplicação desta noção nos estudos de geografia física, precisando e delimitando áreas geográficas.

Em 1912, apareceu em Hamburgo a *Physiologische Morphologie*, de Siegfried Passarge, que, retomando as famílias de formas fisiográficas, entrevistadas por E. de Martonne, veio, por assim dizer, criar a “morfo-fisiologia”, isto é, o estudo científico das paisagens. Entram aí as noções de “formas consoantes e dissonantes”, “harmônicas e desarmônicas”, segundo a paisagem resulta de forças combinadas ou antagônicas, homogêneas ou estranhas no espaço ou no tempo. É uma reação contra a escola americana, mas as conclusões são arrojadas: a exposição sistemática desta nova morfologia nos leva a uma classificação amoldada na botânica ou na geologia, em tipos, classes, ordens e famílias. As próprias forças são classificadas também. O autor preconiza a análise explicativa: dá chaves para determinar e classificar. Ao concreto que visa a obra americana substitui assim o abstrato: é uma máquina imponente, mas é cedo ainda para julgar da sua eficiência. É incontestável, entretanto, a contribuição que traz assim Passarge ao estudo das regiões naturais. É tão evidente a utilização deste novo critério que, no seu livro de 1921, o último capítulo é exatamente a definição da “noção de região natural” (*Der Begriff Natürliche Landschaft*).

Em 1920, Giuseppe Ricchieri publica, em Bolonha, o seu estudo sobre a noção de região e de limites em geografia sistemática. Com simplicidade e clareza ele procura, na gênese da idéia, os seus verdadeiros elementos; conciliando as teorias, ele chega a um critério prático de grande alcance didático. Estabelecidos os elementos constitutivos da região natural, ele tira a conclusão de que ainda é falha a terminologia científica para, na análise fisiográfica, se chegar a uma descrição adequada das regiões geográficas. Propõe, então, o conhecido autor italiano, uma útil distinção entre “regiões elementares”, “regiões geográficas complexas” e “regiões integrais”. As primeiras abrangem um

TRANSCRIÇÕES

11

II

DEFINIÇÃO DO TERMO

Os aforismos de Vidal de la Blache — Conclusões de L. Gallois — Contribuições posteriores: Davis e os ciclos; Passarge e as paisagens; Ricchieri — Definição provisória.

Um dos mais belos espíritos da França contemporânea, Vidal de la Blache, justificou, no fim do século passado, a necessidade de basear em regiões naturais as divisões fundamentais do solo francês. Vejamos alguns dos aforismos que, a este respeito, publicou no *Bulletin Littéraire*:

"Os fatos se esclarecem segundo a ordem em que são agrupados. Se separamos o que deve ser aproximado, se unimos o que deve ser afastado, toda e qualquer ligação natural é quebrada: é impossível reconhecer o concatenamento que liga entretanto os fenômenos de que cogita a geografia e que é sua razão de ser científica..."

"A geografia vê, nos fenômenos, a sua correlação, o seu concatenamento; ela procura neste concatenamento a sua explicação: não se deve, pois, começar por isolá-los..."

"O geógrafo estuda, na hidrografia, uma das expressões pelas quais se manifesta uma região; age do mesmo modo para a vegetação, para as habitações e para os habitantes. Não é como botânico nem como economista que tem de ocupar-se destes diversos assuntos de estudo. Mas êle sabe que é destes diferentes traços que se compõe a fisionomia de uma região, isto é, este algo de vivo que o geógrafo deve aspirar reproduzir. A natureza nos resguarda, pois, contra as divisões artificiais. Ela nos indica que não deve ser parcelada a descrição, mas que, ao contrário, devem ser concentradas sobre a região a descrever, então convenientemente circunscrita, todas as feições capazes de caracterizá-la..."

"As divisões geográficas só podem ser emprestadas pela própria geografia..."

"O que é fictício não pode ser claro; porque, destruindo as relações naturais das coisas, está se condenando a não poder explicar coisa alguma: fica-se em contradição com as realidades em favor das quais clamam os olhos..."

Os nomes regionais são "as fontes vivas da geografia", denominam em geral pequenas extensões porque são produtos da observação local, mas "caracterizam quase tanto os habitantes quanto o solo".

"A geologia e a geografia são, de fato, duas ciências distintas, mas que se tocam de perto. O geólogo procura, estudando os terrenos, determinar as condições sob as quais se formaram; procura reconstituir, camada por camada, a história do solo. Para o geógrafo, o ponto de partida é idêntico, mas o fim é diferente. Êle procura, na constituição geológica dos terrenos, a explicação de seu aspecto, de suas formas exteriores, o princípio das influências diversas que o solo exerce sobre a natureza inorgânica como sobre os entes vivos..."

"Na história da Terra, como na história dos homens, o presente se acha demasiadamente ligado ao passado para poder ser perfeitamente explicado sem êle".

Estas idéias, espalhadas nas obras de Vidal de la Blache, determinaram em França uma renovação dos métodos de ensino da geografia. De seu lado, a escola dos geógrafos franceses recebeu, ao mesmo tempo, a influência da "escola morfológica" alemã, guiada por A. Penck, e da "escola morfogenética" americana, guiada por Davis.

Mas as regiões naturais são unidades de ordem física e, no seu livro de 1908, Gallois, discutindo a essência destas unidades, procurou dar-lhes o seu verdadeiro valor. Salientou o fato de pertencerem a outras categorias as divisões políticas e as divisões econômicas. É essencial não levar o processo ao extremo. Diz a este propósito o citado autor:

"É uma noção que só lentamente penetrou nos espíritos e que só pôde tomar a sua plena significação à medida que se completava e precisava o nosso

nômicas, e foi para o estudo e conhecimento destas que foram criadas novas divisões administrativas. Não eram, é verdade, regiões físicas distintas, mas auxiliaram a coleta de dados estatísticos sobre minas, colheitas, recursos econômicos, etc. A natureza do solo, os fenômenos geográficos, as influências do meio principiaram a despertar a noção de região natural.

Mas ainda não estava vitoriosa a noção exata: de fato, assim como as novas religiões determinaram heresias de interpretação, assim a idéia de divisão física despertou concepções errôneas.

Foi a origem destas concepções a idéia apresentada no século XVIII à Academia de Ciências, de Paris, por Filipe Buache e revivida por Lacroix, em 1811. Consistia em tomar como base física, ou região natural, a bacia fluvial. Nos bancos da escola, a geração atual ainda sofreu deste processo, aparentemente simples e claro, mas que desnortou mais de um professor de geografia. Até há bem pouco tempo, a ânsia de dividir um país ou um continente em compartimentos bem delimitados, levou a uma exageração indevida das linhas de separadores de águas. Os mapas do fim do XIX século estão, em grande parte, caracterizados pelas extensas minhocas ou lacraias que representam a orografia e fecham hermêticamente as desejadas "bacias fluviais". Os mapas do Brasil sofreram cruelmente deste processo de representação inexata e fictícia.

Foi Malte-Brun o primeiro que se levantou contra os abusos das bacias fluviais como formadoras de regiões naturais. Ainda em 1841 Dessaix seguia o processo das bacias. "O princípio das linhas de separação é nêle seguido até às suas conseqüências extremas, diz L. Gallois: nunca foi levado tão longe o desdém das realidades". A obra de Elie de Beaumont e Dufrenoy, *Explication de la Carte Géologique*, em 1841, foi mais uma reação brilhante contra estes abusos.

Cedo começaram os autores de tratados de geografia a amoldar as suas descrições às necessidades do assunto, escolhendo divisões naturais. Mas os compêndios não se beneficiaram senão muito mais tarde desta nova orientação.

Pode-se dizer que foram os iniciadores, no ensino, Vidal de la Blache, em França; Herbertson, na Inglaterra; e G. Ricchieri, na Itália.

O estudo do valor geográfico das regiões naturais foi feito em 1908 por L. Gallois: *Régions naturelles et noms de pays*. O autor examina, com exemplos franceses, a possibilidade de aproveitar as denominações regionais para agrupamento de unidades geográficas formadoras de regiões naturais. Mas os nomes de terras (noms de pays) não conduzem a divisões racionais; podem, quando muito, servir de guias.

A concepção de região natural é diferente para o botânico, para o meteorologista, para o geólogo. Forçosamente, para o geógrafo deverá utilizar-se de todos estes especialistas, a concepção deixará de ser simples, e se apresentará bem complexa. Na Inglaterra, Percy Roxby mostrou a tendência de tornar preponderante, na região natural, o critério econômico. Nos Estados Unidos, a divisão por regiões naturais ainda sofreu divergências de critérios, mas Wolfgang Joerg, seguido por J. F. Chamberlain, adotou uma divisão física muito aceitável. Por fim, recentemente, na Itália, veio Ricchieri conciliar muitas opiniões a respeito da verdadeira significação da região natural em geografia (1920). Na Espanha, é por regiões naturais que Dantín Cereceda está escrevendo a geografia de seu país. Aqui, no Brasil, a luta travada pelos professores do Colégio Pedro II para implantar uma divisão natural racional do país, vai vencendo lentamente, mas enfrenta ainda poderosos obstáculos arraigados no tradicionalismo histórico, na rotina pedagógica e, especialmente, na ignorância da significação do próprio termo de "região natural".

No Chile já vingou a inovação e está se estabilizando a divisão da república em regiões naturais nos autores mais adiantados, como Almeyda Arroio, Luis Perez e outros.

TRANSCRIÇÕES

17

Aplicados estes critérios diferentes e sucessivos, aparece evidentemente o contraste entre a Amazônia equatorial, quente-úmida, plana, rica em rédes hidrográficas abundantes, em selvas, em epifitas, e o Nordeste tropical, quente, sêco, ondulado ou montanhoso, pobre em águas, rico apenas em capoeiras e caatingas, sem plântas xerófilas... Outro quadro é o Brasil Meridional, com suas serras, seus planaltos, suas cachoeiras, seus climas amenos, sua vegetação típica, de araucárias e de campinas. Quem recusa eloquência a estes contrastes eminentemente geográficos e prefere uma boa enumeração de rios e de serras problemáticas inteligentemente agrupados por circunscrições administrativas ou não "toma" geografia ou está de má fé. Em ambos os casos, seria preferível para o bem da instrução pública, abandonar a partida.

IV

CONCLUSÃO

Se a noção de "região natural" se limitasse ao interesse científico que oferece, a sua adoção não teria a imediata importância que hoje apresenta. A questão é que se prende a ela todo o futuro da metodologia geográfica; dela dependem todos os progressos do ramo científico que nos interessa; a ela se liga até a própria interpretação satisfatória dos fenômenos geográficos, como já dissemos no capítulo anterior.

De fato, a geografia tem campo próprio restrito, quase todos os argumentos ditos geográficos podem ser reivindicados por outras ciências; há argumentos, entretanto, que encerram uma correlação entre fatos, sua distribuição e localização, e estes são essencialmente geográficos.

Ora, nestas condições, é na região natural, concepção complexa como vimos, que ressaltam e se salientam especialmente as relações entre fenômenos numa área geográfica definida. Daí o seu valor didático, daí também a aparente dificuldade que oferece aos que, até agora, se limitaram a nomenclaturas e simples descrições, sem jamais cogitar em explicar, em estabelecer relações de causalidade entre fenômenos. Devido a esta grande lacuna, a geografia do passado foi sêca e sem interesse; foi disciplina de pura memória. Que seja dado à nova geração de mestres brasileiros torná-la mais atraente, mais prática e mais verdadeira também, fazendo dela uma disciplina de bom senso, de inteligência e de patriotismo esclarecido.

 Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Antártica - o assunto do momento

Therezinha de Castro

CASTRO, Therezinha de. Antártica - o assunto do momento. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 142, p. 42-49, jan./fev. 1958.

Antártica - O Assunto do Momento*

THEREZINHA DE CASTRO
Do Conselho Nacional de Geografia e da
Fundação Osório

1 — VISÃO GERAL DA ANTÁRTICA

Denomina-se Antártica a um enorme bloco de terras emersas (?) escondidas por espesso manto de gelo, onde se localiza o ponto geodésico denominado pólo sul.

Associando-lhe os 13 000 quilômetros quadrados correspondentes às ilhas, o tronco continental antártico foi estimado em 13 987 000 quilômetros quadrados.

Esta enorme massa continental, cuja altitude é calculada numa média que varia de 2 500 a 3 000 metros, é recoberta de gelo que alcança em alguns lugares a espessura de 2 000 metros. Os maciços rochosos costeiros retêm em parte esse gelo, que quando consegue escapar, alcança o mar sob a forma de *iceberg*. Essa fuga se dá, principalmente, pelas duas enormes reentrâncias opostas, formadas pelos mares de Weddell e Ross.

O que há realmente por baixo desta camada de gelo, ou seja, a topografia da região, só poderá ser patenteada, caso se procedam a sondagens sísmicas, — auscultando assim, a imensa superfície do *inlandsis*, a exemplo do que fizeram as expedições francesas polares, depois de 1948, na Groenlândia.

A Antártica é a região mais fria do globo, daí, a dificuldade de sua ocupação permanente. Lá, a temperatura média anual é de aproximadamente 25° abaixo de zero. No verão, o termômetro desce constantemente a 20° abaixo de zero e, raramente, sobe acima de zero. No inverno, desce a 70° abaixo de zero e, durante meses consecutivos conserva-se a 50° abaixo de zero.

Na Antártica, apenas os picos e altas falésias conseguem ver-se livres dos gelos, no curto verão da região. E segundo informes do contra-almirante Lepotier, foi descoberta por um avião de operação, "Hight-Jump" (1947), "uma superfície livre de gelo de mais ou menos 8 000 quilômetros quadrados, a algumas milhas da costa na Terra da Rainha Mary. Esta superfície contém três vastos lagos — e uma vintena de outros menores — de água livre, colorida de azul e verde pelas algas. Um outro "oásis" sem gelo, foi percebido mais a oeste. Tais fenômenos não se podem explicar senão pela existência de fontes quentes, análogas às existentes na Islândia".

Distando 4 000, 5 000 e 6 000 quilômetros respectivamente, da Terra do Fogo, Tasmânia e Cabo da Boa Esperança, quase todo incluído dentro do círculo polar antártico, costuma-se dividir o "continente branco", para melhor clareza, em três setores: o africano, o australiano e o americano.

Fazem parte da *Antártica Americana* uma série de ilhas e terras, agrupadas ao redor do eixo da América do Sul. A Antártica Americana continental é a parte que mais se projeta para o norte, calculando-se que nada mais seja do que um prolongamento da zona meridional da América do Sul (Fig. 1).

As ilhas que desenham para oeste um alongado arco, nada mais são do que os seguintes arquipélagos montanhosos:

a) A *Ilha dos Estados*, a leste da Terra do Fogo, e cuja superfície é avaliada em 541 quilômetros quadrados. Descoberta pelos navegantes holandeses, Jacob Le Maire e Willem Cornelis Schouten, pertence politicamente aos argentinos.

* Transcrito da *Revista do Clube Militar* — Ano XXX — N.º 146.

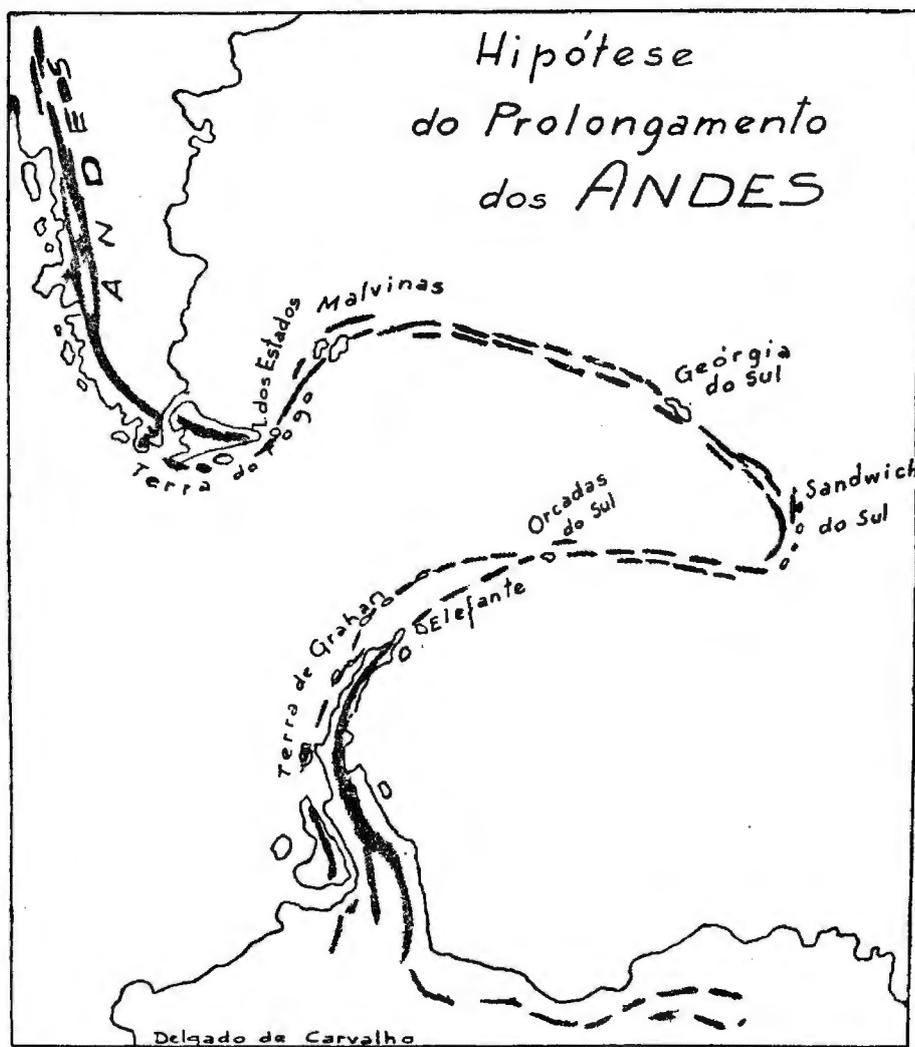


Fig. 1 — A hipótese de prolongamento dos Andes, desenha com estas ilhas e arquipélagos um arco para oeste que penetra pela Terra de Graham.

b) O Arquipélago das Malvinas, cuja descoberta é motivo de controvérsias, foi assim denominado por navegantes franceses, de Saint Malo (Malvinas). Instalados aí franceses e ingleses que as denominaram, Lord Falkland, deu-se um conflito colonial com a Espanha, que culminou com a ocupação do arquipélago, pela Inglaterra, em 1833. "A Argentina, que desde 1810 era o sucessor legal da Espanha, não chegou a ser consultada. Em espaços regulares, a mesma formula um protesto junto ao governo inglês. Selos de 1 pêsos com o Setor Argentino da Antártica e nos quais figuram também as Malvinas, como território argentino, suscitaram uma reação considerável em Londres. Nas conferências pan-americanas, a Argentina, sempre que se tomam deliberações contra as colônias européias em solo sul-americano, faz a ressalva de que as Malvinas não constituem uma colônia estrangeira e sim solo argentino, indevidamente ocupado por uma potência estrangeira. E quando um morador das Malvinas decide-se a ir a Buenos Aires, os seus documentos ingleses são confiscados

como Megais, sendo substituídos por outros argentinos". (Vide *Der kampg um den weissen Erdteil*, do Dr. Walter Ostermann — pp. 231 a 239 da revista *Süd Amerika* — ano VI — n.º 3 — Buenos Aires, 1955).

Este arquipélago que é formado por duas ilhas principais — Malvina do Leste ou Soledad e Malvina do Oeste, circundadas por várias outras menores, está situada a 565 quilômetros da entrada do estreito de Magalhães e tem uma superfície conjunta, calculada em 11 718 quilômetros quadrados.

c) A *Geórgia do Sul* enquadrada também nos domínios ingleses, é povoada em sua maior parte por noruegueses, que se dedicam à pesca da baleia. Sua superfície é calculada em 3 075 quilômetros quadrados e Grytviken é o centro principal da ilha, na baía de Cumberland.

d) O *Arquipélago das Sandwich do Sul*, a sudoeste da Geórgia, é constituído por inúmeras ilhotas que perfazem um total avaliado em 420 quilômetros quadrados, onde se destacam: Saunders, Sawadouski, Bristol e South Tule. Essas ilhas, de origem vulcânica, atestada por vapores que de lá se desprendem, foram descobertas por Cook, durante sua segunda expedição (1772-75), são também incluídas pela Inglaterra dentro de seus domínios.

e) O *Arquipélago das Oreadas do Sul*, descoberto a 6 de dezembro de 1821 pelo inglês George Powell e, batizadas seis dias depois pelo escocês McLeod, abrange uma superfície calculada em 1 230 quilômetros quadrados. As duas maiores ilhas deste arquipélago são as da Coroação e Laurie, onde funciona desde 1904 num observatório meteorológico, que faz parte da rede de estações instaladas no setor antártico argentino.

f) O *Arquipélago das Shetlands do Sul*, fecha o arco de ilhas e arquipélagos, próximo que está da ponta projetada pelo continente antártico, conhecida como Terra de Graham. As duas maiores ilhas aí são: a Clarence e Elefante, mas foi na ilha da Decepção que se estabeleceu uma base de pescadores de baleia.

Seu descobrimento é situado a 19 de fevereiro de 1819, por William Smith, navegador inglês, que se dirigia a Valparaíso, no Chile.

A superfície deste arquipélago é avaliada em 2 300 quilômetros quadrados e está incluído dentro do Setor Antártico Argentino.

g) A *Antártica continental americana* (entre os meridianos de 240º e 360º), tem na Terra de Graham uma das partes mais conhecidas do continente austral.

A hipótese de prolongamento dos Andes dá essa região, tectônica e petrográficamente, como continuação da cadeia andina. A parte ocidental é bastante alta e acidentada, destacando-se assim na ilha de Amberes os montes Françaís, com 2 869 metros de altura. A parte oriental é mais regular, assemelhando-se seu relevo ao planalto de Patagônia, com formações basálticas. Essa região, banhada pelo mar de Weddell, possui as denominações de Terra de Coats, de Caird e Leopoldo¹.

2 — INTERESSES CIENTÍFICOS DA ANTÁRTICA

A revista *História*, n.º III (1.º trimestre de 1956), publica um artigo de Roger Vercei, "A l'assaut du pôle Sud", no qual o autor descrevendo os perigos sofridos pela expedição de Byrd na Antártica, conclui com a seguinte interrogação: — "Valerão os pólos estes trabalhos e estes sofrimentos?"

Esta pergunta nos será respondida, talvez, com as próximas pesquisas, planejadas pelo Congresso Geofísico Internacional, que deverá realizar-se em 1957-58. Esse Congresso que *nada tem de político*, será realizado por todas as nações que desejem participar dos estudos científicos sobre a região gelada da Antártica. Não é porém o primeiro que se realiza, pois outros congressos geofísicos já foram levados a efeito sob o nome de "Ano Polar".

A idéia de estudar-se as regiões geladas polares, surgiu na Áustria-Hungria, no ano de 1880. Doze nações aderiram prontamente à idéia com exceção da França, por razões diplomáticas. Sábios franceses protestaram contra tal medida e assim, à última hora, a Marinha nacional prestou seu concurso aos estu-

¹ Julgamos de maior interesse apenas a descrição mais detalhada da Antártica Americana, omitindo assim, os demais setores. Para maiores detalhes vide: *Les grands froids* — Th. Weber — Hachette — Paris, 1880; *Maravilhas de las regiones polares* — José Otero Esposandín — C. Oro de Cultura — Buenos Aires, 1944; *Las regiones polares* — Geografía Universal — Instituto Gallach — Barcelona, 1953.

dos de quatro meses, realizados no setor antártico americano, durante o "Ano Polar de 1882-83". Várias contribuições foram trazidas à ciência, sobre esse mundo quase desconhecido, inclusive a criação de aparelhos ainda hoje em uso.

Animados pelas experiências iniciais, é marcado cinquenta anos depois o "Segundo Ano Polar para 1932-33", onde novas pesquisas foram realizadas, desta vez com a adesão de vinte e duas nações.

O novo Ano Polar foi marcado em 1951 para realizar-se em 1957-58, já então com a denominação de "Ano Geofísico Internacional". Essas reuniões, como vemos, de estudos gerais, tornam-se *puramente geofísicas* — "sendo excluídos os geógrafos, zoólogos e botânicos, onde só serão admitidos, por bamburrio, como convidados ou como primos pobres"².

Para participarem do "Ano Geofísico Internacional", já estão inscritas trinta e sete nações. Nos planos de estudos traçados até 24 de junho de 1955, foram previstas 303 estações meteorológicas, 135 para as sondagens da ionosfera em alta altitude, 127 para estudos da atividade solar e 34 para a medida das longitudes. Como a Antártica é ainda um continente bastante desconhecido, estão planejadas 30 estações polares. Uma delas, será equipada pelos Estados Unidos

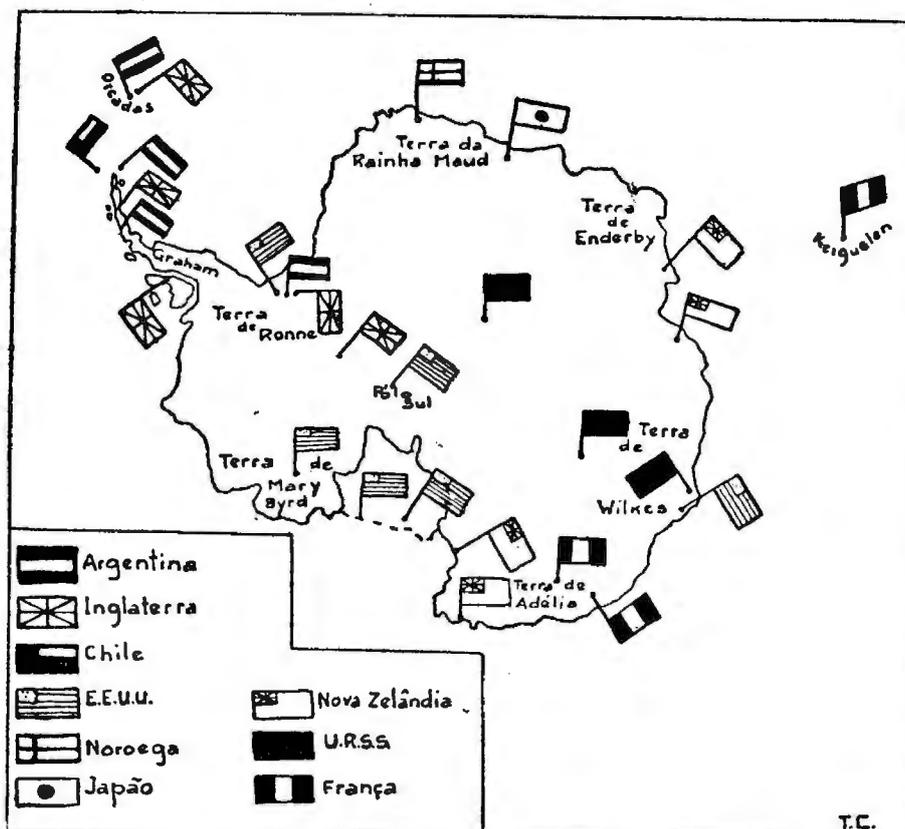


Fig. 2 — Das trinta e sete nações inscritas para participarem do "Ano Geofísico Internacional", as nove nações aí assinaladas já fixaram pontos para suas estações científicas.

no pólo sul, ficando a cargo da União Soviética, uma no pólo magnético e outra, num lugar bastante inacessível, pois será no centro da calota de gelo (Fig. 2).

² Vide: André Cayeux — "L'année géophysique internationale" — *Geografia* n.º 53 e 54 — ano 1956.

"Grande união sagrada reina em tôrno dêstes projetos; todos os chefes de govêrno os aprovaram: o Ano Geofísico, disse o Papa Pio XII, é uma das empresas que contribuirá a mais para instaurar uma atitude de paz e de cooperação entre os povos do Mundo e melhorar sua sorte material"³.

Enfim, neste Ano Geofísico a realizar-se dentro de breves meses, tratarão os cientistas de saber qual a real espessura da calota de gêlo que esconde do homem, o continente antártico. Para isso, utilizarão o método que o alemão Wegener usou na Groenlândia.

Enquanto é preparado êsse movimento científico de grande vulto, para o qual a Marinha de Guerra Brasileira já traçou seu programa⁴, o continente antártico tem sido visitado insistentemente, por nações em particular. Em quase todos os últimos números da revista francesa *Geographie*, Yves Pasquier nos dá notícias a respeito, em suas "Actualités Géographiques". Refere-se, por exemplo, à quarta missão francesa, embarcada a 10 de outubro de 1955 no québra-gêlo norueguês, com destino à Terra de Adélia. Carregavam os franceses um total de 200 toneladas em materiais, entre os quais víveres, trenós, grupos eletrogênicos, gás-óleo, e entre barracas pré-fabricadas, uma capaz de resistir a um frio de 50° e ventos de 130 a 150 quilômetros à hora, tão comuns na região. Tudo isso para a construção de uma estação francesa. Outra notícia focaliza as dificuldades sofridas por uma expedição britânica, feita recentemente à Antártica. Confirmando o compromisso assumido pelos ingleses de completar pela primeira vez, durante o "Ano Geofísico Internacional", a travessia do continente antártico passando pelo pólo sul. Partindo da baía de Vashel, contam os britânicos encontrarem-se no Monte Marklan, com os neo-zelandeses. Juntos prosseguirão a jornada até o estreito de Mc Murdo, realizando assim, entre o outono de 1957 e a primavera de 1958, uma travessia continental de 3 200 quilômetros.

3 — ANTÁRTICA: O CONTINENTE DO FUTURO (?)

Pelo rápido esboço feito, a respeito dos interesses científicos na Antártica através dos congressos internacionais, vimos que o número de adesões foi aumentando progressivamente, do mesmo modo que os conhecimentos científicos sôbre êsse "ilustre desconhecido". O interesse veio demonstrar que não há mais dúvida ser a Antártica um *laboratório cobijado* para estudos meteorológicos, ionosféricos, cósmicos, magnéticos, etc.

São atribuídas entretanto, outras qualidades ao "Continente Branco", que mais cedo ou mais tarde, com o avanço técnico que o mundo vai conseguindo, serão reveladas. Se a respeito de algumas ainda existem dúvidas, a respeito de outras, já há quase certeza.

Vejamos o que nos diz um francês, sôbre o ângulo econômico⁵: "sabe-se que a Antártica oculta enormes reservas de carvão, mas sua exploração não

³ Vide André Cayeux — obra citada.

⁴ Programa da Marinha para o Ano Geofísico Internacional:

a) *Ocupação da ilha de Trindade* — Ocupação, durante um ano, a partir de junho de 1956, por uma pequena guarnição de Marinha, rendida mensalmente (cêrca de 15 homens), para apoio de equipes de trabalho especializado em:

1 — *Meteorologia* — Observações regulares, inclusive rádio-sondagens, para estudo da massa tropical marítima, cujos deslocamentos determinam o tempo na costa sul do Brasil. *Tais observações possibilitarão a previsão do tempo a longo prazo.*

2 — *Oceanografia* — Estudo da maré oceânica e do nível médio do mar. Previsão do marulho e da arrebenção. Hidrologia da água do Atlântico.

3 — *Geofísica e outros estudos* — Prospeção geológica, magnética e gravimétrica da ilha, e distribuição de raios cósmicos no oceano. Estudos de biologia.

b) *Oceanografia do triângulo Trindade-Cabo Frio-Abrolhos* — Realização, no segundo semestre de 1956, de 60 estações oceanográficas completas, para estudo da circulação permanente, da geologia e topografia do fundo e da distribuição de propriedades nas águas atlânticas (nitratos, fosfatos, oxigênio, etc.), apoio científico indispensável à exploração da pesca da área geograficamente predestinada para o abastecimento do Rio de Janeiro.

c) *Oceanografia e meteorologia da área Cabo Frio-Xui* — Realização, durante 1956, de 100 estações oceanográficas, visando sobretudo a estabelecer o ciclo de incursões da corrente das Falklands, principal fertilizador de nossas águas meridionais. Estudo de sondas internas. Caracterização da massa polar marítima, para melhoria da previsão do tempo.

d) *Oceanografia da foz do Amazonas* — Realização, no decurso de 1953, de 40 estações oceanográficas, visando ao reconhecimento da plataforma continental e do regime estuarino. (Ministério da Marinha — Diretoria de Hidrografia e Navegação).

⁵ Lepotier — "La dispute Antartique" — *Geografia*, n.º 49, ano 1955.

poderá ser encarada na conjuntura atual. Levando-se em conta sua estrutura geológica, confia-se encontrar minas de cobre, prata, ouro e também urânio, e onde se sabe que tem enunciada esta última palavra, todos os apetites de hoje se desencadeiam. Mas isto não existe até o momento presente senão em hipóteses. A única e verdadeira riqueza atualmente explorada no oceano Antártico, é a baleia, e com uma intensidade tal que levou esta caça a um acôrdo internacional".

Que deponha agora um alemão sôbre o mesmo assunto⁶: — "Até então, o continente branco não desempenhou papel de relevância na vida econômica ou política da humanidade. Só a pesca da baleia era de alguma importância e, com relação à mesma é que foram realizadas as principais descobertas. Foram verificados depósitos de ferro e carvão, alguns dos quais constituindo jazidas extraordinariamente ricas e facilmente exploráveis a céu aberto. Também se pode admitir que os minérios que ocorrem nos Andes, possam ser encontrados em seus prolongamentos na Antártica. Mas para um futuro próximo fica excluída qualquer possibilidade de fixar nestas regiões inóspitas o contingente humano exigido para tal mister. Também o transporte de tais produtos, por hora é inexequível. Mas talvez exista petróleo e até urânio?!? E aí começa a alta política e os estrategistas de uma guerra do futuro (da qual Deus queira nos livrar) a se imiscuirem na disputa e partilha do continente branco"

A essas conjecturas associam-se o valor estratégico do estreito de Drake, a necessidade de bases para o contrôle dos ares e finalmente, a utilidade da Antártica na questão dos climas⁷.

Caso tamanha riqueza venha a ser evidenciada, com o avanço vertiginoso da ciência, a quem caberá a exploração?!? Lembremo-nos de que na África prevaleceu de início o espírito científico!

4 — "HERDEIROS" DA ANTÁRTICA

Aos *cientistas* caberá a descoberta das riquezas (?), aos *diplomatas* tocará a sua partilha.

O Direito Internacional não reconheceu até o momento presente nenhuma das pretensões apresentadas. Mas, apesar disso, elas vêm sendo pleiteadas e ainda mais, o continente vem sendo repartido "particularmente", por diversas nações. Isso faz com que, muitas vêzes, um mesmo território na Antártica, tenha sido anexado por "decretos", por dois e até três países ao mesmo tempo.

A Inglaterra, por exemplo, que se julga com direito a quase tôda a Antártica, por cartas patentes de 21 de julho de 1908 e 28 de março de 1917, anexou a seus domínios a dependência das Falklands, abrangendo tôdas as terras e ilhas até o paralelo de 50°, nos setores compreendidos entre os meridianos de 20° e 50° e 58° e 80° de longitude oeste. Baseia-se ao que parece, nas explorações científicas lá realizadas por Scott e Shackleton⁸. "Amundsen e os japoneses que também exerceram a sua atividade ali, foram com isso silenciosamente olvidados" (Ostermann).

A 23 de julho de 1923 era fixado o setor neo-zelandês do mar de Ross entre os meridianos de 150° oeste e 160° leste e o paralelo de 60°. Seguiram-se a 7 de fevereiro de 1933 e 24 de agosto de 1936 as demarcações do setor australiano, entre 160° e 45° leste.

Aí estão portanto 2/3 da Antártica anexados à Coroa Britânica.

A França por sua vez, em decretos de 27 de março de 1924 e 1.º de abril de 1938, tornava possessão francesa a Terra de Adélia entre os meridianos de 136° e 142° leste, que o decreto de 3 de fevereiro de 1925 havia transformado em Parque Nacional. Baseia-se para tal, no direito de descoberta de Dumont d'Urville (1839).

⁶ Dr. Walter Ostermann — obra citada no texto.

⁷ A este respeito já nos referimos em "A Questão da Antártica" — *Revista do Clube Militar*, n.º 142 — abril-junho de 1956.

⁸ Vide: "Scott's Polar Journey and mather" (pp. 665 e 666) *The Geographical Review* (outubro de 1926); *South with Scott* — Edward Raddcliffe Evans — Londres, 1881.

⁹ "The Ross Dependency: A Territorial Addition to New Zealand" — *The Geographical Review* (abril de 1924).

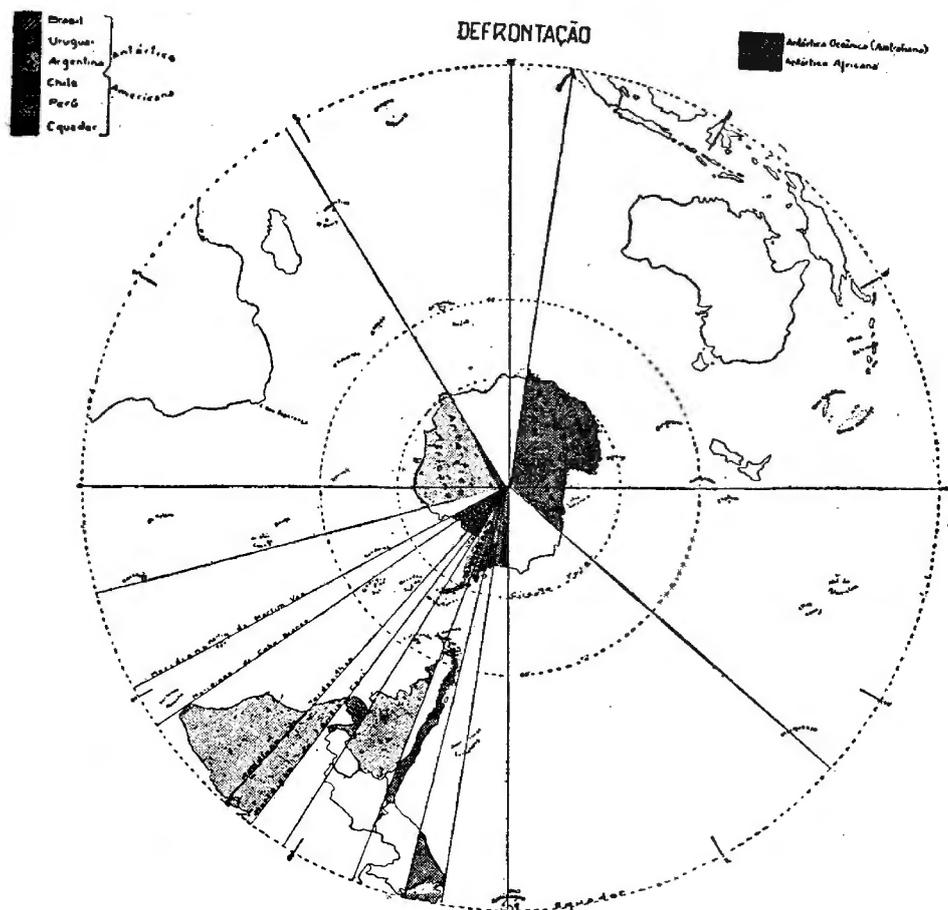


Fig. 3 — Tomando-se o equador como ponto de referência, na partilha da Antártica por "defrontação", além do Brasil, Argentina e Chile, também o Uruguai, Peru e Equador devem defender seus direitos.

Os Estados Unidos, que também têm enviado inúmeros exploradores à região (Byrd e Ellsworth), fundaram a sua "Little America" ao lado do setor reivindicado pelo Chile. Disputam com os russos a honra da descoberta do continente¹⁰.

A Noruega anexou a seus domínios o setor compreendido entre as dependências das Falklands e o da Austrália, pelo decreto de 14 de janeiro de 1939 (17° oeste e 45° leste).

A Alemanha criou aí também, em 1939 (a 4°50' e 16°30' leste) o seu "Neu Schwabenland", com fundamento nas explorações de Filchner feitas em 1912 e na expedição de Ritscher (1938-39) que fez o maior levantamento cartográfico jamais empreendido em área contínua da Antártica.

¹⁰ Vide: Arthur R. Hinks — "Antarctica discovered" — *The Geographical Review* — junho de 1941, pp. 491 a 497; Laurence Martin — "Comment (on) Antarctica discovered: "A Reply, by Arthur R. Hinks" — *The Geographical Review* — 1941, vol. XXXI — pp. 497 e 498; Laurence Martin — "Antarctica discovered by a Connecticut Yankee, Captain Nathaniel Brown Palmer" — *The Geographical Review* — outubro de 1940, pp. 329 a 352; "Captain Bellingshausen's voyage — 1819-21" — *The Geographical Review*, abril de 1947, pp. 303 a 306.

CONTRIBUIÇÃO A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

49

A Rússia, Suécia e Japão, que também participaram de expedições científicas, embora não tenham ainda delimitado seus territórios, têm aí também suas pretensões.

O Chile e Argentina, cujos setores se embaralham, juntamente com o da Inglaterra, também fizeram suas anexações, não reconhecendo ambos as pretensões inglesas. Chegaram mesmo os dois países a estudar em 1906 a partilha da Antártica Americana.

A Argentina baseia-se no fato de haver "o Papa Clemente VIII interferido junto ao rei de Espanha em favor do navegante português Fernandez de Queirós, tendo o mesmo recebido a incumbência de tomar posse dessas terras em nome do rei de Espanha e de converter os seus habitantes (?) à religião católica" (Ostermann). Invoca ainda a teoria de prolongamento dos Andes, seguida pelo direito de ocupação, pois desde 1904 mantém nas Orcadas (Ilha Laurie), uma estação meteorológica e também a primeira e até agora única agência postal daquela região. Por decreto de 13 de julho de 1939, foi criada a Antártica Argentina de 25° a 68°34' oeste.

O Chile que além de ser o país que mais próximo está da região em questão, firma ainda seus direitos na hipótese de prolongamento dos Andes à declaração de O'Higgins, de que o território chileno se estendia até às ilhas Shetlands. E, assim sendo, por decreto de 6 de novembro de 1940, transformou em Antártica Chilena todas as terras e ilhas situadas entre os meridianos de 53° e 90° oeste.

São esses os decretos feitos de "per si", até o presente momento, que o Direito Internacional ainda não reconheceu.

Reivindicuemos o nosso quinhão na Antártica! Se apelaram para a História, apelemos também. Unamo-nos aos países sul-americanos, Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai em torno do direito de defrontação ou dos Setores Polares, idealizado pelo senador canadense Pascal Poirier em 1907, quando se tratou da partilha do pólo norte (Fig. 3).

Embora na Antártica a situação seja "mais complexa em virtude dos dois sistemas invocados, da proximidade e da descoberta em grande parte incompatíveis. De qualquer modo, a repartição das regiões polares por convenção geral, série de tratados bilaterais, arbitramento ou sentença judiciária, torna-se cada vez mais urgente. Os setores poderiam fornecer uma base, pelo menos provisória, para esse fim"¹¹.

A questão da Antártica, enfim, está no temário da ONU, vejamos o que se resolve. Que impere a justiça acima de tudo! "Dai a César o que é de César...!"

¹¹ Vide: "A Teoria dos Setores Polares" — João Franck da Costa — *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional* ns. 13 e 14, pp. 87 a 128.

Gana independente

Therezinha de Castro

CASTRO, Therezinha de. Gana independente. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, n. 148, p. 135-137, jan./fev. 1959.

Gana Independente (1957-1958)

Professôra **THEREZINHA DE CASTRO**
Geógrafa do CNG.

O preâmbulo do projeto de Constituição, organizado para o novo Estado de Gana, diz o seguinte: "Gana será um Estado independente no quadro do Commonwealth com a rainha como soberana e um sistema parlamentar de govêrno análogo ao do Reino Unido e de outros países independentes do Commonwealth".

É justamente o primeiro aniversário desta proclamação que o novo Estado de Gana festeja a 6 de março de 1958. No ano passado, nesta data, previamente escolhida, a colônia inglesa da Costa do Ouro, tornava-se oficialmente um Estado independente, no seio do Commonwealth Britânico:

a) Situação geoeconômica e cultural

A oeste do continente africano e ao norte do gôlfo da Guiné, localiza-se o Estado de Gana que entre outros, constitui também um enclave na África Ocidental Francesa.

Sua capital é a cidade de Acra (133 000 hab.), localizada no litoral, zona mais povoada do Estado. Entre outras cidades importantes do novo país destacam-se Kumasi (80 000 hab.) e Koforidua (21 000 hab.).

Calcula-se que haja uma população de cêrca de 5 000 000 de habitantes, povoando todo o Estado, que se estende por sôbre um território de 229 607 quilômetros quadrados, dividido em 4 regiões diferentes; a colônia (Costa do Ouro), o Ashanti, o Togo e os territórios do Norte. Cada uma dessas unidades tem sua Assembléia Legislativa.

Com suas características econômicas, baseando-se principalmente no ouro e cacau, Gana é um dos países mais ricos da África tropical.

A produção de cacau dessa região atinge hoje a metade da produção mundial.

CACAU

Ano	Libras esterlinas
1954	84 598 000
1955	65 558 000

Outro esteio da economia da Gana é o ouro, cujo comércio foi feito pelos fenícios e cartagineses e, no século XV pe'os portugueses. Deve-se entretanto o estabelecimento da 1.^a Companhia de Minas, ao francês Pierre Bonnat (1874).

OURO

Ano	Libras esterlinas
1954	9 822 000
1955	9 048 000

Além do cacau, principal produto de exportação, Gana exporta ouro, manganês, diamantes e madeiras. As exportações nos últimos dez anos têm excedido consideravelmente as importações. Mais de 40% de seus valores são destinados aos mercados da Grã-Bretanha e cerca de 20% aos EE.UU.

Para o escoamento de tais produtos lutava a região com a dificuldade de não possuir portos naturais. Sekondi (44 000 habitantes juntamente com Takoradi) tornou-se insuficiente, bem como Acra, para tal mister. Assim sendo, entre 1921-28 foi construído o porto artificial de Takoradi que hoje é o mais importante, estando atualmente em andamento os trabalhos para a instalação do Tema. Por outro lado, o chamado projeto do rio Volta, tende a promover o desenvolvimento do país. Trata-se da construção de uma barragem neste rio, de gastos subvencionados pelos governos de Gana e Grã-Bretanha, e que fornecerá ao país um potencial hidrelétrico de 600 000 kw.

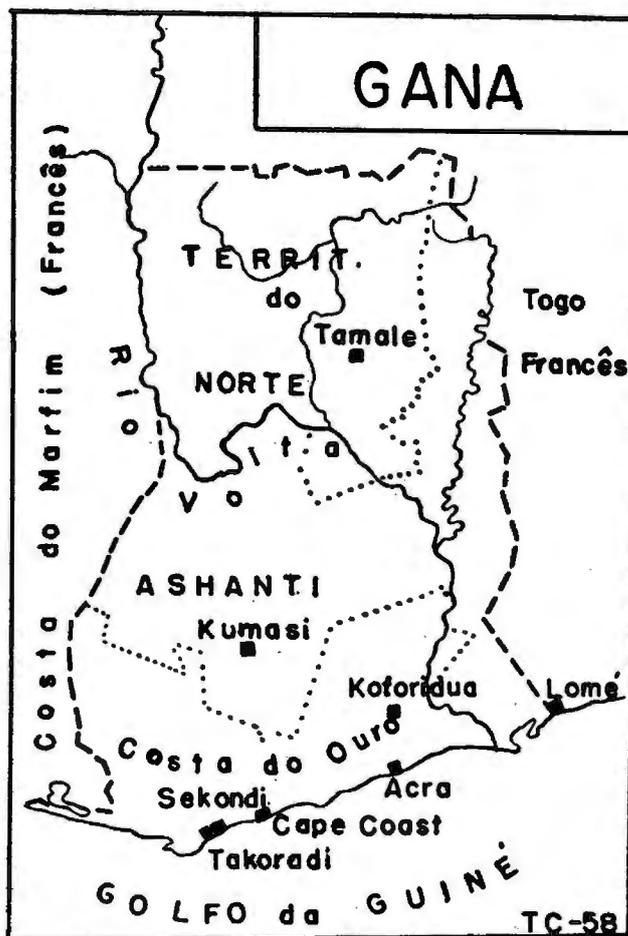
Completam a rede de transportes de Gana, 4 aeródromos (Acra, Takoradi, Kumasi e Tamale) e uma estrada de ferro ligando Takoradi, Kumasi e Acra.

O Estado de Gana possui mais de 1 000 escolas secundárias e 3 500 de níveis primário; a maioria delas são mantidas por missões religiosas. Em Kumasi funciona um Colégio Universitário e uma Escola de Teconologia. O governo por sua vez mantém 4 hospitais centrais (em Acra, Sekondi, Kumasi e Tamale) e 27 distritais.

b) Fatos históricos

Os primeiros estabelecimentos europeus levados a efeito na Costa do Ouro são devidos aos portugueses, seguidos pelos holandeses. Estes, a partir do tratado de Breda (1667) foram cedendo postos aos ingleses, que em 1850 já eram senhores de toda a região, mediante a aquisição de Acra aos dinamarqueses.

Em 1823, tinham se separado dos "ashantis" a tribo vassala dos "fanti" que ocupavam a zona costeira de Cape-Coast-Castle e, recusando-se pagar tributo ao suserano foram por ele atacados. Os ingleses que procuravam estender a sua ocupação, tomaram o partido dos "fanti" e marcharam contra os "ashantis", mal amparados pelos seus aliados: o resultado foi uma derrota inglesa, na



qual morreu o famoso general Mac-Carthy. Foram porém restabelecidas as relações com os ingleses.

Incidentes se multiplicaram entre os "ashantis" e os ingleses durante meio século; por fim, em 1873, declarou-se a crise que levou à guerra. Uma das principais razões foi o monopólio que os ingleses haviam conseguido sobre os transportes das mercadorias de exportação do interior para a região costeira dos portos de embarque. O território "fanti" invadido pelos "ashantis", fez com que os ingleses tivessem que se defender fracamente auxiliados pelos "fanti". Coube a chefia da expedição ao cônsul Wolseley que havia servido na Criméia e era então governador de Cape-Coast. O seu objetivo era alcançar Kumari, a capital "ashanti" onde diziam existir grandes tesouros. Os 3 000 homens que conseguiram reunir os ingleses, eram tropas vindas da Índia, "fanti" e metropolitanas. A guerra foi mais curta mas custou grandes sacrifícios, principalmente por causa das baixas provocadas pelas doenças que dizimaram as tropas. A 29 de janeiro de 1874 deu-se a batalha de Amoaful que pôs um terço do corpo expedicionário fora de combate. Em princípio de fevereiro, chegaram os ingleses às portas da capital, onde entraram e encontraram quantidades consideráveis de objetos de ouro. Pilharam e incendiaram a cidade que o rei "ashanti" havia abandonado. Retirou-se prudentemente o chefe britânico para a costa e acabou, pelo terror que inspiraram suas incursões, por obter paz satisfatória: indenizações, cessão de aldeias nas fronteiras, liberdade de comércio para os europeus, renúncia à supremacia sobre algumas tribos e abolição dos sacrifícios humanos.

O movimento nacionalista propriamente dito tem início em 1949, quando é criado um comitê de representantes da costa na Constituição. Sobre tal fato não se chegou a um acordo — uns desejavam um Estado federado, outros, centralizado. Diante disto, o secretário das Colônias Britânicas resolve que as eleições gerais seriam feitas antes da proclamação da independência, pois deste modo caberia ao povo propriamente a nomeação dos elementos que elaborariam a Constituição.

Em junho de 1953 vence as eleições o partido chefiado pelo primeiro-ministro Kwame Nkrumah. No mês seguinte, por 72 votos contra zero, a Assembléia vota a independência da Costa do Ouro, como país pertencente ao Commonwealth. Restava porém ao Togo definir-se junto ao movimento. Um plebiscito é levado então a efeito no local, sob a supervisão da ONU. Votam 194 000 pessoas, das quais 93 095 se pronunciam favoráveis à união com o novo Estado de Gana, enquanto 67 492 indicam querer continuar na condição de mandato britânico.

Resolvido este caso, iniciam-se os preparativos para a declaração oficial da independência. A data estabelecida para tal ato foi 6 de março, pois neste mesmo dia, no ano de 1844, era assinado um acordo entre os chefes "fanti" e os britânicos, pelo qual se estipulava a autoridade colonial da Inglaterra na Costa do Ouro. O nome de Gana, com o qual foi batizado o novo Estado também é histórico; recorda um vasto império medieval que abrangeu também a Costa do Ouro.

O Estado de Gana goza há um ano sua liberdade. Falou-se posteriormente na República de Gana. Em declarações a um jornal de Lomé, o Sr. Kwame Nkrumah entre outras perguntas que lhe foram feitas declarou o seguinte: "Nós ainda não temos declarada intenção de fazer da Gana uma república, mas se tal for a vontade da nação, a República Ganeana ficará no seio do Commonwealth".

 Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Recursos minerais do Saara

Therezinha de Castro

CASTRO, Therezinha de. Recursos minerais do Saara. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, n. 154, p. 57-63, jan./fev. 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

Recursos Minerais do Saara*

THEREZINHA DE CASTRO
Do Conselho Nacional de Geografia

1. — Exploração e conquista

Entre os primeiros franceses que se aventuraram na travessia do deserto de Saara, destacam-se Rene Caillé e Henri Duveyrier. O primeiro entre os anos de 1827-28 partindo da Guiné, atingiu Tumbuctu de onde prosseguiu até Tânger. O segundo fez espécies de circuitos em territórios da atual Tunísia e Líbia; onde entre os anos de 1959-60 teve contacto com os tuaregues (vide mapa 1).

Em fins do século XVIII são organizadas expedições inglesas ao Saara. Dentre êsses destacam-se Mungo Park (1795), Richardson e Overweg (1850) que, juntos com outros companheiros, são assassinados. Vários franceses tiveram igual sorte, e isto contribuiu para que o Saara ficasse por algum tempo abandonado pelos europeus. Importante expedição foi a de Barth (viajante alemão), realizada entre os anos de 1845-46 (vide mapa 1).

Na Conferência de Berlim (1890), onde se tratou da partilha política da África, uma convenção franco-britânica, de 5 de agosto, entregava o deserto à França. Lord Salisbury que assinava pela Inglaterra, disse o seguinte: "Eu deixei ao galo gaulês o privilégio de tirar proveito da areia do deserto para afiar os esporões".

A França realmente teve que lutar contra a hostilidade dos nômades e sobretudo contra os tuaregues que tinham os oásis em suas mãos. O primeiro passo importante para a pacificação foi dado no ano de 1900 pela expedição Foureau-Lamy que partiu do litoral, alcançando a região do Lago Tchad (vide mapa 1). Encontrou-se neste local com missões francesas, provenientes de Dacar e do Congo. O reconhecimento deste caminho possibilitou a primeira grande vitória dos franceses, que, sob o comando de Conttenest, derrotaram no Hoggar um bando de tuaregues. O Saara havia sido conquistado mas não pacificado. Grandes dificuldades tiveram ainda os franceses quando, durante a primeira grande guerra, grande parte do efetivo militar francês teve que ser retirado daí. Apesar disto os franceses ainda realizaram pelo Saara expedições aéreas e automobilísticas. A principal dessas excursões (em automóveis com as rodas traseiras semelhantes às do "tanque" de guerra) realizou-se em 1922 e foi organizada por Citroen. Em 1925 são feitas as primeiras ligações aéreas entre a França, a Argélia e o Sudão (vide mapa 1).

Entre os exploradores, cumpre destacar também os geólogos que desde 1904 trabalhavam no Saara, procurando riquezas no subsolo do deserto já que o solo nada lhes podia oferecer.

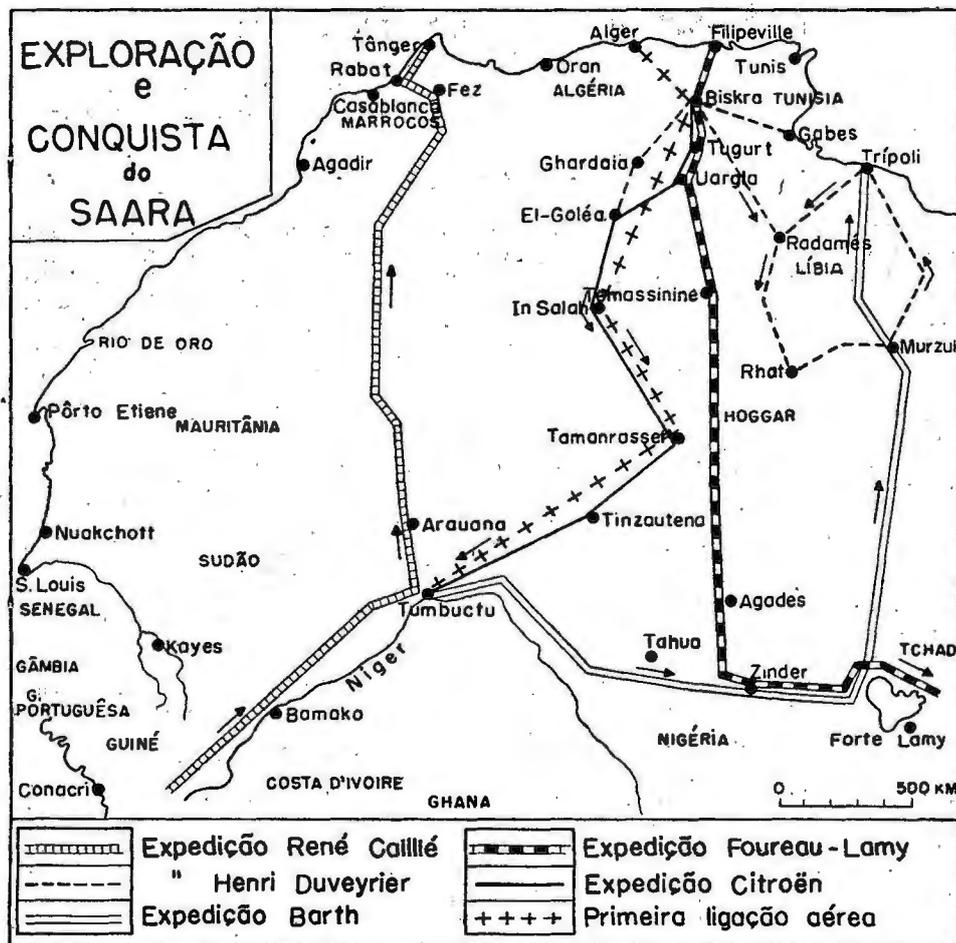
2 — O Saara e seu aproveitamento

Em 1907, o geólogo Flamand assinalou a presença nas imediações de Kenada, da hulha, o primeiro mineral descoberto no Saara. A seguir novas descobertas, fizeram nascer em França grandes esperanças, daí as expressões pomposas sobre o Saara — "novo Alasca", "Eldorado", "nosso Ruhr" etc.

As principais jazidas saarianas que se tornaram conhecidas no curso dos últimos 20 anos, transformaram o grande deserto num ponto de mira de inú-

* Os mapas constantes deste artigo foram reproduzidos da revista — "Documents", n.º 4.

meros países industrializados. A esse respeito o Prof. Robert Capot-Rey diz o seguinte¹: "O Saara não é, na realidade, nem um espaço vazio, nem um país empobrecido de riquezas; é um sítio onde a exploração de recursos muito reais — embora pouco variados — se choça com dificuldades particulares, provenientes da distância e aridez". O Saara, em resumo, pode ser considerado na atualidade, como vasto campo mineral a prospectar, a explorar e a industrializar.



Mapa 1

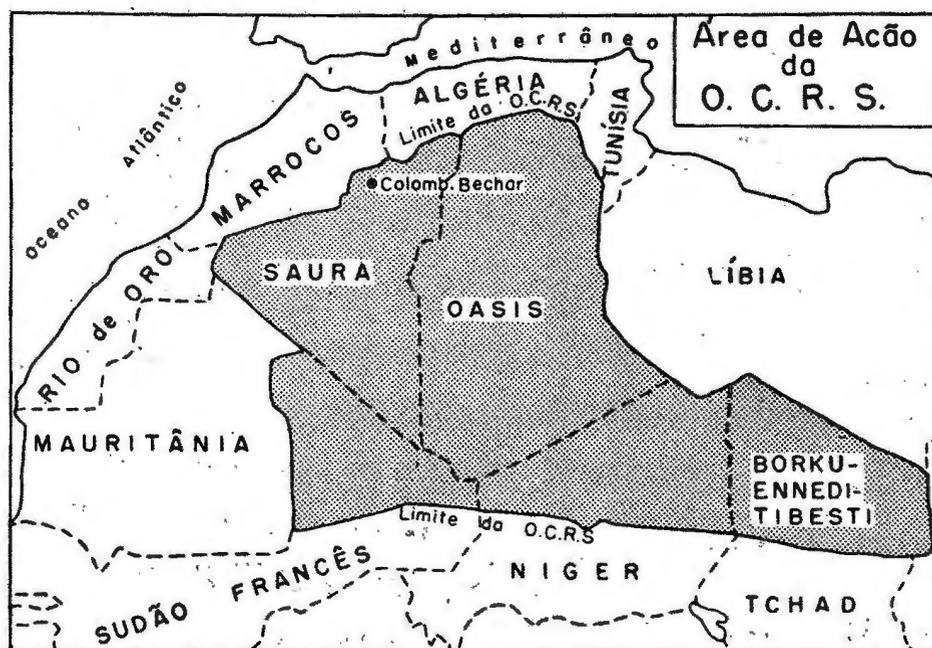
A questão do Saara só passou a interessar a opinião pública em 1951, quando da criação do "Comitê do Saara Francês", cuja finalidade era alertar os poderes públicos, o Parlamento e a opinião popular sobre a urgência que havia em se transformar em território nacional o grande deserto africano.

Embora a questão levantada pelo Comitê, tivesse interessado alguns parlamentares, só em janeiro de 1957 é que foi votada uma lei relativa à "Organização Comum das Regiões Saarianas", (OCRS), (vide mapa 2), em lugar de se criar um "território nacional". Era impossível, no momento, retirar de territórios destinados oficialmente a receber autonomia interna, suas respectivas zonas saarianas.

¹ "Les Ressources Minérales du Sahara Français" — Robert Capot — "Geographie", n.º 65, pp. 2 a 7.

Entre os principais pontos do plano de ação elaborado para a O.C.R.S. destacam-se: melhorar o nível de vida da população local; preparar e coordenar programas de pesquisas e estudos necessários ao desenvolvimento da região; suscitar a instalação de indústrias extrativas e de transformação; pôr em ação os programas gerais de valorização principalmente nos domínios energético, mineiro, hidráulico, industrial e agrícola.

Enfim a O.C.R.S. pode ser definida como "uma pessoa moral de direito público, gozando do direito da autonomia financeira". Isto porque "os especialistas do Saara fizeram notar logo que o deserto possui unidade física inconteste, mas que não corresponde a uma unidade humana nem em seu centro, êle vive sobretudo nas orlas e em perfeita interação com elas; assim sendo, um desmembramento administrativo exigiria maior prudência".³



Mapa 2

Além da O.C.R.S., outros órgãos técnicos e financeiros também se ocupam do Saara, tais como: o Bureau de Pesquisas de Petróleo, o Bureau de Pesquisas Mineiras da Algéria, a Caixa Central da França de Ultramar, o Bureau Mineiro da França de Ultramar, o Bureau Industrial Africano, etc.

3 — Recursos minerais

O Saara encerra grande riqueza mineral. Isso já se pode afirmar, muito embora os estudos de prospecção estejam ainda relativamente no início; são cerca de 4 000 quilômetros quadrados a se percorrer, com a agravante dos problemas de ordem técnica, econômica e política.

Observando o mapa 3, teremos uma idéia geral das principais jazidas saarianas, localizadas e pesquisadas de modo mais racional, após a segunda guerra mundial.

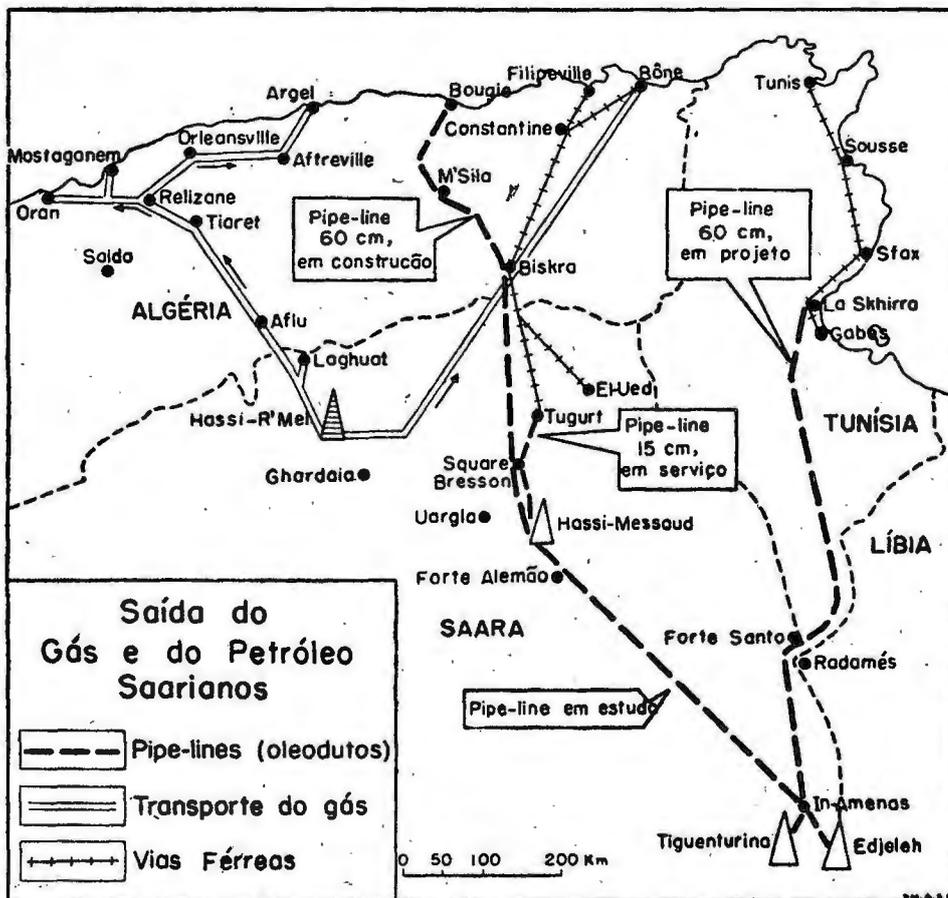
O petróleo, por exemplo, começou a ser pesquisado em 1952 e descoberto em Hassi-Messaoud quatro anos depois; passou em 1958 a ser explorado. Mais

³ "Le Poids de l'Afrique" — Charles-Henri Favrod — Éditions du Seuil — Paris, 1958, p. 15.

CONTRIBUIÇÃO A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Já na exploração da jazida de Forte Gouraud, o principal problema que se apresenta é a dificuldade de transporte. Antes de tudo, terá que se construir uma estrada de ferro, que contornando o Saara espanhol chegue a Pôrto Etienne. O mesmo terá que ser feito para a exploração do manganês de Guetara, capaz de produzir 40 mil toneladas anuais; uma estrada de ferro terá que ser construída da mina até Abadia.

Embora já se tenham localizado várias jazidas de cobre, todo o interesse atual gira em torno da de Akjujt, descoberta em 1946, e que apresenta dois tipos diferentes de minerais explotáveis: um óxido e outro sulfuroso. Está previsto para esta região o início de uma ferrovia, que encontrará a também planejada Forte Gouraud — Pôrto Etienne.



Mapa 4

4 — Meios de comunicação

Entre os problemas primordiais do Saara, para se resolver sobre a exploração das riquezas minerais locais, destaca-se o das comunicações. Nisto, de modo geral, a região está mal servida, pois tanto as ferrovias quanto as rodovias se encontram concentradas no Marrocos, Argélia e Tunísia.

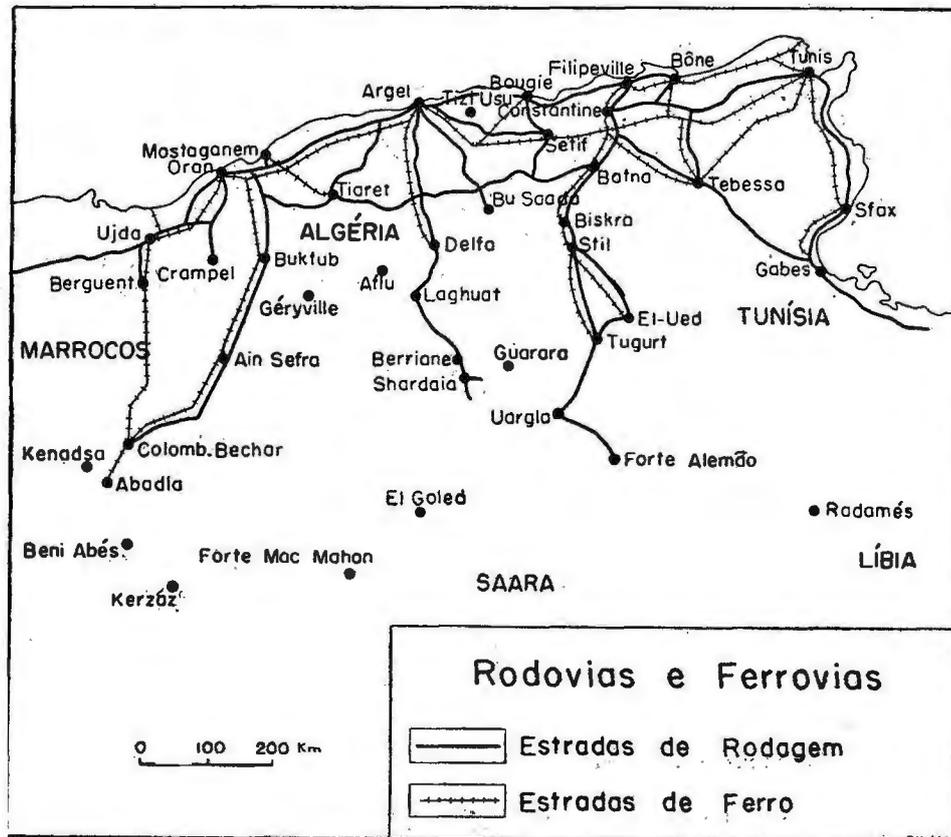
Três troncos ferroviários tentam a penetração para o interior. O 1.º deles liga Oran a Abadia. Entretanto, Colomb-Bechar é o ponto de encontro de outro ramo que partindo também de Oran vai servir Ujda e Berguent. O 2.º

tronco liga Argel a Delfa, enquanto o 3.º tronco vai de Bône e Filipeville a Tugurt e El-Ued.

Este 3.º eixo tem importância capital, pois assegura a exportação do petróleo bruto de Hassi-Messaoud, enquanto não fica pronto o pipe-line que desembocará em Bougie. Isto prova que o caminho de ferro transaariano se impõe de modo urgente, mesmo agora que a prospecção do deserto está praticamente em seu início.

Observando-se o mapa n.º 5, podemos notar que o traçado tanto das ferrovias quanto das rodovias se encontra, de modo geral, no litoral com algumas derivações para o Saara.

Enquanto a Tunísia, Argélia e Marrocos são relativamente bem servidos na zona próxima ao Mediterrâneo em vias de transporte, apresentam em suas respectivas regiões saarianas grandes vazios.



Mapa 5

Focalizando esta questão, o Prof. Stamp* analisa um artigo publicado em 1943 pela "Geographical Review". "Para os franceses e também para outras nações preocupadas com as áreas periféricas, o interesse fica centralizado nos roteiros através do Saara. Os roteiros que tiveram importância nos últimos anos foram discutidos por W.E. Rudolph. Seu mapa mostra claramente a grande diretriz leste-oeste que se acha ao sul da região desértica, através dos Campos do Sudão, roteiro seguido pelos peregrinos muçulmanos provenientes das regiões islamiza-

* Africa — "A Study in Tropical Development", L. Dudley Stamp — Editor, John Wiley Son — Nova York, 1957.

CONTRIBUIÇÃO A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

63

das da África Ocidental, através do Sudão Anglo-Egípcio em seu caminho para Meca. Como contraste, temos a estrada militar ao longo do Mediterrâneo, que foi de tão grande significação na segunda guerra mundial. As estradas no deserto transaariano tiveram a sua importância salientada pelas condições de guerra, pois era necessária a comunicação dos territórios franceses livres da África Ocidental, numa época em que as comunicações por mar eram impossíveis ou difíceis."

Tudo isso porque o Saara não deve ser considerado apenas como área de importância essencialmente econômica. O grande deserto é, antes de tudo, zona estratégica onde a segurança da exploração e da circulação devem ser absolutas, pois só assim oferecerá a seus ocupantes maravilhosas possibilidades.

 AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto, registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão de bibliografia referente à geografia brasileira.

Notas sôbre a cidade do Rio de Janeiro

Therezinha de Castro

CASTRO, Therezinha de. Notas sobre a cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, n. 184, p. 60-64, jan./fev. 1965. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

Notas sôbre a Cidade do Rio de Janeiro

THEREZINHA DE CASTRO

Geógrafo do CNG

a) Primeiros visitantes

Atribui-se à André Gonçalves, comandante de uma expedição de reconhecimento, a descoberta, no dia 1.º de janeiro de 1502, do que julgou ser a foz de um grande rio, dando-lhe por isso o nome de Rio de Janeiro. Cartograficamente, afirma Pedro Calmon que o estranho nome de "rio de janeiro" é assinalado pela primeira vez no mapa de Lopo Homem, Reinéis (1519).

A região foi depois visitada por vários navegadores portugueses, espanhóis e especialmente entrelopos franceses; Fernando de Magalhães, em sua viagem de circunavegação, por aqui passou e desconhecendo-lhe o nome denominou-a baía de Santa Luzia (13 de dezembro de 1519).

Martim Afonso de Sousa chegou em março de 1531, mas não quis estabelecer-se, talvez por dois motivos: a hostilidade dos indígenas e a atração do litoral mais ao sul, onde já havia portugueses instalados no Pôrto dos Escravos e ainda a presença de João Ramalho, bem relacionado na terra. O certo é, que após uma estadia de 5 meses partiu, deixando a região abandonada, à mercê da pirataria, mas sempre visitada por embarcações que se abasteciam d'água, tornando-se o rio da Carioca conhecido como o da Aguada dos Marinheiros.

Atraído por estas paragens, Tomé de Sousa recomendou ao rei de Portugal que mandasse erguer "uma povoação honrada e boa; porque nesta costa não há rio em que entrem franceses sinão neste". Não tendo ordens nem pessoal suficiente, partiu o 1.º Governador Geral do Brasil sem ocupar a região.

b) Ocupação francesa

Em novembro de 1555 chegava Nicolau Durand de Villegaignon para fundar uma colônia — a França Antártica, desembarcando na ilha que tem o seu nome. A esta expedição incorporara-se o pastor calvinista francês, Jean de Lary, que figura entre nossos principais cronistas, pois de regresso à França publicou "Histoire

d'un Voyage fait en la Terre du Brésil outrement dit Amérique" (1578). Da Geografia da terra diz o seguinte: "Este braço de mar e rio Guanabara, assim denominado pelos selvagens e pelos portugueses que alegam tê-lo descoberto... Sem referir-me ao que os outros já escreveram, começarei por dizer que penetra no interior das terras umas 12 léguas, com 7 a 8 de largura em alguns lugares. E embora sejam menos altas do que as que cercam o lago de Genebra, as montanhas que o rodeiam tornam muito semelhantes ambos os sítios... Faz-se mister em seguida transportar-se um estreito que não chega a ter um quarto de légua de largura, e é limitado à esquerda por um rochedo em forma de pirâmide, não somente de grande altura mas ainda maravilhoso porque de longe parece artificial. E por ser redondo como uma torre imensa, denominaram os franceses hiperbolicamente pot-au-beure.¹ Pouco adiante na subida do rio, há um rochedo raso de 100 a 120 passos de circunferência ao qual denominamos Ratiér...² Uma légua mais adiante encontra-se a ilha onde nos instalamos e que, como já observei, era desabitada antes de Villegaignon chegar ao país; com meia milha de circunferência e seis vêzes mais cumprida do que larga, é rodeada de pedras à flor d'água, o que impede se aproximem os navios mais perto do que a distância de um tiro de canhão e a torna naturalmente fortificada... Prosseguindo direi que a 4 ou 5 léguas adiante do forte mencionado existe outra ilha formosa e fértil com quase 6 léguas de circunferência, a que chamamos ilha Grande.³ Como era habitada por muitos selvagens tupinambás aliados dos franceses, ali iamõs amiúde em nossos escaleres buscar farinha e outros gêneros necessários... Como já indiquei, existem, na terra firme, que rodeia este braço de mar, dois rios formosos de água doce, afluentes daquele e nos quais naveguei com outros franceses cêrca de 20 léguas pelo interior das terras e estive em muitas aldeias

¹ Atual Pão-de-Açúcar.

² Hoje, ilha de Laje.

³ Hoje, ilha do Governador.

dos selvagens que habitam em suas margens.”

c) *Fundação da cidade e sua evolução*

Foi instalando-se num desses rios, juntamente o da Carioca, que fornecia água potável aos franceses, que os portugueses desencadeiam a luta contra os invasores. Apesar de fortificados na ilha de Villegaignon trava-se a batalha em Urubumirim (atual praia do Flamengo).

Para consolidar a conquista, o governo português ordenou que aqui fosse fundada uma cidade, a 2.^a do Brasil, já que existia Salvador. Cumprindo as ordens, Estácio de Sá lança a 1.^o de março de 1565, na várzea entre o morro Cara de Cão (atual S. João) e o Pão-de-Açúcar os alicerces da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. De sua proclamação extraímos os seguintes trechos: “Rompam já os ecos da vitória que sobre eles alcançamos, por cima daquelas altas montanhas que a ‘órgãos’ se assemelham”... e, mais adiante, profético: “Levantemos esta cidade que ficará por memória de nosso heroísmo, e do exemplo de valor às vindouras gerações, para ser a Rainha das Províncias e o Empório das riquezas do mundo.”

Mas, quando a cidade já havia sido transferida para o morro do Castelo, José de Anchieta assim a descrevia (1585): “Disto do Espírito Santo 50 léguas e da Bahia 180, e da Equinocial 23 graus e meio no trópico austral. É pôrto de mar e cidade não mui bem assentada em um monte, mas de muito bom prospecto ao mar, tem uma baía mui formosa e ampla, cheia pelo meio de muitas ilhas, não tão grandes como aprazíveis e é a mais airosa e emensa baía que há em todo o Brasil, tem um circuito de mais de 20 léguas e o pôrto é tão fundo que as naus mui grandes estão com a proa em terra de 14 braças... É terra de altíssimos montes e penedias e ao entrar da barra tem uma pedra mui larga ao modo de um pão-de-açúcar e assim se chama, e mais de 100 braças de alto, que é coisa admirável. Destas terras descem muitos rios caudais que se vêm despençar ao mar de duas e três léguas, e por estar debaixo do Trópico tem calores e frios quase tão rijos como em Portugal. O inverno é mui prazível e como a primavera na Europa, no verão chove muito e quase cada dia; é terra rica, abastada de gados e de fa-

rinhas e outros mantimentos, tem três engenhos de açúcar; achou-se, agora nela noz moscada e pau daquilo, não tão fino como a da Índia, mas de mui suave odor e em tão grande quantidade que fazem os navios dêle; é abundante de cedros e árvores de sândalos brancos mui finos; dão-se nela uvas, trigo e outras coisas de Portugal; de pescado é mui abundante e o clima é mui saudável.”⁴

E o Rio tornou-se mesmo “a Rainha das Províncias”, como dissera Estácio de Sá. É que as lutas pela posse do rio da Prata, tônica quase que constante no período colonial, entre portugueses e espanhóis, não se limitaram à região, “interessaram a todo o Brasil e mais de perto, à zona sul, a partir do Rio de Janeiro, principal base das operações que se travaram.”⁵

“No Rio de Janeiro está a força desta parte da América” afirmava o tenente general João Henrique Bohn, alemão contratado por Pombal para, sob a direção do Conde Lippe reorganizar militarmente o país.

Se as necessidades estratégicas exigiram a mudança da capital de Salvador para o Rio, juntaram-se a estas o fator econômico — o franco desenvolvimento das minas. Deslocara-se o eixo econômico do nordeste para o sul e coube ao Rio, alimentar com ouro e diamante das Minas Gerais, o fausto da corte portuguesa. O Rio de Janeiro foi a primeira capital do Brasil independente e nesta época foi visto assim pelo pintor inglês Robert Duford (1823): “A Cidade de S. Sebastião, correntemente chamada de Rio de Janeiro é a capital da província de seu nome e metrópole do Brasil... É no momento atual a cidade mais importante, populosa e comercial do Brasil. E talvez no Globo não exista outra que disponha de pôrto melhor situado para o comércio universal do que o seu. Reúne a conveniência de igual intercurso com a Europa, América, África, Índias Orientais e ilhas do mar do Sul... A baía que os aborígenes davam o nome de Nothero-Hy, o que significa água escondida

⁴ Refere-se à serra dos Órgãos.

⁵ “Aconteceu” Revista n.º 125 — p. 42.

⁶ J. B. Magalhães — “A defesa do Rio de Janeiro no século XVIII” — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — volume 200 — pp. 2 a 32.

⁷ “Iconografia Carioca” — Afonso E. de Taunay — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — vol. 203 — pp. 4 a 94.

é sob todo e qualquer ponto de vista um dos mais lindos recantos conhecidos e constitui a chave de todo o Sul do Reino. Quanto à capacidade e segurança garantidas a navios de todo e qualquer porte não existe alguma que lhe leve a palma... A população da cidade e seus subúrbios que antes da chegada da Côte não ultrapassava cinqüenta mil almas, agora segundo cálculos do autor inteligente⁸ se avalia em 135 000, assim distribuídos:

Portuguêses e brasileiros	25 000
Pretos	105 000
Estrangeiros	4 000
Ciganos	400
Índios, caboclos e mestiços ..	600
TOTAL	135 000

O Rio de Janeiro era ainda muito pequeno, pois a escritora inglesa Maria Graham⁹, dizendo que morava num subúrbio, o Catete, refere-se assim a Botafogo: "Seu encanto é realçado pelas numerosas e belas casas de campo que a circundam agora. Tôdas surgiram com a chegada da Côte, de Lisboa. Antes disso, êsse lugar encantador era habitado por alguns poucos pescadores ou ciganos, com, talvez, uma ou duas vilas em suas margens, junto aos pomares."

Mas o Rio foi aos poucos mudando suas feições, embora sob protestos, como êste publicado no "Jornal do Comércio" (edição da tarde de 20 de agosto de 1917), quando se cogitava da construção do Hotel Glória: "De fato, nenhum dos inúmeros sítios pitorescos desta linda terra sobreleva em importância decorativa aquela graciosa eminência, pendente da Glória, esta — *Deo gratias* — já aproveitada satisfatoriamente, em vista de sua menor importância, pela simpática igreja da mesma invocação, obra modesta, mas de feliz inspiração, bem apropriada ao local, de que é efetivamente remate e adorno, valendo-se da sua elegante e fiel expressão. A autoridade competente, digo a Prefeitura, deveria prestar particular atenção ao que ali se pretende fazer, intervindo até mesmo com o recurso violento e extremo da desapropriação, caso tanto seja mister, a fim de defender aquela jóia."

Vários jornais lamentaram o arrasamento do morro do Castelo, tão necessário para a cidade que se expandia. O jornal "A Noite" de 20 de agosto de 1920 diz: "O Sr. prefeito acaba de lançar excomunhão máxima ao

incompreendido e depreciado morro do Castelo". Pobre morro, lastimamos a tua sorte: Relegado ao abandono até o presente, ainda te querem eliminar a existência, no futuro!... Alegam mais os propugnadores da derrocada do Castelo, a carência de espaço, no centro comercial, já constringido nos limites atuais... Não, por Deus, suspendamos a mão sacrílega que ameaça esta preciosidade com que a natureza magnificente nos prendou! Leguemo-la aos nossos filhos tal qual no-la legaram os nossos maiores: aquêles, provavelmente mais cultos e capazes do que nós, saberão, apreciá-la no seu subido valor ornamental."

"A Noite" de 10 de abril de 1923, sugerindo planos para um novo bairro resultante do desmonte do Castelo afirma: "Perdemos o Castelo, trunfo poderoso nessa partida; está em xeque o Santo Antônio." Realmente, o morro de Santo Antônio não existe mais, coube à nossa geração destruí-lo e também modificar a feição da Guanabara, vista pelos primeiros viajantes, Anchieta, etc.

Mudaram também, em 1960, a feição política do Rio de Janeiro; oficialmente a cidade não é mais o centro administrativo do país; é hoje a capital do estado da Guanabara.

d) Rio × Brasília

A primeira Constituição republicana falava na transferência da capital para o interior, embora atribua a idéia inicial a José Bonifácio, que assim pensava por questões estratégicas.

Combatendo a situação marítima das capitais, diz o Visconde de Pôrto Seguro:¹⁰

"A nossa terminante afirmativa parecerá por certo ao leitor mais fundamentada, quando se der ao trabalho de percorrer conosco o catálogo das nações da Europa e da América, e fizer o reparo de como as maiores delas, e ainda as mais consideradas como primeiras potências marítimas, não têm suas capitais junto ao mar, como se a política ou o instinto da própria defesa lhes dissesse que estavam como estão, assim mais seguras... Na Eu-

⁸ No original inglês, lê-se: very intelligent author.

⁹ Marcelo Ipanema — "O 1.º Reinado" — Revista "O Cruzeiro" (7-11-1964) — p. 78.

¹⁰ João Barbalho — "Constituição Federal Brasileira" — p. 14.

ropa que digam Copenhague, Lisboa, Nápoles e a mesma Constantinópolis, se é agradável o simples cheiro dos morrões acesos, e se a vista de uma deliciosa baía e dos navios que entram e saem compensa ao homem político essas crises, em que uma nação inteira sofre um vexame, que vai à história, só porque a situação da capital e o respeito que esta teve ao imponente bombardeio obrigaram o governo a capitular."

Hoje, porém, os tempos são outros, pois são outras as técnicas de guerra. Em questão de defesa, tanto vale estar a capital no interior como no litoral, o perigo que corre é o mesmo.

Mais interessantes, à meu ver, são os fatores que devem influir na localização de uma capital são as ponderações de Cavour, o artífice da unidade italiana. Em discurso pronunciado em março de 1861 defendia os direitos de Roma para ser a capital da Itália: "A questão da capital não se resolve, Senhores, por motivos de clima, de topografia ou mesmo por motivos estratégicos; se estas razões tivessem podido influir sobre a escolha da capital, Londres não seria certamente a capital da Grã-Bretanha e Paris não seria certamente a capital da França. A escolha da capital é determinada por grandes razões morais. É o sentimento dos povos que decide as questões que a isto dizem respeito. Para Roma, Senhores, afluíram todas as circunstâncias históricas, intelectuais e morais que devem determinar as condições da capital de um Grande Estado. Roma é a única cidade da Itália que não tem recordações exclusivamente municipais. Toda a história de Roma, da época dos Césares até hoje, é a história de uma cidade cuja importância se estende infinitamente além de seu território, de uma cidade destinada, por conseguinte, a ser capital de um Grande Estado."

Relegando as razões estratégicas, alega Cavour, razões históricas para a localização da capital da Itália em Roma. Também a capital da Índia foi levada da cidade costeira de Calcutá para Deli, no interior, primeiramente por motivos sentimentais e históricos, depois para aproveitar o clima menos úmido. Por questões sociais, Washington tornou-se capital dos Estados Unidos, por estar na linha demarcadora, entre as fronteiras do norte e sul dos estados primitivos ou seja, a 80 km da linha Mason e Dixon, limite entre as zonas escravagista e de trabalho li-

vre; hoje tal função não tem mais valor, pois o crescimento do território deu à capital dos Estados Unidos uma posição muito excêntrica, tanto geográfica como demograficamente. Fato idêntico caracteriza Berna, capital da Suíça, na zona fronteiriça, entre populações de língua alemã e francesa.

Moscou, núcleo geo-histórico da Rússia cedeu por algum tempo seu papel a S. Petersburgo, quando se cogitava de expandir o território em direção ao Báltico. Entretanto diz J. O. de Meira Pena:¹¹

"A janela aberta sobre a Europa romperia o isolamento, apressaria e garantiria a europeização da Rússia mas, simultaneamente, violava, porventura, um dos elementos básicos na função geográfica da capital: — a função da unificação."

Diz Renato Mendonça¹² que a "relação de povoamento entre a capital e o Estado fornece uma proporção maior para a capital natural do que para a capital artificial", pois ao contrário da outra "a capital artificial procura um terreno novo nem sempre dos mais favoráveis". Definindo a capital artificial diz Vallaux, em "La Géographie de l'Historie", que ela nasce na Carta e "é em seguida transportada sobre o terreno a golpe de vontade, de esforços e de milhões."

No Brasil, a posição central procurada pela capital artificial, nunca se relacionou com o centro geométrico do território estadual, mas sim com o centro das grandes massas de povoamento; Belo Horizonte é o resultado de uma centralização administrativa.

Hoje, apesar de estarmos francamente na idade aérea, não decresceu, muito ao contrário, a importância do oceano como via de comércio e expansão. Assim sendo, as capitais interiorizadas procuram remediar-se com um porto marítimo; países da América espanhola oferecem exemplos patentes. Moscou procurou os mares, através de canais e vias naturais navegáveis, estando hoje ligada ao Cáspio, ao Mar Negro, ao Báltico e Glacial Ártico.¹³

Diz ainda Renato Mendonça que o objetivo duplo da capital é o de fiscalizar as relações externas e internas e que, "o equilíbrio entre a centralização e a internacionalização que a capital

¹¹ "Quando mudam as capitais" — p. 189.

¹² Jornal do Comércio — 26 de maio de 1935.

¹³ Vide: "Geographie du monde contemporain" — V. Prevot — p. 166.

estabelece, se rompe e, pelo predomínio de um fator sobre o outro, temos as duas alternativas: a capital artificial e a capital excêntrica.”

É o que se passa hoje no Brasil, pois dizem os adeptos da mudança da capital para Brasília, que ela surgiu da necessidade de se levar um pouco da civilização ao interior. Mas este interior é ainda bastante despovoado e, Brasília só será centro administrativo de fato, quando conseguir controlar o

pulso da nação, pois toda capital para ter direito ao título, deve “situar-se a uma distância das fronteiras críticas, conveniente, para evitar concomitantemente as surpresas desagradáveis”: Enquanto isso não se der, o Rio terá a dupla função, de capital do estado da Guanabara e centro político do país, onde são tomadas as grandes decisões e para onde voam constantemente o chefe da Nação e componentes do Congresso.

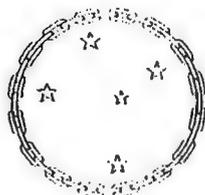
Oceano Índico: regionalização e globalização

Therezinha de Castro

Reprodução autorizada pelo Brigadeiro Delano Teixeira Menezes, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra - ESG.

CASTRO, Therezinha de. *Oceano Índico: regionalização e globalização*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997. (Leitura selecionada, 822/97).

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

**LS 822/97
DAInt**

**OCEANO ÍNDICO: REGIONALIZAÇÃO E
GLOBALIZAÇÃO**

Profª Therezinha de Castro

**Trabalho elaborado pela Professora
Therezinha de Castro**

Os textos de Leitura Seleccionada, de carácter doutrinário, teórico ou conjuntural, destinados à distribuição interna, às vezes discordantes entre si, visam a trazer novos subsídios aos estudos que aqui se realizam e expressam opiniões dos respectivos autores, não, necessariamente, as da ESG.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	7
2 - PERÍODO DE CONQUISTAS.....	8
3 - FASE DAS CONCORRÊNCIAS.....	9
4 - DESPERTAR GEOPOLÍTICO.....	11
5 - CONCLUSÃO.....	15
BIBLIOGRAFIA.....	19
ANEXO 1.....	20
MAPA 1.....	21
MAPA 2.....	22
MAPA 3.....	23

OCEANO ÍNDICO: GLOBALIZAÇÃO

1 - INTRODUÇÃO

Costuma-se dizer que o Mediterrâneo foi o oceano do passado e o Atlântico, o do presente; O. W. Freiman garante que, será do Pacífico, o futuro... e o Índico, onde enquadrá-lo?

Antigo **Mar das Índias**, situa-se entre a Ásia e África, **amplamente aberto** no setor meridional para as águas antárticas, caracterizando-se no norte pela **intra-continentalidade**. Essa última característica valeu-lhe, entre os antigos, a idéia de nada mais ser do que um **vasto golfo do Oceano Austral**.

Se considerarmos como existentes os Glaciais Ártico e Antártico ou, aceitarmos, como alguns geógrafos, apenas três oceanos distintos — Pacífico, Atlântico e Índico, este último, **o menor de todos**, fica reduzido no primeiro caso, de acordo Vallouax, a uma área de 42.379.000 km² atingindo, no segundo 75.000.000 km².

Enquanto o Atlântico apresenta-se com a forma de um “s” e o Pacífico vagamente circular, o Índico evoca a **imagem de um “w” invertido**, ou de **imenso golfo com dois braços** — o Mar de Oman e o Golfo de Bengala separados pela Península Indiana.

Enquanto o Pacífico/Atlântico se abrem para os pólos, o Índico o faz unicamente para a Antártica, o que lhe concede **um regime de ventos muito especial favorável a navegação**. Trata-se da **monção**, do árabe “mawsim” — significando originalmente mercado — fenômeno essencialmente sazonal, produzido em período fixos.

Existem assim duas monções distintas: a que sopra do Índico para a África Oriental, de outubro a abril, e a do Sudeste ou do verão seguindo na direção oposta de junho a setembro.

Geralmente benfazejas, as monções conseguem, por vezes, causar desastres como inundações na Índia; quando de sua inversão, enquanto uma monção sucede a outra, provocam violentos ciclones no Mar de Oman e Golfo de Bengala.

No seu setor equatorial o Índico é percorrido pelos **alísios e contra alísios**. Estes últimos, no hemisfério sul causam ciclones e tempestades nas imediações de Madagascar, onde Bartolomeu Dias regressando da viagem de posse oficial do Brasil (1500) encontrou a morte. Já os alísios soprando ao norte

do equador são mais favoráveis à navegação, sendo por isso, chamados de “ventos do comércio”.

A despeito de tudo, o Índico é o mais clemente de todos os oceanos e, para os navegadores, seu verdadeiro centro foi sempre a Índia que, por se constituir no eldorado dava, no plural — Índias — o próprio topônimo a toda a Ásia, no período que antecedeu as conquistas oceânicas das grandes navegações.

2 - PERÍODO DE CONQUISTAS

Antes da chegada dos portugueses, os árabes eram, na prática, os donos absolutos do comércio na parte ocidental do Índico. Mantinham contacto com os chineses e malásios, que não os impediam de manter entrepostos de especiarias no Estreito de Málaca, e até penetrar nos mares da Insulíndia, já no Pacífico.

Justificando-se assim, ter sido Ahmad Ibn-Madjid, natural da cidade de Djulgar, em Oman, o célebre piloto árabe que guiou Vasco da Gama, em 1498, de Melinde a Calicut, experiente que era desde a adolescência a cortar o Índico em todas as direções.

A caravela que La Varende classificou como “o pequeno navio-rei do século XV”, propiciou aos portugueses a conquista do Índico, onde tiveram que enfrentar sérios conflitos com a pirataria e, em consequência, elaborar uma estratégia para assegurar posições-chave nessas águas. Estratégia que levaria os portugueses chegando a Índia, expulsarem de lá os árabes para substituí-los no domínio do Índico e de todo o comércio oriental. A ação planejada por Afonso de Albuquerque, em autêntica visão oceanopolítica, que começou com a implantação de Goa e assinaturas de Tratados com soberanos estabelecidos em áreas importantes para o comércio.

As posteriores lutas contra hindus e turcos otomanos não impediram que os portugueses se estabelecessem em Goa/Diu/Damão/Salsette/Basein/Chaul/Bombaim e Ilha de Ceilão. Nessa ilha, com 65.610 km² que aponta para a Índia, Colombo com Goa de um lado e Málaca do outro, iria se constituir no dispositivo essencial português no Índico.

Na ocupação de pontos estratégicos se incluíram — a Passagem do Cabo, e, na “Contra-Costa”, ou seja, na África Oriental, onde a situação portuguesa foi sobremodo precária pela presença maciça dos árabes, Moçambique seria o principal ponto de apoio. Na famosa “Costa dos Piratas”

do Mar de Oman se fortificaram no **Estreito de Ormuz**. No Extremo Oriente fora do Índico, já na área do Pacífico que em Tordezilhas (1494) dividiam com os espanhóis, ocuparam: ilhas da Insulíndia entre as quais o **leste de Timor**, no continente **Cantão e Macau** e no maior extremo, as **Molucas**, talvez o mais rico empório de especiarias da zona.

Foi a fase áurea do **período comercial português**, em aparato de implantação de **poder naval com base no Oriente em colonização oficial essencialmente periférica**, que se estendeu de 1498 até 1549. Durante todo esse período já na posse oficial dos portugueses desde 1500, o **Brasil** seria precariamente mantido pela **colonização particular das Capitánias Hereditárias**.

A fundação de Salvador (1549) e conseqüente criação do Estado do Brasil Unido ao Reino de Portugal e Algarve, mudando os paradigmas portugueses — de comerciantes em agricultores — assinala o início do revés desse povo no Índico.

Concluimos, pois com Virgílio de Carvalho de que — “nomeadamente Portugal foi quem descobriu e utilizou em primeiro lugar a importância estratégica dos **Choke Points** (regiões de convergência obrigatória de rotas oceânicas), em cujo controle o genial Afonso de Albuquerque alicerçou o império ultramarino português, e que os Estados europeus, que séculos depois lhe copiaram a estratégia, utilizaram para fim idêntico”.

3 - FASE DAS CONCORRÊNCIAS

O monopólio português no Índico deixaria de ser mantido à partir de meados do século XVI, no momento em que esse espaço oceânico, elo de ligação Europa/Ásia, entrava na mira dos mercadores de Antuérpia e Amsterdam, bem como nos planos dos governos de Paris e Londres.

Era o ocaso da Bipolaridade Espanha/Portugal e advento da fase transitória da Multipolaridade Holanda/França/Inglaterra, que teria, além das Américas, também o Índico como uma das arenas.

A **tática holandesa** iniciada em 1597 contra pontos de apoio portugueses, seria em **geoestratégia inversa** ou seja, em vez da Índia, a **Indonésia**, centro ativo do comércio das especiarias; em 1602 se estabeleciam em **Bantan** na Ilha de Java, ocupavam **Málaca** (1641), o Ceilão (1658) e só então fechavam o circuito no **Cabo** (1668).

Os franceses, como os espanhóis bem mais afeitos ao Poder Terrestre, haviam constituído, desde 1642 a Sociedade do Oriente ou de Madagascar; mas só em 1668 instalavam em Surate, na Índia, a sua primeira feitoria. Nessa mesma Índia onde no mesmo ano se impunha o dualismo anglo-francês com a ocupação de Bombaim pelos ingleses.

O Congresso de Viena (1815) marca o início da talassocracia da Inglaterra no Índico que, do Cabo/Índia/Ceilão atingia a Austrália. Destaca-se então a conquista da Índia¹ como acontecimento inédito, já que, pela primeira vez, uma nação europeia conseguia subjugar por completo, um grande Estado asiático.

Estava decretado o fim do monopólio, desapareciam as companhias de comércio, enquanto se impunha a nova burguesia da revolução industrial substituindo a burguesia mercantil. As feitorias instaladas para o comércio das especiarias vão sendo substituídas por colônias de povoamento com destaque entre essas, nos dois extremos do Índico — para a África do Sul e Austrália.

Entrava-se na era da navegação a vapor e, a primeira travessia do Índico pelo “Enterprise” em 1825 levou, via passagem do Cabo — entre Falmouth e Calcutá — 113 dias.

A abertura dos portos chineses ao comércio estrangeiro e a entrada no mesmo dos Estados Unidos, põe em ação a utilização dos clippers propiciando efetuar o trajeto ainda mais longo entre Inglaterra e Austrália via passagem do Cabo, no tempo record de 70 a 65 dias.

A descoberta do ouro na Califórnia (1848) levava os Estados Unidos a darem maior preferência a rota do Pacífico via Cabo Hornos. Ao mesmo tempo em que o advento das ferrovias trans-continentais uniam América do Norte/Europa/Ásia num enlace Atlântico/Pacífico e vice versa, a longa navegação pelo sul via Passagem do Cabo ou Cabo Hornos iria ser contornada pela abertura de dois canais artificiais Suez (1869) e Panamá (1914).

A abertura de Suez seria acontecimento de valor considerável na História do Índico:

1º - Impondo em definitivo o termo Oriente Médio, dando-lhe, em seguida, lugar no âmbito das Relações Internacionais quando o petróleo suplantou o uso do carvão.

2º - Implantando um novo colonialismo europeu, onde a África/Ásia são envolvidas pelo expansionismo também germano-italiano.

¹ Muito embora tenham os portugueses mantido Goa/Diu/Damão e os franceses Pondcherry/Karikal/Chandernagor/Mahé/Yanaon, em 1877 a Rainha Vitória tomava o título de Imperatriz das Índias.

3º Concedendo acesso a esse oceano duas opções, a do Cabo e Suez destacando não só os estabelecimentos portuários do oriente, mas também as escalas secundárias africanas de East London, Port Elisabeth, Durban, Lourenço Marques, Beira, Dar-es-Salaam, Mombaça, Djibuti, Tamatave e Diego Suarez.

Era, em conjunto, dentro do enfoque geopolítico, a **integração da área circunscrita no Índico desde o Trópico de Câncer ao de Capricórnio dentro do contexto europeu**. O que levaria René Grousset a indagar: “Os europeus que atualmente dominam, controlam ou contém 870 milhões de asiáticos e muçulmanos africanos, conservarão sobre eles, ainda por muito tempo, a sua hegemonia?”

4 - DESPERTAR GEOPOLÍTICO

No período de entre-guerras quando Grousset fazia sua indagação nessa área do Índico, entre Câncer/Capricórnio já começara a se impor a **antítese Oriente/Ocidente**.

Em 1922 havia terminado o protetorado inglês no Egito... logo após o término da Segunda Guerra Mundial ficavam independentes a Indonésia (1945), a Índia e o Paquistão (1947), o Ceilão e a Birmânia (1948), enquanto a China se tornava comunista (1949).

Retiravam-se as metrópoles européias e, no seu despertar geopolítico o **Índico era incluído no contexto da Guerra Fria**, para se transformar no tabuleiro de jogo de xadrez da nova Bipolaridade Estados Unidos/União Soviética.

Os 29 governos afro-asiáticos que se encontravam em Bandung (1955), na Indonésia, mostravam a **mudança que se operava no mundo ainda colonizado**. Antes da Primeira Guerra Mundial só existiam oito Estados soberanos na África/Ásia e, dentre esses, apenas o Japão era visto seriamente como uma potência. No mundo afro-asiático, incluindo-se os domínios árabes do Império Otomano que se desmoronou em 1918, predominavam regimes ou influências de países da Europa, dos Estados Unidos e da Rússia.

Bandung pregava o **não-alinhamento e anti-colonialismo** e reações contra a conclusão da OTASE (Organização dos Tratados da Ásia e Sudeste

Asiático)², instrumento de defesa coletiva conta a expansão comunista, imitando a OTAN.

Assim, a **Conferência Afro-Asiática de Bandung**, espécie de “Santa Aliança Oriental” procurou unir o **Índico de Câncer** a fim de eliminar os últimos vestígios do colonialismo europeu dentro dos princípios do “Panch Shila”, ou seja, os cinco tópicos “sagrados” da coexistência pacífica. Mas deixava o **Índico de Capricórnio** para mais tarde, com a descolonização prematura imposta pelos Estados Unidos e União Soviética.

A partir de 1990 se desfazia o Eixo Leste/Oeste dinamizado pela Bipolaridade entre o Kremlin e o Pentágono. Começam a se implantar os **Eixos Norte/Sul** na Multipolaridade de Blocos Econômicos centrados em três Estados Diretores — Estados Unidos/Alemanha/Japão.

E, nessa nova fase **Multipolar** das concorrências e **Globalização** procura se contrapor ou atenuar um esboço de **Regionalização**, que em 1951, preconizava o geógrafo inglês W. Kirk, para os países do Índico numa autêntica **comunidade oceânica**, em vista da complementaridade entre os **Mundos de Câncer e Capricórnio**.

O regionalismo no Índico procura tomar nova forma na Conferência realizada em março de 1995 na **Ilha Maurícia** que recebeu o nome de — **Indian Ocean Rim Initiative International Meeting of Experts**, da qual participaram a Austrália, Índia, Indonésia, Filipinas, Malásia, Singapura, Tailândia, Brunei e Vietnã³.

Esse movimento de aproximação dentro dos moldes de cooperação internacional e segurança coletiva idealizado após a Guerra do Golfo, lembra, sobretudo, o ZCPAS (Zona de Cooperação e Paz no Atlântico Sul) organizado em seguida a Guerra das Malvinas (vide LS Atlântico Sul: Geopolítica e Geostratégia).

Na primeira reunião da Ilha Maurícia os representantes dos **7 Estados** destacaram entre seus objetivos principais:

1º Da existência de uma **História comum** envolvida por interesses comerciais e econômicos que extrapolou o escalão regional para se envolver no mundial.

2º O de buscar numa cooperação, utilizar melhor seu **potencial humano**, valorizando a **exploração dos recursos naturais do Índico**.

² Reunindo França/Inglaterra/Austrália, Nova Zelândia, Filipinas/Paquistão/Tailândia.

³ Destacando-se que no grupo Brunei, Filipinas e Vietnã não são países do Índico.

3º De ter sempre por base o respeito a **soberania dos Estados**, sua integridade territorial, não intervenção em questões internas e coexistência pacífica.

4º Não abrir mão das **relações bilaterais ou multinacionais**, estendendo o fórum a todos os Estados ribeirinhos.

Criava-se então um grupo de trabalho para lançar as bases de um órgão permanente — o **Indian Rim Business Forum**.

Para a **Austrália**, o Oceano Índico foi sempre mais presente no contexto geoestratégico associado a segurança e desenvolvimento de seu comércio em face de tráfico marítimo bem mais ativo que o do Pacífico. Daí a escolha da cidade australiana de **Perth**, para sede da 2ª reunião em junho de 1995 na qual, já 23 países⁴ compoem o IFIOR (International Forum on Indian Ocean Region), organizavam uma lista de 26 **Organizações afeitas ao projeto Índico**.

A Austrália tem como meta principal a criação do **Economic Working Group** para maior dinamização da cooperação entre os países ribeirinhos do Índico, propondo-se a instalar o **New Indian Ocean Center**, em Perth, para que seu governo possa prosseguir com o diálogo na região.

A terceira conferência realizada em dezembro de 1995 em Nova Deli recebeu o título de **The First Regional Conference of the Indian Ocean Research Network**. Entre as medidas acordadas se destacou: a de se proceder a um **zoneamento econômico do Índico** para melhor facilitar os contactos na área; e a de se estudar as **tomadas de decisões conjuntas** em face os Blocos Econômicos mundiais para sua melhor aplicação entre os países do Índico.

No contexto geral essas três conferências preliminares fixaram objetivos bem ambiciosos que contaram com o apoio dos **três importantes países envolvidos na geoestratégia triangular do Índico** — a **Índia**, a **África do Sul** e a **Austrália**.

— A **Índia** no vértice da espinha dorsal oceânica, envolvida pelas reentrâncias do Mar de Oman e Golfo de Bengala é a 7ª potência naval do Mundo. Seu comércio se realiza em cerca de 90% pelo mar e, sua Marinha Mercante é, após a da China, das mais ativas no antigo Terceiro Mundo. Ocupa o **epicentro do setor continental envolvido no Trópico de Câncer** onde habita ¼ da humanidade.

— A bioceânica **África do Sul** no ângulo ocidental da base do triângulo geoestratégico, comanda a preciosa rota da **Passagem do Cabo**; daí haver sido o

⁴ Austrália, Bahrein, Bangladesh, Índia, Indonésia, Iran, Quênia, Kuwait, Madagascar, Malásia, Maldivas, Maurícia, Moçambique, Oman, Paquistão, Arábia Saudita, Seychelles, África do Sul, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Emirados Árabes Unidos e Iemen.

bastião dos ocidentais durante a Guerra Fria, também como detentora de **grandes reservas mundiais de produtos estratégicos** — platina (80,8%), manganês (70,8%, ouro (53,5%), vanádio (47,1%), cromo (46,4%) e urânio (16%).

— Divide a longa esteira oceânica com a bioceânica **Austrália**, dominando o ângulo oriental da base do triângulo geoestratégico. Bem mais **voltada para o Índico** do que para o Pacífico participa ativamente da circulação marítima dentro do contexto transoceânico. Destacando-se ainda, na geopolítica do Índico, por controlar as **Ilhas Côco**⁵ na rota do petróleo proveniente do Golfo.

— As **rotas oceânicas** do Índico não apresentam obstáculos entre o triângulo geoestratégico formado pela **África do Sul/Índia/Austrália**. No entanto, contrasta com a **ampla Passagem do Cabo** tendo de um lado a Antártica, e de outro a **África do Sul** servida pelas **Cidades do Cabo** (Atlântico) e **Porto Elizabeth** (Índico), os Estreitos que mantêm a comunicação bem mais controlada para o Pacífico.

Nesse setor oriental o posicionamento do **Estado-Ilha de Singapura** é caminho direto e mais rápido para o sudeste asiático entre o Índico/Pacífico, no controle do **Estreito de Málaca** com 15 km de largura. Mas, de menor profundidade que o mais meridional **Estreito de Sonda** (150 a 1.500 metros), no Arquipélago do mesmo nome pertencente a **Indonésia e Ombok**.

O grande fluxo petrolífero e a instabilidade dos países ribeirinhos, transformaram o Índico num “**punctun dolens**”. Cabendo assim a **Convenção de Montego Bay** na Jamáica regulamentar o **estatuto jurídico dos estreitos** pondo-os sob regime de precaução, atingindo, como **passagens de trânsito estratégicas** - Bab-el-Mandeb, Ormuz e Málaca.

— Comunicando o Mar Vermelho com o Índico, **Bab-el-Mandeb** tem, entre a **África e Península Arábica**, 25 km de largura. A navegação aí é difícil, quer pelas correntes violentas ou recifes, significando seu topônimo árabe “**porta do inferno**”. Conquistado pelos muçulmanos, como porta de acesso às cidades sagradas do islam, esteve, por muito tempo fechado as navegações; seu desenvolvimento está ligado a **abertura do Canal de Suez** em 1869, quando os ingleses já controlavam Aden (1839) e os franceses se posicionavam em Djibuti (1862)

— Ligando o golfo Pérsico ao Mar de Oman formado pelo Índico, é por **Ormuz** que transita o grosso da **produção petrolífera mundial**. Com aproximadamente 60 km de largura foi, no passado, escala da rota para as Índias.

⁵ Propriedade particular da família Clunies-Roses.

— Braço de mar no sudeste asiático entre a Ilha de Sumatra e a península do mesmo nome, Málaca com 780 km de extensão é das passagens de **mais densa navegação do Mundo**. É por aí que a Europa/Índia se intercomunicam com a Austrália/Extremo Oriente, não se podendo desprezar a **passagem de Sonda**⁶ e mais ao sul Ombok em águas indonésias. Rota mais curta entre o Índico/Pacífico, a importância geoestratégica de Málaca levou os portugueses a comandá-lo à partir de 1511, sendo substituído pelos holandeses (1641) e ingleses (1819). Sua importância redundou no estabelecimento do **mosaico étnico maláio/chinês/indú**, bem como na **diversidade geopolítica** do atual **tríduo estatal Federação Maláia/Singapura/ Indonésia**.

Embora a Carta das Nações Unidas em seu artigo 51 determine que cada país tem o direito natural de legítima defesa individual ou coletiva, não há, no contexto do Índico um Tratado ou Acordo voltado para a geoestratégia regional, nesse oceano de passagem.

Entre os **Organismos concernentes à segurança** podem ser destacados: o ANZUS (Estados Unidos/Austrália/Nova Zelândia); o Five Power Defense Arrangement (Inglaterra/Austrália/Nova Zelândia/Malásia/Singapura); o Conselho Regional dos Países do Golfo (Arábia Saudita/Kuweit/Emirados Árabes Unidos, Bahrein/Oman/Katar), etc.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático ou ASEAN (Brunei/Filipinas/Singapura/Malásia/Indonésia) embora criada para formar, até o ano 2.008, uma zona de livre comércio, pode vir a instituir um quadro de cooperação militar entre seus membros.

Sem poder manter no Índico sua própria presença militar, os países ribeirinhos terão que contar com os Estados Unidos interessados na paz local, como bem ficou demonstrado na Guerra do Golfo.

5 - CONCLUSÃO

O Índico se caracteriza em seu aspecto geral como um oceano largo no seu setor meridional mas que, acima do equador penetra em profundidade nas fímbrias continentais.

⁶ A distância do Golfo Pérsico ao Japão por Málaca é de 6.500 milhas e por Sonda é de 7.500 milhas.

No setor leste apresenta **grandes profundidades** assemelhando-se ao Pacífico. Mas é no oeste que reúne maior número de ilhas e arquipélagos que das Comores chega as Seychelles descendo para as Maldivas e Maurícia. Em extremos opostos **Diego Garcia** posicionada no setor central e **Socotra**, guardando o Golfo Pérsico e Mar Vermelho tiveram papéis geoestratégicos no contexto da Guerra Fria; a primeira como base dos Estados Unidos e a segunda abrigando a frota soviética.

Principal ilha do **Arquipélago de Chagos**, pouco frequentado pelos navegadores da era moderna, **Diego Garcia** foi ocupada em 1810 pela Inglaterra. Destacada em 1965 do Arquipélago de Maurício, em face da “Guerra Fria” a ilha foi transformada num “glaci defensivo”; armazenando material bélico pesado para rápida intervenção no Oriente Médio foi, em 1990 utilizada como base de ataque contra o Iraque. Por sua vez, **Socotra** foi ponto de escala na rota para as Índias, ocupada em 1507 por Afonso de Albuquerque. Anexada pelos ingleses no século XIX, pertence hoje ao Iemen que, durante a “Guerra Fria” atraído pela União Soviética concedeu-a para ponto de apoio da esquadra soviética.

O Índico é autêntico **cruzamento marítimo** entre o Atlântico/Mediterrâneo/Pacífico, guardando o **núcleo petrolífero do Oriente Médio** que abastece o Mundo Ocidental. Núcleo bastante instável — quer pelo problema da coexistência entre Israel e Países Árabes, quer por **ajustes de fronteiras** ainda por se fazerem que além do separatismo curdo em território na trijunção Iran/Iraque/Turquia, ocasionou dois grandes conflitos, o da **Guerra Iran/Iraque (1980-88)** e o da **Guerra do Golfo (1990-91)**.

A **instabilidade** é generalizada nas ribeiras do Índico, afetando por vezes o equilíbrio geoestratégico mundial. Envolve a **Índia/Paquistão** disputando o **Cachemir**, atinge a **Cornucópia Africana**, onde se desentendem afars e issas no Djibuti, enquanto a **Etiópia/Sudão** procuram englobar o **Deserto de Ogaden**. E no **Sri Lanka**, onde o governo anda às voltas com o separatismo dos **Sikhs**, conseguiram no norte da península se unir, voluntariamente, a **Índia e o Sikim** em 1975.

Dez anos depois, na **Reunião de Dacca** procurava-se formar a **União Sul Asiática** entre o Bangladesh/Butan/Nepal/Maldivas/Paquistão/Índia/Sri Lanka.

Mesmo em se tratando do desejo de regionalização na base da cooperação mútua para se atingirem metas políticas e estratégicas nas **três Conferências realizadas em 1995**, o futuro do Índico é bastante incerto.

Tendo em vista o efeito que a **revolução tecnológica** vem exercendo no âmbito das Relações Internacionais, os **espaços geográficos passaram a viver sob o signo das interferências e interdependências**.

Com a implantação dos Blocos de Mercado com tentativas da **unificação de campos geopolíticos**, o fenômeno da **globalização** reativa a ideologia clássica do **Liberalismo**, num cenário de países que se envolvem em dois mundos opostos. O “Norte” reunindo a industrialização detentora de tecnologia procurando impor o **neocolonialismo** ao “Sul” que, “barbarizado” se vê condenado a **mendicância cultural** visto que a adaptação a essa “Nova Ordem Mundial” traz no seu bojo, na maioria das vezes, a **desorganização de sua economia**. Daí o paliativo da **Regionalização** frente a **Globalização**

É nesse “Sul” que se concentra 80% da população da Terra, onde Estados desestabilizados são conduzidos a **implosão ou explosão de suas sociedades**. Indica assim a História dos últimos anos que **90% dos conflitos são de origem interna** — caracterizadamente sociais, nacionalistas, étnicos democráticos e fundamentalistas.

Justificando-se a vontade que vem se esboçando no Índico de uma **Regionalização que possa vir, pelo menos, a amenizar a Globalização** se impondo num sistema internacional anárquico.

E nesse contexto a Demopolítica transforma-se na biologia das nações, permitindo aquilatar a integração ou desintegração de uma sociedade através do que se pode convencionar chamar de **aritmética geopolítica**. E é através dela que se vem registrando um recuo potencial do “Norte” e um crescimento substancial do “Sul”.

É na **aritmética geopolítica do Índico** que se somam os 40 milhões de **chineses** vivendo fora de suas fronteiras políticas exercendo, por vezes posições chave em países da área, a começar pela Indonésia que foi ponto cobiçado pelos antigos colonizadores europeus. São, pois, considerados os “judeus do Oriente” podendo exercer nas ribeiras deste oceano influência decisiva no futuro da Grande China.

Esse Oriente, no qual se insere o Índico como ponto de passagem para o Ocidente, abriga **variadas religiões** — confucionismo, tavismo, budismo, hinduismo, sikhismo, zoroastrismo e islamismo. Notando-se entre todas que o **islamismo** não é tão somente uma religião e sim uma civilização que já se faz notar não só por seu **processo migratório para o Mundo Ocidental**, bem como pelo estágio político-radical do **fundamentalismo**.

E nesse quadro geopolítico é provável que a **idéia de bloquear todo e qualquer acesso ao Índico** virá desencadear um processo de conseqüências internacionais pois esse oceano, embora o menor de todos, mas girando na órbita do “Sul”, tem papel preponderante no âmbito das **Relações Internacionais**.

Contrastando com os outros dois oceanos, o Índico não possui em suas ribeiras **nenhuma grande zona de desenvolvimento econômico e nenhum país**

de povoamento branco⁷. Assim, no seu conjunto manteve as identidades nacionais, visto que a ocidentalização colonial não chegou, em profundidade, a abalar-lhe as estruturas coloniais.

Por outro lado, é forçoso concluir que, na cronologia de seu processo histórico, no Índico, o Nacionalismo conseguiu vencer o Colonialismo impondo o despertar geopolítico no período que se seguiu a Segunda Guerra Mundial. Passado o período de expectativa e divisionismo imposto pela Bipolaridade Leste/Oeste desfeita em 1990, na fase Multipolar de Globalização dos Eixos Norte/Sul, começa a se delinear, embora muito timidamente, o Regionalismo no espaço geopolítico do Índico.

Nov/96

⁷ A não ser, em parte a Austrália de um lado e a minoria da República da África do Sul, do outro.

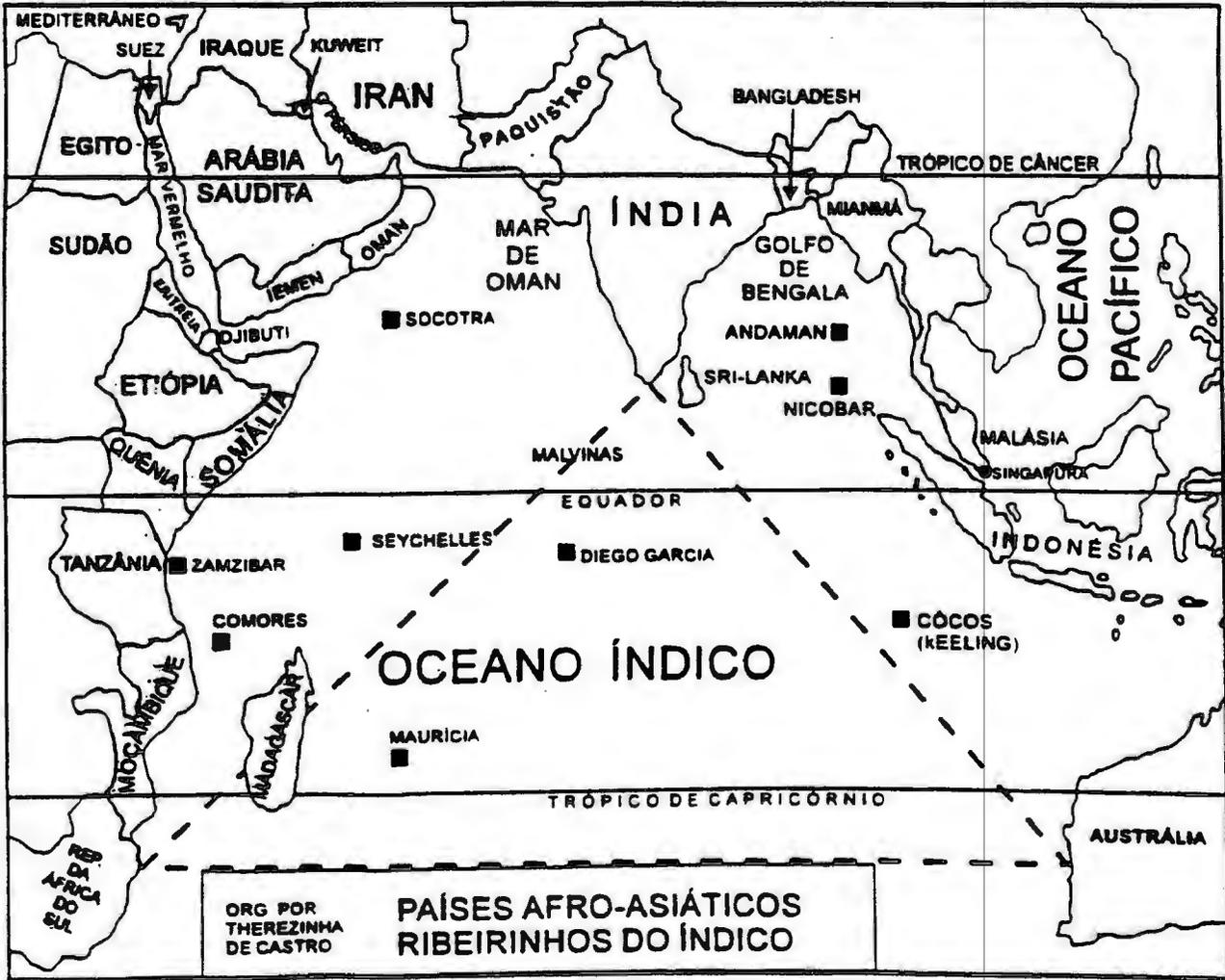
BIBLIOGRAFIA

- BONNEFOUS, Marc. *L'Océan Indien, Océan du Sud*. Defense Nationale. Decembre: Paris, 1996.
- CARVALHO, Virgílio. *História Estratégica do Fim do Ultramar Português. Separata das Actas do IV Coloquio - A História Militar de Portugal no Século XIX*: Lisboa, 1993.
- COSTA BROCHADO. *O Piloto Árabe de Vasco da Gama*. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique: Lisboa, 1959.
- FREEMAN, O. W. *Geography of the Pacific*: Londres, 1951.
- GROUSSET, René. *Le Réveil de l'Asie*: Paris, 1924.
- KIRK, W. *Indian Ocean Community*. Scottish Geographical Magazine. Volume 67-Ano 1951.
- LA VARENDE, J. de. *La Navigation Sentimentale*: Paris, 1954.
- LABROUSSE, Henri. *Océan Indien: Coopération Internationale et Sécurité Collective*. Défense Nationale. Juillet: Paris, 1996.
- TOUSSAINT, Auguste. *Historie de l'Océan Indien*. Presses Universitaires de France: Paris, 1961.
- VALLAUX, Camille. *Géographie Générale des Mers*. Librairie Félix Alcan: Paris, 1933.
- VIGARIÉ, André. *Géostratégie des Océans*, Paradigme. Caen, 1990.

ANEXO 1

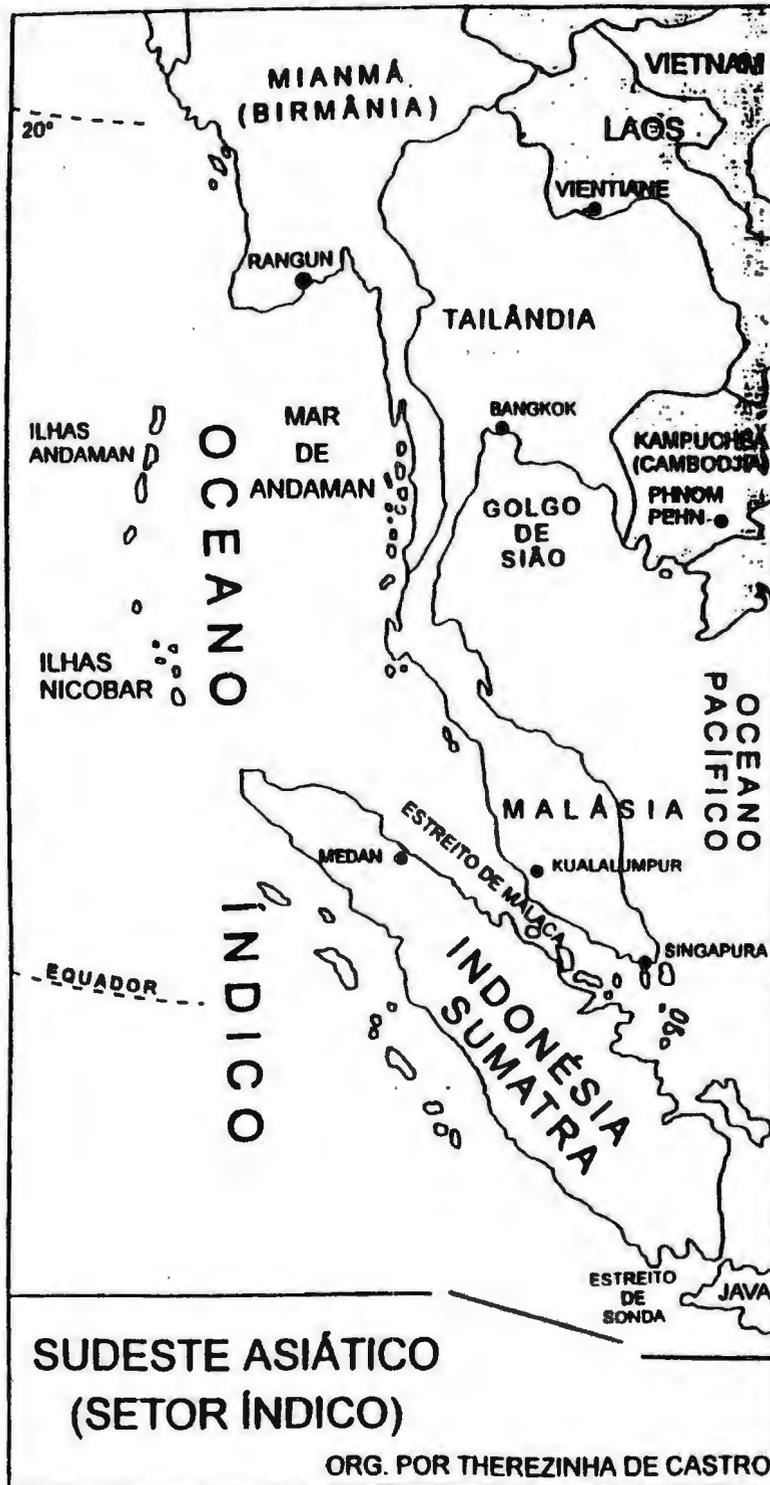
PAÍS	CAPITAL	(KM ²) ÁREA	(1994) POPULAÇÃO
1 - África do Sul	Cabo/Pretória	1.221.037	40,8 Milhões
2 - Arábia Saudita	Riad/Djidah	2.240.000	16,5 Milhões
3 - Austrália	Canberra	7.682.300	17,8 Milhões
4 - Bangladesh	Daca	147.570	122,2 Milhões
5 - Bahrein	Manama	695.26	500 Mil
6 - Djibuti	Djibuti	23.200	557 Mil
7 - Egito	Cairo	997.738	55.979
8 - Emirados Árabes	Abu Dabi	77.700	1,7 Milhões
9 - Eritréia	Asmará	121.144	3,0 Milhões
10 - Etiópia	Adis-Abeba	1.130.138	51,3 Milhões
11 - Iemen	Sanaa	536.869	13,0 Milhões
12 - Ilhas Comores	Moroni	1.862	497 Mil
13 - Índia	Nova Deli	3.287.263	896,6 Milhões
14 - Indonésia	Djakarta	1.919.443	194,6 Milhões
15 - Iran	Teheran	1.648.000	63,2 Milhões
16 - Iraque	Bagdad	438.317	18,9 Milhões
17 - Katar	Doha	11.437	520 Mil
18 - Kuwait	Kuweit	17.818	1,8 Milhões
19 - Madagascar	Tananarive	587.041	13,3 Milhões
20 - Malásia	Kuala Lumpur	329.758	19,2 Milhões
21 - Maldivas	Malê	302	230 Mil
22 - Maurícia	Port Louis	2.040	1,0 Milão
23 - Mianmá	Rangum	676.522	44,6 Milhões
24 - Moçambique	Maputo	799.380	15,3 Milhões
25 - Oman	Mascate	300.000	1,7 Milhões
26 - Paquistão	Islamabad	796.095	128,1 Milhões
27 - Quênia	Nairobi	580.367	26,1 Milhões
28 - Seychelles	Vitória	454	71 Mil
29 - Singapura	Singapura	633	2,8 Milhões
30 - Somália	Mogadiscio	637.657	9,5 Milhões
31 - Sri Lanka	Colombo	65.610	17,9 Milhões
32 - Sudão	Khartum	2.505.813	27,4 Milhões
33 - Tailândia	Bangkok	513.115	56,9 Milhões
34 - Tanzânia	Dodoma	942.799	28,8 Milhões

Fonte: Abril Cultural (1995)



MAPA 1

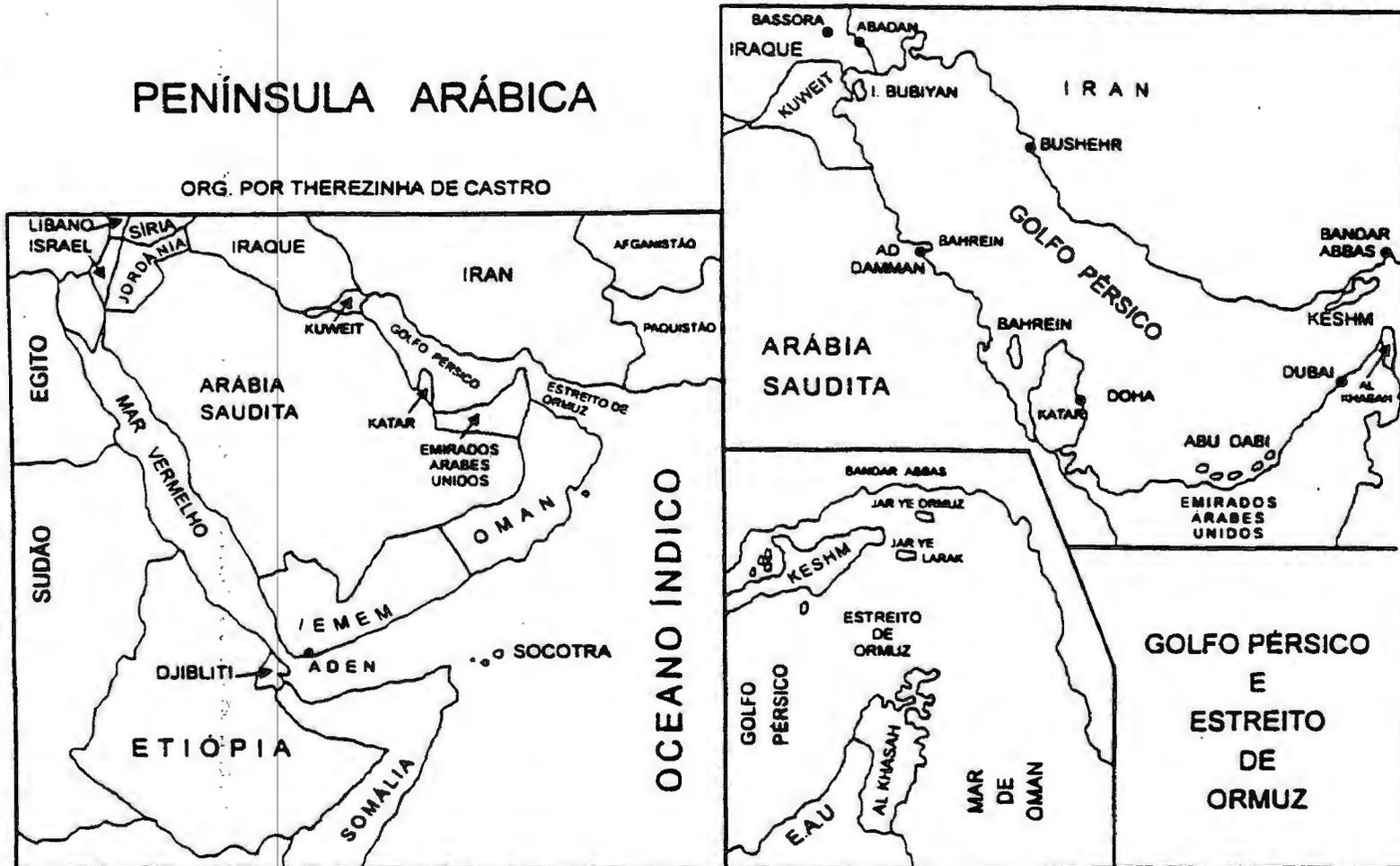
MAPA 2



MAPA 3

PENÍNSULA ARÁBICA

ORG. POR THEREZINHA DE CASTRO



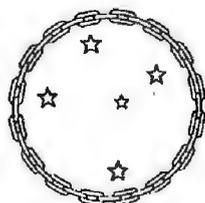
**África Sub-Sahariana: estudo sobre uma
caracterização geopolítica com
fins didáticos**

Therezinha de Castro

Reprodução autorizada pelo Brigadeiro Delano Teixeira Menezes, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra - ESG.

CASTRO, Therezinha de. *África Sub-Sahariana: estudo sobre uma caracterização geopolítica com fins didáticos*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997. (Leitura selecionada, 803/97).

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

**LS 803/97
DAInt**

ÁFRICA SUB-SAHARIANA: ESTUDO SOBRE UMA CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA COM FINS DIDÁTICOS

Profª Therezinha de Castro

**Trabalho elaborado pela Professora
Therezinha de Castro**

Os textos de Leitura Seleccionada, de carácter doutrinário, teórico ou conjuntural, destinados à distribuição interna, às vezes discordantes entre si, visam a trazer novos subsídios aos estudos que aqui se realizam e expressam opiniões dos respectivos autores, não, necessariamente, as da ESG.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	7
2 - PARTILHA GEOPOLÍTICA	8
3 - EUROPEIZAÇÃO	10
4 - NACIONALISMO OU TRIBALISMO	15
5 - REGIONALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA	25
5.1 - África Ocidental	25
5.2 - África Central	30
5.3 - África Austral	33
5.4 - África Oriental	39
5.5 - Cornucópia Africana	42
6 - CONCLUSÃO	44

BIBLIOGRAFIA

MAPA 1

MAPA 2

MAPA 3

ÁFRICA SUB-SAHARIANA: ESTUDO SOBRE UMA CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA COM FINS DIDÁTICOS

1 - INTRODUÇÃO

Fazendo parte do Velho Mundo com a Europa e Ásia, a África é, na realidade, uma gigantesca península da Eurásia. Encontra-se soldada à Europa e Ásia nas ribeiras do Mediterrâneo; e, muito embora entre a Europa e Ásia os Urais sejam admitidos como fronteira geohistórica, assim considerada por separar blocos culturais, o Rio Nilo o foi, também, por algum tempo entre a Ásia e a África. Isso, até que a abertura do Canal de Suez (1869) viesse, dentro do enfoque geopolítico, dar maior isolamento ao continente africano, transformando o Mediterrâneo num "mar de trânsito"; concedendo, em contrapartida, maior importância geoestratégica ao Estreito de Gibraltar, levando Dardanelos e Bósforo para um segundo plano e, caracterizando a África muito mais como "Continente-Ilha" ou "Ilha Mundial" de Mackinder, contornada pelo Mediterrâneo/Índico/Atlântico. Concluindo-se, que a função geopolítica da África tem evoluído no decorrer da História, adaptando-se às necessidades do momento e condições criadas pelo progresso humano.

Ao se iniciar o século XX, Napoleão desembarcava no Egito, quando os conhecimentos no continente eram apenas periféricos, tal como na época das grandes navegações; não iam muito além dos 600 km da costa e, assim mesmo nos lugares mais favoráveis.

A costa retilínea, pouco articulada, se desenvolve ao longo de 27.638 km, sem grandes avanços em direção ao mar. Por sua vez, a situação marginal dos planaltos e cordilheiras, contribui para a ausência quase que absoluta das planícies costeiras; em conseqüência, as bacias hidrográficas, têm, via de regra, que abrir

passagem através de profundas gargantas. Comparativamente, o Congo, que como o Amazonas se situa na faixa equatorial, só pode ser adentrado até 150 km do Atlântico, enquanto o rio sul-americano é navegável, até mesmo por transatlânticos, até 1.500 km de sua foz.

Em decorrência dessa impenetrabilidade, as ilhas litorâneas africanas iriam servir como verdadeiros trampolins para o posterior estabelecimento humano na costa. Assim, Bolama foi o núcleo geohistórico da Guiné-Bissau, Goré, no Arquipélago de Cabo Verde, foi ponto de partida dos franceses para o controle do Senegal; enquanto funções idênticas foram representadas por Anobom, S. Tomé-Príncipe, Fernando Pó e no setor do Índico, por Zanzibar e Pemba.

Concluindo-se, pois, que antes da invenção do avião a impenetrabilidade da África manteve-a praticamente desconhecida; não sendo exagero afirmar-se, que coube ao primeiro vôo sobre o continente, realizado em 1912 por Chalmers Mitchell, marcar-lhe seu conhecimento mais generalizado.

Seu destino, durante séculos, foi o de viver atrás da barreira de seu litoral. Sua História será, assim, essencialmente terrestre, muito embora sua Geografia tenha sido desvendada por civilizações marítimas a partir das grandes navegações.

2 - PARTILHA GEOPOLÍTICA

A fisiografia africana contribuindo para um estabelecimento geohistórico ocasional costeiro durante vários séculos, trouxe, como consequência geopolítica a mudança de donos por várias vezes. Os colonizadores iniciais: portugueses, espanhóis e depois holandeses, foram, no século XIX, em muitas áreas substituídos pelos ingleses, franceses, e depois, pelos próprios alemães e italianos.

A perda da América pelos europeus, aguçou-lhes o desejo pela África. A corrida para esse continente começaria a provocar atritos, e, para contorná-los, convocou-se a Conferência de Berlim (15 de novembro de 1884 - 26 de fevereiro de 1885). Para premiar as potências da época deserdeva-se Portugal e Espanha, anulando-se o direito histórico das descobertas, ao se determinar que não haveria o reconhecimento da posse sem a ocupação efetiva do território pelo país que reclamasse o direito de soberania. Assim sendo, as colônias dos povos ibéricos subsistiram — com as da Espanha bem mais modestas que as de Portugal; a França e Inglaterra se atribuíram as maiores partes do continente, enquanto a Bélgica se estabelecia no coração congolês, a Itália e a Alemanha ocupavam posições esparsas. — Mapa 1.

A ocupação da África pelo europeu pode ser caracterizada dentro dos seguintes princípios:

- O princípio econômico, visando assegurar mercados para a produção industrial e, ao mesmo tempo, como área fornecedora de matérias-primas, já que o monopólio com a América terminara com a independência; daí a conclusão do político francês Jules Ferry — "a política colonial é filha da política industrial".
- Dentro dos princípios correlatos da estratégia e do poder, visava-se o domínio das principais rotas marítimas, assegurando-se pontos de apoio para a frota de guerra e de escala para a marinha mercante. Chocaram-se, pois, as políticas francesas e inglesas de união leste/oeste e norte/sul, bem como se enfrentaram franco-alemães no norte e anglo-italianos na área do Mar Vermelho.
- Dentro do princípio da "lei natural do espaço vital" de que, quem não crescesse deveria resignar-se a decadência, a Alemanha e Itália entraram na corrida colonialista; Berlim enfrentou Paris no Marrocos, enquanto Roma desafiava Londres na Somália-Abissínia

(atual Etiópia). Caberia ao "lebensraum" desencadear intensa corrida armamentista, que, sem resultado prático a Conferência de Haia (1899) procurou sustar, com a Alemanha e Inglaterra se recusando a acatar.

- Em nome do princípio religioso cristão, áreas de civilização ocidental iriam anular o poder dos chefes tribais locais. Mas, no lugar desses iriam surgir os "desarraigados", que, egressos de suas tribos se ocidentalizaram nas respectivas metrópoles européias; estes, posteriormente, transformados em líderes, conseguiram dar a independência a países, onde a nação não havia sido implantada.

Concluindo-se que a abertura do Canal de Suez (1869) traria para a África um alento geopolítico, iniciando-se o comércio mundial com a costa oriental¹ africana, realizando-se, subsequente a ativa penetração para o interior. Descobriram-se recursos potenciais, levando a África da exploração científica para a exploração utilitária. O século XIX levava a África para a fase febril da colonização, enquanto o continente entrava no século XX com apenas dois países nominalmente independentes — a Abissínia, atual Etiópia e a Libéria, república de escravos libertos dos Estados Unidos.

3 - EUROPEIZAÇÃO

A Primeira Guerra Mundial teria profunda repercussão na África, pois seu território ao norte, hoje caracterizadamente

¹ No período das grandes navegações da Era Moderna, a ocupação se manteve praticamente restrita ao litoral atlântico, rota natural para as especiarias das Índias ou Ásia. Foi a fase da colonização periférica que manteve o *hinterland* africano cobiçado, porém desconhecido, pelas injunções da Revolução Comercial.

islâmico, encontrava-se nominalmente sob soberania do Império Otomano, que, lutando o lado da Alemanha, iria se desagregar. Esfacelava-se o Império Otomano, enquanto o Tratado de Versalhes (1919) excluía a Alemanha do continente africano, inaugurando-se o "Sistema de Mandatos" pela Liga das Nações, que entregava suas colônias à administração política e econômica da França, Inglaterra, Portugal e Bélgica. As duas primeiras, ainda na categoria de potências dentro de bipolaridade, seriam as mais beneficiadas, já que Portugal ficava apenas com o insignificante "triângulo de Kionga", hoje integrado a Moçambique. Impunha-se, nesse processo de europeização, a rivalidade franco-britânica, entrando o continente africano para o jogo geopolítico do confronto.

É que a partilha do continente realizada no século XIX, sobretudo em sua parte sub-sahariana, mostrara, desde logo, as tendências do Governo de Paris em instalar uma faixa geoestratégica contínua de território numa linha leste/oeste do Atlântico ao Índico, partindo de sua África Ocidental até a Grande Somália, onde se havia instalado no pequeno território de Djibuti, no Mar Vermelho. — Mapa 1. Por sua vez o Governo de Londres, impedindo que Portugal pusesse em prática o seu "Mapa Cor de Rosa" de ligação Angola/Moçambique, se propunha a ligar Cabo/Cairo, numa faixa contínua norte-sul; intento retardado pela Alemanha, que além de conseguir o Togo e o Camerum (1885), o Sudoeste Alemão atual Namíbia (1896), se instalara na África Oriental (1889).

Impedida a conexão, tratava a Inglaterra de implementá-la, não no sentido de Cecil Rhodes (sul-norte) mas na diretriz norte-sul. Por isso, em 1899, no ano anterior a ocupação da África Oriental pelos alemães, sabendo o Governo de Londres que o francês Marchand ocupara Fachoda no Sudão, pondo as populações vizinhas sob proteção de seu país, o inglês Kitchener foi enfrentá-lo com suas canhoneiras, subindo o Rio Nilo. O fato ia gerando um conflito, mas em seguida às negociações diplomáticas a França recuou.

Animada, assim que se iniciou a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra, prosseguiu sua política de união Cabo/Cairo, intervindo no Egito, então sob soberania nominal do Império Otomano, impondo-lhe seu "Protetorado" reforçando seu domínio sobre o Canal de Suez, e transformando o Sudão num "Condomínio Anglo-Egípcio". Ficava sob tutela da Inglaterra toda a Bacia do Nilo, enquanto a derrocada da Alemanha, com a perda da África Oriental, a levaria, embora por pouco tempo, a união Cabo/Cairo.

É que, a Primeira Guerra Mundial se limitaria a uma redistribuição na África; durante o conflito, contingentes africanos tanto como militares ou como trabalhadores individuais, haviam servido na Europa. Daí voltaram, em 1918, para seus respectivos territórios africanos com novas idéias, experiências e, no bojo, reivindicações políticas, provocando-se um renascer geopolítico, sobretudo no norte da África, onde o contacto com a Europa fora ainda maior, quer pela proximidade, quer pela importância adquirida pelo Canal de Suez. Justificando-se, dessa forma, ter sido o Egito o iniciador do movimento anticolonialista, conseguindo que a Inglaterra lhe concedesse a independência, embora nominal, em 1922, mantendo-se sob seu controle o Canal de Suez e o condomínio do Sudão.

Sudão que não poderia ser dispensado, pelo importante posicionamento, como elo de ligação entre o Mediterrâneo e a Cornucópia Africana, onde a Inglaterra iria ser ameaçada pelo expansionismo de Mussoline. A Itália, ocupando parte da Somália, invadia em 1936 a Eritreia e Abissínia, levando o Négus Hailê Selassié a refugiar-se na Inglaterra até o término da Segunda Guerra Mundial, enquanto Vitor Emanuel II era proclamado Rei na região.

Com esta política de agressão começam a se desfazer as alianças na Europa; a "Entente Cordiale", ligando a Rússia, França, Inglaterra e Itália se desfaz, encaminhando o Mundo para a guerra. Segunda Guerra Mundial que, uma vez terminada, iria consolidar o

movimento de descolonização da África, já apoiada pelas superpotências URSS e Estados Unidos, com a Inglaterra, França e Bélgica sem outra alternativa, julgando conveniente tomarem a iniciativa.

A primeira fase da descolonização é marcada pela Conferência de Brazzaville (1944), antes mesmo da assinatura da paz na Europa. Na capital do Congo Francês os governadores das colônias francesas para acertarem a reforma das instituições tradicionais, visando orientar a evolução das estruturas africanas abaladas pela guerra, concediam aos nativos acesso mais rápido às responsabilidades políticas. Eis aí, pois a origem da Constituição de 1946 do Governo de Gaule, criando a União Francesa, procurando imitar o Commonwealth Britânico, que mantinha a ex-colônia que se tornava independente, em laço de União com a Coroa da Inglaterra.

Observando-se que tanto a União como o Commonwealth se constituíram, na prática, num paliativo, através do qual as duas potências da época procuraram se manter, ainda, por algum tempo no jogo da bipolaridade mundial, que já se passava para os Estados Unidos e URSS. Paliativo, que contrastava com a atitude da Bélgica, cujo Rei Balduino ia, em junho de 1960, pessoalmente, até Leopoldville (atual Kinshasa), para dar a independência ao Estado do Congo (atual Zaire).

Paliativo, também, tentado pelo Governo de Lisboa que, em 1933 tratara de promulgar a Ata Colonial, transformando Portugal numa nação unitária, embora geograficamente dispersa - partes dispersas que, em 1951 passavam a ser denominadas Províncias Ultramarinas.

Comparativamente, observa-se que a América após descoberta foi conquistada, ocupada e colonizada mantendo-se cerca de três séculos em sua fase colonial essencialmente européia. No momento da independência, a elite se apresentava culturalmente metropolitana com língua, religião e costumes europeus; conseqüentemente, mesmo depois de independente, a América manteve a civilização européia. Já a África contornada pelos navegadores da área moderna, praticamente, só em fins do século

XIX, ao ser banido o sistema colonial do continente americano teria a sua ocupação concretizada, após a partilha acordada pelo Congresso de Berlim. Não contou assim, com tempo suficiente para a colonização europeia mais efetiva; o tribalismo africano se manteve, não sendo suplantado ou sofrido a miscigenação da cultura europeia. Ao contrário do que ocorreu na América, os europeus não criaram raízes na África, sendo de lá expulsos com a independência. A não ser os boers, considerada a única tribo branca africana, descendente renegada dos holandeses².

Conseqüentemente, quando após pouco mais de um século de colonização, se impunha a hora prematura da independência africana, caberia não aos descendentes de europeus lá nascidos e sim aos negros nativos, se levantarem para conquistá-la. Nativos que expulsaram os europeus, o que não ocorreu na América, muito embora os líderes africanos tenham recorrido à ideologia dos ocidentais da livre determinação dos povos. O ódio ao colonizador europeu branco foi característico, sobretudo ao português, o último a abandonar seus redutos coloniais, cabendo bem aqui, o vaticínio feito em novembro de 1963 por J. M. da Silva Cunha, então Secretário de Estado da Administração Ultramarina - "se nos retirássemos da África, daí nada resultaria para a melhoria da situação e para a resolução de crise, pois nenhum de seus problemas fundamentais ficaria resolvido, ou resolveria sequer começo de solução. Pelo contrário, todos se agravariam, pois à nossa retirada inevitavelmente se seguiria o alastramento da desordem".

² Assim se consideram desde 1815, quando no Congresso de Viena a Holanda para receber a Bélgica território contíguo ao seu na Europa, entregava, sem prévia consulta, seus patrcios estabelecidos na África do Sul aos ingleses. A partir de então, ao *apartheismo* negro tribal juntar-se-ia o branco entre boers e ingleses.

A realidade é que, renegando o passado colonizador, os países africanos não encontraram no seu passado tribal, nas suas crenças e costumes tradicionais os elementos necessários para adotar, de um momento para o outro, as instituições diretas pela ideologia europeia, herdeira das civilizações clássicas e da paciente evolução feudal-medieval. Por isso, é compreensível que uns poucos líderes negros como Senghor do Senegal, Houphouët-Boigny da Costa da Marfim e Nkrumah de Ghana, tenham procurado manter contacto com as respectivas metrópoles, por desejarem continuar seguindo-lhes os ensinamentos. O desaparecimento desses líderes levaria esses países à instabilidade, pois são golpes e contra-golpes os processos políticos que vêm caracterizando a África desde a independência, o que classifica os países aí instalados como "democracias de fachada".

4 - NACIONALISMO OU TRIBALISMO

A configuração contemporânea dos Estados é diferente da do passado e será diversa da do futuro, já que os limites internacionais transformaram-se na ação manifesta dos desajustados, sobretudo em se tratando da África Sub-Sahariana. Desajustes que começaram desde a Conferência de Berlim quando a Europa, para reparti-lo, pensou muito mais no seu equilíbrio geopolítico do que nas realidades étnicas, lingüísticas e culturais locais. Juntando-se a isso, os conchavos após a Primeira Guerra Mundial na divisão dos despojos da Alemanha, e, nos arranjos feitos após a Segunda Guerra Mundial ao se criarem "expedientes da História", com países independentes na mais completa dependência, sem o devido teor da nacionalidade, por serem caracterizadamente tribalistas.

Países reconhecidos pela ONU sem serem nações, cuja autoridade, não raro, terminava e ainda termina, nas imediações da capital, pois nos interiores as pessoas continuam a se identificar pela região, família ou tribo.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a formação do Eixo Leste/Oeste, o imaturo processo geohistórico transformaria a África num continente geopoliticamente inseguro e geoestrategicamente vulnerável. Vertiginosamente descolonizada, a África entrava na fase da "Guerra Tépidia", transformada na arena da URSS e Estados Unidos. Observando-se que, a maioria dos países subsafricanos mudaram simplesmente da dependência de suas metrópoles para a interdependência das superpotências.

Na década dos 80 o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres mostrava que só na África Sub-Sahariana o Kremlim mantinha 41.680 militares e 3.225 conselheiros econômicos. Por sua vez, a assistência dos Estados Unidos aí era de 362 bilhões de dólares, sendo 1/5 de natureza militar; assistência dirigida sobretudo para as chamadas "nações secas" ao sul do Sahara e Cornucópia Africana que, em termos geoestratégicos eram vitais para o Ocidente.

Era a política de contenção de que se valiam os Estados Unidos, em face dos sempre crescentes sucessos da Doutrina Gorshkov de envolvimento pelo sul, via África, do Ocidente reunido pela OTAN. A URSS ameaçava estrangular o bastião ocidental formado pela África do Sul, com base de apoio em Angola-Moçambique, num flechamento de rotas que se estendia à Base de Novozarevskaia na Antártica, o ponto vulnerável da passagem do Cabo, por onde transitava o petróleo que abastecia o Mundo Ocidental. Por isso, esse Mundo Ocidental capitaneado pelos Estados Unidos passava a se apoiar na linha do Mar Vermelho, também vital para o escoadouro do "ouro negro".

Finda a "Guerra Fria", a realidade africana, longe do contexto Oriente/Ocidente, continua mergulhada no subdesenvolvimento econômico e social, com países governados por regimes, que em mãos de pequena elite burocrática ou militar superprivilegiada, continua contribuindo para a pobreza e analfabetismo de seu povo.

Conseqüentemente, o atual contexto geopolítico africano nada têm a ver com a realidade étnica ou cultural, pois representa, na prática, um subproduto do período colonial. Daí as fronteiras políticas, numa adequação à realidade, só servirem para fragmentar ou reunir diferentes grupos, tribos ou regiões culturais; refletindo uma independência que criou países sem serem nações, formando Estados nascidos, na maioria das vezes, para assegurar o domínio de uma tribo sobre a outra. - Mapa 2.

Um exame da História sobre o mapa dessa África Sub-Sahariana demonstra quão utópico é o que se convencionou chamar de governos da maioria, quando é o caráter multiracial das tribos que continua a implantar o Poder Executivo. Como acreditar na existência do multipartidarismo, quando o que vigora é a presença de uma tribo à espreita da oportunidade para liquidar a outra inimiga ancestral no poder? Como crer numa democracia representativa, onde o direito de propriedade é, na maior parte das regiões sub-saharianas, entendido como uma prerrogativa comunal e não individual?

Os governos coloniais trouxeram poucas vantagens à maioria dos países africanos, ressaltando-se, no entanto, a considerável paz civil, hoje praticamente inexistente. Durante o processo de independência a idéia de igualdade era sempre a mais divulgada, para experimentar novas formas de organizar a sociedade. Difundia-se os benefícios do "socialismo científico" para países praticamente subdesenvolvidos, com população ocupada na agricultura de subsistência. Ainda, a força do tribalismo se fez sentir, mostrando que terão que transcorrer várias gerações, para que o compromisso com qualquer ideologia se torne mais importante do que a ligação com a família, o clã ou a tribo.

Aparentemente adormecidas durante a fase colonial, as rivalidades tribais despertaram com a Guerra de Biafra na Nigéria e a do Katanga do Zaire, citando-se os exemplos mais sangrentos. Ao lado do separatismo, sem fundamento nacional, o Estado tribal não

adquiriu força cultural suficiente para a unificação de suas bases etnográficas mistas; daí o número variado de enclaves chamados batustans ou homelands na República da África do Sul, ou então miniestados como Djibuti, Ruanda, Burundi, Gâmbia, Guiné Espanhola, etc.

O slongan "a África para os africanos", lançado por Martin Belany, não foi suficientemente forte para cimentar uniões efêmeras que chegaram a se formar; tal como o "Canadá Africano" na união Ghana-Guiné de línguas inglesa e francesa como RDA ("Ressement Democratique Africain") na união Guiné-Mali; como a Federação de Mali unindo Senegal, Benin, Sudão e Burkina-Faso, etc., para não citar inúmeros outros casos também frustrados.

Concluindo-se que o tribalismo mascarou sempre o nacionalismo, transformando a África no mais "balcanizado" dos continentes; mesmo em se tratando de compará-la com o Velho Mundo do qual faz parte. Com seus 680 milhões de habitantes possui 53 países, enquanto a Ásia com 3 bilhões conta com 33 nações, e a Europa com 794 milhões, outros 33.

Esta "balcanização" é apontada como uma das causas para as dificuldades econômicas e sociais por que passa o continente, onde a tônica vem sendo a regressão ou estagnação, que o transforma num espaço unicamente exportador de matérias-primas. Em se tratando da África Sub-Sahariana propriamente dita, é o setor mais pobre e subdesenvolvido do Mundo, mesmo se comparados os seus desníveis com a Ásia e América Latina.

Com o tribalismo mascarando o nacionalismo, na África Sub-Sahariana onde vivem vários povos, não existe nenhum grande Estado, no verdadeiro sentido da palavra. mesmo antes da chegada do europeu, era efêmera a duração de um grande reino autoctone, em face de sua escassa coesão; exemplificando-se com os casos dos Reinos de Sokoto e Uganda. Fato também justificado, porque em lugar da expansão pela conquista, observa-se que foi uma constante na África, o sistema da

agregação. Através desse, um determinado soberano enviava seu grupo de guerreiros para a conquista de determinada região, não tendo sucesso a campanha, os atacantes se estabeleciam e se miscigenavam com os que haviam pretendido subjugar. É deste modo que se explica o estabelecimento dos fulbes no Baixo Níger.

Por outro lado, embora devastassem grandes áreas as tribos africanas não tinham capacidade para mantê-las em seu poder: assim, quando da chegada dos europeus, afirmava Ratzel em sua "Antropogeografia", que a Basutolândia com 30.000 km² e a Zululândia com 22.000 km², reduzir-se-iam ainda mais, não fosse a intervenção dos brancos.

Sociedade tribal, naturalmente guerreira, instalada nos países herdados dos colonizadores, fizeram os exércitos deles recebidos, sobreviverem, crescerem, e até prosperarem durante a "Guerra Fria", quando chegavam das potências contendoras, os mais sofisticados armamentos. Assim, os militares passaram a fazer parte de uma elite privilegiada, e dentro do tribalismo servir a grupos, denominados Partidos. Assim, a maioria desses exércitos, cujo profissionalismo se perdeu, pelo fato de nunca haver montado ou combatido uma invasão, conseguida a independência, se tribalizaram, passando a serem empregados, pelos grupos rivais, dentro dos próprios países, já com seus membros na categoria de guerrilheiros.

Observando-se que na década de 60, quando a maioria dos países da África Sub-Sahariana se tornava independente, eram, via de regra, civis, os seus governantes. Depostos ou então assassinados, já na década seguinte, os militares passavam a dominar. E, a razão para essa ascendência se encontra no fato da força contínua ter passado a ser o mecanismo para se conseguir alguma mudança na África tribal. Em conseqüência, os tanques de guerra parecem ser, cada vez mais comuns, para a chegada ao poder de governantes uniformizados. Governantes esses, que impõem obediência e rígidas cadeias de comando, em "democracias" que se perpetuam até que outro golpe militar as venha interromper.

Outro fato ainda que justifica o governante africano ser oriundo das Forças Armadas, é o de que a carreira militar se constitui numa das poucas possibilidades de emprego fixo. E, embora a tomada de poder venha sendo um exercício relativamente fácil para os militares, nem sempre têm eles demonstrado habilidade para combater os males crônicos — corrupção, seca, fome, analfabetismo, epidemias, má administração das finanças como também, na aplicação de recursos.

Procurando por um fim a essa instabilidade no continente africano, os países ricos tentam levar os países pobres, a adotar o multipartidarismo; dentro de mais um princípio utópico, desejam os ricos e, para tal condicionam suas respectivas ajudas econômicas, que, com a derrocada dos regimes comunistas, a democracia seja adotada, o querer em questão não significa poder, se atentarmos para fatos constantes do documento intitulado "Cenários da Crise na África", escrito por Michel Lévêque, diretor para esse continente da diplomacia francesa. Revela, por exemplo, que procurando acatar a recomendação do Presidente François Mitterrand em 1990, para a maior moralidade entre "caciques africanos", Mobuto que se perpetua no governo do Zaire desde 1960, vem procurando aderir ao multipartidarismo criando "partidos atrelados a ele pela corrupção". Por sua vez, o Gabão se propõe a tolerar a coexistência de outros partidos desde que os resultados das eleições sejam controlados pelo governo; inventou por isso eleições legislativas, em três turnos. O recém-falecido Felix Houphouët-Boigny, líder da independência na Costa do Marfim, lutou pelo seu sétimo mandato disputando pela primeira vez com concorrentes, mas só anunciou as eleições um mês antes delas ocorrerem; sua fama como intelectual amigo do Ocidente tornou-se internacional e, muito embora não tenha conseguido livrar o seu país do subdesenvolvimento, mandou construir na então futura capital-Yamassukro, interiorizada como Brasília, uma basílica milionária, cuja cúpula é maior que a de São Pedro em Roma.

Outro exemplo pode ser dado pelo Benin, considerado por alguns como uma "democracia pluralista", por ter nas eleições em 24 de março de 1991 seu antigo ditador Mathieu Kerekou sido derrotado pelo chamado "homem da situação" Nicéphou Soglo; o novo governante, no entanto já caracterizado como adepto do nepotismo tem contra si 21 organizações políticas posicionadas numa "guerrilha parlamentar" contra a presidência. Para que se moralizasse a vida pública, o mandatário do país seria interpelado em março de 1992 numa Carta Pastoral, por sacerdotes, tendo à frente o "bresilién" Monsenhor Isidoro de Souza. Reivindicações atingiram também o governo militar do Togo, representado pela tribo dos kabué, contestada pelas demais que estão fora do poder; estas, em 1991 fizeram greves e manifestações contrárias em favor do pluralismo no episódio histórico, que, para lembrar a virada para a democracia na "Cortina de Ferro", ficaria conhecido pela pomposa designação da "primavera de todas as liberdades".

Inúmeros outros exemplos como estes caracterizam a imaturidade tribal como uma constante, mostrando que o pluripartidarismo pretendido só será realidade, quando os países da África Sub-Sahariana passarem a fazer parte do quadro histórico propriamente dito. Como nenhum país dessa África Negra está imune às guerras tribais o namoro com o pluripartidarismo, encontra-se longe do casamento. Sendo mesmo ainda perigoso, apontar-se como tal a própria Nigéria, o país das diversidades geográficas e religiosas representadas pelos haussás no norte, os ibos no leste e os iorubas no oeste. Governada pelo General Ibrahim Babangida desde 1985, para que o país fosse às urnas em junho de 1993 após três sucessivos adiamentos era implantado o bipartidarismo como plataforma de centro direita e centro esquerda. Apesar das manobras em contrário, Babangida deixou o poder para o vencedor da centro esquerda. Moshood Abiola, ioruba, adepto de Maomé, que afastou os haussás do governo.

Em junho de 1993 a Alta Corte de Abuja, a nova capital interiorizada, acata o pedido de uma organização civil ligada a Babangida para a permanência dos militares no poder até 1997. Passava então o país a ser chefiado pelo General Sani Abacha.

O tribalismo, em sua plenitude é fator positivo para a imposição do "neocolonialismo mascarado" nessa África, que, pela rapidez de sua revolução geopolítica, não conheceu ainda o estágio da adolescência; esta, se já tivesse ocorrido, haveria de lhe proporcionar um pouco mais da indispensável experiência política, atributo para a verdadeira independência. Em consequência, a África vem sendo, sobretudo, fácil aos regimes imprevisíveis instalados nas mais diversas regiões; regimes embutidos por conceitos falsos de ideologia que mudam da noite para o dia, guiados por pseudolíderes que, como Nelson Mandela, por exemplo, falam em nome de um país — a República da África do Sul, definida pela Rainha Vitória como uma "colcha de retalhos" tal é o seu caráter tribal. Nesse mosaico étnico, ao lado da chamada minoria branca dos descendentes de colonizadores holandeses que se denominam afrikaners e ingleses, a "maioria" negra é minoria, pela divisão em tribos rivais. Os "quistos geopolíticos" oficialmente formados, embora, sem o beneplácito da ONU — Transkey (1977) e Bofuthatswana (1978), conhecidos como batustans ou "homelands", surgiram para abrigar tribos negras aparentadas.

Embora essas "reservas tribais" estejam sendo desativadas com a eleição de Mandela em 1994, nessa "colcha de retalhos" subsistem ainda três enclaves, dois dos quais microestados sem vida própria — mesmo o maior de todos, Botswana, com área correspondente a do Estado da Bahia, é improvável, pois é, em quase toda a sua totalidade ocupado pelo Deserto do Kalahari, além de não possuir litoral. Igualmente improváveis são os Ngwane na fronteira com Moçambique, dependente desse país para a exportação de sua riqueza mineral via ferrovia que vai até Goba; e o Lesoto, que subsiste graças ao trabalho nas minas do Rand.

Concluindo-se que os grandes impérios ultramarinos europeus se desfizeram deixando em seus lugares autênticos "países de papelão", sem a necessária "cola da nacionalidade"; daí os conflitos tribais, refletidos na instabilidade política ou secessionismo, que vêm caracterizando a África Sub-Sahariana.

Mesmo nos países considerados prováveis, por serem um pouco mais estáveis, a falta de identidade se reflete no fato de que os governos só exercem seu poder na capital, ou quando muito em suas imediações. Falta de identidade, por outro lado, que serve de ajuda para fortalecer governos no poder. Exemplifica o caso, o Quênia, onde o Presidente Daniel Arap Moi constrangido em 1991 a adotar o pluripartidarismo, valeu-se de conflitos grupais; as violências ocorridas entre os kalenjin, luo, luhya e kiku, serviram para derrotar a oposição e legitimar Moi no governo, através do KANU (União Nacional Africana de Quênia), sob a alegação de que tribalismo não compactua com pluripartidarismo, que a FORD (Forum pela Restauração da Democracia) minado internamente por facções, pretendia impor.

O poder controlado pelo tribalismo mostra-se, no dizer de seus detentores, pronto, para tolerar o pluripartidarismo, mas só para acalmar populações cujas condições de vida continuam cada vez piores, como por exemplo na República Centro Africana.³ Podem os ditadores até mesmo organizar eleições, desde que os resultados sejam por eles controlados; atitude ultraconservadora, que se atem a práticas governamentais clientelistas, de preferência étnicas e de corrupção.

³ Esse país, sem litoral, isolado no interior africano, teve em Bokassa um imperador coroado, que como tirano pretendeu imitar a Corte de Napoleão Bonaparte. O Ogre de Berengo, nome do Palácio que habitava na região de Lobaye, foi deposto, mas vive o país hoje, sob o controle da tribo de Kolingba desde 1983, foi deposto mas, viveu no país até novembro de 1996, quando faleceu.

Atitude ultraconservadora, pois nada disso é novo na África. A luta tribal é muito antiga e até alimentou o tráfico de escravos; do século VIII ao IX esse comércio foi intenso com os árabes na costa do Índico, chegando ao seu ápice no século XVI, no Atlântico, com os europeus. Assim, a África Negra teve que se repartir geopoliticamente com árabes e europeus, dentro do conflito que a caracteriza ainda hoje.

A África de hoje está politicamente independente, assim o reconhece a ONU. Saiu da "Guerra Fria" para entrar na "Guerra Tépidia", cabendo, pois resposta a quatro perguntas: Poderão esses países resolver sozinhos os seus problemas? Como poderão controlar os separatismos? Quando se verão livres do tribalismo? De que modo porão fim as instabilidades?"

Concluindo-se que as superpotências do Eixo Leste/Oeste foram substituídas hoje, sobremodo, por outra bipolaridade de um Eixo Norte/Sul, representada pelo FMI/Banco Mundial. Desvalorizando a moeda ou suprimindo, por exemplo o placar de cotações fixas do milho, transforma-se o Banco Mundial, para alguns, numa espécie de polvo sentado sobre a África, sugando-a até secar. Os novos agentes da bipolaridade são apontados como representantes das nações credoras do "Norte" impondo a esse "Sul" um estatuto neocolonialista que só faz causar instabilidade política e desequilíbrio econômico. Impondo por exemplo, a redução da folha de pagamento do serviço público pode diminuir o paternalismo, mas cria o desemprego; a redução dos subsídios e afrouxamento do controle de preços vai gerar o descontentamento nos centros urbanos superpovoados; enquanto a cobrança pelos serviços médicos antes gratuitos, significa que as populações pobres não os poderá mais utilizar.

Na África tudo está para ser feito. E, se o historiador clássico da Antiguidade Histórica vivesse, veria quão certo estava ao vaticinar: — "da África surge sempre algo novo".

5 - REGIONALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA

Ao sul do Sahara se localiza a África Negra ou Sub-Sahariana, cujos problemas cruciais estão hoje, bem mais ligados a uma geopolítica interna ou seja, uma diretriz puntiforme e não mais difundente, como nos períodos coloniais e de "Guerra Fria".

Em se tratando de uma regionalização geopolítica para melhor compreendê-la, há três áreas de transição — Mauritânia e Sudão bem mais islamizados do que cristãos e fetichistas e Madagascar, caracterizada por seu isolamento insular, se superpondo a cinco regiões. — Mapa 3. Regiões bem mais geopolíticas do que naturais.

5.1 - África Ocidental

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (KM2)	POPULAÇÃO (Est. 1992)
Benin	Porto Novo	112.622	5.000.000
Burkina-Faso	Uagadugu	264.200	9.000.000
Cabo Verde	Praia	4.030	370.000
Costa do Marfim	Abdijan e Yamassukro	322.000	12.000.000
Gâmbia	Banjul	11.300	800.000
Ghana	Acra	238.500	15.000.000
Guiné	Conakri	245.860	7.000.000
Guiné-Bissáu	Bissáu	36.120	1.000.000
Libéria	Monróvia	111.400	2.500.000
Mali	Bamako	1.240.000	9.000.000
Níger	Minna	65.037	2.400.000
Nigéria	Lagos e Abuja	982.000	88.500.000
Senegal	Dakar	196.200	7.500.000
Serra Leoa	Freetown	71.740	4.000.000
Togo	Lomé	56.000	3.500.000

FONTE: Dictionnaire de Géopolitique - Paris, 1993

Com uma área total de 7.900.000 km² menor que a do Brasil, e cerca de 200 milhões de habitantes, a África Ocidental Francesa entre o Sahara e o Golfo de Guiné, reúne 15 países. — Mapa 3. Tem na Nigéria o mais populoso da área, que do litoral em semicírculo, junto com o Níger e o Mali, envolve as pequenas unidades geopolíticas da área. Constitui-se na zona de embate entre o front da islamização, que põe a Mauritânia⁴ numa zona de transição, com o cristianismo eficaz na implantação de domínio europeu.

Por seu posicionamento no Atlântico transformou-se, a partir do século XV em zona de ativo contacto entre brancos europeus e negreiros africanos como Samory Touré no Alto Níger e Rabat entre o Nilo e Lagos, como controladores de vastos espaços, transformados nos Sobas ou Régulos, vendedores de braços escravos para a colonização da América. Todo o contacto se fazia então através de portos, que, posteriormente, viriam a se transformar nas capitais dos países aí surgidos. Para anular essa imagem de dependência colonial por um lado e, a exemplo de Brasília do outro, dois países locais, a Nigéria e a Costa do Marfim interiorizaram suas capitais respectivamente para Abuja e Yamassukro.

É na África Ocidental que se concentra a maior aproximação geohistórica com o Brasil, fazendo com que o Governo Médiçi iniciasse por aí em 1972, as nossas diretrizes difundentes em direção ao continente. Daí partiram os maiores contingentes de negros escravos que auxiliaram na colonização do Brasil, cujos descendentes para lá voltaram, formando a elite dos "brazilians" ou "brésiliens". Retorno que ocorreu no século XIX, no momento em que a África entrava na sua fase de colonização propriamente dita. Disso nos dá notícia o geógrafo francês E. Réclus, em

⁴ Mauritânia, criação artificial nascida da colonização francesa, tem 1.030.700 km² e capital em Nuakchott; seus 2 milhões de habitantes são árabes e bérberes de credo islâmico, dominando minoria negra repartida entre as tribos dos halpular e sarakolé.

"Nouvelle Géographie Universelle-L'Afrique Occidentale", mostrando que, por ocasião das medidas parciais abolicionistas centenas de descendentes de negros, escravos do Brasil, "se aproveitaram delas para regressar à mãe pátria onde se entregaram ao comércio, seja como intermediários, seja como importadores. Fazem proveitosa concorrência aos negociantes europeus e, por suas alianças de família com indígenas, adquirem um predomínio numérico cada vez maior sobre todos os estrangeiros". Coincidência ou não, talvez até por influência dos "brésiliéns" e "brazilians" vários países adotavam como cores de suas bandeiras o nosso verde e amarelo (Benin, Ghana, Guiné, Guiné-Bissáu, Mali, Senegal e Togo). Essa colonização negra ou mestiça brasileira se fez sem a intervenção de um Estado colonialista; ela foi sobretudo bem mais voluntária e natural, do que a colonização negro-estadunidense na Libéria.

No século XIX quando começaram nos Estados Unidos os movimentos pro-abolição da escravatura, pensou-se em fundar na África uma pátria para o escravo liberto. Em 1821, mediante acordo com chefes nativos, a Sociedade Americana de Colonização, organização filantrópica, se instalou no Cabo Mesurado (nome dado pelo português Pedro de Cintra em 1441), onde atualmente se encontra Monróvia. Em 1822 chegaram os primeiros negros repatriados dos Estados Unidos pelo branco Jehudin Ashmun, o fundador da Libéria, cuja independência propriamente dita, só seria proclamada em 1847. A partir daí, tem início o declínio desse país espécie de "vazadouro" de negros repatriados, que se autodenominam américo-liberianos; voltando o desenvolvimento quando foi feito o acordo com a Firestone dos Estados Unidos, que lá começou no início do século XX, a plantação de seringais.

Atualmente a borracha se constitui na principal exportação da Libéria, país comandado por 35 de descendentes dos negros repatriados, dominando 26 grupos tribais dentre os quais os mandingas⁵, cuja

⁵ Vieram também elementos desse grupo para o Brasil, onde o termo mandinga significa feitiço, pois esses negros, embora miscigenados com bérberes e etíopes de influência maometana, mantiveram num sincretismo o seu fetichismo.

identidade cultural e prestígio se encontra no passado histórico, como descendentes de Sundiata Keita do lendário Império Mali.

As famílias américo-liberianas formam pequena elite fechada que, na prática, ainda hipotecam lealdade à bandeira dos Estados Unidos, têm no dólar a moeda corrente, e no capitalismo o sistema econômico. Até a década de 80 usavam colarinho duro e casaca em todas as cerimônias oficiais; os uniformes de seus policiais, copiados da polícia novaiorquina, possuem braçadeiras com estrelas e listras, bem como chapéu de abas largas das tropas estaduais. Eles saíram das senzalas e se instalaram nas casas grandes, na opinião de Ben Watfore⁶, professor em 1970 por um ano, em Monróvia — "os negros da Libéria estão onde estavam em 1865. Querem ser americanos e brancos, pois um dos artigos de maior consumo é o creme embranquecedor". Chocado com o que viu, aponta o tribalismo local, e classifica a Libéria como o país onde netos de escravos oprimem os nativos. Muito embora a Libéria tenha sido o primeiro país da África Negra a ocupar uma cadeira na ONU, e a liderar o movimento que resultou na formação da OUA (Organização para a Unidade Africana) 1963.

Como a maioria dos países africanos, a antiga Costa da Pimenta produtora no passado da malagueta, não fugiu à instabilidade sobretudo a partir da década dos 80. Assim, a guerra civil na Libéria além do intenso morticínio, provocou a intervenção da Comunidade Econômica dos Estados da África (1990). Não conseguindo que fosse respeitado o acordo do cessar de fogo pelos três grupos armados a própria intervenção da ONU não chegou a reduzir os combates.

A "balcanização" da África Ocidental por um lado, e a intercomunicação com o Brasil e Estados Unidos por outro lado, suscitaria o Pan-Africanismo que teve em Kwane Nkrumah um dos líderes carismáticos e mentor da independência de Ghana. No entanto, o tribalismo também falou mais alto, fazendo com que as várias tentativas de reagrupamento regional

⁶ Vide "O Globo"- 27 de abril de 1980

viesses a falhar após a independência; mesmo diante de Leopold Senghor um dos paladinos do chamado "socialismo africano".

Os "expedientes da História" aí surgidos, por obra do colonizador europeu, vêm também se enfrentando nas questões de fronteiras, sempre prontas a promover confrontos entre: Burkina-Faso/Mali; na delimitação litorânea entre o Senegal/Guiné-Bissáu.

Visto no mapa, o Senegal destaca logo o embate geopolítico, pelo litoral alternado com a presença do enclave da Gâmbia, sobrevivendo esta da plantação de amendoins e, mais recentemente pela procura de turista negros dos Estados Unidos, para visitarem a aldeia de Jufure, desde que Alex Halley escreveu "Raízes", localizando aí seus ancestrais que aparecem nas primeiras páginas do livro.

A Guiné-Bissáu contornada e cobiçada por países francófonos, viu-se, ultimamente tentada a abandonar o idioma português de seus colonizadores; sua única aproximação com a língua se faz com Cabo Verde, república instalada num arquipélago em pleno Atlântico, composto por ilhas vulcânicas. Esse miniestado insular, menor que o Estado do Rio de Janeiro, se estrutura numa população composta por 2/3 de animistas ou superficialmente cristianizados e 1/3 de islamizados. Os balantas formam a tribo mais numerosa (30%) à qual se liga a família Cabral⁷, formando a força principal contra os portugueses. Não foge, na atualidade ao tribalismo, por ter dentro de suas fronteiras os manjaks, com grande influência dos mandigas islamizados, e pelos ocupantes do interior que, embora em minoria na Guiné-Bissáu, retardaram a independência por serem aliados dos portugueses.

É porém a Nigéria, onde o termo brasileiro é sinônimo de católico, e Lagos topônimo que se mantém no idioma português, que se nota a maior aproximação com o Brasil, a despeito da britanização do Silva para Silver e do Augusto para Agosto. É o país mais importante da

⁷ Amilcar, o artífice da independência nacional assassinado um ano antes, foi substituído por Luís, seu meio-irmão e primeiro presidente do país.

África Ocidental e porta bem mais aberta para o Brasil, que a própria Guiné-Bissáu e Cabo Verde integrante da Comunidade Lusófona.

Tratando-se do "gigante da África Ocidental", embora menor que o Mali, por sua área equivalente a do nosso Nordeste, quanto por seu efetivo populacional. Pela massa crítica (área e população), a Nigéria é apontada como um dos pólos geopolíticos do Atlântico Sul; o que a leva, como potência regional a procurar desempenhar o papel de irmão maior, ou guia do subcontinente negro, dentro do chamado "messianismo geopolítico".

5.2 - África Central

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (KM2)	POPULAÇÃO (EST. 1992)
Camerum	Yaundé	475.000	12.000.000
Centro-Africana	Bangui	622.980	3.000.000
Congo	Brazzaville	342.000	2.400.000
Gabão	Libreville	267.670	1.000.000
Guiné Equatorial	Malabo	28.000	400.000
S. Tomé/Príncipe	S. Tomé	960	120.000
Tchad	N'Djamena	1.284.000	6.000.000
Zaire	Kinshasa	2.345.410	35.000.000

FONTE: Dictionaire de Géopolitique - Paris, 1993

Com uma área de 5.368.000 km², caracterizada pela Bacia do Congo, reúne a África Central cerca de 63 milhões de pessoas em 8 países, dentre os quais pela área, população e posicionamento tem maior destaque o Zaire.

Aí, quando da partilha política no século XIX, por comparação com a Europa Central ou Mitteleuropa, pretendida pelo Governo de Berlim dentro das diretrizes geopolíticas do espaço vital ou "lebensraum", a Alemanha definiu-se como a sua

Mittelafrica. Tratava-se, pois do espaço africano que pretendia, para obter uma faixa do Atlântico ao Índico através das já suas colônias Camerum-Tanganica.

Para pôr fim a essas pretensões. diante das exigências da França como potência de um lado, e de Portugal invocando seus direitos históricos, o Congresso de Berlim se viu na contingência de criar uma unidade-tampão no Estado Livre do Congo, entregando-o sob tutela ao Rei dos Belgas. Tal criação geopolítico-hidrográfica, referenciada pela "bacia convencional do Congo", punha também um freio planos do Governo de Paris da dorsal Congo-Brazzaville/Nilo. Sonho que se tornaria ainda mais utópico, com a criação dos também Estados-Tampões do Ruanda e do Burundi, unidades interlacustres integradas à África Oriental; o incidente de Fachoda demoveria, em 1899, a França, definitivamente da empresa.

Maior país do continente, o Zaire, nome que o Congo Belga tomou após a independência (1960), com sua floresta pouco acessível, é, na realidade, uma unidade econômica dependente — um autêntico Estado mineiro, com área que corresponde aos nossos Estados do Pará e Amazonas unidos.

Nesse país, a palavra colonialismo tomou um sentido pejorativo. Transformou-se num nacionalismo radical, que procurou até ocultar a origem européia colonizadora, trocando topônimos. Assim, sua capital Leopoldville transformava-se em Kinshasa, Stanleyville virou Kissangani, Costermansville passou a ser Bukam, etc. Nacionalismo, no entanto, que não livrou o país do tribalismo, não o poupando do separatismo, a despeito da unidade geográfica fazê-lo confundir-se com a Bacia do Congo. Bacia cuja foz divide com Angola através do enclave de Cabinda, que lhe sufoca sobremaneira, o já exíguo litoral que possui no Atlântico.

Conseqüentemente, o Zaire, tem topônimo originado de "Nzadi", corruptela do português no dialeto kikongo, significando rio que se alarga no interior. De fato, o Zaire se avanta no interior,

envolvido no centrifugismo geopolítico, caracterizando-se potencialmente pela "balcanização", quer no contexto geográfico, quer no etnográfico. Assim, o separatismo se fez sentir no Zaire, logo após a independência em 1960, e se repetiu em 1978, na Província do Katanga, depois denominada Shaba, região que divide com a Zâmbia no chamado "Cooper Belt" ou "Cinturão do Cobre", que compõe a metade dos recursos do país.

Sufocando o processo de luta sangrenta, o separatismo não está de todo descartado também no Norte-Kivu, na fronteira oriental em região montanhosa, isolada do restante do território por falta de comunicações terrestres e, bem mais voltada para o complexo lacustre do interior continental. Secessionismo que impediu a união do Zaire com a Ruanda e Burundi nessa área em questão.

Chegando ao poder em 1965, o então Coronel Sesse Seko Mobuto, hoje marechal, mantém o seu poder ditatorial nesse mosaico tribal; poder "num barco que se encontra a deriva", pois com o término da "Guerra Fria" e a derrocada do marxismo em Angola, o Zaire perdeu o prestígio de seu posicionamento para os ocidentais. Posicionamento que os levava a construir aí a OTRAG ("Orbital Transport und Rebeten Aktiengesellschaft Germany"), espécie de base para a OTAN fazer frente à presença russa na Tanzânia e "cubanização" de Angola.

Aí, nas imediações do enclave da Guiné Equatorial ao qual também pertence a Ilha de Fernando Pó, africanizada com o nome de Bioko, se destaca para o Brasil, pelo idioma português, a República Democrática de S. Tomé e Príncipe num arquipélago vulcânico, o menor país do continente.

Esse país-arquipélago que foi entreposto de escravos, de deportação de judeus e sentenciado às galés tornou-se independente em 1975 sem escapar da instabilidade dos golpes e contra-golpes. Após o plebiscito de 1990 aprovava o multipartidarismo por 71,9%, elegia-se no ano seguinte presidente da república parlamentarista Miguel dos Anjos da Cunha de Lisboa Trovoada, integrando-se as duas ilhas na Comunidade Lusófona.

5.3 - África Austral

PAÍS	CAPITAL	ÁREA(KM2)	POPULAÇÃO (Est. 1992)
África do Sul	Pretória Johanesburgo	1.221.073	40.600.000
Angola	Luanda	1.246.700	8.500.000
Botswana	Gaberone	570.000	1.200.000
Lesoto	Maseru	30.360	1.700.000
Malawi	Lilongwe	118.000	9.400.000
Moçambique	Maputo	800.000	16.100.000
Namíbia	Windhoek	825.000	1.600.000
Suazilândia	Mbanane	17.364	750.000
Zâmbia	Lusaka	746.000	8.400.000
Zimbabwe	Harare	390.000	10.000.000

FONTE: Dictionaire de Géopolitique - Paris 1993

Com cerca de 6.000.000 km² esse setor do continente africano esteve, por muito tempo, isolado da África mais ao norte, pela presença da vasta floresta que se estende ao longo da linha equatorial, tal como ocorre na Amazônia sul-americana.

Aí, a colonização inicial foi portuguesa, caracteristicamente, para a simples obtenção de pontos de escala na rota das Índias para seus navios no Cabo, com apoio nas costas opostas de Angola e Moçambique. Aos poucos, a empresa de navegação foi passando para os holandeses e ingleses que, ao contrário dos portugueses, se estabeleceram em sociedades locais no extremo austral africano.

Os estabelecimentos coloniais iriam atrair tribos negras, vindas do norte através dos altos planaltos da África Oriental. O movimento migratório provocaria, no início do século XIX, uma

série de conflitos sobretudo com a chegada dos ngunis, grupo lingüístico bantu formado por sub grupos — zulus, shosas e suazís; estes, superpostos a grupos negros autoctones, tribalmente complexos, ao lado de europeus — holandeses, ingleses, alemães e portugueses, esfacelariam, geopoliticamente, a região. Região que, em semicírculo, do Atlântico ao Índico, indo de Angola, passando pela Namíbia e África do Sul, chegando a Moçambique, passava, na desagregação, a contar com o número maior de enclaves de continente — Zâmbia, Botswana, Zimbabwe, Malawi e ministados do Lesoto e Suazilândia, todos sem saída para o mar.

Esfacelamento geopolítico numa área que, os desde os primórdios da era moderna, havia demonstrado importante posicionamento geoestratégico na bioceanidade dominada pela Passagem do Cabo; daí haver sido palco de manobras durante o século XX no confronto da "Guerra Fria". Ocasão em que se destacou o bastião ocidental formado pela República da África do Sul, cujo apartheismo transformou-se no trunfo que o bloco comunista agitava na ONU, para vê-la desestabilizada com um governo negro. Governo negro, que se transformaria em mais um títere de Moscou, tal como ocorreria com Angola e Moçambique. Tal situação de confronto retardaria a independência da Namíbia, que, para os Ocidentais, estava bem mais segura sob a tutela da República da África do Sul; e, por outro lado, concorreria para a formação dos "Países de Frente"⁸, contra o Governo de Pretória, para a desastabilização regional.

⁸ Durante a "Guerra Fria" procuravam esses países, a fim de coroar o isolamento que a ONU procurava impor à República da África do Sul, constituir em 1980 o SADCC (Southern African Development Coordination Conference), sem grande sucesso. Isto porque os países em questão repartiam os mesmos problemas — meios de produção obsoletos, mão-de-obra pouco qualificada e mercados restritos. Como múltiplo vetor bioceânico, já na categoria de nação emergente, mesmo penalizada pela ONU, a República da África do Sul sobreviveu impondo sua moeda na Área do Rand.

Desestabilização e "balcanização" que coíbia o sonho de Peter Willem Botha de formar uma "constelação de Estados" neste vasto *hinterland* de Estados-Tampões e Enclaves, porém dotado de potencial mineral e agrícola, cuja exploração e comercialização encontrava entrave no traçado fictício das fronteiras políticas. Linhas fictícias, que antes de Botha, já no século XIX, Cecil Rhodes procurava anular em seu projeto de união Cabo/Cairo.

Com o término da "Guerra Fria" e a formação do Eixo Norte/Sul que resultou na Comunidade Econômica Européia, depois do Tratado de Maastricht denominada União Européia, todo esse potencial espaço sub-sahaário, subtraindo-se a República da África do Sul voltava a se envolver com as antigas metrópoles através das Convenções assinadas em Lomé. Num neocolonialismo previamente acordado, a África Sub-Sahariana, dentro da conjugação de espaços previsto por Haushofer em 1937, se transformava no "Sul" fornecedor de matérias-primas, para alimentar as indústrias do "Norte", com tecnologia avançada, mas sem espaço vital. Esboça-se, pois, mais uma fase de interdependência dentro da independência.

Na África Austral, Angola é o maior país, com importância geopolítica, por se constituir na soldadura entre o Zaire e a Namíbia nesse conjunto geoestratégico dominando a Passagem do Cabo. Esse fato levaria o Kremlim, no cumprimento da Doutrina Gorskov de envolvimento da OTAN pelo sul, a transformar Angola numa espécie de satélite por "controle remoto". graças a presença, desde 1976, de tropas cubanas no país.

A luta pela independência em Angola, que no movimento separatista do Brasil (1822) procurou ligar-se a nós, teve início em 1961, estendendo-se até 1975; luta com continuidade, na guerra civil, quando três grupos étnicos se transformaram nos pivôs de movimento tribais ambicionando o poder. Tribalismo que se esconde sob siglas partidárias: o MPLA (Movimento pela Libertação de Angola) da tribo dos kimbundos, a UNITA (União

Nacional para a Independência Total de Angola) da tribo dos ovimbundos e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) da tribo dos kongos. Justamente as três tribos que, no período colonial, do comércio triangular Brasil/Portugal/Angola, participaram do "affaire" como caçadores e negociantes de negros escravos. Daí, Angola ser considerada "a mãe do Brasil". Sabendo-se que foram esses Sobas ou Régulos, chefes de tribos negras comerciantes de escravos, os que mais contribuíram para a desestruturação geopolítica da África, e sobretudo, para sua colonização tardia, visto que a ocupação europeia se manteve periférica; no caso específico de Angola essa ocupação centralizou-se no Vale do Cuanza, onde hoje, Luanda, é a sede do governo, nas mãos do MPLA desde a independência.

Com a morte de Agostinho Neto, José Eduardo Santos está no poder desde 1979, apoiado pela sempre marcante presença das tropas cubanas, formada por 20 mil militares chegados em 1980 para enfrentar a guerrilha da UNITA que, no entanto nunca foi sufocada. Com o fim da "Guerra Fria" o país mostrava-se praticamente devastado, com o próprio desmantelamento das transações comerciais feitas bem mais através da "candonguagem"⁹, ou troca de mercadorias substituindo a moeda nacional.

Com a retirada das tropas cubanas, o Governo de Luanda não teve outra alternativa que a de aceitar o pluripartidarismo, com 28 agremiações para levar o país para a "democracia". No entanto, estourava um escândalo em 21 de agosto de 1992, quando o jornal português "O Independente" divulgava que a campanha de José Eduardo Santos, subvencionada por Paulo Jacinto do Nascimento, tinha conexão com o esquema P. C. Farias no Brasil, que, pela corrupção, redundaria na queda do Governo Collor. Descobriu-se então, que Paulo Jacinto do Nascimento era funcionário de P. C.

⁹ No Brasil esse termo quimbundo significa fazer intriga; em Angola além de lisonja enganadora, denota ainda o fazer-se contrabando de gêneros alimentícios.

Farias, e que através da empresa Propeg de Cláudio Vieira, manobrou o pleito. O escândalo ironicamente denominado "Angollor" mostrou um financiamento feito através de "contas fantasmas", que utilizavam parte do dinheiro da venda dos 40 mil barris diários de petróleo destinados à Sacilda-OB, estatal angolana com escritórios de representação no Rio. Assim sendo, embora Santos tenha vencido no primeiro turno com quase 50% dos votos, não realizou o 2º turno, reiniciando-se a guerra civil.

Nesse conflito, Huanbo (antiga Nova Lisboa) reduto dos ovimbundos, a tribo de Savimbi lutando contra o governo de Luanda, procura avançar para a costa norte, na direção de Soyo, responsável por 30% da produção angolana de petróleo. Com o término da "Guerra Fria", os Estados Unidos que desde 1975 apoiavam a UNITA voltaram-se a partir de 1992 para o MPLA, levando esse partido no poder a abandonar a economia centralizada marxista e, sob a tutela do FMI e Banco Mundial, desvalorizar a moeda nacional — o Cuanza, privatizar fazendas de café e proteger o capital estrangeiro.

Além da instabilidade política que fomenta a guerra civil, Angola também se vê às voltas com o problema de Cabinda, seu território descontínuo na foz do Congo. No passado das conquistas, a diretriz portuguesa foi sempre a de obter um ponto de apoio na foz de um rio, que lhe viesse a facilitar o intercâmbio com o interior. Conseqüentemente, em se tratando de Cabinda, esse enclave na foz do Congo teve o mesmo enfoque geoestratégico que o da Colônia do Sacramento no Prata, hoje uma cidade do Uruguai. Por isso Cabinda, em sua união com Angola, talvez tenha os dias contados, já que tanto o Zaire como o Congo têm interesse no secessionismo. Mas, se tal vier a ocorrer, os dois países vizinhos, tratarão de pleitear ou realizar sua anexação; num desentendimento, uma intervenção externa, poderá fazer surgir mais um miniestado na África.

Cabinda, pobre em defesa militar é um território rico em recursos econômicos; o enclave é o responsável pela produção de 60% do petróleo de Angola, representando 90% das receitas de exportação do país devastado pela guerra. Numa baía correspondente a nossa Guanabara, diante do enclave, encontra-se a supercidade do Malongo, construída pela Cabinda Gulf Oil, associação que reúne Angola e a British Petroleum. Inclui-se ainda em suas atividades econômicas jazidas de ouro ainda inexplotadas, de fosfato, mercúrio e diamantes; possui o maior rebanho caprino da África Austral, enquanto sua agricultura de meio porte produz banana, café, cacau e milho.

A luta pela separação é efetuada por guerrilheiros da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), organização político-militar criada em 1963. Organização que também não foge ao tribalismo, pois se divide em três facções: a FLEX/FAC radical, bem aparelhada apresentando-se como a defensora única da independência; a FLEC/Interior de tendência pacífica, mas embora considere desnecessária a violência, admite a guerrilha como meio de pressionar o Governo de Luanda; e a FLEC/Renovada de liderança conciliadora, procurando manter entendimento entre as alas.

País inviável, Cabinda tem sua independência ameaçada pelos vizinhos, enquanto Moçambique, na área ribeirinha do Índico é tido como país improvável dentro do enfoque geopolítico, com os seus 3.000 km de litoral alargando-se e retraindo-se em direção a fronteira terrestre. Deve essa sua característica a ocupação portuguesa iniciada em 1526 em Sofala através do Zambeze. Aí surgiram os "Prazos", correspondentes às Capitâneas no Brasil, onde, bastante mestiçados, os "prazeros" se transformaram, no século XIX, nos barões negreiros adversários dos portugueses.

Caberia a Geografia complementar a ocupação inicial, já que os eixos fluviais, dispostos ao longo do território moçambicano de leste para oeste, transformaram-se em obstáculos na circulação norte-sul, e, ao mesmo tempo em eixos estanques de concentrações populacionais, que as ferrovias, em 1894 procuraram, tardiamente corrigir.

A falta de unidade imposta pela geohistória, mostraria um contraste no movimento de independência, bem mais coeso em Moçambique do que em Angola. Surgiu com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), dirigida pela personalidade marcante de Eduardo Mondlane, assassinado em 1969, e logo substituído por seu lugar-tenente Samora Machel. Ambos do sul foram chefes da guerrilha instalada no norte, onde a tribo makonde da fronteira com a Tanzânia contou sempre com apoio do TANU (Tanganika African National Union); imperava o ideal unionista com os makuas, mas não contaram com o apoio estratégico dos shona, estabelecidos no corredor da Beira, onde o braço armado da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) passaria a ser oposição após a independência.

Assim, Moçambique também se inclui no tribalismo - a marca quase que registrada da África Sub-Sahariana, como impasse entre a RENAMO do líder direitista Afonso Dhlakama e a FRELIMO de Joaquim Alberto Chissano oriunda do marxista Samora Machel. Observando-se que, com o término da "Guerra Fria" o tribalismo substituiu a ideologia no fomento às guerras civis nas quais a ONU vem se mostrando impotente; e, no caso de Moçambique desde 1992, quando para lá enviou o seu contingente de paz comandado pelo brasileiro, General Lélcio Gonçalves da Silva.

Em conseqüência, a economia do país seguindo o instável parâmetro político está desorganizada, enquanto as privatizações impostas pelo Banco Mundial e FMI deixam o poder instalado em Maputo incapaz de atender as necessidades básicas da população dessa república parlamentarista com forte chefe de governo que, como Angola, conta com mais da metade de analfabetos e ainda tem no 1º verso de seu hino a marca da luta de classes: "Avante operários e camponeses na luta conta a exploração".

5.4 - África Oriental

O Canal de Moçambique, com 1.800 km de comprimento, tendo 450 km em sua maior largura, separa a maior ilha local

(587.000 km²) do continente; vivem aí, também dentro do tribalismo os merinas, sakalavas e betsileos, integrando os onze milhões e meio de habitantes da República Democrática de Madagascar. Zona de transição, em meio as cinco Regiões Geopolíticas da África, esta ilha se constitui na ponte entre o continente a que pertence, e a Ásia; recebeu assim, povos de origens diferentes desde os náufragos que os ventos e correntes para aí conduziram, até os asiáticos, introdutores da rizicultura, aos quais vieram se juntar os colonizadores franceses.

Nas imediações de Madagascar, outros três países insulares — Maurício, Comores e Seychelles, ainda em face da presença dos Estados Unidos em Diego Garcia, e dos franceses em Tromelin; foram essas ilhas, no passado, transpolins para a África Oriental, onde representavam através do suahili, importante papel na unidade lingüística local.

O suahili tem por base o dialeto negro bantu, fortemente mesclado ao árabe em função do contacto comercial, cuja principal mercadoria era de negros escravos. Foi assim, a língua oficial no império comercial comandado pela Ilha de Zanzibar, e vetor do islamismo na África Oriental que, com a Cornucópia Africana, se constituem nas áreas do setor negro que mais se aproximam dos árabes

Fazem parte da África Oriental cinco países que o suahili não conseguiu unir.

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO
Burundi	Busumbura	27.830	5.200.000
Quênia	Nairobi	555.000	24.000.000
Tanzânia	Dar-es-Salaam	940.000	26.900.000
Uganda	Kampala	237.000	18.700.000
Ruanda	Kigali	26.340	7.400.000

FONTE: Dictionaire de Géopolitique - Paris 1993

A África Oriental corresponde ao "Rift", ou seja, a região das grandes fossas tectônicas, ocupadas por vários lagos, onde o tribalismo também se impõe. Isto desde os pequenos enclaves de Ruanda e do Burundi, onde os hutus do grupo bantu vindo da Bacia do Congo e os tutsis, provenientes da Etiópia, lutam entre si para a tomada de poder.

Ruanda com 90% de hutus é país governado por essa tribo, mas contando com a oposição dos 9% de tutsis. Essa minoria, formada por grupo de estatura elevada procurou sempre, fato notado desde a era da exploração científica do século XIX, dominar os hutus de cultura mais primitiva. Assim, no contexto atual, os tutsis, reunidos na Frente Patriótica Ruandesa (FPR) são considerados rebeldes, mas se constituem na "elite" dos criadores e, como "aristocratas" se colocam contra os hutus (palavra que significa - servo), já que conseguiram o poder político, no vizinho Burundi.

Diante do fracasso da intervenção estadunidense na Somália e da própria ONU (Operação MINUAR -Missão as Nações Unidas para ajuda à Ruanda) no conflito que ocorre nesse "país das mil colinas", a guerra civil tornou-se cada vez mais cruenta. Assim, em junho de 1993 a França resolvia aceitar o alto risco; não só porque Ruanda colonizada pelos belgas tem no francês uma de suas línguas oficiais, como os franceses contam com a tradição na área desde 1990 quando a crise ameaçava explodir.

Crise mantida por *aphartheid*, de uma só cor que "balcaniza" o Burundi, reforçando a situação dos tempos coloniais quando os valões da Bélgica passaram a apoiar os tutsis e os flamengos puzeram-se a proteger os hutus.

Embora as duas tribos em luta falem a mesma língua e sejam cristãs em maioria, só convivem dentro do *apartheid*; mas enquanto o Vaticano se bate pela proteção às populações massacradas, dentro do conceito de "ingerência humanitária"¹⁰ o

¹⁰ O documento do Conselho Pontifício para a Justiça e Paz divulgado em 21 de junho de 1993 pelo Vaticano aceita como "moralmente válida" a legítima defesa mediante o uso de armas para proteger a vida de populações inocentes em todo o

CMI (Conselho Mundial das Igrejas) que liga 324 igrejas cristãs em mais de 100 países, mostrou-se contrário a intervenção francesa.

A instabilidade deve atingir também a Tanzânia, pois o TANU de Julius Nyerere no poder desde 1965, viu esse retirar-se da vida pública em 1990. Os problemas já podem ser vislumbrados pela Emenda Constitucional de 1992, que pretendendo levar o país para o pluripartidarismo, impõe a condição de que as agremiações políticas não preguem o tribalismo e o separatismo, itens que, por certo não serão respeitados.

Tribalismo que afeta também o Quênia, cujos problemas econômicos são agravados pela seca e entrada de refugiados somalianos e hutus dos países vizinhos, em guerra civil.

5.5 - Cornucópia Africana

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (KM2)	POPULAÇÃO
Djibuti	Djibuti	23.000	484.000
Eritreia	Asmara	117.400	3.400.000
Etiópia	Adis Abeba	1.100.000	50.000.000
Somália	Mogadiscio	637.000	7.500.000

FONTE: Dictionaire Géopolitique - Paris 1993

A Cornucópia africana ou Grande Somália, assim chamada por ter sido habitada em sua maior parte pelos somális, é, geograficamente formada por um triângulo irregular, cujo vértice é ocupado pelo Cabo Guardafuí. ImproPRIAMENTE chamada de Chipre da África, a região não conseguiu integrar-se com a Etiópia em face do colonialismo, ou seja, a ocupação de vasto litoral que vai do Estreito de Bab-el-Mandeb até o Índico, pelos franceses, ingleses e

Mundo. A "ingerência humanitária" pois, se coloca acima da soberania das nações, quando se trata de acabar com conflitos étnico e nacionais.

italianos. Ideal hoje ainda mais utópico, pois se a Grande Somália fosse objetivo da Etiópia iria contar com a franca oposição do pan-arabismo de um lado e do fundamentalismo islâmico, instalado no Sudão.

Encontra-se aí, pois, intrincada zona de atrito, de fronteiras mal delimitadas e etnicamente desajustada.

A ocupação europeia juntar-se-ia o "expediente da História" constituído pela Eritreia que, em 1952, passava a ser um Estado Federado da Etiópia, transformada em 1962 numa simples Província. Daí a luta contra o poder central desde 1965, desse território à beira do Mar Vermelho, onde coabitam cristãos e muçulmanos, que se transformou num novo país africano em maio de 1993.

São também cristãos cerca de 60% dos etíopes, vivendo em território interiorizado a 1.800 metros acima do mar, em autêntico bastião da cristandade, cercado por muçulmanos hostis, nas terras mais baixas. É esta a feição geral da Etiópia, que se considera a "Terra Santa do Povo Eleito" ou a "Israel da África", cuja história remonta aos 3.000 anos antes de Cristo. Dentro do contexto geopolítico, constitui-se numa abertura tradicional para a África Sub-Sahariana - Sudão, já em zona de transição, Quênia e Zaire.

Perdido seu litoral, autêntico balcão debruçado sobre o Mar Vermelho e Península Arábica, impõe-se para o continente mais uma incógnita — até quando a Etiópia ficará conformada como Estado interiorizado? Estado tendo que continuar a se valer, com mais intensidade ainda, do ministado de Djibuti, muitas vezes convulcionado pela rivalidade entre *afars* e *issas*.

Djibuti, que embora de exíguo *hinterland*, é importante escala marítima e porta de entrada dos etíopes. Enclave que preferiu se separar da Somália, um dos países mais pobres e atrasados do Mundo, nascido em 1960, carecendo de estruturas políticas e administrativas, perdido no emaranhado do sistema tribal. No

entanto, por seu posicionamento geoestratégico, de chave no golfo de Aden e Mar Vermelho, e porta de acesso ao Índico na rota do petróleo para o Ocidente, transformaram essa Somália numa "pobre cobiçada", que se vendeu aos Estados Unidos, mas que ante a indecisão de Carter passava a ser um "Estado da KGB". Somália que vem se empobrecendo cada vez mais com as lutas tribais, levando a ONU a uma ineficaz intervenção (1992-1993).

Somália disputando com a Etiópia o Deserto de Ogaden que lhe é limítrofe, que em 1977 provocou uma guerra entre os dois países. E, que não se encontra imune ao secessionismo, já que o setor colonizado pela Inglaterra procura se desligar do sul, de colonização italiana, para se transformar na Somaliland com seu milhão de habitantes, numa área de 176.000 km², comandada pela capital em Hargeisa.

Curiosamente, esse secessionismo subsiste numa Somália habitada nas duas regiões por somalis islâmicos, mas que se dividiram em tribos e clãs por influência da Arábia Saudita e Iraque. Assim, a guerra civil e os efeitos da seca, fazem grassar a fome nesse país, que discute se deve oficializar como língua oficial o árabe ou o somali.

Somali, que não tem sido suficientemente forte, embora falado em todos os países da Cornucópia Africana e norte do Quênia, para unificar a região onde o árabe procura se impor. Conflito linguístico que se estende para o religioso, pois os etíopes de crença cristã copta ou ortodoxa, tudo fazem para impedir a islamização; mesmo que essa política venha sendo levada a efeito pelos fundamentalistas instalados no Sudão, contra populações cristãs de sua província meridional.

6 - CONCLUSÃO

O traçado fictício de fronteira acordado pelas potências européias no século XIX mantém a marca de suas conseqüências na

África Sub-Sahariana, proporcionalmente a região mais subdividida geopoliticamente no Mundo.

Em função do tribalismo inexistente o nacionalismo no sentido exato da palavra; assim, com o processo imaturo da independência, a liberdade se encontra em declínio. Pelos fatos políticos ocorridos, muito concorre não terem os países conseguido estabelecer objetivos comuns quanto o apoio à segurança internacional, ao crescimento econômico e aos direitos humanos. Conseqüentemente, os ditadores se perpetuam no poder ou manobram pretensas eleições conscientes de que podem desprezar as regras internacionais ante a inoperância da ONU.

Um desses ditadores Joseph Sesse Mobuto, tomou o poder em 1965, refugiado em seus palácios ou num iate que navega pelo Congo e cuja morte poderá lançar o Zaire num “barril de pólvora” é o que indica a existência no país de cerca de 250 povos espalhados em 11 províncias ao lado de um exército indisciplinado e sem unidade. Surgirá então uma outra Libéria onde clans armados se envolvem em guerra fratricida, que se mantém latente em Angola, pois Jonas Savimbi não permite que seus guerrilheiros deponham as armas.

Na África as camarilhas dirigentes, que herdaram países demarcados pelos colonizadores se servem do poder em benefício próprio. E nesse contexto um golpe militar acabou com o sistema democrático no Niger (janeiro de 1996) enquanto no mês seguinte soldados descontentes quase provocaram a queda do Presidente da Guiné. Em contrapartida com diferentes graus de garantia se realizavam eleições no Benin, Serra Leoa, Zimbabwe, Ilhas Camões e Serdão. Concluindo-se que no contexto geral a democracia continuará bem mais sob sombras do que sob luzes; e muito embora o continente tente fugir da periferia do sistema ditaduras sufocam democracias, golpes impõem anarquias enquanto a fome ameaça milhões que, abandonados por governos falidos têm que buscar refugio em outros países buscando caminho próprio para a sobrevivência .

Assim, enquanto se propõe, para auxiliar economicamente essa África Sub-Sahariana empobrecida, na condição de que ela adote o multipartidarismo que está longe de conseguir, a instabilidade vem sendo a tônica. A ponto das 13 operações de paz em andamento pela ONU em 1993 num total de 69 mil capacetes azuis: 440 estavam em Angola para controlar e aplicar acordos de paz entre o governo e a UNITA; 250 em Moçambique para desarmar facções e preparar eleições; enquanto 20.000 se instalavam na Somália para supervisionar o cessar fogo e proteger a ajuda humanitária para um povo que morria a míngua.

Enquanto isso, em Nova York eram ouvidos 93 discursos (27 de setembro a 14 de outubro de 1993), para que se iniciassem as discussões rotineiras na ONU. Nessa sessão anual da Assembléia Geral, falou-se de tudo, desde assuntos domésticos aos internacionais. Enquanto Clinton pelos Estados Unidos defendia uma atuação mais restrita da ONU, o Secretário Geral Boutros Gali alertava de que "os desafios do Mundo não podem esperar".

Enquanto espera, a África Sub-Sahariana passa do confronto Leste/Oeste para o neocolonialismo de um Eixo Norte/Sul que já a envolveu via Convenções assinadas em Lomé, a capital do Togo. Tudo isso, caracterizado no discurso feito pelo Chanceler brasileiro Celso Amorim na abertura oficial da Assembléia Geral da ONU, em 27 de setembro de 1993. Alertou para as desigualdades, "visto que a crescente desordem internacional que sucedeu a Guerra Fria se tornou uma justificativa para atos discriminatórios com repercussões nos países do Sul".

Em se tratando dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) á tendência para uma nova aproximação com o Brasil e Portugal através da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP), idealizada pelo Embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira. Comunidade que procurava definir sua geoestratégia dentro das seguintes diretrizes: Cabo Verde, sem curso superior, sediaria a Universidade dos Sete; a Guiné-Bissáu

contornada por países francófonos e Moçambique rodeada por cerca de 90 milhões de pessoas falando o inglês, seriam os bastiões da coordenação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa; S. Tomé-Príncipe se ocupariam com a cooperação econômica empresarial; enquanto Angola dominada pela mais longa guerra tribal, abrigaria o Parlamento da nova Comunidade.

Sobre essa geoestratégia, Fernando dos Santos Neves afirmava que seria um autêntico golpe de mestre para resgatar o tesouro que a União Europeia com interesses na África Sub-Sahariana via Convenções de Lomé, procurava convencer Portugal a abandonar. Mas que, textualmente afirma o Reitor da Universidade de Humanidades e Tecnologias: "Não há especiarias orientais, nem ouro do Brasil, nem milhões de europeus que substituam o projeto da CPLP"(in Jornal do Brasil de 7/7/94). Mesmo sem o ouro e as especiarias, a Comunidade Lusófona nasceu em 17 de julho de 1996, em Lisboa, no Centro Cultural de Belém; nasceu, no entanto, sem a tão necessária aspiração comum, bem longe ainda de se definir. (Vide LS nº 812/97, Comunidade Lusófona.)

Os anos 80 podem, pois serem considerados para a África Sub-Sahariana como a "década perdida", com os países dependentes das exportações de bens primários, verem suas economias desabarem com a queda dos preços sobretudo do café, cacau e cobre.

É a área onde a maioria das pessoas fica cada vez mais pobre; nos anos 80 a renda *per capita* baixou quase 2% ao ano e, fora a diminuta elite, segundo o Banco Mundial mais de uma pessoa em cada três vive na pobreza absoluta. Mas, que nem por isso se impõe a um planejamento familiar, já que a explosão demográfica é a mais alta do mundo com a cifra de 3,2% ao ano. Nesse caminho, pois, em menos de 25 anos, quase 30 nações africanas irão duplicar sua atual população; e se na área sub-sahariana viviam ao se iniciar a década dos 90 cerca de 600 milhões de pessoas, deverá, no ano 2.030 atingir a 1,6 bilhões.

O analfabetismo é tónica quase que constante e, segundo a UNICEF os gastos com cada estudante diminuíram em quase 1/3 o número de matrículas nas escolas primárias reduzindo de 79% para 67%, levando, em contrapartida, 1/3 dos que conseguem se diplomar a abandonar o continente.

Na década dos 80 a produção de alimentos caía a um nível 20% inferior ao da década dos 70, com tendência a diminuir ainda mais na década dos 90 em função das secas, degradação do solo e conseqüente avanço do deserto, além das guerras tribais que concorrem para a instabilidade. Segundo a UNICEF 100 mil crianças morrem na África Sub-Saariana e outras 100 mil ficam incapacitadas com a fome, já que a mandioca, o prato básico é pobre em nutrientes.

A África Sub-Sahariana é, pois uma dessas áreas do "Sul", em ebulição, passando por um período de tensão, saído da "Guerra Fria", para entrar na "Guerra Tépidas". Período que irá alterar seu mapa político ou modificar radicalmente as noções de nacionalidade e, no seu bojo, a de soberania. Isto porque, a África Sub-Sahariana é região caracterizada geopoliticamente por um conglomerado de países não só fracos como heterogêneos, que tateiam para resolver equações nacionais ou regionais, porém, muito ligados pelo "cordão umbilical" da dependência, aos centros metropolitanos do "Norte", numa proposição moderna do neocolonialismo.

BIBLIOGRAFIA

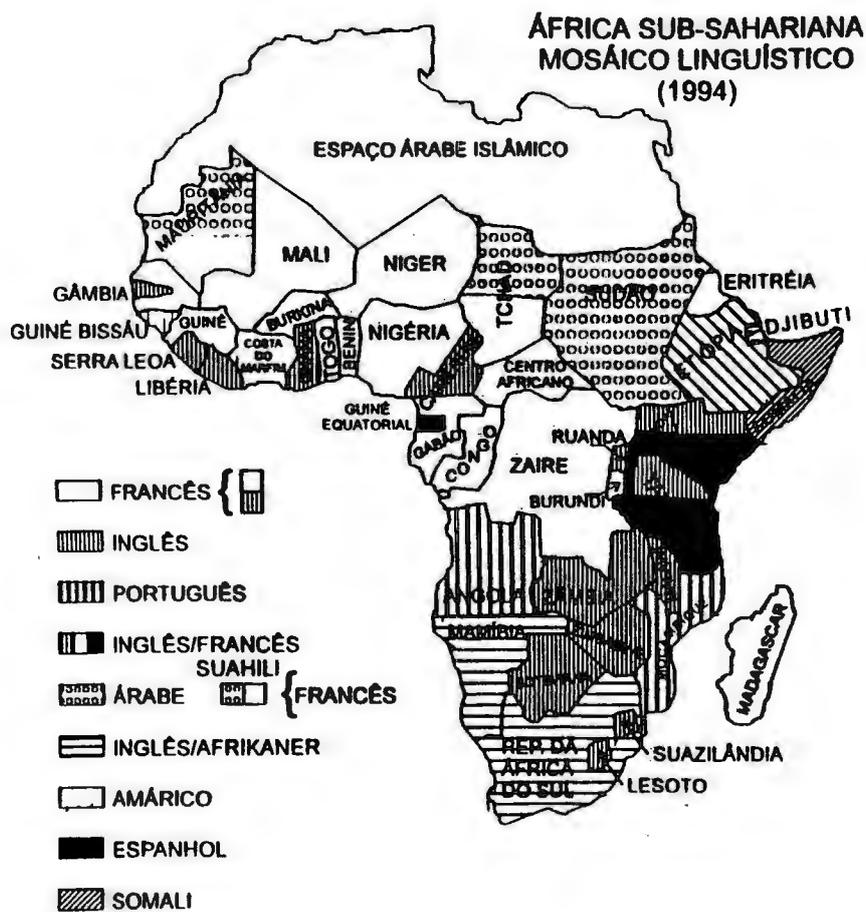
- CARVALHO, Delgado de. *África-geografia social, econômica e política*. Rio de Janeiro: 1963.
- DECHAMPS, *L'Afrique noire précoloniale*. Press Universitaires de France, Paris: 1962.
- FELGAS, Hélio. *A maior guerra entre os africanos*. Nigéria Biafra, serviços Gráficos da L. C., Lisboa: 1970.
- MELLO, William Agel de. *Uganda - o socialismo africano: o modelo da Tanzânia*. Thesaurus Editora, Brasília: 1990.
- MENDE, Tibor. *De L'aide a la recolonization - Les Lessons d'un échec*. Éditions du Seuil, Paris: 1972.
- SENGHOR, Henri Pierre Arphang. *20 Atlântico Sul e a África*. Conferência proferida na ESG em 27 de julho de 1970. Indicativo C-90-1-70.
- WALKER, General Sir Walter. *O urso à porta de trás - A ameaça soviética à linha vital do ocidente em África*. Editora Abril, Lisboa: 1979.
- WODDIS, Jack. *África: As raízes da revolta*. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1961.
- ZISCHKA, Anton. *África, reserva da Europa* Ediciones Omega S.A. Barcelona: 1954.

MAPA 1



Org por Therezinha de Castro

MAPA 2



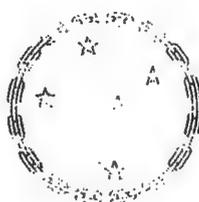
América do Sul: vocação geopolítica

Therezinha de Castro

Reprodução autorizada pelo Brigadeiro Delano Teixeira Menezes, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra - ESG.

CASTRO, Therezinha de. *América do Sul: vocação geopolítica*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997. (Leitura selecionada, 802/97).

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

**LS 802/97
DAInt**

**AMÉRICA DO SUL:
VOCAÇÃO GEOPOLÍTICA**

Profª Therezinha de Castro

**Trabalho elaborado pela Professora
Therezinha de Castro**

Os textos de **Leitura Seleccionada**, de carácter doutrinário, teórico ou conjuntural, destinados à distribuição interna, às vezes discordantes entre si, visam a trazer novos subsídios aos estudos que aqui se realizam e expressam opiniões dos respectivos autores, não, necessariamente, as da ESG.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	7
2 - OCUPAÇÃO	8
3 - FISIOPOLÍTICA	9
4 - PARTILHA POLÍTICA	11
5 - REGIÕES NATURAIS	13
5.1 - A REGIÃO DO CARIBE	14
5.2 - REGIÃO DO PACÍFICO	15
5.3 - REGIÃO INTERIOR	17
5.4 - REGIÃO ATLÂNTICA	19
6 - PRESENÇA DO BRASIL	21
7 - CONCLUSÃO	23
BIBLIOGRAFIA	26
ANEXO 1	27

“AMERIKA, DU HAST ES BESSER ALS
UNSER KONTINENT, DAS ALTE!”

GOETHE

“América, tua sorte é melhor que a do nosso velho
continente!”

AMÉRICA DO SUL: VOCAÇÃO GEOPOLÍTICA

1 - INTRODUÇÃO

Bem mais caracterizada como *Ibero-América* do que latina, contrastando com o setor anglo-saxônico, cortada pelo equador e trópico de capricórnio, a posição geográfica da América do Sul lhe confere, grosso modo, a categoria de continente do *hemisfério sul*.

Com *forma triangular*, o setor mais largo do continente se concentra na *zona equatorial terrestre*; estreitando-se ao atingir a *faixa temperada* para afunilar-se no vértice meridional na *frente sub-antártica polar*. Advindo desta posição geográfica encontram-se nos dois extremos do continente *áreas pouco favoráveis ao estabelecimento humano*: o norte quente e chuvoso e o sul frio e estéril.

Contraste que se equilibra no setor das baixas latitudes, onde a população para evitar as temperaturas mais quentes, notadamente dos países banhados pelo *Pacífico* deu preferência às *zonas andinas*. Em contrapartida, os países banhados pelo *Atlântico* pondo em contacto a América do Norte/Europa/África têm seus principais centros demográficos no *litoral*, fazendo do Brasil, o mais populoso do conjunto. Tal fato vai gerar a *oposição entre as duas vertentes oceânicas*.

- a do Pacífico, “mar solitário”, de *navegação extensiva*, com *feixes de circulação bem mais regional*;

- a do Atlântico de *navegação intensiva* com feixe de *circulação intercontinental*.

Quer pela oposição das duas vertentes oceânicas, quer pela existência das *zonas repulsivas*, implantaram-se *áreas geopolíticas neutras* que por sua posição no *hinterland* predisuseram os países sul-americanos a uma dissociação econômica e psicossocial, vivendo de costas uns para os outros.

2 - OCUPAÇÃO

Contribuiria também para o *dualismo geopolítico sul-americano* o *Tratado de Tordeilhas* (1494) seccionando, como fronteira esboçada as *duas grandes vias de penetração continental*:

- entregando a *foz do Prata* aos espanhóis, proporcionou-lhes maiores oportunidades para a expansão pelos *Pampas e Chaco*.
- concedendo a *embocadura do Amazonas* aos portugueses, coincidentemente o seu setor sul, o melhor braço para a navegação, permitiu que os lusos se apossassem daquela *planície setentrional*.

Facilitada a penetração espanhola ao sul e a portuguesa ao norte, o continente sul-americano foi induzido, embora indiretamente, a uma *bipartição aproximada*: 8.500.000km² para os portugueses e 9.300.000 km² para os espanhóis. Caberia aos Andes e federalismo castelhano impor o *cantonalismo geopolítico* a América Espanhola gerando-lhe *vários núcleos geohistóricos* dividindo-a, posteriormente em várias repúblicas. Por outro lado o relevo mais baixo e centralização do Reino Português confirmariam o *unilateralismo* do Brasil com *um único núcleo geohistórico*. O *fator fisiopolítico* justifica, a *superioridade territorial do Brasil* no conjunto sul-americano, já que a Argentina que o segue em área, atinge apenas a terça parte da superfície brasileira.

O espaço português posicionado em *longa faixa atlântica*, mais próxima da África e Europa contou com a vantagem dentro do *contexto econômico*, colocando o Brasil em *maior contacto com Portugal*; dentro do *enfoque geoestratégico* iria se caracterizar como centro de assaltos e tentativas de fixação por parte de elementos estrangeiros. Do outro lado, no setor do Pacífico, embora contando com a desvantagem *geoeconômica* da *distância para com a metrópole*, face ao isolamento, ficavam os espanhóis menos expostos aos invasores.

A conquista desordenada e *tendência a continentalidade* exporia mais a metrópole espanhola com vasta área de disputa na América com outros vizinhos colonizados. Assim a *zona de disputa* iria se estender desde a América do Norte até a do Sul.

3 - FISIOPOLÍTICA

Sabendo-se que as massas continentais se distribuem no Hemisfério Norte formando um grupamento em semi-círculo centrado no Polo Norte, a América do Sul se posiciona no *Hemisfério Meridional ou Marítimo* no qual a Antártica se constitui no território mais considerável da metade inferior do Planeta.

A América do Norte se orienta mais para o quadrante oeste, enquanto a América do Sul oferece exemplo típico de desvio continental para o leste; assim, o meridiano de Lima, cidade na esfera do Pacífico-Sul passa por Washington na dependência do Atlântico-Norte. Esse *entorse continental* caracteriza a América Meridional como *América do Leste* criando a *zona de estrangulamento do Atlântico*, levando Recife a distar somente 18 graus de longitude de Dakar e 10 graus de Cabo Verde, a terra mais ocidental da África.

Considerando-se o meridiano de zero graus de Greenwich toda a massa continental americana se concentra no *Hemisfério Oeste ou Ocidental* entre os 36 graus do Cabo Branco no nordeste brasileiro aos 160 graus do Cabo Príncipe de Gales na Alaska. Nesse posicionamento observa-se que a América do Sul está bem mais *isolada* pelo Oceano Pacífico encontrando-se a grande distância da Austrália, que com ela se defronta numa linha leste-oeste, no setor do chamado *Crescente Externo Insular*.

Envolvendo-se em *duas vertentes oceânicas*, o continente sul-americano caracteriza-se por *duas zonas longitudinais*:

- a primeira é formada pelos *Andes* cadeia de montanha prolongando-se de norte para sul por mais de 7.000 km, formando verdadeira barreira ao longo do Oceano Pacífico levando a América do Sul a voltar-se bem mais para o Atlântico em seu "destino manifesto";
- a segunda é constituída por três planícies, *Orenoco, Amazônica e Platina* e três planaltos, *Guianas, Central ou Brasileiro e Patagônia* que se intercalam e são estruturalmente partícipes do Atlântico.

Nos Andes, o sistema de transfusão entre as duas vertentes oceânicas se encontra nos *passos e nós*.

Os passos, passagens naturais nos colos das montanhas possibilitam o contacto entre as duas vertentes. Esses acidentes geográficos andinos mais importantes estão no sul: o de *Upasllata* entre a Argentina/Chile é aproveitado pela única transcontinental do continente entre Buenos Aires/Valparaíso; o de *Santa Rosa* leva o sistema ferroviário boliviano até Arica no Chile. Enquanto *Upasllata* une as duas vertentes oceânicas o de *Santa Rosa* só o fará quando se

complementar o trecho Santa Cruz de la Sierra já conectada com Santos no Atlântico e Cochabamba.

Os nós ou “nudos” apresentam-se sob a forma de planaltos circundando um alto pico: enfeixando várias ramificações andinas são centro de dispersão de águas em linhas de menor resistência do terreno, acima dos 3.000 metros de altitude entre 5° e 15° de latitude sul. A importância funcional desses acidentes geográficos relacionados ao Atlântico se concentra na posição que ocupam no anfiteatro amazônico. O *nó de Pasto* na Colômbia e o de *Loja* no Equador se direcionam para os vales do Putumáio e Marañon respectivamente aguardando vias hidrográficas de acesso ao Atlântico ainda por se desenvolverem. Já o *nó de Cerro Pasco* no Peru se divide entre os vales amazônicos do Marañon e Purus; enquanto que o de *Vilcanota ou de Cuzco* prolonga o de Pasco na direção do Madeira.

A *Bacia Amazônica* se constitui numa sub-região de conexão entre duas áreas de importância geoestratégica - a do *Caribe* e a do *altiplano boliviano*, considerando este último uma espécie de “heartland” do continente. Em consequência, quando melhor aproveitada a Bacia Amazônica com a integração poderá se transformar em polo de atração de zona repulsiva; na oportunidade, essas aberturas andinas levarão para o Atlântico riquezas potenciais de zonas geopolíticas neutras do continente.

As planícies *Amazônica, do Orenoco e Platina* são servidas por redes hidrográficas que levam a América do Sul em seu “destino manifesto” a se voltarem para o Atlântico do qual são tributárias.

Buscam também o Atlântico, declinando para ele, os *planaltos das Guianas e da Patagônia*. Já o Planalto Brasileiro pende para o interior, buscando ainda o norte e o sul. Por sua disposição esse planalto demonstra vocação continental de enlace entre as bacias Amazônica e Platina.

Por sua posição e configuração, envolvendo o centro geográfico do continente em área geopolítica neutra, o Planalto Brasileiro favoreceu a penetração para o oeste, permitindo que os portugueses, detentores de núcleo geohistórico a beira do Atlântico, conquistassem vasto hinterland da América do Sul.

Dentro pois, do *enfoque fisiopolítico* podemos concluir que:

- a *unidade andina* contribuiu, de início, para a implantação de um único estabelecimento colonial - o espanhol, estendendo-se de norte para o sul, na *vertente isolada do Pacífico*;
- a *variedade na vertente mais disputada do Atlântico* favoreceu a implantação de vários estabelecimentos coloniais - o espanhol, o português, o inglês, o holandês e o francês;

- no *setor dependente do Pacífico* sem nenhuma grande bacia hidrográfica. com litoral pobre em articulações em grande parte desvinculado do interior. quer pelos nós e passos projeta-se bem mais para *forte associação com o Atlântico*:

- a *vocação geopolítica de atração do Atlântico* se liga a presença de importantes bacias hidrográficas. associadas às articulações litorâneas onde o relevo mais baixo favorece intensa vinculação com o hinterland.

4 - PARTILHA POLÍTICA

Embora a fisiografia não se apresente tendente a uma *unificação política*. vemos também que não impõe a *desagregação*.

Com uma *superfície* de cerca de 18.300.000 km² o continente sul-americano apresenta *grande número de paisagens* nas quais o traçado das *fronteiras políticas* faz com que a *população da América do Sul* viva. em parte *divorciada de sua vocação geopolítica*.

Em função da *linha de Tordezilhas*. fronteira esboçada de 1494. o território espanhol. voltado para o Pacífico possuía trechos no Atlântico. onde os 2.800.000 km² dos portugueses concentravam a melhor e mais bem posicionada parcela. *Fronteira* esboçada que segundo Everardo Backheuser era bem mais uma *antefronteira* (fronteira antes de ser). e que nos primeiros anos da colonização eram arbitrárias contribuindo para que fossem elaborados mapas *inexatos e incompletos*.

No entanto. essa fronteira esboçada iria. por coincidência refletir o *posicionamento das metrópoles na Península Ibérica*. aí a Espanha voltada para o Mediterrâneo possuía *nesgas litorâneas* no Atlântico onde o retângulo territorial ocupado por Portugal concentrava a melhor parcela.

Dentro do contexto fisiopolítico a *ocupação do continente sul-americano* refletiria. grosso modo. o posicionamento da Espanha/Portugal na Península Ibérica. Na Europa haviam os portugueses se instalado em. áreas de altitudes mais baixas. ficando os espanhóis com os territórios mais elevados da meseta. Na América do Sul a *divisão acordada em 1494* dotava os portugueses de *setor litorâneo* menos elevado. ficando os espanhóis com os mais altos.

Com a progressiva ocupação da América do Sul. a *divisão política colonial* refletiria contingências geohistóricas da Península Ibérica. No espaço espanhol. a *descentralização* refletia uma Espanha geopoliticamente constituída

por Confederação de Reinos comandados por Castela a quem coube expulsar de vez os árabes de Granada em 1492. Por isso, 8 cidades da América Hispânica passavam logo a ter função de comando, transformadas em *Audiências*. No setor português a *centralização* era herança do Reino de Portugal sem conhecer o esfacelamento feudal e que já no século XII se unificara expulsando os árabes. Em consequência, num nítido contraste com a América Espanhola só duas cidades, cada qual da sua vez, funcionaram como *capital*-Salvador de 1549 até 1763 e Rio de Janeiro refletindo a tendência geopolítica portuguesa de Guimarães e Lisboa. Tanto em Portugal quanto no Brasil, esses centros urbanos se posicionavam nos respectivos núcleos geohistóricos desses países.

Podemos também observar que a *divisão colonial* da América Hispânica iria na época, refletir *as contingências geoeconômicas e geoestratégicas do continente*.

- No Vice-Reinado do Peru se concentrava toda a economia mineira. Além de zona de passagem das riquezas peruanas predominava a *atividade agrícola* no Vice Reinado de Nova Granada. Criado por imperativos defensivos para impedir a posse da área pelos portugueses o Vice Reinado do Prata surgido em 1763 se concentrava na *pecuária*.

- Por imposição geoestratégica surgiram as *Capitanias Gerais*. A da Venezuela para barrar o avanço estrangeiro com foco nas Guianas e pôr um termo no contrabando feito por piratas e flibusteiros no *Caribe*. A do Chile, em função do isolamento da área posicionada em *ângulo morto do Pacífico Sul*, na praticamente abandonada rota do Estreito de Magalhães.

A *vocação atlântica da América do Sul* levaria o setor hispânico a manter-se com áreas dependentes dessa vertente:

- os Vice Reinados do Peru e de Nova Granada voltados para o Atlântico Norte via Istmo do Panamá:

- isolados e de costas um para o outro, o Vice Reinado do Prata no ângulo terminal do Atlântico e a Capitania Geral do Chile desejosa de uma saída por essa vertente, quer pela Patagônia ou pelos Estreitos no sul do continente.

Já o *Estado do Brasil* associado ao Reino Unido de Portugal e Algarve, uno tanto política quanto economicamente manteve sua vocação atlântica já que em seu núcleo geohistórico se estabeleceram todos os seus ciclos econômicos.

O *ciclo da cana-de-açúcar* posicionava o nosso Nordeste como ecúmeno estatal, mantendo a capital em *Salvador*. Com o *ciclo da mineração*, no momento em que se intensificava a tensão na foz do Prata com os espanhóis, a capital era transferida para o *Rio de Janeiro*. Observando-se que os três ciclos iniciais de nossa vida econômica, se aos da cana-de-açúcar e mineração associarmos o de característica recoletora que foi o do pau-brasil, se

desenvolveram na *mais estreita dependência do Atlântico*. Toda comunicação entre as Capitânicas Hereditárias só podia ser efetuada pelo mar e, até mesmo as *Entradas*, expedições oficiais para o interior, eram proibidas além da linha de Tordesilhas.

Em 1580 unindo-se as Monarquias Ibéricas desaparecia essa fronteira esboçada, iniciando-se, com as *Bandeiras*, devidamente legalizadas pelo Governo de Madrid, a *penetração para o hinterland*, impunha-se a vocação continental castelhana com capital interiorizada em oposição a maritimidade de Lisboa.

Herdava também o Brasil os inimigos europeus da Espanha hegemônica - holandeses, ingleses e franceses. Destacando-se então a Bandeira de *Antônio Raposo Tavares* (1628-48) que enlaçou pelo interior as Bacias do Prata e Amazônica e a de *Pedro Teixeira* (1637-39) que, face o perigo de invasores estrangeiros instalados na região guianense, penetrou na Amazônia.

Por outro lado a união ibérica impunha ao *Estado do Brasil* a descentralização com a criação do *Estado do Grão Pará e Maranhão* comandado provisoriamente por S. Luiz e depois defendido pela fortificada cidade de Belém. A junção seria automática com a elevação do Brasil a *Reino Unido* ao de Portugal e Algarve em 1816.

Em se tratando da partilha política da América do Sul se impõem os *fenômenos da conjunção e disjunção*:

- a *coesão* foi mais forte no setor atlântico ocupado em sua maior parte pelo Brasil, dentro do princípio de que a montanha produz o fenômeno cantonalista, enquanto vales e planícies unem;

- a *descentralização* imposta pelas 8 Audiências faria surgir as 8 *Repúblicas* de língua espanhola, criando entre si fronteiras políticas que anularam o conjunto geohistórico.

5 - REGIÕES NATURAIS

No século XIX criadas as várias unidades geopolíticas independentes das metrópoles, as circunstâncias locais conseguiram imprimir caráter determinante a espaços geográficos sul-americanos. Nessas condições adotando a classificação de Levi Marrero, distinguimos 4 *regiões naturais integradas ao conjunto continental*.

5.1. A Região do Caribe

Aí os *Andes* envolvem dois países - a *Colômbia e Venezuela* bifurcando-se em vários ramos à partir do *Nó de Pasto*, para terminarem circundando o *Golfo ou Lago de Maracáibo*, o maior da América do Sul (13.000 km²) em *zona de potencial petrolífero*. Aí divergem a *Colômbia/Venezuela* em *questão de fronteira* por não terem chegado a um consenso sobre a divisão do mar territorial.

Além da cordilheira estendem-se os *lhanos*, terras baixas pertencente à *Bacia do Orenoco*. E a geografia lhanera que vai *distinguir geopoliticamente a Venezuela da Colômbia*. Nessa zona plana transandina localizaram-se logo as maiores densidades populacionais e núcleos produtivos da fase colonial venezuelana; contrastando com a *Colômbia* onde a ocupação se mantém nos *Andes* na “estrela fluvial” onde se encaixaram em profundas gargantas as *Bacias do Atrato e Madalena/Cauca*.

Isoladas do centro mineiro andino, as populações lhaneras passaram a viver mais em função do *Mar das Antilhas*, mantendo intenso contrabando com invasores estrangeiros. Daí a região haver sido transformado na *Capitania Geral da Venezuela*, separada do *Vice Reinado de Nova Granada*, para ficar sob maior controle de Castela no século XVIII.

Atualmente, o *ecúmeno estatal venezuelano* comandado por *Caracas* e secundado por *Cumaná, Barcelona e Maracáibo* se caracteriza por seu tráfico mais intenso voltado para o exterior e estreita dependência com o *núcleo geohistórico do Orenoco/Caribe*.

Contrasta, pois com a *Colômbia* caracterizada por uma *dualidade fisiopolítica*. Mais da metade do território colombiano é formado por planícies envolvidas nas *Bacias do Orenoco e Amazônica*, onde se concentra a sua área geopolítica neutra. O *ecúmeno estatal colombiano* comandado por *Bogotá* encontra-se em zona andina.

Único país *bioceânico* da América do Sul, o porto de *Buenaventura* no *Pacífico* não exerce o papel preponderante de *Cartagena/Barranquilla* no *Caribe*. Assim, tanto a *Colômbia* como a *Venezuela* estão bem mais voltadas para o *Caribe*, mar formado pelo *Atlântico*, contrastando com a *Região Andina* propriamente dita (*Equador/Peru/Chile*), inteiramente dependente do *Pacífico*.

Ocupando uma área de 948.000 km² a *Bacia do Orenoco* é fechada pelos *Andes e Planalto das Guianas*. Geopoliticamente antagônico, o *Orenoco* se constitui, ao mesmo tempo, na artéria em cujos braços se unificou e se divide o espaço político venezuelano. É que o seu sul se constitui em vasta área

geopolítica neutra, visto que, curiosamente as nascentes dessem rio se foram descobertas em 1951.

Se sob o ponto de vista fisiopolítico o solo lhanero facilitou a penetração espanhola, a *irregularidade do relevo planaltino das Guianas* dificultou-a favorecendo as invasões holandesa, inglesa e francesa que acabaram por formar “quistos geopolíticos” nessa cunha isolada do continente, voltada para o Caribe¹

Guiana em dialeto indígena significa - “costa selvagem, país das águas”. Assim, o litoral guianense é baixo e pantanoso, sem grandes rios que favoreçam a penetração. Por outro lado, a homogeneidade estrutural do planalto é notória como é também característico o seu *isolamento geográfico em face do Atlântico/Bacia do Orenoco/Bacia Amazônica*, justificando a *sobrevivência geopolítica da Guiana* colonizada pelos ingleses, do *Suriname* pelos holandeses e da *Guiana Francesa*, um Departamento de Ultramar francês. O que impediu, por outro lado, que a América do Sul viesse a se constituir numa Ibero América.

5.2. Região do Pacífico

Ainda bem digitados, os *Andes* percorrendo o *Equador e Peru*, já se caracterizam por uma comunicação mais facilitada em função dos Nós de Pasto, Loja, Cerro Pasco e Vilcanota.

Até 2 graus de latitude sul a região andina equatoriana se assemelha a da Colômbia meridional; daí haverem os espanhóis reunido essas áreas no Vice Reinado de Nova Granada. Aí a passagem andina foi denominada por Humboldt como “avenida dos vulcões”. Linha vulcânica que só vai ressurgir aos 14 graus de latitude sul com o vulcão peruano Misti nas imediações de Arequipa, continuando na direção da Bolívia, Chile e Argentina.

Zona de violentos terremotos, pontilhada por cerca de 60 vulcões extintos ou em plena atividade, as altitudes vão se elevando do Equador para o Peru e, na *fronteira entre esses dois países forma uma zona de tensão lindeira, conhecida como a Questão de Côndor*.

A semelhança do que ocorre na Venezuela/Colômbia as áreas interiorizadas que se seguem aos Andes vão baixando até se transformarem em *planícies*. São as *Yungas* integrantes da Bacia Amazônica, cobertas por selvas

¹ Cunha isolada do continente onde além da Colômbia, a Venezuela tem um contencioso com a Guiana, reclamando 2/3 de seu território e, por sua vez a Guiana com o Suriname no setor do Red River, na fronteira com o Brasil.

equatoriais frondosas, bem regadas pelas chuvas que na Bolívia já recebem o nome de *Florestas*.

A Yunga/Floresta desde a Colômbia passando pelo Equador/Peru para atingir a Bolívia, fazendo *fronteira com o Brasil* caracteriza-se, grosso modo, como *área geopolítica neutra*; com presença das *fronteiras-faixa*, ou seja despovoadas destaca que os países sul-americanos se encontram aí de costas uns para os outros, transformando em pouco ativo o Pacto Amazônico.

Desde a Colômbia até a Bolívia, incluindo-se o Equador/Peru, as maiores densidades demográficas se concentram no setor andino, onde se *interpenetram os núcleos geohistóricos e ecúmenos estatais dos quatro países*.

A depressão longitudinal costeira do Equador é melhor ocupada que a Yunga, sobretudo no *delta do Guayas*, planície aluvial baixa, estrangulada na altura de *Guayaquil*, ponto que monopoliza o comércio, concorrendo geopoliticamente com *Quito* a 2.480 metros de altitude.

Essas cidades se completam nas duas províncias básicas do Equador Pichincha/Guayas, conectadas por corredor interior estreito. *Guayaquil* a costa e *Quito* a serra fazem, com o porto de *Las Esmeraldas*, de melhor posicionamento com relação ao *Canal do Panamá* e conseqüentemente na via Atlântico, o ativo triângulo geopolítico do país.

Assim, podemos dizer que a costa equatoriana contrasta com a *pobreza da linha desértica marítima peruana*. A vida aí se concentra nos *oásis petrolíferos* que se estendem de *Guayaquil* até a *Ponta Paita*.

Enquanto *Quito* se acantonou na cordilheira, *Lima*, a capital do Peru sofre maior atração do Pacífico sem se envolver nele diretamente. Isto porque a "porta de saída" da capital peruana é *Calláo* a 120 km de Lima.

No *Chile* os Andes formam duas cadeias paralelas, facilmente cruzadas nos passos das secções central e setentrional. Passagens naturais nos colos das montanhas, esses *passos sempre salvaguardavam os interesses do Chile pelo Atlântico*; sobretudo o Passo de *Upasllata* aproveitado pela transcontinental *Buenos Aires/Santiago/Valparaiso*.

No estreito território chileno entre os Andes/Pacífico os *cursos d'água* são numerosos, mas não permanentes, ocasionando inundações no período das chuvas. Mas é entre as cadeias paralelas de montanhas que se estende o *deserto ou puña* com destaque para a do *Atacama*, desprovida de qualquer tipo de vegetação. Paisagem desértica onde *a economia se liga aos salitrais*.

Embora o *Aconcágua* ponto mais alto do continente sul-americano com seus 7.000 metros, se situe no setor meridional dos Andes, à partir dos 40 graus de latitude sul as montanhas que se repartem entre Chile/Argentina vão perdendo em altitude e se povoando de *lagos glaciares* entre os quais o *Buenos*

Aires, Viedma e Argentino onde só em 1996 se resolveram pendências fronteiriças.

Na *Terra do Fogo* a zona montanhosa submerge para formar os arquipélagos antárticos. Nesse setor estendendo-se para a Antártica o Chile/Argentina emitiram Decretos reivindicando áreas polares que se justapõem com as da Inglaterra, cuja partilha o Tratado de Washington de 1960 vem protelando.

No entanto, no setor terminal sul do continente o Chile conseguiu envolver-se no Atlântico através do *Canal de Beagle*, obtendo por arbitramento as Ilhas Nueva, Lenox e Picton.

Observando-se que a *disposição vertical dos Andes* contribuiu para a ocupação humana em sentido norte-sul, onde *Santiago*, a capital, posicionada no vale longitudinal do Rio Mapocho busca o *Pacífico*. Esse oceano banha a fachada do país prolongada por cerca de 40 graus geográficos entre os paralelos de 18 graus e 56 graus de latitude sul. O Chile é pois, uma *franja oceânica* com largura variando dos 100 aos 350 km, só alcançando sua maior extensão na Terra do Fogo onde tem 460 km.

5.3. Região Interior

Os Andes são mais compactos, largos ao sul do Nó de Vilcanota envolvendo o Peru meridional e a Bolívia, atingindo 600 km na altura do paralelo de 18 graus de latitude sul. Trata-se, pois, de um autêntico *altiplano*, o denominado "*Pamir da América do Sul*", com 830 km de norte para sul e 120 km de leste para oeste. Neste altiplano a febre da mineração deteve os espanhóis que deixaram de levar em conta a fisiopolítica. Assim parte do altiplano ficava geopoliticamente ligado ao *Vice Reinado do Peru*, enquanto a parte meridional, embora sem se integrar iria girar na órbita do *Vice Reinado do Prata*.

Caracterizando-se por um sistema hidrográfico fechado, destaca-se no Altiplano Boliviano o *Titicaca*, o lago mais alto do mundo (3.850 metros): considerado também como uma das massas d'água doce mais extensas da Terra (6.900 km²) verte suas águas para o salobro *Lago Poopo*.

Estão nesse altiplano as nascentes de tributários da Bacia Amazônica que, na *planície interiorizada* da Bolívia drenam sua *área geopolítica neutra* que contrasta com o setor andino onde está o *ecúmeno estatal no eixo La Paz-Sucre*.

Localizada no nó mais estratégico das vias de comunicação, conservou *La Paz* a categoria de capital por se encontrar no Departamento do mesmo nome, o mais próximo do *Oceano Pacífico*, onde a *Bolívia* mantém com o *Chile* uma zona de tensão. Não se conforma o governo boliviano de haver perdido, em 1833, a sua saída marítima; finda a Guerra do Pacífico, pelo Tratado de Ancón o Chile ficou com *Tacna e Árica* pertencentes ao Peru e *Antofagasta*, o litoral boliviano. Considerada como uma das áreas mais cruciais do continente, a devolução desse território litorâneo é, sem dúvida, a bandeira nacionalista dos políticos bolivianos acenada em tempos de crise.

Mais baixa que *La Paz* (3.600 metros), *Sucre* (2.850 metros) é o 4º nome que teve esse núcleo urbano boliviano. Os índios dão-lhe o nome de *Charcas*, região que se atolava por se encontrar no "divortium aquarium" dos sistemas fluviais Platino/Amazônico. Era também conhecida como *Chuquisaca* quando os espanhóis descobrindo a prata deram-lhe o nome de *La Plata*. Antes de tomar o nome de *Sucre*, em homenagem a Antonio José de *Sucre*, o fundador da República, foi como *Audiência de Charcas*, desde 1559 a célula política do que se chamava *Alto Peru*. Diferindo de *La Paz*, vivendo em função do ouro de *Lima*, *Sucre* a sombra das minas de prata do *Potosi* entrava para a órbita do Vice Reinado do Prata.

Assim, *La Paz* e *Sucre* revelam o dualismo não só geopolítico como também fisiopolítico da *Bolívia*, numa área de transição - entre o *Chile/Peru* de um lado e entre a *Argentina/Paraguai/Brasil* do outro. Por sua posição cêntrica e população diluída, não suportou a gravitação de seus vizinhos: sem fronteiras naturais, regrediu em pouco mais da metade de sua área perdendo ou cedendo territórios.

Contrastando frontalmente com a *Bolívia* por sua unidade geográfica, coesão psicossocial e forte centralização política, destaca-se o *Paraguai*. O fator dessa unidade reside no baixo relevo da planície do *Chaco*, entrecortada por rios conferindo-lhe a característica de "mesopotâmia da América do Sul".

A disposição das linhas fluviais transforma o *Paraguai* embora país interiorizado, num núcleo que se aproxima do mar. Confirmando a tese de *Ratzel* de que: "o rio em territórios planos e em países meridionais é a força de atração entre os distintos povos ribeirinhos". Para *Ratzel* as diferenças nacionais numa mesma bacia hidrográfica se imprimem correlativamente, por três setores de seu curso - inferior, médio e superior. Justificando-se a vida própria assegurada a *Argentina/Uruguai* no curso inferior ou foz do Prata. Enquanto os territórios no caso superior são mais isolados: sendo o caso da *Bolívia* tanto na Bacia Platina quanto na Amazônica. Já o *Paraguai* no curso médio da Bacia do Prata servindo como traço de união entre a jusante e a nascente, transformou-se na zona de passagem, passando a sofrer incontestável ação do Atlântico. Por

isso, complementando a ação geoviária de Buenos Aires com relação ao Paraguai, o Brasil mantém *Corredores de Exportação*. Tanto o Corredor de Paranaguá como o de Santos fluem para Mato Grosso do Sul transformado no centro geoeconômico para elo de união e atração com o Paraguai e Bolívia. No entanto, pelo posicionamento de Assunção, comandando o ecúmeno estatal, o Paraguai é bem mais caracterizadamente atlântico que a Bolívia.

5.4. Região Atlântica

O caso específico do *Uruguai* envolve algumas exceções geopolíticas. Contradiz, por exemplo, a tese de Ratzel de que, sendo país na foz do Prata, banhado por litoral atlântico próprio, poderia viver bem mais independentemente do que vive. É que, não sendo Estado-Faixa-Fluvial como o Paraguai, a interdependência do Uruguai se condicionou ao dualismo geohistórico que lhe trouxe como herança o fenômeno da instabilidade geopolítica.

Ante o secessionismo platino no momento da emancipação política, o governo português reconheceu, de imediato, a independência do Paraguai (1811), como sempre, interessado na foz do Prata, invadiu o Uruguai (1816) que ficou como *Província da Cisplatina* associada ao Brasil até 1828.

Independente, a despeito da dupla colonização, o Uruguai não chegou a se transformar num país bilingüe, muito embora se caracterize como *Estado-Tampão*, em zona de influência luso-hispânica. Característica observada ao se tomar o Rio Negro como divisória geopolítica e a vinculação às últimas ramificações do planalto meridional brasileiro e dos Pampas argentinos. Assim, o Uruguai, o menor país sul-americano, posicionado entre o Brasil/Argentina, os dois maiores, tem com os dois, um proceder tanto do ponto de vista geopolítico quanto geoeconômico de intensa convivência.

Dentro da estratégia do governo português em ocupar a foz dos grandes rios, como ponto de apoio para a conquista do hinterland, o núcleo geohistórico da Argentina, no *estuário do Prata* foi incorporado em 1530 ao Reinado de Portugal. Ficando, no entanto despovoado, cairia, seis anos depois nas mãos dos espanhóis que aí fundavam *Buenos Aires* pela primeira vez. O estabelecimento português na outra margem do Prata, na *Colônia do Sacramento* (1680)

transformaria a área numa *zona de fricção*, onde o *fenômeno de fronteiras vivas*² foi constante até o século XIX.

A implantação dessa *zona de fricção* contribuía para o estabelecimento das seguintes diretrizes geopolíticas:

— enquanto os portugueses *mudavam a capital do Estado do Brasil* para a cidade do Rio de Janeiro (1763) por se encontrar esta mais próxima da zona de contenda que Salvador, os espanhóis *criavam o Vice Reino do Prata* para melhor defender a região;

— enquanto os espanhóis ocupavam os campos interiorizados do *Uruguai* para manter os portugueses ilhados na *Colônia do Sacramento*, o Governo de Lisboa iniciava a colonização do *Rio Grande de S. Pedro* (1740) para deter o avanço hispânico;

— no confronto, impunha-se a primeira Argentina denominada pelo *centripetismo de Buenos Aires*. Centripetismo que promoveu a formação do espaço territorial argentino e provocou o esfacelamento do Vice-Reinado do Prata. Isto porque contra esse centripetismo iriam se sobrepor o *cantonalismo paraguaio, boliviano e uruguaio* que, no *centrifugismo* provocado pela descentralização administrativa das Audiências, quebraria a unidade do Vice Reinado do Prata no século XIX.

Em 1813, no *Congresso de Tucumán* se os portenhos tivessem acatado a idéia dos arribenos e andinos para a *interiorização da capital*, talvez pudesse ter sido salva a unidade do Prata. A luta entre Charcas/Tucumán/Buenos Aires pela capitalidade do país que se formava, já havia tido precedente histórico nos Estados Unidos onde Nova York/Filadélfia/Boston perseguiram o mesmo ideal. A capital artificial — Washington, que salvou a federação no norte poderia ter conservado a união do Vice Reinado do Prata.

Justificando o centripetismo e rechassando o federalismo de Artigas Juan Alvarez afirma: “o Rio da Prata é a artéria através da qual se comunicam com a Europa através vastas zonas do território brasileiro, boliviano e paraguaio, além das províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé. Sujeitar os produtos de imensa região ao porto único de Buenos-Aires - desprovido naquela época de diques e até de águas profundas - era empresa que só pela força poderia prosperar”. No entanto, ante as dificuldades de conciliar os interesses

² Classificação que acata a tese de Backhuser quando afirma: “a fronteira-viva, em essência, é uma região de fricção, através da qual, mais dia menos dia, surgem ou se agravam conflitos internacionais, políticos, ou de ordem fiscal administrativa, ensejando demonstrações de força militar”. Já Brunhes e Vallaux preferem o termo fronteira de tensão, considerando-a fronteira-morta quando livre de contendas por se haver chegado a um acordo.

portenhos/arribenhos/andinos, declarava Justo J. de Urquiza em sua Mensagem ao Congresso de 1854: “Nossos distúrbios passados estão fundamentados sobre essa inoportuna disposição das populações; nossas futuras discórdias virão desta mesma causa”.

Face os *fenômenos geopolíticos*: da luta da Argentina contra o *centrofugismo*; do Uruguai como *Estado-Tampão*, do Paraguai como caracterizada *mesopotâmia* e da Bolívia como *polo de atração*, o Brasil, maior país, pelo fator presença, se constitui no *múltiplo vetor da América do Sul*.

6. PRESENÇA DO BRASIL

Ocupando-se *quase a metade do espaço territorial sul-americano* - 47.3%, posiciona-se o Brasil na larga porção oriental do Atlântico Sul.

O nosso total de fronteiras (23.086 km) se reparte entre os 15.719 km de limites terrestres e 7.367 km de litoral. No conjunto brasileiro 18% da extensão territorial são formados pela faixa de 250 km que acompanha o litoral, 42% se encontram entre os 250 km e 1.000 km da orla litorânea, enquanto os restantes 40% estão além dos 1.000 km. Tais porcentagens comprovam ser o Brasil país do *tipo marítimo*, associando-o ainda ao *tipo continental* pela *presença* no continente sul americano, caracterizando-o como *múltiplo vetor*.

Articula-se o Brasil, grosso modo, com os *Andes*, de onde recebe o empuxo das forças continentais, bem como com as duas grandes bacias fluviais tributárias do Atlântico e eixos viários de penetração no hinterland - a *Amazônia* e a *Platina*.

Enquanto o Planalto das Guianas busca o Atlântico, declinando em sua direção, o *Golfão Amazônico*, no sentido inverso, é porta natural de penetração para o hinterland da planície que encerra a *maior rede hidrográfica do Mundo* com 7.000.000 km² se nela incluirmos a Bacia Tocantins/Araguaia. Cerca de 70% desse complexo fisiopolítico, compreendendo a *mais vasta planície sedimentar do Globo* se encontra em território brasileiro, envolvendo-nos nos restantes 30% com a Venezuela/Colômbia/Equador/Peru/Bolívia e região guianense, caracterizando-nos como múltiplo vetor face nossos condôminos.

Zona caracterizadamente despovoada, formando em todos os países uma *área geopolítica neutra*, face a ingerências internacionais, por fatores geoestratégicos levariam o Brasil a firmar em 1980 com os demais países interessados, o *Pacto Amazônico*.

Por sua vez, o *Planalto Central ou Brasileiro* forma uma espécie de triângulo com base voltada para o norte, vértice apontando para o sul, declinando nas duas áreas bem como para o interior. Assim, uma das características desse planalto é a de se encontrar afastado dos setores litorâneos, os mais povoados, que integram o ecúmeno estatal brasileiro; caracterizando-se como *área geopolítica neutra*, levaria o governo a implantar a *nova capital em Brasília*, para melhor atenuar os desníveis.

No plano fisiopolítico, sua importância se prende a ser, esse planalto, o *centro dispersor e divisor de águas* de três importantes bacias hidrográficas - a do S. Francisco, genuinamente brasileira, enquanto a Amazônica e Platina se dividem entre várias nações. Assim, no contexto continental, o Planalto Central ou Brasileiro foi o núcleo interiorizado da *unidade nacional* (S. Francisco) e de *alargamento territorial* dos bandeirantes portugueses - pelo Prata, no sentido direcional sul e pelo Amazonas dentro da diretriz leste-oeste.

Em seu declive para o interior o planalto cede lugar ao *Pantanal Mato-grossense*, complementado pela *região do Chaco*: extensa área baixa, numa distância de 1.170 km de norte para sul, desde a divisória do Mamoré até as *paisagens pampeanas*. Essa última paisagem logo notada, já que o *vazio demográfico do Chaco/Pantanal contrasta com a ocupação pastoril dos Pampas*.

Área geopolítica neutra, de fronteiras faixa despovoadas, o *Chaco* se transformou em *zona de tensão* que provocou Guerra entre o Paraguai e Bolívia, conflito só terminado em 1938 com o Governo de La Paz perdendo o setor Boreal para o Paraguai, quando desde 1888 havia perdido o setor Central para a Argentina.

A *conexão geográfica do Brasil* com seus vizinhos continua do Chaco para os Pampas. A região pampeana, numa extensão de 647.500 km² forma um leque aberto para o interior a partir da foz do Prata, numa distância radial de 500 a 640 km, atingindo *território argentino, uruguaio e brasileiro*, recebendo neste último o nome de zona da *Campanha do Rio Grande do Sul*.

É domínio de "*campos limpos*" de melhores pastagens que, na parte meridional do Planalto Brasileiro se transformam em *floresta temperada*, de fácil exploração, contrastando com a selva equatorial amazônica, bem mais variada em espécie mas de difícil penetrabilidade. A planície pampeana difere da que lhe segue para o interior - o Chaco ou Pantanal Mato-grossense onde já surgem os "*campos cerrados*" de gramíneas se alterando com tufos florestais, em geral *matas ciliares*; comparativamente, são as pradarias lhaneras repetindo-se no hinterland da Bacia do Prata.

A partir do Brasil, Uruguai e províncias arribenhas argentinas (Corrientes, Misiones, Entre Rios) o plano uniforme dos Pampas ainda com

vegetação herbácea se apresenta com a ondulação das *coxilhas*. É, no entanto, ao sul, que os Pampas se constituem na zona pecuarista mais produtiva do continente até serem interrompidos pelos primeiros degraus do *Planalto da Patagônia*, que enlaça o litoral alto do Pacífico com o baixo do Atlântico.

Da *Patagônia alta*, desértica e fria, já não participa mais o Brasil como múltiplo vetor; mas é este o terminal da chamada *diagonal semi-árida* que, na massa continental sul-americana começa no litoral semi-árido do Nordeste Brasileiro, atravessando o nosso Centro-Oeste para penetrar no Chaco e contornar os Pampas.

Com um espaço imenso e diversificado, as nossas diretrizes geopolíticas devem-se ater ao princípio básico de que, como múltiplo vetor, para dominá-lo efetivamente, temos que nos dedicar a obra integracionista para absorvermos nossas áreas geopolíticas neutras. Com regionalismos, mas sem cantonalismos constituído por *três ilhas geoeconômicas* tem o Brasil que integrar seu hinterland subdesenvolvido. Contamos para tal com o *fenômeno da assimilação* que caracterizou a colonização portuguesa, tornando o Brasil, no conjunto da América do Sul, o *pais mais mestiço*. Vantagem destacada por Jacques Lambert: “se a América Andina é cada vez mais uma América Indígena e a América do Prata, cada vez mais uma América Européia, o Brasil constitui uma América Brasileira, de predominância européia acentuada, conquanto original”.

7. CONCLUSÃO

A vocação geopolítica da América do Sul no Hemisfério marítimo onde se posiciona, é bem marcada por sua geografia. A região de planície forma uma espécie de semi-círculo com duas pontas centradas nos estuários do Prata/Amazonas. Os Andes na retaguarda, o Planalto das Guianas ao norte e o da Patagônia ao sul emolduram esse semi-círculo, enquanto o Planalto Central ou Brasileiro se impõe como plataforma giratória entre as duas portas de entrada no continente. Pela disposição tanto a Bacia do Orenoco e, sobretudo a Platina e Amazônica se constituem em área de atuação geopolítica e geoeconômica dentro da esfera exclusiva do Atlântico. Vocação atlântica ainda não explorada pelo Altiplano Boliviano a despeito de se manter hidrograficamente nessa vertente oceânica, por ter, como o Brasil, seu território integrado nas Bacias Amazônica e Platina.

O Brasil com o Uruguai e Argentina, integrados na *Região Natural Atlântica* se beneficiam do melhor posicionamento nesse oceano. Mas o Brasil

que *alia o seu posicionamento à presença* é o único país do continente sul americano a contactar-se com as demais Regiões Naturais, como *múltiplo vetor*.

— Com a *Região do Caribe ou Marginal do Caribe* (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) unindo as vertentes do Atlântico/Pacífico, mas se *posicionando com o Canal do Panamá*, no Atlântico Norte. Pelo fator colonização é a *parte do continente sul-americano menos coesa* com a presença da cultura hispânica, inglesa, holandesa e francesa. É na atualidade, a *área mais vulnerável do continente*, não só pela presença da vasta área geopolítica neutra da Amazônia mas, sobretudo, se levarmos em conta o estágio geopolítico dito “infantil” ainda de futuro incerto, dos dois países e Departamento do Ultramar Francês.

— Com a *Região do Pacífico* (Equador, Peru e Chile), países apoiados no *conjunto geográfico Andes/Pacífico*. Dois fatores que contribuem para o maior isolamento desses países tanto no setor continental como para o resto do Mundo. Isolamento que só transcontinentais quer ferroviárias quer rodoviárias poderão minorizar. Levando-se em conta o fator colonização *há coesão na área* tanto pelo elemento espanhol quanto pela presença do autoctone inca.

— Com a *Região Interior* (Bolívia e Paraguai) que na vivência de “*países enclausurados*” estão na contingência de seus vizinhos em *busca de saídas marítimas*.

Em 1977 o Brasil firmou o *Acordo de Cochabamba* com a Bolívia para estender os trilhos da ferrovia Santos/Santa Cruz de la Sierra até esta cidade que já se conecta com Árica no Chile. Trata-se do *polo de atração leste* que leva vantagem com o *polo de atração Sul* para Buenos Aires. Isto porque Santos se encontra a 1.600 km de costa acima de Buenos Aires; enquanto a distância Santos/Santa Cruz de la Sierra é mais curta em 700 km que a desta cidade boliviana até a capital argentina. Lá o *polo de atração norte* será importante, porém a longo prazo; a via deverá valer-se do Madeira-Mamoré, captando o transporte pelo Rio Grande, francamente navegável à partir de Cuatro Ojos localizada a 200 km ao norte de Santa Cruz de la Sierra. Observando-se, que só quando forem suficientemente fortes os meios necessários para que se procedam as conexões, *os pólos de atração da Bolívia estarão naturalmente vinculados ao Atlântico*, tal como já ocorre com o Paraguai.

Continente-ilha cercado por dois oceanos, sua marcante *vocação geopolítica atlântica* levaria os países (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) a iniciarem o processo de integração que redundaria no MERCOSUL. Com a filiação do Chile e Bolívia em 1996 envolve essa zona de livre comércio todo o *Cone Sul enlaçando o Atlântico/Pacífico*. Aderindo a Venezuela estará dando o grande passo para a integração sul-americana, desfazendo-se o fato de estarem os países de costas uns para os outros, com seus ecúmenos estatais distanciados.

A integração se faz via MERCOSUL que virou marca com logotipo para constar nos produtos e até passaporte dos cidadãos, mostrando que do setor econômico, passam os associados deste bloco a união cultural, que a *identidade histórica* irá cimentar.

Lembrando que o MERCOSUL representa hoje o 5º maior Produto Interno Bruto (PIB) mundial, o Presidente Fernando Henrique Cardoso abriu, em dezembro de 1996 a 11ª Reunião de Cúpula em Fortaleza, no Ceará, onde entre medidas de teor econômico tratou-se: de maior intercâmbio entre universitários, troca de voluntários para ações sociais, o envio de “capacetes brancos” para missões de paz, aumento de linhas aéreas que operam na região e a construção de uma sede em Montevidéu.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Therezinha de. *“Nossa América: Geopolítica Comparada”*. BIBLIX. Rio: 1995.
- _____. *América do Sul: Aspectos Fisiopolíticos em Confronto - A Defesa Nacional nº 696 - julho/agosto de 1981.*
- _____. *Vocação Atlântica da América do Sul. A Defesa Nacional nº 681 - janeiro/fevereiro de 1979.*
- CORREIA, Natália. *Somos todos Hispanos - Idéias e Figuras - Caderno O Jornal*. Lisboa: 1996.
- MALAGRIDA, D. Carlos Badia. *El Factor Geográfico in la Política Sulamericana*. Madrid: 1919
- MARRERO, Levi. *Viajemos por América*. Havana: 1957.

ANEXO 1**AMÉRICA DO SUL**

REGIÕES NATURAIS			
PAÍS	CAPITAL	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO (1994)
CARIBE			
COLÔMBIA	BOGOTÁ	1.141.749	34.000.000
GUIANA	GEORGETOWN	214.969	748.000
GUIANA FRANCESA	CAIENA	91.000	114.800
SURINAME	PARAMARIBO	163.265	404.000
VENEZUELA	CARACAS	912.050	20.600.000
PACÍFICO			
CHILE	SANTIAGO	756.626	13.800.000
EQUADOR	QUITO	272.000	11.300.000
PERU	LIMA	1.285.261	22.900.000
INTERIOR			
BOLÍVIA	LA PAZ E SUCRE	1.098.581	7.700.000
PARAGUAI	ASSUNÇÃO	406.752	4.600.000
ATLÂNTICO			
ARGENTINA	BUENOS AIRES	2.766.889	33.500.000
BRASIL	BRASÍLIA	8.547.403	151.523.000
URUGUAI	MONTEVIDÉU	176.215	3.100.000

FONTE: ALMANAQUE ABRIL (1995)

Antártica

Therezinha de Castro

Reprodução autorizada pelo Brigadeiro Delano Teixeira Menezes, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra - ESG.

CASTRO, Therezinha de. *Antártica*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997. (Leitura selecionada, 806/98).

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS	LS 806/98 DAInt
ANTÁRTICA Profª Therezinha de Castro	

Trabalho elaborado pela
Professora Therezinha de Castro

Os textos de Leitura Seleccionada, de carácter doutrinário, teórico ou conjuntural, destinados à distribuição interna, às vezes discordantes entre si, visam a trazer novos subsídios aos estudos que aqui se realizam e expressam opiniões dos respectivos autores, não, necessariamente, as da ESG.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	7
2 - CARACTERIZAÇÃO FISIAGRÁFICA.....	7
3 - INTERESSES POLÍTICO-CIENTÍFICOS.....	11
4 - AMBICÕES TERRITORIAIS E CONFLITOS POLÍTICOS.....	13
5 - O ANO GEOFÍSICO INTERNACIONAL.....	14
6 - TRATADO DA ANTÁRTICA.....	16
7 - SITUAÇÃO DO BRASIL.....	19
8 - ESTAÇÃO COMANDANTE FERRAZ.....	22
9 - DEFRONTAÇÃO E ATLÂNTICO SUL.....	25
10 - CONCLUSÃO.....	27
BIBLIOGRAFIA.....	30
ANEXO.....	31
SIGLAS E ÓRGÃOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	31

ANTÁRTICA

1 - INTRODUÇÃO

O topônimo Antártica significa oposto ao Ártico (anti-arktikos); Ártico tem origem grega - Arktiko - traduzindo-se por Ursa, já que na direção do Polo Norte era avistada a constelação da Pequena Ursa, utilizada pelos antigos em sua orientação.

A Antártica é o setor da Terra que mais tempo levou para ser incorporado aos conhecimentos científicos da Humanidade, e, o que maior resistência vem exercendo à essas investigações.

2 - CARACTERIZAÇÃO FISIAGRÁFICA

Com opiniões ligeiramente divergentes sobre a superfície, o Continente Austral é dado com uma extensão avaliada em cerca de 14.000.000 km², com o dobro portanto da Austrália, a metade da África, maior que a Europa e menor que a América do Sul. Somando-se porém, os arquipélagos sub-antárticos chega o conjunto a 34.000.000 km², estendendo-se do Polo Sul aos 60 graus de latitude sul.

E, nesse conjunto, a área correspondente a quase 1/10 de toda a superfície do Globo, abrangendo o Oceano Glacial Antártico - profundo a circumpolar a uma calota terrestre sobre a qual repousa grande espessura de gelo natural.

Duas grandes reentrâncias nesse continente - os Mares de Ross e Weddell, dividem-no em setores de diferentes áreas - a Antártica Oriental é o maior, mas é a Ocidental que mais se projeta para o continente sul-americano através da Península Antártica. Nessa mesma península o explorador francês Jean Baptiste Charcot, bem recebido pelas autoridades no Rio em 1908, imortalizou os nomes do Barão do Rio Branco e o Almirante Alexandrino, nos montes homônimos de 976 e 1.790 metros respectivamente.

O quadro que se segue destaca as distâncias oceânicas que separam a Antártica de duas ilhas e dois continentes que lhes são defrontantes:

América do Sul	1.000 km
Tasmânia	2.250 km
Nova Zelândia	3.200 km
África	3.600 km

Levando-se em conta a altitude média de 2.000 metros semelhante à da Groenlândia, a Antártica é o mais elevado dos continentes, até mesmo se comparado aos 970 metros da Ásia. O pico culminante se encontra no Planalto de Ellsworth - o denominado Monte Vison (5.140 metros). Destacando-se sobretudo o Erebus (4.033 metros) como principal representante do vulcanismo; constituindo-se num ponto de referência para os exploradores, graças ao vapor constante que deixa escapar.

Cerca de 98% da superfície total desse continente é coberta por uma camada de gelo denominada "inlandsis", já que, de um modo geral, apenas picos e altas falésias se mostram livres durante o curto verão. Em função da continentalidade a região é de 10 a 17 graus mais fria que a região ártica, constituída somente por ilhas e arquipélagos, pois a ação do mar não pode se fazer sentir em todo o conjunto maciço antártico.

No entanto, observa-se que, muito densa, a atmosfera glacial vai permitir o deslocamento do ar marinho, 20% mais leve; em consequência, os ventos são bem mais terríveis de serem suportados que o frio propriamente dito. O vento, levantando a neve dificulta a medida direta da precipitação; embora quase toda a precipitação se apresente em forma de neve, a queda da geada e até mesmo a garoa, é notada especialmente na Península Antártica. Entre os ventos locais merece particular atenção o "föhn"; trata-se de um vento forte que, ao descer das alturas cobertas pela neve, torna-se quente e seco, provocando mudanças rápidas de temperatura. Por sua vez, a nebulosidade é bem menor no interior do continente, sendo superior na zona costeira durante o verão; como as nuvens atuam como radiadoras de calor para a superfície, as bases e estações costeiras apresentam-se com temperaturas menos rigorosas, favorecendo alguma vida animal e vegetal na Antártica.

Os peixes antárticos endêmicos, ou seja, peculiares à região, são representados por pouco mais de 50 espécies dentre as quais se destacam: o bacalhau, o peixe dragão, o peixe do gelo, o peixe de rapina e uma espécie de camarão chamado "krill". São, em sua maioria, comestíveis, podendo ser que com o tempo possam vir a desempenhar papel de certa importância na alimentação humana.

Já a fauna bipolar, a também encontrada no Ártico, é representada na Antártica entre outras espécies pelas focas, baleias e cachalotes. A baleia é o maior dos cetáceos, bem como dos seres vivos da Terra; nela tudo se aproveita. Até meados do século XIX era caçada mais para a obtenção do óleo empregado no aquecimento e iluminação. Com o advento do petróleo e eletricidade, sua matéria graxa passou a ser empregada no preparo do sabão, indústria têxtil e curtimento de couros. Submetido ao processo de hidrogenação, o óleo resultante da fusão da gordura da baleia pode ser transformado na margarina, ou em lubrificante de qualidade, recomendado para aparelhos de ótica, microscópios e relógios. É de grande utilidade para a indústria farmacêutica, pelo alto teor de vitamina A, o fígado desses cetáceos que pode pesar de 500 a 1.000 quilos; prestam-se à produção de hormônios suas glândulas endócrinas; de sua hipófise se extrai a pituitrina, a tiróide fornece a tiroxina, o pâncreas a insulina, as supra-renais a adrenalina, bem como o extrato de córtex e cortizona. Embora a carne fresca da baleia se apresente como alimento importante pelos 90% de proteínas que contém, não conseguiu ainda se integrar à mesa dos ocidentais; seu aproveitamento nesse sentido é feito mais pelos noruegueses e japoneses.

Ao contrário do que acontece nas águas austrais, onde a fauna se apresenta de grande porte, no continente antártico, os animais limitados exclusivamente à vida terrestre tendem a ser pequenos. Dentre essas espécies destaca-se o pinguim cognominados de "senhores da terra e do gelo no hemisfério sul", visto que não existem ao norte do equador. Das 17 diferentes espécies de pinguins, só uma, a das ilhas Galápagos emigra até os 7 graus de latitude sul, enquanto as demais nunca chegam a ultrapassar os 60 graus da latitude sul.

À partir do círculo polar (latitude 66 graus e 33 minutos), o Sol não se levanta ao solstício de inverno (21 de junho). A medida que se avança para o Polo, a duração da noite que vai aumentando é de:

41 dias na latitude de 68 graus
64 dias na latitude de 70 graus
103 dias na latitude de 75 graus
143 dias na latitude de 80 graus

Em contrapartida, de 22 de setembro a 20 de março, no Polo Sul, o Sol fica constantemente acima do horizonte.

Região mais ventosa da Terra, a poeira de neve ou "blizzard" levantada pelos ventos é tão opaca e densa que impede a visão de qualquer um a uma distância de apenas 2 metros, formando na superfície os "sastrugi", espécie de dunas com cristas paralelas.

Nas duas articulações ou golfos opostos dos Mares de Ross e de Weddell, plataformas de gelo flutuantes ou barreiras prolongam-se mar a dentro ocupando uma área equivalente à do nosso Estado do Amazonas (1.564.445 km²). Possui assim, a Antártica, 89% dos gelos aderentes, seguindo-se a Groenlândia com 9%, restando 1% para os demais glaciares. Enquanto o regelo sazonal origina a banquiza, dessas se desgarram enormes blocos de gelo, denominados "icebergs", montanhas tabulares, girando em torno do continente. Assim, denomina-se convergência antártica o divisor que separa as águas antárticas de baixas temperaturas e salinidades das águas oceânicas de maiores temperaturas e salinidades provenientes do norte e que sustentam a fauna marinha ao reunir plankton animal e vegetal para alimentá-la

O mais frio, o mais seco e o mais ventoso continente do Mundo, com o total de 90% da superfície glacial, possui 70% das reservas de água doce da Terra.

Na Antártica consideram-se cinco os pontos com denominação de Polos:

- Polo Sul Geográfico ou Sul verdadeiro é o ponto no qual o eixo da Terra intercepta sua superfície e para onde convergem os meridianos. Nesse lugar só há um dia e uma noite com seis meses de duração cada. No Ano Geofísico Internacional (1957-58) os Estados Unidos instalaram aí a Base Amundsen-Scott.

- Polo Sul Magnético é a área para a qual aponta uma agulha imantada que pode se mover livremente sobre um plano horizontal. Chegando-se à referida área a mesma agulha adotará a posição vertical. Este ponto na Antártica se localiza na região conhecida como Terra de Adélia e mais de 2.000 km do Polo Sul verdadeiro, e sua posição se desloca anualmente em 13 km. A expedição de Shackleton atingiu esse Polo em 1909.

- Polo Sul Magnético é o lugar onde deveria estar o Polo Magnético, se a Terra fosse uma esfera com magnetismo homogêneo. Encontra-se em 78 graus de latitude e 111 de longitude leste.

- Polo Frio encontra-se nas vizinhanças do Polo Sul geomagnético, onde foi medida a mais baixa temperatura do continente, exatamente onde os russos instalaram a Base de Vostok - 88,5 graus centígrados sub-zero.

- Polo Inacessível é o ponto mais afastado de qualquer costa do continente. Considerando-se essa, aproximadamente em cerca de 1.700 km,

encontra-se a 82 graus e 6 minutos de latitude sul e 54 graus e 58 minutos de longitude leste.

Com área mais impenetrável do Mundo, possui riquezas minerais de difícil exploração. Admitindo os geólogos que as ocorrências minerais dos Andes se encontrem em prolongamento na Antártica, da qual é a América do Sul a que mais se aproxima; tem semelhanças também com o sul da África e Austrália, que dispõem de valiosas reservas minerais. Constatando-se que cerca de 12 minerais incluindo o carvão, o ferro, o cobre, o chumbo e o ouro são potencialmente explotáveis nas montanhas transantárticas. No entanto, nenhuma dessas matérias primas é tão escassa em outras áreas, a ponto de provocar negociações mais sérias para seu aproveitamento. Ressaltando-se que o petróleo seja a perspectiva mais tentadora, concentrando-se nos Mares de Ross e de Weddell, regiões que se limitavam com amplos campos entre a Tasmânia e a Austrália, antes da separação dos continentes. Uma vez porém, decidindo-se pela exploração dessas riquezas, somente alguns países terão condições de empreendê-la recorrendo a tecnologia de ponta para torná-la mais viável. Assim, por exemplo, para exploração do petróleo, as plataformas têm que ser reforçadas para resistir aos blocos de gelo que caem no mar, exigindo ainda o transporte, durante quase todo o ano, e o apoio de um navio quebra-gelo.

3 - INTERESSES POLÍTICO-CIENTÍFICOS

As nações, de um modo geral, vêm dirigindo seus interesses para áreas específicas. No século XVI as Índias (Ásia) desviaram, por algum tempo as atenções que poderiam ter sido dadas à América. Esta, por sua vez, entrando no século XVII no processo de colonização, desviaria, até meados do século XIX a atenção da África. No momento em que a América se tornava independente, o Congresso de Berlim (1893-94) tratava de partilhar a África, as potências dividiam politicamente o Ártico (1907), passando a se interessarem pela Antártica.

Durante o 1º ano Polar (1882-83), doze nações haviam estudando o Ártico constando a ocorrência de riquezas minerais, inclusive o petróleo; havia a necessidade de se passar da exploração científica para a exploração utilitária. Ressaltando-se que, ao fator geoeconômico se juntava o geoestratégico, visto que o desejo da partilha do Ártico é contemporânea da Teoria do Poder Terrestre de Mackinder (1903); três anos depois, por proposta do Senador canadense Pascal Poirier, sacramentada pelo russo Latkine, representantes dos dois países de

maiores defrontações na área, era aplicada na partilha política das ilhas árticas, a linha teórica dos setores (1907).

Já partilhado o Ártico e em vias de exploração, marcava-se um novo Ano Polar (1932-34), com as nações em pé de guerra, porém evidenciando serem, as regiões polares, excelentes laboratórios para estudos atmosféricos. E o homem, sem ainda ter experimentado os efeitos de uma "Guerra Atômica", dava seus primeiros passos na direção da "Guerra Meteorológica"; pois, estudando o clima da Groenlândia, se determinava o "Dia D" para o desembarque na Normandia.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Bipolaridade já representada pela URSS/EUA, levava as duas super-potências a pensarem na realização de estudos mais detalhados sobre a incógnita Antártica. Realizava-se então o AGI (Ano Geofísico Internacional) para o qual se inscreveram 39 nações, entre as quais o Brasil.

Com a entrada da Antártica na esfera de interesse internacional, Terra e Espaço se aproximaram. Durante o AGI era lançado pelos Estados Unidos o satélite Explorer I (1958), quando já os russos haviam posto em órbita o Sputnik, seguido do Lunik (1957). O AGI propiciava ao Mundo que, da era de navegação oceânica desenvolvida à partir do século XV, a humanidade, em meados do século XX chegasse à navegação espacial. Com os satélites desvendando novos "eldorados", do Poder Aéreo se chegava ao Aeroespacial. Com o AGI uma nova modalidade de Poder começava a causar inquietação no âmbito das Relações Internacionais, levando a ONU a procurar estabelecer um direito que envolvesse esse espaço ultraterrestre; em 1959, organizava-se sob seus auspícios o Comitê Permanente para o uso pacífico do Espaço Exterior. Ao mesmo tempo que se iria tentar resolver sobre o problema jurídico a prevalecer na Antártica; daí a convocação para uma reunião em Washington, em dezembro de 1959.

Da reunião da Washington saíria o Tratado da Antártica e não foram suspensas as pesquisas na Antártica, cujo valor continua sendo demonstrado pelos investimentos cada vez maiores, com inúmeros países -fixando sua presença na área, ao lado de crescentes adesões ao Sistema Antártico que, promovendo reuniões periódicas vai decidindo através de Tratados sobre os destinos desse continente sem estatuto jurídico.

4 - AMBIÇÕES TERRITORIAIS E CONFLITOS POLÍTICOS

A partilha do Ártico daria início à cobiça pela Antártica e, como consequência, adviriam incidentes políticos.

Em 1908 a Inglaterra anexava seu setor antártico à Dependência das Falklands, as Malvinas reclamadas pela Argentina, desde 1833, no momento em que o arquipélago era ocupado pelos ingleses.

Continuaria o processo de anexação quando o Conselho Britânico reivindicava, em 1923, para a Nova Zelândia, territórios na reentrância de Ross, justamente a área que oferece as melhores possibilidades de penetração ao interior do continente.

Ação continuada quando, erigida a Austrália em domínio (1931), tinha também seu território reivindicado pela Inglaterra em 1933. No entanto, a Antártica Australiana passava a se constituir por dois territórios divididos por um outro, denominado Terra de Adélia que, em 1924, a França anexara.

Em 1939 era a vez da Noruega, que pela Teoria dos Setores herdara no Ártico o Arquipélago de Spitzberg, a anexar trecho da Antártica paralelo ao litoral. Fugia à regra quanto às demais anexações já feitas, adotando meridianos, pois demonstrava o Governo Dinamarquês que condenava ai o princípio que consagrara no Ártico, e que a Inglaterra pela defrontação existente para a Comunidade Britânica estava, desde 1908 impantando na Antártica.

Por outro lado, anexava a Noruega um setor que a Alemanha pretendia, iniciando-se uma fase de conflitos. Isto porque, ainda no ano de 1939, a Argentina reivindicava o seu setor, dentro do inglês denominado Dependência das Falklands. Complicando-se ainda mais o problema, já que, em 1940, o Chile reivindicava seu território, se superpondo ao da Dependência das Falklands e o argentino.

Por isso, finda a Segunda Guerra Mundial, procuraram os Estados Unidos, já em 1947, promover uma Conferência que viesse a regulamentar os problemas de soberanias. Por sua vez, a URSS, devidamente instalada no Ártico, mostrava interesses pela Antártica, sem reconhecer os Decretos de anexação já emitidos. A Inglaterra, do seu lado, procurava, em vão, desde 1948, através do arbitramento internacional, obter o reconhecimento das anexações que vinha fazendo, contando com a oposição do Chile e Argentina.

Em 1947, com a assinatura do TIAR (Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca), a Argentina havia conseguido inserir através do Artigo IV, o reconhecimento de uma Antártica Sul-Americana, como zona de defesa

destinada a prevenir e reprimir as ameaças e atos de agressão contra quaisquer dos países do continente.

Impunha-se ainda no contexto internacional a Guerra Fria, com a formação da OTAN e o Pacto de Varsóvia, com os Estados Unidos e União Soviética estabelecendo Bases na Antártica. Multiplicavam-se no Continente Branco os incidentes; como o de 1952, com os argentinos atacando os ingleses para impedi-los de instalar Base na Ilha da Esperança e, no ano seguinte, vingando-se os ingleses, ao destruírem Bases chilena e argentina na Ilha de Decepción.

Temerosa, a Índia, tentava em 1956 incluir na "Ordem do Dia" da XI Assembléia Geral da ONU um Memorando para que se impusesse o uso pacífico do Continente Austral, muito embora seu esforço tenha tido resultado negativo.

Embora o objetivo econômico tenha sido o principal tema das reivindicações - pesca da foca e da baleia, ao lado posteriormente das comprovadas riquezas minerais - a tudo viria se juntar o problema geoestratégico.

Os continentes mais próximos, e em especial a América do Sul, estariam ameaçados com a instalação de alguma potência hostil na Antártica. Revelara a História que na Segunda Guerra Mundial os alemães haviam incluído a região em sua estratégia naval, transformando os arquipélagos sub-antárticos em pontos de reabastecimento e refúgio. Por outro lado, o Estreito de Drake, além da importância nos transportes inter-continentais, passara a ter invejável posicionamento, se obstruído o Estreito de Magalhães; só por Drake poderiam passar os porta-aviões que o Canal do Panamá não mais comportava.

5 - O ANO GEOFÍSICO INTERNACIONAL

Assim sendo o Ano Geofísico Internacional ou AGI, realizado entre os anos de 1957-58, nada mais seria do que um esforço conjunto, realizado por cientistas de várias nações, no sentido de desvendar o que havia naquele bloco de terras escondidas por sobre um imenso manto de gelo. Atraídos ainda pelo desejo de dar ao Mundo o conhecimento de uma série de fenômenos naturais, inscreveram-se 75 países, dos quais apenas 67 tomaram parte ativa nos trabalhos. Entre esses últimos destacaram-se, dentre os sul-americanos, a Argentina, o Chile e o Brasil.

Em três grandes grupos foram classificados os campos de estudo do AGI:

- 1) A Terra, sua estrutura e seu interior com determinações sísmicas, gravimétricas, de longitude e latitude.
- 2) Estudos de Meteorologia, Glaciologia e Oceanografia.
- 3) A Física da alta atmosfera, incluindo estudos sobre a atividade solar, a ionosfera, os raios cósmicos e outras partículas e radiações do espaço.

O Brasil tomou parte no AGI através de sua Marinha de Guerra traçando o seguinte programa:

a) **Ocupação da Ilha da Trindade** - Ocupação durante um ano à partir de junho de 1956, por uma pequena guarnição da Marinha, rendida mensalmente (cerca de 15 homens), para apoio de equipes de trabalho especializado em:

- 1) Meteorologia - Observações regulares, inclusive rádio-sondagens, para estudo da massa tropical marítima, cujos deslocamentos determinam o tempo na costa sul do Brasil. Tais observações possibilitarão a previsão do tempo a longo prazo.

- 2) Oceanografia - estudo da maré oceânica e do nível médio do mar. Previsão do marulho e da arrebentação. Hidrologia da água do Atlântico.

- 3) Geofísica e outros estudos - Prospecção geológica, magnética e gravimétrica da ilha e distribuição de raios cósmicos no oceano. Estudos de biologia.

b) **Oceanografia do Triângulo Trindade - Cabo Frio - Abrolhos** - Instalação, no segundo semestre de 1956, de 60 estações oceanográficas completas, para estudo da circulação permanente, da geologia e topografia do fundo e da distribuição de propriedades nas águas atlânticas (nitratos, fosfatos, oxigênio, etc), apoio científico indispensável à exploração da pesca da área geograficamente predestinada para o abastecimento do Rio de Janeiro.

c) **Oceanografia e Meteorologia da área Cabo Frio - Chuí** - Instalação, durante 1956, de 100 estações oceanográficas, visando sobretudo a estabelecer o ciclo de incursões da Corrente das Malvinas, principal fertilizador de nossas águas meridionais. Estudo das ondas internas. Caracterização da massa polar marítima, para melhoria da previsão do tempo.

d) **Oceanografia da foz do Amazonas** - Instalação no decurso de 1956 de 40 estações oceanográficas, visando o reconhecimento da plataforma continental e do regime esturiano.

Observando-se que o Programa Brasileiro não atingia o continente austral, tudo obra das diretrizes governamentais da época, bem mais dedicadas com a interiorização da capital para Brasília; assim, a continentalidade anulou

praticamente a maritimidade e com isso, reduziu o programa de inserção no contexto antártico.

6 - TRATADO DA ANTÁRTICA

Em 1958 quando já estava em curso as negociações entre 12 países (Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, União da África do Sul, URSS, Inglaterra e Estados Unidos), para a elaboração de um Tratado que viesse a reger a Antártica, a Índia tentava, pela segunda vez levar a questão para a ONU, salientando no Memorando que: "Será agora apropriado e oportuno para todas as Nações um entendimento no sentido da utilização exclusiva dessa área para projetos pacíficos e o bem estar do Mundo inteiro. Afigurava-se particularmente importante que todas as nações estivessem seguras de que atividade alguma na Antártica pudesse afetar desfavoravelmente as condições naturais, climáticas e outras, que são preocupação universal".

Continuava o referido Memorando que a Antártica tinha importância para a comunidade internacional no seu conjunto, e não simplesmente para umas poucas nações. Referia-se, pois, às 12 Nações que não aceitaram a intervenção da ONU, já que haviam entrado em acordo para atuarem no AGI nas reuniões de Paris e Bruxelas (1955, 1956 e 1957).

Em outubro de 1957 estabelecia-se um Comitê Especial de Pesquisas Antárticas integrado pelas 12 nações já destacadas, com estatuto exclusivamente privado e técnico. Sobre isso escrevia o diplomata brasileiro, João Franck da Costa: "Apesar da existência de um *gentleman's agreement* segundo o qual as atividades desenvolvidas na Antártica em virtude do Ano Geofísico Internacional careciam de conseqüências políticas, verificaram-se nessa área fatos importantes para o futuro do continente - a) muitos países estabeleceram estações em territórios reivindicados por outros Estados (todas as bases russas no setor australiano, bases norte-americanas na Dependência de Ross e no território antártico australiano, etc); b) a União Soviética fincou pé no Sexto Continente, fato agravado pelas pretensões territoriais que já emitira a propósito das descobertas de Bellingshausen e pela liderança, de fato, que assumiu em razão de suas atividades científicas; c) por ventura para contornar o perigo supracitado, os países da Comunidade Britânica passaram a advogar a internacionalização e desmilitarização da Antártica (Declaração do Primeiro Ministro Macmillan feita na Austrália em 11 de fevereiro de 1958); d) e os países que não participaram do Ano Geofísico Internacional na Antártica

alarmaram-se com as veleidades de exclusivismo manifestada pelas doze potências".

Continuando a política exclusivista, em 3 de maio de 1958, os Estados Unidos enviaram aos outros onze países notas explanatórias sob seus pontos de vista - de tornar permanente o regime de cooperação prevista para o AGI; de assegurar a liberdade total das investigações científicas na Antártica; de usar a Antártica para fins exclusivamente pacíficos; de celebrar um acordo internacional a fim de incorporar tais princípios e prever, se possível, alguma forma de administração conjunta.

A 1º de dezembro de 1959 as 12 nações que haviam realizado estudos científicos durante o AGI na Antártica se reuniam em Washington elaborando um Tratado que entraria em vigor em 23 de junho de 1961.

Já então os fatos heróicos da exploração haviam dado lugar às expedições científicas devidamente dirigidas e financiadas por governos. Passava a Antártica a ser vista sob a ótica de zona de cooperação científica internacional, da não militarização e, embora provisoriamente, do congelamento das pretensões territoriais, já que estipulava um prazo de 30 anos a partir da vigência do acordo, quando então haveria uma redefinição sobre o problema de soberania territorial. Redefinição que deveria ter sido feita em 1991, mas que vem sendo protelada.

Em seus 13 artigos, estabelece o Tratado um código de cooperação internacional consubstanciado no artigo X, determinando que "cada uma das partes contratantes compromete-se a empregar esforços apropriados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas, para que ninguém exerça na Antártica qualquer atividade contrária aos princípios e propósitos do Tratado".

Sem criar uma organização internacional para reger o continente, os doze países do chamado "Clube Antártico" acordaram pelo artigo XIII que "o presente Tratado estará sujeito à ratificação por todos os Estados signatários", ficando "aberto à acessão de qualquer outro Estado que possa ser convidado a aceder". Neste caso, a Polônia, com vasta experiência em pesquisas nos gelos do Ártico, seria o primeiro a aderir em 1961, transformando-se no 13º Membro, antes mesmo da entrada do Tratado em vigor; Arctowski é sua Base na Antártica, localizada na Península que mais se projeta para a América.

Para a admissão e outras providências a serem tomadas, o Tratado estabelece um sistema de Reunião e Consultas; constando do artigo IX que "os representantes das partes constantes no preâmbulo desse Tratado reunir-se-ão na Cidade de Canberra para o propósito de permutarem informações, consultarem-se de matérias de comum interesse". Desde o primeiro encontro em

Canberra, várias dessas Reuniões de Consulta se realizaram, constituindo-se, por assim dizer, no eixo dinâmico para assegurar o desenvolvimento e a manutenção do espírito que rege os participantes do Tratado. A 11ª Reunião, por exemplo, realizada em Madrid em 1991, resolveu sobre a questão relativa à exploração da Antártica, que o Tratado havia congelado por 30 anos. Acabou por manter o continente como "uma reserva natural em favor da paz e da ciência". Significando, o Acordo de Madrid, que acabou prevalecendo o meio termo entre a proposta dos países partidários da proibição permanente e a dos defensores da exploração mineral depois de uma moratória limitada. A Reunião só poderia aceitar o fim da proibição da exploração com o consenso total dos 26 países que então tinham o direito a voto, entre os quais o Brasil; bem como por 3/4 do total de países do Tratado, no ano 2041, se algum país pedir a anulação da proibição, que só será concedida por uma Conferência extraordinária convocada para este fim específico.

Pelas condicionantes desse continente isolado, inóspito e longínquo, a solidariedade tornou-se um complemento indispensável. Conseqüentemente, a liberdade de pesquisa científica comporta limites, impondo-se pelo Tratado, a inspeção internacional para a manutenção dos objetivos; como essa inspeção tem efeito dissuasivo e não sancionador, preferiu-se, em vez de "inspetores", o termo "observadores".

Os doze Membros Consultivos elaboradores do "Sistema Antártico" destacados no quadro que se segue, estão divididos em: reivindicadores, por terem emitido Decretos, não reconhecidos internacionalmente, anexando territórios na Antártica, e não reivindicadores. Constan ainda do quadro os aderentes ulteriores consultivos, assim considerados por terem Bases ou Estação, bem como realização de pesquisas científicas no local. E, ainda os ulteriores não consultivos, por ainda não haverem contribuído para a Ciência local; esses embora assistam as Reuniões, não têm o direito do voto.

CONSULTIVOS (REINVINDICADORES)

Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido

CONSULTIVOS (NÃO REINVINDICADORES)

África do Sul, Bélgica, Estados Unidos, Japão, CEI (Rússia)

ADERENTES ULTERIORES (CONSULTIVOS)

Alemanha, Brasil, China, Coréia do Sul, Espanha, Finlândia, Índia, Itália, Peru, Polônia, Suécia, Uruguai

ADERENTES ULTERIORES (NÃO CONSULTIVOS)

Áustria, Bulgária, Canadá, Colômbia, Coréia do Norte, Cuba, Dinamarca, Equador, Guatemala, Hungria, Papuásia-Nova Guiné, Países Baixos, Guatemala, România, Suíça, República Tcheca, República Eslovaca, Ucrânia

7 - SITUAÇÃO DO BRASIL

Tentou o Brasil participar da elaboração do Tratado da Antártica, mas foi deliberadamente excluído, segundo o Itamaraty, na época, "pela inflexibilidade do Governo dos Estados Unidos". Nossas pesquisas realizadas pela Marinha no AGI não chegaram à Antártica, muito embora o nosso Programa tenha sido aprovado. Assim sendo, afirma o Diplomata Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva, na época do AGI, Secretário do Chanceler Macedo Soares, "o Brasil, em 30 de junho de 1958 notificou ao Departamento de Estado suas pretensões ao setor entre o meridiano 28 graus (Ilha Martim Vaz) e o meridiano 53 graus

(Arroio Chuí), trecho esse reivindicado quer pela Grã Bretanha, quer pela Argentina".

Antes da entrada em vigor do Tratado, em 1960, publicava o CNG (Conselho Nacional de Geografia) ligado ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística) Órgão da Presidência da República, a primeira edição do "Atlas de Relações Internacionais", com o mapa da defrontação (página 159), onde os limites dos meridianos de Martins Vaz/Arroio Chuí delimitam o território brasileiro. Endossaram a questão dois números da "Revista do Clube Militar (nº 142 de abril/junho de 1956 e - Ano XXX 1957 - nº 146). O referido mapa da defrontação era reeditado pelo "Atlas Histórico Escolar do MEC (Ministério da Educação e Cultura) em sua 5ª Edição de 1969. Em seguida, a questão era levada ao Congresso Nacional (Sessão de 28 de novembro de 1970) pela Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes que, dois anos depois, cursando a ESG (Escola Superior de Guerra), publicava, pelo Departamento de Estudos (C-6-13-72) sob o título "Antártica - Interesses Internacionais", o trabalho onde defendia a tese da defrontação.

Em 16 de maio de 1975, o Brasil, por intermédio do Chanceler Azeredo da Silveira, aderiu ao Tratado da Antártica, sendo o 19º país a fazê-lo. O documento de adesão foi entregue ao Governo dos Estados Unidos, o país depositário do Tratado, destacando cinco princípios fundamentais para a tomada de decisão.

"A - O Brasil considera que o Tratado da Antártica constitui o único diploma legal para o continente antártico, sendo instrumento jurídico válido e aceito para todos os Estados-Membros que dele são partes; a esse respeito, considera, também, o Governo Brasileiro que todos os Estados que desenvolvem atividades na Antártica devem estar ligados pelas mesmas normas jurídicas;

B - O referido Tratado veio consagrar princípios e normas positivas, com repercussões para toda a comunidade internacional, a saber: o uso da Antártica para fins exclusivamente pacíficos e o amplo sistema de inspeção ali previsto para assegurar a observância dos citados objetivos, a liberdade de pesquisa e as facilidades para a pesquisa científica na região e a proibição de explosões nucleares e de alijamento de material ou resíduos radioativos na área;

C - O Governo Brasileiro empresta a maior relevância aos trabalhos realizados no Continente Austral e ao mecanismo decisório previsto no Tratado, no qual deverá prevalecer, a juízo do Governo Brasileiro, o princípio da igualdade entre todos os seus signatários;

D - O Brasil, em virtude de possuir a mais extensa costa no Atlântico Sul, costa essa em sua maior parte devassada pelo Continente Austral, tem interesses diretos e substanciais na Antártica;

E - A propósito da significação particular da Antártica, caberia acentuar que o seu reconhecimento determinou a inclusão de parte do território antártico na zona descrita pelo artigo 4º do Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca, sendo, portando, o Brasil co-responsável pela defesa da região".

Em linhas gerais, no documento transcrito, a adesão brasileira ao Tratado da Antártica se justifica por finalidades pacíficas; mas não afasta o Brasil do critério da defrontação numa possível partilha, o que vem implícito no fato de possuímos "a mais extensa costa marítima no Atlântico Sul" e sermos co-responsáveis por sua defesa, bem como a do continente antártico em sua parte americana, como signatários do TIAR. Finalmente, deixa bem claro este documento que não aderimos ao Tratado como uma possível nação secundária; propugnando pela adoção do sistema de igualdade entre todos os signatários para que não se estabeleça no chamado Clube da Antártica o sistema de veto, tão antidemocrático, que caracteriza a ONU.

Coube ao Embaixador João Augusto de Araujo Castro entregar ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, o depositário do Tratado, a nota que comunicava a nossa adesão.

Observando-se que este documento, justifica mais uma vez, as finalidades pacíficas do Brasil, sem afasta-lo do critério da defrontação numa futura partilha política, destacando, como o documento anterior, a extensa costa no Atlântico Sul, e nossa co-responsabilidade no TIAR. Concluindo-se ainda que, terceiro país sul-americano, depois da Argentina e Chile, a se envolver nos assuntos antárticos, o Brasil quer por destacar o TIAR, quer por alertar quanto a problemática da defrontação atraiu o Peru, o Uruguai, o Equador e ainda a Colômbia e Guatemala.

Coroaram-se, pois, os vários anos de luta do Brasil, cujos interesses na Antártica também se associam ao fato de sermos potência regional no contexto latino-americano, múltiplo vetor em todo o Atlântico Sul e o maior país do Hemisfério Sul. Conseqüentemente não podemos nos omitir, nem deixar de tomar conhecimento do potencial geoestratégico e geoeconômico daquelas regiões austrais cuja imagem heróica o tempo e a tecnologia vêm desfazendo.

8 - ESTAÇÃO COMANDANTE FERRAZ

Embora aderindo ao Tratado da Antártica em 1975, o Brasil só enviaria sua primeira expedição científica ao continente em 1983; quando a questão já se encontrava na alçada da SECIRM (Secretaria da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar). Com as pesquisas realizadas pelos integrantes do navio "Barão de Teffé", o Brasil era aceito como membro consultivo do Tratado a 12 de setembro do mesmo ano de 1983.

Instalávamos a Estação Comandante Ferraz entre o mar (Baía do Almirantado) e a montanha (Morro da Cruz), na Ilha do Rei George, Arquipélago das Shetlands, na Península Keller a 62° 0,5' de latitude e 58° 23,5' de longitude oeste no ano seguinte.

Da nossa Estação avistam-se o Morro da Cruz, geleiras milenares, pedaços de "icebergs", e até um "nunatak", ou seja, uma rocha desnuda que ultrapassa a calota polar. Esse "nunatak" fica a 3.800 metros da Estação brasileira e já foi vítima de nosso espírito jocoso, ao ganhar o apelido de "Seio da Mulata".

Também na Ilha do Rei George se encontra a Base chilena Marsh¹, distando uns 50 km de nossa Estação. Na Base chilena se encontra um dos melhores aeroportos da região antártica, com pista de 1.300 metros em terra batida. Aí se encontra também o único hotel do continente austral - o "Estrela Polar" com capacidade para 80 hóspedes e que recebe turistas no verão. Além dos módulos para pesquisas científicas, os chilenos contam com uma loja para venda de lembranças, uma escola, um mercado e a "Villa de las Estrellas", onde vivem as famílias dos militares que servem na Base.

A Ilha do Rei George, onde os brasileiros se abrigam na Estação Comandante Ferraz, pertence ao Arquipélago das Shetlands (4.662 km²) quatro vezes maior que o Município do Rio de Janeiro. Esse arquipélago fecha o arco alongado de ilhas montanhosas, que formam a zona sub-antártica, o maior próximo da península que se projeta para a América do Sul. Constitui-se numa área vulcânica, geologicamente jovem, já que se notam fumarolas (emissão de gases) na Ilha da Decepção; as Ilhas do Elefante, Clarence, Livingstone e Rei George são as maiores do arquipélago.

Elevações e geleiras emolduram a Baía do Almirantado, onde 95% da superfície é coberta pelo gelo. No verão a luminosidade é constante, sendo de apenas 4 horas quando se entrar no período do solstício de verão. A

¹ Atualmente chamada de Eduardo Frey.

temperatura, em geral, é da ordem de 5° negativos, chegando aos 30° no inverno. É então que nossa Estação fica coberta pelo gelo que a protege dos ventos fortes, ultrapassando por vezes aos 100 km/hora; a cobertura de gelo funciona também como isolante térmico, seguindo o princípio dos iglús esquimós do Hemisfério Norte e, bloqueadas as portas dos módulos, a saída se faz pelos alçapões de teto.

O local onde se encontra a nossa Estação esteve, de 1947/61, ocupado pelos ingleses; as edificações de madeira que aí deixaram, material usado na época, podem ainda serem vistas. Como também três cruzeiros que lembram a morte de dois ingleses, a que se juntou a do brasileiro, Sargento Poppinger, falecido de mal súbito no inverno de 1990.

A Estação Comandante Ferraz foi inaugurada a 6 de fevereiro de 1984, com o hasteamento da bandeira nacional; mas, só a partir de 19 de março de 1986 passou a operar em caráter permanente.

Inicialmente a Estação se compunha apenas de 8 módulos e, como temporária, era guarnecida por 12 homens que lá permaneciam por 32 dias, deixando-a desativada até o verão seguinte. Ampliada sucessivamente à partir da Operação Antártica IV passou a ter ocupação permanente já contando com 60 módulos. Neles existem alojamentos, salas de estar, cozinha, enfermaria, ~~armazéns~~ laboratórios, oficinas, não faltando até mesmo um ginásio de esportes.

Costuma reunir cerca de 40 pessoas e, para apoio às pesquisas, o Brasil possui outros 4 refúgios - um na própria Ilha do Rei George, outro na Ilha Nelson, e dois na Ilha do Elefante, podendo cada qual abrigar até 6 pessoas por um período de 30 a 40 dias.

Os brasileiros que vão para a Antártica são voluntários e submetidos antes a exames médicos e treinamento pré-antártico no Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia, seguido de exercícios de montanhismo no Parque Nacional de Itatiaia. Destacando-se que os voluntários para o período de inverno são ainda submetidos a exame psicológico no Serviço de Pessoal da Marinha.

Contribuiu para a escolha da instalação da Estação na Ilha do Rei George, que tem 3/4 partes cobertas por glaciário, os seguintes fatores: facilidade de acesso, bom fundeadouro e extensa praia com gradiente facilitando desembarque de material, espaço para futura ampliação e obtenção fácil de água potável, pois existem nas proximidades duas lagoas de degelo.

Devendo-se ressaltar que a Ilha do Rei George é pródiga em lagoas, onde as Penínsulas de Fildes e Hardley ficam praticamente livres do gelo do verão. Fildes, com 55 km² conta com cerca de 30 lagoas dos mais variados tamanhos,

localizados em altitudes que variam dos 10 aos 90 metros, distando desde os 20 metros aos 15 km da costa. a maioria tem nomes russos, pois foram estudados por J. M. Simonov, cientista soviético, em 1970. O lago melhor estudado foi o de Kitiesh, a 17 metros do nível do mar, do qual dista 600 metros; seguido pelo de Gluboku a 20 metros do nível do mar e 150 metros distanciado deste; e o de Dlinil a 10 metros do nível do mar e 400 metros da costa.

O Patrono da Estação brasileira é o Capitão de Fragata Luiz Antônio de Carvalho Ferraz, nascido em S. Luiz do Maranhão em 24 de outubro de 1940. Vítima de mal súbito, faleceu em 11 de agosto de 1982 em Halifax, no Canadá, quando participava da V Assembléia Oceanográfica Conjunta e Reunião Geral do Comitê Científico para pesquisas Oceanográficas.

Participou da expedição inglesa no "Endurance" e, por ordem do Almirante Eddy Sampaio Spellet, hasteou, em 28 de janeiro de 1978, a 72°11' de latitude sul e 26°42' de longitude oeste, a bandeira brasileira, pela primeira vez na Antártica.

Integrou a Comissão que foi à Dinamarca para examinar o "Thala Dan, da companhia S. Lauritzen, já familiarizado com viagens ao Ártico e Antártica, e que estava à venda. Dado o sinal verde, coube então ao Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra Maximiliano Eduardo da Silva Fonseca autorizar a aquisição do referido navio que foi incorporado à Marinha de Guerra como "Barão de Teffé".

Foi o Comandante Ferraz membro do PROANTAR e faleceu meses antes de nossa primeira viagem à Antártica. Expedição que saiu do porto do Rio de Janeiro no dia 20 de dezembro de 1982, atingindo a Baía do Almirantado a 5 de janeiro do ano seguinte. Participava ainda desse evento, saindo de Santos, o Navio Oceanográfico "Professor Besnard" da Universidade de S. Paulo. Durante essa expedição registrou-se o primeiro vôo de uma aeronave brasileira na área - o helicóptero Wasp N-7041 do Esq HU-1, que decolando do "Barão de Teffé" no dia 7 de janeiro de 1983, foi até a Base chilena de Marsh. Destacando-se que no complexo Marinha/Aeronáutica o Navio de Apoio Oceanográfico (Nap Oc) conta com o apoio do Hércules C-130 da FAB.

A segunda viagem saindo também do Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1984, teria como missão a escolha do local para a instalação da Estação, que seria apontado no dia 25 do mesmo mês.

Em 1994 despedia-se da faina na Antártica o "Barão de Teffé", entrando em ação o "Ary Rongel".

9 - DEFRONTAÇÃO E ATLÂNTICO SUL

Considera o Internacional Hydrographic Bureau que o mar Austral, chamado Glacial Antártico, nada mais é do que o prolongamento do Atlântico/Pacífico/Índico. Continuação dos três grandes oceanos, não existe barreira de contenção entre eles e o Glacial Antártico; no caso particular do Atlântico, as águas tropicais se encontram com as frias, lançando estas últimas o volume de 800 milhões m³/segundo sobre as primeiras, transportando o oxigênio vivificador necessário à fauna marinha. A convergência antártica forma, pois, uma das zonas limítrofes fundamentais dos três grandes oceanos, chegando no Atlântico a passar, em determinadas épocas do ano a apenas 1.000 km do litoral do Rio Grande do Sul.

Em consequência, quer pela influência das correntes frias das Malvinas no Atlântico, como pela de Humboldt no Pacífico, é íntimo o correlacionamento dos países sul-americanos, que de um lado ou de outro se defrontam com a Antártica.

Assim, no Atlântico Sul vemos o espaço brasileiro integrado no Cone Sul, agrupando em seu bastião avançado as ilhas de Fernando de Noronha na zona de estrangulamento do Atlântico, e a da Trindade, que o renascimento da rota do Cabo deu novo sentido geoestratégico.

Já na região sub-antártica, em posição de guarda, a 565 km da entrada do Estreito de Drake, estão as Malvinas. A ocupação dessas ilhas em 1833, sob protesto da Argentina, serviu para a Inglaterra colher a maior vitória naval da Primeira Grande Guerra; o segundo conflito mundial não dispensou o apoio das Malvinas. No caso de um confronto em que venha a falhar a rota pelo Canal do Panamá, as Malvinas terão triplicadas sua importância geoestratégica, visto que os navios provenientes do Pacífico, para atingir o Atlântico, terão que se valer da passagem oferecida pelo Estreito de Magalhães.

No presente, o arco insular formado por Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, seguindo pelas Georgias e complementado pelas Malvinas se constitui em pontos de escalonamento para o Cone Sul; e dele se valeu a Inglaterra em 1982 durante o conflito com a Argentina pela posse das Malvinas. Muito embora, no contexto regional, essas ilhas muito distantes da Inglaterra, venham servindo hoje como base de escalonamento para expedições à Antártica. Em consequência, do ponto de vista geoestratégico essas ilhas são bem mais importantes para os países atlânticos da América do Sul; e mesmo, guardadas as devidas proporções, quanto ao posicionamento, dentro do mesmo papel que as bases antilhanas representam para os Estados Unidos - interceptação e alerta.

Essas ilhas, gozando de posições marítimas de relativo isolamento, muito embora protegidas contra as comunicações terrestres normais, são dotadas de possibilidades como escala marítima ou aérea.

No âmbito regional, projetando-se na direção do Atlântico e permitindo o escalonamento da Antártica Americana, as Shetlands, as Orcadas, numa curva para oriente as Sanduíches e, seguida as Georgias, têm valor geoestratégico, por se interpenetrarem com a dorsal atlântica. E é nesse corredor vital povoado por essas linhas sub-antárticas, que o Atlântico se interpenetra com o Pacífico e Índico, numa bacia aberta que contrasta com a bacia fechada do Ártico.

Concluindo-se que nesse corredor de essencial circulação a zona de soberanias ainda contestadas tanto na Antártica quanto nos arquipélagos sub-antárticos forma a área defrontante que desafia o espaço geopolítico da esfera de domínio da América do Sul.

A tendência entre as nações na formação de glaciais defensivos (pontos de apoio ou de defesa) mostra que a Antártica será não só para o Brasil, como também para todos os países defrontantes, uma base de alerta, interceptação e emergência que venha a afetar a defesa da América do Sul.

Dominando três oceanos, autêntica plataforma giratória que se defronta com três continentes, tem a Antártica grande valor geoestratégico. E, se na prática ficou provado que o Ártico serve tanto para objetivos pacíficos quanto militares... o mesmo se aplica à Antártica, sobretudo quando depois de 1990 se desfez o Eixo Leste/Oeste e começam a se formar os Eixos Norte/Sul preconizados por Haushofer.

10 - CONCLUSÃO

Longe de separar o mar une; daí a importância do domínio sobre pontos situados defronte a nossa esfera de domínio. O Brasil é o maior país no Atlântico Sul e o de mais extensa costa defrontante com a Antártica. Esse continente é fim de linha para espécies migratórias da América do Sul, desde a baleia que vem se acasalar e faz das águas quentes de nosso litoral o sítio ideal de procriação, até a merluza e anchova pescadas nas nossas costas. Em consequência, se impõe a importância geoeconômica, já que qualquer alteração sensível no ambiente antártico defrontante irá refletir no setor pesqueiro brasileiro.

Os mapas são hoje encarados sob diferentes prismas - a navegação marítima, aérea e a nova corrida espacial deram-lhe novo sentido. As distâncias

não são mais pontos longínquos... não são medidas por quilômetros ou milhas, mas sim por horas, por minutos. A Antártica com seus arquipélagos que se integram na dorsal atlântica não estão assim tão distantes para nós.

Tanto assim que, dentro do aspecto climático, a já expressão popular "frente fria que vem do sul" serve para definir um grande número de correntes aéreas que partem da Antártica e se distribuem pelo território brasileiro. Chegam mesmo até a Amazônia, onde, provocando queda brusca de temperatura, realizam o chamado fenômeno da "friagem".

Daí a importância da presença efetiva e marcante do Brasil nessa área defrontante do continente branco e seus arquipélagos, para se opor a toda e qualquer experiência bacteriológica, nuclear ou de caráter altamente poluente.

A possibilidade de um país com tecnologia avançada em utilizar explosões nucleares para desintegrar a já instável massa de gelo que cobre a Antártica, sobretudo em sua parte ocidental, a que mais interessa ao continente sul-americano, foi bastante discutida nos anos 60 pelos estrategistas. O Dr. Gordon J. F. MacDonald, então Vice-Presidente Executivo do Instituto para Análises de Defesas em Washington, declarou, na ocasião, que se tal viesse a ocorrer geraria ondas gigantescas, destruindo por completo todo o setor costeiro da América do Sul.

Além de explosões nucleares, também foi cogitado, em 1973, transformar-se o gelo permanente da Antártica no depósito internacional para o lixo nuclear radioativo; e foi proposto na "Science and Public Affaire" pelos cientistas atômicos E. G. Zeller e E. E. Angino do Departamento de Geologia da Universidade de Kansas, bem como por D. F. Saunders, da "Texas Instrument Inc", para que o lixo nuclear radioativo ficasse armazenado na Antártica pelo prazo de 250 mil anos. Argumentavam os referidos cientistas de que era fato, que provavelmente a eletricidade iria cada vez mais sendo substituída pela energia nuclear; assim a acumulação de rejeitos nucleares radioativos, altamente perigosos, tendiam a aumentar progressivamente. No caso, pois, a indicação da Antártica vinha bem a calhar, não só por ser a terra mais remota do Planeta, como também por não ter estatuto jurídico de partilha. A Groenlândia também se constituiria num sítio ideal, se não pertencesse à Dinamarca.

Opor-se a qualquer operação artificial, eis o sentido de nossa presença no Continente Austral, até mesmo se relacionado com as correntes marinhas. No caso, a Corrente das Malvinas viria a afetar diretamente o nosso litoral, quer pela poluição, já que o degelo seria provocado quimicamente, ou mesmo alterando-se a temperatura da água do mar, prejudicando a pesca.

É tese de Arthur Dix, em sua "Geografia Política" que: "à medida que o tráfico mundial se desenvolve com maior intensidade e variedade envolvendo todos os mares e países da Terra, torna-se cada vez mais importante na atividade da vida internacional, a influência da política das comunicações, cujas tendências estão marcadas por fundamentos geográficos". E nesse contexto destacamos o antigo axioma que afirma - o mar não separa, antes de mais nada une: daí a importância para as potências do domínio sobre costas situadas defronte à sua própria esfera de domínio.

Sob o ponto de vista geoestratégico, a defesa da América do Sul é sobretudo de índole marítima e não mais um problema estritamente continental. Na América do Sul, por sua presença e posicionamento, o Brasil se destaca no Atlântico como múltiplo vetor. Múltiplo vetor, com a maior costa defrontante com a Antártica. E, convivendo com um Mundo regido pela premissa diferentes áreas para diferentes funções; destacando então, que as regiões polares não são mais aquelas zonas geladas e inóspitas a serem desprezadas - são rotas marítimas, são rotas áreas mundiais.

Em se tratando da Antártica Sul-Americana, tanto no plano mundial quanto no regional, não há que se ignorar a importância do Estreito de Drake, ligação natural entre o Atlântico/Pacífico. E, foi do outro lado desse Estreito que, em 1983, construímos a nossa "Ceuta"², representada pela Estação Comandante Ferraz; e lá mantemos nossa presença na outra margem desse geoestratégico Estreito que, na realidade, separa duas "Cabeças de Ponte" - de um lado a Antártica, do outro o Cone Sul.

A Antártica é a região de um futuro que se aproxima; e assim, em sua conjuntura tanto geopolítica quanto geoestratégica, o problema não é mais o de como viver juntos, colaborando como até aqui, mas sim como de sobreviver separadamente. Estamos na Antártica, mas é ainda grande a nossa dependência para a manutenção da Estação Comandante Ferraz. Dependemos do aeroporto da Base Marsh e nos valem dos portos chileno de Punta Arenas e argentino de Ushuaia. É, pois, necessário que estabeleçamos no Rio Grande do Sul um porto logístico de apoio às expedições antárticas, bem como um aeroporto de apoio à nossa Estação.

² Na validade da comparação, no norte da África, no então Algarve d'Além Mar, Ceuta, do outro lado do Estreito de Gibraltar, foi, para Portugal no século XV, a chave que abria as portas de três mares.

Pelo interesse que vem despertando, a Antártica se encontra incluída dentro das chamadas "áreas básicas mundiais"... Daí a importância daquele continente, transformado num "Mediterrâneo Espacial", levando-se em conta que a segurança deve merecer a mesma atenção que o desenvolvimento. E, todo planejamento de segurança deve girar em torno de prazos críticos, de metas prioritárias.

Nov/97

BIBLIOGRAFIA

- CAILLEUX, André. - *L'Antarctique* - Presses Universitaire de France - Paris 1967.
- COSTA, João Frank da. *Teoria dos Setores Polares* - Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional nº 13 e 14; *Antártica - O Problema Político* - Revista Brasileira de Política Internacional - nºs 3, 4, 5, 9, 11 e 12 - Anos 1958, 1959, 1960 e 1961; *Le Problème de la Souveraineté sur Régions Antarctiques* - Librairie Générale de Droit et Jurisprudence - Paris, 1959.
- CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antartica* - Livraria Freitas Bastos S. A. Rio, 1976; *Antártica: Assunto do Momento* - Revista do Clube Militar Ano XXX - nº 146. Rio, 1957; *Antártica: Suas Implicações* - A Defesa Nacional, ano 69 - nº 702 - Julho/Agosto de 1982.
- ———. e Delgado de Carvalho - *A Questão da Antártica* - Revista do Clube Militar nº 142 - Abril/Junho de 1956; *Atlas das Relações Internacionais* - IBGE. Rio, 1960.
- GANDOLPHI, Alain. - *Le Systeme Antarctique* - Presses Universitaires de France. Paris, 1989.
- LA RUE, E. Aubert de. - *Les Terres Australes* - Presses Universitaires de France. Paris, 1967.
- SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. - *Defesa da Antártica* - Artigo publicado pelo "Jornal do Brasil" (27/11/94).

ANEXO

SIGLAS E ÓRGÃOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar;
SECIRM - Secretaria Interministerial para Recursos do Mar;
CONANTAR - Comissão Nacional de Assuntos Antárticos;
PROANTAR - Programa Antártico Brasileiro;
SCAR - Comitê Científico para Pesquisas Antárticas
CCAMLR - Convenção para a Regulamentação de Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos;
CNPA - Conselho Nacional de Pesquisas Antárticas.

Criada pelo Decreto nº 74.577 de 12 de dezembro de 1974, a CIRM tem por finalidade coordenar as atividades condizentes com a política nacional para os recursos do mar.

Para o assessoramento do Ministro-Coordenador, realizando atividades pertinentes aos encargos técnicos e administrativos da CIRM, era criada a SECIRM pelo Decreto nº 84.324, de 19 de dezembro de 1979. Mas, só em 1982, quando o Governo Brasileiro se decidia a participar da exploração científica na Antártica, o Decreto 86.830 de 12 de janeiro do referido ano, atribuía à CIRM a incumbência de elaborar o PROANTAR.

Em se tratando da Antártica, no âmbito nacional, observamos que a CIRM, subordinada diretamente à Presidência da República, recebe as diretrizes transmitidas da CONANTAR. Esta, por sua vez, se apoia em aspectos técnicos-científicos do CNPA coordenado por um Representante da Marinha na SECIRM; o CNPA é o interlocutor de nosso Programa com o SCAR e funciona no CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas).

Elaborados os projetos para estudos na Antártica, são eles encaminhados ao PROANTAR que, aprovando-os, os encaminha a CIRM. Já então parte do planejamento operacional transforma-se em Operação Antártica, com duração anual. Iniciando-se, em geral, em outubro ou novembro, o PROANTAR se constitui de seis sub-programas a saber: Ciência da Atmosfera, Ciências da Terra, Ciências da Vida, Geofísica da Terra Sólida, Educação/treinamento/Logística.

O Sistema antártico, tendo no seu contexto documental o Tratado de Washington de 1960, se desdobra através de Reuniões Consultivas - do SCAR,

do CAMLR, da CRAMRA e ainda da Convenção para a Conservação das Focas Antárticas.

No contexto geral do Sistema Antártico o destaque é para o SCAR - Órgão não governamental filiado ao ICSU (Conselho Internacional das Uniões Científicas) atuando como agente consultivo sempre que lhe solicitam estudos que possam ajuizar as propostas apresentadas pelas partes.

A CRAMRA adotada em 1968 foi objeto de discussões por permitir a exploração de recursos minerais antárticos. Faltava a sua regulamentação e, como existem países que por Decretos já reivindicaram trechos no continente, a exploração, poderia, por parte de alguns deles, provocar qualquer tipo de tensão, pondo em risco o Sistema Antártico. Com o abandono da CRAMRA pela França e Austrália, coincidentemente duas nações reivindicadoras, caberia a XV Reunião Consultiva, em outubro de 1989, conferir mandato às Partes para elaborarem "medidas abrangentes para a proteção do meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados". Não se chegou, porém, a um consenso entre os que desejavam a manutenção e os favoráveis ao CRAMRA; o problema seria temporizado em Madrid (1991) por um Protocolo Ambiental, proibindo toda e qualquer atividade relacionada com a exploração, mas não com a exploração, por um prazo de 50 anos.

Já a CCAMLR constituída em 1982, vem sendo mantida para que regulamente sobre a exploração de recursos marinhos na área do Tratado, o que tem feito, sobretudo no que diz respeito à quantidade anual de krill (palavra norueguesa significando comida de baleia) que pode ser pescado.

Geografia Política e Geopolítica

Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro

Contribuição à Geopolítica

Geografia Política e Geopolítica*

ESTUDOS E ENSAIOS

DELGADO DE CARVALHO e
TERESINHA DE CASTRO

GEOGRAFIA POLÍTICA

1 — HISTÓRICO

O conceito tradicional de *geografia política* vai-se diversificando, à medida que visões especializadas de Geografia humana vão considerando aspectos novos das relações entre a Terra e as comunidades que a ocupam.

O mesmo fato se dá com outros ramos científicos como *geografia física e geofísica, fisiografia e geomorfologia*. Os neologismos são abundantes em geografia, como em qualquer outro setor de conhecimentos humanos. Quando cunhados para satisfazer um ponto de vista novo, nem sempre são estes neologismos acolhidos com o mesmo entusiasmo por todos os estudiosos da matéria. Pode disso servir de exemplo o termo “geopolítica”.

Sob o ponto de vista didático, a *geografia tradicional* sempre compreendeu, pelo menos, duas divisões, uma “física” e outra “política”.

Em 1796, o americano Jedidiah Morse escreveu uma *Geografia* que dividiu em três partes: *Geografia Astronômica, Geografia Física ou Natural e Geografia Política*. O sentido primitivo de geografia política foi outrora muito mais rico: Morse nêle incluía alguma história, religião, governo, defesa, usos e costumes, navegação e comércio, manufaturas. Incluía, pois, o que hoje se chama *geografia econômica*.

Verifica-se, assim, como a geografia evolui não somente no conteúdo, como nas suas denominações.

No fim do XIX século, apareceu a necessidade, pode-se dizer, de agrupar um certo número de fatos e fenômenos relativos à vida dos grupos sobre a terra — foi então criada por J. Brunhes a expressão “geografia humana”.

Esta conquista se fez à custa da *geografia política*. Mas a evolução foi rápida: os alemães criaram a *antropogeografia*, e os franceses a *geografia social*. A primeira ficou ligada ao nome do seu fundador Ratzel; a segunda, prende-se ao nome de Vallaux.

É natural que reine ainda alguma imprecisão nos termos que variam segundo os autores, pois há grande riqueza de interpretações. A geografia, sendo um patamar em que se encontram vários ramos científicos, recebe dêstes diversos setores, elementos que a transformam aos poucos. De fato, não há estudo social que possa dispensar uma *base geográfica*: é como o fundo do quadro em que se projetam os fatos, aí localizados no espaço.

A geografia humana é o estudo das relações entre as *ciências naturais* e as *ciências sociais*.

2 — DEFINIÇÃO

A geografia política trata das relações entre os grupos humanos organizados e o espaço ou território que eles ocupam.

* Artigo transcrito de *A Defesa Nacional*, junho de 1956.

No caso das *tribos nômades*, já se pode falar em geografia política, mas à medida que os grupos se vão tornando mais importantes e que se estabelecem permanentemente em grupos sedentários em posição favorável a seu gênero de vida, sob o controle de um governo, a sua geografia política vai tomando feições mais precisas e mais complexas. Frequentemente os grupos se unem para constituir *unidades políticas maiores e mais fortes*.

O fato das *fronteiras* e dos limites de países ter tomado especial importância em geografia política, explica-se pelo crescimento de grupos separados, *ocupando espaços intermediários* e tornando-se vizinhos uns dos outros. Territórios *contiguos* surgem, assim como zonas de influência; e questões de limites determinam rivalidades políticas que envolvem episódios históricos do passado e do presente.

Assim se torna cada vez mais necessária a *geografia histórica* como introdução e explicação da geografia política. Nela encontra-se a gênese da formação territorial e da constituição das fronteiras atuais. Exemplo brasileiro: a desigualdade dos nossos estados é muito menos física, econômica ou cultural do que *histórica*.

Em realidade, que vem a ser, em *geografia política*, um país? É uma região natural, mais ou menos perfeita e delimitada, com fronteiras fixas, ocupada por populações mais ou menos homogêneas, sob o domínio de leis. Um país pode ser formado de *várias regiões naturais interdependentes* e povoado de várias etnias. É, pois, uma unidade política *complexa*, historicamente temporária e cujas fronteiras, fixas em determinado período, desenham, no mapa geográfico, a sua forma característica.

Como resultado das condições geográficas, reina num país moderno um *sentimento coletivo* chamado *patriotismo* cu civismo que tende a *consolidar* a independência da nação e a estender a sua esfera de atividades, de acordo com as melhores condições de vida possíveis. Por isso, a própria forma do país passa a constituir um símbolo geográfico de uma aspiração cívica: nas moedas, nos selos, nos escudos, em festas nacionais, o simples contorno do país é uma evocação patriótica, muitas vezes aproveitada pelas autoridades do país.

Quanto aos esforços feitos para a proteção das fronteiras contra possíveis agressões, estes levam ao desenvolvimento de outro tipo de geografia política, a *geografia militar*.

Em 1926, P. Deffontaines definiu a *geografia política* "o exame crítico e comparativo dos fenômenos de superfície pelos quais se expressa a vida e se traduz a expansão das sociedades e dos Estados: antes de tudo, as capitais grandes e pequenas, centrais e regionais, assim como todas as aglomerações que merecem o nome de *ciudades*; em segundo lugar, tudo que é disposto para *circulação*, para proteção desta circulação, para segurança — *estradas e fronteiras* — e tudo que permite irradiação destas mesmas coletividades além da fronteira propriamente dita, circulação marítima e aparelhamento de portos".

Em suma, neste conceito um tanto circunstanciado, Deffontaines focaliza três elementos que lhe parecem fundamentais em geografia política: cidades, fronteiras e comunicações.

Arthur Dix é mais conciso quando diz que *geografia política* é a ciência que estuda a *morada e esfera de poderio* dos Estados e, em seguida acrescenta que se ocupa "das relações das coletividades políticas com o espaço que habitam e a área de tráfego". Uma importância maior é atribuída por Dix às fronteiras quando declara: "A geografia política considera as fronteiras que separam os grupos políticos como um principal campo de observação, no aspecto que poderíamos denominar de permanência dos Estados". Lembra também o autor que as delimitações de grupos políticos inferiores, internos, ou divisões administrativas, constituem *geografia política interior*.

Na prática, o manuseio diário dos *atlas*, nos leva a distinguir imediatamente um *mapa físico* de um *mapa político*. Na cartografia moderna, o primeiro vem geralmente com as cores *hipsométricas convencionais*, do verde ao amarelo escuro. O segundo, em regra apresenta cores em contraste, segundo os países que cabem totalmente ou em parte. (O ponto de vista artístico é muitas vezes discutível). Mais recentemente atlas ingleses e franceses têm organizado *mapas*

políticos sobre um fundo de *mapa físico* simplificado para não sobrecarregar a fôlha. É evidente a vantagem de nunca perder de vista o meio físico em que se estende uma entidade política. Em escala muito reduzida, raramente podem coincidir os dois tipos de mapas; os países são separados apenas por *orlas coloridas*.

É inútil dizer que, muitas vezes, a compreensão clara de uma situação de geografia política depende da qualidade e *precisão da carta* observada.

3 — O PROBLEMA FUNDAMENTAL

A noção de Estado é, ao mesmo tempo *territorial e jurídica*: o domínio territorial é o que se chama soberania, isto é, um direito que não se confunde com a simples ocupação nem com a *propriedade privada* dos indivíduos; possui uma esfera própria de ação que é *direito de regulamentar* terras, homens e coisas.

O Estado se superpõe, assim, territorial e socialmente, a uma área geográfica e a uma fração da humanidade. A geografia política fica, em consequência, ligada a três ordens de conexões: à *geografia geral*, à *história* e a uma *forma jurídica*, a soberania.

Mas na área geográfica ocupada pela coletividade humana, o Estado nem sempre comporta nos seus limites a *totalidade de um povo*, com homogeneidade perfeita; pois há grupos étnicos, lingüísticos, religiosos que dele fazem parte por constrangimento imposto ou aceito. Surge aí a *questão das minorias que existem* em maior ou menor número em quase todos os países. Convém, nestes problemas de minorias étnicas, por exemplo, de fazer a distinção entre os "quistos" formados pelas circunstâncias históricas (húngaros, alemães e eslavos na Rumânia) e as formadas pela *livre e espontânea imigração* em países novos.

A *Geografia política* pode ser considerada como termo último (se não definitivo) da *história política*: é a sua *forma presente* e daí a sua importância refletindo, no *espaço*, a evolução do Estado no *tempo*. "Não se pode expulsar a geografia da história política, e isso vem dar à geografia política uma nova legitimação" dizem Vallaux e Brunhes.

Como explicação desta "evolução" do Estado, espelhada pela geografia política, foram emitidas as mais diversas e extremadas teorias. Hegel, Gobineau, Gumplovicz negavam a *ação do meio* sobre as sociedades políticas, enquanto Taine e Buckle explicaram-nas pelos ambientes físicos em que vivem. Prova isso que as explicações não podem ser simplistas. É incontestável, entretanto, que ao progredir nas ciências e nas técnicas, os grupos humanos vão exercendo *maior influência sobre as forças da Natureza* e, em consequência, se tornando delas mais independentes.

Brunhes e Vallaux colocam do seguinte modo o problema fundamental da geografia política:

Quais as regiões terrestres onde, pelo fato de existirem causas devidas à *natureza física* e ao *povoamento humano*, multiplicam-se *oportunidades de conflitos* ao ponto de criar meios favoráveis ao surto e ao desenvolvimento do Estado?

Equivale esta pergunta a dizer que o Estado é criação de *segurança coletiva*, que existe para a defesa, para a luta. A esta interpretação se prende talvez o aspecto que tomou uma modalidade recente da geografia política, a *geopolítica*, hoje reivindicada por certos setores militares como exclusivamente da sua esfera.

Na realidade, a resposta ao problema fundamental enunciado pelos dois geógrafos franceses é a "*acumulação de fermentos de vida*", isto é, regiões ricas em elementos vitais diferenciados, espaço, clima, relêvo, solos, águas recursos naturais, comunicações, população, etc.

Daí a classificação aceitável e lógica de *regiões ativas e de regiões passivas*.

Região ativa seria um espaço geográfico em que o grau de fermentação e de tensão vital se beneficiou de *fatores econômicos* e *fatores geográficos* como densidade demográfica suficiente, pontos estratégicos favoráveis, boas comunicações, condições e expansão de colonização.

Regiões passíveis seriam os espaços nos quais se projetam e ramificam as primeiras.

É o que explica, em parte, o fato de os Estados não serem perfeitamente fixos, mas sujeitos a *deslocamentos* e a *estratificações*. É também o que esclarece a existência de *zonas de contacto*, tão importantes na história da humanidade, espaços de transição entre *meios geográficos diferentes*: planície e montanha, montanha e planalto, mar e litoral, deserto e estepe, matas e campos.

Numerosos são os exemplos que o estudo da posição geográfica, do espaço e dos contactos fornecem à interpretação histórica de *Estados insulados* como a Grã-Bretanha e o Japão, de *Estados peninsulados* como a Itália e a Grécia, de *estados em faixa marinha* como Fenícia e Chile, de *Estado montanhês* como a Suíça. O principal perigo de tais estudos é a tendência à *generalização*, simplificando a questão e omitindo fatores importantes. Não é apenas a geografia física dos Bálcãs e do Mar Egeu que explica a diferença entre a Grécia de Péricles e a Grécia de hoje.

Certas *limitações* são deste modo impostas à geografia política, mesmo estribada em sólidos elementos de geografia física. Provém estas limitações das inesgotáveis fontes da *geografia humana*: étnias, religiões, instituições, estados da cultura, técnicas, gêneros de vida, etc. Procuremos sempre estudar a geografia para compreender a história e reciprocamente: a Noruega, a Grécia, a Fenícia.

4 — DIVISÕES

O *histórico* da geografia política e a enumeração de seus *problemas* principais revelam a dificuldade de estabelecer uma *divisão definitiva e fixa* desta disciplina. A geografia é, em si, um ramo científico em plena evolução.

Os elementos que, no momento atual, constituem a geografia política são: o *espaço* e a *posição*, os *limites* e as *fronteiras*, as *populações*, as *capitais*, as *cidades* e as *divisões administrativas*.

O que torna precária a fixidez destes elementos é a tendência de cada geógrafo, Ritter, Ratzel, Penck, Reclus, Vidal de La Blache, Vallaux, Mackinder, Fleure, Morris, Davis Bowman e tantos outros de insistir sobre os *pontos de vista individuais*.

Ratzel principalmente deu aos conceitos de geografia política explicações mais circunstanciadas — especialmente no que diz respeito à posição diferenciando a *posição natural da posição política*.

Brunhes e Vallaux distinguem três fatores, ou ordens de fatores em geografia política:

a) *O Estado e o Território* — em que surgem as condições geográficas primárias, a discriminação entre regiões ativas e passivas, a pressão demográfica, megalostatismo e microestatismo.

b) *O Estado, a Estrada e a Fronteira* — em que a estrada é considerada obra principal do estado, criada para fins políticos e segurança; em que também são estudados os diferentes tipos de fronteiras, naturais, artificiais, esboçadas, vivas ou mortas, e sua estabilidade relativa.

c) *O Estado e a Capital* — isto é, o órgão central, suas características, sua situação, suas condições de permanência ou de deslocamento.

Neste quadro tripartido há, de fato, lugar para todas as modalidades da geografia política, todos os pontos de vista, antigos e novos, sob os quais podem ser encarados os problemas.

Desta classificação ressalta bem que o estado é a entidade que empresta *nos fenômenos geográficos o cunho político*. Não há geografia política sem ação mais ou menos direta do Estado.

A tendência atual, porém, em certos setores, é de estabelecer uma distinção entre os fatos de geografia política que refletem uma *situação atual*, mais ou menos fixa ou *estática* e os fatos que refletem *situações em evolução*, em mudança, em perpétuo vir-a-ser, ou *situações dinâmicas*. A este último modo de encarar a geografia política, dá-se o nome já popular de *geopolítica*.

5 — OBJETIVOS

Estudo nenhum de geografia geral se pode limitar a apresentar o *quadro físico* de uma região considerada. Deixaria assim de ser um *estudo social* para ser um *estudo de ciências naturais*, localizado no espaço. Cabe à geografia política indicar o sentido da ocupação do solo pelo homem, seu aproveitamento e sua segurança.

A geografia política descreve e explica um Estado-Nação. Para compreender certos fatos, devem ser analisados os elementos componentes de uma situação. Mesmo quando se trata, em aparência exclusivamente, de geografia humana, de geografia econômica, é, na realidade, com *elementos de geografia política* subentendidos que se definem as situações sociais em aprêço.

O quadro geográfico é o quadro natural em que se desenrolam os *acontecimentos humanos* e são estes elementos que lhe dão a sua importância. O conhecimento das atualidades requer uma base geográfica, mas é a geografia política que lhes dá significação. Em suma, a geografia política é no *espaço* o que a história política é no *tempo*; ambas se prestam a esclarecimentos e são interdependentes.

GEOPOLÍTICA

1 — HISTÓRICO: NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA GEOPOLÍTICA

Para muitos, a semente dos estudos geopolíticos foi lançada por Ratzel, em sua obra *Antropogeografia*; daí o farto comentário sobre esse autor no livro *Geopolitique* de Jacques Ancel..

Ratzel lançou a sua famosa teoria dos *espaços vitais* onde pregava que — “o homem e a sociedade dependem do solo”. Para Ratzel o Estado era um organismo imperfeito, sujeito a determinadas conformações do solo e à situação do território.

Ratzel que era professor em Leipzig e Munich pregava sempre em seus artigos e obras a *necessidade de uma concepção de espaço* e advertiu a seus seguidores germânicos de que a decadência de cada Estado se pode demonstrar que procede de uma complacência e satisfação com um espaço pequeno.

Ao formular suas *sete supostas leis de expansão territorial* chegou à conclusão de que este planêta é demasiadamente pequeno para a existência de mais um grande Estado.

Hitler adotou francamente este princípio e no Cap. XIV de *Mein Kampf* está expressa a seguinte idéia: *não permitir nunca a formação de duas potências continentais na Europa*. “Considerar como um ataque contra a Alemanha toda intenção de organizar uma segunda potência militar nas fronteiras alemãs, ainda que só seja a formação de um Estado de poderio militar potencial, e considerar não só justo, senão um dever prevenir, por todos os meios, sem excluir o emprêgo das armas, a formação de tal estado ou destruí-lo em caso de que já exista”.

Coube, porém, a Rudolf Kjellén criar o termo “geopolítica”, dando um grande impulso à matéria.

Era Kjellén professor de Direito Político na Universidade de Gotenburgo (Suécia) e também seguiu com entusiasmo as doutrinas de Ratzel.

Aceitando a *teoria da evolução do Estado* de Ratzel, dizia Kjellén: o Estado nasce, cresce e morre no meio de lutas e conflitos biológicos coadjuvado por duas essências principais — *meio e raça* e três secundárias — *a economia, a sociedade e o governo*.

Criou então termos para o estudo desses fatores:

Ecopolítica — “estudo dos fenômenos políticos decorrentes de fatores econômicos”.

Demopolítica — “estudo político do povo como nação”.

Sociopolítica — “exame da sociedade do ponto de vista de sua repercussão política”.

CONTRIBUIÇÃO A GEOPOLÍTICA

357

Cratopolítica — “é o estudo da política de governo”.

E, finalmente:

Geopolítica — “estudo dos fenômenos políticos influenciados pelo solo. É portanto a *geografia aliada à política*”.

Na Inglaterra teve a geopolítica, Mackinder, como seu representante máximo e criador da teoria do *Heartland*.

Ele defendeu a necessidade de se estudar as diretrizes políticas através dos estudos da geografia.

Sua tese era a seguinte: “Quem dominar a Europa Oriental controlará o coração continental (*Heartland*); quem dominar o coração continental, controlará a Ilha Mundial; quem dominar a Ilha Mundial controlará o mundo”.

Mackinder foi conferencista de Geografia em Oxford, e mais tarde, diretor da Escola de Ciência Econômica e Política de Londres.

Numa de suas conferências provou Mackinder através da história a inter-relação da geografia e da política não só no continente europeu, como também em outros pontos do mundo.

Considerava Mackinder a Rússia como o estado-eixo no equilíbrio do poder dos tempos modernos e os EE.UU. como o formador da divisória entre o Pacífico e Atlântico após ter-se expandido para o oriente.

Esta conferência foi feita a 25 de janeiro de 1904 e seguida de uma discussão entre os assistentes, pôde ter de *Wilkinson*, estrategista naval, o seguinte elogio: “Enquanto estava executando a leitura, vi com pesar certos assentos vazios aqui, e muito lamento que uma porção deles não estivesse ocupado pelos membros do governo”.

Surgiam, então, vários admiradores deste estudo, quando Karl Haushofer que simboliza a geopolítica alemã, para atender às necessidades do regime nazista, leva para outro rumo tudo o que até então se havia feito.

Teria sido realmente Haushofer o único idealizador da geopolítica alemã? Para mim Haushofer foi o seu sistematizador.

De onde teria surgido essas idéias que grupadas vieram a formar o nazismo?

Conta-nos a história que Napoleão vitorioso em Iena, desmembrou a Prússia criando ali uma série de pequenos ducados. Acontece porém, que um núcleo geo-histórico vivo começou a expandir-se e com Bismarck tivemos a concretização — a unificação da Alemanha.

Vejamos como isto se deu:

Em 1808 é fundada a *Universidade de Berlim* que se converteu logo na sede do nacionalismo prussiano.

Seu primeiro reitor foi Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) que humilhado com o patrulhamento francês nas ruas de Berlim publicou “Discursos ao Povo Alemão”, onde diz o seguinte: *Tôdas as épocas, todos os sábios que respiram por sempre sôbre a terra, todos seus pensamentos e instituições de algo superior, se mesclam com estas vozes e te rodeiam e levantam suas mãos implorando para ti; até pode-se dizer, a Providência e o plano Divino ao criar uma raça de homens... o plano Divino, digo, solenemente apela para ti para salvar sua honra e existência... Assim todos os povos modernos tu és aquele no qual, de modo mais inconfundível jaz a semente da perfeição humana e a quem está encomendada a direção de seu desenvolvimento. Se tu perces nesta tua essencial natureza, então contigo perece cada esperança da espécie humana de salvação da profundidade de suas misérias... Não há, pois, saída; se tu te prendes se funde tôda a humanidade sem esperança de recuperação.*

São estas as primeiras sementes que conclamam o povo para a formação de um Estado Alemão privilegiado com uma raça também privilegiada.

Hegel foi o seu sucessor na cátedra de Filosofia e continuou também sua obra. Foi mais além ainda fazendo ressurgir Maquiavel dando o Estado como a corporação mais completa dos ideais éticos e sociais.

Foi assim que a juventude prussiana começou a endeusar o Estado Prussiano, colocando-o “acima do Direito Internacional e o único juiz nas questões de moralidade interestadual (Walsh).

De posse destes ingredientes Frederico Nietzsche preparou a receita que o incluiu no Panteon Nazista. Para êle "os indivíduos e nações ineficientes ou débeis" deveriam desaparecer da face da terra.

O trabalho prosseguiu porém com Treitschke, professor de História da Universidade de Berlim que incitava os jovens alemães à guerra, instituição decretada por Deus para a glorificação da Prússia.

Imbuídos desta mentalidade teutônica dominante é que Haushofer e seus seguidores, reuniram os fatos, confeccionaram leis e deram a isto o nome de geopolítica.

Haushofer surge quase que paralelamente a Hitler de modo que a geopolítica pôde funcionar.

Já então unificada era necessário à Alemanha o espaço vital, e para isso Haushofer foi buscar Ratzel.

A geopolítica de Haushofer aspirava proporcionar *"as armas para a ação política e os princípios que servem de guia para a vida política; é a arte da atuação política na luta de vida e de morte dos organismos estatais pelo espaço vital"* (*A Geopolítica na Política Externa*, do Cel. Ribeiro da Graça).

A geopolítica alemã preconizada por Haushofer erra essencialmente expansionista. Senão vejamos sua teoria sobre a Austria: *"A Austria está situada numa posição extrema perigosa do ponto de vista militar, suas fronteiras não têm defesa contra o ataque de seus inimigos e ameaça converter-se, por sua própria culpa, em campo de batalha na próxima guerra mundial. A debilidade militar do território austriaco é a razão deste perigo, que só pode ser evitado se uma grande potência ficar encarregada de defender a Austria"*.

Foi este mesmo argumento que levou a Alemanha a invadir a Tchecoslováquia (para defender as populações do Sudeto), a Polônia, a Noruega e a França.

É a predominância do pensamento nietzchiano de que se deve acabar com Estados débeis, associado ao pensamento de Ratzel de espaço vital.

Haushofer guiava portanto a Alemanha de acôrdo com a teoria de Ratzel, com a idéia de raça superior de Fichte, com o maquiavelismo de Hegel, concluindo com a idéia de Treitschke de que a guerra é uma instituição decretada por Deus para a glorificação da Alemanha.

Porém Haushofer também seguiu de perto a teoria de Mackinder, o heartland. E a prova está que aconselhou a Hitler uma aliança com a Rússia.

A assinatura do pacto germano-russo (1939) veio satisfazer a êste mandamento de Haushofer — *"É de vital importância para a Alemanha e a Rússia unam suas forças"*.

De vitória em vitória enquanto a Alemanha estava na ofensiva, Hitler desejando cada vez mais seu espaço vital, rompe o pacto de 1939 e invade a Rússia. E a derrocada de Haushofer, da Alemanha e da própria geopolítica alemã que pregava o seguinte: *"Hoje a Alemanha nos pertence, amanhã nos pertencerá o mundo inteiro"*.

A geopolítica pode enobrecer ou corromper o povo que a usa.

O Brasil começa a dar os seus primeiros passos em busca da geopolítica. E adotando esta ou aquela diretriz vários são os autores que tentaram focalizar o assunto. Entre êsses deve ser citado o professor Everardo Backheuser que se dedicou com afincio à matéria.

2 — DEFINIÇÕES E CONCEITOS SOBRE GEOPOLÍTICA

Nos diversos trabalhos por nós consultados, foram encontradas inúmeras definições e conceitos, dois quais escolhemos as seguintes:

a) Definições:

Kjellén — "Geopolítica é a ciência do Estado como organismo geográfico e significativamente como soberania (Reich). O autor do termo geopolítica acha portanto que a ciência nasce da aliança entre o geografia e a política.

Haushofer — "Geopolítica é a ciência das formas de vida política, nos espaços vitais naturais, que se considera através do processo histórico, vinculado

CONTRIBUIÇÃO A GEOPOLÍTICA

389

ao ambiente". Esta definição foi elaborada por Haushofer quando ainda não estava evenenado com o problema da expansão. Era necessário antes disso uma preparação psicológica.

Mais tarde temos a definição hitlerista de Haushofer, que é a seguinte: "Geopolítica é a ciência das feições territoriais e raciais que determina o desenvolvimento dos povos e dos Estados". Vemos aí já nesta definição o efeito do trabalho de todos aqueles grandes vultos da Alemanha que desde 1908, escreviam e pregavam doutrinas, que reunidas vieram a dar o *nazismo*.

Podemos sintetizar tudo numa frase do padre Walsh quando diz o seguinte: "Com Haushofer a geopolítica se converteu numa espada embainhada para realizar o sonho germânico de desforra e dominação. Coube a Hitler desembarinar a espada e lançar para longe, por ser inútil a bainha".

b) *Conceitos*:

Entre os conceitos trazemos aqui os seguintes, que a nosso ver são os mais próprios e característicos.

Vicens Vives — "A geopolítica é sempre vida e movimento, troca e transformação; a atualidade geopolítica só interessa em função das forças de atuação ontem, como plataforma dos sucessos que acontecerão amanhã. Aqui está expressada em duas palavras a essência íntima da geopolítica "síntese e vida".

Weigert — "O domínio da geopolítica engloba o conflito e a troca, evolução e a revolução, o ataque e a defesa, a dinâmica dos espaços terrestres e das forças políticas que lutam nêle para sobreviver".

Vemos nestes dois conceitos, a questão do *dinamismo* e vida sempre esboçados. Assim é que a geopolítica deve estar sempre aliada à política, para que haja dinamismo e vida. As diretrizes políticas de um país devem estar sempre em comum acôrdo com a geografia daquele mesmo país.

3 — ONDE SE SITUA A GEOGRAFIA? A GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA SÃO A MESMA COISA?

Essas são as dúvidas mais comuns que ocorrem, logo que se trata ou tenta tratar do assunto.

Convencionou-se para melhor sistematização dos assuntos geográficos dividir a geopolítica em: geografia humana, onde estariam contidos todos os itens da geografia que tivessem relação com a vida, enquanto na geografia física teríamos todos os fenômenos da natureza propriamente dita. Entretanto, entre os diferentes ramos da geografia existe circunstancialmente um laço de parentesco.

Ao desenvolver-se, porém, uma ciência, à medida que se vai enriquecendo de elementos novos de valor cultural, passa a constituir setores que se vão diferenciando. Assim aconteceu com a geografia. Suas divisões primitivas eram apenas duas: a geografia física e a humana, muito embora esta última expressão seja um tanto recente, pois data da segunda parte do século. Porém no desdobramento desses ramos da geografia, vamos ter na parte da geografia humana diversos setores, como: a geografia econômica, a administrativa, a comercial, a militar, a histórica, a urbana, a rural etc.

Nesta filiação porém, onde fica a geopolítica? Eis o problema para o geógrafo que vê nesta especialização uma filha da chamada geografia política. Esta solução não nos parece porém clara, pois a geopolítica ultrapassa um pouco o âmbito da geografia propriamente dita.

A geopolítica seria, pois, reivindicação da política mais do que da geografia? Assim como a ciência geográfica foi se diversificando e fazendo surgir das duas divisões primitivas uma série de setores, também seguiu o mesmo rumo de expansão a ciência política. Daí os estudos políticos sobre povos, nações, Estados. constituições, regimes, soberanias, etc.

Esta ciência política, a princípio teórica, passou a visar à prática e necessitou para isso de aplicação. Por isso reivindicou uma *base no espaço*, isto é, território, áreas regionais, numa palavra, *geografia*.

Assim, a geografia avançando sobre o terreno da política e a política avançando sobre o da geografia tivemos a geopolítica.

Cabe-nos por conseguinte, estudar e determinar exatamente o papel que representa esta nova interpretação distinta da geografia política propriamente dita, mas a ela ligada pela semelhança dos elementos em jôgo, embora vistos sob outro prisma.

E para meditarmos mais profundamente sôbre a real diferença entre o geopolítica e a geografia política, nada melhor do que a comparação de Richard Henning, da Universidade de Dusseldorf, que diz o seguinte: "A geografia política é um instantâneo fotográfico do momento temporal em circunstância especial determinada, enquanto a geopolítica, é a fita cinematográfica do mesmo processo geral".

Lautensach (da escola hitlerista de Haushofer) em afirmação a esta comparação, diz muito bem, que a atitude do geopolítico deve ser dinâmica, enquanto que a do geógrafo político deve ser estática.

4 — CONTEÚDO DA GEOPOLÍTICA E SUAS "ZONAS DE FRICÇÃO"

E' comum, ao nascer uma criança ficarmos conjeturando: com quem vai se parecer? O que será quando crescer?

Sabe-se entretanto que esta criança pode-se parecer com um apenas ou vários componentes da família, e que será influenciada por êsses mesmos parentes, muito embora tenha mais tarde a sua personalidade, sendo um ser independente. O mesmo está acontecendo com a geopolítica, ciência que está se formando e que por isso guarda estreitas relações com suas parentas mais próximas.

Assim é que a geopolítica sendo dinâmica e estudando o Estado acima de tudo, guarda uma estreita relação com a geografia histórica que lhe mostrará a evolução do mesmo através dos tempos. Daí o livro de Gordon East *Geographie Historique de l'Europe* (Paris, 1939), ser em parte contribuinte da geopolítica.

Muitas vêzes, a diplomacia não consegue resolver alguns casos de fronteira e a guerra se faz inevitável. São então empregadas táticas para se resolver aquêle caso no terreno e, aí, a geopolítica vai precisar da *geografia militar*. Justifica-se assim, o grande impulso que a Biblioteca Militar vem dandô à geopolítica, em obras não só especializadas no assunto como na própria geografia militar.

A *geografia econômica* também está intimamente ligada à geopolítica, assim é que a classificação dos Estados de acôrdo com as circunstâncias econômicas de Arthur Dix vai interessar ao nosso assunto. Um território rico, pode e muitas vêzes tem feito, o deslocamento de fronteiras. Explica-se assim o deslocamento de Tordesilhas pelos bandeirantes em busca do ouro, a anexação da Alta Silésia rica em carvão, pela Polônia, a marcha para oeste nos EE.UU., etc.

A *geografia administrativa*, além de manter íntimas relações com a geografia política também se alinha ao lado da geopolítica. Assim podemos estabelecer uma correlação: "a administração interessa ao Estado, assim como o Estado é a própria geopolítica. A propósito podemos citar o livro de Jean Gottmann *La Politique des Etats et leur Geographie*, onde é citada a frase oportuna de Mackinder que traduz o auxilio da geografia administrativa à sua teoria geopolítica do "heartland" — "Aquêle que detém (no sentido de posse que implica a administração) a Europa Oriental comanda a "heartland", detém a ilha do mundo, aquêle que detém a ilha do mundo comanda o mundo".

A geopolítica é portanto uma ciência do Estado, para o Estado e pelo Estado, interessando-se por tudo que a êle diga respeito. Abrange, por conseguinte, um estudo profundo de tudo que se enquadre numa área cercada de fronteiras por todos os lados.

São portanto essas as zonas de fricção da geopolítica e nada melhor para explicar isso do que a transcrição das palavras de Backheuser no seu artigo "Rio Branco — Geógrafo e Geopolítico", publicado na *Revista da Sociedade de Geografia*, tomo LII, ano 1945: "A autonomia da geografia, como ciência, é precedida de uma série de conflitos de fronteiras com ramos de conhecimentos afins. No âmbito da geografia física, são múltiplas as "zonas de fricção", com a geologia, a botânica, a hidrografia e a meteorologia. Especialistas dessas disciplinas embarafustam por dentro da geografia e os geógrafos são tentados a se especializar

CONTRIBUIÇÃO A GEOPOLÍTICA

391

em algumas delas. Da mesma sorte em geografia humana que tem, como sabido, estreitas relações com a história, sociologia, com a política e com vários ramos da ciência econômica.

Durante êsse período de gestação da geografia científica há em todos nós verdadeira perplexidade em definir, ao certo, quando se está pisando no terreno da geografia propriamente dita ou no de uma de suas confrontantes".

5 — NECESSIDADE DE AVERIGUAR A SUA RELATIVA IMPORTANCIA PARA O BRASIL

Olhando-se um planisfério, avulta-se logo a importância da geopolítica para o Brasil.

Sem exagerarmos, podemos dizer que ao lado da posição estratégica do Estado, coloca-se a importância da geopolítica, com relação aos seus quilômetros de fronteira.

A importância estratégica do Brasil com relação ao Atlântico Sul é inegável e a história da segunda guerra mundial nos afirma isso, com a instalação da base aérea americana em Natal, que tornou o nosso Nordeste geopoliticamente pertencente aos Estados Unidos. (*Problemas do Brasil* — Cel. Adalardo Fialho). Ao lado disso, a extensão de nosso território vai nos proporcionar quilômetros e quilômetros de fronteiras.

Argumentos primordiais como êstes, atestam a importância da geopolítica para nós brasileiros.

Ao lado da importância estratégica e fronteiras do Brasil interessa-nos também a geopolítica com respeito ao nosso povoamento e colonização e aos nossos problemas econômicos em evolução.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinado-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

A questão da Antártica

Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro

CARVALHO, Delgado de.; CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 135, p. 502-506, nov./dez. 1956.

A Questão da Antártica

Professores:
DELGADO DE CARVALHO E
TERESINHA DE CASTRO

Na segunda parte do século XIX, já eram mais adiantadas as intromissões de países europeus no território africano, ainda reputado "terra de ninguém". Com o desenvolvimento industrial de algumas potências européas, os mercados africanos tornaram-se indispensáveis para o fornecimento de matérias-primas. O Direito Internacional entretanto não fornecia princípios que justificassem a ocupação. Em 1880 já haviam entrado numa fase em que as principais empresas particulares alemãs, belgas e americanas tinham sido substituídas pelos respectivos governos destes países (Leopoldo II, Monróvia, etc.). Já surgiam questões de limites sobre o *hinterland* que facilmente podiam degenerar em conflitos, quando os governos europeus, por sugestão de Bismarck que já se tinha convertido ao colonialismo, reunem-se em Berlim e, na Conferência Colonial de 1884-85, estabeleceram "regras de ocupação" que foram respeitadas e que ainda hoje estão em vigor.

Nestas condições, a situação atual parece repetir sobremodo os casos que se deram naquela época, uma vez que as potências estão hoje também diante de um continente, cuja ocupação se torna geopoliticamente necessária. Evidentemente não se trata agora de interesses econômicos nem turísticos, mas sim político-estratégicos, isto é, nitidamente geopolíticos. Assim sendo, é de primeira importância que o Brasil não se desinteresse pelas soluções que mais tarde serão levadas a efeito.

O Tratado de Tordesilhas, em face de haver sido anulada pelo artigo I do Tratado de Madrid, apagando a linha de demarcação, não se aplica ao caso da Antártica, pois o Tratado de El Pardo, de 1761, em seu artigo I restabelece "os Tratados, Pactos e Convenções que haviam sido celebrados entre as duas coroas contratantes, antes do referido ano de mil setecentos e cinquenta, em forma que só estes Tratados, Pactos e Convenções celebrados antes do ano de mil setecentos e cinquenta ficam daqui em diante em sua força e vigor".

Não se referindo os tratados posteriores à linha de demarcação, mas

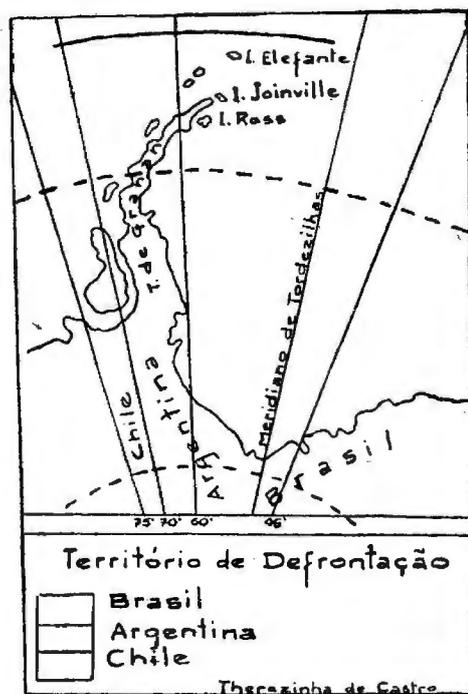


Fig. 1 — O Brasil, Argentina e Chile poderiam defender, juntos, o direito ao território que lhes toca por defrontação.

Revista do Clube Militar

CONTRIBUIÇÃO A GEOPOLÍTICA

somente a limites do continente sul-americano, é evidente que subsistem os direitos reconhecidos em 1494, ampliados pela Escritura de Saragoça (de 1530) que no seu parágrafo VII, 2.º, desloca a linha "de pólo a pólo" para oeste, a fim de incluir as linhas Molucas no Império Espanhol.

No momento atual, o Brasil está em condições de reivindicar direitos, cujos fundamentos jurídicos são tao soidos como as bases que pode invocar qualquer outra potência. Em suma:

1.º) Caberia, ao Brasil, uma iniciativa diplomática no hemisfério sul, onde seus territórios ocupam a maior extensão das terras conhecidas. Discutiria então a A.B.C., em Conferência Antártica, formada pela Argentina, Brasil e Chile, o chamado, "direito de defrontação" que, ao que parece, é também alegado pela Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. (Leia a Revista do Clube Militar, janeiro-março de 1956) (Fig. 1)

2.º) Resolvida esta primeira etapa, estaria o Brasil em condições de negociar, na futura Conferência Geofísica de 1957-58, com as demais potências que se julgam com direito ao novo continente. Seria esta uma repetição da Conferência

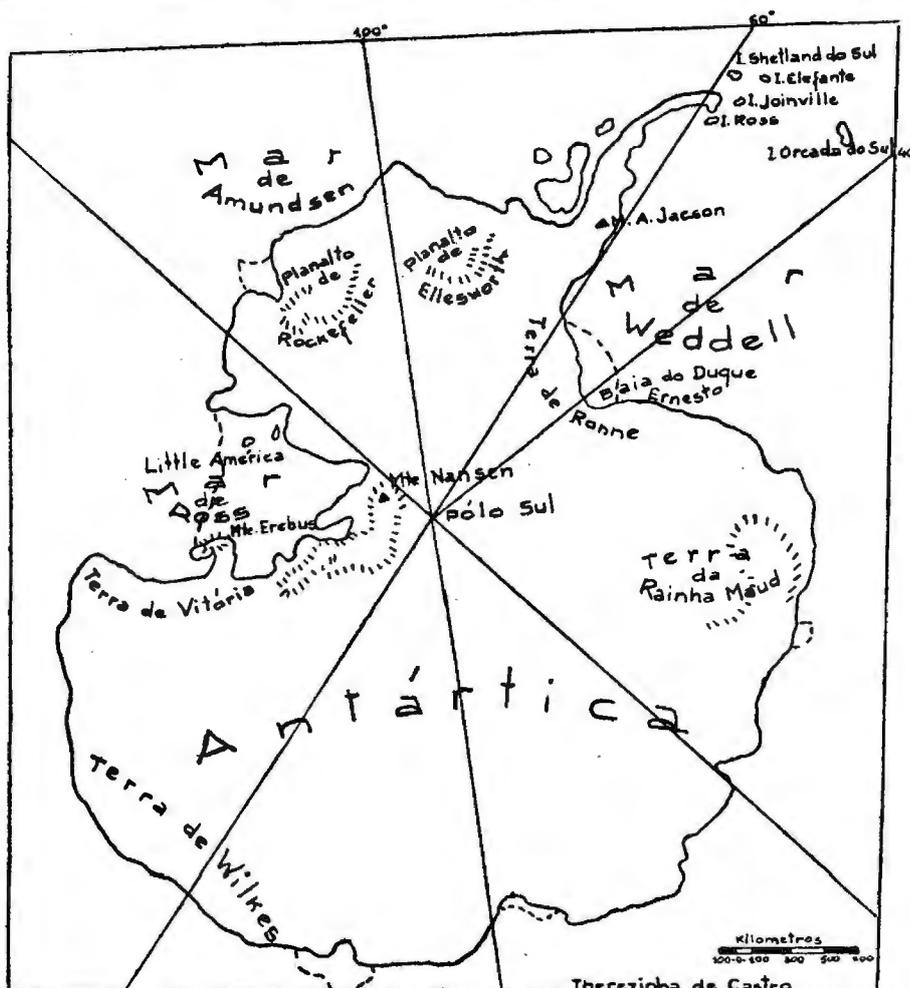


Fig. 2 — Cabe-nos, também, um trecho da Antártica, iniciando nossa ocupação pelas terras a E do meridiano 45º 25' W.

de Berlim, de 1884-85, que, embora estabelecendo novos princípios (pois trata-se agora de terras não habitáveis), chegaria ao mesmo fim — evitar um conflito.

3.º) Seria aconselhável, que o Ministério da Marinha fizesse na região Antártica o mesmo que fez na ilha de Trindade, no fim do século passado (1895). Isto é, reconhecer, e na medida do possível, ir ocupando o território de defrontação que nos caberia a leste do meridiano de Tordesinhas (mais ou menos a 45^º e 25' de longitude oeste). Seguindo assim o exemplo da Argentina que tem instalado nos últimos anos na Terra de Graham e ilhas vizinhas, uma série de observatórios ou estações geofísicas, cujas guarnições têm sido renovadas anualmente (segundo informa o Instituto Geográfico Militar da República Argentina) (Fig. 2).

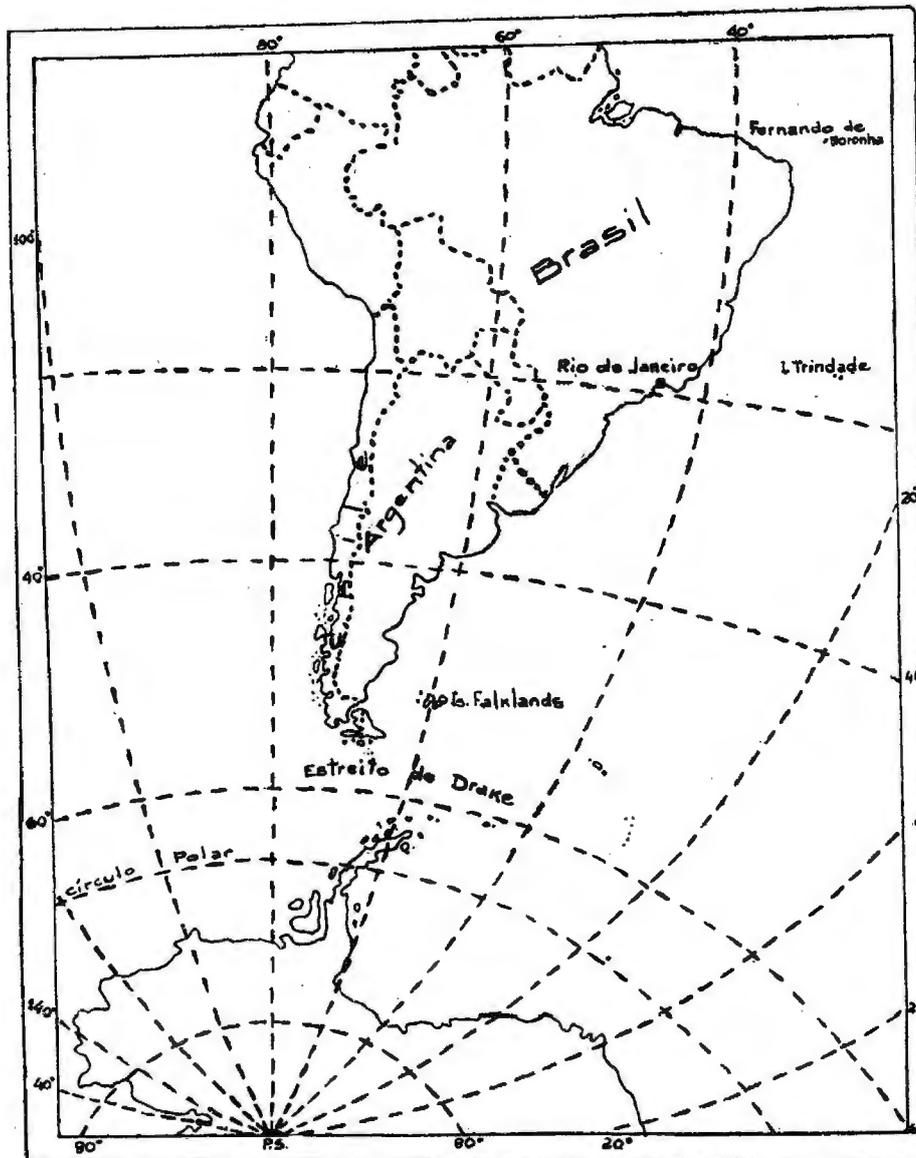


Fig. 3 — Importância do estreito de Drake, nos transportes intercontinentais
Revista do Clube Militar

CONTRIBUIÇÃO A GEOPOLÍTICA

505

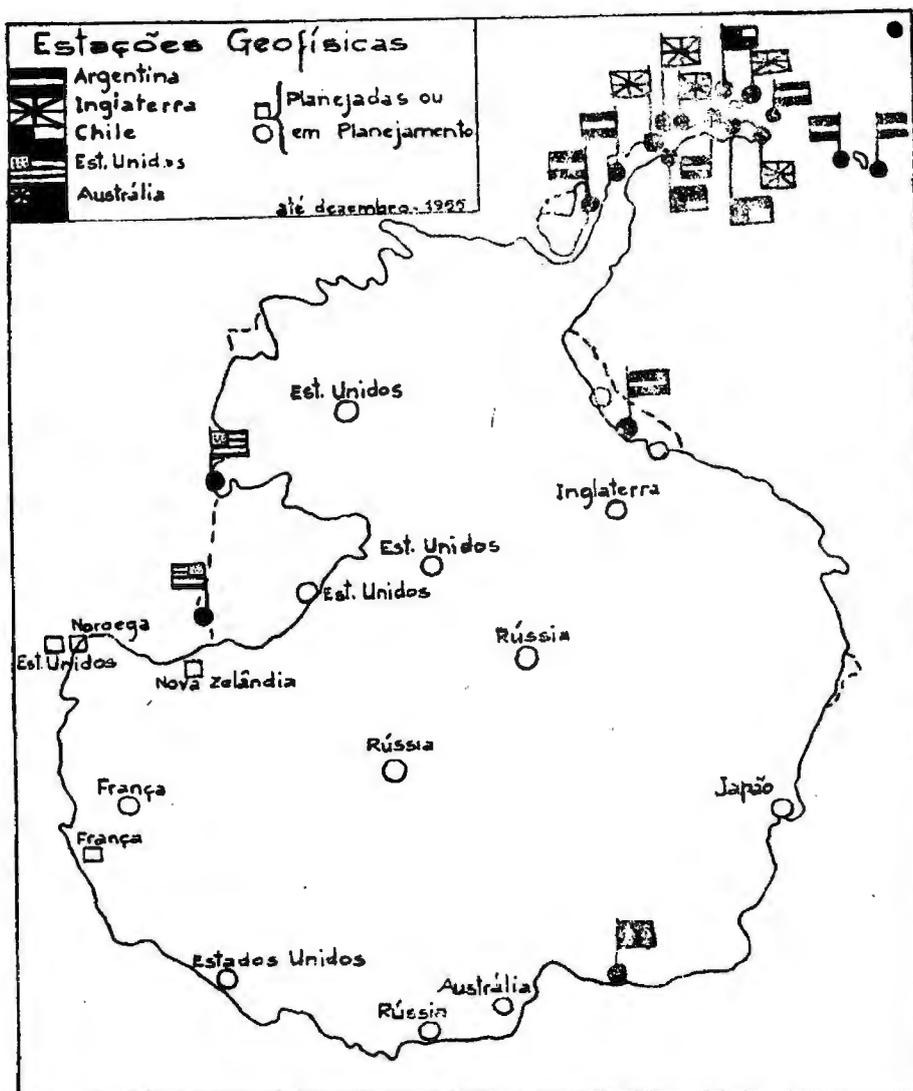


Fig. 4 — Os países, que já estão ocupando a Antártica, defendem seu futuro.

Revista do Clube Militar

No próximo Congresso Geofísico a realizar-se em 1957-58, o Brasil deverá estar diplomaticamente preparado a reivindicar na Antártica, a fatia do bôlo polar que lhe cabe por defrontação.

A geopolítica, apesar do descrédito que lançaram sôbre ela com o abuso das teorias nazistas, não pode ser ignorada numa hora tão decisiva e, se impõe à consideração de nossos geógrafos, diplomatas e militares.

Três razões devem, pois, nos levar a iniciar negociações o quanto antes:

1.º) O estreito de Drake ocupa posição estratégica importante, pois, uma vez fechado o estreito de Magalhães, só por lá poderão passar os navios porta-aviões que o canal do Panamá não comporta ((Fig. 3).

306

BOLETIM GEOGRÁFICO

2.º) Na idade dos transportes supersônicos e dos bombardeiros dirigidos, é de capital interesse possuir bases de controle dos ares em terra firme e uma língua de terra da Antártica faz parte também da possível localização de tais bases.

3.º) Se no futuro, embora remoto, houver meios científicos de controlar os climas, é evidente que no pólo Sul, onde se formam as massas de ar que se deslocam destas áreas de baixa pressão (ciclônicas) regulando o trajeto das depressões do hemisfério sul, a Antártica nos será útil (Fig. 4).

Em conclusão, já é tempo de o Brasil tratar de uma questão que outros países estão resolvendo individualmente, pode-se dizer. A República Argentina que ainda em 1954-55 para lá enviava o "quebra-gêlo" San Martín, já estabeleceu sete estações geofísicas, a Grã-Bretanha, cinco; o Chile, três; os Estados Unidos, duas e nós, nenhuma.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

Anexo

**Painéis do Seminário Geografia e Geopolítica:
a contribuição de Delgado de Carvalho
e Therezinha de Castro**



CARLOS DELGADO DE CARVALHO
1884-1980
 CRONOLOGIA

Nasceu no dia 10 de abril de 1884, em Paris.

Graduou-se na École Libre de Sciences Politiques (França), onde concluiu o doutorado em 1908.

Em 1905, foi convidado para dar aulas de história no Colégio Champittet (Suíça).

Aos 23 anos, chegou ao Brasil para estudar in loco o tema de sua tese sobre geografia.

Foi professor de inglês, sociologia e história em instituições como o Colégio Pedro II, o Instituto de Educação, a Universidade do Distrito Federal, Universidade do Brasil e Escola de Altos Estudos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Publicou 49 livros, dentre os quais Le Brésil Meridional (1910), Geografia do Brasil (1913), Geografia Ginasial (1943) e Leituras Geográficas (1960).

No IBGE, dentre diversos trabalhos, participou da Enciclopédia dos Municípios e lançou, em conjunto com Therezinha de Castro, a obra Atlas de Relações Internacionais (1960).

Em 1937, foi nomeado representante especial do Ministro da Educação no Conselho Nacional de Geografia (CNG).

Em 1939, tornou-se membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Geografia.

Ao longo da carreira, recebeu diversas homenagens e honrarias, dentre elas a Condecoração da Legion d'Honneur, oferecida pelo governo francês, e a Medalha David Livingstone, outorgada em 1952 pela American Geographic Society, sendo o único brasileiro a possuí-la.

Faleceu em 4 de outubro de 1980, no Rio de Janeiro.



THEREZINHA DE CASTRO

1930-2000

CRONOLOGIA

- Nasceu em 22 de dezembro de 1930, no Rio de Janeiro.
- Graduou-se em história e geografia na Universidade do Brasil (atual UFRJ).
- Foi considerada uma das três maiores autoridades mundiais em Geopolítica do Atlântico Sul, juntamente com Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos.
- Começou a trabalhar no IBGE em 5 de janeiro de 1952, e logo iniciou uma estreita colaboração com Carlos Delgado de Carvalho.
- Publicou inúmeros artigos abordando a importância estratégica do Brasil no Atlântico Sul e incentivando o país a enviar uma missão à Antártida, o que aconteceu no verão 1982/1983.
- Foi professora do Colégio e da Faculdade de Humanidades Pedro II, e da Escola Superior de Guerra.
- Foi conferencista das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército e da Aeronáutica, da Escola de Guerra Naval, das Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e do Exército, dentre outras instituições nacionais e internacionais.
- Em 1992, lançou no IBGE a obra "Nossa América - Geopolítica comparada".
- Faleceu em 16 de fevereiro de 2000, em Portugal.

Delgado de Carvalho
Therezinha de Castro



DELGADO DE CARVALHO

UM MESTRE DA GEOGRAFIA NO BRASIL

Mestres e professores brasileiros! Ensinem às novas gerações que se levantam a geografia de nosso Brasil. Digam-lhes bem quanto nossa terra é grande e generosa, quanto necessita de inteligências para compreendê-la, de atividades para engrandecê-la e de corações para amá-la!". (1941)

"[...]O ensino no Brasil acompanhou [a] tendência generalizada de procurar na história exemplos dignificantes a serem seguidos. (...) Mas saindo um pouco dos tradicionais, monótonos e memorizados episódios de nossa história, chegou o momento de darmos vida e interesse ao nosso passado, usando outros métodos, outros processos didáticos."

Prefácio da "História Documental do Brasil" (1964)

"[...]a geografia nos interessa, sobretudo, sob o ponto de vista humano. É pois uma ciência social, e, por isso, não é totalmente independente das demais ciências sociais; mais ainda, deve colaborar com as ciências sociais, deve contribuir para elas."

"A excursão geográfica" (RGE, 1941)

"História e a geografia são disciplinas de nacionalização por excelência e exigem do mestre, ao lado das qualidades de pedagogo, as de apóstolo."

"Metodologia do Ensino de Geografia" (1925)

"Who is Carmem Miranda?"

Resposta de Delgado a um jornalista norte-americano que lhe perguntou o que ele achava da "brazilian bombshell", que fazia enorme sucesso nos Estados Unidos naquele momento. (1940)

Delgado de Carvalho
Therezinha de Castro



THEREZINHA DE CASTRO

ORIENTADORA DE IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO BRASIL

“Dentro da geopolítica global, toda e qualquer nação tem que participar do jogo do poder mundial, jogo esse que no passado era todo ele realizado no hemisfério norte, mais precisamente na Europa, e que hoje é bem mais movimentado em função do que se chama deslocamento do poder mundial. Neste deslocamento todo e qualquer país tem que definir as suas diretrizes geopolíticas.”

Conferência na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

“Reivindicamos o nosso quinhão na Antártica! Se apelarem para a História, apelemos também. Unamo-nos aos países sul-americanos, Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai, em torno do direito de defrontação ou dos Setores Polares, idealizado pelo senador canadense Pascal Poirier em 1907, quando se tratou da partilha do Polo Norte.”

“Antártica - O assunto do momento”. Boletim Geográfico, janeiro de 1958.

“A Antártica é a região de um futuro que se aproxima; e assim, em sua conjuntura tanto geopolítica quanto geoestratégica, o problema não é mais o de como viver juntos, colaborando como até aqui, mas sim como de sobreviver separadamente. (...) levando-se em conta que a segurança deve merecer a mesma atenção que o desenvolvimento. E, todo planejamento de segurança deve girar em torno de prazos críticos, de metas prioritárias”.

“Antártica” (ESG, novembro de 1997)

“Eu estava em Brasília, tentando convencer alguns parlamentares a reivindicar um espaço brasileiro no continente antártico. Disse a um deputado: ‘precisamos defender a Antártica!’ E ele me disse que não podia fazer nada. Perguntei a razão e ele me disse: ‘É que eu sou sócio da Brahma!’”

Conversa que Therezinha soltava citar em suas aulas e palestras

Therezinha de Castro



MEMÓRIA
VISUAL



1940 Yvelise (primeira à esquerda), Helise e Therezinha de Castro (Rio de Janeiro, 1940).



1943 Therezinha de Castro (primeira à esquerda), Helise e Yvelise (Jato de Fora, 1943).



1998 de Castro e Mônica Rodrigues, sua discípula, em Portugal (1998).

Delgado de Carvalho
Therezinha de Castro


**MEMÓRIA
VISUAL**

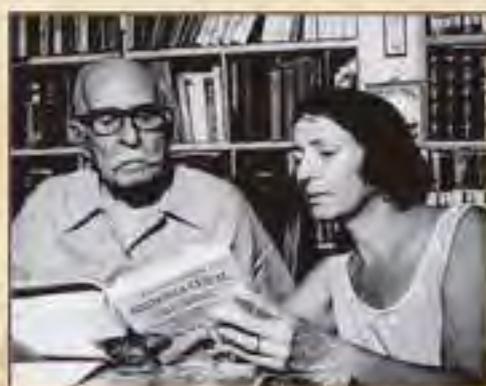

Delgado de Carvalho lê o jornal. Therezinha de Castro em sua biblioteca particular, final sendo passou a trabalhar após a aposentadoria de 1987 (a/d).



Delgado de Carvalho e sua característica cachimbo (a/d).



Comprovação de identidade brasileira de Delgado de Carvalho (1989).



Therezinha de Castro se dedica ao professor e gestor de trabalho Delgado de Carvalho (a/d).

Delgado de Carvalho
Therezinha de Castro



MEMÓRIA
VISUAL



Delgado de Carvalho recebe condecoração na American Geographical Society, em Nova Iorque (1922).



Delgado de Carvalho preside a XXX Assembleia do Conselho Nacional de Geografia (1919).



Delgado de Carvalho como representante do Ministério da Educação em sessão do Conselho Nacional de Geografia (1914).



Delgado de Carvalho, presidente do IBGE, e **Benedito Ayres**, secretário do CNG, com **Benedito Mamon**, secretário do CNG, com **Delgado de Carvalho** (1927).

Delgado de
Therezinha de Castro

Equipe técnica

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Projeto História das Estatísticas Brasileiras

Nelson de Castro Senra

Marco Aurelio Martins Santos (Assistente de pesquisa)

Projeto Editorial

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Marisa Sigolo Mendonca

Diagramação textual

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Bruno Klein

Carlos Roberto Alcantara Corrêa (estagiário)

Catia Vasconcellos Marques

Solange de Oliveira Santos

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Digitalização e tratamento de imagens

Alexandre Carlos da Silva
Antônio Carlos Rocha Ferreira
Josianne de Miranda Pangaio
Luiz Carlos Meirelles Carril
Paulo Roberto dos Santos Lindesay
Sergio de Assis Barboza
Vanderlei Martins Sabino

Pesquisa bibliográfica

Rosana Maria Morgado Calvet

Pesquisa iconográfica

Vera Lucia Punzi Barcelos Capone
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte

Série Documentos para Disseminação

ISSN 0103-6335

- 1- O IBGE e o atendimento à sociedade: (prefácio ao projeto técnico CDDI), de Nelson de Castro Senra e Lídia Vales de Souza.
ISBN 85-240-0329-4. 1990. 43 p.
- 2 – Projetos de disseminação: contribuição ao estabelecimento de uma metodologia, de Cláudio Alex Fagundes da Silva.
ISBN 85-240-0355-3. 1990. 29 p.
- 3 – Pensando a disseminação de informações: (o caso do IBGE), de Nelson de Castro Senra.
ISBN 85-240-0459-2. 1993. 39 p.
- 4 – Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico, de Icléia Thiesen Magalhães Costa.
ISBN 85-240-0446-0. 1992. 40 p.

Subsérie Memória Institucional

ISSN 0103-6459

- 1 – Teixeira de Freitas: pensamento e ação, de Mario Augusto Teixeira de Freitas. Organizado pelo Setor de Memória Institucional.
ISBN 85-240-0351-0. 1990. 140 p.
- 3 – Pró-censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos recenseamentos do Brasil, de Francisco Romero Feitosa Freire.
ISBN 85-240-0460-6. 1993. 53 p.
- 4 – A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo, de Eli Alves Penha.
ISBN 85-240-0463-0. 1993. 123 p.
- 5 – IBGE: um retrato histórico, de Jayci de Mattos Madeira Gonçalves.
ISBN 85-240-0542-4. 1995. 61 p.
- 6 – Síntese histórica da formação dos Estados, Distrito Federal e Território da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil e divisas inter-estaduais, de Ildefonso Escobar.
ISBN 85-240-0545-9. 1995. 144 p.
- 7 – O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos.
Organizado por Nelson de Castro Senra.
ISBN 85-240-3868-3. 2006. 282 p.
- 8 – Isaac Kerstenetzky: legado e perfil.
Organizado por Nelson de Castro Senra.
ISBN 85-240-3900-0. 2006. 213 p.
- 9 – Giorgio Mortara: ampliando os horizontes da demografia brasileira.
Organizado por Nelson de Castro Senra.
ISBN 85-240-3937-9. 2007. 105 p.
- 10 – A estatística brasileira e o Esperanto: uma história centenária: 1907-2007.
Organizado por Nelson de Castro Senra.
ISBN 85-240-3944-7. 2007. 161 p.
- 11 – Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira.
Organizado por Nelson de Castro Senra.
ISBN 978-85-240-3982-9. 2007. 433 p.
- 12 – Embaixador Macedo Soares: um príncipe da conciliação: recordando o primeiro presidente do IBGE.
Organizado por Nelson de Castro Senra.
ISBN 978-85-240-4008-5. 2008. 331 p.
- 13 - O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier.
Organizado por Nelson de Castro Senra.
ISBN 978-85-240-4017-7. 2008. 432 p.
- 14 - Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira.
Organizado por Nelson de Castro Senra.
ISBN 978-85-240-4032-0. 2008. 134 p.
- 15 - Teixeira de Freitas, Um Cardeal da Educação Brasileira: sua atualidade intelectual.
Organizado por Nelson de Castro Senra.
ISBN 978-85-240-4052-8. 2008. 266 p.

Subsérie Fontes de Documentação

ISSN 0103-6459

- 1 – A indexação do banco de metadados do IBGE, de Philippe Jean Damian, Marília de Almeida March e Vera Lucia Cortes Abrantes.
ISBN 85-240-0475-4. 1993. 25 p.

